

METRÓPOLES:
TERRITÓRIO, COESÃO SOCIAL E GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA

CURITIBA:

TRANSFORMAÇÕES NA ORDEM URBANA

Olga Firkowski
Rosa Moura
(editoras)



série estudos comparativos



Observatório
das Metrôpoles
Instituto Nacional de
Ciência e Tecnologia

LETR CAPITAL

Copyright © Olga Firkowski, Rosa Moura (Editoras) 2014

*Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios
empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.*

EDITOR João Baptista Pinto

CAPA Flávia de Sousa Araújo

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO Luiz Guimarães

REVISÃO Antônia Schwinden

REVISÃO GRÁFICA Stella Gazziero

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

C985

Curitiba: transformações na ordem urbana / organização Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski, Rosa Moura ; [coordenação Luiz César de Queiroz Ribeiro]. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital : Observatório das Metrôpoles, 2014.

494 p. : il. ; 15,5x23 cm. (Metrôpoles: território, coesão social e governança democrática; Estudos comparativos;

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7785-311-3

I. Planejamento urbano - Curitiba, Região Metropolitana de (PR). I. Firkowski, Olga Lúcia Castreghini de Freitas, 1964-. II. Moura, Rosa, 1952-.

14-16619

CDD: 711.4098162

CDU: 711.4

06/10/2014 07/10/2014

LETRA CAPITAL EDITORA
Telefax: (21) 3553-2236/2215-3781
letracapital@letracapital.com.br

*O conteúdo deste livro
passou pela supervisão e avaliação de um
Comitê Gestor e Editorial
formado pelos seguintes pesquisadores:*

Comitê Gestor

Ana Lúcia Rodrigues
Luciana Côrrea do Lago
Luciana Teixeira de Andrade
Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro
Maria do Livramento M. Clementino
Olga Firkowski
Orlando Alves dos Santos Júnior
Rosetta Mammarella
Sergio de Azevedo
Suzana Pasternak

Comitê Editorial

Adauto Lúcio Cardoso
André Ricardo Salata
Érica Tavares
Juciano Martins Rodrigues
Marcelo Gomes Ribeiro
Mariane Campelo Koslinski
Marley Deschamps
Nelson Rojas de Carvalho
Ricardo Antunes Dantas de Oliveira
Rosa Maria Ribeiro da Silva
Rosa Moura

Sumário

Apresentação.....	15
Introdução: transformações na ordem urbana da RMC Rosa Moura, Olga Lúcia C. de Freitas Firkowski	21
PARTE I: O processo de metropolização	61
Capítulo 1 A metrópole de Curitiba na rede urbana brasileira e sua configuração interna Rosa Moura, Paulo Roberto Delgado, Anael Pinheiro de Ulhôa Cintra	63
Capítulo 2 A transição demográfica na Região Metropolitana de Curitiba Marisa Valle Magalhães, Rosa Moura, Anael Pinheiro de Ulhôa Cintra	95
Capítulo 3 Região Metropolitana de Curitiba: mudanças no mercado de trabalho no período 1990/2010 Paulo Roberto Delgado, Liana Carleial	132
PARTE II: Dimensão socioespacial da exclusão/integração em Curitiba	163
Capítulo 4 Região Metropolitana de Curitiba: estrutura social e organização social do território Marley Vanice Deschamps	165
Capítulo 5 Arranjos familiares na Região Metropolitana de Curitiba: características das unidades domésticas nos anos 2000 e 2010 Leonildo Pereira de Souza, Anael Pinheiro de Ulhôa Cintra	199
Capítulo 6 Produção dos espaços informais de moradia e tendências de organização socioespacial do território na metrópole de Curitiba Madianita Nunes da Silva	231
Capítulo 7 A rede que se espalha: Programa Minha Casa Minha Vida e acessibilidade urbana Gislene Pereira, Jussara Maria Silva	260
Capítulo 8 Verticalização e novos produtos imobiliários em Curitiba Fernanda A. Fernandes, Olga Lúcia C. de Freitas Firkowski	278
Capítulo 9 Organização social do território e distribuição de oportunidades educacionais: um estudo exploratório sobre o caso da Região Metropolitana de Curitiba Ana Lorena Bruel, Heracto Kuzycz Assunção, Patrícia Baliski, Tais Moura Tavares	305

Capítulo 10	Organização social do território e mobilidade urbana Paulo Roberto Delgado, Anael Cintra, Rosa Moura	337
Capítulo 11	Condições materiais da mobilidade na ACP de Curitiba: transporte público e particular Olga Lúcia C. de Freitas Firkowski, Dalva Natália Gomes Paese, Liria Yuri Nagamine	370
Capítulo 12	Uma leitura do índice de Bem-estar Urbano na Região Metropolitana de Curitiba Olga Lúcia C. de F. Firkowski, Madianita Nunes da Silva, Liria Yuri Nagamine, Rosa Moura, Paulo Roberto Delgado	398
PARTE III:	Governança urbana, cidadania e gestão	423
Capítulo 13	Conflitos na construção da escala metropolitana de gestão – a experiência do Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba Thais Kornin, Liria Yuri Nagamine, Claudio Jesus de Oliveira Esteves, Julio Cesar Botega do Carmo	425
Capítulo 14	A Ilha e a Costeira: a (in)visibilidade dos conflitos fundiários Laura Esmanhoto Bertol, Thiago de Azevedo Pinheiro Hoshino	457

Lista de Figuras, Quadros e Tabelas

Lista de Figuras

Figura 1.1 - Distribuição do Valor Adicionado Fiscal - RMC - 2011	70
Figura 1.2 - População total do município - RMC - 2010	72
Figura 1.3 - Área urbana, periurbana e rural - RMC - 2011	74
Figura 1.4 - Divisão urbano-regional - Regiões ampliadas de articulação urbana - Brasil - 2013.....	80
Figura 1.5 - Tipologia dos municípios, segundo tamanho e direção de fluxos pendulares - RMC - 2010.....	85
Figura 1.6 - Níveis de integração à dinâmica da metropolização brasileira - RMC - 2010.....	88
Figura 2.1 - Diagrama de caixa - Esperança de vida ao nascer e taxa de fecundidade total - Regiões Metropolitanas selecionadas - 2010	110
Figura 2.2 - Esperança de vida ao nascer - RMC - 2010.....	112
Figura 2.3 - Taxa de fecundidade total - RMC - 2010.....	113
Figura 2.4 - Índice de idosos - RMC - 2010.....	115
Figura 2.5 - Razão de dependência - RMC - 2010	116
Figura 2.6 - Distribuição percentual dos imigrantes intraestaduais para a RMC - 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010	123
Figura 2.7 - Distribuição percentual dos imigrantes interestaduais para a RMC - 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010	124
Figura 2.8 - Distribuição percentual dos fluxos intrametropolitanos do núcleo para a periferia - 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010.....	125
Figura 2.9 - Distribuição percentual dos fluxos intrametropolitanos da periferia para a periferia - 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010.....	126
Figura 3.1 - Variação do número de emprego formal por município - RMC - 2000/2010	155
Figura 4.1 - Evolução do território metropolitano - RMC - 1973 a 2010.....	169
Figura 4.2 - Tipologia socioespacial - RMC - 2000	192
Figura 4.3 - Tipologia socioespacial - RMC - 2010	193
Figura 4.4 - Tipologia socioespacial, segundo os bairros de Curitiba - 2000 e 2010	195
Figura 6.1 - Composição da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e da Área de Concentração da População (ACP) - 2013	233
Figura 6.2 - Estrutura espacial da metrópole de Curitiba no final da década de 1980	245
Figura 6.3 - Tipologia dos espaços informais de moradia no final da década de 2000	249
Figura 6.4 - Estrutura espacial da metrópole de Curitiba no final da década de 2000	252

Figura 6.5 - Espaços informais de moradia, segundo tipologias e áreas de concentração dos tipos socioespaciais na metrópole de Curitiba em 2010	254
Figura 7.1 - Programa Minha Casa Minha Vida 1 - Espacialização dos empreendimentos, por faixa de renda - Aglomerado Metropolitano de Curitiba.....	266
Figura 7.2 - Programa Minha Casa Minha Vida 1 - Espacialização dos empreendimentos, por número de unidades - Aglomerado Metropolitano de Curitiba.....	267
Figura 7.3 - Integração global e a localização dos empreendimentos MCMV 1 - Aglomerado Metropolitano de Curitiba.....	271
Figura 7.4 - Integração local e a localização dos empreendimentos MCMV 1 - Aglomerado Metropolitano de Curitiba.....	273
Figura 8.1 - Atuação das principais incorporadoras no território nacional entre 2006 e 2012 - Brasil.....	284
Figura 8.2 - Localização dos empreendimentos das principais empresas incorporadoras, lançados em 2010 e 2011 - Curitiba.....	292
Figura 8.3 - Lançamentos imobiliários verticais e organização social do território - Curitiba - 2011.....	295
Figura 9.1 - Escolas por desempenho básico e abaixo do básico no 5º ano Língua Portuguesa, por tipologia socioespacial - Curitiba	318
Figura 9.2 - Escolas por desempenho básico e abaixo do básico no 9º ano Matemática, por tipologia socioespacial - Curitiba	321
Figura 9.3 - Curitiba: escolas por nível socioeconômico dos estudantes, por tipologia socioespacial, considerando os AGSN - Curitiba	325
Figura 10.1 - Principais fluxos pendulares para estudo e (ou) trabalho - RMC - 2010	346
Figura 10.2 - Número de entradas e saídas pendulares e percentual relativamente ao total de pessoas que estudam e (ou) trabalham no município - RMC - 2010.....	347
Figura 10.3 - Movimento pendular - Principais fluxos de entrada em Curitiba - RMC - 2000/2010	351
Figura 10.4 - Movimento pendular - Principais fluxos de saída de Curitiba - RMC - 2000/2010	351
Figura 11.1 - Municípios componentes da Rede Integrada de Transporte (RIT) em relação à Área de Concentração da População - RMC - 2013	377
Figura 11.2 - Fluxo de pessoas dos municípios cujo número total que se desloca para outro município é igual ou maior do que 10.000 - RMC - 2010.....	384
Figura 11.3 - Fluxo de pessoas dos municípios cujo número total que se desloca para outro município é menor do que 10.000 - RMC - 2010.....	385
Figura 11.4 - Percentual de pessoas cujo tempo de percurso para o trabalho é igual ou superior a 1 hora - ACP Curitiba - 2010.....	390
Figura 11.5 - Percentual de pessoas cujo tempo de percurso para o trabalho é igual ou inferior a 1/2 hora - ACP Curitiba - 2010	391
Figura 12.1 - Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU local) RMC - 2010.....	406

Figura 12.2 - Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU local) - D1 - Mobilidade Urbana - RMC - 2010	407
Figura 12.3 - Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU local) - D2 - Condições Ambientais Urbanas - RMC - 2010	410
Figura 12.4 - Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU local) - D3 - Condições Habitacionais Urbanas - RMC - 2010.....	412
Figura 12.5 - Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU local) - D4 - Atendimento de Serviços Coletivos Urbanos - RMC - 2010	413
Figura 12.6 - Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU local) - D5 - Infraestrutura Urbana - RMC - 2010	414
Figura 13.1 - Área de proteção dos mananciais da RMC (D.E Nº 6.194/12)	428
Figura 13.2 - APAS e UTPS.....	435
Figura 14.1 - Localização Ilha e Nova Costeira no Núcleo Urbano Central de Curitiba - RMC.....	462
Figura 14.2 - Mapa de inserção do assentamento Vila Nova Costeira em São José dos Pinhais	464
Figura 14.3 - Mapa de inserção do assentamento Ilha em Almirante Tamandaré...	467
Figura 14.4 - Habitações localizadas na Ilha em Almirante Tamandaré	469

Lista de Gráficos

Gráfico 1.1 - Participação no Valor Adicionado Fiscal do Paraná - 1990/2011.....	66
Gráfico 1.2 - Participação da indústria no Valor Adicionado Fiscal (VAF) total e de Curitiba e demais municípios da RMC no VAF industrial do Paraná - 1997/2011	68
Gráfico 1.3 - Participação da população da RMC e de Curitiba no total do Paraná - 1970/2010	71
Gráfico 1.4 - Participação dos recortes selecionados no total da população da RMC - 1970/2010	72
Gráfico 2.1 - Transição demográfica no Brasil - 1900-2050	100
Gráfico 2.2 - Pirâmides etárias - Brasil - 1970, 1991 e 2010.....	102
Gráfico 2.3 - Pirâmides etárias - Paraná - 1970, 1991 e 2010	105
Gráfico 2.4 - Pirâmides etárias - RMC - 1970, 1991 e 2010.....	114
Gráfico 2.5 - Distribuição percentual dos migrantes interestaduais por região brasileira de origem - RMC - 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010.....	119
Gráfico 2.6 - Distribuição percentual dos emigrantes interestaduais por região brasileira de destino - RMC - 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010	120
Gráfico 3.1 - Composição do valor de transformação industrial - Paraná - 2010	142
Gráfico 3.2 - Taxa de desocupação - RMC - 1992/2011.....	147
Gráfico 3.3 - Taxa de formalização - RMC - 1992/2011.....	147
Gráfico 3.4 - Participação da indústria na população ocupada - RMC - 1992/2011	149
Gráfico 3.5 - Evolução do emprego formal e participação da RMC no total estadual - 1990/2010	149

Gráfico 3.6 - Taxa de crescimento anual do emprego formal - RMC - 1990/2013	153
Gráfico 7.1 - Déficit habitacional e participação no programa Minha Casa Minha Vida - Aglomerado Metropolitano de Curitiba	265
Gráfico 8.1 - Evolução do crescimento de unidades residenciais - Curitiba - 2006-2011	287
Gráfico 8.2 - Classificação dos empreendimentos lançados em Curitiba - 2010-2011	297
Gráfico 8.3 - Número de equipamentos de lazer nos empreendimentos verticais - Curitiba	299
Gráfico 8.4 - Tipos de equipamentos de lazer em empreendimentos das maiores incorporadoras	301
Gráfico 9.1 - Percentual de frequência à escola da população de 6 a 14 anos - RMC - 2010	310
Gráfico 9.2 - Percentual da população de 6 anos de idade que frequentava a escola - RMC - 2010	311
Gráfico 9.3 - Taxa de abandono nos anos iniciais do ensino fundamental - RMC - 2012	311
Gráfico 9.4 - Taxa de abandono nos anos finais do ensino fundamental - RMC - 2012	312
Gráfico 9.5 - Reprovação no ensino fundamental - RMC - 2012	313
Gráfico 9.6 - Aprovação no ensino fundamental - RMC - 2012	313
Gráfico 9.7 - IDEB - 1ª fase do ensino fundamental, por nível de integração - RMC - 2011	314
Gráfico 9.8 - IDEB correspondente à 2ª fase do ensino fundamental, por faixa - RMC - 2011	315
Gráfico 9.9 - Distribuição percentual dos estudantes das redes públicas de ensino de Curitiba de acordo com a proficiência avaliada pela Prova Brasil - 2011	317
Gráfico 9.10 - Média e dispersão dos percentuais de estudantes do 5º e 9º anos do ensino fundamental com desempenho abaixo do adequado em Língua Portuguesa, agrupados por tipologia - Curitiba	319
Gráfico 9.11 - Percentual médio de estudantes com desempenho abaixo do adequado em Matemática, 5º ano do ensino fundamental de acordo com a distância entre escola e AGSN, Prova Brasil 2011 - Curitiba	326
Gráfico 10.1 - Taxa de mobilidade pendular - RMC - 2010	345
Gráfico 10.2 - Trocas entre Curitiba e demais municípios da RMC - 2010	349
Gráfico 10.3 - Taxa de mobilidade pendular, segundo grupo etário e sexo - RMC - 2010	355
Gráfico 10.4 - Taxas de mobilidade pendular, segundo faixas de renda do trabalho e local de residência - RMC - 2010	357
Gráfico 10.5 - Taxa de mobilidade pendular entre as unidades intramunicipais, segundo tipologia socioespacial - RMC - 2010	362

Gráfico 11.1 - População, passageiros transportados pela RIT e frota de veículos particulares - ACP de Curitiba - 2000 a 2012.....	378
Gráfico 11.2 - Índice de motorização e taxa de crescimento dos veículos - ACP de Curitiba - 2002/2012	380
Gráfico 12.1 - Índice Global de Bem-Estar Urbano, segundo Regiões Metropolitanas - 2010.....	402
Gráfico 12.2 - Índice Global de Bem-Estar Urbano da RMC e média das 15 RMs analisadas, segundo as dimensões.....	403
Gráfico 13.1 - Evolução da participação dos segmentos com representação no CGM - 1999/2012	441
Gráfico 14.1 - Média de renda familiar - Vila Nova Costeira - 2013.....	465
Gráfico 14.2 - Renda familiar - Ilha - 2013	468

Lista de Mapas e Anexo

Mapa 2.1 - Taxa de fecundidade total, segundo municípios - Paraná - 2010.....	107
Mapa 2.2 - Esperança de vida ao nascer, segundo municípios - Paraná - 2010.....	107
Mapa 2.3 - Índice de idosos, segundo municípios - Paraná - 2010.....	108
Anexo 3.1 - Número e variação absoluta do emprego formal - RMC - 1990-2010	160

Lista de Quadros

Quadro 1.1 - Dimensão da rede de primeiro nível - Curitiba - 2007.....	79
Quadro 3.1 - Principais produtos agrícolas - Paraná - 2010.....	141
Quadro 7.1 - Déficit habitacional da RMC - 2010	261
Quadro 7.2 - Programa Minha Casa Minha Vida 1 - Empreendimentos por município - Aglomerado Metropolitano de Curitiba.....	265
Quadro 7.3 - Programa Minha Casa Minha Vida 1 - Número de empreendimentos por faixa de renda - Aglomerado Metropolitano de Curitiba....	266
Quadro 7.4 - Medidas de integração global para os empreendimentos MCMV 1 - Aglomerado Metropolitano de Curitiba.....	272
Quadro 7.5 - Medidas de integração local para os empreendimentos MCMV 1 - Aglomerado Metropolitano de Curitiba.....	274
Quadro 7.6 - Síntese das medidas de integração global e local para os empreendimentos MCMV 1, em relação às faixas de renda - Aglomerado Metropolitano de Curitiba	275
Quadro 8.1 - Principais empresas incorporadoras externas - Curitiba - 2011	288
Quadro 9.1 - Pontuações nas faixas de desempenho em Língua Portuguesa e Matemática	316
Quadro 9.2 - Correlações entre NSE, Tipologia Socioespacial, Dimensão 3 do IBEU, IBEU e percentual de estudantes com desempenho abaixo do adequado na Prova Brasil de 2011.....	323
Quadro 9.3 - Descrição das variáveis testadas nas análises.....	327

Quadro 9.4 - Nível 1: Estatísticas descritivas para a análise das escolas de 5º ano do ensino fundamental - Curitiba - 2011.....	328
Quadro 9.5 - Nível 2: Estatísticas descritivas para a análise das áreas de ponderação pelas quais se distribuem as escolas de 5º ano do ensino fundamental - Curitiba - 2011	328
Quadro 9.6 - Resumo dos modelos hierárquicos lineares aplicados, 5º ano do ensino fundamental - 2011.....	329
Quadro 9.7 - Nível 1: Estatísticas descritivas para a análise das escolas de 9º ano do ensino fundamental - Curitiba - 2011.....	331
Quadro 9.8 - Nível 2: Estatísticas descritivas para a análise das áreas de ponderação pelas quais se distribuem as escolas de 9º ano do ensino fundamental - Curitiba - 2011	332
Quadro 9.9 - Resumo dos modelos hierárquicos lineares aplicados, 9º ano do ensino fundamental - 2011.....	332
Quadro 13.1 - Número de temas discutidos em planejamento e controle no CGM - 1999-2012.....	436

Lista de Tabelas

Tabela 2.1 - População e taxas médias geométricas de crescimento anual - Brasil - 1900/2010	100
Tabela 2.2 - Taxas médias geométricas de crescimento anual da população, segundo grupos etários especiais - Paraná - 1991-2000 e 2000-2010	104
Tabela 2.3 - Fluxos migratórios de data fixa - Paraná - 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010	106
Tabela 2.4 - População, participação no total da população e taxas geométricas de crescimento anual - Regiões Metropolitanas - Paraná - 2000-2010	109
Tabela 2.5 - Índice de idosos e razão de dependência - RMC - Paraná - 2000 e 2010	114
Tabela 2.6 - Fluxos migratórios de data fixa - RMC - 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010	118
Tabela 2.7 - Fluxos migratórios de data fixa - RMC - 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010	121
Tabela 3.1 - População de 10 anos de idade ou mais e taxa anual de crescimento, segundo condição de atividade e de ocupação - RMC - 1992-2001-2011	145
Tabela 3.2 - Número de empregos formais e taxa de crescimento anual - RM - 1990/2010.....	151
Tabela 3.3 - Número e variação do emprego formal, segundo unidade espacial - RMC - 1990/2010	153
Tabela 3.4 - Distribuição percentual do emprego formal, por unidade espacial, segundo setor de atividade - RMC - 1990/2010.....	155
Tabela 4.1 - Evolução da população total e urbana na RMC - 1970 a 2000.....	170
Tabela 4.2 - Produto Interno Bruto - Região Metropolitana de Curitiba - 2000, 2005 e 2010	171

Tabela 4.3 - Indicadores relacionados à dinâmica ocupacional - RMC - 2000 e 2010	172
Tabela 4.4 - Taxa média de crescimento anual dos municípios da RMC, segundo os níveis de integração - 1970 a 2000	174
Tabela 4.5 - Participação dos municípios, segundo níveis de integração, no Produto Interno Bruto - RMC - 2000 e 2010	175
Tabela 4.6 - População ocupada, segundo categorias sócio-ocupacionais - RMC - 2010	178
Tabela 4.7 - Distribuição percentual dos ocupados e variação relativa nos grupos de categorias sócio-ocupacionais - RMC - 1980/1991	181
Tabela 4.8 - Distribuição percentual dos ocupados, segundo grupos de categorias sócio-ocupacionais - RMC - 1991/2000	182
Tabela 4.9 - Distribuição percentual dos ocupados, segundo grupos de categorias sócio-ocupacionais - RMC - 2000/2010	183
Tabela 4.10 - Participação percentual dos ocupados nos municípios, segundo nível de integração - RMC - 2000/2010	185
Tabela 4.11 - Densidade relativa dos tipos socioespaciais, por categoria sócio-ocupacional - RMC - 2000/2010	188
Tabela 4.12 - Composição interna dos tipos socioespaciais, por categoria sócio-ocupacional - RMC - 2000/2010	190
Tabela 4.13 - Número de áreas de ponderação, por tipo socioespacial - RMC - 2000 e 2010	191
Tabela 4.14 - Número de áreas de ponderação, por tipo socioespacial - RMC - 2000 e 2010	196
Tabela 5.1 - Distribuição, variação e taxa de crescimento dos domicílios particulares - Paraná e RMC - 2000 e 2010	209
Tabela 5.2 - Distribuição dos domicílios particulares, segundo arranjos - Paraná e RMC - 2000 e 2010	211
Tabela 5.3 - Distribuição e variação dos arranjos domiciliares não familiar, segundo tipo - Paraná e RMC - 2000 e 2010	212
Tabela 5.4 - Distribuição dos arranjos domiciliares familiar, segundo algumas características do domicílio - Paraná e RMC - 2000 e 2010	214
Tabela 5.5 - Distribuição dos chefes de arranjo domiciliar familiar, segundo algumas características - Paraná e RMC - 2000 e 2010	218
Tabela 5.6 - Distribuição dos arranjos domiciliares familiar, segundo tipo - Paraná e RMC - 2000 e 2010	222
Tabela 5.7 - Tipos de arranjos domiciliares familiar, segundo número médio de moradores da unidade doméstica - Paraná e RMC - 2000 e 2010	223
Tabela 5.8 - Distribuição dos arranjos domiciliares familiar, segundo composição - Paraná e RMC - 2000 e 2010	225
Tabela 6.1 - Espaços informais de moradia na metrópole de Curitiba, segundo décadas 1990-2000	246
Tabela 6.2 - Domicílios em espaços informais de moradia na metrópole de Curitiba, segundo décadas - 1990-2000	247

Tabela 6.3 - Número de assentamentos, segundo tipologias dos espaços informais de moradia na metrópole de Curitiba na década de 2000	248
Tabela 8.1 - Alvarás de construção - Curitiba - 2006-2011	287
Tabela 10.1 - Deslocamentos para estudo e trabalho - Paraná - 2010	342
Tabela 10.2 - Participação no total do Estado da população residente que frequenta escola e ocupada e dos deslocamentos para estudo e trabalho - Paraná - 2000/2010	343
Tabela 10.3 - Número de pessoas que trabalham e (ou) estudam e realizam movimento pendular - RMC - 2010	344
Tabela 10.4 - Deslocamentos para trabalho e (ou) estudo - Curitiba - 2000/2010	348
Tabela 10.5 - Número de deslocamentos para estudo e trabalho relacionados ao polo, segundo municípios da RMC - 2010.....	350
Tabela 10.6 - Número e participação percentual de ocupados residentes em municípios da RMC, segundo tipo de fluxo pendular - 2010	352
Tabela 10.7 - Distribuição dos fluxos pendulares, por sexo, segundo tipo de fluxo - RMC - 2010.....	353
Tabela 10.8 - Distribuição dos fluxos pendulares, por faixa etária, segundo tipo de fluxo - RMC - 2010	354
Tabela 10.9 - Classes de rendimento do trabalho, segundo tipo de fluxo pendular - RMC - 2010	356
Tabela 10.10 - Distribuição percentual dos ocupados segundo tipo de fluxo pendular e posição na ocupação - RMC - 2010.....	358
Tabela 10.11 - Taxa de mobilidade pendular, segundo posição na ocupação e setor de atividade - RMC - 2010.....	359
Tabela 10.12 - Distribuição percentual dos ocupados, segundo tipo de fluxo pendular e setor de atividade - RMC - 2010.....	360
Tabela 11.1 - Rede Integrada de Transporte: número da frota operante, passageiros transportados ao ano (média dos dias úteis) e linhas - RIT e fora da RIT - abril de 2013.....	381
Tabela 11.2 - Número de passageiros transportados, frota operante e número de linhas - municípios da RIT - entre 2000 e 2012.....	382
Tabela 11.3 - Número de pessoas que se deslocam para o trabalho - ACP de Curitiba - 2000 e 2010.....	382
Tabela 11.4 - Classificação da idade da frota - ACP de Curitiba - 2000-2012	392
Tabela 12.1 - Percentual do número de setores censitários, por classificação das dimensões do IBEU local - RMC - 2010	409
Tabela 12.2 - IBEU segundo organização social da metrópole - RMC - 2010	415
Tabela 12.3 - Índices das dimensões componentes do IBEU, segundo organização social da metrópole - RMC - 2010	417

Apresentação

O Núcleo Curitiba do Observatório das Metrôpoles torna público este livro que tem por objeto de análise a Região Metropolitana. Com ele, dá continuidade e atualiza as leituras acerca do território institucional dessa RM, iniciadas em 2005, quando o IPARDES disponibilizou a publicação “Indicadores intrametropolitanos para a Região Metropolitana de Curitiba”, anexando um CD-Room com dados e mapas temáticos, que se constituiu na versão preliminar do volume 7 da coleção Conjuntura Urbana, do Observatório das Metrôpoles, publicado em 2006, intitulado “Como Andam Curitiba e Maringá?” Reuniam-se, em um mesmo livro, as análises realizadas pelos dois núcleos do Observatório das Metrôpoles, sediados no Paraná. Essa publicação se valia de informações do Censo Demográfico de 2000 na unidade das áreas de ponderação da amostra (AEDs), garantindo, portanto, uma leitura pormenorizada do território dessas duas regiões metropolitanas.

Em 2009, com os resultados da Contagem da População de 2006, e tendo em vista alguns avanços metodológicos na composição da tipologia socioespacial, baseada nas categorias sócio-ocupacionais, um segundo livro foi publicado sobre a RMC, intitulado “Dinâmicas intrametropolitanas e produção do espaço na Região Metropolitana de Curitiba”, organizado por Rosa Moura e Olga Firkowski. Nele, apresentavam-se também resultados de análises sobre o processo de atração de capitais internacionais, particularmente vinculados à instalação do polo automotivo do Estado, que apontavam para a inserção assimétrica de poucos municípios nos novos segmentos da economia e o aumento da desigualdade social, visto que as estratégias econômicas não se fizeram acompanhar de políticas sociais que contrarrestassem seus efeitos socialmente excludentes e ambientalmente predatórios.

Muitos autores que participaram desses dois momentos de pesquisa, debates e produção de sínteses, reencontram-se no presente livro, o que garante a continuidade e o aprofundamento analítico, por meio do acúmulo, do aperfeiçoamento metodológico e da clareza no acompanhamento das tendências. Contudo, revelando a dinâmica da produção do conhecimento e a necessidade de ampliação temática, novos autores foram incorporados ao grupo de pesquisa, o que resultou

na ampliação de olhares sobre a realidade em questão, provenientes de outras áreas do conhecimento. Criou-se, então, um espaço de reflexão que garantiu uma visão clara e prospectiva das dinâmicas recentes da Região Metropolitana de Curitiba.

Os encontros periódicos do grupo, por meio da realização de oficinas de trabalho, permitiram a aproximação entre os pesquisadores, oriundos de áreas do conhecimento e de realidades institucionais diversas: Geografia, Arquitetura e Urbanismo, Economia, Demografia, Educação, Sociologia, Direito, entre outras, e procedentes tanto da universidade (Federal do Paraná, Positivo) quanto de instituto de pesquisa (IPARDES), o que resultou numa dinâmica de discussão coletiva e na interação do grupo nos temas trabalhados e nos textos produzidos. Não menos relevante foi o seminário realizado em setembro de 2013 com a apresentação prévia dos resultados das pesquisas para público constituído de técnicos e gestores de alguma forma relacionados à região metropolitana.

Duas dimensões orientam os objetivos deste livro. A primeira é a dimensão local/regional, comprometida com a análise das transformações nas dinâmicas metropolitanas, quer as de natureza intrametropolitanas, quer as que alimentam as relações desta região metropolitana com a rede urbana brasileira, procurando observar as transformações na configuração espacial da metrópole e suas tendências, à luz da base conceitual sobre a metrópole contemporânea. A segunda é a dimensão nacional/comparativa, que busca oferecer elementos para que se possam comparar as metrópoles brasileiras. Tal comparação pretendida pelo Observatório das Metrôpoles deverá dar-se sob a óptica conceitualmente construída para a categoria metrópole/região metropolitana, e pelos resultados de pesquisas sobre unidades empiricamente descritas, com base na metodologia e nos procedimentos técnicos adotados no programa de pesquisa INCT/Observatório das Metrôpoles, que tem como elo metodológico a análise dos processos socioespaciais que organizam internamente as metrópoles brasileiras. Mais que apenas comparar, o Observatório coloca como tarefa inicial “construirmos conceitualmente a metrópole brasileira e suas transformações no período 1980-2010.” (RIBEIRO, 2013, p.7)¹

¹ RIBEIRO, L.C. de Q. *Transformações na Ordem Urbana na Metrópole Liberal-Periférica: 1980/2010. Hipóteses e estratégia teórico-metodológica para estudo comparativo.* Rio de Janeiro: OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES / INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA / FAPERJ - CAPES - CNPq, 2013, 75p.

Para alcançar tais propósitos, o livro está estruturado em três partes: o processo de metropolização; a dimensão socioespacial da exclusão/integração na RM de Curitiba; governança urbana, cidadania e gestão da região metropolitana. A primeira compõe-se de três capítulos: o primeiro (Capítulo 1) trata da inserção da metrópole de Curitiba na rede urbana brasileira e sua configuração interna, contemplando a configuração do espaço metropolitano no Paraná, a evolução da ocupação e expansão do aglomerado metropolitano, a RMC na hierarquia da rede urbana do Brasil e os níveis de integração à dinâmica da metropolização brasileira. O segundo (Capítulo 2) aborda a transição demográfica na Região Metropolitana de Curitiba, contextualizando-a com a transição demográfica brasileira e paranaense, para dedicar-se especificamente à dinâmica populacional da Região Metropolitana de Curitiba, considerando a transição etária e a componente migratória na Região. O terceiro (Capítulo 3) dedica-se às mudanças no mercado de trabalho no período 1991/2010, com foco na estrutura produtiva do estado e região, na evolução do emprego formal e em seu impacto diferenciado no interior da RMC.

A segunda parte compõe-se de nove capítulos, tendo início com aquele que prioriza o enfoque teórico-metodológico que orienta as análises seguintes (Capítulo 4). Trata-se da análise da estrutura social e organização social do território, considerando as transformações socioterritoriais e ocupacionais na RMC, as mudanças e a conformação atual na sua estrutura social e a tipologia socioespacial, baseada nas categorias sócio-ocupacionais em suas localizações na RMC.

As transformações na estrutura social e na organização do território da Região Metropolitana de Curitiba são analisadas sob vários recortes temáticos. Inicia-se (Capítulo 5) com uma abordagem sobre os arranjos familiares e características das unidades domésticas nos anos 2000 e 2010 na região, trazendo aspectos conceituais e metodológicos sobre família e domicílio e o perfil dos domicílios, arranjos domésticos e arranjos domiciliares familiares. Na sequência (Capítulo 6), as transformações são analisadas sob a perspectiva da produção dos espaços informais de moradia e das tendências de organização socioespacial do território na metrópole, cuja análise tem início com uma contextualização da produção dos espaços informais de moradia e estruturação das cidades brasileiras nas últimas décadas, e prossegue tratando especificamente da produção dos espaços informais de moradia popular e estruturação da metrópole no período que antecede a década de

1990, nas décadas de 1990 e 2000 e no final da década de 2000, dando início à reflexão sobre que fenômenos a nova espacialidade metropolitana revela.

Ainda sobre o tema moradia, o Programa Minha Casa Minha Vida é analisado no capítulo “a rede que se espalha” (Capítulo 7), no qual se busca compreender esse programa no cenário da política habitacional brasileira e sua implantação para a população de baixa renda no aglomerado metropolitano de Curitiba. É realizada uma análise da acessibilidade urbana em relação à localização dos empreendimentos MCMV, para o que se aplica a metodologia de “leitura sintática”.

No âmbito do mercado formal para segmentos de renda mais elevada, o capítulo “verticalização e novos produtos imobiliários em Curitiba” (Capítulo 8) traça um perfil da financeirização e atuação das empresas incorporadoras de atuação nacional na produção imobiliária, das transformações no mercado imobiliário em Curitiba e das características do processo recente de verticalização, apontando a concentração e a seletividade espacial dos empreendimentos verticais recentes e os novos produtos imobiliários.

Os efeitos da situação no território da RMC sobre o desempenho educacional é o tema do capítulo “organização social do território e distribuição de oportunidades educacionais: um estudo exploratório sobre o caso da região metropolitana de Curitiba” (Capítulo 9). Nele, parte-se de metodologia desenvolvida nacionalmente para se analisar a distribuição de oportunidades educacionais na RMC, acesso, permanência e qualidade do ensino público e as relações entre oportunidades educacionais e organização socioespacial no município de Curitiba.

A mobilidade no interior do território da RMC é objeto de dois capítulos. O primeiro (Capítulo 10), “organização social do território e mobilidade pendular da população”, contempla inicialmente a importância da mobilidade pendular nas dinâmicas metropolitanas e no Paraná, para aprofundar, em seguida, a análise dos deslocamentos pendulares na RMC, as trocas pendulares com o município-polo, o perfil das pessoas ocupadas que realizam deslocamento pendular (sexo e idade, rendimento médio por tipo de fluxo e condição da ocupação e setor de atividade), e a mobilidade dos ocupados em relação à tipologia socioespacial. O segundo (Capítulo 11) aborda o “transporte público e particular na Área de Concentração de População de Curitiba”. Nele se analisa o crescimento da frota de veículos particulares em detrimento dos volumes relativos aos passageiros transportados pelo

sistema público, discutindo a parcialidade da integração metropolitana em face das demandas crescentes decorrentes da ampliação dos movimentos pendulares da população.

Como síntese da dimensão socioespacial da exclusão e da integração na RMC, o último capítulo da segunda parte do livro (Capítulo 12) volta-se a uma leitura do “índice de bem-estar urbano na região metropolitana de Curitiba”. Considera a posição da Região Metropolitana de Curitiba no conjunto de RMs que foram objeto de análise comparativa por meio do Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU), desenvolvido pelo Observatório das Metrôpoles, os aspectos relevantes do IBEU local no interior da RMC, e em relação à tipologia que sintetiza a organização social da metrópole.

Na terceira parte do livro, governança urbana, cidadania e gestão são analisadas em dois capítulos. O primeiro (Capítulo 13) narra os conflitos na construção da escala metropolitana de gestão, tomando como objeto de análise a experiência do Conselho Gestor dos Municípios da RMC. Ilustra a abordagem traçando o cenário de constituição do Conselho, sua atuação entre 1999 e 2012, revelada a partir das atas de reunião, e se analisa a participação dos segmentos, sob a óptica da deliberação pública: protagonismos, conflitos e articulação dos segmentos participantes. Conclui que permanece o desafio da construção da escala metropolitana de gestão, no âmbito da governança territorial das regiões metropolitanas.

O segundo (Capítulo 14) enfoca as disputas pela produção e apropriação da terra urbana no caso de dois assentamentos precários, a Ilha (município de Almirante Tamandaré) e a Nova Costeira (município de São José dos Pinhais), como duas situações ilustrativas do contexto atual de acirramento dos conflitos fundiários urbanos, sem vislumbre de equacionamento no marco dos direitos humanos à moradia digna e à cidade. Nele são analisados o espaço formal do planejamento e os espaços informais de moradia, estes sistematicamente “invisibilizados” na cartografia da ação estatal, e formuladas alternativas à busca de um planejamento para a cidadania metropolitana.

A “introdução” deste livro é composta a partir das principais mudanças e permanências, desafios e perspectivas apontadas em cada um dos 14 capítulos. Mais do que apresentar os conteúdos, tem como desafio a proposição de uma síntese analítica que contempla as transformações na organização social do território da RMC e os movimentos de expansão da espacialidade metropolitana. Antes dessa síntese, faz

uma breve reflexão teórica e institucional sobre o conteúdo e significado da expressão “território metropolitano”, bem como dos recortes espaciais da RMC e suas diversas compreensões pelos autores e pesquisadores em geral.

Espera-se, dessa forma, situar o leitor não apenas na perspectiva dos propósitos que nortearam a obra, como também apresentar os marcos teórico-conceituais que conduziram as análises e alguns elementos acerca dos processos em curso nas últimas décadas.

Por fim, este projeto não teria sido concluído sem o aporte de recursos do CNPQ, por meio do financiamento e das bolsas concedidas aos INCT- Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, da parceria com a FAPERJ – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, e sem a inserção de pesquisadores originários de várias instituições de ensino e pesquisa do Paraná.

Olga Firkowski

Rosa Moura

Editoras

Introdução: transformações na ordem urbana da RMC

Rosa Moura

Olga Lúcia C. de Freitas Firkowski

Quais são as principais transformações na organização socioespacial pelas quais passa a Região Metropolitana de Curitiba (RMC) nas três últimas décadas? Essa questão perpassa todos os temas abordados nos diversos capítulos das três partes que compõem este livro. Para respondê-la é necessário decompor seus elementos constitutivos, a começar elucidando qual o objeto de pesquisa, a RMC, isto porque o recorte institucional foi o ponto de partida das análises, mas o mesmo foi desdobrado progressivamente ao longo dos capítulos, tendo em vista a busca de outro recorte espacial que melhor expressasse as perguntas e hipóteses propostas.

Sem relação direta à compreensão conceitual sobre metrópole e aglomeração metropolitana, região metropolitana, no caso brasileiro, é a expressão que se atribui a unidades regionais instituídas por lei, conforme disposto na Constituição Federal de 1988,² tenham ou não natureza metropolitana. Tal natureza emana da polaridade por uma metrópole, que se expressa, contemporaneamente, na condição de lugar “privilegiado e objeto de operação do denominado processo de globalização, ou seja, dos mercados globais...” (SOUZA, 1999, p.33) ou, na visão de Santos (1990, p.9), por serem “os maiores objetos culturais jamais construídos pelo homem”. De fato, a metrópole ganha novo destaque após meados da década de 1980, sobretudo na Europa, quando emergem funções metropolitanas que se relacionam muito mais aos serviços voltados às empresas do que àqueles voltados

² A lei prevê em seu Art. 25, parágrafo 3º, que “Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.” Unidades regionais que transcendem limites estaduais são objeto de institucionalização por lei federal, na condição de regiões integradas de desenvolvimento, como dispõe o Art. 43: “Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.”

à população, como ocorria nas décadas de 1960 e 1970. Disso resulta o desenvolvimento e a intensificação, em seu interior, de funções com elevado conteúdo decisório (MERENNE-SCHOUMAKER, 1998; JULIEN, 2002). Ascher (1995) reconhece as metrópoles como as mais dinâmicas, multifuncionais e importantes das grandes aglomerações de um país; elos de relacionamento com outras metrópoles nacionais e internacionais, pautado pela presença de empresas, capitais e universidades. Os espaços engendrados por essas dinâmicas são mais que simplesmente aglomerações ou morfologias concentradoras, mas expressam modos de vida e de produção. Tais conteúdos se encontram presentes em poucas das unidades institucionalizadas como regiões metropolitanas no Brasil.

Aglomeração metropolitana corresponde à mancha de ocupação que pode ser contínua ou descontínua, diretamente polarizada por uma metrópole, onde se realizam as maiores intensidades de fluxos e se verificam as maiores densidades de população e atividades, envolvendo municípios com alto grau de integração ou englobando parcialmente ou inteiramente apenas a área do município central. A densificação de atividades e populações é uma característica das áreas metropolitanas (KNOX e AGNEW, 1994). Sua configuração e expansão obedecem a lógicas comuns, apoiadas na ação do Estado, dos mercados imobiliário e financeiro, e se valem do planejamento e da tecnologia da construção, das atividades da indústria e da oferta de moradias, visto que a produção do ambiente construído e as mudanças na forma urbana são produtos diretos dos ciclos de acumulação do capital (GOTTDIENER, 1993). Essas aglomerações polarizam espaços mais extensos, diversos, que vão além da contiguidade urbana, compondo o que se denomina, na literatura internacional, região metropolitana – categoria que exprime articulação funcional interna e que se limita no alcance da influência de sua polaridade.

A maioria das regiões metropolitanas (RMs) institucionalizadas no Brasil, além de desconsiderar a natureza do polo como definidora da adjetivação metropolitana, tem seus limites territoriais determinados em função de interesses administrativos e(ou) políticos, podendo coadunar ou divergir da região de influência de sua centralidade principal. Por ser esse um ato arbitrário, é fundamental a distinção entre o processo institucional e o processo socioespacial de formação das unidades ditas metropolitanas, para que se compreendam a essência motivadora e as lógicas dos fenômenos analisados nos capítulos deste livro.

No caso da Região Metropolitana de Curitiba, instituída por lei federal antes mesmo da disposição constitucional de 1988, trata-se, sim, de uma unidade cujo polo tem natureza metropolitana, conforme classificação do IBGE (2008), dadas as funções metropolitanas que exerce, a dimensão de suas relações como centralidade regional no sul do país e suas articulações funcionais e econômicas nacionais e internacionais, como mostram os resultados das análises realizadas. Sua criação, por lei federal em 1973 (LCF 14/73), decorreu de estudos técnicos que identificaram nove regiões metropolitanas no Brasil. Quando da criação, a RM de Curitiba foi composta por 14 municípios. Nos anos 1990, esse território institucional passou a integrar 26 municípios, cinco resultantes de desmembramentos e sete incorporados pela faculdade constitucional adquirida pelo Estado de instituir ou alterar a composição das unidades regionais. Mais recentemente outros três municípios foram inseridos, levando a composição da RMC, no momento desta publicação, a 29 municípios.

O território institucional da RM de Curitiba estende-se entre os limites estaduais do Paraná com São Paulo, ao norte, e com Santa Catarina, ao sul. É bastante heterogêneo, configurando uma aglomeração metropolitana na porção central, fortemente concentrada, urbanizada, densa, continuamente ocupada, que contrasta com porções caracteristicamente agrícolas, ao sul, e com municípios integrantes da região do Vale do Ribeira, ao norte, marcados por carências econômicas e sociais. Além dessa aglomeração metropolitana, o território institucional da RMC abriga ainda uma pequena aglomeração urbana, ao sul, centrada nos municípios Rio Negro-PR e Mafra-SC, e uma ainda menor, ao norte, que articula as áreas urbanas de Adrianópolis-PR e Ribeira-SP. Os resultados das análises apontam relações intensas da primeira com municípios catarinenses, constituindo um núcleo urbano com intensa mobilidade própria.

Essa aglomeração central é analisada sob várias denominações e recortes. Para o IBGE (2008), é denominado “área de concentração de população” (ACP), e faz parte de um conjunto de aproximadamente meia centena de ACPs situadas nas porções mais urbanizadas do território brasileiro. Os critérios usados pelo IBGE na identificação das ACPs respondem aos elementos conceituais que se atribuem a uma aglomeração urbana – densidade, contiguidade, fluxos intensos, entre outros. O recorte da ACP no interior da RMC traduz com muita precisão o espaço correspondente a uma aglomeração urbana, de natureza metro-

politana: compõe-se por 14 municípios que formam a mancha contínua de ocupação da metrópole e seus vetores de mais intenso crescimento populacional, ainda que em descontinuidade (Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais) e a unidade espacial configurada apresenta indicadores de fluxos e funções que a qualificam a ocupar, na hierarquia de centros da rede urbana brasileira, a classificação de Metrópole, entre 12 ACPs nessa mesma posição.

A complexidade da realidade abarcada sob a denominação de RMC e as opções conceituais dos autores de cada capítulo, que atendem a especificidades temáticas ou institucionais, resultam em expressões distintas, porém com incidência aproximada à espacialidade desse recorte do IBGE: “aglomeração”, “aglomerado metropolitano” ou “aglomerado urbano”, por reconhecer a realidade socioespacial conformada pela mancha de ocupação e as características próprias decorrentes; “Núcleo Urbano Central”, por se tratar de nomenclatura utilizada no âmbito da agência governamental (Coordenação da Região Metropolitana – COMEC), como dispõe o Plano Metropolitano (COMEC, 1996); “espaço metropolitano” ou simplesmente “metrópole de Curitiba”, reconhecendo a extensão da dinâmica para além do município de Curitiba. Em relação a esse município, é associado à condição de “polo”, “município-polo”, “cidade-polo”, e algumas vezes “núcleo da RMC”, nos dois casos contrapondo-o a todos os demais municípios da região institucionalizada. As expressões “periferia” ou “municípios periféricos”, assim como “demais municípios”, devem ser sempre tomadas com atenção, pois além da variação citada, podem referir-se especificamente aos municípios integrados no território da RMC, mas que não se incluem ou desenvolvem relação menos intensa com os agrupamentos anteriores (são eles: Adrianópolis, Agudos do Sul, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campo do Tenente, Cerro Azul, Contenda, Doutor Ulysses, Lapa, Mandirituba, Piên, Quitandinha, Rio Negro, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná). Apesar dessa variedade de expressões, é unânime que ao se referir à espacialidade metropolitana está se tratando de um conjunto circunscrito de municípios; e, assim, evita-se o uso da expressão “território metropolitano”, pois se assume que a condição territorial em análise corresponde ao recorte formal da RM, em seu conjunto de 29 municípios, optando-se por empregar a expressão “território da Região Metropolitana de Curitiba”.

Assim, considerando as especificidades das análises efetuadas em cada um dos capítulos do presente livro, o leitor será remetido, necessariamente, a abordagens escalares distintas, tendo em vista aquela que melhor responda às indagações de pesquisa e que melhor explique a realidade investigada em cada capítulo.

A heterogeneidade entre os municípios que integram o território institucional da RM de Curitiba não é uma especificidade, pois encontra consonância no universo heterogêneo e diverso dos municípios que compõem as inúmeras unidades institucionalizadas no país. Tal diversidade e heterogeneidade motivou o Observatório das Metrôpoles a desenvolver uma tipologia voltada a classificar os níveis de integração à dinâmica da metropolização brasileira, referenciado no que se compreende por metropolização contemporânea (OBSERVATÓRIO, 2012). As unidades consideradas apresentaram as mais distintas características quanto à natureza dos fenômenos urbanos, composição dos municípios, extensão de limites e níveis de integração ao processo de metropolização, sendo que a maioria das unidades institucionalizadas como regiões metropolitanas compõe-se por municípios pouco ou nada integrados à dinâmica da metropolização, o que leva a questionar a opção pelo adjetivo “metropolitana” em sua denominação institucional, até porque a lei faculta também a instituição de aglomerações urbanas e microrregiões. Reconhecer tal heterogeneidade de níveis de integração é fundamental para caracterizar o processo de institucionalização, orientar estudos intraunidades institucionalizadas e comparativos de âmbito nacional, regional e estadual, assim como para o desenvolvimento de práticas de governança adequadas à diversidade e heterogeneidade constatada, além da proposição de políticas públicas adequadas a cada realidade.

Na RM de Curitiba, os municípios obtiveram a seguinte classificação: (i) altíssimo – Curitiba (polo); (ii) muito alto – Almirante Tamandaré, Araucária, Colombo, Pinhais e São José dos Pinhais; (iii) alto – Fazenda Rio Grande e Quatro Barras; (iv) médio – Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Itaperuçu, Lapa, Piraquara, Rio Branco do Sul e Rio Negro; (v) baixo – Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campo do Tenente, Contenda, Mandirituba, Piên e Tunas do Paraná; e (vi) muito baixo – Adrianópolis, Agudos do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Quitandinha e Tijucas do Sul. Todos os municípios dos três primeiros níveis integram a ACP, e entre os municípios classificados no quarto nível (médio), Lapa constitui uma pequena centralidade muito

distante da ACP e Rio Negro, também distante, sinaliza as dinâmicas de sua própria aglomeração urbana.

Sobre esse território institucional, heterogêneo e distintamente integrado à dinâmica metropolitana, as análises versaram sobre dois enfoques amplos e convergentes: as transformações na organização social e os movimentos de expansão da espacialidade metropolitana. Para o primeiro enfoque, as referências estavam contidas na metodologia de análise que orienta o projeto em rede coordenado pelo Observatório das Metrôpoles; para o segundo, nas tendências de configuração espacial da metrópole contemporânea, conforme literatura especializada.

Transformações na organização social do território da RMC

Para garantir o elo metodológico à comparabilidade entre as metrópoles brasileiras, as análises contemplam a evolução da organização social das metrópoles; os mecanismos produtores do espaço metropolitano, relacionados às dinâmicas demográfica e imobiliária; e as relações entre organização social do território metropolitano e desigualdades sociais quanto ao acesso às condições de bem-estar urbano. Os resultados subsidiam o aprofundamento conceitual e metodológico do quadro de referência que vem sustentando o modelo de análise dos fenômenos de diferenciação, segmentação e segregação residencial e a interpretação do seu impacto na vida social da metrópole (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2008).

O ponto central que norteia as análises é a “compreensão de que a articulação do mix de modos de integração econômica com a organização social do território, padrões de sociabilidade e as formas de intervenção pública resultou na constituição de uma *ordem urbana da metrópole liberal-periférica*.” (RIBEIRO, 2013, p.9 – itálico no original) Compreende-se “ordem urbana” como o resultado do imbricamento de três esferas da sociedade: o mercado, o Estado e a família/comunidade, cuja combinação faz surgir em cada sociedade regimes de bem-estar social, ou sistemas de gestão dos riscos da reprodução e da des-coesão social, que convivem com o mercado, seja ele fundado em um sistema público de redistribuição ou nas relações de reciprocidade inerentes à organização familiar-comunitária. Para se analisar a organiza-

ção social do território, implícita nessa ordem urbana, é necessário, simultaneamente, identificar a distribuição das classes e grupos sociais na cidade, e os padrões de interação sociais e estilos de vida associados a essa distribuição. Isto implica assumir como variável dependente: (i) os padrões de organização social do território nas RMs; (ii) a explicação das suas dinâmicas de constituição (estrutura social e mercado de trabalho, demografia, mercado imobiliário, sistemas de transportes, políticas urbanas, modelos de governos, organização institucional, padrões de relações entre níveis de governo etc.) e a descrição da relação entre organização social do território e desigualdades sociais (mercado de trabalho e educação). Como variáveis independentes devem-se considerar a posição da metrópole na rede urbana, sua inserção na estrutura produtiva regional/nacional e as políticas nacionais de moradia, saneamento, entre outras políticas urbanas (RIBEIRO, 2013).

Esse é, portanto, um dos desafios do presente livro, qualificar as transformações, sob a óptica das mudanças e permanências na ordem urbana, confrontando dinâmicas locais com nacionais e vislumbrando uma explicação abrangente da realidade metropolitana brasileira.

Nesse contexto, considera-se a metrópole “periférica”, pois a relação entre as metrópoles e a mundialização econômica está na origem de seu surgimento, desde a fase colonial, com “o fenômeno da metropolização entendido como centros urbanos que têm suas dinâmicas de organização e funcionamento decorrentes de duas órbitas de influência: como satélite de uma ordem econômica hierárquica que materializa a divisão mundial do trabalho e nos liga à economia-mundo e para dentro como centro de poderes econômicos e políticos que dominam o território interno. Esta ordem econômica hierárquica da economia-mundo já formava desde a sua origem no século XVI uma rede urbana mundial.” (RIBEIRO, 2013, p.10) Com as mudanças geoeconômicas e geopolíticas, ocorridas na segunda metade dos anos 1950, redesenhou-se a divisão mundial do trabalho, tornando possível a internalização por países periféricos, inclusive o Brasil, de parte da dinâmica de acumulação e valorização do capital pela industrialização. A metropolização brasileira deu-se no bojo desse processo, constituindo-se, no país, uma rede urbana complexa e diversificada que articula o território nacional à dinâmica da expansão capitalista.

A metrópole é também “liberal”, pois se supõe que a dinâmica econômica, social e territorial, que organiza internamente as metrópoles periféricas, suas condições de precariedade do *habitat* urbano,

favelas e periferias pobres, enclaves urbanos dos segmentos superiores da estrutura social, desigualdade de acesso aos equipamentos e serviços coletivos, desmesurada expansão territorial e “desgovernança” das ações públicas, são “traços marcantes das nossas grandes cidades”, que resultam “da ação das forças liberais-internacionalizantes que dirigiram a nossa constituição como semiperiferia da expansão da economia-mundo”. (RIBEIRO, 2013, p.11) Tais forças bloquearam o surgimento de um processo de autoproteção nacional e social diante dos efeitos desarticuladores do mercado autorregulado, como previa Polanyi (2000) sobre a expansão do capitalismo. Fiori (1999) destaca a universalidade desses processos na medida em que expressam o desenvolvimento territorial desigual do capitalismo e por serem impulsionados pela competição e hierarquização do poder dos Estados nacionais. Porém, apesar de sua universalidade, salienta que os mesmos atuam de forma diferente quando fora do núcleo original do sistema (norte-europeu).

Em face dessa condição de metrópole apontada, a análise da ordem urbana remete a alguns questionamentos gerais sobre as mudanças, particularmente no período 1980/2010, adotados na pesquisa: é possível afirmar que há uma transição do modelo de desenvolvimento do capitalismo nacional? O país encontra-se em uma nova rodada de “desenvolvimentismo” ou em uma longa transição de transformações liberais? Quais as consequências para a ordem urbana brasileira: ruptura ou transição? Que papel a cidade exerce na definição da trajetória desta transição? Sobre eles, prevalece a hipótese de reconstrução (ou não) da coalizão conservadora que vem comandando a expansão do capitalismo associado e os impactos na ordem urbana, com reconstrução do tripé capital internacional / Estado / capital nacional, agora sob a hegemonia do capital financeiro (internacional e nacional) e de sua lógica, com o reforço e internacionalização de grandes grupos econômicos nacionais (RIBEIRO, 2013).

Assim,

Na fase atual, estaríamos no momento de retomada da força do movimento liberal internacionalizante na expansão do capitalismo, hipótese que pode parecer contraditória com a retórica nacionalista, estatista e desenvolvimentista das atuais elites governantes e com as políticas sociais apresentadas como constituidoras de uma rede de proteção social. Devemos pensar esta contradição compre-

endendo o processo de neoliberalização como uma nova rodada de mercantilização da sociedade que acontece em um quadro histórico iniciado com a eleição de Lula, no qual o Estado deve atender às demandas e constrangimentos colocados pelo movimento liberal-internacionalizante e, simultaneamente, às necessidades pragmáticas de governabilidade e de reprodução política de um novo arranjo de forças e interesses. (RIBEIRO, 2013, p.27)

A pesquisa do Observatório das Metrôpoles, desenvolvida em âmbito nacional, parte da hipótese de que o período 1980/2010 conforma um longo processo de transformação da ordem urbana brasileira em função: (a) da expansão da órbita do mercado na organização da cidade; (b) da apropriação do território urbano pelas forças liberais-internacionalizantes; cidades brasileiras, tornadas ativos atraentes aos capitais, alternativas à crise de acumulação global; e (c) das garantias de uma política macroeconômica orientada para assegurar as condições da inserção do país no livre movimento global dos capitais. Esses elementos de transformação tornam necessário um redesenho das políticas urbanas, para assegurar o investimento territorial dos capitais (direto ou associado), o que significa a demanda de uma nova ordem urbana cujo traço distintivo é a garantia do mercado como instituição central na organização do uso e ocupação do solo; ao mesmo tempo, torna-se necessário que a cidade seja objeto de um novo padrão de gestão que não limite o pleno funcionamento do mercado autorregulado e que privilegie a propriedade privada como mecanismo de acesso ao uso e ocupação do solo. Para tanto, reconstroem-se alianças, agora sob interesses da lógica financeira (em contraposição à patrimonial) e na dimensão multiescalar (em contraposição ao localismo). A mercantilização da cidade, aliada à expansão do mercado de consumo, fragiliza as relações sociais e a sociabilidade urbana no controle social, cuja face visível é um quadro de violência urbana; em consequência, emerge uma conjuntura de potenciais conflitos urbanos (RIBEIRO, 2013).

Sob essa óptica orientadora, as análises realizadas na RM de Curitiba, desdobradas na sequência, encontram um território mercantilizado, financeirizado, com partes altamente atrativas ao capital internacional, sem políticas urbanas que contemplem os efeitos sociais dessas lógicas de produção do espaço e sem mecanismos de governança que garantam a inserção equitativa dos vários segmentos sociais e econômicos, em suas várias escalas.

Nesse território, a urbanização concentrou a população, a atividade econômica e a geração de renda, particularmente decorrente das atividades ligadas à indústria, acompanhando as transformações da estrutura produtiva. A RMC concentra, em 2011, 43,3% do valor adicionado fiscal (VAF) total do Estado e mais de 50% do VAF da indústria, tendo se favorecido da desconcentração da indústria do Sul e Sudeste e consolidado sua industrialização exatamente no período em que modelo de substituição de importações entrava em crise no país; por outro lado, essa inserção tardia, conjugada com a retomada dos investimentos na indústria automobilística, já nos marcos do processo de reestruturação produtiva dos anos 1990, propiciou certa proteção ao parque industrial instalado na região. O polo automotivo tornou-se um dos componentes de sustentação da economia paranaense, privilegiando Curitiba pelo papel preponderante na atividade inicial, assim como mais recentemente seus municípios vizinhos. Mesmo assim, a distribuição do VAF de 2011 distancia Curitiba, com quase 45% do valor total, dos demais municípios. São José dos Pinhais e Araucária complementam essa concentração, com mais 40% do VAF regional. No período 2000/2010 há um aumento significativo na participação dos municípios com nível “muito alto” de integração à dinâmica da metropolização brasileira, na geração de renda na indústria e serviços; há também um pequeno aumento de participação nos municípios com nível “alto”, mostrando que se inicia um processo de espraiamento desses setores para outros municípios metropolitanos. Observa-se também a concentração do setor agropecuário nos municípios mais distantes do polo, com níveis de integração “baixo” e “muito baixo”. Os municípios de nível “médio” de integração compartilham atividades do setor agropecuário concomitante a uma participação relevante na indústria.

Essas transformações são aparentes na estrutura do mercado de trabalho. Na década 2000/2010, houve um incremento relativo de 20,7% na população em idade ativa (PIA) na RMC, maior do que o verificado para a população total (14,6%), refletindo a acentuada queda de fecundidade na região. Se em 2000, de cada 100 pessoas com 10 ou mais anos de idade, 61,4 estavam inseridas na PEA na RMC, em 2010 passam para 63,9. Este aumento teve correspondência no incremento da taxa de ocupação, com queda acentuada do desemprego, e na crescente formalização das relações de trabalho. O impacto do ajuste e da reestruturação econômica sobre o mercado de trabalho da RMC

se deu no período 1995/2003, com reduções expressivas do emprego na construção civil, na administração pública e no setor financeiro, e com o desempenho da indústria de transformação sustentando-se, basicamente, nos empregos decorrentes dos investimentos no setor automotivo. No período 1991/2000, acompanhando tendência dos anos 1980, a participação dos trabalhadores em segmentos considerados modernos da indústria superou à dos trabalhadores da indústria tradicional, com particular importância do segmento automotivo na manutenção do nível de emprego formal. Mesmo assim, os anos 1990 foram marcados por um contexto econômico desfavorável, com grande pressão por vagas no mercado de trabalho regional. Embora tenha ocorrido aumento da população ocupada, este crescimento ficou abaixo do crescimento da PEA, o que contribuiu para o aumento da desocupação e da informalidade. A recuperação ocorreu a partir de meados dos anos 2000, com quase 15 anos de precarização do trabalho, e com certa defasagem relativamente às demais regiões do Paraná. Intrarregionalmente, o desempenho negativo na segunda metade dos anos 1990 se concentrou no polo metropolitano; a ACP cresceu em todos os subperíodos analisados, superando, desde 1995, as taxas verificadas para Curitiba. Em 2010, 83,2% dos empregos formais concentram-se em quatro municípios: Curitiba, São José dos Pinhais, Araucária e Pinhais, sendo que na maioria das atividades do setor de serviços o nível de concentração no polo metropolitano é ainda maior.

As transformações da estrutura demográfica da RMC refletem o processo de urbanização paranaense, acelerado, horizontal, intenso, com fluxos de migrações, tanto com origem no próprio Paraná, quanto em outras UF's do país, direcionados fundamentalmente aos municípios que conformaram o aglomerado que hoje constitui sua ACP. Na transição demográfica pela qual passa a RMC constata-se um estreitamento da base da pirâmide etária da população de Curitiba, mais acentuado do que o do restante do conjunto metropolitano, que ainda apresenta proporções expressivas de crianças e jovens. Esse diferencial torna a razão de dependência mais baixa no núcleo da RMC que no restante dos municípios da região. O mesmo se observa nos níveis de mortalidade e de fecundidade: a população imigrante, composta por grupos sociais heterogêneos, faz com que se mantenham ainda características que revelam a diversidade da origem, e agregam à população diferentes padrões de mortalidade e de natalidade igualmente heterogêneos. A ACP apresenta o maior conjunto de municípios com indica-

dores mais baixos de envelhecimento etário, com destaque a Curitiba, e seus municípios detêm os menores níveis de carga de dependência (parcelas menores de crianças e idosos que dependem economicamente da população potencialmente produtiva). Entre o final dos anos 1980 e o segundo quinquênio dos anos 2000, o volume de imigrantes reduz e cresce o número de emigrantes, notoriamente para o Sul, o que induz um declínio do saldo migratório de data fixa da região. Em síntese, queda da fecundidade, envelhecimento populacional, menor dependência entre as gerações, elevação dos níveis de escolaridade, empoderamento das mulheres, maior inserção feminina no mercado de trabalho, e a própria modernização/individualização dos hábitos e identidades da sociedade são alguns dos fatores que ajudam a compreender o fenômeno.

Ativada por essas dinâmicas, a organização social do território da RM de Curitiba, sintetizada na comparação das estruturas sócio-ocupacionais das últimas décadas, vem demonstrando a manutenção do padrão de distribuição das categorias ocupacionais, com maior proximidade entre as categorias “superiores” e “médias”, com destaque para aumento dos profissionais de nível superior, enquanto o peso das categorias médias se mantém. Entre 2000/2010, a localização espacial das áreas do tipo “superior” se mantém na região central de Curitiba, com expansão das áreas do tipo “médio” para bairros periféricos, além da presença nos municípios de Pinhais, São José dos Pinhais, Araucária, Campo Largo e Rio Negro. A categoria “popular operário” apresenta o maior contingente de ocupados, porém com perda do peso relativo na conformação da estrutura sócio-ocupacional. Tal categoria se expande para municípios da ACP, no entorno a Curitiba, num claro processo de exclusão territorial, sinalizando que essas áreas abrigam trabalhadores do polo que realizam diariamente deslocamento de ida e volta trabalho/residência. Perdem representatividade todos os conjuntos de trabalhadores aí inseridos, com destaque para o grupo dos “trabalhadores do terciário especializado”, que no período 1991/2000 se apresentou com variação positiva importante. Verificam-se também mudanças no padrão de distribuição dos vários grupos sociais no território da RMC: maior distribuição dos ocupados de todas as categorias, que deixam o polo em direção aos demais municípios da região; concentração dos “dirigentes, profissionais de nível superior e pequenos empregadores” no polo metropolitano, com expansão para outros municípios, particularmente aqueles com nível de integração

à dinâmica da metropolização “muito alto” e “alto”; 1/3 das “ocupações médias” passam a residir fora do polo; acentuada inflexão entre os dirigentes do “setor público” (de 25% para 34% residindo fora de Curitiba), o mesmo ocorrendo com a categoria dos “professores de nível universitário” (de 17% para 28%).

Essa organização social provocou uma mudança significativa na lógica de produção dos espaços de moradia popular, caracterizada por uma redução da produção de lotes formais e um aumento do número de domicílios em espaços informais. Observa-se a tendência de extensão da urbanização em direção às áreas mais periféricas, em municípios do entorno ao polo, distantes dos serviços e infraestrutura, caracterizadas por maior homogeneidade socioespacial. Ao mesmo tempo, intensifica-se a presença dos espaços informais de moradia em Curitiba, em especial pelo adensamento das favelas mais consolidadas, cuja densificação nas últimas décadas revelou a formação de uma estrutura socioespacial mais heterogênea e fragmentada, mais complexa em relação ao período que antecede a década de 1990, muitas delas situadas em áreas onde predomina a categoria sócio-ocupacional do tipo “superior”, revelando maior proximidade territorial das diferentes áreas residenciais, formal e informal, e dos distintos conteúdos sociais nelas presentes. Tal comportamento pode ser compreendido a partir do movimento dos trabalhadores no território da RMC. Em 2010, prossegue a periferização dos trabalhadores da indústria e do terciário não especializado, sendo que mais de 50% desses trabalhadores residem fora do polo, enquanto emergem alguns empreendimentos imobiliários nos municípios próximos a Curitiba, voltados para segmentos de média e alta renda. Pode-se dizer que essas mudanças são subjacentes a uma maior segregação residencial em Curitiba, bem como à crescente diversificação social em alguns dos municípios no entorno do polo.

Embora os espaços informais de moradia, em especial as favelas, continuem sendo marcados pela precariedade da habitação e do assentamento, analisando-se as distintas tipologias e suas localizações observa-se maior diferenciação dos perfis socioeconômicos dos seus residentes, com os de maior renda vivendo nas proximidades da porção central da aglomeração metropolitana, em loteamentos clandestinos, e os de renda mais baixa nas favelas e áreas mais distantes. Essa característica pode também ser considerada uma permanência, pois aponta a contínua periferização da parcela mais pobre da população, esteja ela morando em áreas formais ou informais. As transformações

da dispersão e concentração dos espaços informais de moradia revelam uma nova distribuição dos diferentes grupos sociais na metrópole. Aproximadamente 50% dos assentamentos informais situam-se nas áreas de tipo “superior” e “médio”, com predomínio das favelas, num raio de 10 km no entorno da área central de Curitiba. Os conteúdos socioespaciais das áreas residenciais, antes distribuídos e separados entre áreas centrais e periféricas, tornou a morfologia urbana mais heterogênea e acentuou em escala metropolitana a fragmentação socioespacial.

Em relação às transformações da estrutura social, observa-se um movimento ascendente no sentido das maiores faixas de renda e redução do número de domicílios nas classes de rendimento mais baixos (de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo; superior a $\frac{1}{4}$ e de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita*), mais expressiva nos municípios periféricos. Em 2010, a faixa que agrega domicílios com famílias com rendimentos entre 0 e $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita* distribui-se proporcionalmente, privilegiando Curitiba, onde esses perfazem apenas 8,9% do total dos domicílios; na ACP perfazem 16,7% e nos demais municípios da RM, 31,7%, mantendo a desigualdade expressa em um movimento centrífugo, em direção às bordas da RMC. Excetuando-se Curitiba, a maioria dos domicílios com arranjos familiares está inserida nas faixas de renda intermediárias superiores a $\frac{1}{2}$ a 2; o núcleo tem crescimento expressivo nos estratos superiores de renda, pois as faixas maiores que 2 salários mínimos representavam 34,2% dos domicílios em 2000, passando para 43,2% em 2010. Houve também elevação no nível de instrução dos responsáveis pelos arranjos familiares da RMC, apesar de que, em 2010, apenas o polo detinha mais da metade dos chefes de domicílio com pelo menos o “ensino médio completo” (54,7%); e uma redução de chefes de domicílio na categoria “sem instrução e fundamental incompleto”, porém, em 2010, 65,8% dos responsáveis pelos arranjos familiares dos municípios periféricos permaneciam nessa condição. A maior desigualdade se manifesta no município polo, onde na última década houve um aumento dos domicílios de famílias sem rendimento, num comportamento distinto da tendência de retração encontrada na ACP e mais significativamente nos demais municípios.

Outras dinâmicas expressam mudanças e permanências no território da RMC. Os arranjos familiares apresentam tendência no sentido de diminuição do tamanho e heterogeneidade dos formatos generalizadamente em todos os recortes territoriais considerados, po-

rém apresentando estágios distintos de desenvolvimento. Em Curitiba, houve sensível queda no número de membros, mudança do padrão de família nuclear em prol do arranjo domiciliar familiar estendido; concentração das menores famílias, distinguindo-se dos municípios periféricos, onde estavam as maiores; diminuição geral da composição “casal com filho”, crescimento em menor ritmo da proporção de “casal sem filho”; e pequeno crescimento da proporção “mulher sem cônjuge”. Essa tendência de mudança contínua no perfil dos arranjos familiares apresentada na RMC encontra-se inserida no bojo das transformações vivenciadas pelas sociedades modernas capitalistas e industriais, remetendo a uma maior autonomia dos membros em suas relações de sociabilidade primária e secundária, e, portanto, a um acento da individualização.

Grandes efeitos dessas transformações se deram na mobilidade urbana, com intensificação dos fluxos pendulares, seja em relação ao número pessoas ou de municípios de origem ou destino desses fluxos, e mudanças no perfil das pessoas em movimento. Condizendo às mudanças na organização social do território metropolitano, as pessoas que realizam movimentos pendulares são na maioria homens, com participação inferior a 60% apenas nos fluxos periferia/polo, devido à importância das trabalhadoras domésticas. A maior taxa de mobilidade está no grupo etário com idade entre 25 e 39 anos (21 em cada 100 pessoas trabalham em município que não o de residência); as menores, entre os trabalhadores de menor renda (menos de 1 salário mínimo); e no polo, a taxa de mobilidade pendular aumenta continuamente conforme aumenta o rendimento do trabalho. Empregados com carteira de trabalho assinada se sobressaem nos fluxos de deslocamento intrametropolitano, e as ocupações se concentram em três grupos de atividades: indústria de transformação, comércio e, principalmente, serviços de apoio à produção. O principal contingente de ocupados que mora no polo e trabalha na periferia é ligado à indústria de transformação; o mesmo se dá entre aqueles que residem na periferia e trabalham em outro município periférico; nas atividades agricultura, construção civil e serviços domésticos os contingentes residem, em sua maioria, nos municípios periféricos.

Contemplando precariamente as demandas acentuadas pela elevação da mobilidade, as transformações do transporte apontam, entre os anos de 2000 e 2012, um crescimento de 20,17% na média de passageiros transportados nos dias úteis, acompanhado do crescimento

de 11,75% da frota e de 6,93% das linhas da rede integrada de transporte (RIT). No entanto, o crescimento da oferta e do atendimento da RIT se realiza com parcialidade e inadequação da integração, pois não há relação entre o crescimento de passageiros, bastante restrito, e o elevado crescimento da população que realiza movimento pendular. Esse comportamento põe em xeque a reputação positiva do transporte urbano de Curitiba e principalmente da RIT, indicando possível demanda reprimida. Isso se evidencia no aumento da frota de veículos verificado no mesmo período, que aponta uma taxa de crescimento de 5,47% a.a. na frota de veículos de Curitiba, e de mais de 10% a.a. em nove municípios da ACP. Nesses municípios, o crescimento observado foi maior para as categorias dos veículos “seminovos” e “velhos”. Tais informações apontam problemática ocasionada pela baixa capacidade de circulação e transporte, notadamente em Curitiba, porém, mais que isso, os dados revelam a amplitude escalar da mobilidade urbana, cuja dimensão se torna cada vez mais metropolitana.

Apesar da expansão dispersa e fragmentada da aglomeração metropolitana, mesclando segmentos sociais por vezes antagônicos, a desigualdade segue sendo uma expressão marcante da RMC, refletindo o modelo de ocupação adotado, que induz à periferização da pobreza e ao abandono de grandes contingentes de população em áreas com baixas condições de bem-estar urbano. A espacialização dos índices de bem-estar urbano (IBEU) no território da RMC confirma as desigualdades presentes em seu interior. Tanto no índice geral como nos índices das dimensões componentes a representação destaca uma mancha com melhor desempenho particularmente em Curitiba e em alguns municípios do entorno; mesmo nesses, restringe-se às sedes municipais. Os índices mais baixos, portanto que revelam as maiores carências, situam-se no entorno dessa mancha melhor qualificada, na ACP, variando a inclusão do número de municípios conforme a dimensão analisada. Há que se destacar a dimensão das condições habitacionais, na qual a espacialização dos melhores índices é a mais restrita, observando-se, a partir do território de Curitiba, áreas com maior precariedade; e também a dimensão da mobilidade urbana, que além de deixar evidente a ineficácia da política de integração do transporte na região, expressa as piores condições no vetor sul da ACP, justamente o que vem apresentando o mais elevado crescimento populacional.

Considerando os recortes espaciais da organização social da metrópole, os tipos socioespacial superior e médio, que ocupam a por-

ção central da ACP, apresentam as melhores condições de bem-estar urbano fundamentalmente Curitiba e áreas de Araucária, Campo Largo, Pinhais e São José dos Pinhais. Os tipos socioespaciais com maior desigualdade interna quanto ao bem-estar urbano são o popular operário e o operário agrícola, que ocupam vasta extensão do território da RMC. As mesmas mostras de desigualdade são observadas no comportamento educacional. Há uma significativa correspondência entre o desempenho na Prova Brasil e as condições habitacionais e a tipologia socioespacial. Nos tipos médio e popular operário concentra-se a maior porcentagem de alunos com desempenho insatisfatório, deixando claro que a diferenciação e segmentação são características marcantes em relação às oportunidades educacionais na RMC e em Curitiba, e indicando a desigualdade da distribuição das oportunidades educacionais no território. Há uma tendência de concentração dos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) mais altos nos municípios com maior integração ao polo, enquanto há maior heterogeneidade entre os demais municípios da ACP. Em relação a Curitiba, os piores indicadores estão em escolas que ofertam a segunda fase do ensino fundamental, predominantemente da rede estadual de ensino, confirmando os dados nacionais. A variável relativa ao nível socioeconômico dos alunos tem forte poder explicativo, assim como a evidente segregação residencial, estando as escolas com pior desempenho médio próximas dos aglomerados subnormais.

A intensificação do processo de produção dos espaços informais de moradia indica que há maior dificuldade de acesso à terra urbanizada formal por parte dos grupos sociais de baixa renda. Os moradores das favelas estão submetidos ao maior número de irregularidades e às piores condições de moradia. Para eles, o risco de ocorrência de acidentes ambientais é mais elevado, em função das características impróprias do sítio e do tipo de ocupação dos assentamentos, marcados pela ocorrência de inundações, altas declividades, precariedade dos materiais e das técnicas construtivas das habitações, e carência de infraestrutura urbana.

De modo geral, as transformações da estrutura do mercado imobiliário e provisão de moradia associam-se à precarização e informalização das relações de trabalho, deixando parte da população trabalhadora com insuficiência ou insegurança de renda, limitando suas possibilidades de endividamento e, por consequência, o acesso ao mercado formal de moradia. Além disso, as mudanças no paradig-

ma da gestão das cidades brasileiras, em busca da “cidade eficiente e competitiva nos mercados globalizados”, agravaram o quadro das necessidades habitacionais no Brasil. A maior dificuldade de acesso à moradia está associada à reprodução da população em sentido ampliado, deste modo, as estratégias de todos os agentes responsáveis pela produção da metrópole ganham importância, com destaque para os envolvidos com o mercado imobiliário, com a produção dos espaços destinados à realização das atividades econômicas emergentes, e o Estado. A acumulação e reprodução do capital mediante a contínua extração da renda da terra se concretizam pela participação de todos os envolvidos no mercado imobiliário, formal e informal.

O programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) sinaliza que a ação conjunta desses agentes na RMC está longe de reduzir as desigualdades no acesso à moradia. As maiores ofertas MCMV – Curitiba (66,56%) e São José dos Pinhais (18,50%) – não correspondem aos municípios com maior déficit habitacional relativo – Fazenda Rio Grande, Araucária (10%), Colombo e Almirante Tamandaré (9%). Os financiamentos também não correspondem ao segmento de menor renda, dado que na região ocorre uma concentração de empreendimentos na faixa de renda de 3 a 6 SM (45%), além de que a participação da faixa de 6 a 10 é maior do que a preconizada inicialmente pelo Programa. Observa-se, ainda, que os empreendimentos do MCMV não estão em posição privilegiada de acessibilidade, apresentando-se apenas mais integrados ao sistema urbano interior a alguns municípios.

Concomitante ao aprofundamento da precarização da moradia das camadas menos solváveis da população e da dupla tendência, tanto de dispersão pelo espaço metropolitano quanto de densificação no polo, intensificou-se também a produção de moradia para as parcelas de mais alto poder aquisitivo, que se deu por meio da atuação de grandes incorporadoras nacionais. Na última década 14 dessas empresas passaram a atuar em Curitiba, promovendo transformações importantes no mercado imobiliário local.

Tais incorporadoras foram responsáveis por 108 dos 313 empreendimentos lançados entre 2010 e 2011. Tais números revelam a tendência – quando se trata de moradia em edifícios e para as classes mais abastadas –, à compactação da metrópole pela verticalização, dado que no ano de 2006, 2.074 unidades de apartamentos foram construídas em Curitiba, enquanto nos anos de 2007, 2008 e 2009 foram mais de 4 mil unidades ao ano.

A distribuição dos empreendimentos imobiliários verticais possui relação direta com a organização do território metropolitano, na medida em que eles se localizam nas áreas de abrangência do tipo “superior”, ou seja, composta por pessoas ligadas a ocupações como dirigentes, profissionais de nível superior e pequenos empregadores e, nos casos dos poucos empreendimentos localizados fora do município de Curitiba, notadamente em São José dos Pinhais e Araucária, todos estão em áreas de tipo “médio”.

Dessa forma, a aglomeração, formada pelo polo e demais municípios da ACP, está mais bem dotada e mais capacitada a atrair investimentos e trabalhadores qualificados, pouco alterando as relações centro-periferia ao longo do tempo. A periferia continua abrigando a parcela da população da RMC mais pobre e de menor escolarização. Poucos foram os municípios, além daqueles que já carregavam uma bagagem histórica de participação mais pujante na economia, que se incluíram nos novos segmentos de atividades.

Tal escala exige mudanças no âmbito da governança urbana, porém, na RMC, o modelo institucional de gestão e governança metropolitana, ao longo das quatro décadas de existência, a atuação do órgão metropolitano (Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC) vem contribuindo para a manutenção da desigualdade socioespacial no território metropolitano. Instituído para contemplar funções de interesse metropolitano, esse órgão passou por intensa precarização, oriunda da falta de investimento em sua estruturação política e técnica; ao mesmo tempo, nenhum mecanismo ampliado e participativo de governança se constituiu no âmbito do território da RMC, levando a que se mantivesse a mesma estrutura decisória centralizadora, desde a sua criação em 1974. Além disso, a ausência de um processo de planejamento metropolitano que articule os diferentes agentes territoriais e atores sociais, favorece a atenção prioritária aos interesses da produção corporativa do espaço. Na RMC, estratégias como “guerra dos lugares”, adotadas na década de 1990, privilegiando municípios com maior grau de atratividade, dentro da lógica de um mercado global de cidades, contribuíram para tornar mais desigual o espaço metropolitano aprofundando a exclusão social.

Os movimentos de expansão da espacialidade metropolitana

A metropolização brasileira manifesta-se como resultado do período de industrialização, após 1930, quando paulatinamente se constitui um processo local de produção de bens duráveis. Nessa fase foi necessária a mobilização da força de trabalho dispersa no território e inserida em setores de subsistência e nos espaços da agricultura controlados pelas oligarquias regionais. Concentração fundiária agrária, migração rural-urbano e constituição de um “exército industrial” nas grandes cidades marcam esse período (SINGER, 1985) no qual a urbanização emerge como mecanismo central de mercantilização da força de trabalho, absorvendo as massas rurais excluídas do campo.

A intensidade e velocidade do processo de mobilização da força de trabalho via migração das massas rurais gerou um conflito potencial na sociedade brasileira, na medida em que o assentamento da população de 30 milhões de despossuídos na metrópole não foi acompanhado de políticas de provisão estatal de moradia, acompanhadas de políticas de regulação do uso e ocupação do solo urbano, como ocorreu nos países europeus. Era necessária a dinâmica de organização do território na metrópole acomodasse a lógica da mercantilização do solo com a *lógica do assentamento*. É por esta razão que podemos explicar a aparente contradição do capitalismo industrial brasileiro concentrar a propriedade privada da terra no campo e difundi-la na cidade através de mecanismos que combinaram preços e reciprocidade/redistribuição materializados pelos laços sociais. Em suma, a mobilização da força de trabalho via urbanização implicou na constituição do território da metrópole apenas parcialmente mercantilizado, constituindo um capitalismo urbano funcionado como fronteira da expansão das relações capitalista. (RIBEIRO, 2013, p.34)

A forma das metrópoles no período da industrialização foi menos concentrada, com uma dispersão em função das condições de exploração do trabalho, a quem cabia os custos de construir a moradia, em áreas menos urbanizadas e distantes, nas periferias. Ao final do século XX, a presença nas metrópoles de empresas corporativas multinacionais passa a determinar a expansão do espaço metropolitano, reforçando o papel regional e nacional exercido por uma área metro-

politana policêntrica. Assim, substitui-se a antiga forma socioespacial por uma nova, que materializa a ação das grandes empresas em uma metrópole corporativa (SANTOS, 1990), fragmentada no visível e no invisível de sua paisagem. Uma cidade fortemente impactada pela homogeneização, uma vez que a reestruturação imobiliária impõe a produção de um conjunto de artefatos arquitetônicos e urbanos novos, e a expansão metropolitana para localizar as unidades distribuídas pela desconcentração industrial, não só ampliando os limites da região existente como alcançando, em continuidade, cidades e aglomerações circunvizinhas à região metropolitana. “Reforça-se, assim uma configuração com aparência dispersa, fragmentada e desigual que contraditoriamente é imposta por aquela homogeneização. A sua imagem tende a ser, cada vez mais, a de inúmeras urbanizações confinadas, dispersas e centralizadas pela sede da metrópole que lhe empresta o nome.” (PEREIRA, 2004, p.22)

A dinâmica da concentração e a mobilidade, assim como os vetores de crescimento populacional revelam padrões que apontam para a refuncionalização dos polos e periferias dessas aglomerações. Sugerem célere qualificação/desqualificação de espaços urbanos pela redefinição de funções, redirecionamento de investimentos e adequação às exigências da reestruturação produtiva, seguida pela valorização exorbitante do preço da terra e da moradia, não restritos aos polos metropolitanos, mas que provocam sua expansão física e a emergência de aglomerações em transformação contínua.

O processo assinalado não é particular, mas se insere no rol de mudanças produzidas pela reestruturação produtiva, que desencadeou uma nova forma urbana que reconfigura cidades e metrópoles em categorias territoriais regionais. Esse fenômeno é percebido em muitos países. Nos latino-americanos assume características específicas, pois metrópoles e grandes cidades seguem, ao mesmo tempo, adensando seus interstícios e se expandindo em territórios indelimitáveis. Nesse sentido, De Mattos *et al.* (2012) adverte para a falsa disjuntiva de que a redensificação de algumas das partes mais antigas de aglomerações urbanas excluiria a tendência de sua expansão externa em direção à urbanização generalizada. Os dois fenômenos são componentes complementares de uma mesma metamorfose urbana.

No que pode ser considerada uma nova fase de modernização capitalista, pautada em novas tecnologias e na liberalização econômica, a metropolização contemporânea vem sendo compreendida como uma

verdadeira metamorfose do processo de urbanização (DE MATTOS, 2010; LENCIONI, 2006), que se reforça em funções superiores em matéria de decisão, direção e gestão – articuladoras das bases econômicas nacionais aos circuitos globais –, concentradas nos principais polos urbanos (LEROY, 2000). Longe de apenas reforçar aglomerações singulares, a metropolização passa a engendrar novas morfologias urbanas, muito mais articuladas e densas, ao mesmo tempo descontínuas, dispersas, sem limites precisos, conformando aquilo que Short (2007) denomina de metrópole líquida, uma vez que seus limites são sempre provisórios e estão em permanente estado de transformação. Sustenta a ampliação geográfica da acumulação, que fez com que a dispersão pelas empresas de seus processos produtivos, filiais e fornecedores tornasse as aglomerações metropolitanas as localizações mais capazes a oferecer as condições requeridas à valorização do capital. Na medida em que estas aglomerações foram se imbricando na dinâmica produtiva globalizada, deram-se mudanças substantivas em relação ao imposto no período industrial desenvolvimentista, “*mutaciones estas que afectan tanto a la organización y al funcionamiento, como a la morfología y apariencia, de cada una de estas aglomeraciones.*” (DE MATTOS, 2010, p.264)

Tais mudanças na morfologia urbana, apoiadas pelo predomínio do automóvel e das tecnologias de informação, com ampliação territorial do campo de externalidades metropolitanas, e pela localização de empresas e moradias em locais mais distantes, são apontadas por De Mattos (2004, 2010, 2012) como “metropolização expandida”, ou seja, uma expansão territorial metropolitana fruto de uma periurbanização praticamente incontrolável, mediante a qual o tecido urbano se prolifera e se estende. Essa expansão favorece a formação de sistemas produtivos centrais a numerosas atividades localizadas em diversos centros urbanos, até então independentes ou autônomos, do entorno da aglomeração metropolitana (similares ao norte-americano *urban sprawl*).

Esse processo resulta em uma mudança completa na estrutura, forma e função da metrópole. “Metamorfoseiam-se as relações sociais e o espaço, anunciando que estamos vivendo um período de transição, uma transformação qualitativa para algo diferente do que conhecemos”, conforme Lencioni (2011, p.51). Para a autora, as principais características que sintetizam a metamorfose da metropolização do espaço são: (i) não se trata apenas da transição do rural para o urbano,

embora possa contê-la, pois seu núcleo é a urbanização; (ii) conforma uma região de grande escala territorial, com limites extremamente dinâmicos e difusos; (iii) expressa ao mesmo tempo uma nítida e intensa fragmentação territorial e uma transparente segregação social; (iv) se redefinem as hierarquias e a rede de relações entre as cidades; (v) emerge um expressivo processo de conurbação com polinucleação intensa e múltipla rede de fluxos; (vi) diminui-se relativamente o crescimento demográfico da cidade central, ao mesmo tempo em que as demais expandem-se em população e ambiente construído; (vii) redefinem-se também as pequenas cidades, conformando um novo tipo de integração com os espaços polinucleados; (viii) intensificam-se os movimentos pendulares em seu interior, consagrando uma expressiva estrutura regional em rede.

Ao mesmo tempo, a metrópole se reafirma como centralidade urbana, concentrando as atividades econômicas e de serviços especializados relacionados, principalmente, à gestão e ao mercado financeiro. A gestão do conhecimento e da informação funciona para expandir o capital, com uma densa rede material e imaterial para intensificar fluxos e a conexão com a rede mundial.

A oposição centro-periferia continua a configurar as grandes cidades latino-americanas, como ainda pode se verificar em São Paulo. Todavia, o significado desta oposição se modificou e não explica mais o crescimento da cidade, tornou-se um modelo insuficiente. Pois, é inegável que outras forças globais – a reestruturação produtiva, a internacionalização e a financeirização – associadas à produção de artefatos arquitetônicos e urbanos novos – produtos imobiliários [...] – começam a conformar espaços emergentes onde uma distribuição diferente dos grupos e das atividades sociais configuram um novo espaço metropolitano. (PEREIRA, 2004, p.21)

As pesquisas realizadas exploram a inserção da RM de Curitiba no processo de metropolização, situando-a no contexto nacional; revelam a dinâmica de expansão de seu aglomerado urbano, as características da população e a importância do Estado na consolidação desse território. Mostram que a região ora se aproxima, ora se distancia dos elementos que dão corpo aos conceitos e características atribuídos às metrópoles contemporâneas, levando a se considerar a existência de estágios diferenciados na metropolização do Brasil (a serem confirmados com os futuros estudos comparativos entre RMs) e a organização

de uma rede de metrópoles (em seus diferentes estágios) e todas as demais categorias da escala da rede urbana, conduzida por uma grande megalópole (configurada por São Paulo, Rio de Janeiro e adjacências), com características da metrópole contemporânea. Entre seus elementos característicos, destacam-se que a principal dinâmica da metrópole contemporânea não advém da indústria e sim das atividades do terciário e que o mercado, e não o Estado, determina os vetores de expansão metropolitana. Talvez o primeiro seja o que mais influencia os diferentes estágios, pois, como constatado na RM de Curitiba, a indústria ainda desempenha um papel relevante entre as demais atividades, na dinâmica econômica regional. Quanto ao mercado, generalizadamente, ele ainda se vale das ações do Estado que beneficiam segmentos econômicos e sociais e determinadas porções dessa nova metrópole.

Assim, à luz das características que sintetizam a metamorfose da metropolização do espaço, segundo Lencioni (2011), destacam-se resultados das pesquisas realizadas na RM de Curitiba, no âmbito do que se confirma nessa metrópole e do que se pode apontar em relação à sua posição na rede de metrópoles brasileiras.

De modo geral a espacialidade metropolitana na RMC caracteriza-se por uma maior heterogeneidade e fragmentação, derivada das novas formas de produção e de localização dos espaços formais e informais de moradia e da atividade econômica. A morfologia urbana resulta de movimentos de concentração e dispersão, com reforço ou surgimento de subcentros metropolitanos, embora ainda incipientes, que tendem a transformar a estrutura espacial de mono para poli-nucleada. O aglomerado metropolitano, composto por 14 municípios (ACP), define vetores de expansão dentro dos limites da unidade formal metropolitana (RMC) e amplia as relações com o entorno extra-metropolitano. Observa-se a expansão da abrangência da polarização, transcendendo os limites estaduais em direção a Santa Catarina, e a transformação na natureza do aglomerado metropolitano, que passa a configurar um arranjo espacial de natureza urbano-regional (MOURA, 2009). A mobilidade pendular reproduz padrões das grandes regiões metropolitanas, e a mostrar-se como um dos elementos estruturadores da aglomeração, ampliando a área de abrangência das relações entre municípios para trabalho e estudo, e trazendo com isso outros fluxos complementares para consumo, acesso a serviços entre outras finalidades.

O que é peculiar a esta RM é a permanência da indústria como

elemento fundamental ao emprego, renda e às dinâmicas de expansão metropolitana, sem descartar, contudo, a presença de atividades terciárias e de condomínios residenciais e empresariais, além de novos condomínios industriais, como os que conformam o polo automotivo do Paraná, centros de lazer, equipamentos de comércio e serviços, entre outros, expandindo o aglomerado metropolitano. As periferias, antes comprovadamente mais pobres, atualmente tornaram-se opção de localização desses equipamentos, perfeitamente conectados a Curitiba; a expansão periférica avança para mais longe. Nesse movimento de expansão, a pobreza, mesmo com queda de sua taxa na última década, continua a marcar o tecido social, inclusive do polo metropolitano, que responde pelos contingentes mais elevados de famílias carentes e domicílios inadequados, e a localizar-se nas novas periferias entre os municípios da RMC. Em síntese, o território institucionalizado é heterogêneo, assimétrico e reúne aspectos funcionais que inegavelmente confirmam a natureza metropolitana de parte desta RM.

Percorrendo as características que sintetizam a metamorfose da metropolização do espaço, conforme Lencioni (2011), constata-se, em relação à primeira, que a dinâmica demográfica na RMC já não corresponde apenas à transição do rural para o urbano, embora ainda esteja ocorrendo essa transição, vista pelos movimentos migratórios. Os reflexos do êxodo recente são nítidos nos componentes demográficos (e interferem nos hábitos, características espaciais etc.); outros processos se somam, como a pressão pela ocupação do rural próximo à aglomeração metropolitana, criando uma zona de transição que pode ser caracterizada como periurbana. A RMC reflete a intensidade do processo de urbanização paranaense, tendo elevado a participação da população no total do Estado de 13,5%, em 1970, para 30,9% em 2010. Apesar do elevado grau de urbanização da RMC e particularmente de sua ACP, excetuando-se Curitiba, que é 100% urbana, entre os demais municípios os domicílios situados em zonas rurais ainda estão concentrados na ACP (54,5%), o que revela que a própria transição do rural para o urbano ainda não é um processo completo e concluído no conjunto da região, nem mesmo no aglomerado metropolitano. Essas características implicam a produção do espaço, tanto nas relações socioespaciais e em seus conflitos pela apropriação, uso e consumo do espaço metropolitano quanto nas exigências de políticas sociais adequadas a um território heterogêneo, desigual e em transformação.

A segunda característica refere-se a que nessa metamorfose se

conforma uma região de grande escala territorial, com limites extremamente dinâmicos e difusos. O atual estágio de metropolização em Curitiba caracteriza-se por transformações expressivas em sua configuração espacial e natureza, decorrentes da reestruturação produtiva. Dinâmicas de concentração e mobilidade refuncionalizaram tanto o polo quanto as periferias, provocando valorização fundiária e ativação do mercado imobiliário, e projetaram uma nova forma urbana, que reconfigurou a aglomeração metropolitana em uma categoria regional. Verifica-se a expansão da área contínua da ACP, em vários vetores de crescimento, e da própria região de articulação econômica. As mudanças na morfologia urbana, apoiadas no predomínio do automóvel e na localização de empresas e moradias em locais mais distantes, expandem a aglomeração, e fazem com que elementos singulares do fenômeno metropolitano passem a ser encontrados em um espaço mais amplo e mais distante do aglomerado metropolitano. Mesmo assim, a natureza metropolitana representa o perfil da cidade principal da região – agora não mais o município polo, mas sua ACP –, que funciona como nó de comando e coordenação da rede urbana, e que não só se destaca pelo tamanho populacional e econômico, como também pelo desempenho de funções complexas e diversificadas (multifuncionalidade), e por estabelecer relações econômicas com várias outras aglomerações. A complexidade de suas funções assegura sua posição de domínio sobre a rede urbana.

O aumento da mobilidade possibilitou a expansão do aglomerado metropolitano de Curitiba e a mudança na natureza da polarização e articulação em rede com centralidades próximas, ampliando a unidade do território e do fato urbano aglomerado. A intensidade dos fluxos de pessoas e mercadorias e a complementaridade entre segmentos econômicos criaram um espaço de relações e conexões que une à região de influência direta da ACP de Curitiba as áreas de influência das aglomerações urbanas de Ponta Grossa e Paranaguá, como também se intensificam os vínculos com a de Joinville, em Santa Catarina. Essa unidade ampliada configura um arranjo urbano-regional que representa o espaço de maior relevância no Paraná, operando como condicionante e resultante da inserção do Estado na divisão do trabalho.

A expansão do aglomerado deu-se concomitantemente de forma dispersa, em direção às periferias, e concentrada em adensamentos na porção central, fundamentalmente de Curitiba. No final da década de 1980, a espacialidade metropolitana era caracterizada por um

núcleo de ocupação no município-polo, com uma população de renda mais elevada, melhor atendido por serviços e equipamentos urbanos; e uma coroa de ocupação periférica nos limites internos e externos a Curitiba, que avançava sobre os municípios do entorno, prioritariamente habitada por população migrante e de renda mais baixa, dependente da cidade-polo em relação ao emprego, serviços e equipamentos públicos. Havia também núcleos de ocupação preexistentes à periferização, situados nesses municípios do entorno. No início da década de 1990, ocorrem mudanças na dinâmica de produção dos espaços residenciais das classes de renda mais baixa, com acréscimos de domicílios em aglomerados subnormais, seja em Curitiba, seja nos demais municípios metropolitanos, porém com a emergência de novas formas de produção da moradia destas classes, relacionadas, em especial, à produção informal, particularmente em Curitiba e Campo Largo, seguidos de Campo Magro, Almirante Tamandaré e São José dos Pinhais, com tendência de concentração dos espaços informais de moradia no entorno do núcleo metropolitano, que se caracteriza por uma urbanização mais consolidada.

Acompanhando/condicionando a expansão da aglomeração, o crescimento e a difusão dos espaços informais de moradia deram-se em toda a extensão da aglomeração metropolitana, tanto no polo como na periferia (no entorno do polo metropolitano, na mancha de ocupação contínua com urbanização mais consolidada), tendo a presença simultânea dos movimentos de concentração e dispersão espacial, derivados, respectivamente, da densificação das favelas mais antigas, e do surgimento de novas favelas e loteamentos clandestinos em áreas rurais e zonas de expansão urbana. Isso propiciou maior proximidade dos espaços informais de moradia com as demais áreas residenciais situadas na aglomeração metropolitana, mas continuam sendo marcados pela precariedade da habitação e do assentamento, sem inibir o vetor de extensão em direção à periferia distante, embora esse não seja mais o único.

As mesmas forças impulsionam a produção formal da moradia. Nos anos recentes, a verticalização superou em produtos lançados no mercado a produção horizontal da cidade, tendo a maior expressividade em 2011, quando o número de apartamentos ofertados foi quase o dobro das unidades residenciais térreas. Devido à grande procura e à falta de terrenos disponíveis no centro da cidade, a estratégia das grandes empresas tem sido a “reestruturação” dos espaços antigos

para a realização de novos empreendimentos, com novas características, em sua maioria de uso misto, compostos por apartamentos, salas comerciais, galerias de loja, bares e restaurantes e ainda equipamentos de lazer e de uso coletivo. Esse processo responde também por uma intensa homogeneização e padronização construtiva dos produtos imobiliários em empreendimentos lançados em regiões distintas do país e por um seletivo grupo de empresas incorporadoras.

A produção imobiliária se insere no processo de internacionalização de Curitiba e porções do aglomerado, iniciado nos anos de 1990, marcado pela instalação de diversas empresas estrangeiras, em vários setores de atividade, contribuindo para a inserção de novos elementos na paisagem urbana, e pela alteração das lógicas de produção do espaço urbano, seja pelo aumento da participação no mercado imobiliário local, seja pela inserção de novos produtos imobiliários, cada vez mais sofisticados, ou ainda pelo reforço da concentração dos lançamentos em áreas já muito valorizadas da cidade. Diversas empresas têm seus capitais abertos e negociados na Bolsa de Valores, possibilitando o aumento na participação de investimentos estrangeiros.

A terceira característica diz respeito a que a região expressa ao mesmo tempo uma nítida e intensa fragmentação territorial e uma transparente segregação social. A intensificação do processo de produção dos espaços informais de moradia acompanhou a formação de uma estrutura espacial mais complexa, heterogênea e fragmentada, derivada da ocorrência simultânea das forças opostas e complementares, dispersão (extensão horizontal da mancha urbana em direção a áreas cada vez mais periféricas e distantes do núcleo metropolitano, pelo surgimento de novas favelas na zona rural e de novos loteamentos clandestinos) e concentração (pelo adensamento das favelas no polo e entorno imediato). Outro elemento que contribui para formação de uma estrutura espacial mais complexa deriva do processo de produção das diferentes tipologias dos espaços informais de moradia (favelas, loteamentos clandestinos e loteamentos irregulares), que indicou, como tendência, a formação de uma metrópole polinucleada.

Como na moradia, a lógica de distribuição da atividade econômica entre municípios provocou transformações socioespaciais e efeitos ambientais marcantes, mesmo assim, no universo dos 29 municípios que compõem a RMC, é elevado o conjunto daqueles relegados dos benefícios da dinâmica metropolitana. Seus custos e benefícios revelam uma favorável expansão das condições produtivas em alguns

municípios, capacitando sua infraestrutura e promovendo uma diversificação funcional. Ao mesmo tempo, expõem uma aguda intensificação da desigualdade socioespacial intraurbana e intermunicipal. Ou seja, a proximidade exerce efeitos multiplicadores, mas ao mesmo tempo excludentes. Poucos foram os municípios, além daqueles que já carregavam uma bagagem histórica de participação mais pujante na economia, que se incluíram nas novas atividades, e, entre eles, muitos se mantiveram nos circuitos tradicionais. São inúmeros os indicadores que contrapõem em extremos Curitiba a outros municípios, como Doutor Ulysses ou mesmo Campo Magro, na própria ACP. A maior proximidade dos diferentes conteúdos socioespaciais das áreas residenciais, que no modelo precedente estavam mais claramente organizados, distribuídos e separados entre áreas centrais e periféricas, tornou a morfologia urbana mais heterogênea e acentuou em escala metropolitana a fragmentação socioespacial. Heterogeneidade e fragmentação expressam-se também na ocorrência das tipologias dos espaços informais de moradia, loteamentos clandestinos e favelas em áreas diferenciadas da metrópole.

Os movimentos migratórios confirmam tais mudanças, e incluem São José dos Pinhais, Pinhais e Colombo como fortes receptores de fluxos oriundos dos demais municípios da região – condição antes praticamente exclusiva a Curitiba. Os movimentos migratórios e a mobilidade pendular da população guardam relação estreita com a ação do mercado imobiliário, que promove a valorização/desvalorização do solo e induz a escolha de áreas para moradia e as formas de expansão das cidades. Guardam também relação com a segregação socioespacial, visto que as lógicas de apropriação do espaço urbano para a moradia se caracterizam pela seletividade e exclusão, pois a disponibilidade da moradia pelo mercado condiciona o acesso aos níveis de renda dos indivíduos/consumidores. Tanto a espacialidade metropolitana se estende em direção a novas áreas periféricas, mais distantes, mais acessíveis a parcelas de população de menor renda, quanto nada garante a conjugação entre moradia, trabalho e acesso a funções e serviços urbanos. Por essa razão, o funcionamento da metrópole expandida se viabiliza fundamentalmente a partir de uma intensa e multidirecional mobilidade cotidiana.

Como quarta característica tem-se a configuração de uma região na qual se redefinem as hierarquias e a rede de relações entre as cidades, a começar pela expansão do núcleo metropolitano, que já não se

restringe ao município polo, mas incorpora parcelas de seus municípios limítrofes; as relações também já não são apenas unidirecionais a partir do polo, mas os municípios começam a se relacionar entre si, sem a mediação de Curitiba, aumentando a multidirecionalidade dos fluxos, o que aponta para uma aglomeração maior, mais móvel e mais complexa. A ACP dissimula as hierarquias, mas se percebem relações entre centralidades dentro de Curitiba e em todo o território da RMC. As relações com regiões catarinenses são nítidas e a própria inserção de Rio Negro, trazendo com ele uma aglomeração interestadual, mostram a extensão, os limites difusos, as novas e múltiplas relações e, por suposto, reposicionamentos hierárquicos.

A expansão física da área dinâmica da indústria direcionou-se a municípios vizinhos da própria aglomeração ou do entorno mais distante, particularmente os posicionados na proximidade das principais rodovias que interligam mercados fornecedores e consumidores. O polo automotivo, cuja instalação teve início nos anos 1970 e se consolidou nos 1990, tornou-se fundamental à sustentação da economia paranaense, favorecendo Curitiba pelo papel preponderante na atratividade inicial, assim como mais recentemente os municípios de São José dos Pinhais, Pinhais, Quatro Barras, Campo Largo, Colombo e Fazenda Rio Grande, além de outros ligados à indústria de minerais não metálicos, como Rio Branco do Sul, Almirante Tamandaré e Balsa Nova. Mesmo assim, a distribuição do VAF de 2011 distancia Curitiba dos demais municípios, com quase 45% do seu valor total. São José dos Pinhais e Araucária complementam essa concentração, com mais 40% do VAF regional, conforme apontado anteriormente. Esse mesmo polo automotivo encontra, atualmente, complementação e concorrência com o polo automotivo que se instala na região de Joinville, ampliando o campo de externalidades de um dos principais segmentos da economia regional.

Nesse processo, como quinta característica tem-se que emerge um expressivo número de cidades conurbadas com polinucleação intensa e múltipla rede de fluxos, o que se confirma na ampliação da aglomeração, na ACP identificada, e nos vetores de crescimento populacional, sinalizando tendências espaciais de ocupação. A partir dos diferentes tipos de fluxos migratórios observados, constata-se que o conjunto configurado pela ACP de Curitiba, ao mesmo tempo que se consolida como uma área de forte atração aos movimentos migratórios, se redefine ao longo do tempo, colocando em destaque alguns municí-

pios em particular – caso de Colombo, São José dos Pinhais, Pinhais e Piraquara – como os principais absorvedores dos fluxos da RMC –, seguidos por Almirante Tamandaré, Araucária e Fazenda Rio Grande. São esses os destinos preferenciais dos movimentos migratórios, compartilhando com Curitiba a atratividade metropolitana. São também os que sediam os maiores conjuntos de atividades e funções metropolitanas, depois do polo, tendo sido os mais favorecidos pelos processos de refuncionalização do espaço metropolitano, para inserção nas dinâmicas da globalização. Os movimentos intrametropolitanos, excluindo os fluxos com origem em Curitiba, mostram uma maior complexidade em termos da multidirecionalidade dos migrantes, e da irrelevância dos limites intermunicipais no interior da aglomeração, tendo superado os limites da ACP, nos finais dos anos 2000, particularmente ao inserir os já citados, municípios do sul da RMC.

Esse padrão reforça a sexta característica, na qual se aponta a diminuição relativa do crescimento demográfico da cidade central, ao mesmo tempo em que outros municípios da região expandem-se em população e ambiente construído – este tratado no âmbito da segunda característica. Informações demográficas apontam uma dinâmica de crescimento declinante em Curitiba e expressivo entre os demais municípios da ACP, que já dividem com o polo a concentração populacional da região. Internamente, o peso do polo declina de 65,1% no total da RMC, em 1970, para 54,3%, em 2010. São os demais 13 municípios que integram a ACP que, no período, elevam a participação no conjunto, saltando de 17,6%, em 1970, para 38,3% no último Censo. Os outros municípios da região registram uma perda de participação ainda mais acentuada que a do polo, pois no início do período se equiparavam à ACP, com participação de 17,3% no total da população, diminuindo no período mais recente para 7,4%.

Tal trajetória evidencia um reforço populacional nos municípios do entorno imediato a Curitiba, nos quais as atividades econômicas predominantemente urbanas também se concentram, e uma relativa estabilização do entorno mais distante, apontando a ACP como o efetivo espaço metropolitano do território institucional da RMC. Curitiba não deixa de ainda manter o peso significativo de mais de metade da população regional; Colombo e São José dos Pinhais somam mais 19,4%; além desses, outros municípios da ACP respondem por 14,8% da população. Do incremento populacional do Paraná entre 2000 e 2010 – cerca de 880 mil pessoas – a RM de Curitiba absorveu 46,6%,

inserindo em seu espaço metropolitano um contingente populacional que supera 350 mil habitantes.

Há que ser considerado que, a despeito do forte poder de atração migratória, o ritmo de crescimento populacional da RMC vem declinando ao longo do tempo em decorrência da queda do ritmo de incremento natural da população, provocado pela redução da fecundidade, expressando um processo de transição demográfica mais consolidado, pois há mais tempo experimentam tendências de declínio da mortalidade e da natalidade e, atualmente, evidenciam indicadores de esperança de vida ao nascer superiores à média brasileira e taxas de fecundidade inferiores.

A sétima característica é a de que se redefinem também as pequenas cidades da região, conformando um novo tipo de integração com os espaços polinucleados. No caso da RMC, as áreas urbanas dos pequenos municípios, estão cada vez mais servindo ao processo de expansão da metrópole, a seus vetores de ocupação, tornando-se suas “cidades dormitório”. São inúmeros os municípios da periferia que apresentam crescimento elevado, sinalizando novos vetores de expansão do aglomerado metropolitano. Os fluxos pendulares da população também se intensificam tendo esses como origem. Na porção sul/sudeste da RMC, municípios integrados a dinâmicas econômicas e urbanas catarinenses também passam a constituir vetores de relações ampliadas da economia metropolitana, como ocorre com a indústria da madeira e do mobiliário, assim como a apontar subcentralidades, como a aglomeração urbana Rio Negro/Mafra.

Comparando o modelo atual à estruturação espacial precedente, pode-se apontar diferentes nuances nas relações centro-periferia, particularmente em termos de que a produção de periferias no aglomerado metropolitano segue como um processo ativo e não residual, como um processo em evolução, integrante do conjunto de mudanças que marcam a presente fase da produção e estruturação da metrópole; e de que o avanço das periferias pobres em direção a áreas rurais, cada vez mais distantes do aglomerado metropolitano, marca-se pelo surgimento de novas relações entre estes novos espaços e as áreas urbanas centrais dos municípios do entorno de Curitiba. Essas áreas tendem a desempenhar novas funções urbanas, e a ganhar diferentes conteúdos sociais e econômicos.

A oitava característica é a de que se intensificam os movimentos pendulares entre algumas cidades da região, consagrando uma expres-

siva estrutura regional em rede. De fato, houve uma intensificação dos fluxos pendulares, seja em relação ao número e perfil de pessoas em movimento, seja em relação ao número de municípios de origem ou destino desses fluxos. Em 30 anos, a mobilidade pendular dissemina-se entre os municípios paranaenses, ainda assim a RMC eleva sua participação de 42,9% do movimento total do Paraná, em 1980, para 45,7% em 2010, o que em números absolutos corresponde a uma elevação de pouco mais de 55 mil para 426,3 mil pessoas em movimento regular para trabalho e ou estudo fora do município de residência.

Em 2010, na RMC, 2,7 milhões de pessoas estudavam e(ou) trabalhavam, das quais 15,9% se deslocavam para outro município para realizar essas atividades. O principal motivo da mobilidade é o trabalho, que justifica 79 em cada 100 deslocamentos. A maior parcela dos deslocamentos (74,5%) envolve pessoas residentes em municípios da ACP, seguida pelos moradores do polo, que respondem por 19,9% do total dos fluxos da RMC; quando se consideram os municípios individualizados, Curitiba apresenta o maior número de pessoas que se deslocam para outro município, quer para estudo, quer para trabalho, e constitui-se, também, no principal receptor dos fluxos de saídas dos outros municípios da região.

São os moradores da ACP que apresentam maior dependência desse tipo de mobilidade, particularmente para o acesso ao trabalho, uma vez que 40,7% dos ocupados desses municípios trabalham em município diferente do de residência. Dos 13 municípios que compõem a ACP, exclusive o polo, oito apresentam elevadas taxas de mobilidade para o trabalho: Almirante Tamandaré, Campina Grande do Sul, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Pinhais e Piraquara. Araucária e São José dos Pinhais destacam-se por receberem os maiores fluxos com origem no município-polo, mas São José dos Pinhais se diferencia por receber, também, fluxos relevantes de outros municípios, que lhe dão a condição de segunda centralidade na RMC, relativamente a este tipo de mobilidade.

Apesar de os municípios não incluídos na ACP terem pouca expressão em termos de volume, a sua taxa de mobilidade supera à do polo. Balsa Nova e Contenda se destacam por taxas elevadas tanto para estudo, como para trabalho; em relação a esta última finalidade, destacam-se, também, Bocaíuva do Sul e Mandirituba. Esses quatro municípios são os únicos a apresentarem fluxos, direcionados para a ACP, envolvendo mais de 1 mil pessoas, o que pode indicar que se

configuram em novos vetores de expansão física da aglomeração. O município de Rio Negro particulariza-se por apresentar, entre os municípios fora da ACP, o maior volume de saídas para trabalho e estudo, associado à sua articulação em uma aglomeração interestadual, com trocas relevantes com o município de Mafra, em Santa Catarina.

Assim, no território metropolitano, Curitiba é o principal receptor da RMC, embora dele emanem fluxos de saída significativos para outros municípios da região. É também relevante a elevação, entre 2000 e 2010, de fluxos de saída de Curitiba, para trabalho e estudo em outro município da RM, sendo relativamente três vezes superior à elevação nos fluxos de entrada. Pode-se pressupor que houve maior dotação de oportunidades nos municípios do entorno do polo no que concerne, fundamentalmente, à oferta de trabalho. Os municípios evasores com maiores fluxos são Colombo, Pinhais e São José dos Pinhais; Araucária, Quatro Barras e Rio Negro apresentam equilíbrio entre entradas e saídas, sendo classificados como bidirecionais; os demais municípios são todos evasores, com variação apenas no tamanho dos fluxos. No caso de São José dos Pinhais, entretanto, observa-se que ele vem adquirindo um importante papel de receptor dos fluxos pendulares na RMC, o que indica que a sua condição é de transição, devendo configurar-se como um município em que os fluxos de entradas e saídas apresentam certa equivalência (bidirecional), o que lhe garante um papel de centralidade complementar ao polo. Em termos de fluxos, percebe-se um emaranhado de direções, quanto maior proximidade com a metrópole, que mostra um adensamento dos deslocamentos.

Curitiba, com o maior volume de fluxos, tem uma proporção de deslocamentos pequena relativamente à sua população de estudantes e trabalhadores, mas não insignificante, de 24,6%, com predomínio das entradas. Alguns municípios com pequenos volumes de fluxos têm elevadas proporções de deslocamentos, como Balsa Nova e Campo Magro. Outro conjunto de municípios em condição peculiar é o daqueles com volumes e proporções relativamente elevados de deslocamentos, tal como sucede com Colombo e Pinhais. De modo geral, a proporção elevada é uma manifestação da menor oferta de oportunidades de trabalho e estudo aos próprios residentes do município. Municípios nessas condições formam um desenho circular no entorno de Curitiba, que sinaliza uma complementariedade intermunicipal de oferta de atividades de trabalho e educacionais, e de demanda a essas

atividades, uma nítida disjunção entre elas e a residência, possíveis de se concretizarem pela elevada mobilidade interna à própria ACP. Novamente evidenciam-se municípios com proporções elevadas de deslocamentos no entorno externo à ACP, apontando seus vetores de expansão, é o caso de Balsa Nova, Contenda e Bocaiúva do Sul.

Com base no processo analisado, a formação da espacialidade metropolitana pode ser caracterizada por uma nova lógica de distribuição dos grupos sociais, e pela maior heterogeneidade e fragmentação derivada das novas formas de produção e apropriação do espaço. A expansão da morfologia metropolitana resulta de movimentos de concentração e dispersão, de densificação e extensão, que se reforçam e diversificam no território da unidade institucional metropolitana.

Se no que concerne ao peso da indústria na composição do perfil metropolitano a RMC não confirma a trajetória e o perfil apontados por Lencioni (2011), para quem a metrópole encerra o ciclo de ser o lugar, por excelência, da indústria, em relação aos demais elementos que atestam uma metamorfose na metrópole contemporânea, a região confirma todas as demais características. Particularmente, que está aberta a esse novo ciclo reprodução e acumulação do capital, fundado nos negócios imobiliários e nas condições de infraestruturas indispensáveis para que se efetive a metropolização e a valorização do espaço metropolitano. A forma de expansão da aglomeração metropolitana de Curitiba é central para a acumulação, pois consolida a valorização imobiliária em seu contínuo espraiamento territorial, permeado por descontinuidade e investimentos estratégicos. Ainda não se pode admitir que a indústria perdeu seu lugar na RMC, uma vez que ela garantiu a participação da região no total do Paraná na última década; representou, também, importante aporte ao crescimento e manutenção do emprego, assim como exerceu forte indução ao movimento pendular da população para trabalho. Em termos espaciais, é também a localização industrial um elemento atrativo à ocupação urbana, sendo possível observar forte associação entre essa localização e novas áreas com elevado crescimento populacional. Dessa forma, a indústria permanece como um setor importante para explicar a dinâmica recente da ACP, embora certamente outras dinâmicas, particularmente a imobiliária, tenham peso nesse processo.

A tipologia dos municípios quanto ao nível de integração à dinâmica metropolitana confirma, no caso da RMC, a heterogeneidade que caracteriza o território institucionalizado, ao mesmo tempo em que rea-

firma a espacialidade efetivamente metropolitana, captada pelo REGIC (ACP e regiões de articulação urbano-regional). Nessa aglomeração, a mobilidade pendular se mostra como um dos elementos estruturadores, ampliando a área de abrangência das relações entre municípios para estudo e trabalho, e trazendo com isso outros fluxos complementares para consumo, acesso a serviços entre outras finalidades.

A grande questão a ser resolvida é a necessidade de tornar adequada a mobilidade e acessibilidade à população residente em áreas mais distantes, seja em Curitiba, seja nos municípios periféricos. A acessibilidade deve ser vista, por um lado, como a garantia de condições públicas para a efetivação dos deslocamentos e, por outro, como a diminuição das distâncias necessárias para se chegar ao trabalho, estudo e(ou) serviços básicos. Mesmo sendo visível tal movimento nas bases mais empobrecidas, esta atinge somente uma parcela desta população, podendo-se constatar que a exclusão social que se reflete no território a partir da segregação leva a concordar com a afirmação de Lèvy (2000, p.4) de que “é porque são pouco móveis que as populações mais despossuídas são despossuídas”.

Esse comportamento permite concluir que o perfil atual da metropolização brasileira não se apresenta homogêneo, refletindo trajetórias particulares à diversidade regional do país, à história e às forças econômico-sociais e institucionais que interferem na produção do espaço de cada aglomeração metropolitana. Traços de diferentes tempos caracterizam as metrópoles brasileiras, que sem descartarem elementos de um passado recente, já revelam uma presença incontestável de objetos e intenções definidores da metropolização contemporânea.

Sob a óptica dos requerimentos que a dinâmica demográfica impõe à sociedade em geral, e aos serviços públicos em particular, a realidade da RMC evidencia um quadro de certa forma perverso, pois o grupo de municípios mais dinâmico e desenvolvido da região é o que demonstra situação mais favorável em termos de bônus demográfico, enquanto os demais enfrentam condições relativamente menos favoráveis. Conter o perverso implica aceitar o fato de que o desafio das políticas públicas nas regiões metropolitanas é mais exigente, pois impõe grandes enfrentamentos a lógicas históricas da ação do capital para assegurar direitos à moradia e à cidade, bem como para ampliar/adequar continuamente serviços urbanos e infraestruturas que garantam de forma mais equânime a mobilidade e a capacidade de produção e consumo da população nos diversos recortes da região metropolitana.

As análises realizadas mostram, dessa forma, a necessidade de uma abordagem multiescalar quando se trata do processo de metropolização, na medida em que se mesclam recortes espaciais que ora estão além, ora aquém da RM. A definição precisa deles é condição-chave tanto para as interpretações teóricas quanto para as intervenções no âmbito de políticas públicas.

Mostram, por fim, que um dos principais enfrentamentos está em contribuir para a construção de uma tão controversa cidadania metropolitana e para a justa distribuição dos ônus e benefícios do processo de urbanização. Como propõe a reflexão presente no último capítulo deste livro, combater a ambiguidade e a instabilidade que caracterizam a política fundiária e habitacional, dando-lhes visibilidade e prioridade na escala do planejamento regional; combater o monopólio do tecnicismo, para democratizar o processo de planejamento, substituindo o argumento de autoridade pelo argumento de alteridade; e combater a unidimensionalidade do planejamento, revisando o pacto federativo, desfragmentando escalas, e reconciliando-as em um *continuum* de territorialidade, orientando-as às demandas concretas da vida cotidiana, ajudariam a cumprir a promessa protelada de uma cidadania metropolitana. Nas palavras de seus autores:

O horizonte utópico aqui comparece, é verdade, mas um projeto mais pragmático de tal cidadania deverá, ao menos, enxergar, situar e enfrentar o desenvolvimento geográfico desigual e as injustiças socioespaciais em torno do acesso à terra urbana, mas não camuflá-las, endossá-las ou amordaçá-las. Eis um programa para o planejamento territorial metropolitano? Não chegaríamos a tanto. Antes uma miríade de inquietações dispersas, insuficientes para confeccionar itinerário seguro. Em meio às dúvidas, uma única certeza: um roteiro assim jamais poderá ser ousado sem uma boa dose de conflito.

Referências

- ASCHER, F. *Metápolis ou l'avenir des villes*. Paris: Ed. Odile Jacob, 1995.
- COMEC. Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba: propostas de ordenamento territorial e novo arranjo institucional. Curitiba: COMEC, 2006.
- DE MATTOS, C. A. Redes, nodos e cidades: transformação da metrópole latino-americana. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). *Metrópoles: entre a coesão*

e a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional, 2004.

DE MATTOS, C. A. Globalización y metamorfosis urbana en América Latina. Quito: OLACCHI : MDMQ, 2010. (Textos Urbanos, v.4)

DE MATTOS, C., *et al.* Notas sobre una falsa disyuntiva: redefinición de las áreas centrales v/s dispersión urbana. Tendencias recientes, evidencia empírica. Documento de Trabajo Fondecyt N°1110387. Instituto de Estudios Urbanos y Territoriales. PUC Chile, 2012.

FIORI, J.L. (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Vozes, 1999.

GOTTDIENER, M. A produção social do espaço urbano. São Paulo: Editora da USP, 1993.

IBGE. Regiões de influência das cidades 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

JULIEN, P. Onze fonctions pour qualifier les grandes villes. Insee Premier, Paris, n.840, 2002. Disponível em: <http://www.insee.fr/fr/ppp/publications/collect_som.asp?coll=2&paru=1&avis=1&pres=1>. Acesso em: abr. 2006.

KNOX, P.; AGNEW, J. The geography of the world economy: an introduction to economic geography. 2 ed., London: Edward Arnold, 1994.

LENCIONI, S. Da cidade e sua região à cidade-região. In: SILVA, J. B. da; LIMA, L. C.; ELIAS, D. (Org.). Panorama da geografia brasileira. São Paulo: Annablume, 2006.

LENCIONI, S. Referências analíticas para a discussão da metamorfose metropolitana. In.: LENCIONI, S.; VIDAL-KOPPMANN, S.; HIDALGO, R.; PEREIRA, P.C.X. (Orgs.) *Transformações sócio-territoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago*. São Paulo: FAUUSP, 2011.

LEROY, S. Sémantiques de la métropolisation. L'Espace géographique, Montpellier: Éditions Belin, n.1, 2000, p.78-86.

LÉVY, J. Os novos espaços da mobilidade. GEOgraphia, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 7-17, 2001.

MERENNE-SCHOUMAKER, B. Metropolização – um dado novo? In: BARATA-SALGUEIRO, T. (Org.). Globalização e reestruturação urbana. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1998.

MOURA, R. Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Níveis de integração dos municípios brasileiros em RMs, RIDEs e AUs à dinâmica da metropolização. Relatório

de Pesquisa, 2012. 108 p. Disponível em http://observatoriodasmetropoles.net/download/relatorio_integracao.pdf. Acesso: fev. 2013.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Projeto Observatório das Metrôpoles: território, coesão social e governança democrática. Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Natal, Goiânia e Maringá. Proposta de trabalho 2009-2013. UFRJ/IPPUR, (CNPQ/INCT), Rio de Janeiro, 2008, 249 p. Disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/Projeto_Observatorio_PortuguesV2.pdf

PEREIRA, P.C.X. Reestruturação e expansão metropolitana: a reestruturação imobiliária e a emergência de um novo modelo de metrópole na América Latina. VIII Seminario Internacional de la Red de Investigadores sobre Globalización y Territorio, Textos completos. Rio de Janeiro, 25 a 28 de maio de 2004.

POLANYI, K. A grande transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RIBEIRO, L.C. de Q. Transformações na Ordem Urbana na Metrópole Liberal -Periférica: 1980/2010. Hipóteses e estratégia teórico-metodológica para estudo comparativo. Rio de Janeiro: OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES / INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA / FAPERJ – CAPES – CNPq, 2013, 75p.

SANTOS, M. Metrópole corporativa fragmentada. O caso de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1990.

SHORT, J. R. Liquid city: megalopolis and the contemporary northeast. Washington: RFF Pressbook, 2007.

SINGER, P. Economia política da urbanização. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SOUZA, Maria Adélia A. de; LINS, S. C. Metrópole e globalização: refletindo sobre São Paulo. São Paulo: CEDESP, 1999.

PARTE I
O processo de metropolização

A metrópole de Curitiba na rede urbana brasileira e sua configuração interna

Rosa Moura

Paulo Roberto Delgado

Anael Pinheiro de Ulhôa Cintra

Resumo: A Região Metropolitana de Curitiba compõe-se de 29 municípios, estendendo-se do limite político-administrativo do Estado de São Paulo ao de Santa Catarina. Mas, nesse território, qual é a espacialidade efetivamente metropolitana? Além do município polo, qual a área de concentração que corresponde à metrópole? Até onde estende a polarização dessa área metropolitana? Como seus municípios componentes se integram à dinâmica da metropolização brasileira? Para responder a essas questões, neste capítulo é analisada a metropolização paranaense, em seus componentes econômico e populacional, o papel funcional da metrópole e sua região de influência, e seu posicionamento como centralidade máxima desse processo, bem como na hierarquia da rede urbana do Brasil. Internamente à região metropolitana, descreve-se a evolução da ocupação e expansão do aglomerado metropolitano, com ênfase à mobilidade pendular da população e aos níveis de integração dos municípios à dinâmica da metropolização brasileira.

Palavras-chave: Metrópole, Metropolização, Rede urbana, Integração à dinâmica metropolitana, Região Metropolitana de Curitiba.

Abstract: The Curitiba Metropolitan Region consists of 29 municipalities, which extend from the political and administrative limits of the state of São Paulo to the state of Santa Catarina. But what is the spatiality that is effectively metropolitan in this territory? Apart from the core municipality, what is the population concentration area that corresponds to the metropolis? Where does the polarization of this metropolitan area extend to? How do its component municipalities fit in the dynamics of Brazilian metropolization? To answer these questions, this chapter analyzes metropolization in the state of Paraná in terms of its economic and populational elements, the functional role of the metropolis and its region of influence, the metropolis' position as the key central element in this process and its position in the hierarchy of the urban network in Brazil. Within the metropolitan region, the change in land cover and the

expansion of the metropolitan conglomeration are described, with an emphasis on commuting and the different levels of integration of municipalities into the dynamics of Brazilian metropolization.

Keywords: Metropolis, metropolization, urban network, integration in metropolitan dynamics, Curitiba Metropolitan Region.

1. Configuração de um espaço metropolitano no Paraná

A inserção paranaense na divisão social do trabalho e a organização do território estadual deram-se sob um modelo de produção fortemente concentrador. Políticas estaduais de desenvolvimento e políticas urbanas conjugaram-se como um reforço aos vetores de concentração do capital e apontaram para a configuração de algumas espacialidades nas quais esse processo se manifesta nitidamente: a aglomeração metropolitana de Curitiba, as aglomerações urbanas do norte central do Estado, polarizadas por Londrina e por Maringá, e as aglomerações urbanas do oeste, uma polarizada por Cascavel/Toledo e outra, de natureza transfronteiriça, polarizada, no Brasil, por Foz do Iguaçu (IPARDES, 2005a; 2006). A trajetória dessa configuração foi explorada em capítulo do primeiro livro que reúne a produção do núcleo Curitiba do Observatório das Metrôpoles (MOURA, 2009a), e oferece as referências que fundamentam a análise atual. Esta volta-se a explorar em maior detalhe a inserção e o papel da aglomeração metropolitana de Curitiba na rede urbana brasileira, e a discutir a conformação territorial da Região Metropolitana oficial e as relações internas entre seus variados subespaços.

Nos anos 1970, quando foi institucionalizada a Região Metropolitana de Curitiba (RMC), a indústria norteava a metropolização no Brasil, ainda incipiente no Paraná. A inclusão dessa entre as nove regiões institucionalizadas provocou certa polêmica no Estado, onde, nessa época, a porção norte central vivia um momento de apogeu. O desenvolvimento dessa porção, particularmente ligado à expansão da fronteira agrícola cafeeira paulista e do projeto colonizador, consolidava na região um conjunto de cidades favorecidas por grandes projetos imobiliários e pelo sistema de circulação, que atraíram novos empreendimentos, investimentos comerciais, industriais e de serviços.

Os elementos que alimentaram a polêmica da institucionalização da RMC em curto espaço de tempo se esvaneceram. As mudanças da

base produtiva dos anos 1960, aliadas à política industrial desenvolvimentista dos anos 1970, consolidaram a polaridade da localização industrial em Curitiba e entorno. Em meados dessa década foi instalada a Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e o Centro Industrial de Araucária (CIAR), e implantada a Refinaria Presidente Getúlio Vargas, também nesse município, entre outras infraestruturas que propiciaram a vinda de grandes grupos empresariais, fazendo crescer significativamente o grau de inserção da região e do Estado na economia brasileira e internacional, atribuindo importância a produtos dos segmentos mais modernos em detrimento dos tradicionais (NOJIMA *et al.*, 2004).

A consolidação desse posicionamento pode ser observada no crescimento da participação dos municípios integrantes da RMC no total do valor adicionado fiscal (VAF) total do Paraná, no período. Em 1975, a participação da RMC era de 17,5% do VAF total do Estado, com 13,5 pontos percentuais (p.p.) registrados em Curitiba. Com o início de operação das intervenções dessa década, houve um contínuo crescimento dessa participação, porém com diminuição da presença do polo na composição da renda. Em 1980, a RMC já contribuía com 33,8% do VAF do Paraná, sendo Curitiba responsável por 15,8 p.p.¹

Um novo ciclo industrial se instalou no Estado após os anos 1970, provocando uma “completa ruptura, na medida em que se baseia num outro tipo de indústria, voltada para um outro mercado (nacional e internacional), com controle acionário externo, enfim, com um perfil muito distinto daquele predominante anteriormente.” (FIRKOWSKI, 2001, p.25)

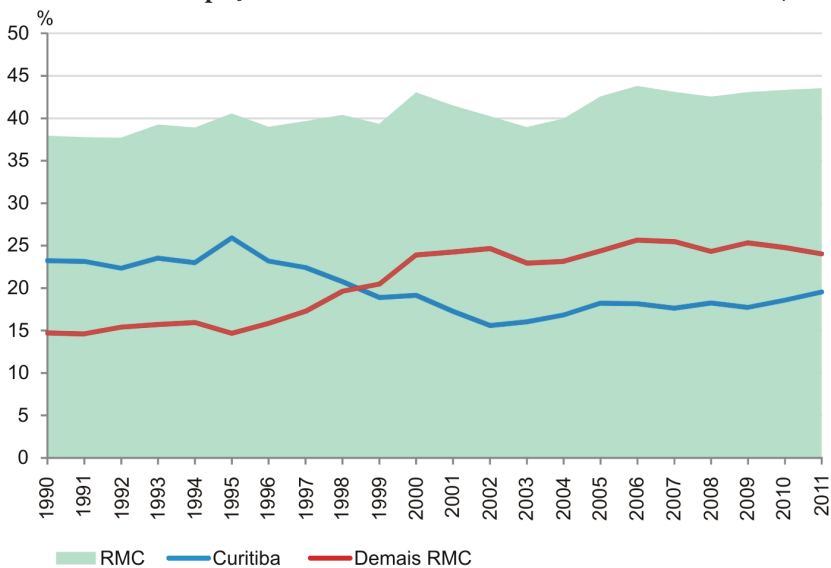
Nos anos 1990, a remodelação aeroportuária, em São José dos Pinhais, adequação do sistema viário, contornos metropolitanos e reestruturação do sistema portuário reforçaram as articulações entre os centros e garantiram os fluxos da atividade econômica, servindo como suporte físico para as interconexões. Essa infraestrutura, associada à atividade industrial instalada no período desenvolvimentista, foi fundamental para fazer convergir os benefícios de alguns processos que se instauraram em território nacional – de modo geral, associados a movimentos de desconcentração, sobretudo da atividade industrial –, motivados pela seleção dos lugares para a alocação das atividades

¹ Informações extraídas de Nojima *et al.* (2004). O IPARDES/BDE fornece nova série do VAF que resulta de novas tabulações, não se recomendando a comparação dos anos mais recentes com os dados dos anos 1970 e 1980. Estes só são apresentados para marcar o período da virada na participação da RMC na economia estadual.

econômicas. Seus reflexos na dinâmica da economia paranaense beneficiaram particularmente o entorno de Curitiba, dada sua localização privilegiada em relação aos vetores de distribuição e expansão da atividade econômica a partir do Sudeste brasileiro.

A região estaria, assim, nos vetores do que Diniz (1991) compreende como polígono da desconcentração, iniciada nos anos 1970, incorporando espaços equipados e ricos em externalidades. Desconcentração que levou à reconcentração da atividade produtiva, como também sugere Diniz (1999), a partir dos impactos da reestruturação produtiva e da mudança do padrão tecnológico das indústrias pós anos 1990. Ou seja, essas dinâmicas nacionais encontraram, nos anos 1990, uma aglomeração metropolitana já consolidada e qualificada às exigências do capital. Os efeitos dessa qualificação manifestaram-se na participação no VAF estadual, a qual, a partir do ano 2004, atinge valores superiores a 40% (Gráfico 1.1).

Gráfico 1.1 - Participação no Valor Adicionado Fiscal do Paraná - 1990/2011



FONTE: SEFA
Elaboração: IPARDES.

No interior do território da RMC ocorreu uma perda da supremacia da participação de Curitiba, que em 1990 correspondia a 61,2% do total da região, percentual reduzido para 44,8%, em 2011, e um aumento da contribuição de municípios da sua Área de Concentração

da População (ACP), definida pelo IBGE (2008)^{2,3} Entre eles, sobressai Araucária, já a partir dos anos 1980, São José dos Pinhais e outros a partir dos anos 1990. Observa-se que, enquanto os municípios da ACP consolidam uma participação equivalente à do polo, os demais municípios da RM – praticamente não alteraram sua participação no período considerado.

Na Indústria, carro-chefe do processo concentrador e modernizador da RMC, é importante salientar a presença, em Curitiba e municípios do entorno, dos segmentos da metalmeccânica e químicos, desde meados dos anos 1970, atraídos por incentivos da criação da CIC e CIAR. Após os anos 1990, com a incorporação das montadoras de automóveis, de seus fornecedores diretos e com a expansão dos segmentos já instalados, reforçou-se ainda mais essa concentração. Em 1997, a RMC participava com 48,5% do total do VAF setorial da indústria do Paraná, elevando para 55,1% em 2011. Enquanto a região ganhou participação, Curitiba declinou de 24,7% para 17,4% no mesmo período (Gráfico 1.2).

A retração de Curitiba deu-se em razão de uma expansão física da área dinâmica da indústria em direção a municípios vizinhos da própria aglomeração metropolitana ou do entorno mais distante (FIRKOWSKI, 2001; NOJIMA *et al.*, 2004). Foram privilegiados aqueles que ofereceram maiores vantagens comparativas, atendendo ao novo padrão locacional, agora pautado em condomínios industriais, particularmente os posicionados na proximidade das principais rodovias (BRs 116, 277 e 376) que interligam mercados fornecedores e consumidores, com mais facilidades para a recepção de insumos e o escoamento da produção.

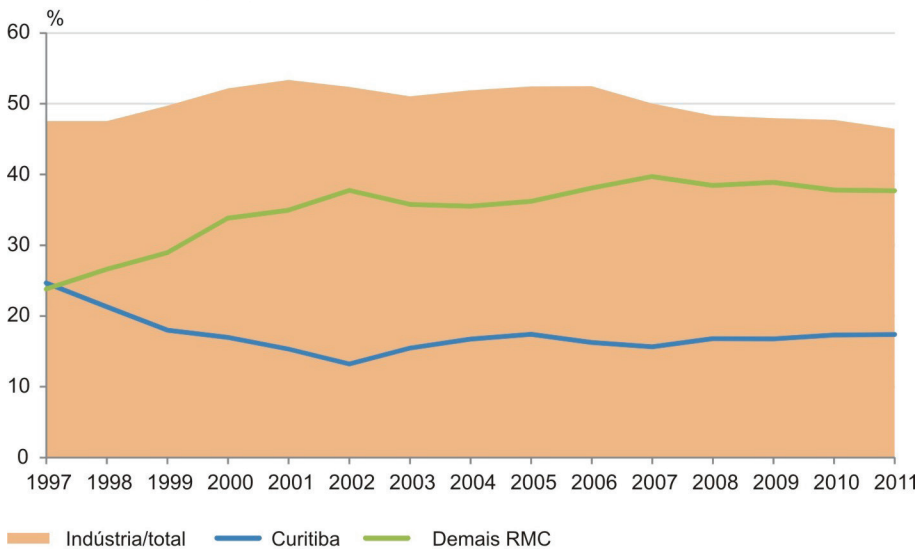
O polo automotivo, instalado já nos anos 1970, com a atração da New Holland e da Volvo, e incorporando, no final dos anos 1990, as montadoras Renault e Audi/Volkswagen, assim como um elevado rol de fornecedores nacionais e estrangeiros, tornou-se um dos pilares de

² A saber: Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais.

³ Conforme detalhado no capítulo Introdução, para a organização das informações sobre os municípios da RMC são considerados os recortes: polo (Curitiba), demais municípios da ACP e demais municípios da RMC (Adrianópolis, Agudos do Sul, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campo do Tenente, Cerro Azul, Contenda, Doutor Ulysses, Lapa, Mandirituba, Piên, Quitandinha, Rio Negro, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná).

sustentação da economia paranaense. O parque industrial implantado na fase mais recente reproduz os rearranjos tecnológicos verificados na indústria automobilística internacional, com a introdução de conceitos e métodos inovadores, aplicação do modelo de desverticalização, terceirização de serviços e adoção do sistema *just in time*, com integração de fornecedores via consórcios modulares de produção (LOURENÇO, 2000; FIRKOWSKI, 2001; 2009).

Gráfico 1.2 - Participação da indústria no Valor Adicionado Fiscal (VAF) total e de Curitiba e demais municípios da RMC no VAF industrial do Paraná - 1997/2011



FONTE: SEFA
Elaboração: IPARDES.

Lemos *et al.* (2005) identificam uma aglomeração industrial significativa, que engloba um conjunto de municípios do entorno imediato e, mais distante de Curitiba, transcende os limites político-administrativos do Estado e se une a um amplo conjunto de municípios no entorno de Joinville. A aglomeração de Curitiba é apontada como tendo, relativamente, maior qualidade industrial quanto à participação de firmas que inovam e diferenciam no produto industrial do aglomerado, liderando as atividades desenvolvidas nas regiões de Blumenau/Joinville e Londrina/Maringá, “o que revela vantagens potenciais de atração industrial em função das externalidades de serviços produ-

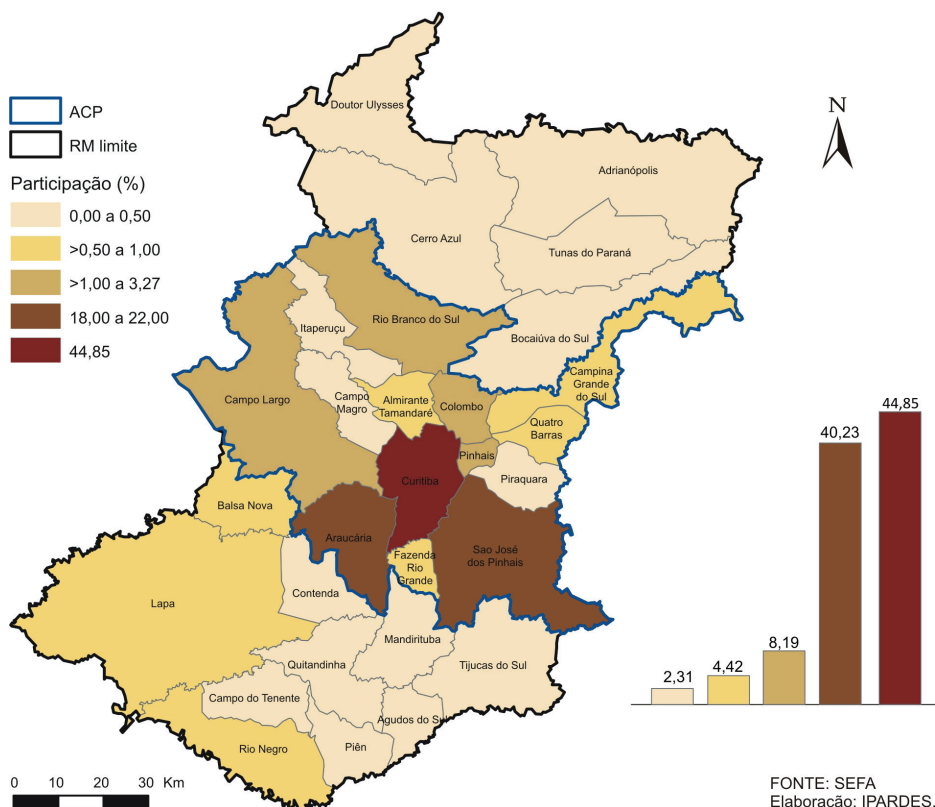
tivos especializados e complementaridade produtiva decorrentes das vantagens de proximidade geográfica” (LEMOS *et al.*, 2005, P.346).

Evidentemente que, acompanhando o fortalecimento da Indústria, os setores Comércio e Serviços também se fortaleceram no entorno metropolitano, modernizando-se, incorporando novas atividades em face das demandas modificadas e assumindo um novo perfil (FIRKOWSKI, 2001). Um conjunto de obras também se voltou à modernização da infraestrutura de circulação e transportes, com adequação aeroportuária em São José dos Pinhais, portuária em Paranaguá e, principalmente, com a conclusão do contorno viário no entorno metropolitano. Essas obras deram sustentação às mudanças na economia e funcionaram como elemento estruturador de uma nova escala espacial, que transcende tanto a aglomeração metropolitana quanto o próprio território institucional da RMC, adquirindo uma dimensão regional.

Assim, ainda que o município de Curitiba tenha tido papel preponderante na atratividade inicial, os investimentos realizados favoreceram os municípios de São José dos Pinhais, Pinhais, Quatro Barras, Campo Largo, Colombo e Fazenda Rio Grande, além de outros ligados à indústria de minerais não metálicos, reforçados pelo crescimento da indústria cimenteira, como Rio Branco do Sul, Almirante Tamandaré e Balsa Nova. Mesmo favorecidos pela indústria, a distribuição do VAF total de 2011 entre os municípios da RMC distancia Curitiba dos demais municípios, por concentrar quase 45% do total regional. São José dos Pinhais e Araucária complementam essa concentração e, juntos, respondem por mais 40% do VAF total regional (Figura 1.1).

Essa lógica de distribuição da atividade econômica entre municípios provocou transformações socioespaciais e efeitos ambientais marcantes. Seus custos e benefícios revelam uma favorável expansão das condições produtivas em alguns municípios, capacitando sua infraestrutura e promovendo uma diversificação funcional. Ao mesmo tempo, expõem uma aguda intensificação da desigualdade socioespacial intraurbana e intermunicipal (MOURA e KORNIN, 2005; IPARDES, 2005b). Ou seja, a proximidade exerce efeitos multiplicadores, mas ao mesmo tempo excludentes. Poucos foram os municípios, além daqueles que já carregavam uma bagagem histórica de participação mais pujante na economia, que se incluíram nas novas atividades, e entre eles, muitos se mantiveram nos circuitos tradicionais.

Figura 1.1 - Distribuição do Valor Adicionado Fiscal - RMC - 2011



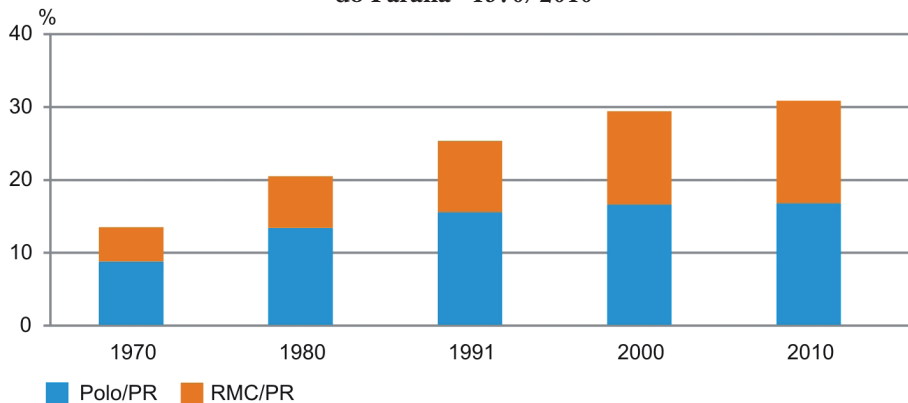
2. Evolução da ocupação e expansão do aglomerado metropolitano

Tendo como base de análise o território atual da RMC,⁴ observa-se que a distribuição de sua população, a partir dos anos 1970, quando se acentuou o processo migratório do interior do Estado em direção à capital e adjacências, espelha uma trajetória de incremento mais acentuado da participação dos demais municípios da região no total populacional do Estado, relativamente ao polo. Em 1970, os atuais 29 municípios da RMC concentravam 13,5% da população paranaense, sendo 8,8 p.p. referentes à participação de Curitiba; em 2010, a RMC

⁴ É bom lembrar que a RM de Curitiba foi instituída em 1973, com 14 municípios, ampliando esse território para os atuais 29, estendendo-se dos limites estaduais com São Paulo ao com Santa Catarina, conforme referido na Introdução deste livro.

respondia por 30,9% da população do Estado, e Curitiba contribuía com 16,8 p.p. (Gráfico 1.3).

Gráfico 1.3 - Participação da população da RMC e de Curitiba no total do Paraná - 1970/2010

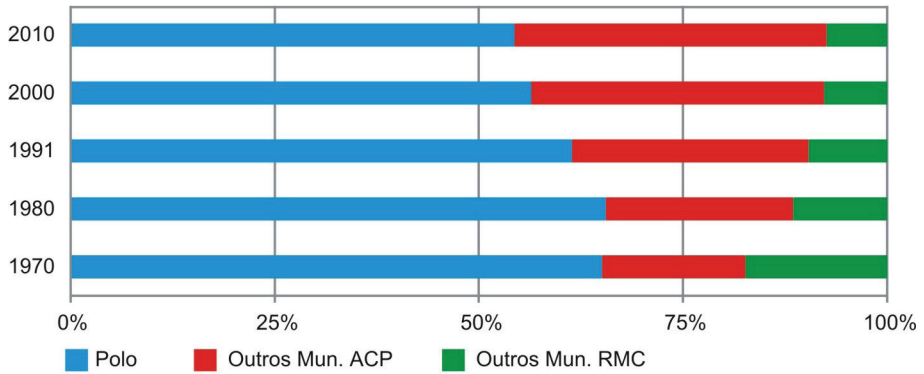


FONTE: IBGE - Censos Demográficos
Elaboração: IPARDES.

De 1970 para 2010, a população da RMC cresceu de 935.593 para 3.223.836 habitantes. Internamente, o peso do polo declina de 65,1% no total da RMC, em 1970, para 54,3%, em 2010. São os demais 13 municípios que integram sua ACP que, no período, elevam a participação no conjunto, saltando de 19,1%, em 1970, para 38,3% no último Censo. Os outros municípios da região registram uma perda de participação ainda mais acentuada que a do polo, pois no início do período se equiparavam à da ACP, com participação de 15,8% no total da população, diminuindo no período mais recente para 7,1% (Gráfico 1.4).

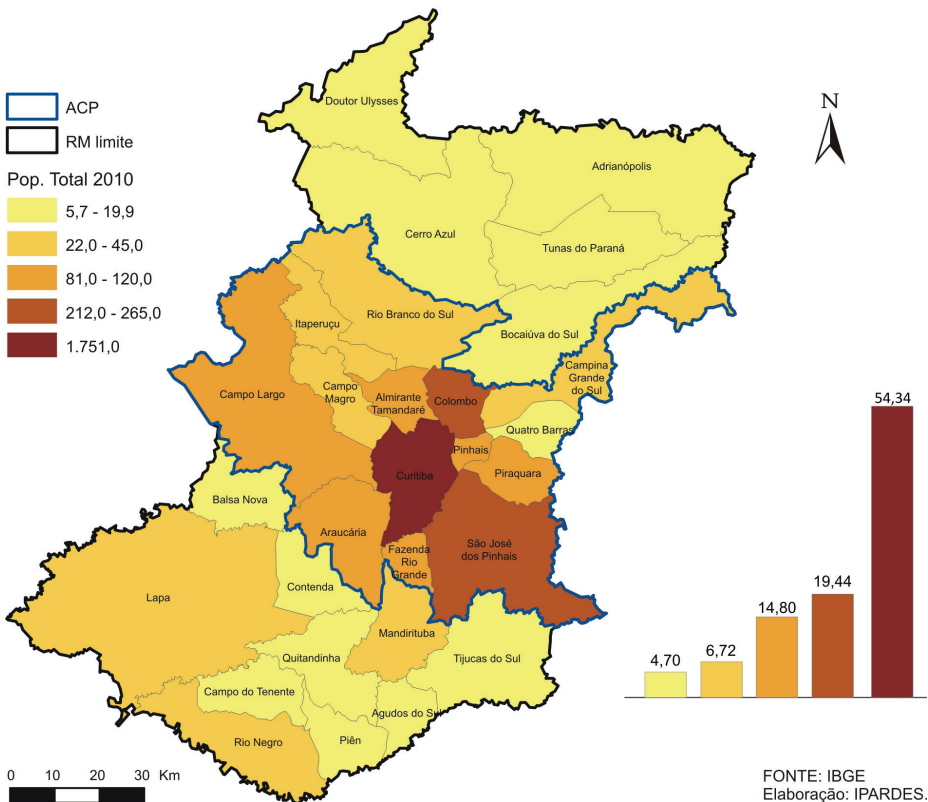
Essa trajetória evidencia um reforço populacional nos municípios do entorno imediato a Curitiba, nos quais as atividades econômicas predominantemente urbanas também se concentram, e uma relativa estabilização do entorno mais distante, apontando a ACP como a efetiva área metropolitana do território institucional. Curitiba não deixa de ainda manter o peso significativo de mais de metade da população da RMC; Colombo e São José dos Pinhais somam mais 19,4%; além desses, outros municípios da ACP respondem por 14,8% da população (Figura 1.2).

Gráfico 1.4 - Participação dos recortes selecionados no total da população da RMC - 1970/2010



FONTE: IBGE - Censos Demográficos
Elaboração: IPARDES.

Figura 1.2 - População total do município - RMC - 2010



FONTE: IBGE
Elaboração: IPARDES.

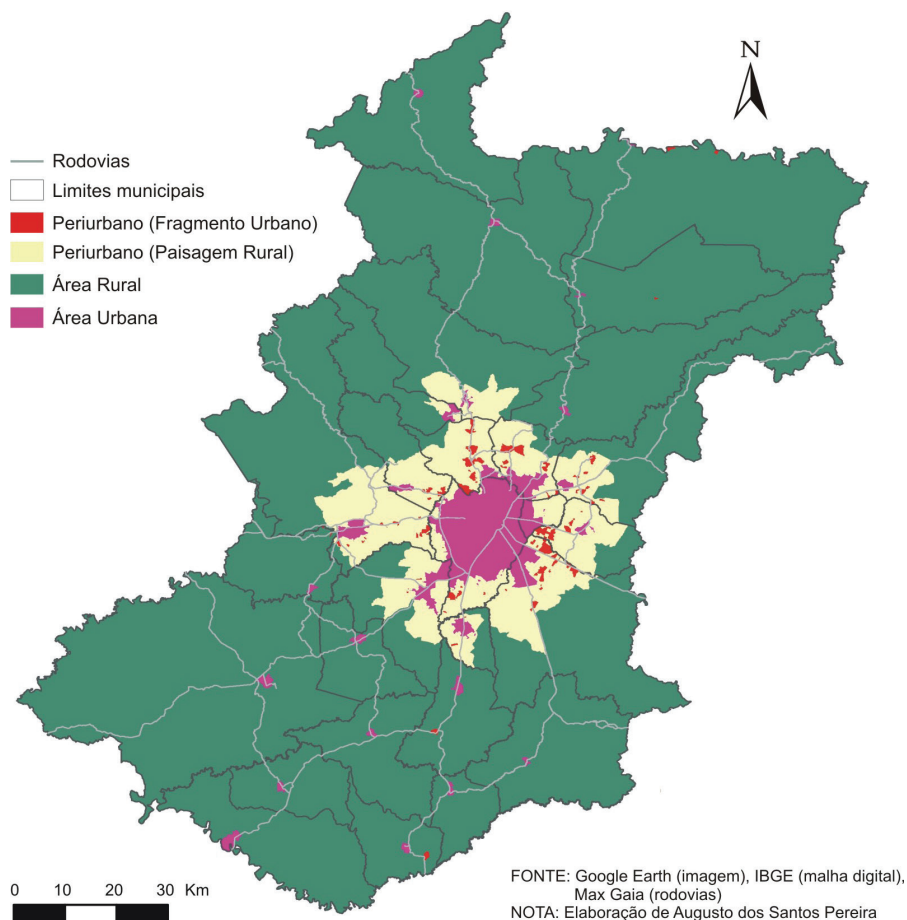
A dinâmica da ocupação de Curitiba, que já na década de 1970 superou a casa de 1 milhão de habitantes, transcendeu os limites político-administrativos do município, estendendo suas periferias urbanas aos municípios limítrofes. Nessa década, manteve nítidos vazios entre a ocupação das áreas fronteiriças e as sedes municipais, formando um desenho de insularidade (ULTRAMARI; MOURA, 1994). Desde então, o crescimento das áreas periféricas internas a Curitiba prosseguiu elevado, aumentando a densidade dessas periferias; o mesmo se deu nas áreas externas limítrofes. A cada década novas porções urbanas de seus municípios limítrofes inseriram-se nessa dinâmica, reduzindo a imagem de insularidade das sedes. Sucessivamente, outros municípios relativamente mais distantes passaram a acompanhar esse ritmo de crescimento, como Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Campina Grande do Sul, Campo Magro, Quatro Barras, sem que se esgotasse o crescimento dos anteriores, que continuaram apresentando taxas superiores à média regional, e dando continuidade à expansão da mancha urbana, atualmente contínua sobre o território dos 14 municípios da ACP (Figura 1.3).

Levantamento minucioso de Pereira (2013, p.97) mostra que apenas 3,7% da extensão territorial da região é urbana, sendo que mais de metade dessa porção corresponde ao polo; outros 36%, aos municípios da ACP; e aproximadamente 9%, aos demais municípios da RM. O mesmo estudo identifica as áreas periurbanas, que ocupam aproximadamente 10% da extensão da região, ou seja, “quase três vezes a extensão das áreas urbanas”. Esse tipo de área é encontrado mesmo no interior do município polo, em uma extensão correspondente a 23% do seu território; engloba zonas de chácaras, ocupação difusa e áreas de influência dos principais rios e represas. Observa-se que o autor desconsidera as delimitações oficiais de rural e urbano e identifica, com metodologia própria, que considera indicadores diversos, como localização de manchas, proporção de trabalhadores ligados às atividades agropecuárias, movimento pendular, entre outros dados do Censo 2010, com maior precisão a delimitação dessas e das áreas periurbanas da RMC. Estas, pela característica de transição, correspondem a porções sob pressão por usos e ocupação, conseqüentemente a conflitos de interesses. Entende áreas periurbanas como

aquelas de paisagem mista, com presença de fragmentos urbanos e interstícios rurais encadeados, localizadas no rebordo da

mancha urbana principal, contígua ao polo, e/ou bastante integrada, contendo áreas de grande conexão por movimentos pendulares, significativa variação no que tange ao número de trabalhadores ligados à agropecuária, com predomínio de trabalhadores nos serviços e na indústria, cujas dinâmicas imobiliárias são distintas, por conta da conjugação da proximidade do núcleo central e do menor preço da terra, podendo ser caracterizada, dentre outras formas, pela generalização dos condomínios. (PEREIRA, 2013, p.58)

Figura 1.3 - Área urbana, periurbana e rural - RMC - 2011



A atual mancha de ocupação urbana da metrópole, embora contínua, inclui em seu interior bastante desigualdade, tanto no que se

refere à inserção dos municípios na dinâmica da economia regional, às condições sociais da população, às condições socioambientais, quanto aos níveis de integração à dinâmica da metropolização brasileira, que serão analisados na sequência.

A renda domiciliar total é um dado revelador. Em 2010, Curitiba respondia por 71,6% da renda domiciliar mensal total dos municípios da RMC, que, por sua vez, concentrava 40,7% da renda total do Estado. A renda total em Curitiba era de R\$2.674,8 milhões, enquanto em Campo Magro, em sua própria ACP, era de R\$13,5 milhões; em Doutor Ulysses, no entorno mais distante, era de R\$1,6 milhões.

Sob efeito da presença de capitais internacionais na disputa pela ocupação e uso do solo no entorno metropolitano e sob a ação de processos mais endógenos – como a própria dinâmica imobiliária no polo, a desconcentração relativa de algumas atividades produtivas e a estruturação de serviços públicos nos municípios periféricos, assim como uma maior acessibilidade (infraestrutura) e difusão do uso do automóvel –, a ocupação seletiva que formatou o espaço metropolitano de Curitiba torna-se difusa. Se antes correspondia ao processo de periferação do polo sobre municípios limítrofes, com alguns sinais de conurbação com São José dos Pinhais (ULTRAMARI; MOURA, 1994), atualmente pode-se correlacionar a processos de dispersão e expansão metropolitana, comuns a metrópoles brasileiras e latino-americanas (LENCIONI, 2011; DE MATTOS, 2010; 2012). As periferias, antes comprovadamente mais pobres, atualmente tornaram-se opção de localização de condomínios de luxo, perfeitamente conectados a Curitiba, grandes equipamentos de comércio e serviços, assim como novos condomínios industriais, como os que conformam o polo automotivo do Paraná. No oposto, a pobreza, mesmo com queda de sua taxa na última década, continua a marcar o tecido social do polo metropolitano, que responde pelos contingentes mais elevados de famílias carentes e domicílios inadequados, entre os municípios da RMC (PNUD, 2013).

Por um lado, a RMC anuncia a trajetória e o perfil apontados por Lencioni (2011), para quem a metrópole encerra o ciclo de ser o lugar, por excelência, da indústria e das possibilidades de emprego e se abre a um novo ciclo capaz de enfrentar as contradições que comprometem a reprodução do capital, fundado na importância dos negócios oriundos da produção imobiliária e das condições de infraestruturas indispensáveis para que se efetivem a metropolização e a valorização

do espaço metropolitano. A forma expandida da aglomeração metropolitana de Curitiba é central para a acumulação, pois “a valorização imobiliária que acompanha o espraiamento territorial da metrópole se constituiu numa das principais estratégias para a produção e concentração da riqueza social, uma vez que o predomínio da descontinuidade é estratégico para a reprodução do capital.” (LENCIONI, 2011, p.55). Mas, por outro lado, ainda não se pode admitir que a indústria perdeu seu lugar na RMC, visto que, ao analisar os dados do VAF setorial, observa-se que foi ela que garantiu a participação da RMC no total do Paraná na última década; ela representou, também, importante aporte ao crescimento e à manutenção do emprego, assim como exerceu forte indução ao movimento pendular da população para trabalho. Em termos espaciais, é também a localização industrial um elemento atrativo à ocupação urbana, sendo possível observar, conforme será analisado, no capítulo 2, forte associação entre essa localização e novas áreas com elevado crescimento populacional. Dessa forma, a indústria permanece como um setor importante para explicar a dinâmica recente da ACP; embora certamente outras dinâmicas, particularmente a dinâmica imobiliária, tenham seu papel nesse processo.

Esse comportamento leva a concluir que o perfil atual da metropolização brasileira não se apresenta homogêneo, refletindo trajetórias particulares à diversidade regional do país, à história e às forças econômico-sociais e institucionais que interferem na produção do espaço de cada aglomeração metropolitana. Traços de diferentes tempos caracterizam as metrópoles brasileiras, que sem descartarem elementos de um passado recente, já revelam uma presença incontestável de objetos e intenções definidores da metropolização contemporânea.

3. A RMC na hierarquia da rede urbana do Brasil

Espaço concentrador de população, da geração de renda e da indústria paranaense, a RMC destaca-se também pelas condições que singularizam uma metrópole contemporânea, uma vez que se qualifica por funções superiores de gestão do território. Conforme informações da base de dados do REGIC 2007, majoritariamente referentes a 2004 e 2005, a Área de Concentração de População de Curitiba posiciona-se nas primeiras classes dos indicadores considerados na hierarquização

de centros da rede urbana brasileira (IBGE, 2008).⁵ As ACPs correspondem a grandes manchas urbanas de ocupação contínua, caracterizadas pelo tamanho e densidade da população, pelo grau de urbanização e pela coesão interna da área, dada pelos deslocamentos da população para trabalho ou estudo. Foram identificadas pelo IBGE 46 unidades, considerando subACPs identificadas em São Paulo e Porto Alegre.

Os resultados comparativos entre os municípios brasileiros, complementados por um conjunto de análises de fluxos entre municípios,⁶ que permitiram definir a região de influência das centralidades, colocam a ACP de Curitiba entre os principais níveis de classificação. A ACP de Curitiba se posiciona no segundo nível entre os seis correspondentes à gestão do território, classificação esta que sintetiza seu posicionamento em um conjunto de atividades, com escalas que variam de 5 a 8 níveis, nos quais essa ACP se posiciona:

- no nível 1, relativo a atividades do comércio;
- no nível 2, em relação às atividades de serviços; de ensino de graduação e pós-graduação; de serviços de saúde de maior complexidade e volume de atendimento; conexões aéreas; afiliação a redes de televisão aberta (presença de emissoras ou retransmissoras e número de conexões a redes nacionais e regionais); e, gestão empresarial⁷;
- no nível 3, relativo à gestão federal; às atividades financeiras; e a domínios de internet.

Segundo o REGIC 2007, demarcando os nós das redes hierárquicas, a gestão – pública e empresarial – estabelece relações de controle e comando entre centros urbanos, “propagando decisões, definindo relações e destinando investimentos” (IBGE, 2008, p.9). Caracterizam,

⁵ Salienta-se que, para as cidades que constituem grandes aglomerações urbanas, a unidade de observação foi o conjunto da ACP.

⁶ Fluxos referentes às principais ligações de deslocamentos por transporte coletivo, compras, cursos do ensino superior, serviços de saúde, de lazer, distribuição de jornais, uso de aeroportos, distribuição da produção e origem dos insumos para a agropecuária (IBGE, 2008).

⁷ Neste item são considerados dados do Cadastro Geral de Empresas (CEMPRE), do IBGE, e relativos à presença de empresas entre as mil maiores do Brasil, segundo valor de vendas e receita líquida, condição na qual a ACP ocupa a 5ª posição entre as centralidades, com a localização de 40 dessas empresas

assim, os centros de gestão do território, que influenciam os demais centros. “As cidades, contudo, mantêm também relações horizontais, de complementaridade, que podem ser definidas pela especialização produtiva, pela divisão funcional de atividades e pela oferta diferencial de serviços.” (p.9). Assim, o REGIC 2007 privilegia a função de gestão do território como definidora das hierarquias urbanas. Com base no entendimento de Correa⁸ (1995, p.83, *apud* IBGE, 2008, p.131), o estudo concebe centro de gestão do território como “aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas sediadas”.

Na hierarquização dos centros, a ACP de Curitiba classificou-se no primeiro nível de centralidade, que corresponde a três categorias de metrópole: (i) Grande Metrópole Nacional, representada exclusivamente pela ACP de São Paulo, considerada o maior conjunto urbano do país, com 19,5 milhões de habitantes, em 2007, e alocado no primeiro nível da gestão territorial; (ii) Metrópole Nacional, representada pelas ACPs do Rio de Janeiro e de Brasília, ambas no primeiro nível da gestão territorial e, juntamente com São Paulo, constituem foco para centros localizados em todo o país; e (iii) Metrópole, representada pelas ACPs de Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, Recife e Salvador, constituindo o segundo nível da gestão territorial – exceto Goiânia e Manaus, que se inserem no terceiro nível da gestão territorial, mas “têm porte e projeção nacional que lhes garantem a inclusão neste conjunto”. (IBGE, 2008, p.11)

Curitiba e entorno projetam-se como a principal centralidade e única Metrópole do Estado e um dos polos metropolitanos da Região Sul.⁹ Segundo o REGIC 2007, a dimensão da rede de Curitiba articula

⁸ CORRÊA, R. L. Identificação dos centros de gestão do território no Brasil. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro: IBGE, v.57, n.1, p.83-102, jan./mar. 1995. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/coleção_digital.htm>. Acesso em: ago. 2008.

⁹ Outros estudos já apontavam a condição metropolitana desse espaço, como IPEA (2002a), no qual Curitiba foi posicionada como Metrópole Nacional, juntamente com apenas mais sete capitais de estados, polarizando um dos 12 sistemas urbanos do País; no do Observatório das Metrópoles (RIBEIRO, 2009), em que sua Região Metropolitana foi confirmada como de natureza metropolitana e inserida na mesma categoria das principais aglomerações da rede urbana brasileira (categoria 3); ou em classificação realizada para o conjunto de municípios do Paraná (IPARDES, 2005b),

um conjunto de centralidades que reúne nove Centros Regionais, 28 Centros Sub-regionais, 67 Centros de Zona, e um total de 666 municípios, com mais de 16 milhões de habitantes em 2007, o que correspondia a 8,8% da população do Brasil, além de 9,9% do PIB total do país (Quadro 1.1).

Quadro 1.1 - Dimensão da rede de primeiro nível - Curitiba - 2007

Metrópole	1
Capitais Regionais	9
Centros Subregionais	28
Centros de Zona	67
Total de Centralidades	105
Número de municípios	666
População 2007	16.178.968
% Pop. do Brasil 2007	8,80%
% PIB do Brasil 2005	9,90%

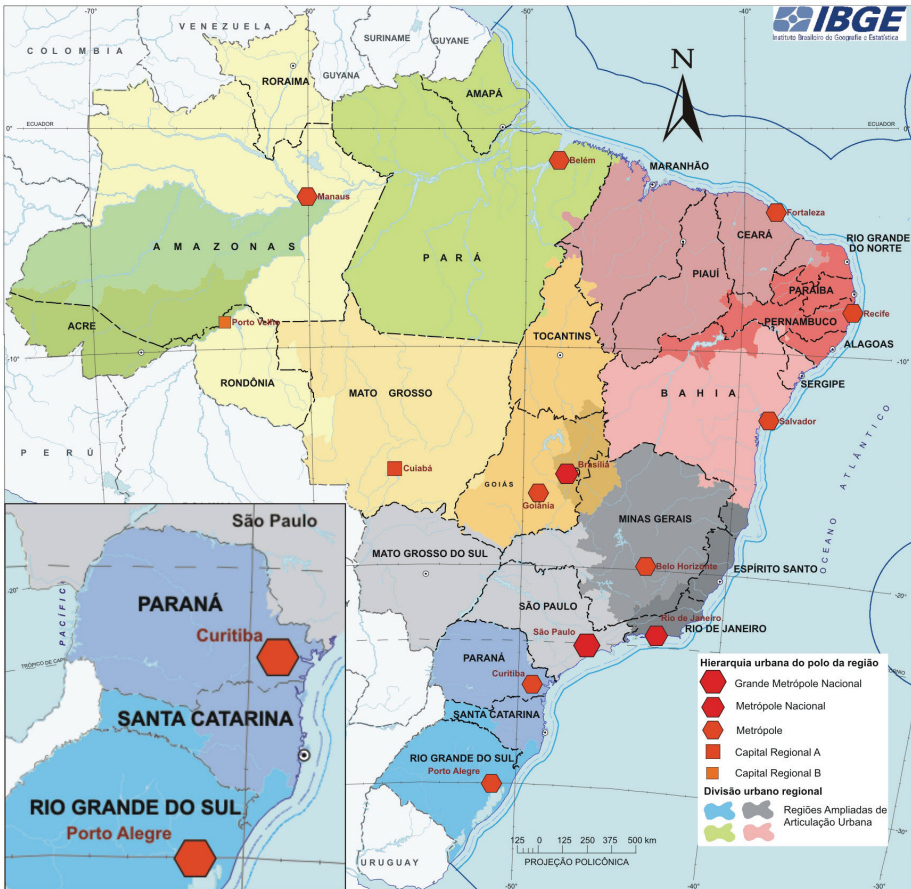
FONTE: IBGE - REGIC 2007, p.13

Além de sua extensão estadual, com base no REGIC 2007, a abrangência da polarização da ACP de Curitiba comparte com a da ACP de Porto Alegre o comando da rede urbana da Região Sul, transcendendo sobre o Estado de Santa Catarina e inserindo em sua rede as áreas de abrangência das principais centralidades catarinenses. Essa abrangência foi mensurada pelo IBGE (2013) que, com base no estudo REGIC 2007, elaborou a divisão urbano-regional do Brasil, em regiões de articulação urbana em três diferentes níveis escalares – ampliada, intermediária e imediata –, cobrindo todo o território nacional. Entre as 14 regiões de articulação urbana ampliada identificadas no Brasil, a de Curitiba compõe-se de 543 municípios. O IBGE entende por região ampliada, aquelas formadas “a partir de uma cidade, que comanda sua região, estabelecendo relacionamentos entre agentes e empresas no mesmo território”. São “espaços pautados numa organização em

segundo características de centralidade, na qual Curitiba deteve, com raras exceções, mais que o dobro do valor dos indicadores analisados, comparativamente ao município subsequente, e foi classificado como o único município paranaense que polariza uma aglomeração considerada metropolitana.

rede, onde os centros de gestão do território e os fluxos determinam as vinculações e o arranjo regional” (p.3) Constitui-se no primeiro nível escalar de articulação urbana, de maior abrangência, e as cidades de comando, conforme grandes regiões são: Fortaleza, Recife e Salvador, no Nordeste; Porto Alegre e Curitiba, no Sul; São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, no Sudeste; Manaus, Belém e Porto Velho, no Norte; Brasília, Goiânia e Cuiabá, no Centro-Oeste (Figura 1.4). É importante destacar que nessa regionalização as unidades de observação e os polos correspondem às ACPs.

Figura 1.4 - Divisão urbano-regional - Regiões ampliadas de articulação urbana - Brasil - 2013



FONTE: IBGE - Divisão de Geografia
NOTA: Extraído de IBGE (2013, p.6).

A região ampliada de Curitiba se compõe por 398 municípios do Paraná e 145 de Santa Catarina. Porto Alegre tem em sua região ampliada, outros 98 municípios catarinenses. Essa região ampliada de Curitiba subdivide-se em 14 regiões intermediárias de articulação urbana: Blumenau, Caçador, Cascavel, Curitiba, Florianópolis, Guaruapuava, Joinville, Lages, Londrina, Maringá, Paranaguá, Pato Branco, Ponta Grossa e Umuarama. O único município paranaense que não se enquadra nessa região é Sengés, que se insere na região ampliada de São Paulo (na intermediária de Sorocaba e na imediata de Itapeva). A região intermediária de Curitiba reúne 36 municípios, dos quais 26 de sua região imediata e 10 da imediata de União da Vitória. Totalizando 161 unidades no Brasil, as regiões de articulação urbana intermediárias “são regiões com centralidades medianas no conjunto da classificação e com população e área que variam conforme a localização”, com “intensidade e presença de atividades e produtos de menor complexidade” (p.5). As 482 regiões de articulação urbana imediatas do país, caracterizam-se por ligações que refletem a acessibilidade e a capacidade de atender a demandas em amplitudes mais restritas, particularmente em deslocamentos cotidianos, “para fornecimento e busca de bens e serviços corriqueiros” (p.6) A de Curitiba tem seu polo composto pela sua ACP, agregando além dele os municípios Adrianópolis, Agudos do Sul, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Contenda, Doutor Ulysses, Lapa, Mandirituba, Quitandinha, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná.

O que se observa é que a região urbana de articulação imediata de Curitiba reúne em seus 26 municípios, aqueles que compõem a Região Metropolitana, com exceção dos três inseridos mais recentemente: Campo do Tenente, Piên e Rio Negro. Todos se integram à região de articulação urbana intermediária de Joinville, sendo Campo do Tenente e Rio Negro vinculados à região imediata de Mafra, e Piên, à de São Bento do Sul.

Em termos da hierarquia dos centros, desde suas versões anteriores (IBGE 1972; 1987; 2000), o REGIC mostra que a metrópole de Curitiba, incluindo, na pesquisa mais recente, sua ACP, mantém-se no primeiro nível da hierarquia ao longo do período, enquanto Londrina mantém-se entre as do segundo nível. Em 1966, ano referência da pesquisa publicada em 1972, apareciam Londrina e Ponta Grossa, como Centros Regionais A; Londrina conquista uma posição isolada na pesquisa de 1978, publicada em 1987, assumindo a condição de Centro

Submetropolitano; mas, na de 1993, referente à publicação de 2000, Maringá equipara-se e ambas se classificam com nível Muito Forte. Tal trajetória inicial de Londrina ajuda a entender, em parte, a polêmica gerada com a inclusão da RM de Curitiba entre as institucionalizadas nos anos 1970.

O atual estágio de metropolização da região de Curitiba caracteriza-se por transformações expressivas em sua configuração espacial e natureza, inseridas no rol de mudanças produzidas pela reestruturação produtiva. Dinâmicas de concentração e mobilidade refuncionalizaram tanto o polo quanto as periferias, provocando valorização fundiária e ativação do mercado imobiliário, e projetaram uma nova forma urbana, que reconfigurou a aglomeração metropolitana em uma categoria regional. Mais que concentrar população e riqueza, sua condição metropolitana se reforça por funções econômicas superiores e poder de decisão e de gestão (LEROY, 2000; JULIEN, 2002); mais que expandir e densificar sua morfologia, compondo uma espacialidade diversa e socialmente diferenciada (GOTTDIENER, 1993), sua metropolização difunde regionalmente, a partir da aglomeração, atividades e funções (CASTELLS, 2000) que se embrenham em novas relações sociais, políticas e econômicas, expressando uma nova época (LENCIONI, 2006).

Para Lencioni (2011), algumas características sintetizam a metropolização contemporânea, na qual aflora uma metamorfose do espaço metropolitano. Pode-se afirmar que algumas dessas características encontram correspondência na metrópole em análise. Mas, cabe relativizar o argumento de que a indústria deixa de ser o elemento definidor desse processo. No caso em análise, o capital industrial convive e se articula aos vários outros capitais indutores de tal metamorfose. Entre as características que se confirmam, destacam-se a conformação de uma região de grande escala territorial, com limites extremamente dinâmicos e difusos, e que expressa intensa fragmentação territorial e segregação social; a conurbação entre um expressivo número de cidades e a intensificação da rede de fluxos; a redução relativa do crescimento populacional do polo, ao mesmo tempo em que outros municípios da região seguem crescendo e expandindo o ambiente construído; e se intensificam os movimentos pendulares da população entre os municípios.

De fato, as informações demográficas consideradas apontam para uma dinâmica de crescimento expressivo entre os demais municípios

da ACP, que já dividem com o polo a concentração populacional da região, e abordagens que se darão na sequência das análises deste volume discorrerão em detalhe sobre os deslocamentos pendulares, assim como apontarão as desigualdades socioespaciais do território metropolitano.

Adiantam-se algumas considerações sobre a mobilidade pendular, já que, consoantes aos fluxos referentes às ligações entre centros, que auxiliaram definir a região de influência das cidades, os fluxos dos deslocamentos da população para trabalho e(ou) estudo em município distinto do de residência esboçam a mancha da abrangência física da mobilidade intra e extrametropolitana, induzida pelos diferentes papéis desempenhados pelos municípios da RM e imediações. De modo geral, esses fluxos expressam o núcleo ampliado da aglomeração metropolitana e as franjas que se conformam em seu entorno, como frentes da urbanização (GILLI, 2002), revelando não só movimentos unidirecionais em relação ao polo, como a condição dessas franjas como atrativas a fluxos externos, inclusive partindo do polo.

Análises das informações referentes aos movimentos pendulares da população em 1980, 2000 e 2010 (DESCHAMPS; CINTRA, 2007; MOURA, 2009b; DELGADO; MOURA; CINTRA, 2013) apontam que houve uma intensificação dos fluxos, seja em relação ao número e perfil de pessoas em movimento, seja em relação ao número de municípios de origem ou destino desses fluxos. Em 30 anos, a mobilidade pendular dissemina-se entre os municípios paranaenses, ainda assim a RMC eleva sua participação de 42,9% do movimento total do Paraná, em 1980, para 45,7% em 2010. Se, em termos relativos, a variação no período não parece tão expressiva, em números absolutos causa maior impacto, pois se eleva de pouco mais de 55 mil para 426,3 mil pessoas em movimento regular para trabalho e(ou) estudo fora do município de residência.

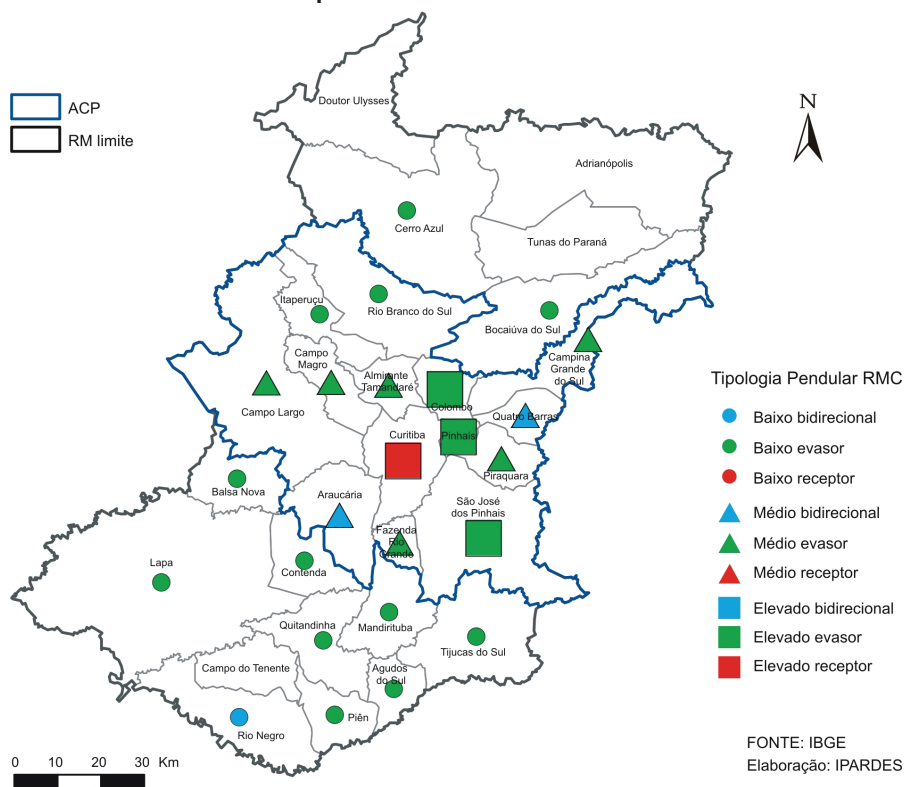
No território metropolitano, o tamanho e a direção dos fluxos obedecem ao papel desempenhado pelo município na economia e mercado de trabalho, na promoção de moradia e na oferta de atividades de comércio e serviços. Tipologia desenvolvida no IPARDES para captar as peculiaridades desses fluxos posiciona o município de Curitiba como o principal receptor da RMC (Figura 1.5), embora dele emanem fluxos de saída significativos para outros municípios da região; os evasores com maiores fluxos são Colombo, Pinhais e São José dos Pinhais; Araucária, Quatro Barras e Rio Negro apresentam

equilíbrio entre entradas e saídas, sendo classificados como bidirecionais; os demais municípios são todos evasores, com variação apenas no tamanho dos fluxos (DELGADO; MOURA, 2013).¹⁰ No caso de São José dos Pinhais, entretanto, observa-se que ele vem adquirindo um importante papel de receptor dos fluxos pendulares na RMC, o que indica que a sua condição é de transição, devendo configurar-se como um município em que os fluxos de entradas e saídas apresentam certa equivalência (Bidirecional); na Região Sul, ele passaria a se assemelhar à condição de Canoas e São Leopoldo, na Região Metropolitana de Porto Alegre, únicos a conjugar grandes fluxos e bidirecionalidade, o que lhes garante um papel de centralidades complementares aos polos em suas respectivas RMs.

Esse padrão revela intensa atratividade do polo, circundado por uma aureola de municípios evasores, ou seja, que operam em função dessa atratividade, e apenas dois municípios vizinhos com capacidade relativa de retenção; mais ao sul, a pequena aglomeração nos limites estaduais com Santa Catarina, também demonstra certa capacidade de atrair e(ou) manter sua população que trabalha e(ou) estuda – tanto Rio Negro-PR quanto Mafra-SC. Esses padrões claros se tornam complexos ao se mapear os fluxos, captados pela matriz origem/destino. Percebe-se um emaranhado de direções, quanto maior proximidade com também a metrópole, que mostra a densificação dos deslocamentos e alerta para a importância de se buscar políticas públicas adequadas de mobilidade e de moradia, para esse elevado contingente de pessoas em movimento, como será abordado em capítulo específico sobre o tema.

¹⁰ São três categorias de fluxos (soma das entradas e saídas) segundo o tamanho: grande – refere-se ao conjunto de municípios com maiores fluxos e que agregam 50% do fluxo total dos municípios selecionados em todo o país; (ii) médio – aplica-se aos municípios seguintes, com maiores fluxos, até se atingir 75% do total; (iii) pequeno – refere-se ao grupo de municípios com menores fluxos. A direção predominante dos fluxos resulta do cálculo, para cada município, da razão entre entradas e saídas (e vice-versa). Para a classificação na segunda dimensão – condição municipal relativamente à direção predominante dos fluxos –, calculou-se, para cada município, o Índice de Eficácia Migratória (IEM) com base nas trocas pendulares; a escala do IEM foi subdividida em três grupos: valores inferiores ou iguais a -0,2 implicam no predomínio dos fluxos de saídas, classificando-se o município como Evasor; valores superiores ou iguais a 0,2 implicam no predomínio dos fluxos de entradas, classificando-se o município como Receptor; o município cujo índice situa-se entre esses dois intervalos ($> -0,2$ a $< 0,2$) foi classificado como Bidirecional, uma vez que se observa, nesses casos, certa equivalência entre a saída e a entrada de pessoas (DELGADO; MOURA, 2013).

Figura 1.5 - Tipologia dos municípios, segundo tamanho e direção de fluxos pendulares - RMC - 2010



Favorecida pelo aumento da mobilidade, não só a aglomeração metropolitana de Curitiba se tornou mais extensa como a natureza de polarização e articulação em rede com centralidades próximas vem ampliando a unidade do território e do fato urbano aglomerado. A intensidade dos fluxos de pessoas e mercadorias e a complementaridade entre segmentos econômicos criaram um espaço de relações e conexões que une à região de influência direta da ACP de Curitiba as áreas de influência das aglomerações urbanas de Ponta Grossa e Paranaguá. Ademais, esses dois fatores intensificam os vínculos com a aglomeração de Joinville, em Santa Catarina.

Essa unidade ampliada – enredada em relações que transcendem a dimensão urbana, propulsora da riqueza econômica, técnica e cultural gerada no ambiente metropolitano, e assumem a dimensão regional – peculiariza-se por uma natureza mais complexa, híbrida, configurando-se em um arranjo urbano-regional (MOURA, 2009a e

b). Seu posicionamento como espaço de maior relevância no Paraná garantiu-se pela conjunção de condições históricas – particularmente pela atividade econômica sustentada por segmentos modernos da indústria, articulada à atividade industrial brasileira –, reforçadas pela ação do Estado e interesses do capital, que operaram como os principais condicionantes e resultantes da inserção do Paraná na divisão social hegemônica do trabalho.

O processo assinalado não é particular desta Região Metropolitana, mas se insere no rol de mudanças produzidas pela reestruturação produtiva, que desencadeou uma nova forma urbana ou uma metamorfose que reconfigura cidades e metrópoles em categorias territoriais regionais (LENCIONI, 2011; DE MATTOS, 2012).

4. Níveis de integração à dinâmica da metropolização brasileira

A heterogeneidade entre os municípios do território formal das regiões metropolitanas, assim como os diferentes estágios de inserção dessas unidades na metropolização brasileira exigem que se reconheçam as diferenças para que se formulem conclusões analíticas e políticas adequadas.

Mudanças na morfologia urbana, apoiadas no predomínio do automóvel e nas tecnologias de informação, com ampliação territorial do campo de externalidades metropolitano, e pela localização de empresas e moradias em locais mais distantes, provocam uma “metropolização expandida” (DE MATTOS, 2004, 2010, 2012), ou seja, uma expansão territorial metropolitana fruto de uma periurbanização, mediante a qual o tecido urbano se prolifera e se estende. Esse processo resulta em uma mudança completa na estrutura, forma e função da metrópole. “Metamorfoseiam-se as relações sociais e o espaço, anunciando que estamos vivendo um período de transição, uma transformação qualitativa para algo diferente do que conhecemos”, conforme Lencioni (2011, p.51).

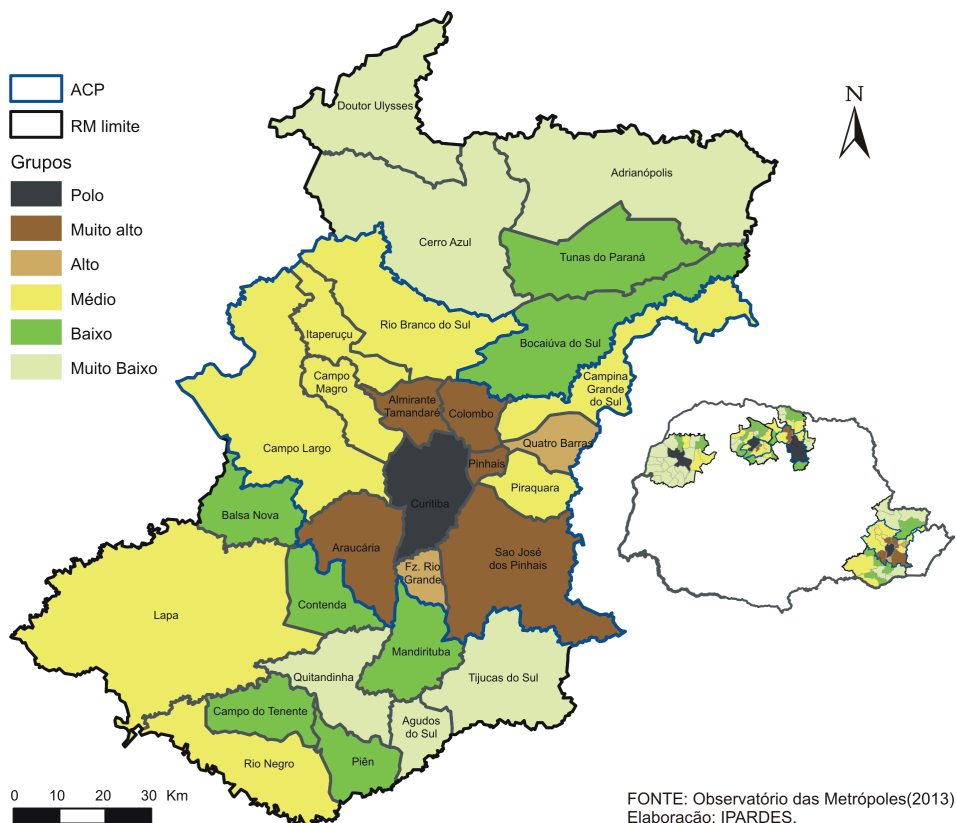
Neste período, elementos singulares do fenômeno metropolitano passam a ser encontrados em um espaço mais amplo e mais distante das aglomerações metropolitanas. Mesmo assim, a natureza metropolitana segue correspondendo ao perfil da cidade principal de uma região, que funciona como nó de comando e coordenação

de uma rede urbana, e que não só se destaca pelo tamanho populacional e econômico, como também pelo desempenho de funções complexas e diversificadas (multifuncionalidade), e por estabelecer relações econômicas com várias outras aglomerações. A complexidade de suas funções assegura sua posição de domínio sobre as demais cidades.

Em termos conceituais, região metropolitana é a área diretamente influenciada por uma metrópole. Porém, no Brasil, é reconhecida como uma unidade regional definida por lei estadual, conforme disposto na Constituição Federal de 1988. Longe de rigor conceitual sobre a natureza metropolitana, até agosto de 2012 foram institucionalizadas no país 51 Regiões Metropolitanas (RMs), conforme levantamento do Observatório das Metrôpoles (2012), das quais só 11 têm natureza metropolitana, a considerar a classificação do REGIC 2007. Além dessas, três Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs) e cinco Aglomerações Urbanas (AUs) completavam o total de 59 unidades institucionalizadas, que se localizam em todas as grandes regiões brasileiras. Do total de 945 municípios inseridos nessas unidades institucionalizadas, 28% estão em unidades com natureza metropolitana; 30,6% integram ACPs; ao mesmo tempo, 46 municípios que integram ACPs (ainda) não se inserem em unidade institucionalizada. No Paraná, foram institucionalizadas quatro regiões metropolitanas: Curitiba, Londrina, Maringá e Umuarama. Reconhecidamente, só a primeira tem natureza metropolitana.

Na RM de Curitiba, todos os integrantes da ACP foram classificados nos níveis muito alto, alto e médio (Figura 1.6), portanto, podem ser considerados devidamente integrados à dinâmica da metropolização brasileira. Os demais municípios, exceto Lapa e Rio Negro (médio), foram classificados nos níveis baixo e muito baixo, portanto sem apresentarem características efetivamente metropolitanas. Lapa e Rio Negro peculiarizam-se por situar-se, o primeiro, em uma porção extrema e dispersa do território da RMC, e por difundir suas funções a um entorno de pequenos municípios caracteristicamente rurais; o segundo, por constituir, com Mafra-SC, uma aglomeração urbana interestadual, na qual a complementariedade funcional entre os centros componentes age sinergicamente para uma melhor qualificação de ambos.

Figura 1.6 - Níveis de integração à dinâmica da metropolização brasileira - RMC - 2010



FONTE: Observatório das Metrôpoles(2013)
Elaboração: IPARDES.

Embora o PIB de alguns municípios da região seja elevado, nenhum município da RMC se encontra entre os de nível altíssimo. E isso pode ser justificado pelo patamar populacional, pela densidade populacional urbana e a soma dos fluxos de entrada e saída dos deslocamentos pendulares desses municípios, que são relativamente menores, se comparados aos das RMs de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e até mesmo Recife.

A tipologia dos municípios quanto ao nível de integração à dinâmica metropolitana confirma, no caso da RMC, a heterogeneidade que caracteriza o território institucionalizado, ao mesmo tempo em que reafirma a espacialidade efetivamente metropolitana, captada pelo REGIC. Nesta aglomeração, a mobilidade pendular reproduz padrões das grandes regiões metropolitanas nacionais, e se mostra como

um dos elementos estruturadores da aglomeração, ampliando a área de abrangência das relações entre municípios para estudo e trabalho, e trazendo com isso outros fluxos complementares para consumo, acesso a serviços entre outras finalidades.

5. Considerações finais

A metrópole de Curitiba se consolida ao longo das últimas décadas como a região mais concentradora do Paraná e uma das principais centralidades da Região Sul, fundamental à estruturação da rede urbana regional – posiciona-se nacionalmente como uma das 12 metrópoles da rede urbana brasileira.

Consideradas suas características no âmbito da metropolização brasileira, pode-se afirmar que apenas parte do território formal dessa RM responde aos critérios de mobilidade e concentração considerados na classificação dos níveis de inserção na metropolização brasileira. É, portanto, um território heterogêneo, no qual a espacialidade efetivamente metropolitana circunscreve-se à ACP. Ainda é uma região na qual a indústria desempenha importante papel na inserção na divisão social do trabalho e na produção e organização do espaço. Portanto, ainda descreve as características metropolitanas dos anos 70, concomitantemente a características das metrópoles contemporâneas, por ser também privilegiada por importantes funções terciárias. Essa condição diversificada pode repetir-se em outras metrópoles brasileiras, instigando o debate sobre uma escala intermediária de metropolização entre a condição industrial e a terciária, que embasa a concepção de metrópole contemporânea – cabível, quiçá, a algumas poucas aglomerações principais dos países latino-americanos.

Componentes dos processos contemporâneos de expansão metropolitana, com tendências à configuração de regiões urbanas de grande extensão territorial já se manifestam neste espaço metropolitano. A configuração de um arranjo urbano-regional confirma a existência de uma unidade concentradora, descontínua, com elevada mobilidade e natureza de polaridade híbrida entre as dimensões urbana e regional.

Internamente, a Região Metropolitana de Curitiba espelha diversidade e desigualdade. Diversidade otimizada em seu desempenho econômico e funcional relativo notável, e desigualdade expressa

na seletividade das escolhas do capital, que fez com que poucos municípios, segmentos e pessoas fossem incluídos nos circuitos modernos de produção e consumo. Desigualdade expressa em uma grande parcela de municípios, que, mesmo próximos à presença de novas e modernas realizações, sobrevive de atividades tradicionais, relegadas pelos inseridos; expressa também nos espaços informais de moradia, ocupados majoritariamente por população de baixa renda, carências e demandas reprimidas, permeando até mesmo o polo metropolitano.

Nessa região, as relações centro-periferia encontram-se mais complexificadas, mais transescalarizadas, visto que o núcleo e a periferia se transformam, e o feixe de fluxos e conexões se multiplica material e imaterialmente, transpassando os limites institucionais da RM. Curitiba e o aglomerado de seu entorno imediato assumem a posição de núcleo de um arranjo urbano-regional que articula essa periferia modificada, extensa, que mescla grandes enclaves urbanos e rurais globalizados, sejam condomínios residenciais ou grandes equipamentos industriais, de comércio e serviços, com áreas dominadas por elevada pobreza, e incorpora outras aglomerações e outros arranjos, cada qual com suas próprias periferias.

Tanto o núcleo deixa de ser um polo unimunicipal, passando a ser formado pelo conjunto de municípios do aglomerado – a ACP – com enorme desigualdade interna, quanto a periferia mescla áreas do próprio núcleo e seu entorno imediato, e se expande, alcançando aglomerações vizinhas, compondo um arranjo urbano-regional, que polariza todo o Estado e o transcende, mas que também revela nítida desigualdade.

Para uma região com essas características, duas ordens de ação devem ser recomendadas: (i) cooperação e articulação para o exercício de funções públicas de interesse comum, no caso das aglomerações identificadas, que devem ser compreendidas em sua diversidade e heterogeneidade de seus municípios e segmentos sociais, no desempenho de papéis específicos e na celeridade de suas transformações; (ii) ações para o desenvolvimento regional, com estratégias desconcentradoras, compensatórias e includentes, de forma a expandir o potencial socioeconômico e institucional desses espaços para que não se tornem fragmentados, socialmente pressionados, ambientalmente degradados, enfim, ingovernáveis.

Ambas, sob uma estrutura de coordenação com mecanismos am-

plamente participativos (municípios e segmentos), dotada de arranjos de governança democráticos, adequados aos diferentes tempos e espaços da região, considerando espacialidades complexas, multiescalares, com múltiplos interesses, conflitos e jogos poder. Por fim, formular políticas que se voltem a eliminar as desigualdades sociais e territoriais, e reconhecer que há uma crise de identidade, um sujeito em movimento entre o morar, trabalhar, estudar, consumir, usufruir. Um sujeito que exige que seus direitos sejam garantidos a partir de uma nova cidadania, mais ampla, mais complexa, a “cidadania metropolitana” – até então, vivida pelas pessoas, mas ignorada pelos formuladores de políticas e direitos.

Referências

- CASTELLS, M. A questão urbana. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- DE MATTOS, C. A. *et al.* Notas sobre una falsa disyuntiva: redefinición de las áreas centrales v/s dispersión urbana. Tendencias recientes, evidencia empírica. Documento de Trabajo Fondecyt N°1110387. Instituto de Estudios Urbanos y Territoriales. PUC Chile, 2012.
- DE MATTOS, C. A. Globalización y metamorfosis urbana en América Latina. Quito: OLACCHI : MDMQ, 2010. (Textos Urbanos, v.4).
- DE MATTOS, C. A. Redes, nodos e cidades: transformação da metrópole latino-americana. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). Metrôpoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional, 2004.
- DELGADO, P.; MOURA, R. Tipologia dos deslocamentos pendulares para trabalho e/ou estudo – Brasil 2010. Relatório de Pesquisa, IPARDES/IPEA, Curitiba, junho, 2013, 30 p.
- DELGADO, P.; MOURA, R.; CINTRA, A. Caracterização dos movimentos pendulares nas regiões metropolitanas do Paraná, Caderno Iparades, v.3, n.1, 2013, p.1-24. Disponível em <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/cadernoipardes>. Acesso em 20 fev. 2013.
- DESCHAMPS, M. V.; CINTRA, A. Análise dos movimentos pendulares nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba. In: ENCONTRO DO GT-MIGRAÇÕES DA ABEP, 5., 2007, Campinas. Anais... Campinas: UNICAMP/NEPO, 2007. 1 CD-ROM.
- DINIZ, C.C. A nova configuração urbano-industrial no Brasil. Encontro Nacional de Economia, 27, v.2. *Anais...* Belém: Anpec, 1999.
- DINIZ, C.C. Dinâmica regional da indústria no Brasil: início de

desconcentração, risco de reconcentração. Tese (Titulação) - UFMG, 1991.

FIRKOWSKI, O. L. C. de F. A nova territorialidade da indústria e o aglomerado metropolitano de Curitiba. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo (FFLCH), 2001.

FIRKOWSKI, O. L. C. de F. Localização industrial e extensão urbana em Curitiba. In: MOURA, R.; FIRKOWSKI, O. L. C. de F. Dinâmicas intrametropolitanas e produção do espaço na Região Metropolitana de Curitiba. Curitiba: Observatório de Políticas Públicas Paraná; Rio de Janeiro: Editora Letra Capital/Observatório das Metrôpoles, 2009.

GILLI, F. Déplacements domicile-travail et organisation du Bassin parisien. L'Espace géographique, Paris, tomo 31, Mobilités, p.289-305, 2002. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-espace-geographique-2002-4-page-289.htm>>. Acesso em 15 out. 2007.

GOTTDIENER, M. A produção social do espaço urbano. São Paulo: Ed. da USP, 1993.

IBGE. Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas. Rio de Janeiro: IBGE/DEGEO, 1972.

IBGE. Divisão urbano-regional. Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia, 2013. Disponível em ftp://geoftp.ibge.gov.br/divisao_urbano_regional/documentacao/divisao_urbano_regional_apresentacao_do_trabalho.pdf Acesso em 17 set. 2013.

IBGE. Regiões de influência das cidades 1993. Rio de Janeiro, 2000.

IBGE. Regiões de influência das cidades 2007. Rio de Janeiro, 2008.

IBGE. Regiões de Influência das Cidades. Rio de Janeiro, 1987.

IPARDES. Indicadores Intrametropolitanos 2000: diferenças socioespaciais na Região Metropolitana de Curitiba. Curitiba: IparDES : Observatório das Metrôpoles, 2005b. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/pdf/publicacoes/intrametropolitanos.pdf>>. Acesso em 26 jul. 2007.

IPARDES. Os Vários Paranás. Estudos socioeconômico-institucionais como subsídio aos Planos de Desenvolvimento Regional. Curitiba, 2005a. (Mapas e tabelas anexos).

IPARDES. Os Vários Paranás. Identificação de espacialidades socioeconômico-institucionais como subsídio a uma Política de Desenvolvimento Regional. Síntese. Curitiba, 2006.

IPEA. Configuração atual e tendências da rede urbana do Brasil. Brasília, 2002. (Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, 1). Convênio IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR.

JULIEN, P. Onze fonctions pour qualifier les grandes villes. *Insee Premier*, Paris, n.º 840, 2002. Disponível em: <<http://www.insee.fr/fr/ppp/>>

publications/collect_som.asp?coll=2&paru=1&avis=1&pres=1>. Acesso em 13 abr. 2006.

LEMONS, M. B.; MORO, S.; DOMINGUES, E. P.; RUIZ, R. M. A organização territorial da indústria no Brasil. In: DE NEGRI, J. A.; SALERNO, M. S. (Org.). Inovações, padrões tecnológicos e desempenho das firmas industriais brasileiras. Brasília: IPEA, 2005.

LENCIONI, S. Da cidade e sua região à cidade-região. In: SILVA, J. B. da; LIMA, L. C.; ELIAS, D. (Org.). Panorama da geografia brasileira. São Paulo: Annablume, 2006.

LENCIONI, S. Referências analíticas para a discussão da metamorfose metropolitana. In.: LENCIONI, S.; VIDAL-KOPPMANN, S.; HIDALGO, R.; PEREIRA, P.C.X. (Orgs.) Transformações sócio-territoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago. São Paulo: FAUUSP, 2011.

LEROY, S. Sémantiques de la métropolisation. L'Espace géographique, Montpellier: Éditions Belin, n.1, p.78-86, 2000.

LOURENÇO, G. M. A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação. Curitiba: Ed. do Autor, 2000.

MOURA, R. Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009b.

MOURA, R. O espaço metropolitano de Curitiba e a inserção do Paraná na divisão social do trabalho. In: MOURA, R.; FIRKOWSKI, O. L. C. de F. Dinâmicas intrametropolitanas e produção do espaço na Região Metropolitana de Curitiba. Curitiba: Observatório de Políticas Públicas Paraná; Rio de Janeiro: Editora Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2009.a.

MOURA, R.; KORNIN, T. Internacionalização da Região Metropolitana de Curitiba: desigualdades socioespaciais e direitos humanos. In: RIBEIRO, A. C. T; TAVARES, H. M.; NATAL, J; PIQUET, R. (Org.). Globalização e Território: ajustes Periféricos. Rio de Janeiro: Arquimedes/IPPUR, 2005.

NOJIMA, D.; MOURA, R.; SILVA, S. T. da. Dinâmica recente da economia e transformações na configuração espacial da Região Metropolitana de Curitiba. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA REDE IBERO-AMERICANA DE INVESTIGADORES SOBRE GLOBALIZAÇÃO E TERRITÓRIO (RII), 8., 2004. Rio de Janeiro. Textos Completos. Rio de Janeiro: RII, 2004. 1 CD-ROM.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Níveis de integração dos municípios brasileiros em RMs, RIDEs e AUs à dinâmica da metropolização. Relatório de Pesquisa, dez. 2012, 108 p. Disponível em http://observatoriodasmetrosoles.net/download/relatorio_integracao.pdf. Acesso em 18 fev. 2013.

PEREIRA, A. S. O conceito periurbano aplicado à Região Metropolitana de Curitiba: contribuição ao planejamento. PEREIRA, A. S. O conceito de periurbano aplicado à Região Metropolitana de Curitiba: contribuição ao planejamento. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

PNUD. Índice de desenvolvimento humano municipal brasileiro. – Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013. 96 p. – (Atlas de desenvolvimento humano no Brasil 2013).

RIBEIRO, L. C. de Q. Hierarquização e identificação dos espaços urbanos. Rio de Janeiro: Letra Capital : Observatório das Metrôpoles, 2009.

ULTRAMARI; C.; MOURA, R. Metrôpole: Grande Curitiba, teoria e prática. Curitiba: Ipardes, 1994, 154 p.

CAPÍTULO 2

A transição demográfica na Região Metropolitana de Curitiba

Marisa Valle Magalhães

Rosa Moura

Anael Pinheiro de Ulhôa Cintra

Resumo: O processo de transição demográfica em curso no Brasil, definido pela passagem de níveis elevados para níveis baixos da mortalidade e da natalidade, encontra-se em estágio avançado e generaliza-se por todas as regiões do país. Seus principais efeitos impactam o ritmo de crescimento populacional, refreando-o, e a distribuição etária da população, provocando seu rápido e contínuo envelhecimento. Este capítulo contextualiza a evolução recente da Região Metropolitana de Curitiba no processo da transição demográfica, dimensiona os diferenciais etários existentes no âmbito intrametropolitano e avalia o papel dos movimentos migratórios na configuração espacial da população na região.

Palavras-chave: Transição demográfica. Crescimento populacional. Transição etária. Componentes demográficas. Região Metropolitana de Curitiba.

Abstract: The process of demographic transition under way in Brazil, which is defined as the transition from high birth and death rates to low birth and death rates, is at an advanced stage and is present throughout all regions of the country. Its main effects can be seen in the reduced population growth, which it slows down, and the changing age distribution of the population, in which it produces rapid and continuous ageing. This chapter puts the recent demographic transition in the Curitiba Metropolitan Region into context, assesses age differences in the intrametropolitan environment and investigates the role of migratory movements in the spatial configuration of the population in the region.

Keywords: Demographic transition. Population growth. Age transition. Demographic components. Curitiba Metropolitan Region.

No quadro demográfico brasileiro da atualidade, as principais tendências apontam para contínuas reduções no ritmo de crescimento

da população do país e para uma profunda e rápida mudança em sua estrutura etária, refletida no estreitamento da base da pirâmide de idades e alargamento das faixas adultas e idosas. Na essência destas transformações operam os processos de declínio da mortalidade e da natalidade que tiveram início no Brasil ainda no século XX de forma intensa e acelerada, a princípio nas regiões do centro-sul, espraiando-se sucessivamente para as demais regiões do país.¹

Tal processo de transição demográfica encontra-se em estágios mais avançados nas áreas metropolitanas, entre as mais urbanizadas e de maior adensamento populacional no país.² Esses espaços com frequência apresentam níveis de mortalidade e de natalidade em patamares relativamente baixos, mas o crescimento e a composição de suas populações dependem também dos efeitos dos movimentos migratórios que experimentam. Assim, a compreensão sobre as tendências recentes de evolução da dinâmica populacional dessas áreas exige conhecer o comportamento corrente de suas variáveis demográficas natalidade, mortalidade e migração.

Com essa finalidade, este capítulo aborda o contexto demográfico da Região Metropolitana de Curitiba nas décadas recentes, buscando situá-lo no cenário da transição demográfica e dos processos migratórios para avaliar suas tendências de crescimento populacional e de transformação etária.

Em um primeiro item realiza-se uma descrição sumária das etapas que caracterizam a transição demográfica contemporânea da maioria dos países ocidentais e apresenta-se um breve relato de como esse processo vem ocorrendo no caso brasileiro. A seguir o texto aborda os elementos que compõem a dinâmica populacional recente da Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Introduce-se, inicialmente, o contexto demográfico paranaense do qual a RMC faz parte e, posteriormente, os indicadores demográficos da região em seu conjunto e dos municípios que a integram são examinados, ressaltando diferenciais no tempo e entre esses espaços. Dado que a região metropolitana constitui a principal área do Estado a polarizar movimentos migratórios, tanto do ponto de vista das trocas com outras Unidades da Federação, das trocas intraestaduais, como das intrametropolitanas, a variável migratória é explorada

¹ Carvalho (1973), Merrick e Berquó (1983), Wood e Carvalho (1994).

² Albuquerque (2009).

com mais detalhe.³ Por fim, o texto apresenta algumas considerações finais dos autores.

1. A transição demográfica brasileira

A população brasileira atravessa há décadas sua transição demográfica e encontra-se em vias de completá-la.⁴ Em termos absolutos o acréscimo populacional ano a ano no país ainda é significativo, porque o estoque populacional é elevado, porém as taxas de crescimento se reduzem continuamente. As projeções demográficas mais recentes sinalizam para meados do século XXI a estabilização do tamanho da população nacional em cerca de 220 milhões de habitantes, quando então a taxa de crescimento deverá ser nula.

A transição demográfica preconiza uma evolução histórica da população, observada na grande maioria das sociedades contemporâneas, que se cumpre basicamente em quatro etapas.⁵ De forma sucinta, tem-se que a primeira delas refere-se ao período em que a população apresenta altas taxas de natalidade e de mortalidade e seu ritmo de crescimento é reduzido. Os teóricos associam a essa etapa a evolução histórica da humanidade desde os primórdios até o período pré-industrial.

Com o advento da industrialização, profundas mudanças nas condições de vida das populações, impulsionadas por vários vetores, como ampliação da oferta de alimentos, construções e sistemas viários mais arejados, acesso à educação, avanços nas práticas médicas e sanitárias, entre outros, põem em marcha um expressivo e contínuo declínio da mortalidade, especialmente a infantil.⁶ A natalidade, no

³ O presente capítulo se dedica à análise dos deslocamentos populacionais que implicam em mudança de residência entre municípios, ou seja, dos movimentos migratórios. Os deslocamentos denominados pendulares, executados diária ou semanalmente pelos indivíduos entre municípios diferentes por motivo de trabalho ou estudo e que agregam à realidade metropolitana elementos ainda mais complexos, constituem matéria de estudo no capítulo 10 deste livro.

⁴ Carvalho (1988), Carvalho (2004) e Brito et al. (2007).

⁵ Há um debate internacional acerca da validade da transição demográfica enquanto teoria populacional. Duas obras clássicas retratam historicamente esse debate: ONU (1973), Hauser e Duncan (1975). No Brasil, destaca-se a reflexão teórica de Patarra (1994).

⁶ É vasto o quadro explicativo desenvolvido na literatura internacional acerca dos fatores determinantes do declínio da mortalidade observado nas sociedades ocidentais contemporâneas. Um estudo fascinante desenvolve essa temática focado no caso europeu – Livi Bacci (1998). Sobre a América Latina e o Brasil, ver, entre outros, Laurenti (1990), Frenck (1991), Prata (1992) e OMRAN (2001).

entanto, mais condicionada por normas culturais e religiosas, permanece elevada e relativamente constante. Como decorrência dessas duas situações, um maior número de pessoas sobrevivendo provoca a aceleração rápida do crescimento populacional. Essas são as características do segundo estágio identificado pelo modelo de transição demográfica.

No terceiro estágio a mortalidade prossegue declinando e a natalidade inicia seu processo de queda, implicando reduções constantes das taxas de crescimento populacional. Os fatores subjacentes ao processo de queda da natalidade são múltiplos e complexos, e tal como no caso da mortalidade, constituem temáticas centrais nos debates da demografia internacional.⁷ *Grosso modo*, associam-se estreitamente a transformações estruturais das sociedades, sejam elas de cunho econômico, político, cultural/normativo e suas inter-relações, instauradas com o avanço dos processos de industrialização e de urbanização observados nas distintas sociedades. Em termos mais específicos, o controle da reprodução ocorre em simultâneo às expressivas mudanças na inserção econômica, social e política da mulher na sociedade, mas também decorre da adoção de novas e modernas práticas contraceptivas e, não menos importante, do rápido declínio da mortalidade infantil. Mais crianças sobrevivem e os casais são estimulados a controlar sua natalidade.

Na quarta etapa da transição demográfica, período em que se encontra a grande maioria das sociedades desenvolvidas, as taxas de natalidade e de mortalidade alcançam níveis bastante baixos e relativamente constantes e os acréscimos nos tamanhos populacionais oscilam em torno de zero, indicando crescimento nulo. Na atualidade, muitas das sociedades europeias já apresentam taxas negativas de crescimento populacional, e seus contingentes de população estão decrescendo ano a ano.

Intrínseco a todo processo de transição demográfica, dois importantes efeitos são gerados. O primeiro, já apontado, recai sobre o ritmo de crescimento populacional. No início da transição, em que a queda da mortalidade antecede a da natalidade, as taxas de crescimento vegetativo se elevam, acelerando o ritmo de aumento populacional. É evidente que nesse cenário demográfico o papel da migração não está considerado. Quando a natalidade inicia sua tendência continuada de

⁷ ONU (1973), Hauser e Duncan (1975).

declínio, o crescimento vegetativo se reduz, provocando uma desaceleração no ritmo de crescimento populacional.

Mas a transição demográfica deflagra também outro importante efeito. A queda da natalidade impacta a estrutura etária da população, dando início a um processo paulatino de mudança no sentido de redução continuada das proporções de crianças e jovens e aumento do peso de adultos e idosos. A população, então, inicia seu processo de envelhecimento etário. As implicações dessas mudanças demográficas para as sociedades que as experimentam são enormes e, em geral, desafiadoras.⁸

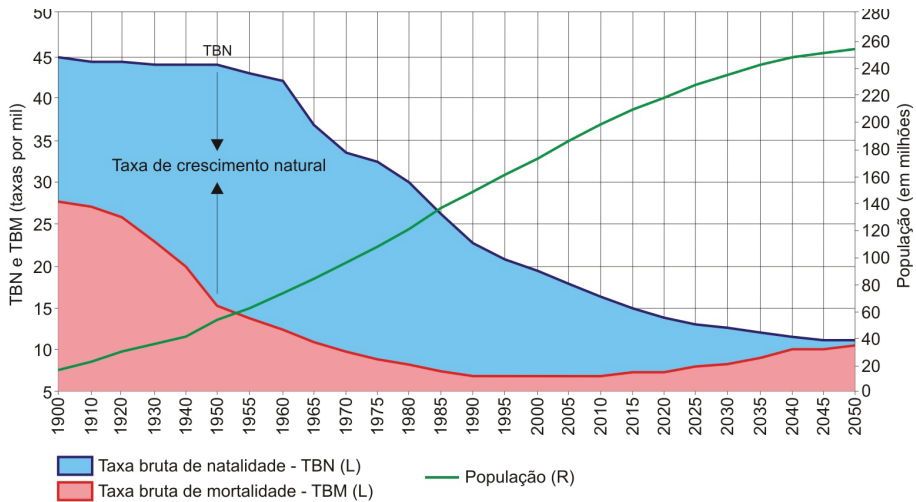
Entretanto, inerente a todo modelo, essa é uma generalização que escamoteia especificidades e diferenciais importantes, tanto na comparação entre distintos países como também do ponto de vista intranacional. O momento do início da transição, o lapso de tempo em que ela ocorre, sua intensidade, seus condicionantes estruturais, variam de sociedade para sociedade e relacionam-se de forma intrincada ao avanço histórico de cada uma. O mesmo acontece entre distintos segmentos sociais e diferentes regiões de um só país. Em consequência, os impactos gerados a partir desse processo transicional têm suas particularidades, que devem ser desvendadas como condição *sine qua non* para sua adequada avaliação e construção de estratégias de enfrentamento.

As grandes alterações na demografia brasileira ocorreram no transcórre do século XX, de forma intensa e acelerada. No limiar daquele século, os níveis de natalidade e de mortalidade do país eram elevados e o crescimento vegetativo baixo (Gráfico 2.1). O incremento populacional era ditado especialmente pela forte imigração internacional. A partir dos anos 1920 esgotam-se paulatinamente os fluxos de entrada de imigrantes externos e, em paralelo, tem início o declínio da mortalidade, que se prolonga por quatro décadas de forma expressiva e contundente. A natalidade, por seu turno, permanecia elevada e relativamente constante. No transcórre desse período, a taxa de crescimento da população brasileira aumentou substancialmente e seu montante, que era de 17 milhões de habitantes em 1900, atingiu 71 milhões em 1960 (Tabela 2.1). Desde os anos 1930 a migração internacional deixou de impactar o ritmo de incremento populacional do

⁸ Uma abordagem de qualidade, ainda que sucinta, e bastante didática sobre a transição demográfica e seus efeitos encontra-se em Brito et al. (2007).

país, e este passou a ser ditado essencialmente pelos nascimentos menos as mortes.

Gráfico 2.1 - Transição demográfica no Brasil - 1900-2050



FONTE: Alves e Bruno (2006)

Tabela 2.1 - População e taxas médias geométricas de crescimento anual - Brasil - 1900/2010

ANO	POPULAÇÃO	TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL (% a.a.)
1900	17.438.434	2,9
1920	30.635.605	1,5
1940	41.236.315	2,3
1950	51.944.397	3,2
1960	70.992.343	2,8
1970	93.134.846	2,5
1980	119.011.052	2,1
1991	146.825.475	1,6
2000	169.799.170	1,2
2010	190.755.799	

FONTE: IBGE - Sidra

A partir da década de 1960 as taxas de natalidade no Brasil começam a declinar de forma abrupta e acelerada e o ritmo de crescimento da população, embora ainda elevado, passa a arrefecer.

A taxa de fecundidade (TFT) da população brasileira, que reflete o número médio de filhos nascidos vivos por mulher ao final do seu período reprodutivo, esteve por décadas, até os anos 1960, oscilando em torno de 6 filhos por mulher. A taxa estimada para a década de 1970 já apresentou uma queda substantiva, passando de 6,3 para 4,1. Nas décadas subsequentes, o forte declínio persistiu, de sorte que no primeiro decênio do século XXI a TFT brasileira encontra-se em patamares bem abaixo de 2,1, nível necessário para a reposição das gerações.

Embora os países desenvolvidos tenham registrado processo semelhante de transição da fecundidade no passado, em geral suas taxas declinaram em ritmos suaves, levando de 100 a 150 anos para passar de níveis elevados para índices baixos de reprodução. No Brasil, bem como em outros países, notadamente da América Latina e da Ásia, esse processo vem se dando em poucas décadas, com impactos consideráveis sobre o tamanho e a estrutura etária da população.

Em 1970 os efeitos da queda da fecundidade sobre a distribuição etária da população brasileira ainda eram incipientes, e sua pirâmide etária apresentava um formato notadamente triangular, típico de populações extremamente jovens (Gráfico 2.2). Em torno de 53% dos brasileiros tinham menos de 20 anos de idade e os idosos, com mais de 65 anos, representavam apenas 3% da população. Quatro décadas depois (2010), a população brasileira revela um perfil etário bem mais envelhecido, com uma pirâmide etária de base estreita e topo sensivelmente largo. A proporção de jovens com menos de 20 anos reduziu para 33% e a de idosos mais do que dobrou – 7,4%.

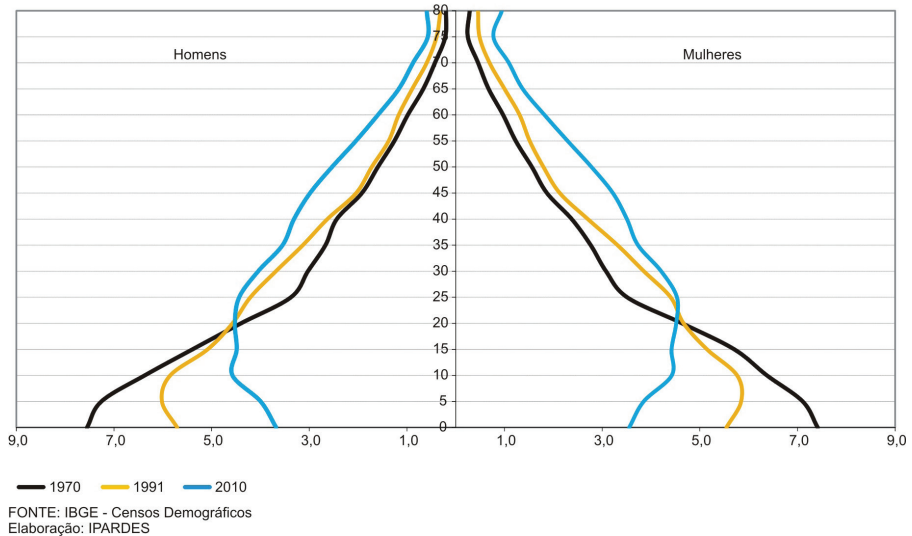
As mudanças em curso na estrutura etária da população brasileira têm gerado substantivos estudos alertando sobre a importância que a demografia passou a representar no cenário do desenvolvimento socioeconômico nacional a partir dos efeitos gerados pela transição demográfica instaurada com o processo de declínio da mortalidade e, na sequência, pelo declínio da fecundidade em todo o país.⁹

O sujeito, nesse cenário, é o chamado “bônus demográfico” ou

⁹ Ver, entre outros, Brito (2007), Brito *et al.* (2007), CGEE (2008), Rios-Neto *et al.* (2009) e Wong e Carvalho (2006).

também “janela demográfica de oportunidades”. As recentes mudanças na estrutura etária estão configurando razões de dependência¹⁰ declinantes, o que significa dizer que as proporções dos segmentos populacionais considerados inativos estão crescendo menos do que a proporção do conjunto da população economicamente ativa.

Gráfico 2.2 - Pirâmides etárias - Brasil - 1970, 1991 e 2010



Em tese, do ponto de vista macroeconômico, a redução da carga de dependência favorece o aumento dos níveis de poupança agregada e de investimentos, alavancando o desenvolvimento econômico. A relação entre bônus demográfico e prosperidade econômica, no entanto, não é incondicional. Existem hoje, no país, inúmeras mazelas sociais que precisam ser enfrentadas para que as “janelas de oportunidade” possam ser traduzidas em vantagens. Proporções significativas de jovens de 15 a 17 anos encontram-se fora da escola e sua inserção atual ou dentro de poucos anos no mercado de trabalho restringe-se às ofertas de empregos que exigem baixa qualificação. O mesmo acontece com o grande volume de brasileiros acima de 25 anos de idade identificados como analfabetos funcionais. Mesmo para os que chegam à

¹⁰ Razão entre o segmento etário da população definido como economicamente dependente (crianças/jovens e idosos) e o segmento etário potencialmente produtivo (população em idade ativa).

idade ativa com escolaridade, é grande o descompasso entre o nível de qualificação que apresentam e aquele que o mercado exige. No caso da mão de obra feminina, suas possibilidades de inserção e permanência no mundo do trabalho em geral vinculam-se estreitamente à disponibilidade de creches onde possam deixar seus filhos.

Assim, os benefícios da redução da carga de dependência somente poderão ser concretizados se o país adotar rapidamente um conjunto de medidas que viabilizem as oportunidades em curso: sustentação dos ritmos atuais elevados de crescimento econômico com geração de empregos; elevação dos níveis de poupança atrelados ao aumento dos investimentos; incentivos ao aumento da formalização do mercado de trabalho nacional; manutenção ou, inclusive, aumento dos níveis de gastos com educação, que, menos pressionados pelo quantitativo populacional infanto-juvenil, devem ser reorientados no sentido da melhoria da qualidade do ensino/aprendizado e da formação técnica dos jovens que entram no mercado de trabalho; reavaliação e reestruturação do sistema previdenciário nacional, temporariamente beneficiado pelo aumento do volume de contribuintes, porém condenado a suportar em breve volumes crescentes de idosos aposentados. Nesse contexto, a intermediação do Estado por meio dos seus mecanismos de políticas públicas torna-se condição básica e imprescindível para o avanço do país.

2. Dinâmica populacional da Região Metropolitana de Curitiba

2.1. O contexto paranaense

Todas as regiões brasileiras vêm atravessando o processo de transição demográfica desde o século passado. Inicialmente os estados das regiões Sul e Sudeste lideraram a passagem de níveis altos para níveis baixos de mortalidade e de natalidade, e posteriormente essas transformações se alastraram para as áreas do Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil. Da mesma forma que sob a óptica regional, também os distintos segmentos sociais da população brasileira apresentam diferenciais quanto a período inicial da transição, lapsos de tempo experimentados ao longo do processo, grau de intensidade dos declínios, características específicas e fatores de impulso.

O Paraná é um dos estados em que o movimento da transição de-

mográfica encontra-se em estágio mais avançado, no contexto brasileiro, embora outras UFs como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo o precedam. Na primeira metade do século XX a expectativa de vida ao nascer da população do Rio Grande do Sul situava-se em torno de 52 anos, ao passo que a do Paraná atingia apenas 45 anos. No mesmo período, o número médio de filhos tidos pelas mulheres do Rio de Janeiro era de 4,4, em São Paulo e no Rio Grande do Sul oscilava em torno de 5 e no Paraná ainda alcançava 6 filhos por mulher (IBGE, 1987). No início do século XXI nota-se uma expressiva convergência entre os indicadores dessas UFs, inclusive na comparação com a média brasileira, sinalizando uma forte generalização da transição demográfica no território nacional, embora ainda se observe diferenciais inter-regionais (IBGE, 2013).

De forma similar à situação brasileira, as fortes mudanças demográficas do Paraná vêm imprimindo alterações expressivas na estrutura etária de sua população. Ao longo das últimas décadas, a população paranaense adquiriu uma trajetória de contínuo envelhecimento etário, traduzido pela drástica redução dos segmentos mais jovens, por ritmos de crescimento da população em idade ativa (PIA) mais elevados do que os da população total e por taxas expressivas de crescimento dos idosos (Tabela 2.2 e Gráfico 2.3).

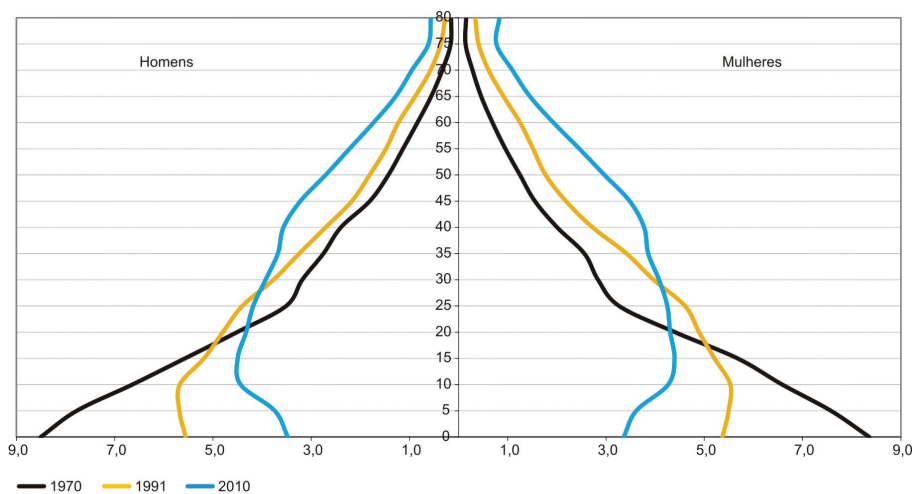
Tabela 2.2 - Taxas médias geométricas de crescimento anual da população, segundo grupos etários especiais - Paraná - 1991-2000 e 2000-2010

PERÍODO	GRUPO ETÁRIO (anos)							Total
	0 a 6	7 a 14	15 a 17	15 a 29	18 a 64	65 e +	10 e +	
1991-2000	-0,2	-0,3	0,6	0,7	2,1	4,4	1,9	1,4
2000-2010	-2,2	-0,7	0,0	0,4	1,6	3,9	1,5	0,9

FONTE: IBGE - Censos Demográficos

É importante lembrar que os movimentos migratórios, que constituem a terceira componente da dinâmica demográfica, também exercem influência sobre o volume e a composição etária e por sexo das populações das áreas de saída e de entrada. Há várias décadas as migrações vêm condicionando fortemente a evolução populacional do Paraná e de suas distintas unidades espaciais, de tal sorte que a história recente do Estado se relaciona intimamente à dinâmica dos intensos deslocamentos populacionais ocorridos em seu território.

Gráfico 2.3 - Pirâmides etárias - Paraná - 1970, 1991 e 2010



FONTE: IBGE - Censos Demográficos
Elaboração: IPARDES

Nos anos 1970 e 1980, o intenso e acelerado esvaziamento das áreas rurais gerou fortes fluxos de emigração para fora do Paraná, tornando-o altamente perdedor de população, e alimentou uma transferência considerável de população para suas áreas urbanas, com grande predomínio da Região Metropolitana de Curitiba como destino. A partir dos anos 1990, ocorreram importantes mudanças no panorama migratório paranaense. Do ponto de vista interestadual, houve uma redução expressiva dos saldos migratórios negativos, tendendo, na década de 2000, para montantes próximos de zero. Na comparação dos dados de migração de data fixa relativos aos quinquênios 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010,¹¹ observa-se que a imigração para o Paraná manteve-se basicamente nos mesmos patamares, pouco se alterando no transcorrer do período (Tabela 2.3). A emigração, por seu turno, sofreu uma forte queda, em particular nos anos 1990, sinalizando uma ruptura com o movimento maciço de perdas populacionais das décadas anteriores. Nesse sentido, fica claro que o balanço das entradas e saídas de migrantes no Estado torna-se praticamente nulo, não porque o Paraná esteja atraindo fluxos maiores de imigrantes, e sim porque

¹¹ Nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, foi indagado ao recenseado o nome do município (e da UF) de residência exatamente cinco anos antes da data do censo. Os que indicaram um município diferente daquele em que residiam na data do censo constituem os migrantes de data fixa.

está retendo mais sua população. Internamente ao Estado, permanecem elevados os deslocamentos intermunicipais, embora em montantes inferiores aos dos anos 1980 e 1990.

Tabela 2.3 - Fluxos migratórios de data fixa - Paraná - 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010

TIPO DE FLUXO	MIGRAÇÃO DE DATA FIXA		
	1986-1991	1995-2000	2005-2010
Intermunicipais (intraestadual)	769.309	783.350	599.811
Interestaduais			
Imigrantes	269.078	297.311	272.183
Emigrantes	475.190	336.998	293.693
Trocias líquidas	-206.112	-39.687	-21.510
Internacional			
Imigrantes	7.380	32.011	39.119
Emigrantes	-	-	-

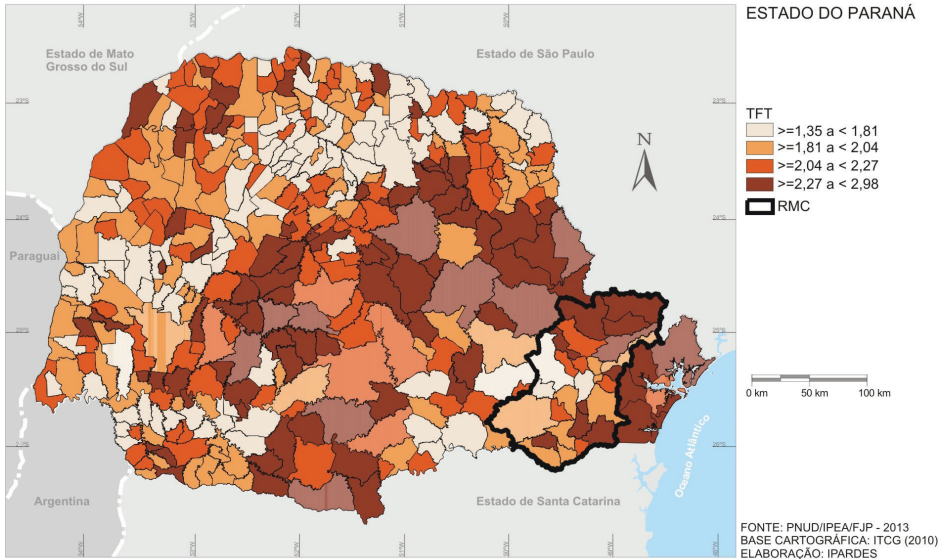
FONTES: IBGE - Censos Demográficos
Elaboração: IPARDES

As tendências de declínio da fecundidade e da mortalidade abrangem todas as regiões do Estado, ainda que os níveis apresentados atualmente por essas variáveis se diferenciem espacialmente. Do mesmo modo, as distintas regiões do Estado experimentam fluxos e saldos migratórios com intensidades diferenciadas, e a composição dessas três tendências delimitam os perfis demográficos regionais. Sob um panorama geral, observa-se que as regiões norte/noroeste, oeste e sudoeste do Estado, por onde inicialmente, nas décadas de 1940 a 1960, expandiu-se fortemente a fronteira agrícola do Estado, e que nas décadas seguintes configuraram as principais áreas de emigração, bem como a parcela mais densamente povoada da Região Metropolitana de Curitiba, evidenciam níveis mais baixos de fecundidade¹² e índices de expectativa de vida ao nascer mais elevados (Mapas 2.1 e 2.2). Por outra parte, a vasta área que abrange o centro-sul paranaense e segue em direção ao

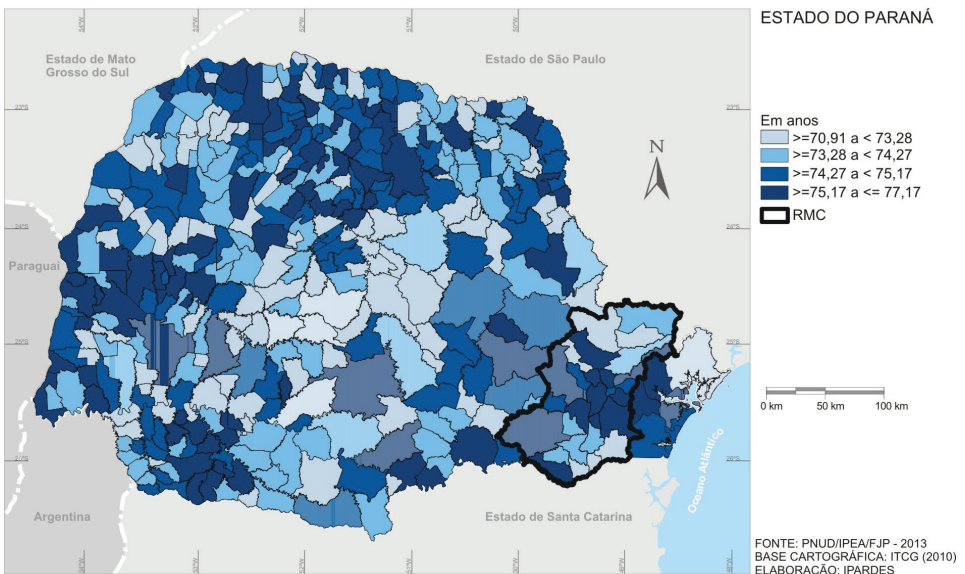
¹² Há uma extensa bibliografia no país que discute o processo brasileiro de declínio da fecundidade e seus prováveis determinantes. Ver, entre outros, Carvalho *et al.* (1981), Faria (1989), Martine (1996), Simões (2006). De forma geral, os fatores apontados nesses estudos contribuem enormemente para uma melhor compreensão dos elementos subjacentes à redução da fecundidade no Paraná, em particular sob o ponto de vista dos seus diferenciais regionais.

nordeste do Estado, bem como o litoral detêm níveis mais elevados de reprodução da população. De certa forma, tais áreas revelam também situações menos favoráveis no que tange aos níveis de mortalidade.

Mapa 2.1 - Taxa de fecundidade total, segundo municípios - Paraná - 2010

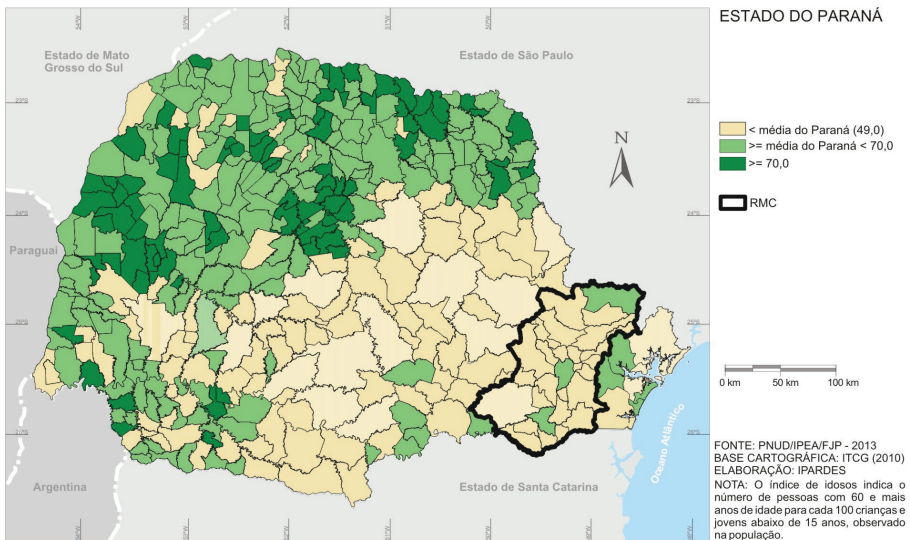


Mapa 2.2 - Esperança de vida ao nascer, segundo municípios - Paraná - 2010



As implicações das tendências históricas de comportamento das componentes demográficas – natalidade, mortalidade e migração – e de suas interações, imprimiram a todas as regiões paranaenses perfis etários mais envelhecidos, ainda que em níveis diferenciados. O índice de idosos¹³ do Paraná, em 2000, era de 29,5 idosos para cada cem crianças e jovens, e em 2010 essa proporção já atingia 49,0, representando um crescimento de 66% desse indicador em apenas 10 anos. Mas os níveis se diferenciam espacialmente (Mapa 2.3). Em 2010, praticamente toda a área setentrional do Estado e parcelas expressivas do oeste e do sudoeste evidenciavam índices de idosos superiores à média do Paraná, e em vários casos, superiores a 70 idosos para cada conjunto de cem crianças e jovens. Nas demais regiões paranaenses predominam perfis etários mais jovens, em comparação à média do Estado.

Mapa 2.3 - Índice de idosos, segundo municípios - Paraná - 2010



De uma forma bastante sintética, pode-se afirmar que um declínio continuado na natalidade de uma população provoca redução na proporção de crianças e jovens e aumento no peso relativo dos idosos, resultando em um processo de envelhecimento populacional. Quan-

¹³ O índice de idosos indica o número de pessoas com 60 e mais anos de idade para cada cem crianças e jovens abaixo de 15 anos, observado na população.

do se agregam os efeitos dos movimentos migratórios, os impactos são diferenciados, dependendo da especificidade da região no que diz respeito à atração ou à expulsão de população. Em regiões com alto poder de atração populacional a tendência de envelhecimento tende a ser freada em decorrência do afluxo de jovens e adultos em idade ativa. Como contraponto, áreas de forte emigração tendem a perder segmentos populacionais mais jovens, fator que impulsiona ainda mais a tendência ao envelhecimento populacional. Fica evidente, portanto, que os diferenciais regionais dos efeitos da transição demográfica associam-se estreitamente ao perfil regional das migrações no Estado, e a compreensão de um processo vincula-se diretamente à do outro.

2.2. A transição etária na Região Metropolitana de Curitiba

A Região Metropolitana de Curitiba se destaca como o espaço mais concentrador e adensado do Estado, já com bases populacionais elevadas e mantendo taxas de crescimento também elevadas, com destaque para os municípios periféricos ao núcleo (Tabela 2.4). Do incremento populacional que o Paraná apresentou entre 2000 e 2010 – cerca de 880 mil pessoas –, a RM de Curitiba absorveu 46,6%, inserindo em seu espaço metropolitano um contingente populacional que supera a população de Maringá em 2010 (357 mil habitantes).

Tabela 2.4 - População, participação no total da população e taxas geométricas de crescimento anual - Regiões Metropolitanas - Paraná - 2000-2010

REGIÃO METROPOLITANA	POPULAÇÃO		PARTICIPAÇÃO % NA UF		TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL (% a.a.)
	2000	2010	2000	2010	
RM Curitiba	2.813.237	3.223.836	29,4	30,9	1,37
Núcleo - Curitiba	1.587.315	1.751.907	16,6	16,8	0,99
Periferia (demais mun. da RM)	1.225.922	1.471.929	12,8	14,1	1,85
RM Londrina	762.892	848.363	8,0	8,1	1,07
Núcleo - Londrina	447.065	506.701	4,7	4,9	1,26
Periferia (demais mun. da RM)	315.827	341.662	3,3	3,3	0,79
RM Maringá	617.116	716.918	6,5	6,9	1,51
Núcleo - Maringá	288.653	357.077	3,0	3,4	2,15
Periferia (demais mun. da RM)	328.463	359.841	3,4	3,4	0,92
Demais Municípios	5.370.213	5.655.409	56,2	54,1	0,52
PARANÁ	9.563.458	10.444.526	100,0	100,0	0,89

FONTE: IBGE - Censos Demográficos

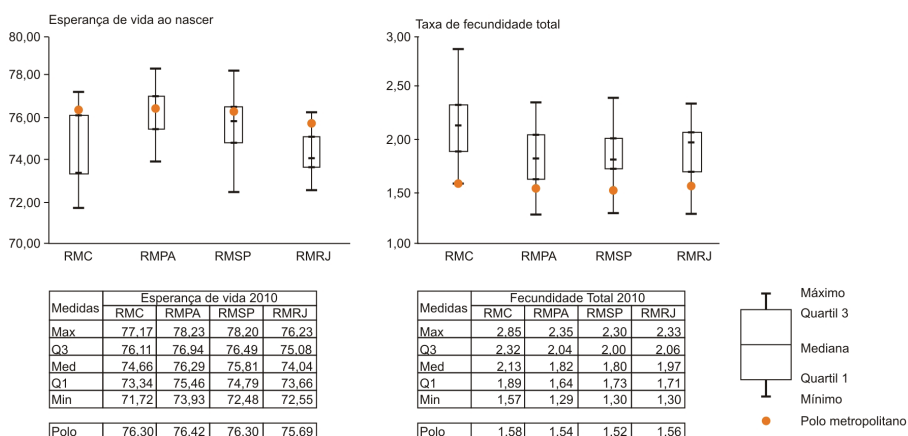
NOTA: Delimitação das RMs, segundo definição em 2012.

Elaboração: IPARDES.

A despeito do seu forte poder de atração migratória, o ritmo de crescimento populacional da RMC vem declinando ao longo do tem-

po em decorrência da queda do ritmo de incremento natural da população, provocado pela redução da fecundidade. De modo geral, as regiões metropolitanas do centro-sul do país são áreas onde o processo de transição demográfica encontra-se mais consolidado, pois há mais tempo experimentam tendências de declínio da mortalidade e da natalidade e, atualmente, evidenciam indicadores de esperança de vida ao nascer superiores à média brasileira e taxas de fecundidade inferiores, respectivamente (ALBUQUERQUE, 2009). Em um comparativo entre as principais RMs do Sudeste e do Sul do Brasil, nota-se uma grande similaridade entre os níveis dessas variáveis, em particular no que diz respeito à comparação entre os polos metropolitanos (Figura 2.1). A RMC apresenta um grau de dispersão maior no caso dos indicadores de expectativa de vida ao nascer dos municípios que a compõem, em comparação às RMs de Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro. No caso das taxas de fecundidade, as amplitudes dos diferenciais intrametropolitanos são mais similares, com exceção do que demonstra a RM de São Paulo, com uma amplitude bem menor do que a das demais RMs. Observa-se também que a menor taxa de fecundidade municipal na RM de Curitiba é superior ao patamar mínimo das demais, confirmando seu estágio relativamente menos avançado de transição da fecundidade.

Figura 2.1 - Diagrama de caixa - Esperança de vida ao nascer e taxa de fecundidade total - Regiões Metropolitanas selecionadas - 2010



FONTE: Albuquerque (2009)
Elaboração: IPARDES.

Sob o prisma interno à RMC, é nítida a dicotomia entre os níveis de mortalidade e de fecundidade dos municípios da área de concentração populacional (ACP)¹⁴ *vis-à-vis* os dos demais municípios metropolitanos (Figuras 2.2 e 2.3). Na ACP, que concentra 92,6% da população da RMC, ocorrem os índices mais elevados de esperança de vida ao nascer e os mais baixos de taxa de fecundidade, sinalizando para processos mais adiantados de transição demográfica nesses espaços.

No caso da esperança de vida ao nascer, entre os demais municípios da RMC apenas Rio Negro apresenta índice compatível aos dos municípios da ACP. Esse comportamento não surpreende, uma vez que Rio Negro configura com Mafra, município de Santa Catarina, uma aglomeração urbana dissociada do padrão periférico da ocupação metropolitana de Curitiba. Com relação aos níveis de fecundidade, entre os municípios que transcendem à ACP há um comportamento que distingue a porção norte da porção sul da RM. Os municípios do norte apresentam as taxas mais elevadas, enquanto os do sul, salvo poucas exceções, registram taxas que se aproximam das apresentadas pelos municípios periféricos da ACP. Os municípios com as taxas mais elevadas, situados fora da ACP, apresentam-se menos providos de atividades econômicas com perfil urbano e evidenciam baixo grau de urbanização. Os que se situam na porção sul, embora também pouco urbanizados, integram importantes vetores de expansão do aglomerado e fazem parte de um *continuum* de municípios da região sudeste do Estado que apresentam níveis relativamente baixos de fecundidade (*ver* Mapa 2.1).

As mudanças demográficas da RMC e dos seus municípios assomam igualmente do ponto de vista etário. Paulatinamente a população metropolitana de Curitiba avança no seu processo de envelhecimento etário, traduzido pelo estreitamento da base da pirâmide e alargamento da cúspide (Gráfico 2.4). É preciso lembrar que a variável migratória também imprime seus efeitos na distribuição etária da população. Constituinte do espaço mais urbanizado do Estado e de maior concentração das atividades do secundário e do terciário, a RM de Curitiba vem atraindo, década após década, contingentes migratórios de força de trabalho com perfil etário formado principalmente por adultos jovens. Ademais, a população imigrante é composta de gru-

¹⁴ O conceito de ACP e sua delimitação no caso da Região Metropolitana de Curitiba encontram-se descritos no capítulo 1 deste livro.

pos sociais heterogêneos que agregam à população da área de destino padrões de mortalidade e de natalidade igualmente heterogêneos, espelhando uma diversidade de comportamentos herdada das origens migratórias. Tais efeitos, no caso da RMC, vêm atuando como um importante fator de arrefecimento do processo de envelhecimento da sua população. Em outros termos, não fosse o aporte populacional de adultos jovens resultante dos fluxos imigratórios das últimas décadas, a pirâmide etária recente da RMC teria certamente uma configuração mais envelhecida.

Figura 2.2 - Esperança de vida ao nascer - RMC - 2010

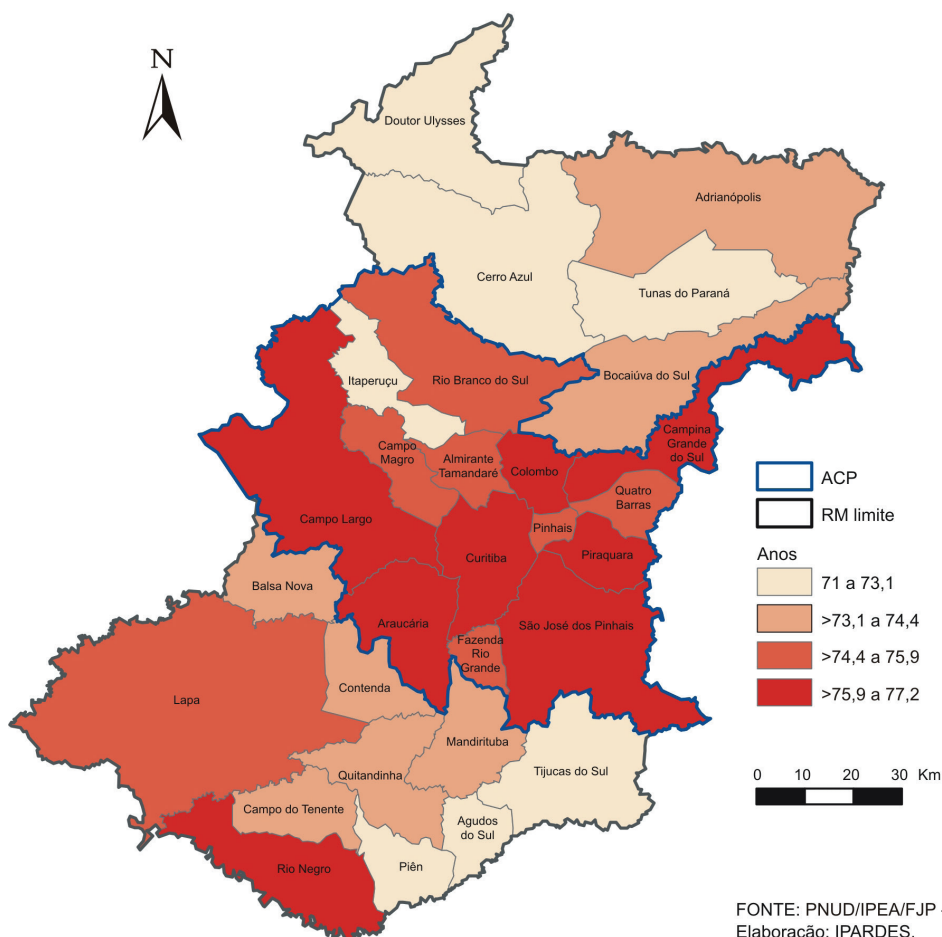
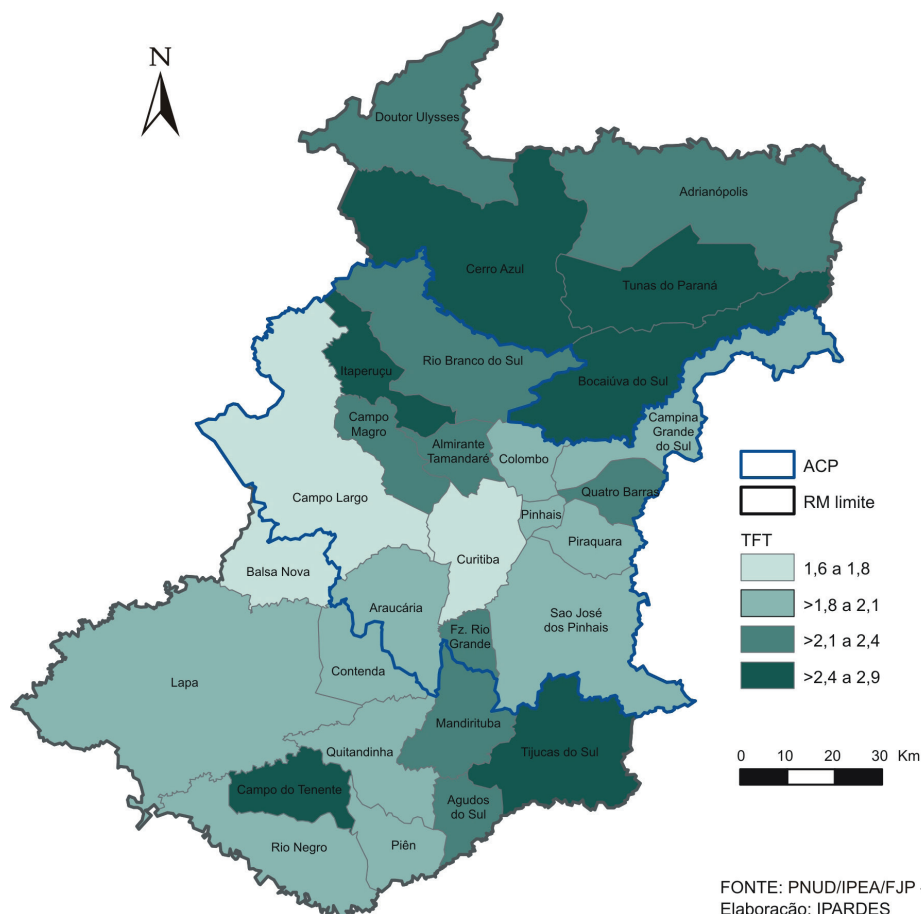


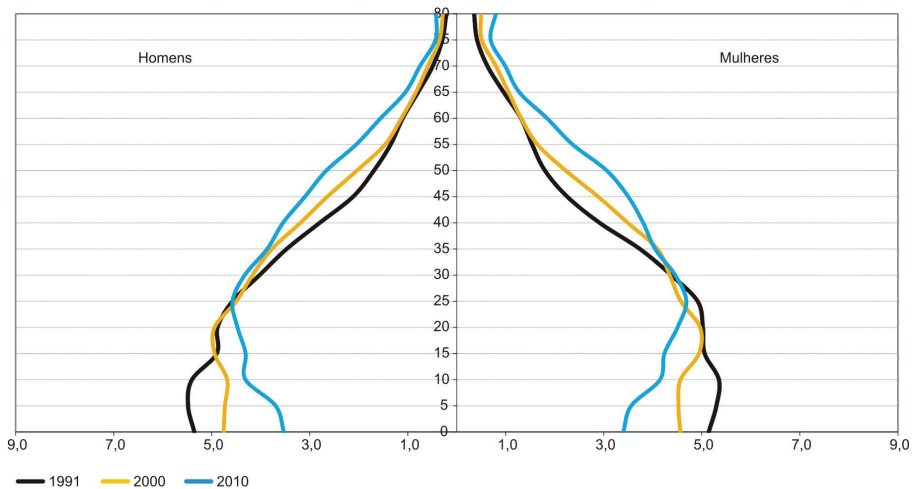
Figura 2.3 - Taxa de fecundidade total - RMC - 2010



São expressivos os diferenciais etários apresentados pelos distintos municípios que compõem a RMC. Entre 2000 e 2010, o Índice de Idosos cresceu na RMC, tanto no polo Curitiba quanto nos municípios periféricos, assim como ocorreu no conjunto do Estado (Tabela 2.5). Em ambos os períodos, o indicador de envelhecimento populacional da RMC é inferior à média do Paraná, sinalizando a relativa juventude da população metropolitana em comparação à do restante do Estado. No entanto, do ponto de vista interno à região, Curitiba evidencia um perfil etário mais envelhecido do que o dos demais municípios metropolitanos e, inclusive, do que os demais municípios paranaenses. A capital detém um dos mais baixos níveis de fecundidade do Paraná, liderando o processo de transição demográfica no Estado. Com isso,

o estreitamento da base da pirâmide etária de sua população é mais acentuado do que o do restante do conjunto metropolitano, que ainda apresenta proporções expressivas de crianças e jovens. É esse diferencial que explica o fato de o núcleo da RMC apresentar uma razão de dependência mais baixa do que o restante da metrópole, evidenciando, assim, que sua “janela demográfica de oportunidades”, no contexto metropolitano, encontra-se em um estágio mais avançado.

Gráfico 2.4 - Pirâmides etárias - RMC - 1970, 1991 e 2010



FONTE: IBGE - Censos Demográficos
Elaboração: IPARDES

Tabela 2.5 - Índice de idosos e razão de dependência - RMC - Paraná - 2000 e 2010

NÍVEL GEOGRÁFICO	ÍNDICE DE IDOSOS ⁽¹⁾		RAZÃO DE DEPENDÊNCIA ⁽²⁾	
	2000	2010	2000	2010
RM de Curitiba	26,5	43,3	54,3	48,1
Núcleo (Curitiba)	33,8	56,6	49,9	45,6
Periferia (demais mun. da RM)	19,0	30,9	60,3	51,2
PARANÁ	29,5	49,0	59,2	51,8

FONTE: IBGE - Censos Demográficos

(1) O índice de idosos mede a proporção entre o número de pessoas com 60 e mais anos de idade e o número de crianças e jovens abaixo de 15 anos.

(2) Razão entre o segmento etário da população definido como economicamente dependente (<= 15 anos e >=60 anos) e o segmento considerado potencialmente produtivo (15 a 59 anos).

Elaboração: IPARDES.

As heterogeneidades etárias no interior da RMC, entretanto, contrapõem não apenas Curitiba aos demais municípios, como transparecem também entre o conjunto da ACP e o restante dos municípios da RMC (Figuras 2.4 e 2.5). A mesma dicotomia observada no que tange aos níveis de mortalidade e de fecundidade se reproduz sob o ponto de vista dos diferenciais etários. O maior conjunto de municípios com indicadores mais baixos de envelhecimento etário pertence à área de maior adensamento populacional (ACP), a despeito de a situação de Curitiba destoar das demais. Além disso, os municípios da ACP detêm os menores níveis de carga de dependência; situação em que parcelas menores de crianças e idosos dependem economicamente da população potencialmente produtiva.

Figura 2.4 - Índice de idosos - RMC - 2010

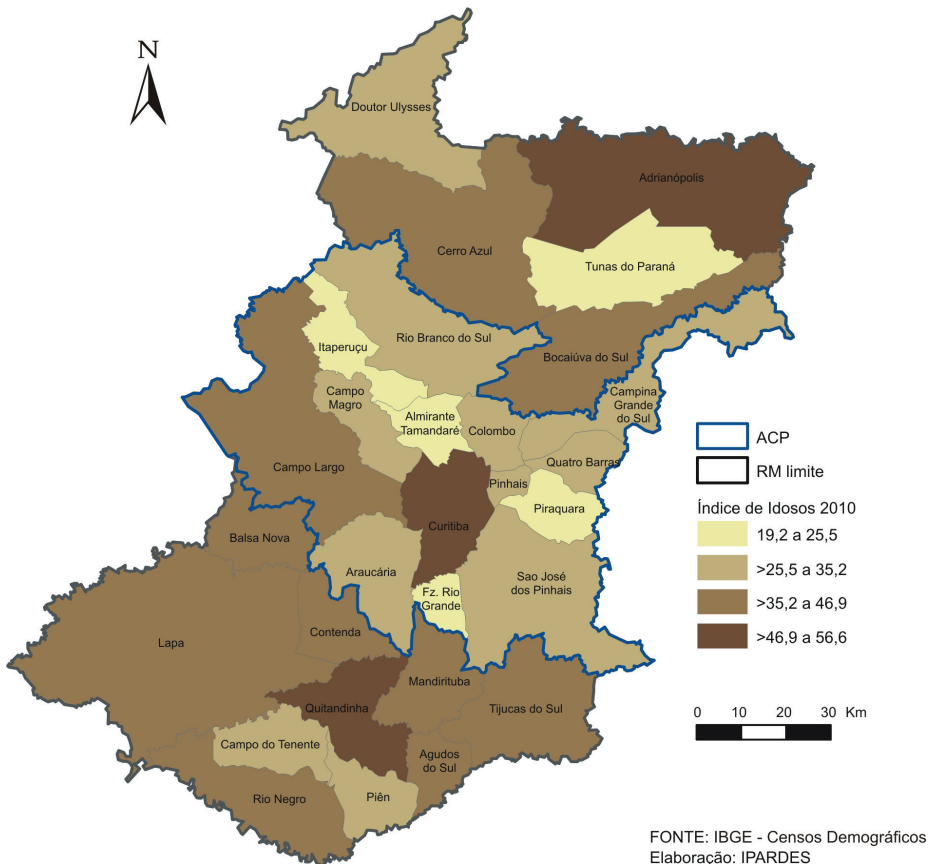
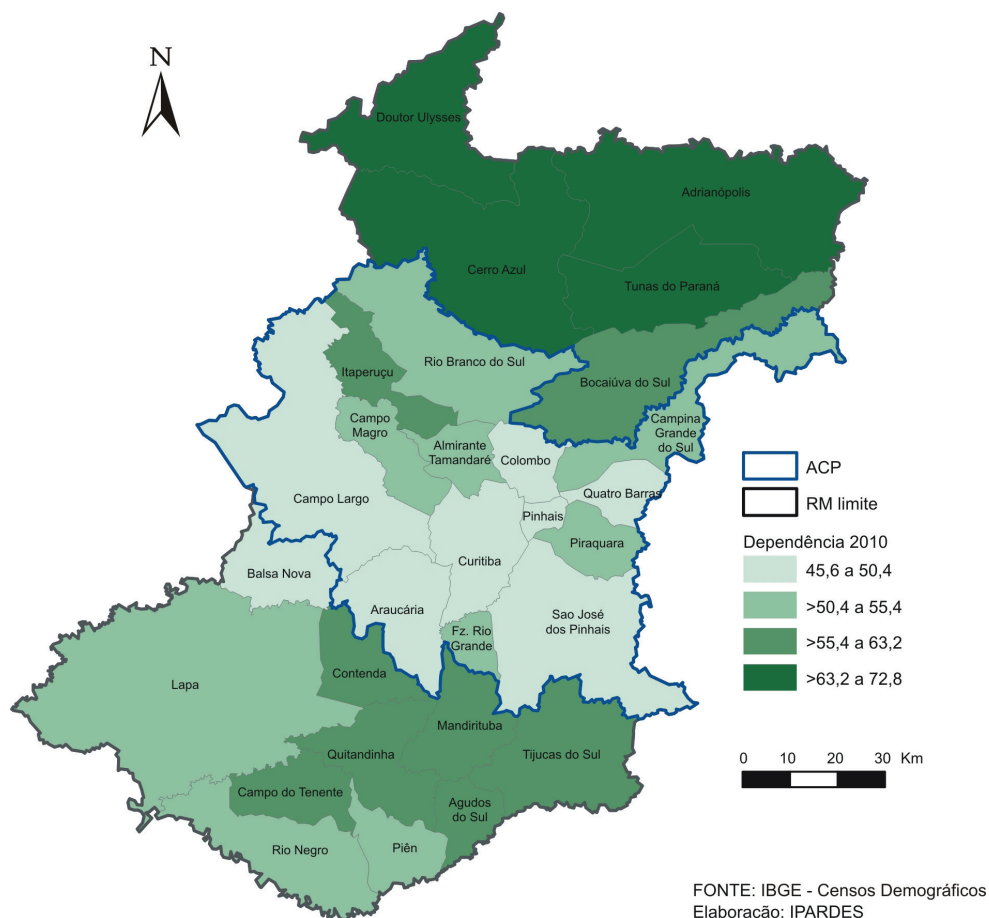


Figura 2.5 - Razão de dependência - RMC - 2010



Algumas exceções, no entanto, transparecem. Os municípios de Adrianópolis (ao norte da RMC) e Quitandinha (ao sul) evidenciam níveis de envelhecimento similares ao do polo. Embora apresentem taxas de fecundidade mais elevadas do que a de Curitiba, detêm menores proporções de jovens e proporções de idosos mais elevadas do que seus municípios vizinhos, igualmente menos populosos. Índices de razão de dependência mais elevados na porção norte da área metropolitana, por sua vez, associam-se a municípios com menor peso dos segmentos etários produtivos. Esses são municípios pouco desenvolvidos, em que predominam atividades não urbanas e populações mais empobrecidas.

Sob a óptica dos requerimentos que a dinâmica demográfica

impõe à sociedade em geral, e aos serviços públicos em particular, a realidade da RMC evidencia um quadro de certa forma perverso, pois o grupo de municípios mais dinâmicos e desenvolvidos da região é o que demonstra situação mais favorável em termos de bônus demográfico, ao passo que os demais enfrentam condições relativamente menos favoráveis. Nesse sentido, o desafio das políticas públicas nas regiões metropolitanas resulta mais exigente, pois implica grandes enfrentamentos a lógicas históricas da ação do capital para assegurar direitos à moradia e à cidade, bem como para ampliar/adequar continuamente serviços urbanos e infraestruturas que garantam de forma mais equânime a mobilidade e a capacidade de produção e consumo da população nos diversos recortes da região metropolitana.

2.3. A componente migratória na Região Metropolitana de Curitiba

O acelerado adensamento populacional da RMC coincide com a implantação de um moderno parque industrial no Estado, ainda nos anos 1970, que privilegiou o espaço metropolitano para localização e desenvolvimento. Conforme abordado nos capítulos 1 e 3, em 2010 a RMC concentrava 42,8% dos empregos formais do Paraná e em 2011 respondia por 44,8% do Valor Adicionado Fiscal do Estado. Criada com 14 municípios, em 2012 a RMC passou a ser constituída por 29 municípios, dos quais apenas 14 conformam a Área de Concentração Populacional (ACP). Esses se caracterizam pela proximidade ao polo e pela disponibilidade de uma moderna infraestrutura viária e de equipamentos. Os demais municípios da região, mais distantes do polo, são quase todos menos urbanizados e dedicados às atividades agrícolas e de produção mineral. Esse território abriga quase um terço da população paranaense, majoritariamente nos municípios da ACP Curitiba (*ver* Tabela 2.4).

No transcorrer das últimas décadas, a RMC tem sido o principal destino dos fluxos migratórios, tanto daqueles com origem no próprio Paraná quanto dos procedentes de outras UF's do país. Mesmo internamente à RMC, os deslocamentos intrametropolitanos são intensos (Tabela 2.6). Considerando os dados de migração de data fixa, tem-se que, no quinquênio 1986-1991, 26% do conjunto da imigração intermunicipal do Paraná, que inclui os fluxos intraestaduais e a imigração interestadual, envolveu os municípios

da RMC. No quinquênio mais recente, 2005-2010, esse percentual alcançou 31%.

Tabela 2.6 - Fluxos migratórios de data fixa - RMC - 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010

TIPO DE FLUXO	MIGRAÇÃO DE DATA FIXA		
	1986-1991	1995-2000	2005-2010
Intrametropolitano	79.993	119.951	100.869
Imigrantes	193.751	225.871	169.405
Interestaduais	73.922	93.932	93.286
Intraestaduais	119.829	131.939	76.119
Emigrantes	89.499	115.321	123.288
Interestaduais	54.969	63.620	69.564
Intraestaduais	34.530	51.701	53.724
Saldo migratório de data fixa	104.252	110.550	46.117

FONTE: IBGE - Censos Demográficos

NOTA: Dados para a RMC segundo delimitação de 2012.

Elaboração: IPARDES.

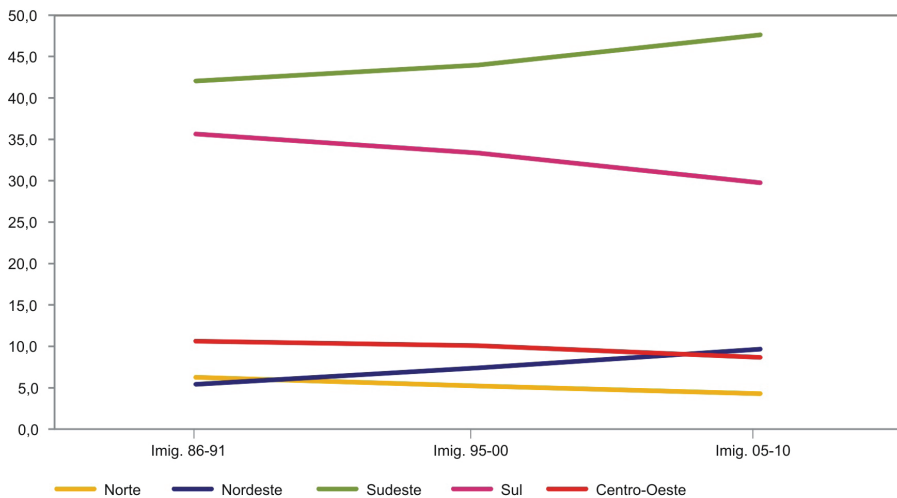
Nos anos 1980, as trocas da RMC com o restante do Estado eram altamente favoráveis à área metropolitana, e vinte anos depois, o número de imigrantes procedentes do interior declinou e a emigração da RMC para o restante do Paraná cresceu, ainda que o saldo tenha permanecido positivo. Do ponto de vista das trocas interestaduais, crescem os montantes de imigrantes e de emigrantes que a RMC recebe e envia de e para outras UFs, de tal sorte que os saldos interestaduais permanecem positivos e relativamente estáveis. No cômputo geral, entre o final dos anos 1980 e o segundo quinquênio dos anos 2000, reduz o volume de imigrantes que a RMC recebe e cresce o número de emigrantes que ela gera, resultando em um importante declínio do saldo migratório de data fixa da região.

Sem dúvida a RMC, no âmbito do Paraná, permanece sendo uma área de grande atratividade de migrantes, uma vez que concentra parcelas importantes das atividades econômicas e de serviços mais modernas do Estado. A redução dos fluxos que recebe procedentes do próprio Paraná, no entanto, se coaduna com o arrefecimento expressivo dos deslocamentos intraestaduais, em parte porque os fatores que impulsionaram os fluxos de emigração nas décadas anteriores perderam força, e em parte porque nos anos 2000 o interior do Estado recebeu alguns impulsos que dinamiza-

ram a agroindústria regional (IPARDES, 2006 e DELGADO e BESEN, 2009).

Nas trocas interestaduais, quase 80% dos imigrantes da RMC têm procedência nas Regiões Sudeste e Sul do país, especialmente nos estados de São Paulo e Santa Catarina (Gráfico 2.5). É interessante notar, no entanto, que o peso da imigração do Sudeste vem crescendo no tempo, ao passo que a proporção com origem no Sul decresce, evidenciando tendências distintas no poder de atração migratória da RMC sobre os estados vizinhos.

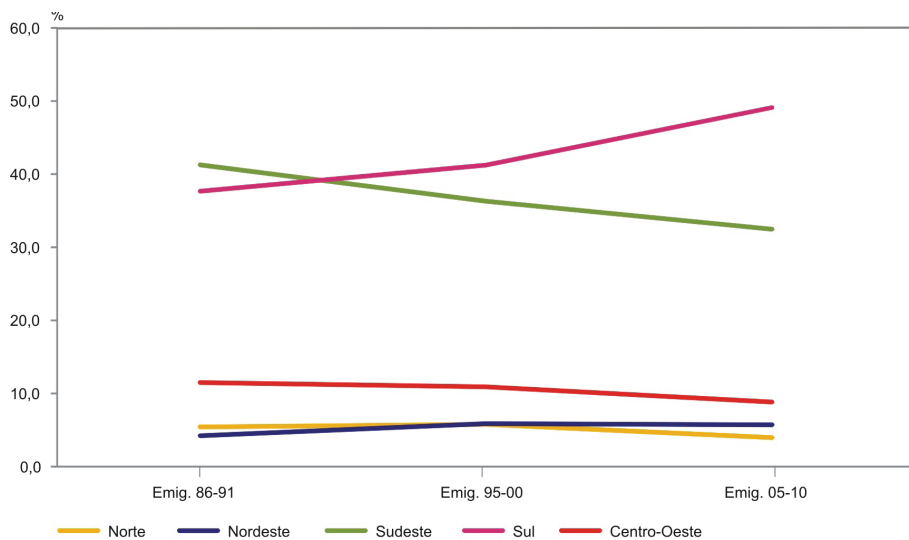
Gráfico 2.5 - Distribuição percentual dos imigrantes interestaduais por região brasileira de origem - RMC - 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010



FONTE: IBGE - Censos Demográficos
Elaboração: IPARDES

No que tange à emigração interestadual, as tendências chamam ainda mais a atenção (Gráfico 2.6). Entre os quinquênios 1986-1991 e 2005-2010, as proporções de fluxos que a RMC enviava para o Sudeste, principalmente São Paulo, e para o Sul, em especial Santa Catarina, eram bem próximas, em torno de 40%. Vinte anos depois, há uma expressiva inversão entre as tendências de ambas as regiões. Declina substancialmente o peso da emigração para o Sudeste e cresce na mesma proporção o ganho da emigração para a Região Sul.

Gráfico 2.6 - Distribuição percentual dos emigrantes interestaduais por região brasileira de destino - RMC - 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010



FONTE: IBGE - Censos Demográficos
Elaboração: IPARDES

No interior da RMC, no entanto, os fluxos entre os municípios ganham força, sinalizando expressivas alterações na distribuição espacial da população metropolitana. Convém fazer um parêntese para chamar a atenção sobre outra modalidade de deslocamento populacional no espaço, embora conceitualmente essa não se encaixe na esfera das migrações. Trata-se dos movimentos pendulares, que em sua maioria ocorrem diariamente ou semanalmente, e que se referem ao deslocamento realizado por aqueles que residem em um dado município, mas estudam e(ou) trabalham em outro. Essa modalidade de deslocamento vem se intensificando em boa parte do país, e na RMC não é diferente.¹⁵ Os impactos que geram, tanto nos locais de destino quanto nos de origem, se somam às pressões impostas pelo contínuo reordenamento espacial da população no âmbito da metrópole, decorrente dos processos migratórios.

É evidente que o núcleo metropolitano concentra as maiores parcelas dos fluxos de imigração que a RMC recebe, seja daqueles que têm origem no restante do Estado, seja dos interestaduais (Tabela 2.7).

¹⁵ O tema dos movimentos pendulares na RMC é tratado com detalhe no capítulo 10 deste livro.

Ao longo do período, o número de imigrantes interestaduais que se dirigiram ao polo cresceu de 51 mil, no intervalo 1986-1991, para cerca de 60 mil, no quinquênio 2005-2010. A imigração intraestadual, por seu turno, evidenciou um pronunciado declínio no mesmo período – de 74 mil para 42 mil imigrantes de data fixa. No quinquênio mais recente, 60,2% do total de imigrantes de data fixa recebidos na RMC escolheu como destino o polo de Curitiba. No conjunto da imigração procedente do restante do Estado, a capital absorveu 55,8% dos imigrantes, e dos fluxos oriundos de outras UFs, a concentração foi ainda mais elevada – 63,9%.

Tabela 2.7 - Fluxos migratórios de data fixa - RMC - 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010

TIPO DE FLUXO	MIGRAÇÃO DE DATA FIXA					
	1986-1991		1995-2000		2005-2010	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Intrametropolitano	79.993	100,0	119.951	100,0	100.869	100,0
Do núcleo para a periferia	56.161	70,2	74.187	61,8	61.043	60,5
Da periferia para o núcleo	7.280	9,1	12.338	10,3	8.872	8,8
Da periferia para a periferia	16.552	20,7	33.426	27,9	30.954	30,7
Núcleo de Curitiba	124.984	100,0	134.441	100,0	102.061	100,0
Imigrantes com origem intraestadual	74.022	59,2	74.210	55,2	42.447	41,6
Imigrantes com origem interestadual	50.962	40,8	60.231	44,8	59.614	58,4
Periferia da RMC	68.767	100,0	91.430	100,0	67.344	100,0
Imigrantes com origem intraestadual	45.807	66,6	57.729	63,1	33.672	50,0
Imigrantes com origem interestadual	22.960	33,4	33.701	36,9	33.672	50,0
Imigrantes Intraestaduais	119.829	100,0	131.939	100,0	76.119	100,0
Para o núcleo	74.022	61,8	74.210	56,2	42.447	55,8
Para a periferia	45.807	38,2	57.729	43,8	33.672	44,2
Imigrantes interestaduais	73.922	100,0	93.932	100,0	93.286	100,0
Para o núcleo	50.962	68,9	60.231	64,1	59.614	63,9
Para a periferia	22.960	31,1	33.701	35,9	33.672	36,1
Total de movimentos da RMC	273.744	-	345.822	-	270.274	-

FONTE: IBGE - Censos Demográficos
Elaboração: IPARDES.

Para o conjunto dos municípios periféricos da RMC, observa-se que os fluxos com origem interestadual também se elevaram, entre final dos anos 1980 e final da década de 2000 – passando de 23 mil para quase 34 mil –, e assim como ocorreu no caso do polo, o número de imigrantes com origem intraestadual decresceu de 46 mil para 34 mil. Se no início do período o número de imigrantes procedentes do interior do Estado era o dobro dos que procediam de outras UFs, no quinquênio mais recente os números se igualam.

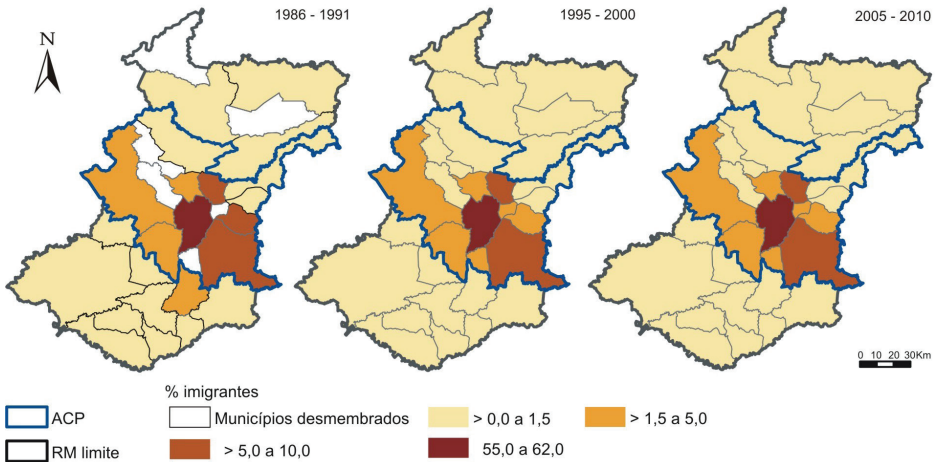
Esses números certamente instigam uma investigação mais aprofundada de algumas características dos imigrantes da RMC, em particular dos que se destinam ao polo, tais como perfil de escolaridade, de ocupação e de renda. As rápidas mudanças que vêm ocorrendo no padrão tecnológico dos setores industrial e de serviços reorientam as demandas do mercado de trabalho, privilegiando trabalhadores mais especializados, com melhor formação e qualificação. É bem provável que essas transformações estejam operando no espaço metropolitano, alterando o perfil socioeconômico dos imigrantes que recebe.

Na movimentação intrametropolitana persiste a tendência já observada na RMC e na grande maioria dos aglomerados metropolitanos do país, de expulsão de população do núcleo para a periferia, em razão da enorme valorização imobiliária e conseqüente aumento nos custos de moradia e do agravamento das deseconomias de aglomeração que o polo apresenta. Ao mesmo tempo, os municípios periféricos vêm se qualificando, particularmente com o adensamento de atividades produtivas e de comércio e serviços. Portanto, cresce de importância, na RMC, a ocorrência de trocas migratórias entre os municípios periféricos, particularmente da ACP, com fluxos que somavam 16 mil migrantes de data fixa, no quinquênio 1986-1991, para 31 mil, no período 2005-2010.

Nos anos 1980, a imigração intraestadual já se destinava aos mesmos municípios aos quais segue se destinando, e com tamanhos similares de fluxos de pessoas, conforme se observa nesta segunda metade da década de 2000 (Figura 2.6). Curitiba é o município que assume o maior número de imigrantes intraestaduais, seguido por São José dos Pinhais e Colombo, em um segundo patamar da escala de volumes. Em um terceiro patamar encontram-se os demais municípios limítrofes. Nas três etapas analisadas, apenas Piraquara/Pinhais apresentam reposicionamento escalar, por decréscimo de volume recebido, e Fazenda Rio Grande, que após ser desmembrado de Mandirituba, revela que é essa a porção do território que desde então já se constituía na opção residencial dos migrantes. Ou seja, nos anos 1980, os municípios do entorno do polo já se constituíam atrativos à localização desses novos moradores, seja pela oferta de opções de moradia a uma ampla faixa de menor poder aquisitivo, como constatado desde décadas anteriores, sustentando assim a periferização de Curitiba para além de seus limites administrativos, seja pelo fato de que a área núcleo da metrópole já não se circunscreve ao município-polo, que passa a compartilhar com municípios vizinhos a expansão locacional de atividades

produtivas e funções urbanas, que não se restringem à moradia e à indústria.

Figura 2.6 - Distribuição percentual dos imigrantes intraestaduais para a RMC - 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010

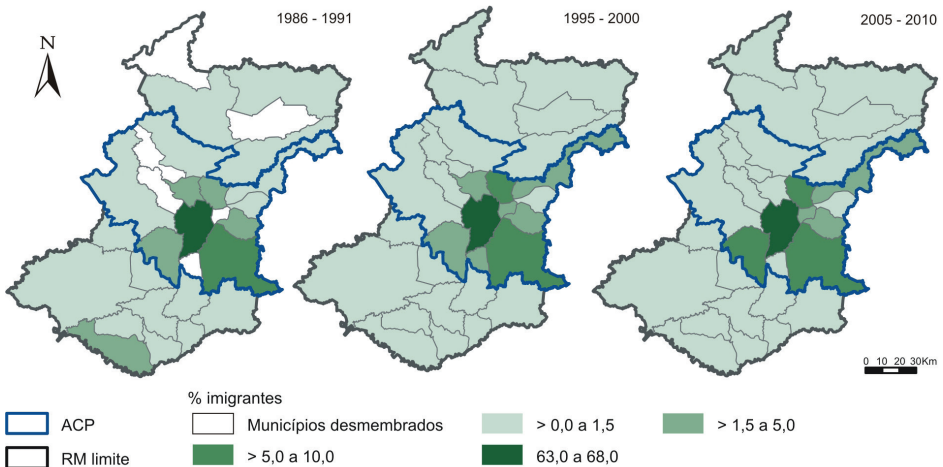


FONTE: IBGE - Censos Demográficos
Elaboração: IPARDES

A configuração espacial relativa aos imigrantes interestaduais é mais restrita (Figura 2.7). Curitiba mantém-se na posição relativa ao primeiro patamar na escala de volumes recebidos, seguida por parte de seus municípios limítrofes. No caso desse tipo de imigrantes, desde os anos 1980 São José dos Pinhais se mantém no segundo patamar da escala de volumes. Colombo ascende do terceiro patamar ao segundo, nos anos 1990 e Araucária, nos 2000. Piraquara/Pinhais encontram-se no terceiro patamar desde a década de 1980 e Campina Grande do Sul apenas a partir dos anos 1990. Almirante Tamandaré, que nos dois primeiros quinquênios foi classificado no terceiro patamar, perdeu posição nos anos 2000. A destinação dos imigrantes interestaduais, diferentemente dos intraestaduais, apresenta grande associação à localização das atividades econômicas na RMC, pois se intensifica exatamente naqueles municípios que também são os escolhidos para a localização de novas empresas industriais ou de serviços. Rio Negro, nos anos 1980, mais uma vez apresentou um comportamento particular, dissociado da dinâmica metropolitana. É possível inferir que esse comportamento seja oriundo de relações entre cidades vizinhas locali-

zadas em fronteira interestadual, representando menos uma dinâmica migratória entre estados e mais uma mobilidade interna ao aglomerado urbano que Rio Negro-PR configura com Mafra-SC.

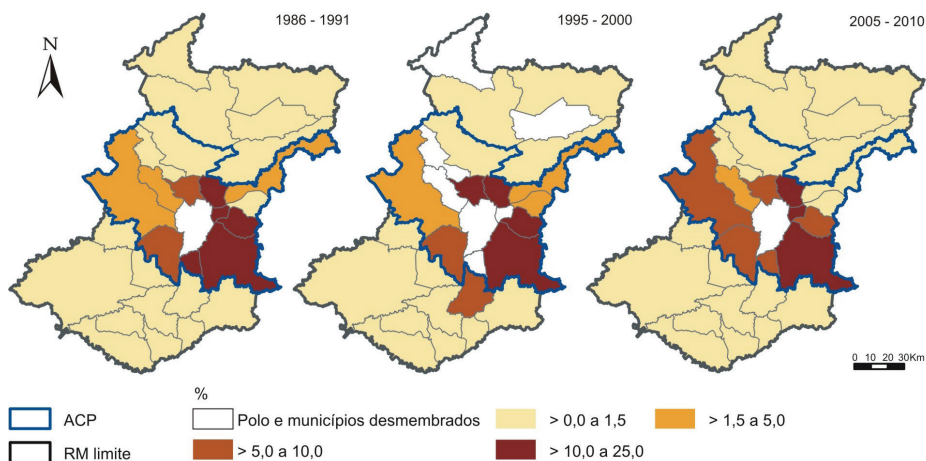
Figura 2.7 - Distribuição percentual dos imigrantes interestaduais para a RMC - 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010



FONTES: IBGE - Censos Demográficos
Elaboração: IPARDES

Internamente à região, observa-se uma intensificação de volumes e um redirecionamento dos vetores dos movimentos migratórios no interior da ACP (Figura 2.8). Considerando o município-polo como origem, a partir dos anos 1980 houve um aumento do volume dos fluxos, no primeiro momento tendo Almirante Tamandaré, Colombo, Piraquara e São José dos Pinhais como principais destinos, seguidos pelos demais municípios limítrofes. No período mais recente, houve um aumento do volume dos fluxos destinados a Campo Largo e Campo Magro, no oeste, e uma redução para os municípios de Campina Grande do Sul, Quatro Barras e Piraquara, no leste. É importante observar que ambos os vetores, ao longo dos três períodos considerados, constituem áreas de expansão de ocupações de baixa renda e no caso de Piraquara, os mananciais têm se tornado elementos de restrição às ocupações, em especial nos períodos mais recentes. Em suma, a coroa externa a Curitiba, configurada já nos anos 1980, teve seu desenho reforçado ao longo dos quinquênios analisados e manteve-se nitidamente delimitada no entorno do município-polo.

Figura 2.8 - Distribuição percentual dos fluxos intrametropolitanos do núcleo para a periferia - 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010



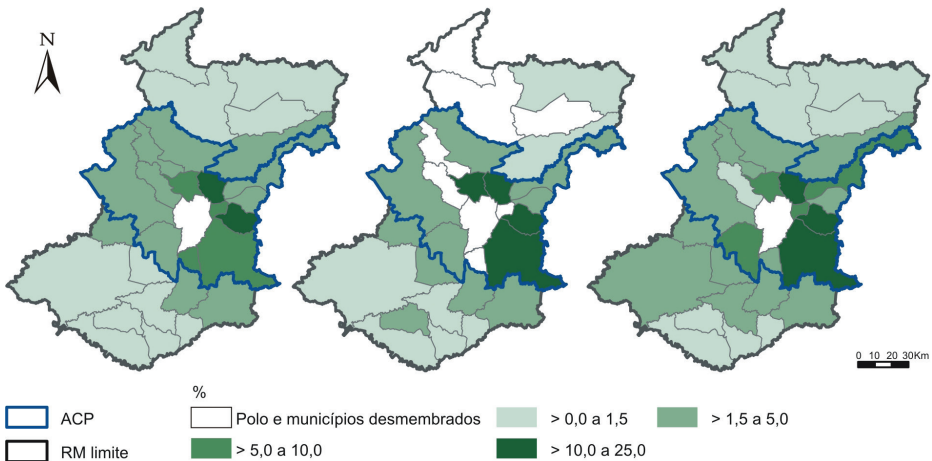
FONTE: IBGE - Censos Demográficos
Elaboração: IPARDES

Por fim, os movimentos intrametropolitanos, excluindo os fluxos com origem em Curitiba, mostram uma maior complexidade em termos da multidirecionalidade dos migrantes, distinguindo-se dos movimentos unidirecionais centro/periferia, que caracterizam aglomerações urbanas singulares (Figura 2.9). No último período considerado, destacam-se fluxos elevados em relação aos municípios de Colombo e São José dos Pinhais, seguidos por Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul e Pinhais. Desde os anos 1980, a área delimitada por fluxos de primeiro a terceiro patamares na escala de volumes vem se expandindo, tendo superado os limites da ACP, nos finais dos anos 2000, particularmente ao inserir entre esses, municípios do sul da RMC.

A partir dos diferentes tipos de fluxos observados, pode-se concluir que o conjunto configurado pela ACP de Curitiba, ao mesmo tempo que se consolida como uma área de forte atração aos movimentos migratórios, se redefine ao longo do tempo, colocando em destaque alguns municípios em particular – casos de Colombo, São José dos Pinhais, Pinhais e Piraquara – como os principais absorvedores da RMC. Excetuando Curitiba, São José dos Pinhais é o município que por mais vezes se posiciona no patamar principal dos movimentos de maior distância (inter e intraestaduais), e Colombo, o que por mais vezes

se situa no patamar principal dos movimentos intrametropolitanos. Além deles, Pinhais e Piraquara aparecem nessas posições principais em alguns casos, seguidos por Almirante Tamandaré, Araucária e Fazenda Rio Grande. São esses os destinos preferenciais dos movimentos migratórios, compartilhando com Curitiba a atratividade metropolitana. São também os que sediam os maiores conjuntos de atividades e funções metropolitanas, depois do polo, tendo sido os mais favorecidos pelos processos de refuncionalização da região metropolitana, para inserção nas dinâmicas da globalização.

Figura 2.9 - Distribuição percentual dos fluxos intrametropolitanos da periferia para a periferia - 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010



FONTE: IBGE - Censos Demográficos
 Elaboração: IPARDES

3. Considerações finais

Nas últimas décadas, a Região Metropolitana de Curitiba, a exemplo do que ocorre em todo o país, vem apresentando uma expressiva mudança demográfica resultante do declínio da mortalidade e da natalidade. Esse processo de transição demográfica provoca diminuição do ritmo de crescimento natural da população e altera substancialmente seu perfil etário, reduzindo os segmentos de crianças e jovens e alargando as proporções de adultos e idosos.

Nesse cenário, no entanto, operam também os efeitos dos movimentos migratórios sobre os volumes populacionais e sobre as estru-

turas etárias. A RMC constitui o espaço de maior concentração populacional no Estado, de marcada urbanização, com forte poder de atração migratória. Ao longo de sua etapa de expansão industrial, as demandas do mercado de trabalho metropolitano estimularam o afluxo de contingentes de trabalhadores com perfil etário predominantemente adulto jovem, de tal sorte que a tendência ao envelhecimento da estrutura etária da população da região tem, em alguma medida, sido freada. Ao mesmo tempo, internamente à região, os grupos de migrantes que se instalam em seus municípios aportam comportamentos demográficos heterogêneos, adquiridos anteriormente.

Assim, convivem na RM de Curitiba populações com distintos perfis etários, relativamente mais jovens nos municípios que compõem a ACP (exceto no caso de Curitiba) – destino preferencial dos fluxos de imigração – e um pouco mais envelhecidos, nos municípios periféricos mais distantes, menos urbanizados e com maior predomínio de atividades agrícolas e de mineração. Essa dicotomia implica um quadro preocupante de carga de dependência, pois é nos municípios da ACP, que configuram a área mais dinâmica e desenvolvida da RM, que ocorrem as mais baixas razões de dependência, cenário mais propício para se alcançar o bônus demográfico. Nos demais municípios, menos dinâmicos, as pressões decorrentes da estrutura etária da população são maiores.

Esse comportamento comum às aglomerações metropolitanas, com um núcleo melhor dotado e mais capacitado a atrair investimentos e trabalhadores qualificados, mostra que as relações centro-periferia pouco têm mudado ao longo do tempo. Apesar da expansão dispersa e fragmentada do núcleo metropolitano, mesclando segmentos sociais por vezes antagônicos, a desigualdade segue sendo uma expressão marcante da RMC, refletindo o modelo de ocupação adotado, que induz à periferização da pobreza e ao abandono de grandes contingentes de população em territórios com baixas condições de bem-estar urbano. Porém, as principais mudanças observadas são de que esse núcleo já não se restringe ao município polo, mas incorpora parcelas de seus municípios limítrofes; as relações também já não são apenas unidirecionais – entre o polo e os municípios periféricos –, mas os municípios começam a se relacionar entre si, aumentando a multidirecionalidade dos fluxos, o que aponta para uma aglomeração maior e mais complexa. Os movimentos migratórios confirmam tais mudanças, e incluem São José dos Pinhais, Pinhais e Colombo como fortes receptores de fluxos dos demais municípios da região – condição antes praticamente

exclusiva a Curitiba. Mesmo assim, no universo dos 29 municípios que compõem a RMC, é elevado o conjunto daqueles relegados dos benefícios da dinâmica metropolitana, sendo necessário, pois a reversão do modelo e da perversa lógica que vem definindo o desenvolvimento urbano brasileiro, de forma a assegurar o direito à cidade para todos.

Os movimentos migratórios e a mobilidade pendular da população, fenômenos presentes e importantes desde a formação da RMC, constituem-se em processos de transformação urbana dos mais substantivos. Tais movimentos guardam relação estreita com a ação do mercado imobiliário, que promove a valorização/desvalorização do solo e induz as formas de expansão das cidades. Com efeito, os negócios imobiliários contemporâneos constituem o instrumento mais eficiente de reprodução do capital. Guardam também relação com a segregação socioespacial, visto que as lógicas de apropriação do espaço urbano para a moradia se caracterizam pela seletividade e exclusão. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que os movimentos migratórios contribuem decisivamente na reconfiguração do espaço metropolitano e na diversificação social das áreas de destino, pelo perfil sócio-ocupacional dos novos moradores, também acirram a segregação socioespacial, pois a disponibilidade da moradia pelo mercado condiciona o acesso aos níveis de renda dos indivíduos/consumidores. Na complexa relação entre esses dois processos, tanto a espacialidade metropolitana se estende em direção a novas áreas periféricas, mais distantes, mais acessíveis a parcelas de população de menor renda, quanto nada garante a conjugação entre moradia, trabalho e acesso a funções e serviços urbanos. Por essa razão, o funcionamento da metrópole expandida se viabiliza fundamentalmente a partir de uma intensa e multidirecional mobilidade cotidiana.

Esse contexto díspar potencializa os desafios impostos ao setor público no sentido de contrarrestar minimamente os desequilíbrios que resultam do avanço incessante da lógica do capital em áreas de grande adensamento populacional, assegurando direitos mais igualitários à moradia, ao consumo, acesso a serviços urbanos e à disponibilidade de infraestruturas. Muitas das mazelas dos efeitos concentradores da população poderiam ser minimizadas por políticas públicas regionais voltadas a incentivar a permanência da população em outras regiões do Estado – sejam projetos de geração de emprego e renda, sejam transferências governamentais. Ademais, são inúmeros os desafios postos pelas transformações demográficas em curso.

A queda da fecundidade, com redução da população infanto-juvenil, abre uma “janela de oportunidade” que deve constituir, para o conjunto da sociedade, um momento benéfico para reorientação, e mesmo ampliação, dos gastos públicos e privados, no sentido da melhoria da qualidade do ensino, do esforço de inclusão da população jovem analfabeta ou semianalfabeta no sistema e, em especial, do reforço da qualificação de jovens para o mercado de trabalho. No outro extremo da pirâmide etária, o intenso e rápido crescimento da população idosa e de sua longevidade impõe a necessidade de adequação das políticas da área da saúde e da assistência social e de um esforço do conjunto das esferas sociais para, de forma crescente, ofertar aos idosos em condições de plena capacidade física e mental possibilidades de trabalho, lazer, turismo, alimentação, acesso a equipamentos e serviços mantenedores da saúde e bem-estar, adequados às suas faixas etárias.

No que tange às faixas intermediárias da estrutura etária, compostas por um enorme contingente de população em idade ativa, cumpre salientar que essa população pressiona continuamente um mercado de trabalho que, de forma crescente, exige níveis mais elevados de qualificação profissional e aumentos contínuos de produtividade. Portanto, o desafio à manutenção dos níveis atuais de emprego em paralelo à geração de novos postos de trabalho é enorme. O “bônus demográfico”, que se revela por meio da grande oportunidade que a atual fase da transição demográfica brasileira propicia para o conjunto da sociedade, faz com que se possa contar com uma proporção de força de trabalho superior à proporção da população considerada dependente, e pode provocar impactos macroeconômicos de monta. No entanto, inúmeras medidas são necessárias, e devem contar com a ação articulada do Estado e da sociedade num esforço contínuo de planejamento e gestão que rompa a lógica perversa que caracteriza o desenvolvimento desigual e socialmente injusto.

Referências

ALBUQUERQUE, Fernando R. P. de C. O processo de transição demográfica das regiões metropolitanas e dos municípios de Manaus, Teresina, Goiânia e Brasília. In: BARBER-MADDEN, R.; SANTOS, T. de F. (orgs). A juventude brasileira no contexto atual e em cenário futuro. Brasília: UNFPA, 2009. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/novo/index.php/biblioteca/publicacoes/populacao-4/34-a-juventude-brasileira-no-contexto-atual-e-em-cenario-futuro>. Acesso em 19 ago. 2013.

ALVES, José Eustáquio D.; BRUNO, Miguel A. P. População e crescimento econômico de longo prazo no Brasil: como aproveitar a janela de oportunidade demográfica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15, 2006, Caxambu. Anais... ABEP, 2006. (Mesa Redonda 01). Disponível em: www.abep.org.br/?q=publicacoes/anais/anais-2006-mesas-redondas. Acesso em 30 nov. 2010.

BRITO, Fausto R. A. de. A transição demográfica no Brasil: as possibilidades e os desafios para a economia e a sociedade. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2007. (Textos para discussão; 318).

BRITO, Fausto R. A. de *et al.* A transição demográfica e as políticas públicas no Brasil: crescimento demográfico, transição da estrutura etária e migrações internacionais. Belo Horizonte: SAE, 2007. Disponível em: <http://www.sae.gov.br/site/wp-content/uploads/07demografial.pdf>. Acesso em 13 ago. 2013.

CARVALHO, José Alberto M. de. Analysis of regional trends in fertility, mortality and migration in Brazil, 1940-1970. Tese (Doutorado) – University of London/Faculty of Economics, Londres, 1973.

CARVALHO, José Alberto M. de. Crescimento populacional e estrutura demográfica no Brasil. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004. 18p. (Texto para Discussão, 227).

CARVALHO, José Alberto M. de. O tamanho da população brasileira e sua distribuição etária: uma visão prospectiva. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6, 1988. Anais... São Paulo, ABEP, 1988.

CARVALHO, José Alberto M. de *et al.* A recente queda da fecundidade no Brasil: evidências e interpretação. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 1981. (Monografia, 12).

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. População e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais. Brasília: CGEE, 2008. (Parte 1).

DELGADO, Paulo R.; BESEN, Gracia M. V. Índice Iparde de desempenho municipal: evolução do componente renda e emprego. Curitiba: IPARDES, 2009. (Nota técnica).

FARIA, Vilmar E. Políticas de governo e regulação da fecundidade: consequências não antecipadas e efeitos perversos. In: Ciências Sociais Hoje. São Paulo: ANPOCS, 1989.

FRENK, Julio *et al.* La transición epidemiológica en América Latina. Boletín de La Oficina Sanitaria Panamericana, 111(6): 485-496, 1991.

HAUSER, Philip M.; DUNCAN, Otis D. (Eds.). El estudio de la población. Santiago: CELADE, 3v., 1975.

IBGE. Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1985. Rio de Janeiro: 1987. 596p. (Séries Estatísticas Retrospectivas, vol. 3).

- IBGE. Projeções_2013_INDICADORES. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao.../2013. Acesso em 28 ago. 2013
- IPARDES. Os vários Paranás: identificação de espacialidades socioeconômico-institucionais como subsídio a políticas de desenvolvimento regional. Curitiba: IPARDES, 2006.
- LAURENTI, Ruy. Transição demográfica e transição epidemiológica. In: I Congresso Brasileiro de Epidemiologia. Anais... Rio de Janeiro: ABRASCO, p.143-165, 1990.
- LIVI BACCI, Massimo. Historia de la población europea. Barcelona: CRÍTICA, 1998.
- MARTINE, George. Brazil's fertility decline, 1965-95: a fresh look at key factors. *Population and Development Review*, v.22, n.1, p.47-75, mar. 1996.
- MERRICK, Thomas W.; BERQUÓ, Elza. The determinants of Brazil's recent rapid decline of fertility. Washington: National Academy Press, 1983. (Report, 23).
- OMRAN, Abdel R. The epidemiologic transition: a theory of the epidemiology of population change. *Bulletin of the World Health Organization*, 79(2): 161-170, 2001.
- ONU. The determinants and consequences of population trends. New York: Department of Economic and Social Affairs, vol. 1, 1973.
- PATARRA, Neide. Transição demográfica: novas evidências, velhos desafios. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.11, n.1, p.27-40, 1994.
- PRATA, Pedro R. A transição epidemiológica no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v.8, n.2, Rio de Janeiro, abr./jun. 1992.
- RIOS-NETO, Eduardo L. G. *et al.* Oportunidades perdidas e desafios críticos: a dinâmica demográfica brasileira e as políticas públicas. Belo Horizonte: ABEP: UNFPA: CNPD, 2009. 200p. (Demografia em Debate, v.3.).
- SIMÕES, Celso C. da S. A transição da fecundidade no Brasil: análise de seus determinantes e as novas questões demográficas. São Paulo: Arbeit Factory Editora e Comunicação, 2006.
- WOOD, Charles H.; CARVALHO, José Alberto M. de. A demografia da desigualdade no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 1994.
- WONG, Laura; CARVALHO, José Alberto M. de. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo: ABEP, v.23, n.1, p.5-26, 2006.

Região Metropolitana de Curitiba: mudanças no mercado de trabalho no período 1990/2010

*Paulo Roberto Delgado
Liana Carleial*

Resumo: O presente capítulo aborda a dinâmica do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), nas décadas de 1990 e 2000. Inicialmente, resgatam-se os principais condicionantes dessa dinâmica, abordando-se alguns aspectos do processo de desenvolvimento da estrutura produtiva brasileira e das mudanças na gestão macroeconômica no país. Na sequência, procura-se avaliar como o mercado de trabalho da RMC reagiu a essas mudanças, destacando-se a evolução dos indicadores de nível de ocupação, taxa de desocupação, grau de formalidade e, de modo mais detido, o nível de emprego formal na região e suas alterações setoriais e intrarregionais.

Palavras-chave: Mercado de trabalho, Reestruturação produtiva, Emprego formal, Informalidade, Região Metropolitana de Curitiba.

Abstract: This chapter looks at the dynamics of the labor market in the Curitiba Metropolitan Region (RMC) in the '90s and the first decade of the 21st century. First, the main factors affecting the dynamics of the market are identified and some aspects of the development of the Brazilian productive sector and of changes in macroeconomic management in the country are addressed. After this, the response of the RMC labor market to these changes is analyzed, and changes in employment indicators, the unemployment rate and the proportion of formal jobs are highlighted. Particular attention is paid to the level of formal employment in the region and any changes in this between sectors or within the RMC.

Keywords: Labor market, restructuring of the productive sector, formal employment, informal employmen, Curitiba Metropolitan Region.

A dinâmica do mercado de trabalho é definida por alguns elementos essenciais da vida econômica, social, política e institucional de um dado país ou região. Nos anos 1990 a 2010, ocorreram mudanças significativas nesses campos de força cujos impactos no mercado de

trabalho serão aqui apresentados e discutidos. Neste período, o Brasil viveu, durante os anos 1990, a inserção subordinada na chamada globalização, um período no qual a flexibilização dos mercados e dos processos de trabalho era a palavra de ordem, num contexto macroeconômico desfavorável, assentado na âncora cambial que servia primordialmente ao controle da inflação num ambiente internacional de crescente financeirização. A maior exposição do país às crises financeiras internacionais favorecia a permanência de altas taxas de juros, prejudicando o setor produtivo nacional e, adicionalmente, sobrecarregando as contas públicas. Assim, esse período é marcado por efeitos perversos sobre o crescimento econômico e o comportamento do mercado de trabalho. Na realidade, nessa década o mercado de trabalho brasileiro caracteriza-se pelo desemprego aberto e pela ampliação da informalidade, o que significa ampliação de trabalhadores sem cobertura dos direitos trabalhistas vigentes no país.

A conjugação desses elementos na década seguinte produziu uma situação diferente e bem mais favorável à instalação de uma dinâmica positiva no mercado de trabalho, como veremos ao longo do artigo. Um dos elementos centrais para a inversão dessa tendência foi o aumento dos preços internacionais das *commodities* exportadas pelo Brasil e uma estratégia de valorização do mercado interno brasileiro assentada na valorização do salário mínimo, ampliação de crédito ao consumidor e programas bem-sucedidos de transferência de renda, como é o caso do Bolsa-Família. Ademais, o Estado retomou o seu papel de “puxar” o investimento, especialmente na infraestrutura, logística e mobilidade urbana, componentes centrais de um programa de desenvolvimento.

A análise da região metropolitana de Curitiba permite uma boa exemplificação das diferenças entre as duas décadas, pois ela possui uma estrutura produtiva capaz de reagir aos incentivos macroeconômicos e é também bem representativa da matriz produtiva nacional. Ademais, esta região concentra parte significativa da atividade produtiva do estado.

O objetivo deste artigo é, então, apresentar e discutir a dinâmica do mercado de trabalho na região metropolitana de Curitiba no período de 1990 a 2010. O artigo está estruturado em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção, apresentam-se as relações que se estabelecem entre a estrutura produtiva, o mercado de trabalho e a regência macroeconômica para que possamos compreender melhor a dinâmica do mercado de trabalho

da região metropolitana de Curitiba, que será discutida na segunda seção.

1. A estrutura produtiva, o mercado de trabalho e a questão macroeconômica

A estrutura produtiva de um dado país, estado ou região é uma forma de definir, naquele território, a divisão social do trabalho e explicitar como os homens e as mulheres vivem e do que vivem, considerando que, sob o capital, é preciso vender a força de trabalho e, enfim, trabalhar.

Nos países subdesenvolvidos que entraram tardiamente na divisão internacional do trabalho, há especificidades em suas estruturas produtivas. Esse é o caso brasileiro. Para Furtado (1974), é a inserção dessas economias no mercado internacional na condição de economias exportadoras de produtos primários que lhes confere a condição de periferia de um centro no qual há a capacidade de constituição de um núcleo autônomo de investimentos e a incorporação do progresso técnico com os seus efeitos sobre a acumulação, o crescimento da renda e a geração de postos de trabalho. Assim é que as economias periféricas constroem uma estrutura produtiva voltada para o exterior, desarticulada de sua estrutura de consumo, cujos ajustes se fazem crescentemente pela importação de produtos mais sofisticados para os detentores da renda de exportação (TAVARES, 2000; MARINI, 2000).

Para Marini (2000), num primeiro momento, quando a divisão internacional do trabalho já havia diferenciado o mundo entre aqueles que haviam conseguido acompanhar os movimentos da revolução industrial ocorrida na Inglaterra e os retardatários, esses já não tinham escolha, pois o sistema produtivo instalado naquela ocasião comandaria o sistema produtivo mundial. Seriam as necessidades deste sistema central que definiriam as possibilidades de inserção dos retardatários no sistema produtivo mundial¹.

Por essa razão, a inserção da América Latina e do Brasil, em particular, como possuidores de uma base rica de recursos naturais, minérios e população atendia a uma necessidade dos países centrais; ocu-

¹ Esta análise evidencia com clareza os limites, mas, também, a enorme relevância da ação do Estado em todas as suas escalas para que através da política pública esclarecida e compromissada possamos minimizar essa restrição histórico-estrutural.

pava, dessa forma, uma posição subordinada expressa na dependência de recursos externos e de tecnologia, na constituição de uma estrutura produtiva heterogênea, pouco diversificada com implicações desastrosas sobre a constituição do seu mercado interno, instalando assim uma tendência de concentração de renda e ainda, um mercado de trabalho heterogêneo e limitado.

Aníbal Pinto (2000) introduz na discussão latino-americana o conceito de heterogeneidade estrutural para explicar a sua especificidade. Na realidade, esse é um conceito que pode ser considerado transversal no sentido de que denuncia as diferenças sociais, políticas, econômicas, de estrutura produtiva, de produtividade e de mercado de trabalho que existem nas nossas sociedades. A heterogeneidade estrutural então nos ajuda a compreender a estrutura produtiva brasileira, em relação às diferenças de porte de empresas, de origem do capital, dos setores de atividade econômica, dos padrões de produtividade, salariais e de organização da força de trabalho.

A estrutura industrial brasileira foi constituída a partir de produtos leves, bens de consumo que atendessem ao mercado interno constituído a partir do desenvolvimento do café, no início do século XX. A consolidação da estrutura industrial exigiu uma ação vigorosa que se estabeleceu, a partir da década de 1950, com o governo JK e o famoso “mote” de 50 anos em cinco. Submetido a um processo de substituição de importações, o Brasil conseguiu construir uma estrutura produtiva importante, constituindo inclusive um setor produtor de máquinas. Nesses trinta anos, o PIB brasileiro cresceu a uma taxa média de 7.0% aa. Para Cassiolato (2001), a estrutura produtiva industrial brasileira aproximou-se muito daquela dos países desenvolvidos no início dos anos oitenta do século passado. Ela era dominada, do ponto de vista do uso, pelos setores de bens de capital, pelos bens de consumo duráveis com destaque para a montagem de automóveis. Segundo o mesmo autor, o complexo químico e o metalmeccânico eram responsáveis por 64,4% da produção industrial nos EUA, 64,5% da do Japão e 70% no caso da Alemanha. No Brasil, esse complexo foi responsável por 58,8% do produto industrial, em 1980.

O crescimento econômico do período 1950-80, no Brasil, possibilitou a constituição de um mercado de trabalho urbano de dimensões significativas, ampliando o assalariamento, mas com forte presença de trabalhadores informais sem qualquer proteção social. Nesse período

iniciou-se no país a constituição das grandes cidades e dos grandes espaços urbanos. O processo de migração inter-regional ocorrido fez de São Paulo o espaço de grande concentração populacional e o embrião da metropolização brasileira. O Brasil, país de ocupação majoritariamente litorânea, ganhou também nos anos 1960 a capital Brasília, no centro do País, alterando as tendências de ocupação futura do território. A concentração da atividade produtiva industrial em São Paulo, em 1968, atingiu 57,1% do valor da transformação, sendo que, em 2009, essa participação era de 37,9%, segundo o IBGE. Certamente o processo de desconcentração industrial que se instalou em São Paulo a partir dos anos 1970 acabou por beneficiar os estados do Sul e Sudeste do país, inclusive o Paraná.

Com a contribuição keynesiana fica evidenciado que o mercado de trabalho é uma esfera subordinada ao nível e ao ritmo da evolução da atividade econômica, e, portanto, é subordinado ao mercado de bens. Assim, a natureza da estrutura produtiva que produz bens e serviços e o nível dessa atividade produtiva determinam o comportamento do mercado de trabalho e a natureza das ocupações disponíveis.

A regência desse sistema é influenciada pela gestão macroeconômica que determinará o padrão de demanda agregada e a menor ou maior flexibilidade da política monetária e fiscal cujos efeitos precisam ser sentidos necessariamente no mercado de bens para que os efeitos se multipliquem e atinjam o mercado de trabalho. Certamente, existem políticas estritas sobre o mercado de trabalho mas que não conseguem alterar de modo significativo o que já foi determinado no mercado de bens.

As duas décadas sob análise neste artigo, anos 1990/2000, possuem características muito distintas no que se refere aos aspectos de inserção internacional, de condução da política pública de caráter macroeconômico e social e, especialmente, nos resultados obtidos na dinâmica do mercado de trabalho.

Nos anos oitenta e noventa do século passado, o país oscilou entre momentos de crescimento e desaceleração, ostentando taxas médias de crescimento em torno de 2,0% a.a. (IBGE). Do ponto de vista macroeconômico houve muita instabilidade e a capacidade de financiamento do Estado caiu, contrariando a tendência das duas décadas anteriores.

Na década de 1980, o agravamento da crise da dívida externa e do Estado produtor e empregador, os sucessivos “pacotes” para controlar a inflação e a redução da taxa de investimento impactaram negativa-

mente sobre o mercado de trabalho. No período 1974-80, a taxa de investimento foi de 24% do PIB, e, a partir de 1980, ela estacionou em torno de 18%. Nessa década também emergiu a questão do desemprego aberto, fenômeno até então não tratado empiricamente, uma vez que a informalidade escamoteava tal condição. A crise da indústria reduziu fortemente o emprego industrial, iniciando um processo que hoje se identifica como desindustrialização².

Do ponto de vista macroeconômico, a década de 1990, representada fundamentalmente pelos dois governos FHC (1995-1998 e 1999-2002), é marcada pela adesão acrítica ao receituário do Consenso de Washington, que pode ser assim sumarizado: redução do tamanho do Estado, por meio de privatizações e parcerias com o setor privado (ONGs, OS, OSCIPS, Agências Reguladoras) na prestação de serviços públicos; desregulamentação financeira e do mercado de trabalho; abertura comercial; tudo isso associado ao processo de introdução da microeletrônica nos processos produtivos e de prestação de serviços, que favoreceu a reestruturação produtiva brasileira.

O Estado brasileiro abandonou qualquer objetivo de planejamento em longo prazo, de forma até surpreendente, pois a Constituição de 1988 preconizava um Estado dirigente e ainda responsável pela redução das desigualdades regionais presentes no país; tal objetivo foi substituído pelo ciclo orçamentário representado pelo PPA, LOA, LDO e, ainda, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Assim, para uma sociedade que ampliava as necessidades de prestação de serviços públicos estabeleceu-se um Estado limitado, quase coagido pelo supostos vigor e eficácia do setor privado.

A abertura comercial consolidou um processo de desindustrialização, que vinha em curso desde os anos oitenta do século passado, e aumentou significativamente a internacionalização da estrutura produtiva industrial que perdeu elos importantes em sua cadeia (CARLEIAL, 2004). Isso coincide com um movimento de fragmentação produtiva no mundo, ficando o Brasil fora das principais cadeias produtivas mundiais de geração de valor (FLORES, 2008).

² A desindustrialização é um processo de perda de participação do emprego e dos produtos industriais no emprego e no produto totais. Não se deve confundir esse processo no Brasil com o processo chamado de terciarização nos países desenvolvidos, pois aqui esse processo acontece quando a indústria ainda não surtiu todos os efeitos esperados e a renda per capita do brasileiro ainda é muito baixa vis-à-vis o patamar que os países desenvolvidos ostentavam quando isto aconteceu. Para uma discussão mais detalhada ver: Carleial (2004) e Carneiro (2002).

Do ponto de vista estritamente macroeconômico, a convivência de juros e inflação altos, contenção dos gastos e investimentos do Governo e câmbio valorizado geraram, por um lado, a ampliação da dívida pública (sobretudo pelo pagamento de juros) e, por outro lado, a ampliação da dependência ou da inserção subordinada do país na divisão internacional do trabalho. Assim, a tríade implementada pela política assentava-se no superávit primário, na introdução do sistema de metas de inflação e, ainda, no câmbio valorizado.

Do ponto de vista do mercado de trabalho, os resultados foram claramente danosos, com aumento do desemprego aberto, do desemprego oculto, da informalidade e ainda da terceirização da força de trabalho, uma vez que os tribunais do trabalho promulgaram a Súmula 331 que define terceirização lícita como aquela que acontece em atividades não estratégicas da empresa³. Já as Agências Reguladoras de serviços públicos concedidos acabam, mediante a legislação exclusiva, autorizando essa prática em toda a cadeia produtiva.

A década de 1990 foi aquela na qual se supunha que não tínhamos mais capacidade de criar empregos e, portanto, todos deveriam ser empreendedores de si mesmos. Como não poderia deixar de ser, a formação bruta de capital que já houvera sido 25% do PIB brasileiro, na década de 1970, atinge o patamar de 16% em 1989, fato inédito na nossa história recente, retratando a extrema dificuldade de retomada dos investimentos no país.

Certamente, todo esse processo está já inserido no contexto da acumulação em uma escala financeira, que domina os últimos 30 anos do desenvolvimento capitalista. Esse movimento atingiu toda a América Latina, mesmo que com diferentes calendários entre os países da região. Destaque-se ainda o papel ainda importante do FMI que forçava a adoção desta agenda.

Na década referente aos dois governos Lula (2003-2006 e 2007-2010) não houve uma ruptura significativa com a regulação macroeconômica, pois, em linhas gerais, a dominância financeira manteve-se, sobretudo nos anos iniciais, premido que estava o governo pela “Car-

³ O desemprego aberto no Brasil só é medido nas regiões metropolitanas. Na década de 1990, as taxas de desemprego aberto atingiam dois dígitos, sendo que nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador e São Paulo as taxas ultrapassaram o patamar de 20% da população economicamente ativa, segundo a PED-DIEESE (Pesquisa de Emprego e Desemprego). O crescimento do desemprego aberto deveu-se em grande medida ao crescimento do desemprego oculto pelo trabalho precário pelo desalento. Cardoso Jr(2013) faz uma detalhada e rica discussão a esse respeito.

ta aos brasileiros,” na qual o então candidato Lula se compromete a manter os contratos vigentes o que, de certa forma, o imobilizava para mudanças. Mesmo assim, desde o início do primeiro governo ganhou força a presença de políticas sociais compromissadas com a redução da pobreza e das desigualdades, como é o caso do Programa Bolsa Família. A conjugação de forças internas era tal que a tríade acima referida foi mantida⁴.

A partir de 2006, entretanto, mudaram significativamente alguns componentes macroeconômicos. O primeiro deles foi a retomada da ação do Estado, do seu papel e do seu compromisso com o desenvolvimento do país. O Governo entendeu a urgência da retomada dos investimentos e criou o programa de aceleração do crescimento, o PAC, que já está em sua terceira fase, e abrange praticamente toda a infraestrutura econômica do país (estradas, ferrovias, energia, habitação, saneamento etc.). O governo também acentuou a política iniciada em 2003, de valorização do salário mínimo (entre 2003 e 2010, tal valorização chega a 70%). Ao lado disto, lançou mão dos bancos públicos para a ampliação do crédito direto ao consumidor, alavancando o nosso mercado interno.

O contexto internacional favoreceu a demanda de commodities cujos preços cresceram, bem como a liquidez internacional favoreceu ainda a atração de capitais estrangeiros, permitindo ao país o acúmulo de reservas internacionais, o que reduziu a vulnerabilidade externa. Essas medidas determinaram um crescimento médio do PIB a 4,1% a.a. entre 2003 e 2010. Até mesmo o agravamento da crise mundial em 2008, com repercussões importantes em todo o mundo, foi bem conduzida no Brasil com políticas anticíclicas eficazes que permitiram a retomada do crescimento em patamar significativo logo em 2009⁵.

A repercussão dessas ações no mercado de trabalho foi muito importante, retratada na recuperação do emprego formalizado e na redução da taxa de desemprego aberto nas principais regiões metropolitanas do país, que passou de 12,3%, em 2003, para 6,7%, em 2010, segundo a PME-IBGE. Resumindo, o modelo de crescimento instalado no período em análise foi puxado, inicialmente, pela demanda externa, e, posteriormente, pelo mercado interno (valorização do salário

⁴ O escolhido para presidente do Banco Central, Henrique Meireles, era um homem identificado com o mercado financeiro internacional, o que foi bem emblemático da conjugação de forças dominantes.

⁵ Para detalhes dessas políticas ver: Carleial(2010).

mínimo + aumento do crédito + programa de transferência de renda). Destaque-se ainda que os reajustes salariais, na grande maioria dos casos, conseguiram absorver ganhos superiores à taxa de inflação. No entanto, a recuperação do nível de investimentos no país ainda é baixo relativamente às nossas necessidades.

Certamente o fato mais alvissareiro desse último período foi o crescimento da formalização do mercado de trabalho e a ampliação do número de protegidos pela previdência social brasileira. Como referimos anteriormente, são efeitos diametralmente opostos aos exibidos pela década de 1990.

1.1. O Estado do Paraná e a Região Metropolitana de Curitiba

O Estado do Paraná participou de alguns ciclos da economia brasileira como é o caso do café, mas já na sua fase de descenso. Na realidade, teve a sua vida econômica ligada primordialmente às atividades primárias como: erva-mate, madeira e pecuária, além do café. Após a geada de 1975 e a crise da produção cafeeira, o estado introduziu a soja, que domina até hoje a produção de grãos em grande parte do território paranaense; aquela crise gerou um movimento migratório de trabalhadores e suas famílias para a capital do estado, Curitiba, e sua periferia, bem como para outras regiões do país, na busca por oportunidades de trabalho.

Já nos anos de 1950, a sua estrutura produtiva iniciou uma relativa diversificação. O Estado tomou algumas medidas no sentido de introduzir a indústria, criando instituições voltadas para o desenvolvimento. Um grande marco foi a criação da Copel (Companhia Paranaense de Eletricidade) com os impactos esperados na atividade econômica.

Outro marco importante foi a constituição da Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR), que objetivava financiar o desenvolvimento industrial e a infraestrutura, tal como a construção e ampliação de rodovias e ferrovias e a adequação do porto de Paranaguá. Destaque-se ainda a construção da CIC (Cidade Industrial de Curitiba), que ampliou a capacidade de atração de investimentos industriais. Assim, na década de 1970 o Paraná já tem indústrias como a Volvo (montadora de ônibus e caminhão) e a Refinaria Presidente Getúlio Vargas. O processo de diversificação industrial do Paraná beneficiou-se, ainda, do processo de desconcentração industrial vivido por São Paulo. Nos anos noventa do século passado, a região metropolitana de Curitiba se consolidou graças aos novos investimentos

automotivos realizados por diferentes multinacionais. Essas últimas já se instalam no modelo de firma rede mundial, no qual ganha espaço os fornecedores mundiais e, portanto, reduz/elimina espaços para os fornecedores locais/nacionais⁶.

Entretanto, é importante destacar que a inserção do Estado do Paraná no processo de desenvolvimento industrial brasileiro se faz de forma tardia. A natureza dessa inserção tardia, num certo sentido, protegeu o mercado de trabalho da região metropolitana de Curitiba, uma vez que o processo de reestruturação produtiva que se intensificou no país, na década de 1990, atingiu vigorosamente São Paulo e em menor monta a região metropolitana de Curitiba.

O Estado do Paraná representa a quinta maior economia do país com um PIB de 6,07%, em 2011, e de um Valor de Transformação Industrial que atingiu 54,8 bilhões em 2010 (dados do IPARDES). A importância da produção agrícola paranaense é fundamental no desempenho agrícola e exportador do país, como evidencia o Quadro 3.1.

Quadro 3.1 - Principais produtos agrícolas - Paraná - 2010

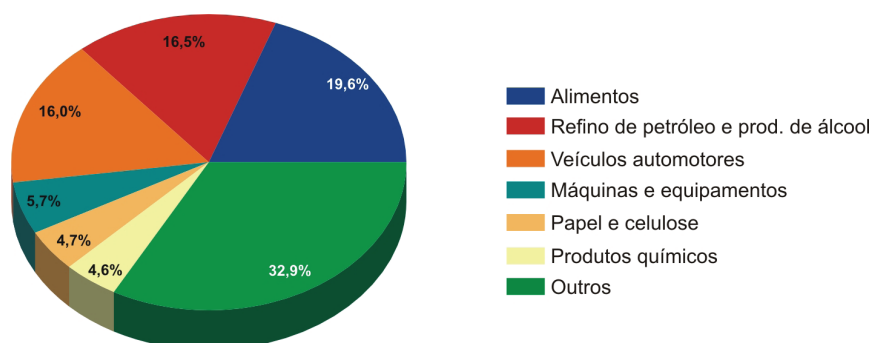
PRODUTO	QUANTIDADE (toneladas)	PARTICIPAÇÃO PARANÁ/BRASIL (%)
Cana-de-açúcar	48.361.207	6,74
Soja	14.091.829	20,5
Milho	13.567.096	24,49
Mandioca	4.012.948	16,36
Trigo	3.442.660	55,79
Feijão	792.010	25,07

FONTE: IBGE/PAM

Já no setor industrial, o Paraná também possui uma estrutura produtiva aderente à estrutura produtiva nacional, pois detém segmentos importantes da indústria, tais como: máquinas e equipamentos, petroquímica, automotivo, eletroeletrônico, metalomecânico, além de alimentos, bebidas e confecções, como mostra o Gráfico 3.1.

⁶ A firma-rede é a expressão concreta da divisão internacional do trabalho nesta fase do desenvolvimento capitalista. Esse formato de firma tem três características centrais: a descentralização voltada para o mercado, a forma contratual que permite uma enorme lista de relações diversificadas(formas jurídicas, hierarquias, ocupações, territórios e países) e o caráter plurifuncional entre as unidades que trabalham em rede, como é o caso da indústria automobilística. Para uma discussão mais detalhada ver: Carleial(2009).

Gráfico 3.1 - Composição do valor de transformação industrial - Paraná - 2010



FONTE: IBGE/PIA

Do total do PIB paranaense, a Região Metropolitana de Curitiba teve uma participação de 44%, em 2010. Essa região, formada por 29 municípios, abriga desigualdades sociais e econômicas, bem como apresenta uma forte concentração produtiva, pois apenas quatro municípios foram responsáveis por 88% do PIB da região e 38% do PIB paranaense. Na seção seguinte discute-se a evolução do seu mercado de trabalho.

2. A evolução do mercado de trabalho na RMC

A intenção de verificar a dinâmica do mercado de trabalho metropolitano por um período de 20 anos esbarra em algumas dificuldades relacionadas às fontes de dados disponíveis. O Censo Demográfico constitui uma fonte abrangente, pois capta todas as modalidades de inserção ocupacional – formais e informais – em escala municipal; entretanto, como ressaltado por Januzzi (s.d.), no intuito de melhorar a captação das características econômicas da população, algumas mudanças foram introduzidas de um censo para outro, “gerando dificuldades na comparabilidade temporal de variáveis e indicadores mais específicos”; dentre estes, o autor cita os indicadores de condição de atividade e de ocupação e a posição na ocupação.

Outras mudanças, que afetam diversas fontes, referem-se aos aperfeiçoamentos que, no decorrer do tempo, são feitos nos sistemas de classificação das atividades econômicas, bem como na classificação

das ocupações. Dependendo do nível de desagregação com que se pretende trabalhar os dados, são necessárias algumas compatibilizações, quase sempre não triviais.

Diante dessas questões, optou-se por privilegiar neste trabalho o uso da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, a qual tem mantido desde 1992 a mesma metodologia para captação das características econômicas da população, particularmente no que se refere aos principais indicadores de inserção ocupacional: condição de atividade, de ocupação e de desocupação⁷. No âmbito de um estudo metropolitano, os limites desta fonte são a manutenção de um mesmo recorte territorial nas várias edições da pesquisa, não agregando os municípios que foram inseridos, no decorrer do período, na região metropolitana, e o fato dos dados serem disponibilizados apenas na escala metropolitana, não sendo possível a desagregação dos dados para os municípios. No caso da RMC, o recorte territorial da PNAD tem por base a configuração original da região, a qual corresponde a 19 do total de 29 municípios que compõem a região atualmente; entretanto, os municípios do perímetro original concentravam, em 2010, 95% da população da RMC e é neles que o mercado de trabalho se mostra mais dinâmico.

Adicionalmente, recorre-se aos dados sobre emprego formal da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Além de disponibilizar dados para todos os anos e permitir sua desagregação por município, foi mantido na base RAIS, por todo o período, o sistema de classificação do IBGE que permite identificar até 25 subsetores de atividade econômica; o sistema disponibiliza, também, os dados com base na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), cuja série, porém, sofreu alteração de versão.

Em relação ao emprego formal, serão considerados os dados de todos os 29 municípios da RMC, os quais, na maior parte das vezes, serão apresentados de forma agregada para três espacialidades: polo metropolitano; área de concentração populacional (ACP); e demais municípios; as duas últimas espacialidades reúnem, respectivamente, 13 e 15 municípios. A ACP corresponde à espacialidade, no interior da região metropolitana, que concentra efetivamente a dinâmica metro-

⁷ Vale lembrar que a PNAD não é realizada nos anos do Censo Demográfico e que ela sofreu descontinuidade no ano de 1994.

politana, segundo indicadores de concentração e densidade demográfica, concentração econômica e mobilidade pendular; além do polo, que aqui será destacado desta unidade espacial, ela envolve os seguintes municípios: Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais.

2.1. Nível de atividade e de ocupação

A oferta de trabalho é condicionada, entre outros fatores, pela dinâmica demográfica de uma região, particularmente pela evolução da população em idade ativa. No caso da RMC, segundo dados da PNAD, a população em idade ativa – com 10 anos ou mais de idade – passou de 1,6 milhão, em 1992, para 2,8 milhões, em 2011, aumento de 1,2 milhão de pessoas no período (Tabela 3.1). Note-se que essa pressão demográfica foi mais intensa no subperíodo 1992/2001, quando a taxa de crescimento desse segmento populacional foi de 4% ao ano, a qual foi reduzida para 2,1%, entre 2001/2011. A PNAD não permite situar essa dinâmica nos diversos recortes espaciais da RMC, mas é possível afirmar, com base nos dados dos Censos Demográficos, que o incremento populacional, nos dois subperíodos, foi mais intenso fora do polo metropolitano, na porção conformada pela ACP.

Tabela 3.1 - População de 10 anos de idade ou mais e taxa anual de crescimento, segundo condição de atividade e de ocupação - RMC - 1992-2001-2011

INDICADOR	POPULAÇÃO DE 10 ANOS E MAIS (1.000 pessoas)			TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO (%)	
	1992	2001	2011	1991/2001	2001/2011
População em Idade Ativa (PIA)	1.617	2.296	2.821	4,0	2,1
População Economicamente Ativa (PEA)	1.002	1.465	1.825	4,3	2,2
População Ocupada (PO)	931	1.327	1.739	4,0	2,7
População Desocupada (PD)	71	138	86	7,7	-4,6
Taxa de participação (%)	62,0	63,8	64,7	-	-
Taxa de desocupação (%)	7,1	9,4	4,7	-	-
Taxa de formalização (%)	50,5	48,8	60,2	-	-
Indústria / PO (%)	18,2	16,3	19,0	-	-

FONTE: IBGE/PNAD

Adicionalmente, houve incremento na parcela de pessoas que

buscaram se inserir no mercado de trabalho (PEA), com a taxa de participação⁸ passando de 62,0%, em 1992, para 64,7%, em 2011, sendo que este patamar – próximo a 65% – se manteve em quase todos os anos desde 2002.

A conjunção desses dois fatores – crescimento populacional e aumento da taxa de participação – imprimiu um ritmo ligeiramente superior de crescimento da população economicamente ativa, cujo contingente sofreu um incremento de 823 mil pessoas, no período em foco, atingindo um estoque de 1,8 milhão de pessoas, em 2011.

Dos fatores acima, o crescimento populacional foi o principal responsável pelo aumento da oferta de trabalho na RMC, respondendo por 91% do aumento da PEA⁹ no período. Entretanto, há que se ter em conta que, dado o tamanho da população em idade ativa na RMC, qualquer incremento conjuntural na taxa de participação pressiona fortemente o mercado de trabalho regional; considerando a PIA de 2011, o aumento de 1% nessa taxa significa a entrada anual de quase 30 mil pessoas nesse mercado.

Essa maior pressão populacional, particularmente nos anos 1990, conjugou-se ao cenário de ajuste econômico estabelecido no país, acarretando importante regressão no mercado de trabalho regional. Desde os anos 1980 observavam-se sinais de crise do mercado de trabalho brasileiro, mas foi na década seguinte que se verificou um processo de desestruturação desse mercado, cuja manifestação foi mais intensa nas principais aglomerações urbanas do país. Essa desestruturação implicou a queda na participação do assalariamento no conjunto das ocupações, a redução do emprego formal e do emprego industrial e o aumento da informalização e da taxa de desemprego (POCHMANN, 1999).

Ademais, a crescente participação das ocupações informais refletiu uma mudança na natureza de operação do mercado de trabalho urbano no Brasil. Segundo Dedecca (1998), o setor informal manteve seu papel tradicional de principal absorvedor dos fluxos migratórios que chegavam às cidades, mas passou, também, a receber parte da mão de obra liberada pelo setor formal, em função da estagnação

⁸ A taxa de participação expressa o peso da População Economicamente Ativa (PEA) no conjunto da População em Idade Ativa (PIA).

⁹ Esse percentual foi obtido considerando-se a hipótese de manutenção da taxa de participação no mesmo valor observado no início da série (1992); o incremento da PEA assim verificado corresponderia ao aumento populacional verificado na região no período em foco.

econômica e do processo de reestruturação produtiva ocorrida nos anos 1990; houve, na realidade, uma redução da possibilidade de mobilidade dos trabalhadores do setor informal para o setor formal da economia. Além disso, como parte das estratégias de ajuste e redução de custos das empresas, estabelece-se uma tendência em que o próprio segmento moderno passa a se valer do uso da mão-de-obra informal em algumas etapas de seu processo produtivo, quer na provisão de alguns bens, quer na prestação de serviços terceirizados.

Esse processo de desestruturação do mercado de trabalho só sofreu reversão a partir de meados dos anos 2000. Segundo Krein, Santos & Moretto (2013), a partir de 2004, no Brasil, observa-se uma melhoria expressiva dos indicadores do mercado de trabalho, como o aumento do assalariamento e do emprego formal, a queda na taxa de desemprego e a recuperação dos níveis salariais, particularmente na base da pirâmide ocupacional. Para esses autores, vários fatores contribuíram para esse novo quadro, como o crescimento da economia mundial, pelo menos até a crise de 2008, e a definição de várias políticas que permitiram maior dinamismo ao mercado interno, dentre as quais as de acesso ao crédito, de transferência de renda, de valorização do salário mínimo e de estímulo ao investimento em infraestrutura e habitação.

Na RMC, a taxa de crescimento da ocupação no período 1992/2001 não foi pequena, apresentando uma variação média anual de 4% (ver Tabela 3.1). Mas ela foi insuficiente para absorver o crescimento da PEA, resultando em maior desemprego. O agravamento da situação do mercado de trabalho regional se deu principalmente na segunda metade dos anos 1990, quando a taxa de desocupação passou de 7%, em 1995, para 12,5%, em 1999¹⁰ (Gráfico 3.2), e o número de desocupados passou de 71 mil para 138 mil pessoas. Somente a partir de 2004 se observou um processo mais acentuado de redução das taxas de desocupação, porém sujeito a algumas variações conjunturais; 2005 e 2009 foram anos em que a economia estadual apresentou desempenho negativo. Além disso, apesar da reduzida taxa de desocupação registrada em 2011 (4,7%), o estoque de desocupados, devido ao crescimento populacional da região, continuava maior do que o observado no início do período (ver Tabela 3.1).

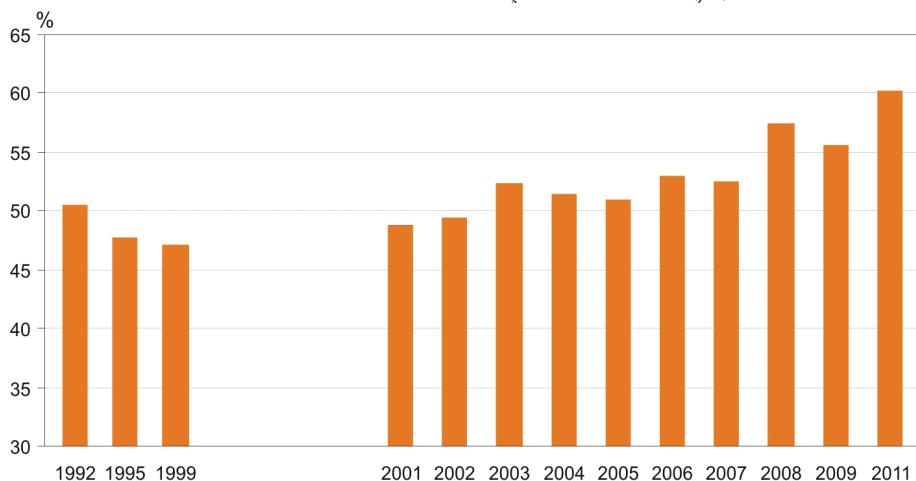
¹⁰ Embora não se apresente aqui a série de dados completa para os anos 1990, o aumento do desemprego foi contínuo na segunda metade dessa década, até se atingir a maior taxa de desocupação em 1999.

Gráfico 3.2 - Taxa de desocupação - RMC - 1992/2011



FONTE: IBGE/PNAD

Gráfico 3.3 - Taxa de formalização - RMC - 1992/2011



FONTE: IBGE/PNAD

A taxa de formalização indica o percentual da população ocupada que tinha sua relação de trabalho definida em bases contratuais legais, como assalariados celetistas ou estatutários. Diferentemente da taxa de desocupação, observa-se que a redução da formalização iniciou-se na primeira metade dos anos 1990 (Gráfico 3.3), quando a taxa caiu de 50,5%, em 1992, para 47,7%, em 1995; foi neste subperíodo que o

emprego formal teve sua menor participação no incremento da ocupação. O que esses dados sugerem é que, na primeira metade dos anos 1990, o setor informal conseguiu absorver parte importante do crescimento da PEA, amortecendo o impacto da crise econômica e evitando que a taxa de desocupação aumentasse, como verificado no segundo quinquênio dessa década.

Embora apresentando sinais de recuperação já no início dos anos 2000, a elevação do nível de formalização, na RMC, se deu apenas na segunda metade dessa década, seguindo o desempenho nacional; segundo Krein et al. (2013), foi a partir de 2006 que o mercado de trabalho brasileiro apresentou forte incremento da ocupação, com expressivo crescimento do assalariamento formal. Mais adiante, ao se analisar a evolução do emprego formal, observar-se-á que foi nos anos mais recentes que a RMC recuperou sua participação no total do emprego formal do Estado.

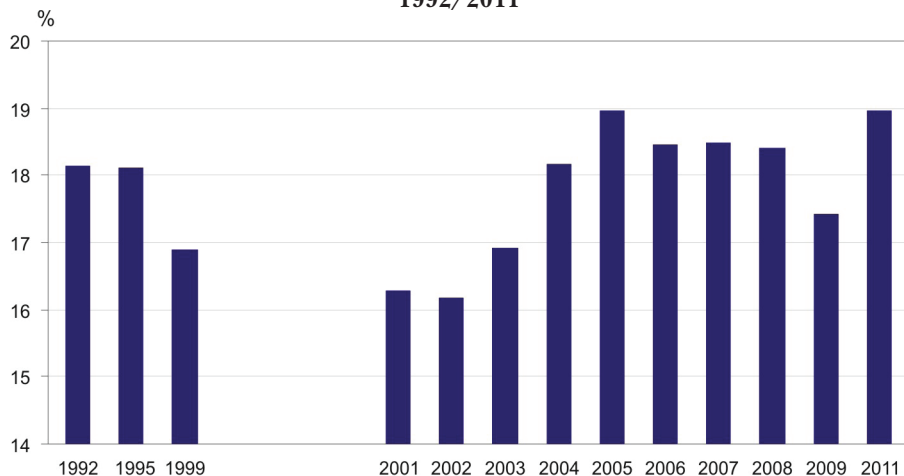
Um ponto geralmente destacado nos estudos sobre o impacto do ajuste econômico dos anos 1990 sobre o mercado de trabalho é a queda na participação da indústria no conjunto das ocupações. Como observado por Delgado (2001), esse impacto foi diferenciado entre as regiões metropolitanas, sendo mais acentuado nas RMs de São Paulo e de Porto Alegre. No caso da RMC, além do peso da indústria ser historicamente menor do que o observado nessas regiões, o parque industrial era relativamente recente quando do início do processo de ajuste econômico nos anos 90 e, no final dessa década, houve a expansão do setor automotivo, segmento que foi importante para manter a participação da indústria no total das ocupações. Porém, mesmo tendo sido pequena a redução observada na RMC, somente a partir de 2004 a participação da indústria retornou ao nível observado no início dos anos 90 (Gráfico 3.4).

2.2. Evolução do emprego formal

O Gráfico 3.5 permite destacar três aspectos da evolução do emprego formal nas duas últimas décadas. Inicialmente, observa-se que a recuperação do crescimento deste tipo de emprego, no Paraná, iniciou-se pelo interior do Estado; a partir de 1998, a curva do interior sobrepassa à da RMC, mantendo-se mais elevada até o fim do período observado. O segundo aspecto decorre desta dinâmica, referindo-se à perda de participação da RMC na geração de emprego formal no Estado; mesmo com a recuperação observada a partir de 2006, a RMC

encerra a década com menos cinco pontos percentuais em sua participação.

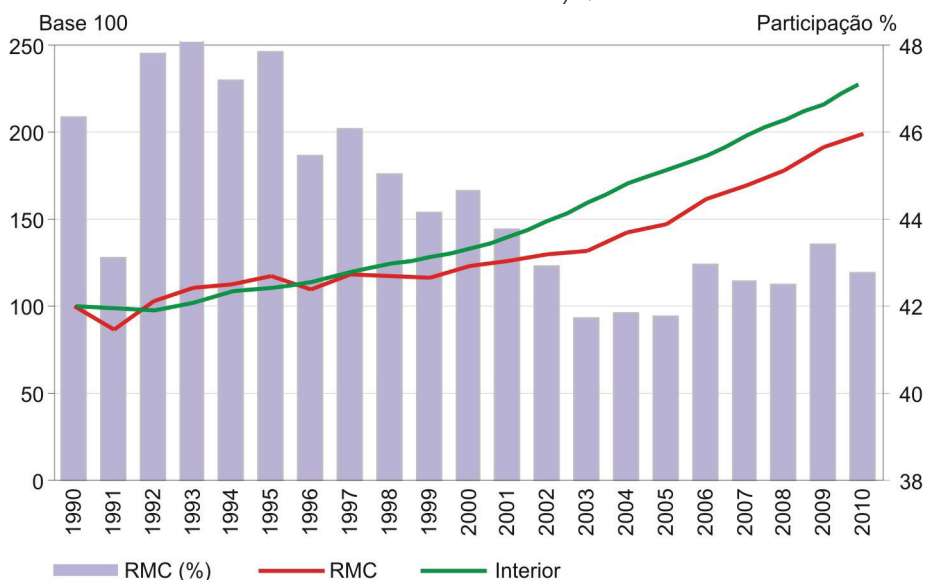
Gráfico 3.4 - Participação da indústria na população ocupada - RMC - 1992/2011



FORNTE: IBGE/PNAD

NOTA: Entre as atividades industriais não está incluída a construção civil.

Gráfico 3.5 - Evolução do emprego formal e participação da RMC no total estadual - 1990/2010



FORNTE: MTE/RAIS

Embora não possa ser desenvolvida aqui, pode-se aventar a hipótese de que este melhor desempenho do emprego formal no interior do Estado, particularmente nas demais aglomerações urbanas, possa ter contribuído para a menor pressão populacional observada na RMC nos anos 2000, como destacado no item anterior.

Por fim, observa-se que a dinâmica do emprego formal na RMC foi diferenciada no tempo, podendo-se destacar pelo menos três subperíodos: 1990/1995, 1995/2003 e 2003/2010. No primeiro subperíodo, o emprego formal cresceu a uma taxa anual de 3,2% (Tabela 3.2), mesmo considerando a queda acentuada observada em 1991 (Gráfico 3.5). Vale lembrar que o início dos anos 90 foi marcado por forte retração do PIB nacional e estadual, acompanhada pelo recrudescimento do processo inflacionário. Em média, foram gerados, na RMC, 20 mil empregos formais ao ano, fato que se deve, fundamentalmente, ao desempenho dos serviços de natureza pública (administração, educação e saúde) e de apoio à produção (atividades financeiras, mobiliárias, transporte, comunicação e serviços técnicos profissionais); a indústria e a construção civil já apresentavam sinais de estagnação¹¹.

No segundo subperíodo (1995/2003), a taxa de crescimento do emprego formal e o incremento anual médio foram reduzidos pela metade – 1,5% e 10,8 mil empregos ao ano, respectivamente. O comércio e os serviços voltados ao atendimento pessoal e das famílias (alojamento, alimentação, reparo, manutenção, radiodifusão e televisão) foram os principais responsáveis pela geração de emprego formal nesse período, segmentos caracterizados pela maior participação de ocupações de menor qualificação e rendimento. A indústria de transformação apresentou sinais de recuperação, com uma taxa de crescimento anual de 2,6%, mas este foi um crescimento decorrente basicamente da instalação das montadoras de automóveis na RMC; a indústria de materiais de transportes, segundo os dados da RAIS, gerou cerca de 13 mil postos de trabalho nesse subperíodo.

O impacto do ajuste econômico e da reestruturação produtiva se fez mais intenso em outros setores. A construção civil apresentou uma taxa negativa de 4,6 a.a., perdendo aproximadamente 13 mil postos de trabalho, entre 1995 e 2003. Mas as maiores reduções absolutas foram observadas nos serviços de apoio à produção e nos de natureza públi-

¹¹ Os dados por atividade podem ser observados no Anexo 3.1.

ca. No primeiro setor, houve uma queda de 38 mil postos de trabalho relacionados às atividades de crédito, seguro e de capitalização, possivelmente relacionado ao forte ajuste no setor financeiro após o Plano Real, bem como às políticas de privatização dos bancos públicos, caso do Banestado no Paraná¹² (Anexo 3.1). Nos serviços de natureza pública, as atividades administrativas tiveram redução de quase 25 mil postos de trabalho, enquanto as áreas de saúde e educação tiveram, respectivamente, aumento e estabilização dos postos de trabalhos. Cabe lembrar que, além de cortes de pessoal, o nível de emprego no setor público pode ter sido afetado pelo aumento das aposentadorias ocorrido então, com os trabalhadores se antecipando a possíveis mudanças que decorressem da reforma previdenciária que foi levada a efeito pelo Governo FHC; de qualquer modo, seus postos de trabalho parece não terem sido repostos.

Tabela 3.2 - Número de empregos formais e taxa de crescimento anual - RM - 1990/2010

SETOR	1990	1995	2003	2010	Taxa de crescimento anual (%)		
					1990 - 95	1995 - 03	2003 - 10
Indústria extrativa	2.068	1.942	1.826	3.593	-1,2	-0,8	10,2
Indústria de transformação	116.765	116.910	143.632	221.958	0,0	2,6	6,4
Construção civil	33.950	35.713	24.456	70.626	1,0	-4,6	16,4
Serviços industriais de utilidade pública	15.358	16.332	14.061	20.490	1,2	-1,9	5,5
Comércio	72.142	89.775	135.706	214.534	4,5	5,3	6,8
Serviços de apoio à produção	108.501	149.769	154.186	243.452	6,7	0,4	6,7
Serviços de natureza pública	127.831	232.335	220.008	305.124	12,7	-0,7	4,8
Outros serviços	69.688	47.082	86.644	103.020	7,5	,9	2,5
Agricultura	2.412	5.964	5.673	8.014	19,8	-0,6	5,1
Não classificado	49.439	3.659	0	0	-	-	-
Total	598.154	699.481	786.192	1.190.811	3,2	1,5	6,1

FONTE: MTE/RAIS

No subperíodo mais recente (2003/2010), elevou-se expressivamente a taxa de crescimento do emprego formal, que atingiu um patamar (6,1% a.a.) quase três vezes o verificado para o crescimento da PEA na década (2,2% a.a.). Por ano, foram gerados em média 57,8 mil postos de trabalho.

Todos os setores de atividade apresentaram desempenho posi-

¹² Há uma possibilidade, de difícil verificação, de que parte dessa queda do emprego no setor financeiro, na RMC, deva-se a empregos perdidos no interior do Estado, uma vez que os dois bancos estaduais – Bamerindus e Banestado – tinham suas sedes em Curitiba, sendo este o município declarado na RAIS. De qualquer modo, a capital concentrava boa parte dos funcionários dessas instituições.

vo, com apenas um – outros serviços – crescendo abaixo de 4,8%¹³. O maior aumento no número de empregos formais se deu no setor de serviços de apoio à produção, responsáveis pela geração de 89 mil postos de trabalho, com destaque para as atividades de administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos profissionais e auxiliar à atividade econômica. Neste setor, verificou-se uma recuperação do emprego em atividades financeiras, porém, o estoque em 2010 (26,3 mil empregos) representava apenas a metade do emprego que esta atividade gerava em 1995.

Os serviços de natureza pública geraram 85 mil empregos, mais da metade deles relacionados à administração pública. A construção civil teve o maior aumento relativo entre os setores (16,4% a.a), gerando 46 mil postos formais de trabalho. A indústria de transformação e o comércio geraram, cada setor, aproximadamente 78 mil empregos. No setor industrial destacaram-se as indústrias mecânica, material de transporte e alimentos e bebidas, com incremento variando entre 11 mil e 15 mil empregos.

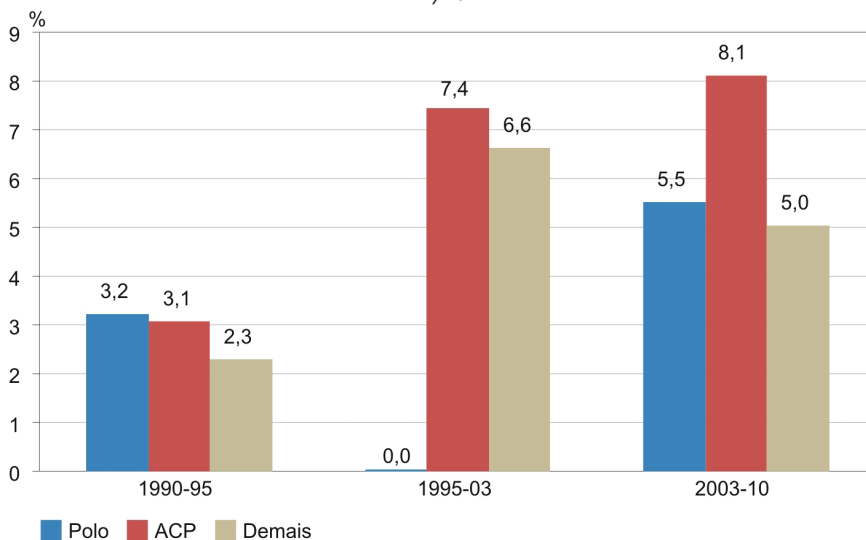
2.3. Dinâmica intrametropolitana

A dinâmica de crescimento do emprego formal, nos três subperíodos, teve impacto diferenciado no interior da RMC. O maior impacto do ajuste produtivo ocorrido nos 1990 deu-se no município polo, o qual apresentou taxa de crescimento zero no intervalo 1995/2003 (Gráfico 3.6). Como a RAIS indica o município do estabelecimento e não o de residência do trabalhador, provavelmente este desempenho negativo afetou, também, trabalhadores de outros municípios da RMC.

Porém, mesmo com esse desempenho nulo entre 1995 e 2003, Curitiba foi responsável por 59% do emprego gerado na RMC nas duas décadas em análise, importando ressaltar que este resultado deveu-se praticamente ao crescimento verificado após 2003 – três em cada quatro empregos gerados em Curitiba nas duas últimas décadas, o foram a partir desta data.

¹³ A classificação do IBGE desagrega as atividades em 25 subsetores e somente um – a indústria da madeira e do mobiliário – não registrou crescimento do emprego formal nesse subperíodo (ver Anexo 3.1).

Gráfico 3.6 - Taxa de crescimento anual do emprego formal - RMC - 1990/2013



FONTE: MTE/RAIS

Na ACP, as taxas de geração de emprego foram crescentes, atingindo 8,1% a.a., entre 2003 e 2010. Nessa porção do território foram gerados, nas duas décadas, 217,5 mil empregos formais, incremento acentuado a partir da segunda metade dos anos 90 (Tabela 3.3). Esse movimento de expansão do emprego formal na ACP implicou importante ampliação na participação deste conjunto de municípios no estoque de emprego formal da RMC, a qual passou de 14,2%, em 1990, para 25,4%, em 2010.

Tabela 3.3 - Número e variação do emprego formal, segundo unidade espacial - RMC - 1990/2010

UNIDADE ESPACIAL	1990	1995	2003	2010	VARIÇÃO			
					1990-95	1995-03	2003-10	1990-10
Polo	498.369	584.064	583.094	848.850	85.695	-970	265.756	350.481
ACP	84.784	98.607	174.990	302.322	13.823	76.383	127.332	217.538
Demais municípios	15.001	16.810	28.108	39.639	1.809	11.298	11.531	24.638
Total	598.154	699.481	786.192	1.190.811	101.327	86.711	404.619	592.657

FONTE: MTE/RAIS

Uma dinâmica semelhante, quanto ao ritmo de crescimento, verificou-se entre os demais municípios, porém, a partir de um estoque de empregos formais pequeno, o que resultou na geração de apenas 24,6 mil empregos, nas duas décadas, nessa porção do território metropolitano.

Dado o contínuo desmembramento de municípios na região, só foi possível reconstituir a série de dados municipais para a última década (2000/2010)¹⁴. Para toda a RMC, nesse período, a taxa de crescimento anual do emprego formal foi de 5%. Na ACP, apenas três dos 13 municípios tiveram incremento inferior a este (Campina Grande do Sul, Quatro Barras e Rio Branco do Sul). Entre os demais municípios, apenas cinco entre os 15 tiveram taxa menor que a da região (Contenda, Doutor Ulysses, Mandirituba, Piên e Rio Negro).

Apesar desse dinamismo municipal, o nível de concentração do emprego formal mantém-se elevado na RMC. Curitiba, que detinha 83,3% dos empregos da região, em 1990, apresentava uma participação de 71,3%, em 2010. Incluindo nesse cálculo os três principais municípios depois de Curitiba, percebe-se que os quatro municípios com maior estoque de emprego formal detinham 90,7% e 83,2% do total da região, nos dois anos mencionados, respectivamente¹⁵. A Figura 3.1, com as limitações da série histórica apontadas acima, ilustra essa situação, apresentando o volume de empregos gerados nos municípios na última década; nela observa-se o peso ainda importante de Curitiba quanto ao volume de postos de trabalho gerados.

O padrão de concentração espacial do emprego formal mantém-se setorialmente, exceto nos casos de atividades que dependem de uma base de recursos naturais (agricultura e indústria extrativa mineral), na indústria de transformação e na construção civil. Em 2010, a ACP possuía um número maior de empregos industriais que o polo, invertendo expressivamente a situação registrada no início dos anos 90 (Tabela 3.4). As atividades dos serviços estão fortemente concentradas em Curitiba, com destaque para os serviços industriais de utilidade pública, que reúne empresas das áreas de energia elétrica, gás, saneamento, coleta de resíduos e reciclagem de materiais.

¹⁴ Este problema não se coloca quando se trabalha com as unidades mais agregadas, pois os desmembramentos municipais geralmente ocorreram no interior de cada uma das unidades destacadas – ACP e Demais municípios. E, obviamente, não se coloca para os que não sofreram desmembramento.

¹⁵ Em 1991, os quatro principais municípios, por ordem de importância, eram: Curitiba, São José dos Pinhais, Araucária e Campo Largo; em 2010, Pinhais assume a posição de Campo Largo.

Figura 3.1 - Variação do número de emprego formal por município - RMC - 2000/2010

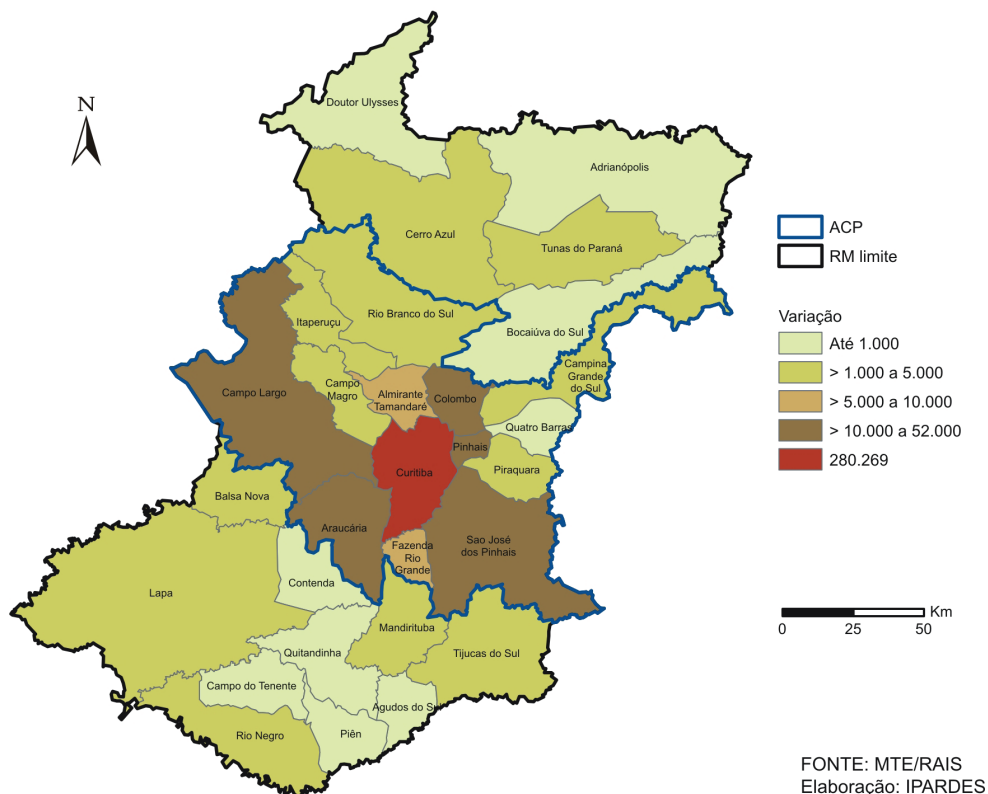


Tabela 3.4 - Distribuição percentual do emprego formal, por unidade espacial, segundo setor de atividade - RMC - 1990/2010

SETOR	1990				2010			
	ACP	Polo	Demais	Total	ACP	Polo	Demais	Total
Indústria extrativa	73,2	9,3	17,6	100,0	83,2	5,9	10,8	100,0
Indústria de transformação	31,3	64,3	4,4	100,0	47,8	46,2	5,9	100,0
Construção civil	6,3	92,7	1,0	100,0	41,1	57,5	1,4	100,0
Serviços industriais de utilidade pública	1,5	98,4	0,1	100,0	6,0	93,5	0,5	100,0
Comércio	14,1	83,2	2,7	100,0	24,7	72,2	3,1	100,0
Serviços de apoio à produção	10,2	88,2	1,5	100,0	21,8	76,3	1,9	100,0
Serviços de atendimento pessoal	16,2	82,4	1,4	100,0	13,0	85,6	1,4	100,0
Serviços de natureza pública	6,5	91,0	2,5	100,0	13,3	83,9	2,8	100,0
Agricultura	18,0	62,2	19,9	100,0	36,3	18,2	45,5	100,0
Total	14,2	83,3	2,5	100,0	25,4	71,3	3,3	100,0

FONTE: MTE/RAIS

3. Considerações finais

Subjaz ao presente texto a compreensão de que o processo de metropolização brasileiro se deu numa formação econômica marcada pela inserção tardia na divisão internacional do trabalho estabelecida nos marcos da revolução industrial nos países centrais.

O grande esforço nacional para superar esse atraso relativo, consubstanciou-se no modelo de substituição de importações, o qual assentava-se na implantação e consolidação de uma estrutura industrial moderna no país, cujo auge se deu no período 1950/1980. Esse modelo foi responsável pela constituição de um mercado de trabalho urbano de dimensões significativas, com crescente participação do assalariamento, porém marcado por forte heterogeneidade, a qual se manifesta em diferenciais de produtividade, salariais e de organização da força do trabalho.

Esses aspectos do processo de industrialização foram destacados dada à compreensão de que o comportamento do mercado de trabalho e a natureza das ocupações disponíveis, no país e em suas regiões, dependem, primeiramente, das características de sua estrutura produtiva e, conjuntamente, do nível de atividade produtiva.

Ainda em relação ao processo acima mencionado, destacou-se que a partir dos anos 1970 teve início um processo de desconcentração industrial que beneficiou, particularmente, os estados do Sudeste e do Sul e, nestes, suas aglomerações urbanas, particularmente as de natureza metropolitana. Dentre as principais regiões metropolitanas brasileiras, a de Curitiba teve a consolidação de sua industrialização exatamente no período em que o modelo de substituição entrava em crise no país; por outro lado, essa inserção tardia, conjugada com a retomada dos investimentos na indústria automobilística, já nos marcos do processo de reestruturação produtiva dos anos 1990, acabou por propiciar certa proteção ao parque industrial instalado na região.

O período que foi objeto do presente estudo, as décadas de 1990 e 2000, foi marcado por dois momentos distintos em termos da gestão macroeconômica no país. O primeiro foi marcado por uma agenda de reformas decorrentes do Consenso de Washington, que preconizava um conjunto de reformas de cunho liberal, fundamentadas na redução do papel econômico do Estado; nas parcerias com o setor privado na provisão de serviços públicos; na desregulamentação financeira e do mercado de trabalho e na abertura comercial, bem como em um

processo de estabilização monetária baseado em câmbio desvalorizado, juros altos e contenção dos gastos públicos. O segundo momento da gestão macroeconômica data da segunda metade dos anos 2000, não implicando o rompimento completo com as diretrizes anteriores, particularmente quanto à estabilização da moeda, mas retomando a ação do Estado como importante fator para o desenvolvimento do país, papel este que vai se manifestar na retomada do investimento em infraestrutura econômica e social, bem como numa série de medidas de fortalecimento do mercado interno, dentre as quais as de ampliação do crédito, valorização do salário mínimo e de transferência de renda. Adicionalmente, contou-se com um cenário externo favorável ao incremento dos fluxos comerciais e à redução da vulnerabilidade externa do país. Esses dois momentos foram marcados por resultados muito diferenciados em termos de mercado de trabalho.

No caso da RMC, um primeiro aspecto que chama atenção é a desaceleração que houve no ritmo de crescimento dos segmentos populacionais ligados ao mercado de trabalho – a PIA e a PEA. Nos dois casos, a taxa anual de crescimento foi reduzida à metade de uma década para outra, passando de patamares próximos a 4% a.a., nos anos 1990, para 2% a.a. na última década. Assim, nos anos 1990 não apenas o contexto econômico foi desfavorável, como a dinâmica demográfica acentuava os efeitos da crise pela maior pressão por vagas no mercado de trabalho regional.

Os indicadores de ocupação analisados – taxa de desocupação, de formalização e de participação do emprego industrial – evidenciaram a deterioração ocorrida no mercado de trabalho na RMC, particularmente na segunda metade dos anos 1990. Segundo a PNAD, dada a forte expansão demográfica nesse período, a ocupação cresceu na RMC, mas não a uma taxa suficiente para atender a todas as pessoas que queriam ingressar no mercado de trabalho (a PEA), o que significou em forte agravamento do desemprego. Além disso, o crescimento ocupacional foi marcado pelo aumento das ocupações informais e pela redução na participação da indústria na estrutura ocupacional da RMC.

Esse quadro de deterioração do mercado de trabalho foi revertido na década seguinte, particularmente a partir dos anos 2003/2004, com o ritmo de crescimento da ocupação superando o aumento populacional da PIA e da PEA. Esse crescimento foi baseado principalmente na expansão dos empregos formais, com a taxa de formalização

alcançando 60% dos ocupados, em 2011, quase 10 pontos percentuais acima da taxa registrada em 1992. Do mesmo modo, observou-se uma retomada da participação do emprego industrial na estrutura ocupacional, fato em muito associado à expansão das indústrias metalomecânica, de transporte e alimentar. Em relação à taxa de desocupação, cujo maior valor foi registrado em 1999, apenas em 2007 ela atingiu um patamar inferior ao observado no início dos anos 1990, mantendo-se nos anos seguintes, com exceção de 2009, a tendência de queda do desemprego.

A análise dos dados sobre emprego formal permitiu identificar que o impacto do ajuste econômico e da reestruturação econômica sobre o mercado de trabalho da RMC foi mais intenso no período 1995/2003, quando houve uma quase estagnação na geração deste tipo de emprego. Na realidade, nesse período, o comportamento foi bastante diferenciado em termos setoriais, com reduções expressivas do emprego na construção civil, na administração pública e no setor financeiro; o desempenho da indústria de transformação se sustentou, basicamente, devido aos empregos decorrentes dos investimentos no setor automotivo.

No período que se estende de 2003 a 2010, a taxa de crescimento do emprego formal deu um salto, atingindo 6,1% a.a, com incremento de 400 mil empregos, desempenho manifesto em quase todos os sub-setores de atividade econômica analisados. Na realidade, observou-se que a recuperação do emprego formal na RMC se deu com certa defasagem relativamente às demais regiões do Paraná, demonstrando maior dependência do giro observado na gestão macroeconômica, voltado à retomada dos investimentos em infraestrutura e ao fortalecimento do mercado interno. Diferentemente, o interior do Estado parece ter sido beneficiado desde fins dos anos 1990 pela expansão mundial na demanda por *commodities*, com seu impacto sobre a agropecuária e a indústria agroalimentar, mas também pela expansão de alguns segmentos industriais intensivos em mão de obra, com destaque para a confecção.

Intrarregionalmente, o desempenho negativo na segunda metade dos anos 1990 se concentrou no polo metropolitano, cabendo ressaltar, porém, que parcela expressiva dos trabalhadores atingidos era de residentes em municípios periféricos. Um aspecto importante é que o conjunto de municípios que compõem o núcleo metropolitano, a denominada Área de Concentração Populacional (ACP), cresceu

em todos os subperíodos analisados, superando, desde 1995, as taxas verificadas para Curitiba.

Apesar do desempenho favorável do mercado de trabalho formal no período recente, alguns desafios persistem. A desconcentração deste tipo de emprego é restrita a um número ainda pequeno de municípios; 83,2% dos empregos formais concentram-se em quatro municípios: Curitiba, São José dos Pinhais, Araucária e Pinhais, sendo que na maioria das atividades do setor de serviços o nível de concentração no polo metropolitano é ainda maior.

A inegável redução na taxa de desocupação, e seu patamar bastante favorável comparativamente a outras regiões metropolitanas, não pode encobrir o fato de que parcela da PEA encontra-se em situação em situação de desemprego por desalento ou de subemprego. Relatório do Banco Central (2013) mostra que se essas situações fossem consideradas, a taxa média de desocupação na RMC, relativa ao período junho/2012 a maio/2013, quase dobraria, saltando de 3,8% para 6,8%.

Na realidade, essas condições de inserção ocupacional remetem ao problema da manutenção de forte heterogeneidade no mercado de trabalho, que se reflete na manutenção de condições de precariedade e de desigualdades ocupacionais, quadro característico de países subdesenvolvidos, os quais, mesmo vivendo períodos de crescimento econômico significativo, não conseguem alcançar a reversão dessa condição histórico estrutural.

Anexo 3.1 - Número e variação absoluta do emprego formal - RMC - 1990-2010

SETOR	ATIVIDADE	1990	1995	2003	2010	VARIACÃO		
						1990-95	1995-03	2003-10
Indústria extrativa	Indústria de Extração de Minerais	2.068	1.942	1.826	3.593	-126	-116	1.767
Indústria de transformação	Indústria de Produtos Minerais não metálicos	11.640	10.512	10.356	14.190	-1.128	-156	3.834
	Indústria Metalúrgica	6.698	9.483	13.064	21.649	2.785	3.581	8.585
	Indústria Mecânica	14.151	13.487	14.037	29.214	-664	550	15.177
	Indústria de Materiais Elétricos e de Comunicação	9.670	5.907	7.141	11.675	-3.763	1.234	4.534
	Indústria de Materiais de Transporte	7.010	6.059	19.102	34.135	-951	13.043	15.033
	Indústria da Madeira e do Mobiliário	16.450	16.301	16.269	16.182	-149	-32	-87
	Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	9.042	9.626	11.779	17.911	584	2.153	6.132
	Indústria da Borracha, Fumo, Couros, Peles, Produtos Similares e Indústria Diversa	9.177	6.805	5.921	8.894	-2.372	-884	2.973
	Indústria Química, Produtos Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria, Sabões, Velas e Matérias Plásticas	12.885	15.046	17.605	25.531	2.161	2.559	7.926
	Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos	6.172	5.295	5.561	7.608	-877	266	2.047
	Indústria de Calçados	597	340	196	379	-257	-144	183
	Indústria de Produtos Alimentícios, de Bebida e Álcool Etílico	13.273	18.049	22.601	34.590	4.776	4.552	11.989
	Subtotal	116.765	116.910	143.632	221.958	145	26.722	78.326
SIUP	Serviços Industriais de Utilidade Pública	15.358	16.332	14.061	20.490	974	-2.271	6.429
Construção civil	Construção Civil	33.950	35.713	24.456	70.626	1.763	-11.257	46.170
Comércio	Comércio Varejista	57.088	71.031	115.502	180.830	13.943	44.471	65.328
	Comércio Atacadista	15.054	18.744	20.204	33.704	3.690	1.460	13.500
Subtotal	72.142	89.775	135.706	214.534	17.633	45.931	78.828	
Serviços de apoio à produção	Instituições de Crédito, Seguro e de Capitalização	22.976	56.641	18.629	26.282	33.665	-38.012	7.653
	Administradoras de Imóveis, Valores Mobiliários, Serviços Técnicos Profissionais, Auxiliar Atividade Econômica	52.917	47.093	88.649	142.067	-5.824	41.556	53.418
	Transporte e Comunicações	32.608	46.035	46.908	75.103	13.427	873	28.195
	Subtotal	108.501	149.769	154.186	243.452	41.268	4.417	89.266
Serviços de natureza pública	Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	8.495	17.276	28.029	45.252	8.781	10.753	17.223
	Ensino	4.359	22.474	24.208	44.072	18.115	1.734	19.864
	Administração Pública Direta e Indireta	114.977	192.585	167.771	215.800	77.608	-24.814	48.029
	Subtotal	127.831	232.335	220.008	305.124	104.504	-12.327	85.116
Outros Serviços	Serviços de Alojamento, Alimentação, Reparo, Manutenção, Radiodifusão e Televisão	69.688	47.082	86.644	103.020	-22.606	39.562	16.376
Agricultura	Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extração Vegetal e Pesca	2.412	5.964	5.673	8.014	3.552	-291	2.341
Atividade não especificada	Atividade não Especificada ou Classificada	49.439	3.659	0	0	-45.780	-3.659	0
Total		598.154	699.481	786.192	1.190.811	101.327	86.711	404.619

FONTE: MTE/RAIS

Referências

BANCO CENTRAL Medidas Abrangentes de Desemprego. In Boletim Regional do Banco Central do Brasil. Julho de 2013. <http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2013/07/br201307b3p.pdf>

CAMPOLINA, C.D. Dinâmica Espacial e ordenamento do Território. Brasília: Cepal, Escritório Brasil, 2006.

- CARDOSO JÚNIOR, J.C. Mundo do Trabalho e (des)proteção social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora do Azougue. v.1. 2013
- CARLEIAL, L. Subdesenvolvimento globalizado: a resultante das escolhas de política econômica nos anos noventa. Curitiba: Revista do IPARDES , no.106. 2004.
- CARLEIAL, L. Conhecimento, firmas-rede e o (anti)-trabalhador coletivo e social. In: Júnior Macambira e Liana Carleial(orgs) Emprego, Trabalho e Políticas Públicas. Fortaleza: BNB, p.445-468. 2009
- CARLEIAL, L. Crise Econômica Internacional e Crise do Trabalho: o que já podemos antecipar? In: Economia, Desenvolvimento regional e Mercado de Trabalho. 1 ed., Brasília: IPEA, vol.1.p.11-38.2010.
- CARNEIRO, R. Desenvolvimento em crise. A economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Editora UNESP/UNICAMP.2002.
- CASSIOLATO, J.E. Que futuro para a indústria brasileira? In: O futuro da indústria, oportunidades e desafios: a reflexão da Universidade. Brasília: MDIC/STI/IEL nacional, cap 1. 2001
- DEDECCA, C. S. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD: síntese metodológica. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Brasília: ABEP, v.15, n.2, p.103-114, jul/dez 1998.
- DELGADO, P. R. Precarização do trabalho e condições de vida: a situação da Região Metropolitana de Curitiba nos anos 90. Curitiba: UFPR, 2001.
- FLORES, R. The World Fragmentation of Production and Trade: concepts and basic issues. Trabalho elaborado para o Workshop “Integração Produtiva: lições da Ásia e Europa para o Mercosul”, ABDI/Cepal/ Ipea, RJ, 2008 (mimeo).
- FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª.edição, 1974.
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 1992/2011.
- IBGE. Produção Agrícola Municipal (PAM) - 2010.
- IBGE. Produção Industrial Anual (PIA) - 2010.
- JANUZZI, P. de M. (sem data). Os quesitos de mão-de-obra nos Censos Demográficos Brasileiros de 1960 a 2000. In: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/eventos/transdisciplinar/trab_jannuzzi.pdf.
- KREIN, J. D., Santos, A. L. dos S., Moretto, A. Trabalho no Brasil: evolução recente e desafios. In: Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, v.34, n.124, p.27-53, jan/jun 2013.

- MARINI, R.M. A Dialética da Dependência. Uma antologia da obra da Ruy Mauro Marini. Rio de Janeiro: Buenos Aires: Vozes/Clacso, 2000
- MTE. Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – 1990/2010.
- PINTO, A. Natureza e implicações da “heterogeneidade estrutural” da América Latina. In: Bielschowsky, R.(org) Cinquenta anos de pensamento da Cepal. Vol.2, Rio de Janeiro: Record. 2000
- POCHMANN, M. O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.
- TAVARES, M. C. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. in: BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, vol 1, p.217-238. 2000.

PARTE II
Dimensão socioespacial da exclusão/
integração em Curitiba

Região Metropolitana de Curitiba: estrutura social e organização social do território

Marley Vanice Deschamps

Resumo: Neste capítulo se procede à análise da estrutura social da Região Metropolitana de Curitiba – RMC para 2010, com indicativos das transformações ocorridas em período recente. A metodologia adotada considera a estrutura social a partir da ocupação dos indivíduos, desenvolvendo uma classificação sócio-ocupacional que permite uma aproximação com a estratificação social. A partir da concepção de espaço social, em que o mesmo se expressa no espaço físico, elabora-se uma tipologia que procura apreender a distribuição dos grupos sociais no espaço metropolitano, denominada Tipologia Socioespacial. Para tanto, adotam-se dois procedimentos: análise de correspondência e análise de clusters, que são técnicas correspondentes à análise multivariada, tendo por base os dados do Censo Demográfico (IBGE).

Palavras chave: Região metropolitana, estrutura social, tipologia socioespacial

Abstract: This chapter analyzes the social structure of the Curitiba Metropolitan Region (RMC) in 2010 and gives details of recent transformations. The methodology adopted uses people's employment as the basis for social structure and develops a socio-occupational classification that approximates to the social stratification. Starting with the concept of social space in which this is expressed in physical space, a typology known as socio-spatial typology that seeks to capture the distribution of social groups in the metropolitan space is drawn up. Two multivariate analysis techniques (correspondence analysis and cluster analysis) are used for this purpose, and the data are taken from the IBGE demographic census.

Keywords: Metropolitan region, social structure, socio-spatial typology

Analisar as metrópoles sob a óptica da mudança social com foco na diferenciação, segmentação e segregação socioterritorial e sua relação com as desigualdades e as interações sociais tem sido, ao longo das duas últimas décadas, desafio constante ao grupo de pesquisadores do Observatório das Metrópoles.¹ A hipótese inicial desta linha de

¹ Linha de pesquisa do Projeto INCT - Observatório das Metrópoles: território, coesão

pesquisa é que os processos socioespaciais em curso nas metrópoles brasileiras têm enorme importância na compreensão dos mecanismos societários de exclusão e integração, por meio de seus efeitos sobre a estruturação social, e de produção/reprodução de desigualdades e as relações de interação e sociabilidade entre os grupos e classes sociais.

Assume-se, pelos pressupostos utilizados, que a diferenciação socioespacial nas metrópoles decorre da crescente divisão social do trabalho e da diferenciação sociocultural relacionada com o avanço da modernização². Dessa forma, a organização do território se dá pela agregação dos grupos sociais formados por esses processos, caracterizados pelo compartilhamento de afinidades eletivas, identidades e estilos de vidas comuns. (RIBEIRO; RIBEIRO, 2011)

Partindo dessas premissas, a metodologia adotada para interpretar o território metropolitano permitiu a construção tipológica do espaço possibilitando a descrição simultânea da totalidade deste para as partes, denominada Tipologia Socioespacial. Essa metodologia considera a estrutura social a partir da ocupação dos indivíduos, ou seja, desenvolve uma classificação sócio-ocupacional que permite uma aproximação com a estratificação social das regiões metropolitanas e, a partir da concepção de espaço social, desenvolve uma tipologia de território que procura apreender a distribuição dos grupos sociais no espaço metropolitano, por meio de dois procedimentos: análise de correspondência e análise de clusters, que são técnicas correspondentes à análise multivariada. Tendo por base os dados do Censo Demográfico (IBGE), foram construídas as tipologias para 1991 e 2000 para as Regiões Metropolitanas brasileiras³ cujos resultados encontram-se disponíveis, sob a forma de relatórios, artigos ou capítulos de livros, nas publicações do Observatório das Metrópoles (<http://www.observatoriodasmetrolopes.net>).

O objetivo deste capítulo é, portanto, elaborar a tipologia socioespacial para 2010⁴ para a Região Metropolitana de Curitiba (RMC) no intuito de contribuir para a identificação do padrão de organização

social e governança democrática: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Natal, Goiânia e Maringá.

² A discussão acerca desses conceitos e sua relação com a metodologia adotada pelo Observatório das Metrópoles encontram-se em RIBEIRO, L. C.; RIBEIRO, M. G. Análise Social do espaço urbano-metropolitano: fundamentos teórico-metodológicos e descrição dos procedimentos técnicos. Disponível em <http://www.observatoriodasmetrolopes.net>

³ Para algumas Regiões foi possível elaborar a tipologia para 1980.

⁴ Tendo em vista a divulgação dos dados do último Censo Demográfico (IBGE).

social do território metropolitano, e para o debate sobre o padrão contemporâneo de desenvolvimento econômico do país, de modo a compreender o lugar ocupado pelas metrópoles, no que se refere à sua estrutura social e à sua organização territorial, nesse padrão de desenvolvimento.

Desta forma, tem-se como pano de fundo dois processos geradores de mudanças e igualmente importantes na constituição das metrópoles brasileiras e da sua conformação interna num entrelaçamento do socioeconômico com o território, pois, segundo Ribeiro e Ribeiro (2011), “a análise da organização social do território metropolitano não pode prescindir da consideração da economia como dimensão importante das relações sociais construídas em contextos territoriais” (RIBEIRO; RIBEIRO, 2011, p.6). O primeiro diz respeito ao processo de industrialização no Brasil⁵, iniciado em meados dos anos 1960, provocando transformações estruturais na sociedade brasileira que passou a ter uma economia urbano-industrial, em contraposição àquela caracterizada, até então, como agrário-exportadora. Esse modelo teve consequências contraditórias, possibilitando, por um lado, a modernização econômica do país e, por outro, o acirramento das desigualdades sociais, tendo como palco os grandes espaços urbanos, em especial os que passaram a constituir as Regiões Metropolitanas após o ano de 1973.

O segundo processo atrela-se às transformações das grandes cidades mundiais sob o duplo impacto da globalização econômica e da reestruturação produtiva, introduzindo mudanças significativas no mercado de trabalho⁶. Nessa nova configuração da estrutura econômica do país a indústria perde participação para o setor de serviços. Também, para acompanhar um mercado cada vez mais internacionalizado e competitivo, se fazem necessários avanços em tecnologias da informação e comunicação marcando o surgimento de novas profissões ao mesmo tempo em que outras se tornaram obsoletas. A população sofre, mais uma vez, impacto significativo desse processo, especialmente pela falta de qualificação exigida para essas novas ocupações ocasio-

⁵ Denominado de modelo de substituição de importação, exatamente porque esse processo consistia em produzir internamente o que antes era importado, principalmente dos países de economia central (TAVARES, 1972).

⁶ Nas economias periféricas do planeta, como é o caso da brasileira, passou-se a utilizar métodos mais flexíveis de produção incorporados dos países centrais, convivendo com o método fordista, sobretudo para empresas ou segmentos da produção que requeriam mão-de-obra pouco qualificada. (RIBEIRO; RIBEIRO, 2011, p.10).

nando desemprego cujas taxas permaneceram altas até início dos anos 2000. Na primeira década dos anos 2000 a economia brasileira passa por transformações marcadas internamente pela manutenção das condições de estabilidade monetária e, do ponto de vista externo, pela melhoria nas condições de solvência da economia, condições estas que remetem à ilusão de que se constituem suficientes para a geração de crescimento sustentado. (VERGNHANINI, 2013)

Do ponto de vista estrutural, seriam as transformações em curso na indústria brasileira suficientes para marcar mudanças na sua economia? O debate tem sido intenso nessa direção, já que alguns indicadores, especialmente aqueles relacionados ao mercado de trabalho, assim sugerem. No entanto, não é objeto deste estudo verificar hipóteses sobre estas transformações, mas sim, assumir que há fortes indícios de mudanças na economia e sociedade brasileiras, podendo ocasionar impactos na estrutura social do país com rebatimento sobre a organização social do território metropolitano. Ou seja, se as condições econômicas e sociais do país sofrem mudanças, é preciso saber qual a medida do impacto causado na estrutura social brasileira. Se houve mudanças na estrutura social, é preciso saber também como essas mudanças afetaram o padrão de organização social do território metropolitano, quando se compreende que a distribuição da população no espaço físico metropolitano, decorrente de sua localização residencial, expressa sua estrutura social.

Dessa forma, a metodologia utilizada na análise da estrutura social, para além de uma simples estratificação de renda, parte de uma estratificação sócio-ocupacional tendo na variável ocupação elemento central para determinar a posição dos indivíduos nessa estrutura uma vez que a ocupação por ele exercida o coloca em uma determinada posição social.

Este capítulo está organizado em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção serão tratadas as principais transformações socioeconômicas e territoriais ocorridas na Região Metropolitana de Curitiba desde a sua criação em 1973 até 2010, buscando situar a RMC no contexto histórico das transformações estruturais ocorridas na sociedade brasileira. A segunda seção trará a análise da estrutura social metropolitana desenhada para 2010, os principais resultados analíticos das transformações observadas na estrutura social no período 1980/2000, já trabalhadas em estudos anteriores e, apontará também as transformações recentes, observadas no período 2000/2010. Na terceira seção serão apresentados os re-

sultados da tipologia socioespacial para 2010, bem como os procedimentos metodológicos. Ainda nesta seção será feito um exercício de comparação entre a tipologia de 2000 e 2010.

1. Transformações socioterritoriais e ocupacionais na RMC

A Região Metropolitana de Curitiba – RMC vem passando por inúmeras transformações desde que foi instituída pela Lei Federal n.º 14 de 1973. À sua base territorial foram agregados mais 10 municípios e outros cinco foram desmembrados de municípios já existentes; sua base populacional mais que triplicou de tamanho, passando de 935,6 mil habitantes em 1970 para 3,2 milhões em 2010 (Figura 4.1 e Tabela 4.1).

Figura 4.1 - Evolução do território metropolitano - RMC - 1973 a 2010

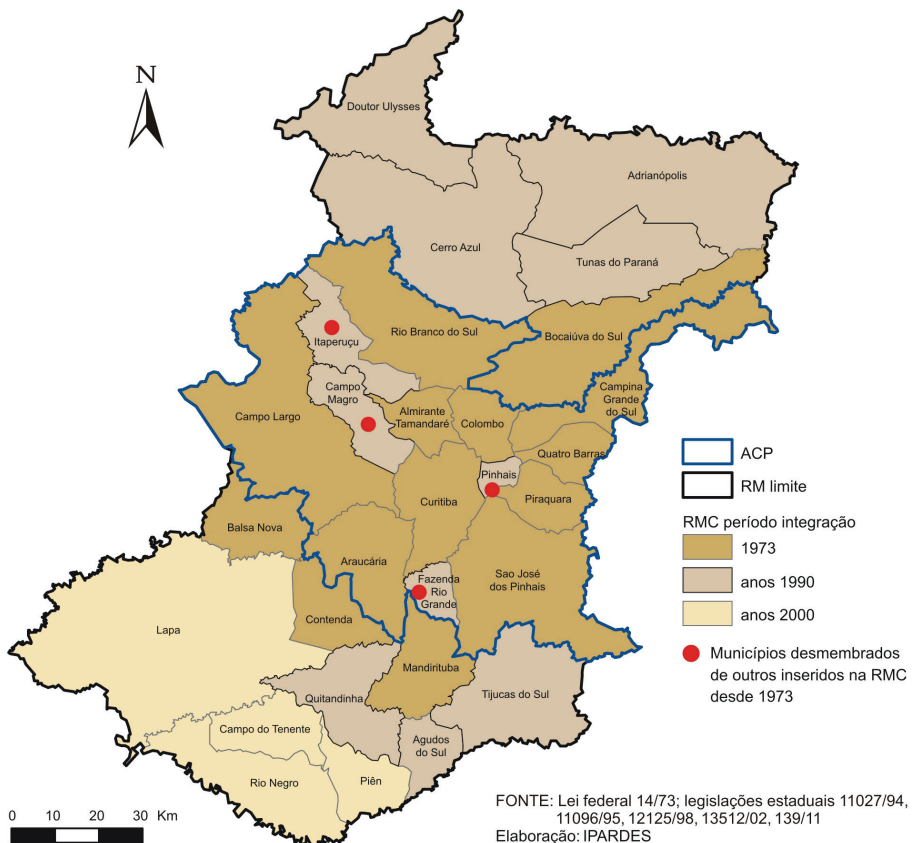


Tabela 4.1 - Evolução da população total e urbana na RMC - 1970 a 2000

ANO	POPULAÇÃO		PARTICIPAÇÃO NO ESTADO (%)		TX. ANUAL DE CRESCIMENTO (% a. a.)			
	Total	Urbana	Total	Urbana	RMC		Paraná	
					Total	Urbana	Total	Urbana
1970	935.593	685.651	13,5	27,38	-	-	-	-
1980	1.563.860	1.363.130	20,5	30,48	5,27	7,11	0,97	5,97
1991	2.140.982	1.930.093	25,34	31,13	2,9	3,21	0,93	3,01
2000	2.813.237	2.552.969	29,42	32,79	3,11	3,19	1,4	2,59
2010	3.223.836	2.956.272	30,87	33,17	1,37	1,48	0,89	1,36

FONTE: IBGE - Censos Demográficos

É nítida a importância da RMC na dinâmica estadual cuja população, que em 1970 representava apenas 13,5% do total estadual, passa a representar 30,9% em 2010, ao mesmo tempo em que se consolida como espaço urbano relevante no Estado, comportando 1/3 da população urbana paranaense em 2010. Nota-se que até o ano de 2000 a RMC vinha mantendo um padrão de crescimento marcado por elevadas taxas, tanto de crescimento da população total como da população urbana. Parece haver um refreamento desse crescimento nos anos 2000, com taxas que representam um ritmo de crescimento abaixo da metade do ocorrido na década anterior. Mesmo mantendo paridade com as taxas de crescimento da população urbana do Estado em todos os períodos, foi possível detectar, na última década, um movimento inverso quando comparada com a taxa de urbanização brasileira, em que esta se apresenta superior à paranaense e à da RMC, distinto do observado nas décadas anteriores.⁷

Segundo Magalhães e Cintra (2012), “é possível supor que alguns fatores econômicos ou sociais que prevaleceram na década atual e cujos efeitos rebatem sobre a vida rural – dentre outros, fases prolongadas de preços favoráveis das commodities no mercado internacional, maior integração de pequenos agricultores às agroindústrias paranaenses, os benefícios da previdência rural, programas sociais, como o Bolsa Família – possam ter motivado, em maior ou menor grau, a permanência de pessoas residindo no campo”. (MAGALHÃES; CINTRA, 2012, p.273). Isso não significa que o rural paranaense deixou de expulsar população. Esse proces-

⁷ Taxas de crescimento da população urbana brasileira: 1970/80: 4,44% a.a.; 1980/91: 2,97% a.a.; 1991/2000: 2,45% a.a.; 2000/10 1,57% a.a..

so continua, mas em ritmo menor daquele observado em décadas anteriores.

Independente disso, o fato é que a RMC detém posição urbana hegemônica no estado e sua condição econômica regional dá suporte a essa concentração populacional. A RMC é responsável por cerca de 45% do valor adicionado da indústria e dos serviços em todo o Estado, participação que foi crescente na década (Tabela 4.2).

Tabela 4.2 - Produto Interno Bruto - Região Metropolitana de Curitiba - 2000, 2005 e 2010

ANOS	VALOR ADICIONADO BRUTO			IMPOSTOS SOBRE PRODUTOS	PRODUTO INTERNO BRUTO
	Agropecuária	Indústria	Serviços		
RMC (a preços correntes - R\$ 1.000)					
2000	285.057	7.417.628	15.837.484	4.801.881	28.342.049
2005	688.052	14.222.244	28.294.276	8.248.696	51.453.268
2010	1.191.192	22.965.888	54.965.163	15.872.337	94.994.580
Participação nos setores (%)					
2000	7,95	25,64	54,04	12,37	100
2005	7,33	26,42	53,77	12,48	100
2010	7,3	23,66	55,22	13,82	100
Participação da RMC no Estado (%)					
2000	5,19	41,84	42,39	56,17	41,00
2005	7,43	42,58	41,62	52,26	40,69
2010	7,51	44,67	45,81	52,86	43,72

FONTE: IBGE

Nota-se que além do setor serviços, a indústria vem desempenhando papel fundamental para o desenvolvimento econômico regional, pois, mesmo perdendo participação na composição final do PIB, este setor apresenta um processo contínuo de concentração na RMC.

Em relação à dinâmica ocupacional, um conjunto de indicadores relacionados a essa dinâmica é apresentado na Tabela 4.3. Inicialmente, vale ressaltar que o incremento relativo verificado na População em Idade Ativa (PIA), que envolve todas as pessoas com 10 anos ou mais de idade, o qual foi de 20,7% na RMC, foi maior do que o verificado para a população total no período 2000/2010 (14,6%), refletindo a tendência de taxas mais elevadas de crescimento para jovens, adultos e idosos, relativamente à dos menores de 10 anos. Essa constatação está relacionada tanto à acentuada queda de fecundidade na Região como a uma migração seletiva direcionada à RMC.

**Tabela 4.3 - Indicadores relacionados à dinâmica ocupacional -
RMC - 2000 e 2010**

VARIÁVEL	RMC			
	Total	Curitiba	Demais municípios	Curitiba/ Total (%)
2000				
População Total	2.813.397	1.587.315	1.226.082	56,4
População de 10 anos e mais (PIA)	2.290.925	1.328.398	962.527	58
População Economicamente Ativa (PEA)	1.406.306	828.717	577.589	58,9
População Ocupada	1.199.499	712.040	487.459	59,4
Taxa de atividade	61,4	62,4	60	-
Taxa de desemprego	14,7	14,1	15,6	-
2010				
População Total	3.223.836	1.751.907	1.471.929	54,3
População de 10 anos e mais (PIA)	2.766.069	1.531.838	1.234.231	55,4
População Economicamente Ativa (PEA)	1.768.623	995.543	773.080	56,3
População Ocupada	1.681.455	947.195	734.260	56,3
Taxa de atividade	63,9	65	62,6	-
Taxa de desemprego	4,9	4,9	5	-
Incremento (%)				
População Total	14,6	10,4	20,1	
População de 10 anos e mais (PIA)	20,7	15,3	28,2	
População Economicamente Ativa (PEA)	25,8	20,1	33,8	
População Ocupada	40,2	33	50,6	

FONTES: IBGE, Censos Demográficos

Dessa forma, variação mais acentuada pode ser verificada para os contingentes inseridos no mercado de trabalho – a População Economicamente Ativa (PEA) e os ocupados –, com aumento marcadamente acentuado fora do polo. Como consequência, percebe-se que a pressão por trabalho aumentou no período, ou seja, em 2000, na RMC, de cada 100 pessoas com 10 ou mais anos de idade, 61,4 estavam inseridas na PEA, passando para 63,9 em 2010. O que diferencia da década anterior é que este aumento da PEA teve correspondência no incremento da taxa de ocupação, ou seja, a taxa de desemprego caiu acentuadamente – apenas 4,9% das pessoas que procuraram inserir-se no mercado de trabalho, na RMC, não obtiveram sucesso. Em 2000 esse contingente representava 14,7%.

Além disso, outra mudança expressiva que se observa é a crescente formalização das relações de trabalho, entendida como o aumento da participação de pessoas com carteira de trabalho assinada ou vínculo estatutário no conjunto dos ocupados. O número de pessoas nessas

condições, na RMC, passou de 645 mil para 1.049 mil⁸, um incremento relativo de 63%. Com isto, a taxa de formalização entre os empregados⁹ aumentou de 75% para 83%.

Segundo Delgado e Deschamps (2010)

Dada a intensidade deste processo de formalização há uma discussão sobre o quanto este processo não refletiria apenas a legalização de ocupações já existentes, ou seja, sem envolver a criação de novos postos de trabalho. É muito difícil responder a esta questão e, talvez, a resposta seja diversa conforme o setor de atividade a que se aplica. Um exemplo, no caso da RMC, em contraposição a este argumento, é o da indústria automotiva, a qual apresentou, a partir do final da década de 1990, forte expansão na região; este segmento envolve um conjunto de ocupações com alta taxa de formalização, cuja expansão não pode ser explicada pelo argumento acima, refletindo sim a criação de novos postos de trabalho. (DELGADO; DESCHAMPS, 2010, p.11)

A incorporação dessas transformações é diferenciada dentro da RMC dependendo da integração dos diversos municípios ao processo de metropolização. Ribeiro et al. (2012) agruparam os municípios das Regiões Metropolitanas conforme níveis de integração à dinâmica da metropolização – que vão desde a identificação dos polos das unidades e municípios de elevada integração até aqueles com integração muito baixa. Para a RMC, foram identificados, além do polo, cinco grupos de municípios com diferentes níveis de integração ao processo de metropolização, o que possibilita uma maior compreensão sobre a sua diversidade social, econômica e funcional¹⁰. (RIBEIRO *et al.*, 2012, p.3)

Em termos de concentração populacional, há mudanças significativas nos municípios de acordo com o nível de integração. Curitiba, município polo, que concentrava 65% da população total em 1970, viu reduzida essa participação para 54% em 2010, ao mesmo tempo em

⁸ Segundo dados do IBGE, Censos Demográficos 2000 e 2010.

⁹ Exceto os não remunerados em ajuda a membro do domicílio; trabalhadores na produção para o próprio consumo; empregadores; e conta própria.

¹⁰ Polo: Curitiba; Muito Alto: Almirante Tamandaré, Araucária, Colombo, Pinhais e São José dos Pinhais; Alto: Fazenda Rio Grande e Quatro Barras; Médio: Campo Largo, Campo Magro, Itaperuçu, Lapa, Piraquara, Rio Branco do Sul, Rio Negro e Campina Grande do Sul; Baixo: Bocaiúva do Sul, Balsa Nova, Campo do Tenente, Contenda, Mandirituba, Piên e Tunas do Paraná; Mutio Baixo: Cerro Azul, Doutor Ulysses, Adrianópolis, Agudos do Sul, Quitandinha e Tijucas do Sul.

que os municípios com nível de integração muito alto aumentaram sua participação de 9% para 25%, o mesmo ocorrendo, ainda que numa intensidade menor, com os municípios de nível alto, cuja participação passou de 0,4% para 3%. Em sentido oposto, aqueles municípios com nível de integração médio, baixo e muito baixo, apresentaram redução paulatina da participação na população total metropolitana.

No entanto, o ritmo de crescimento da população vem mostrando um movimento de irradiação da população metropolitana do polo para a periferia. Na década de 1970, período de consolidação do parque industrial na RMC, o município polo e aqueles com integração muito alta apresentaram taxas de crescimento populacional acima da média da RMC, sendo que nas décadas posteriores Curitiba diminuiu o ritmo de crescimento ao mesmo tempo em que os municípios com nível de integração muito alto e alto apresentam as taxas de crescimento mais elevadas, somando-se a eles, nas duas últimas décadas, os municípios de média e baixa integração. (Tabela 4.4).

Tabela 4.4 - Taxa média de crescimento anual dos municípios da RMC, segundo os níveis de integração - 1970 a 2000

NÍVEL DE INTEGRAÇÃO	TAXAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL			
	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2010
Polo	5,34	2,29	2,13	0,99
Muito Alto	8,97	7,23	4,98	1,95
Alto	3,45	17,91	9,57	2,54
Médio	4,86	0,65	3,97	1,64
Baixo	1,47	0,56	3,02	2
Muito Baixo	0,48	0,63	0,61	0,73
RMC	5,27	2,9	3,11	1,37

FONTE: IBGE, Censos Demográficos

Esse movimento de expansão da população para além do polo, pode ser melhor compreendido quando se analisam os dados sobre o deslocamento da população metropolitana para trabalhar e(ou) estudar¹¹. IPARDES (2012) salienta que ao se comparar as informações de 2010 com as referentes a 2000, observa-se um aumento dos fluxos

¹¹ Esse movimento é denominado “movimento pendular” por envolver certa regularidade, geralmente diária, entre o deslocamento de ida para o local de trabalho e/ou estudo e o de retorno para a residência.

em Curitiba, particularmente de saída para trabalho e(ou) estudo em outro município da RMC: os fluxos de entrada em 2010 sofreram um acréscimo 62% em relação a 2000 e, os fluxos de saída, compõem um acréscimo de 158%. Esse crescimento dos fluxos de saída revela um fenômeno importante, que é o fortalecimento de municípios do entorno de Curitiba, que se qualificam em termos de oferta de trabalho ou opções de estudo, passando a exercer atratividade para a população residente na capital.

Isso pode ser visto quando da análise do Produto Interno Bruto (PIB) gerado na RMC. Segundo os dados da Tabela 4.5, tem-se que apesar da forte concentração no polo, este vem perdendo participação para aqueles municípios do entorno imediato, ou seja, mais integrados à dinâmica metropolitana.

Tabela 4.5 - Participação dos municípios, segundo níveis de integração, no Produto Interno Bruto - RMC - 2000 e 2010

NÍVEL DE INTEGRAÇÃO	VALOR ADICIONADO BRUTO			IMPOSTOS SOBRE PRODUTOS	PRODUTO INTERNO BRUTO
	Agropecuária	Indústria	Serviços		
2000					
Polo	2	42,5	66,6	56,1	57,8
Muito Alto	18,5	46,3	25,7	35,3	32,7
Alto	0,9	1,5	1	1	1,1
Médio	35,2	7,7	5,1	6,3	6,3
Baixo	16	1,8	1	1,3	1,4
Muito Baixo	27,5	0,2	0,6	0,1	0,7
RMC	100	100	100	100	100
2010					
Polo	1,7	36,5	62,6	64,8	55,9
Muito Alto	13,6	53,2	29,6	30	35,2
Alto	0,9	2,1	1,1	1	1,3
Médio	33,3	6,3	5,1	3,1	5,4
Baixo	19,7	1,7	0,9	0,8	1,3
Muito Baixo	30,7	0,2	0,7	0,2	0,9
RMC	100	100	100	100	100

FONTE: IBGE; Observatório das Metrópoles

No período 2000/2010 há um aumento significativo na participação dos municípios com nível de integração Muito Alto, na geração de renda na indústria e serviços denotando clara transposição de funções do Polo para aqueles municípios. Há também um pequeno aumento de participação na indústria naqueles muni-

cípios com Alta integração passando de 1,5% para 2%, iniciando também aí, um processo de espraiamento desse setor para outros municípios metropolitanos. De outro lado, observa-se também a concentração do setor agropecuário nos municípios mais distantes do Polo, com níveis Baixo e Muito Baixo de integração. Já os municípios de Média integração perdem participação em todos os setores, apresentando-se, ainda, fortemente ligado ao setor agropecuário e com participação relevante na indústria.

Essas mudanças observadas na dinâmica econômica, populacional e ocupacional da Região Metropolitana de Curitiba, tiveram implicações na sua estrutura social, sendo este o tema do próximo tópico.

2. Estrutura social da RMC: mudanças e conformação atual

A estrutura social neste estudo é compreendida a partir da concepção de espaço social, pois, para Ribeiro e Ribeiro (2011), é possível analisá-la segundo princípios de diferenciação que correspondem à própria noção de espaço, tal qual descrito por Bourdieu (1989) em que os indivíduos ou agentes ocupam posições relativas no espaço social as quais se encontram em oposição. Segundo esse autor, tem-se um conjunto de posições sociais, definidas não em si mesmas, mas umas em relação às outras e cuja existência e sentido só são inteligíveis nas relações mútuas, homólogo a um conjunto de práticas também relacionalmente definidas. A partir dessa perspectiva, a sociedade pode ser vista sob as várias direções dos princípios de diferenciação numa concepção multidimensional de relações recíprocas, de diferenças e antagonismos, distâncias e aproximações, concorrência e complementaridade. (BOURDIEU, 1996)

Tendo como pano de fundo as transformações das grandes cidades mundiais sob o duplo impacto da globalização econômica e da reestruturação produtiva cujos efeitos são marcadamente observados no mercado de trabalho, procura-se verificar o quanto essas mudanças têm afetado a estrutura social já que esta é concebida, neste estudo, por meio das ocupações dos indivíduos. Para tanto, elaborou-se uma hierarquia sócio-ocupacional tomando por base as informações sobre ocupação dos indivíduos do Censo Demográfico (IBGE)¹², obedecen-

¹² Cabe ressaltar que os dados censitários sobre mercado de trabalho são os únicos

do à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Foram criados conjuntos de categorias de ocupação numa hierarquia visualizada como *proxy* da estrutura social metropolitana. Para a classificação foi contemplado um conjunto de informações sobre a população ocupada: ocupação, posição na ocupação, setor de atividade, renda e grau de instrução.

Ao todo foram definidas 24 categorias que permitem trabalhar diferentes polaridades na estrutura social, ou seja, as ocupações foram agrupadas segundo alguns princípios gerais que se contrapõem e que estão na base da organização da sociedade capitalista: capital x trabalho; trabalho manual x trabalho não-manual; controle x execução; autonomia x subordinação; grande x pequeno capital; secundário x tradicional; secundário x terciário. Os princípios teóricos e metodológicos que orientaram a construção dessas categorias foram apresentados em Preteceille; Ribeiro (1999)¹³.

Assim, as categorias sócio-ocupacionais foram agrupadas em oito tipos representativos da estrutura social numa escala hierárquica: no topo da estrutura, encontram-se as Categorias Superiores representadas pelos Dirigentes, os Profissionais de nível superior e os Pequenos empregadores; na sequência tem-se a Categoria Média, representada pelas Ocupações Médias, e na base da estrutura social, encontram-se as Categorias Populares agregando os Trabalhadores do Terciário Especializado, os Trabalhadores do Secundário e os Trabalhadores do Terciário Não Especializado; por último, os Trabalhadores Agrícolas.

O Censo de 2010 apontou pouco mais de 1,5 milhão de pessoas ocupadas, distribuídas segundo as categorias sócio-ocupacionais na RMC¹⁴. Observa-se concentração nas ocupações médias (27%), seguida dos trabalhadores do secundário (24%), dos trabalhadores do terciário especializado (16%) e dos trabalhadores do terciário não especializado (14%). As categorias superiores representam mais de 15% dos ocupados (Tabela 4.6).

disponíveis em escala intra-urbana com capacidade simultânea de comparabilidade no tempo e no espaço.

¹³ Esse estudo teve como referência o sistema de classificação das profissões na França, adotado pelo Institut National d'Économie et Statistique (INSEE) num primeiro trabalho comparativo entre Paris e Rio de Janeiro (Preteceille, Ribeiro, 1999).

¹⁴ A diferença em relação ao total de ocupados (1.681.455) diz respeito a ocupações mal definidas ou não identificadas e, portanto não puderam ser categorizadas.

Tabela 4.6 - População ocupada, segundo categorias sócio-ocupacionais - RMC - 2010

CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS	POPULAÇÃO OCUPADA - 2010	
	Total	%
Dirigentes	29.101	1,89
CAT21 Grandes Empregadores	20.320	1,32
CAT22 Dirigentes do Setor Público	4.181	0,27
CAT23 Dirigentes do Setor Privado	4.600	0,3
Profissionais de nível superior	182.451	11,86
CAT41 Profissionais Autônomos de Nível Superior	42.172	2,74
CAT42 Profissionais Empregados de Nível Superior	84.181	5,47
CAT43 Profissionais Estatutários de Nível Superior	11.827	0,77
CAT44 Professores de Nível Superior	44.271	2,88
Pequenos empregadores	28.408	1,85
CAT31 Pequenos Empregadores	28.408	1,85
Ocupações médias	411.055	26,72
CAT51 Ocupações de Escritório	153.587	9,98
CAT52 Ocupações de Supervisão	83.564	5,43
CAT53 Ocupações Técnicas	87.949	5,72
CAT54 Ocupações Médias da Saúde e Educação	51.424	3,34
CAT55 Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	15.797	1,03
CAT32 Ocupações Artísticas e Similares	18.734	1,22
Trabalhadores do terciário especializado	239.763	15,59
CAT61 Trabalhadores do Comércio	136.506	8,87
CAT62 Prestadores de Serviços Especializados	103.257	6,71
Trabalhadores do secundário	368.911	23,98
CAT71 Trabalhadores da Indústria Moderna	80.051	5,2
CAT72 Trabalhadores da Indústria Tradicional	45.792	2,98
CAT73 Operários dos Serviços Auxiliares	120.317	7,82
CAT74 Operários da Construção Civil	122.750	7,98
Trabalhadores do terciário não especializado	209.365	13,61
CAT63 Prestadores de Serviços Não Especializados	94.365	6,13
CAT81 Trabalhadores Domésticos	94.266	6,13
CAT82 Ambulantes e Biscateiros	20.733	1,35
Trabalhadores agrícolas	69.275	4,5
CAT10 Agricultores	69.275	4,5
TOTAL	1.538.328	100

FONTES: IBGE - Censo Demográfico, 2010; Observatório das Metrôpoles

Nas Ocupações Médias encontra-se o maior contingente de ocupados, 411 mil pessoas, concentrando nas Ocupações de Escritório importante parcela desse tipo, a mais significativa de toda estrutura ocupacional, ou seja, quase 10% de todos os ocupados, destacando-se

ainda as Ocupações de Supervisão e Ocupações Técnicas, totalizando, essas três Categorias, quase 80% dos ocupados desse estrato. Ressalta-se que as Ocupações Superiores somam quase 240 mil ocupados representando cerca de 16% do total. Essa constatação é importante, tendo em vista que dentro do processo de reestruturação econômica, tornou-se imprescindível a presença de profissionais mais qualificados, atuando para o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico. No entanto, a maior parcela dos ocupados se encontra nas categorias populares, ou seja, no somatório dos Trabalhadores do Terciário Especializado, Trabalhadores do Secundário e Trabalhadores do Terciário Não especializado, totalizando mais de 50% do total dos ocupados na RMC. Destes, os trabalhadores do Secundário possuem maior expressividade, destacando-se os Trabalhadores do Comércio (8,87%), os Operários da Construção Civil (7,98%), setor que teve crescimento importante na década, os Operários dos Serviços Auxiliares (7,82%), além dos trabalhadores da indústria, em particular da Indústria Moderna.

Observa-se, ainda, que na estrutura sócio-ocupacional da RMC, os agricultores representam apenas 4,5% dos ocupados da RMC, geralmente localizados naqueles municípios mais distantes do polo e pouco integrados à dinâmica metropolitana.

Foi descrito acima, um retrato da estrutura sócio-ocupacional da RMC em 2010, representando uma aproximação da sua estrutura social, onde se observa uma base bastante alargada representada pelas Categorias Populares, com 53,2% dos ocupados, seguido das Categorias Médias com 26,7% e no topo, as categorias Superiores que representam 15,6% do total. Os Trabalhadores Agrícolas aparecem com apenas 4,5%.

Para se fazer uma abordagem evolutiva da estrutura sócio-ocupacional da Região Metropolitana de Curitiba e, portanto, verificar quais as principais mudanças na sua conformação, inicialmente ressalta-se as dificuldades e os obstáculos enfrentados para a comparação entre as estruturas no tempo. Foram observadas duas ordens de problemas: a primeira se refere às modificações na forma de coleta das informações censitárias, alterando definições sobre emprego, desemprego e tipo de ocupação. No Censo de 1991, o período de referência para determinar se o indivíduo estava empregado ou não era de 12 meses, mesma orientação do Censo de 1980. Já o período de referência tanto para 2000 como 2010, foi de uma semana. Além disso, a condição de ocupação

era verificada por meio de trabalho habitual, eventual, ou ainda se o indivíduo não trabalhou, sem o detalhamento introduzido a partir do questionário do Censo de 2000, segundo o qual, no caso de o indivíduo não estar trabalhando em atividade remunerada, questionava-se se estava temporariamente afastado, se exerceu atividade não remunerada ou se, no período de um mês na data anterior ao Censo, tomou alguma providência para conseguir trabalho. Dessa forma, o número de ocupados captados nos diversos censos não é comparável quando se busca a unidade entre 1980 e 2010; no entanto, esses números podem ser comparados entre pares de anos, sempre com necessários a necessidade de ajustes no período. Outro problema encontrado se deve ao fato de que o IBGE alterou a forma de agregação dos empregadores, ou seja, em 2000 utilizava a categoria 10 empregados ou mais e para 2010 passou a agregar cinco empregados ou mais, provocando alterações na categoria ocupacional Grandes Empregadores, nesses dois anos.

A segunda ordem de problemas advém da forma de classificar as ocupações, a qual sofreu modificações no tempo, no entanto foram feitos alguns ajustes possibilitando comparações entre 1991 e 2000, mas não com 1980. Também se verificou que a compatibilização da CBO-domiciliar de 2000 com a CBO-domiciliar de 2010 não se faz termo a termo, implicando diferenças no modo de definir as categorias sócio-ocupacionais, sendo que a análise comparativa entre esses dois anos deve ser feita considerando a composição das categorias sócio-ocupacionais (CATs) em cada ano, mas não em termos evolutivos.

Por isso, a análise da evolução das categorias sócio-ocupacionais não pode ser feita de forma linear, mas sim em pares de anos e sempre agregadas em termos relativos para 1980/1991, 1991/2000 e 2000/2010, considerando a distribuição nas diversas CATs, agrupados em oito grandes grupos representativos da estrutura social na RMC. Note-se que para a análise evolutiva foi necessário, a cada comparação, fazer ajustes nas informações sobre ocupados e ocupações no censo anterior para compatibilizar com as informações do último censo. Assim, a distribuição das ocupações pode apresentar valores diferentes de acordo com o período analisado.

Na análise de 1980/1991, Delgado *et al.* (2004) destacam dois grupos de categorias sócio-ocupacionais por concentrar a população ocupada na RMC, em 1991: o grupo das Categorias Médias, com 25,3% do total de ocupados, e no grupo das Categorias Populares destaca-se a categoria dos Trabalhadores do Secundário, com 25,6% (Tabela 4.7).

Tabela 4.7 - Distribuição percentual dos ocupados e variação relativa nos grupos de categorias sócio-ocupacionais - RMC - 1980/1991

GRUPOS DE CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS	DISTRIBUIÇÃO 1991 (%)	VARIAÇÃO 1980/1991 (%)
Dirigentes	1,4	96,6
Profissionais de Nível Superior	5,7	97,8
Pequenos Empregadores	6,8	98,9
Categorias Superiores	13,9	
Categorias Médias	25,3	22,3
Trabalhadores do Terciário Especializado	21,4	36
Trabalhadores do Secundário	25,6	23,6
Trabalhadores do Terciário Não Especializado	9	10
Categorias Populares	56	
Trabalhadores Agrícolas	4,7	-3,6
RMC	100	29,4

FONTE: Obsevatório das Metrôpoles

Naquele estudo, verificou-se que o maior incremento absoluto nos postos de trabalho se deu no grupo Trabalhadores do Terciário Especializado, desempenho em consonância com o processo de diversificação e modernização da estrutura produtiva metropolitana. Observou-se, ainda, forte incremento relativo – e em alguns casos, absoluto – das Categorias Superiores: Dirigentes, Profissionais de Nível Superior e Pequenos Empregadores, que passaram a representar 13,9% da ocupação em 1991, envolvendo um contingente de pessoas que representavam o dobro do verificado em 1980. Parte do intenso crescimento relativo das categorias de Pequenos Empregadores (pequenos empregadores urbanos e comerciantes por conta própria) foi associada à dificuldade de absorção pelo mercado de trabalho formal à época, o mesmo fator foi atribuído à expressiva variação ocorrida entre os ambulantes, destacando-se com a maior variação relativa entre as 24 categorias ocupacionais entre 1980/1991 (DELGADO *et al.*, 2004).

Na comparação das estruturas sócio-ocupacionais de 1991 e 2000, novamente as Categorias Superiores se destacam por apresentarem um peso maior em relação àquele observado em 1991 e esse dinamismo foi impulsionado pela categoria dos Profissionais de Nível Superior. Igualmente ocorreu nas Categorias Populares, que apresentou incremento participativo na estrutura, sendo que os Trabalhadores do Terciário Especializado tiveram a maior contribuição nesse desempenho. Essa importante variação positiva de trabalhadores especializados e de

profissionais de nível superior converge com as novas exigências de um mercado globalizado marcado pela modernização dos processos de trabalho, com incorporação de novas tecnologias.

As Categorias Médias, por sua vez, apresentaram um decréscimo na participação, passando de 28,4% em 1991 para 27,3% em 2000. Por outro lado, a categoria Trabalhadores Agrícolas continuou a apresentar decréscimo relativo, a exemplo do ocorrido no período anterior. (Tabela 4.8).

Tabela 4.8 - Distribuição percentual dos ocupados, segundo grupos de categorias sócio-ocupacionais - RMC - 1991/2000

CATEGORIA SÓCIO-OCUPACIONAL	DISTRIBUIÇÃO (%)	
	1991	2000
Dirigentes	1,7	1,4
Profissionais de Nível Superior	6	7,8
Pequenos Empregadores	3,4	3,3
Categorias Superiores	11,1	12,5
Categorias Médias	28,4	27,3
Trabalhadores do Terciário Especializado	15,2	18,2
Trabalhadores do Secundário	26,1	25,1
Trabalhadores do Terciário Não Especializado	14,7	14,3
Categorias Populares	56	57,6
Trabalhadores Agrícolas	4,5	2,7

FONTE: Observatório das Metrôpoles

Delgado e Deschamps (2009), ao realizar análise desse período, ressaltam que a participação dos trabalhadores em segmentos considerados modernos da indústria superou à dos trabalhadores em segmentos industriais tradicionais, resultado do desempenho do emprego formal na indústria da RMC, nos anos 90, em que se enfatizou a importância de novos segmentos, particularmente o automotivo, para a manutenção do nível de emprego formal. Destacam ainda que a tendência de crescimento da ocupação em segmentos modernos da indústria, observada na RMC nos anos 80, manteve-se na década de 1990.

Na comparação entre as estruturas de 2000 e 2010, observa-se a manutenção do padrão de distribuição das categorias sócio-ocupacionais, mas a proximidade entre as Categorias Superiores e Categorias Médias se apresenta maior, ou seja, aparentemente há um processo de convergência entre essas categorias, pois há um aumento substancial do peso das Categorias Superiores na estrutura sócio-ocupacional da

RMC com destaque, novamente, para os profissionais de nível superior, enquanto o peso das categorias médias se mantém (Tabela 4.9).

Tabela 4.9 - Distribuição percentual dos ocupados, segundo grupos de categorias sócio-ocupacionais - RMC - 2000/2010

CATEGORIA SÓCIO-OCUPACIONAL	DISTRIBUIÇÃO (%)	
	2000	2010
Dirigentes	2,43	1,89
Profissionais de Nível Superior	7,37	11,86
Pequenos Empregadores	2,57	1,85
Categorias Superiores	12,38	15,6
Categorias Médias	26,44	26,72
Trabalhadores do Terciário Especializado	17,47	15,59
Trabalhadores do Secundário	24,87	23,98
Trabalhadores do Terciário Não Especializado	14,09	13,61
Categorias Populares	56,43	53,18
Trabalhadores Agrícolas	4,74	4,5

FONTE: Observatório das Metrôpoles

As Categorias Populares apresentam o maior contingente de ocupados, no entanto, o fato novo é a perda do peso relativo dessas categorias na conformação da estrutura sócio-ocupacional. Perdem representatividade todos os conjuntos de trabalhadores aí inseridos, com destaque para o grupo dos Trabalhadores do Terciário Especializado, que no período anterior se apresentou com variação positiva importante.

Detalhando as mudanças e(ou) permanências observadas nos três períodos tem-se que, num quadro evolutivo, as Categorias Superiores apresentaram forte expansão em todos os períodos analisados. Em 1980 as Categorias com maior representatividade dentro do segmento superior são os Profissionais de nível superior empregados, os Pequenos empregadores urbanos e os Comerciantes por conta própria, no entanto, foram os Profissionais liberais, os Empresários e os Comerciantes por conta própria que tiveram as maiores variações positivas no período 1980/1991. Em 1991 é a categoria dos Pequenos Empregadores a que se destacou com maior peso relativo no estrato superior, sendo que as maiores variações no período 1991/2000 ocorreram entre os Profissionais autônomos e empregados de nível superior, e os Dirigentes do setor privado. Em 2000 são os Profissionais Empregados de Nível Superior, os Pequenos Empregadores e os Profissionais Autônomos de Nível Superior que possuem maior peso

relativo, mas as maiores variações no período 2000/2010 ocorreram nas categorias Profissionais Empregados de Nível Superior e Professores de Nível Superior.

No grupo das Categorias Médias verifica-se expansão relativa moderada nos primeiros dois períodos e expansão pouco mais intensa no último período, porém menor do que a expansão verificada no grupo das categorias superiores. São os Empregados de escritório e os Empregados de supervisão as categorias com maior peso relativo em 1980, sendo esta última juntamente com a categoria Técnicos e artistas os responsáveis pela maior variação relativa no período 1980/1991. Em 1991, a categoria Ocupações de escritório continua com o maior peso relativo, e a categoria Ocupações Técnicas também apresentou a maior variação no período 1991/2000. Assim, esta categoria, juntamente com Ocupações de escritório, detém o maior peso relativo em 2000, mas a maior variação relativa ocorreu na categoria Ocupações de Supervisão.

No grupo das Categorias Populares ocorreu forte expansão relativa nos dois primeiros períodos seguidos de expansão moderada para o período 2000/2010. Em 1980 destacam-se as categorias Prestadores de serviços especializados e Operários da Construção Civil com maior peso relativo e os Ambulantes, Artesãos e Biscateiros com as maiores variações relativas no período 1980/1991. Neste período também se observa variação positiva importante entre os Operários da Indústria Moderna com retração dos Operários da Indústria Tradicional, possivelmente refletindo a consolidação de investimentos iniciados a partir da segunda metade dos anos 70, viabilizados principalmente pela construção das cidades industriais de Curitiba e Araucária, processo que se estendeu pelos anos 80.

Entre 1991 e 2000 a participação dos trabalhadores em segmentos considerados modernos da indústria superou à dos trabalhadores em segmentos industriais tradicionais, resultado da entrada de novos segmentos da indústria na Região, particularmente o automotivo, responsável pela manutenção do nível de emprego formal naquele período. Assim, a tendência, observada na RMC nos anos 80, de crescimento da ocupação em segmentos modernos da indústria manteve-se na década de 1990. No período subsequente, a expansão no grupo das Categorias populares não foi tão intensa quanto nos dois períodos anteriores, o que pode estar relacionado à ocorrência da forte retração na Categoria Ambulantes e Biscateiros; fato este que está associado à expansão do emprego formal na década.

Em resumo, há manutenção das categorias médias e mudanças nos extremos da estrutura social, ou seja, as Categorias Superiores ganham representatividade enquanto as Categorias Populares perdem, porém ainda se mantêm como as mais representativas na estrutura sócio-ocupacional da RMC.

3. Tipologia socioespacial

O padrão de distribuição das categorias sócio-ocupacionais no espaço configura a estrutura socioespacial metropolitana, e uma primeira aproximação a ela se faz por meio da análise da distribuição dos grupos de categorias sócio-ocupacionais nos municípios segundo o nível de integração. (Tabela 4.10).

Tabela 4.10 - Participação percentual dos ocupados nos municípios, segundo nível de integração - RMC - 2000/2010

CATEGORIA SÓCIO-OCUPACIONAL	NÍVEL DE INTEGRAÇÃO							
	Polo		Muito Alto e Alto		Médio		Baixo e Muito Baixo	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Dirigentes	84	79,8	10,7	13,3	3,7	5,6	1,5	1,3
Profissionais de Nível Superior	86,8	80,6	8,3	13	4,2	5,1	0,7	1,3
Pequenos Empregadores	78,4	76,7	14,8	14,2	5,4	7,5	1,4	1,6
Ocupações Médias	72,3	66,3	19	23,9	7,1	8	1,6	1,7
Trab. do Terciário Especializado	59,4	55,1	27,8	31,2	10,5	11	2,3	2,8
Trabalhadores do Secundário	48,4	43,1	34,4	37,1	13,6	15,4	3,5	4,4
Trab. Terciário Não Especializado	51,8	47,4	31,9	35,5	13,1	13,7	3,2	3,4
Trabalhadores Agrícolas	5,3	9,7	19,9	21,7	28,9	28,6	46	40
RMC	59,5	56	25,1	28	10,9	11,6	4,5	4,4

FONTES: IBGE, Censos Demográficos; Observatório das Metrópoles

Percebem-se importantes mudanças no padrão de distribuição dos vários grupos sociais no espaço metropolitano no período 2000/2010. Denota-se um processo de saída, dos ocupados de todas as categorias, à exceção dos trabalhadores agrícolas, do polo para os demais municípios da região. A grande maioria dos Dirigentes, Profissionais de Nível Superior e Pequenos Empregadores, que se localizam no topo da pirâmide social, reside no polo metropolitano, no entanto, é perceptível um processo de expansão dessas categorias em outros municípios, com maior intensidade para aqueles com maior nível de integração. O mesmo ocorre com as Ocupações Médias, com 1/3 dos ocupados classificados nessa categoria residindo fora do polo, sendo que essa proporção era menor em 2000. Embora esse processo ocorra nas demais categorias, ele foi mais intenso entre os profissionais de nível superior

e das ocupações médias. Em 2010, o processo de periferização dos trabalhadores da indústria e do terciário não especializado continua. Mais de 50% desses trabalhadores moram fora do polo, o que indica que os grupos sociais da base da estrutura social vivenciam com maior intensidade o processo de periferização.

Chama atenção, porém, a acentuada inflexão, observada no período 2000/2010, em algumas das categorias componentes destes grupos, particularmente entre os dirigentes do setor público. O percentual de pessoas desta categoria residindo fora de Curitiba passou de 25% para 34%, o mesmo ocorrendo com a categoria dos professores de nível universitário, que passou de 17% para 28%. Estas alterações podem estar associadas, em parte, a alguns processos que se verificaram, na RMC, principalmente a emergência de alguns empreendimentos imobiliários surgidos nos municípios próximos a Curitiba, voltados para segmentos de média e alta renda. Desta forma, se pode dizer que as mudanças observadas estão na base da maior segregação residencial observada em Curitiba, bem como da crescente diversificação social em alguns dos municípios no entorno do polo.

Para melhor observar essas mudanças, procedeu-se a construção da tipologia sócio-espacial utilizando recorte espacial menor que o município, podendo espacializar as categorias sócio-ocupacionais na escala intra-municipal. Para elaboração da tipologia sócio-espacial recorreu-se à análise multivariada, por meio de dois procedimentos: análise de correspondência e análise de clusters. A análise de correspondência se refere a um tipo de análise fatorial normalmente aplicada a dados categóricos ou a dados discretos. Esse tipo de análise difere da análise por componente principal – que é o procedimento mais comum – pelo fato de este ser aplicado a dados contínuos, conforme ressaltado por Ribeiro e Ribeiro (2011). Para a definição dos agrupamentos de áreas por tipo, utiliza-se a análise de cluster tendo em vista os critérios usados a partir da análise de correspondência. Ressalta-se que tanto a análise de correspondência quanto a análise de cluster são métodos de análise multivariada interdependentes, o que significa dizer que, a priori, não há relação entre as variáveis utilizadas. (RIBEIRO; RIBEIRO, 2011).

Os dados utilizados para a análise de correspondência, que dão origem à Tipologia Sócioespacial do Observatório das Metrópoles, correspondem a uma matriz de contingência de dupla entrada, em que nas linhas aparecem as áreas territoriais da região metropolitana

na e nas colunas aparecem as categorias sócio-ocupacionais. Assim, em cada célula da matriz há o número de pessoas ocupadas de cada área territorial correspondente a cada categoria sócio-ocupacional. As áreas territoriais utilizadas correspondem às áreas de ponderação ou áreas de expansão demográfica (AED), definida pelo IBGE, que correspondem a junção de setores censitários de cada Censo Demográfico, utilizando-se de critérios como densidade populacional e contiguidade física. Cada setor censitário corresponde à menor unidade territorial utilizada nos censos demográficos, reunindo em torno de 400 domicílios.

Tendo como objetivo central verificar as alterações no padrão de segmentação social do espaço intrametropolitano, nos anos 2000, foi aplicada a metodologia para determinar a tipologia das áreas em 2000 e 2010. Aqui também, antes de proceder tal estudo, cabe ressaltar outra ordem de problemas que impôs limites a uma análise evolutiva da distribuição dos grupos sociais no espaço. Para 2010, o IBGE não considerou as áreas de ponderação de 2000 e realizou procedimento automático de junção dos setores censitários na conformação das mesmas. Assim, em muitos casos não há correspondência entre as áreas nos dois anos. No entanto, a comparação será realizada apenas a partir da composição interna de cada tipo e da densidade relativa¹⁵. Também, por meio do mapeamento das tipologias em cada ano, será possível visualizar processos de expansão de determinados tipos para fora do polo metropolitano, ao mesmo tempo em que se consolidam alguns tipos dentro do polo.

Para 2000, os atuais 29 municípios da RMC foram divididos em 117 áreas de ponderação, com Curitiba apresentando o maior número de áreas (59), seguido de Colombo (9), São José dos Pinhais (8), Pinhais (6), Araucária (5), Almirante Tamandaré (4) e Campo Largo, Piraquara e Lapa, com duas áreas cada um. Os demais 20 municípios não foram divididos, ou seja, a AED corresponde ao município. Para 2010 foram formadas 124 AEDs; 55 em Curitiba; 11 em Colombo; seis em Araucária e São José dos Pinhais; cinco em Campo Largo e Pinhais; quatro em Almirante Tamandaré, Fazenda Rio Grande e Piraquara, e duas áreas em Campina Grande do Sul, Lapa, Rio Branco do Sul e Rio Negro. Assim, diminuiu para 16 o número de municípios sem desagregação de áreas, o que melhora a análise da segmentação territorial.

¹⁵ Identifica os grupos sócio-ocupacionais que sobressaem, em termos de sua participação relativa, em determinadas unidades espaciais.

Adotados os procedimentos estatísticos de elaboração da Tipologia Socioespacial para a Região Metropolitana de Curitiba, identificou-se que seu espaço social se divide em cinco tipos de áreas socialmente homogêneas, tanto para 2000 como para 2010, assim denominadas: Áreas do tipo Superior, do tipo Médio, do tipo Popular Operário, do tipo Operário Agrícola e do tipo Agrícola¹⁶.

A conformação de cada tipo socioespacial, por meio da densidade relativa, segundo as categorias sócio-ocupacionais, é apresentada na Tabela 4.11.

Tabela 4.11 - Densidade relativa dos tipos socioespaciais, por categoria sócio-ocupacional - RMC - 2000/2010

CATEGORIA SÓCIO-OCUPACIONAL	TIPOS SOCIOESPACIAIS									
	Superior		Médio		Popular Operário		Operário Agrícola		Agrícola	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Grandes Empregadores	3,4	3,49	0,89	0,99	0,33	0,31	0,49	0,38	0,19	0,19
Dirigentes do Setor Público	2,71	2,7	0,84	0,94	0,53	0,58	0,94	0,57	0,48	0,61
Dirigentes do Setor Privado	4,27	5,16	0,86	0,68	0,1	0,12	0,09	0,24	0,05	0
Profissionais Autônomos de Nível Superior	3,56	3,78	0,93	0,98	0,27	0,23	0,32	0,23	0,07	0,16
Profissionais Empregados de Nível Superior	3,49	2,99	0,97	1,12	0,27	0,35	0,26	0,2	0,02	0,14
Profissionais Estatutários de Nível Superior	3,41	3,37	1,02	1,09	0,27	0,24	0,18	0,27	0,13	0,22
Professores de Nível Superior	2,92	2,22	1,13	1,17	0,32	0,47	0,39	0,58	0,18	0,73
Pequenos Empregadores	2,59	2,46	1,12	1,18	0,45	0,42	0,43	0,49	0,23	0,31
Ocupações de Escritório	1,2	0,94	1,35	1,21	0,78	0,9	0,39	0,46	0,14	0,29
Ocupações de Supervisão	1,52	1,65	1,17	1,21	0,77	0,64	0,62	0,53	0,2	0,28
Ocupações Técnicas	1,68	1,37	1,31	1,22	0,65	0,76	0,3	0,37	0,08	0,23
Ocupações Médias da Saúde e Educação	1,09	1,2	1,22	1,12	0,83	0,86	0,81	0,69	0,64	0,78
Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	1,22	1,98	1,32	1,16	0,75	0,58	0,55	0,62	0,31	0,26
Ocupações Artísticas e Similares	1,73	1,77	1,17	1,05	0,72	0,78	0,48	0,59	0,19	0,25
Trabalhadores do Comércio	0,74	0,61	1,16	1,1	1,05	1,09	0,67	0,68	0,44	0,57
Prestadores de Serviços Especializados	0,48	0,52	1,01	1,02	1,28	1,22	0,65	0,68	0,29	0,48
Trabalhadores da Indústria Moderna	0,26	0,19	0,98	1,01	1,37	1,31	0,73	0,84	0,28	0,56
Trabalhadores da Indústria Tradicional	0,4	0,41	1,02	1	1,2	1,2	1,21	1,07	0,38	0,89
Operários dos Serviços Auxiliares	0,22	0,19	0,9	0,9	1,37	1,34	1,16	1,38	0,59	0,86
Operários da Construção Civil	0,15	0,13	0,74	0,79	1,54	1,54	1,16	1,03	0,39	0,9
Prestadores de Serviços Não Especializados	0,26	0,28	0,85	0,88	1,41	1,43	1,16	0,78	0,43	0,59
Trabalhadores Domésticos	0,46	0,34	0,76	0,84	1,42	1,45	1,04	0,86	0,51	0,63
Ambulantes e Biscateiros	0,72	0,39	1,14	1,05	1,09	1,19	0,55	0,94	0,41	0,52
Agricultores	0,06	0,1	0,09	0,24	0,48	0,69	6,64	7,32	14,7	11,3

FONTES: IBGE, Censos Demográficos; Observatório das Metrôpoles

¹⁶ Foram utilizados dois eixos (fatores) na análise fatorial de correspondência binária, juntos respondem por 87,7% em 2000 e 85,7% em 2010, da variância total das CATs a partir da diversidade encontrada nas áreas utilizadas na análise em cada ano. Também, na formação dos clusters a variância inter-classes foi de 90,8% e 89,4% para 2000 e 2010 respectivamente.

Nota-se a coexistência de ocupados, independente da categoria sócio-ocupacional, em todos os tipos de áreas, entretanto, cada tipo se particulariza pela concentração, em termos de densidade, de determinadas categorias. No tipo Superior, por exemplo, as categorias superiores possuem densidades marcantes, com destaque para os Dirigentes do Setor Privado, Profissionais Autônomos de Nível Superior e Grandes Empregadores. Nesse tipo também aparecem as categorias médias, porém com uma densidade menor. Já as categorias populares e dos agricultores apresentam pouca densidade nessas áreas.

Nas áreas de tipo Médio há maiores densidades de todas as ocupações médias, de profissionais de nível superior e de algumas categorias populares. Destaca-se densidade importante de Ambulantes e Biscateiros, isso devido a existência de favelas em áreas do tipo médio, no entanto, por serem áreas pequenas, não se conformaram em AEDs, não podendo, dessa forma, serem separadas para efeitos desta análise.

Nas áreas do tipo Popular Operário todas as categorias populares possuem alta densidade, sendo as maiores encontradas nas categorias Operários dos Serviços Auxiliares e Operários da Construção Civil, enquanto nenhuma das categorias médias e superiores apresentaram densidade superior a 1. Nos dois últimos tipos, o Operário Agrícola e o Agrícola, apresentam densidades muito altas na categoria agricultores, sendo que o que os diferencia é que na primeira há densidades importantes nas Categorias Trabalhadores da Indústria Tradicional, Operários dos Serviços Auxiliares e Operários da Construção Civil.

Em termos evolutivos se observa uma consolidação desses tipos, com o tipo Superior adensando ainda mais a categoria Dirigentes do setor privado, enquanto a categoria Ocupações de Escritório deixa de ter densidade relevante nessas áreas. O tipo Médio apresenta uma maior diversidade em 2010 com a inserção de Profissionais Empregados de Nível Superior como categoria relevante, assim como Trabalhadores da Indústria Moderna. No tipo Popular há manutenção da conformação de 2000 e entre os tipos Agrícolas, o Popular perde diversidade e concentra mais os agricultores.

Em termos de distribuição percentual dos ocupados segundo as categorias sócio-ocupacionais nos tipos socioespaciais, constata-se para o total da RMC a manutenção das ocupações médias no período 2000/2010. Apesar de, essas ocupações, terem as maiores proporções em todos os tipos de áreas, há mudanças significativas em termos

dessa distribuição, com diminuição de participação nas áreas de tipo Superior (de 36,47% para 34,38%) e Médio (de 33,92 para 31,82%) e aumento nas áreas do tipo Popular e nas Agrícolas (Tabela 4.12).

Tabela 4.12 - Composição interna dos tipos socioespaciais, por categoria sócio-ocupacional - RMC - 2000/2010

TIPO SOCIOESPACIAL	CATEGORIA SÓCIO-OCUPACIONAL							
	Dirigentes	Prof. Nível Superior	Pequenos Empregadores	Ocupações Médias	Trab. Terciário Espec.	Trab. Secundário	Trab. Terciário Não-Espec.	Trab. Agrícolas
2000								
Superior	8,79	24,82	6,65	36,47	10,48	5,94	6,56	0,3
Médio	2,13	7,4	2,87	33,92	18,91	22,09	12,27	0,41
Popular Operário	0,67	2,07	1,14	19,77	20,42	34,74	18,91	2,29
Operário Agrícola	0,98	2,21	1,1	12,67	11,56	26,42	13,57	31,5
Agrícola	0,42	0,59	0,6	5,63	6,28	10,18	6,56	69,75
Total	2,43	7,37	2,57	26,44	17,47	24,87	14,09	4,74
2010								
Superior	6,88	35,72	4,54	34,38	8,93	4,77	4,34	0,43
Médio	1,76	13,03	2,18	31,82	16,58	21,59	11,98	1,06
Popular Operário	0,6	4,1	0,77	21,25	17,82	33,11	19,23	3,12
Operário Agrícola	0,74	3,6	0,9	13,29	10,63	26,57	11,32	32,96
Agrícola	0,41	3,49	0,58	8,92	8,34	19,41	8,16	50,69
Total	1,89	11,86	1,85	26,72	15,59	23,98	13,61	4,5

FONTES: IBGE, Censos Demográficos; Observatório das Metrópoles

Nas áreas do tipo Superior as mudanças foram mais acentuadas; diminuiu a proporção de dirigentes de 8,79% para 6,88% no período, e dos Profissionais de nível superior, que passaram a representar 35,72%, um aumento de mais de 10 pontos percentuais. Nas áreas do tipo Popular Operário houve aumento considerável da participação de Profissionais de nível superior, que quase dobrou sua participação, passando de 2,07% para 4,10% entre 2000 e 2010. Verificou-se igualmente aumento das ocupações Médias, Trabalhadores do Terciário não Especializado e de Trabalhadores Agrícolas.

Nas áreas do tipo Operário Agrícola também se verificaram mudanças na sua conformação interna, com aumento na participação dos Profissionais de nível superior, Ocupações Médias e de Trabalhadores da Agricultura. Na composição interna das áreas de tipo agrícola se sobressaem duas mudanças: a forte diminuição dos Trabalhadores Agrícolas de 69,75% para 50,69%, implicando um aumento de diversificação nessas áreas, e o forte aumento, mais uma vez, de Profissionais de nível superior.

Quanto ao número de áreas classificadas em cada tipo socioes-

pacial, registraram-se alterações, que em alguns casos podem estar relacionadas à mudanças na delimitação delas, conforme ressaltado anteriormente (Tabela 4.13).

Tabela 4.13 - Número de áreas de ponderação, por tipo socioespacial - RMC - 2000 e 2010

TIPOS SOCIOESPACIAIS	ÁREAS DE PONDERAÇÃO			
	2000		2010	
	Abs.	%	Abs.	%
Superior	19	16,2	14	11,3
Médio	33	28,2	40	32,3
Popular Operário	45	38,5	52	41,9
Operário Agrícola	16	13,7	11	8,9
Agrícola	4	3,4	7	5,6
TOTAL	117	100	124	100

FONTES: IBGE, Censos Demográficos; Observatório das Metrópoles

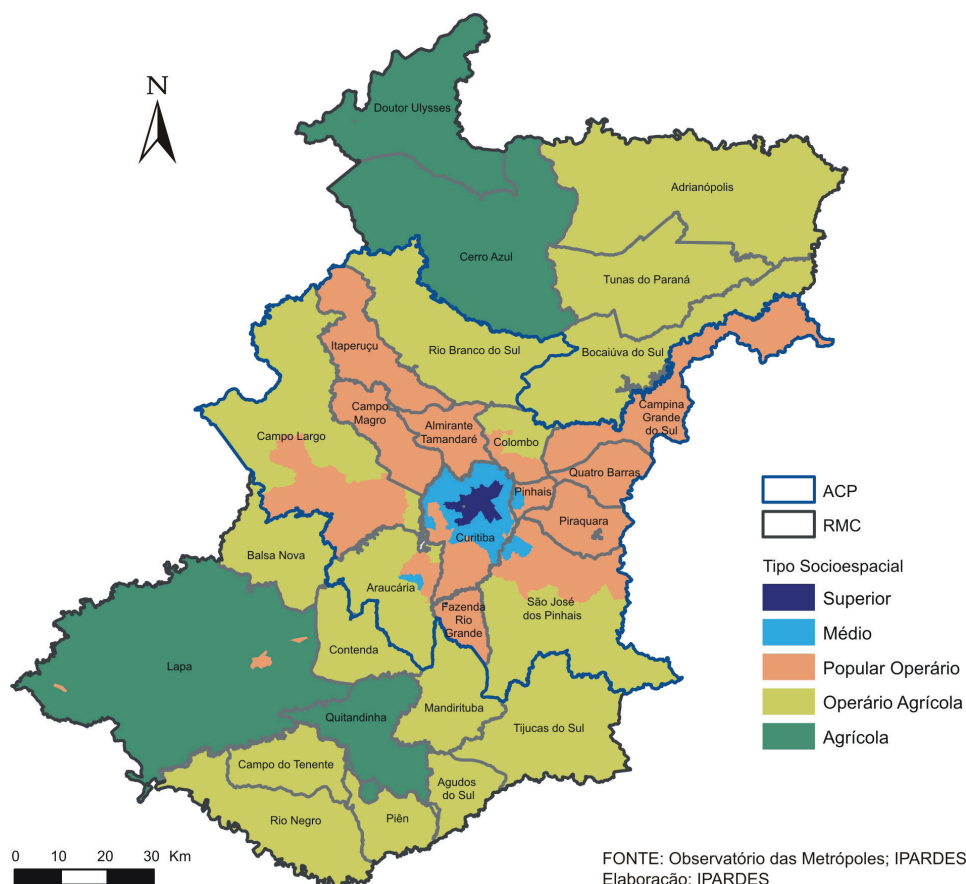
Chama atenção o aumento de áreas do tipo Agrícola, de quatro em 2000 para sete em 2010. Os municípios de Adrianópolis, Agudos do Sul, Piên e Tijucas do Sul estavam classificados no tipo Operário Agrícola e passaram ao tipo Agrícola. Neste caso, como a área é o próprio município, não ocorreram problemas de compatibilização, mas sim, no caso de Adrianópolis diminuiu a densidade das ocupações médias e das ocupações do terciário não especializado, aumentando a densidade das ocupações agrícolas. Quanto aos demais municípios, todos apresentam aumento absoluto nas ocupações agrícolas ao mesmo tempo em que o número de dirigentes diminuiu, o que pode justificar a presença deles neste grupo.

Outras áreas do tipo Operário Agrícola tiveram um movimento ascendente e foram classificadas como tipo Popular, justificando a diminuição do número de áreas desse tipo, mas neste caso tal mudança pode ter ocorrido pela falta de comparabilidade entre elas nos dois anos.

Outro tipo que chama atenção é o Superior, cujas áreas se encontram no polo e sofreram diminuição. Neste caso, além da falta de comparabilidade, pode ter ocorrido uma maior diversidade, em termos de ocupações em alguns bairros da cidade, como será visto adiante, quando da análise por bairros.

A espacialização das áreas segundo seu tipo socioespacial para 2000 e 2010 pode ser observada nas Figuras 4.2 e 4.3.

Figura 4.2 - Tipologia socioespacial - RMC - 2000



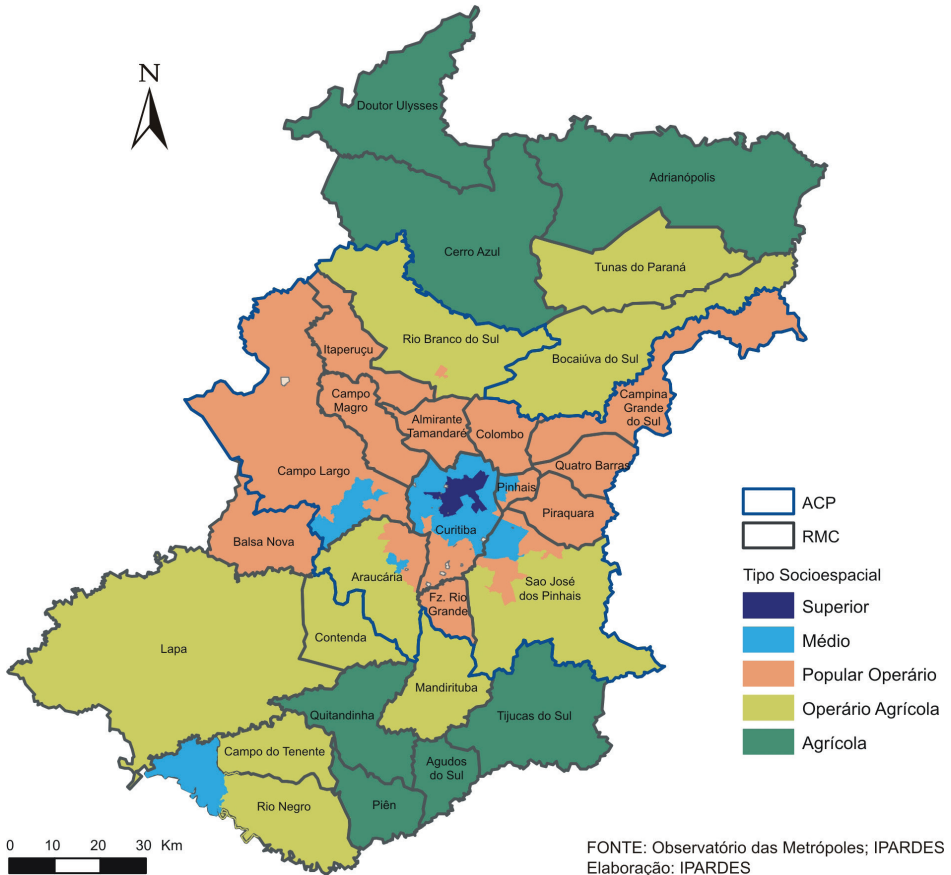
Em 2000, o polo metropolitano contém três tipos de áreas¹⁷, Superior, Médio e Operário Popular. Verifica-se que há áreas do tipo Médio se expandindo a partir do polo para os municípios de Pinhais e São José dos Pinhais e outra localizada na área central de Araucária. São municípios fortemente integrados à dinâmica metropolitana e com grande expressão industrial.

Em 2010, observa-se a manutenção das áreas do tipo Superior na região central de Curitiba, mas com uma expansão das áreas do tipo Médio para os bairros mais distantes e aumentando também a presen-

¹⁷ Ressalta-se que as áreas de favelas não puderam ser separadas por falta de representatividade para a expansão da amostra, assim elas se encontram dissolvidas nas áreas de tipo Superior, médio e Popular.

ça nos municípios de Pinhais e São José dos Pinhais. Além de Araucária, que manteve na sua área central o tipo Médio, outros dois municípios também apresentam esse tipo de área: Campo Largo e Rio Negro. Este último foi incorporado recentemente à RMC, possui importante desempenho industrial (em especial com a indústria do fumo) e se constitui, juntamente com o município de Mafra, localizado em Santa Catarina, área urbana com relevante influência imediata. Campo Largo, por sua vez, passou a ser, recentemente, local de residência de importante parcela da população que sai de Curitiba e passa a residir em chácaras ou condomínios fechados.

Figura 4.3 - Tipologia socioespacial - RMC - 2010



Também se observa uma expansão das áreas do tipo Operário Popular em direção aos municípios do entorno imediato ao polo, num

nítido processo de exclusão territorial. Provavelmente essas áreas abrigam trabalhadores do polo que realizam diariamente viagem de ida e volta para trabalho.

Finalmente, para se ter mais clareza quanto ao processo de segmentação do espaço social na metrópole, se sobrepôs aos tipos de 2000 e 2010 a divisão de bairros de Curitiba, tendo em vista que as AEDs obedecem à delimitação dos bairros nos dois períodos (Figura 4.4).

Curitiba possui 75 bairros tanto em 2000 como 2010. Em 2000 mais de 1/3 deles (27) foram classificados como de tipo Superior, outros 37 mais parte pequena da CIC, e partes maiores do Cajuru e Uberaba, se enquadravam no tipo Médio e somente oito, além de parte dos três bairros citados, são do tipo Operário Popular, ou seja, Curitiba é uma cidade de classe média e alta, pelo menos no que diz respeito à sua tipologia sócioespacial. Apesar de manter sua configuração geral, com somente três tipos, ocorreram algumas mudanças no período analisado e isso é visível nas figuras anteriores.

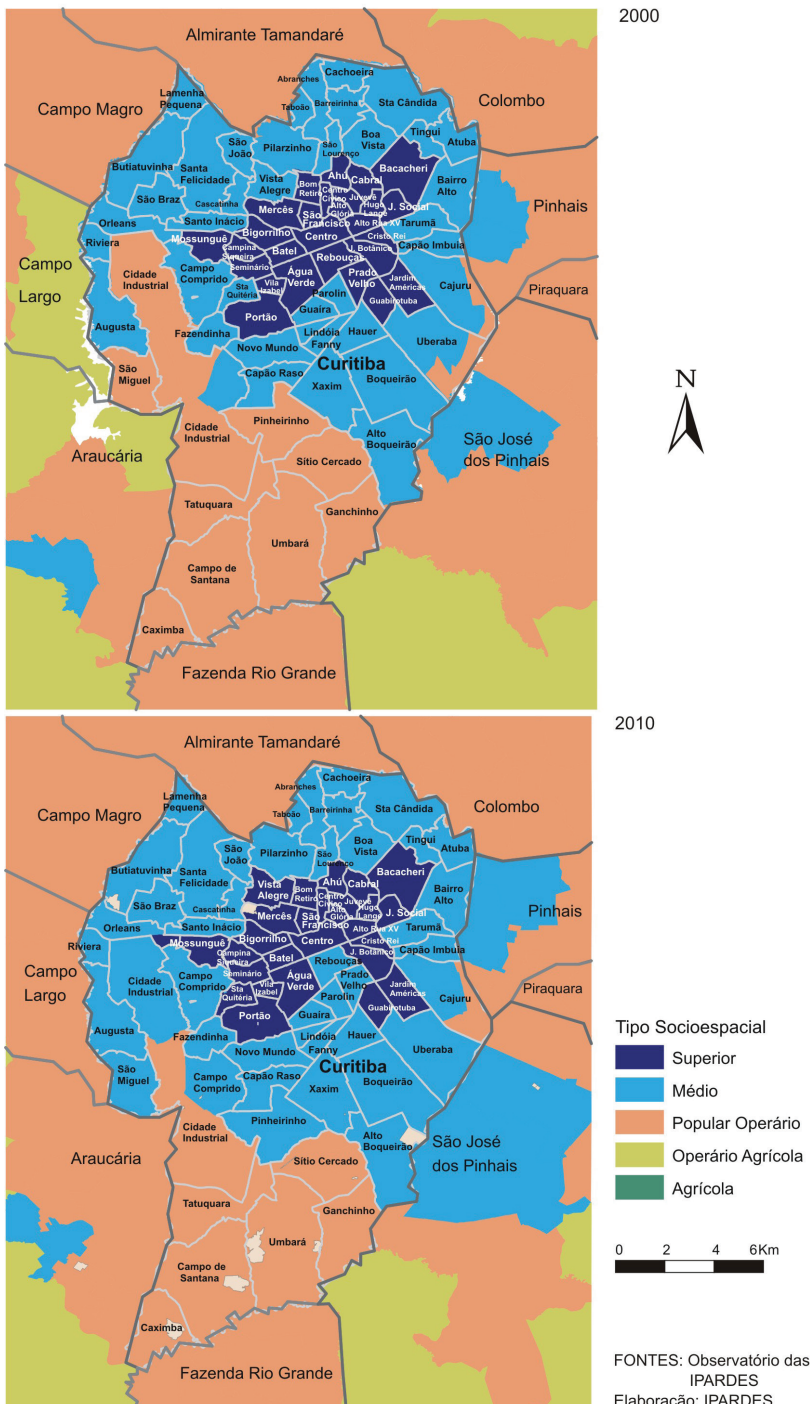
O número de bairros de tipo Superior se manteve em 27, no entanto, observou-se que os bairros Rebouças e Prado Velho tiveram um movimento descendente sendo classificados em 2010 como de tipo Médio. Em contrapartida, outros dois bairros, Vista Alegre e Santa Quitéria, apresentaram movimento ascendente, ou seja, passaram do tipo Médio para Superior. O mesmo ocorreu com parte do bairro Orleans. Neste último, justifica-se pela forte verticalização ocorrida recentemente, com empreendimentos do alto padrão.

Os demais bairros do tipo médio se mantiveram e a eles agregaram-se a parcela do bairro Uberaba, que era Popular Operário em 2000, parcelas ao norte e a leste da CIC, que também eram do tipo Popular Operário, e ainda os bairros do Pinheirinho e São Miguel, que tiveram igualmente movimento ascendente do Popular Operário para Médio.

Já a parte sul da CIC, e os bairros de Tatuquara, Sítio Cercado, Guanchinho, Umbará, Campo do Santana e Caximba, continuam como de tipo Popular.

Em termos da população total, nos tipos superiores a população aumenta, no entanto são nas áreas do tipo Médio que há um aumento maior, fazendo com que inverta sua posição em relação às áreas do tipo Popular, ou seja, no período 2000/2010, as áreas de tipo Médio respondiam por 33,3% da população passando para 42,2%,

Figura 4.4 - Tipologia socioespacial, segundo os bairros de Curitiba - 2000 e 2010



enquanto as áreas de tipo popular passaram de 43,7% para 38,9% (Tabela 4.14).

Tabela 4.14 - Número de áreas de ponderação, por tipo socioespacial - RMC - 2000 e 2010

TIPOS SOCIOESPACIAIS	POPULAÇÃO TOTAL			
	2000		2010	
	Abs.	%	Abs.	%
Superior	371.735	13,2	389.494	12,1
Médio	936.365	33,3	1.327.000	41,2
Popular Operário	1.230.636	43,7	1.255.261	38,9
Operário Agrícola	219.266	7,8	171.908	5,3
Agrícola	55.395	2	80.173	2,5
TOTAL	2.813.397	100	3.223.836	100

FONTES: IBGE, Censos Demográficos; Observatório das Metrôpoles

4. Considerações finais

Partiu-se do mercado de trabalho para se chegar a uma análise da estrutura social na Região Metropolitana de Curitiba, tomando por base os dados de ocupação, ou seja, de pessoas ocupadas. Nesse sentido, as mudanças que foram introduzidas no mercado de trabalho de alguma maneira impactaram a estrutura social metropolitana.

Em termos da dinâmica ocupacional, houve uma reversão das condições que vigoravam no mercado de trabalho, na década passada na RMC. Houve forte expansão do número de ocupados, acompanhada por crescente formalização dos vínculos empregatícios e redução na taxa e no número de desempregados na região.

As mudanças na estrutura social metropolitana foram sentidas ao longo das décadas, quando se acentuou certa polarização social. No período recente, verificou-se a ampliação da participação das categorias superiores com certa manutenção das categorias médias e um estreitamento na base da pirâmide social. Esse estreitamento é relativo já que são as Categorias populares aquelas que ainda possuem maior contingente populacional.

Em relação ao espaço físico, os dados apontam para a continuidade do processo de diversificação social fora do polo metropolitano,

também mais acentuado na última década, em que os demais municípios receberam importante contingente de grupos superiores e médios, apesar de ainda se concentrarem no polo. Por outro, os trabalhadores da indústria e do terciário não especializado passaram a se concentrar fora do polo.

Também se verificou certa diversificação no interior dos tipos socioespaciais Médio e Popular, ao mesmo tempo em que os tipos extremos acentuaram a presença das categorias que definiram a sua condição. Em suma, a RMC possui uma sociedade segmentada, que se encontra distribuída distintamente no território.

Referências

BOURDIEU, P. Espaço social e espaço simbólico. In Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus Editora, 1996.

CINTRA, Anael; MAGALHÃES, M; MOURA, Rosa; RODRIGUES, Ana L. Primeiras impressões sobre o censo 2010 no Paraná. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba: IPARDES, n.1118, p.113-138, jan./jun. 2010.

DELGADO, Paulo Roberto; DESCHAMPS, Marley. Estrutura sócio-ocupacional na Região Metropolitana de Curitiba: delineando tendências. ANAIS. Seminário Nacional Governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano. UFRN. Natal, setembro, 2010. Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/seminariogovernanca/cdrom/ST5_Paulo_Marley.pdf

DELGADO, Paulo Roberto; DESCHAMPS, Marley; MOURA, Rosa. Estrutura socioespacial da Região Metropolitana de Curitiba: tipologia e mudanças no período 1980/1991. In.: RIBEIRO, Luis C. Q. (Org.). Metrôpoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Rio de Janeiro: FASE, 2004. Documento constante do CD-ROM encartado no livro.

IPARDES. Comunicado para o Planejamento. Nº 21, junho, 2012. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/Comunicado_Planejamento_21.pdf

MAGALHÃES, M.; CINTRA, Anael P. de U.. Dinâmica demográfica do Paraná: tendências recentes, perspectivas e desafios. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba: IPARDES, n.122, p.263-291, jan./jun. 2012.

PRETECEILLE, E.; RIBEIRO, L.C. de Q. Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: ANPOCS, v.14, n.40, p.143-162, jun.1999.

RIBEIRO, L. C.; RIBEIRO, M. G. Análise Social do espaço urbano-metropolitano: fundamentos teórico-metodológicos e descrição dos procedimentos técnicos. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia-CNPQ/Observatório das Metrópoles. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em <http://www.observatoriodasmetroles.net>

VERGNHANINI, R. O debate sobre a mudança estrutural da economia brasileira nos anos 2000. XVIII Encontro Nacional de Economia Política. UFMG. Belo Horizonte, maio 2013. Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigos>.

Arranjos familiares na Região Metropolitana de Curitiba: características das unidades domésticas nos anos 2000 e 2010

Leonildo Pereira de Souza
Anael Pinheiro de Ulhôa Cintra

Resumo: O objetivo do capítulo consiste, especificamente, em retratar o movimento realizado pelo perfil das famílias domiciliadas no âmbito da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), no período entre 2000 e 2010, tendo como fonte os microdados da amostra dos dois últimos Censos Demográficos realizados no país e disponibilizados pelo IBGE. Parte-se da concepção de arranjo domiciliar familiar, conforme Medeiros e Osório (2001), como método de sistematizar as informações. Desse modo, realiza-se uma distinção entre os possíveis arranjos encontrados nos domicílios segundo o número de pessoas que o habitam e de acordo com as relações de parentesco, convivência e (ou) dependência, o que pode resultar tanto em arranjos familiares quanto em não familiares. Serão descritos especificamente os arranjos domiciliares familiares, sua distribuição e características. Em termos gerais, destaca-se entre os resultados verificados a redução na representatividade do tipo Nuclear de arranjo familiar frente aos demais, bem como a diminuição na frequência da composição “casal com filhos”.

Palavras-chave: Famílias; Domicílios; Arranjos; Censo Demográfico; Região Metropolitana de Curitiba.

Abstract: This chapter seeks to describe the change in the profile of families living in the Curitiba Metropolitan Region (RMC) between 2000 and 2010 using microdata from the last two demographic censuses in Brazil made available by the IBGE. The concept of the family household arrangement described by Medeiros and Osório (2001) is used as the basis for classifying the data. A distinction is made between the different possible household arrangements depending on the number of people living in the household, the relationship between the members of the household and the extent to which they live together or are dependent on each other, resulting in both family and non-family arrangements. Descriptions are given of family household arrangements in particular and their distribution and characteristics. In general terms, stands out among the results verified the reduction in representation of the Nuclear type of family arrangement

comparatively to the other, as well as the decrease in frequency of "couple with children" composition.

Keywords: Families; Households; Arrangements; Demographic Census; Curitiba Metropolitan Region.

A estruturação do espaço metropolitano envolve, além de seu elemento geográfico (território), obviamente a variável social. De modo que sua estrutura carrega os elementos fornecedores de dinamismo as próprias instituições e suas relações sociais subjacentes. Com efeito, entre essas instituições, inegavelmente, também se situa a família. Essa, vale ressaltar, em sua variante moderna, com todas as questões diretamente relacionadas, como aspectos de cunho geracional, de gênero, de sexualidade, de mercado de trabalho, de formas de união e de separação etc.

Assim, o fenômeno da metropolização, como uma das características intrínsecas à modernidade, acolhe em seu bojo um processo em que juntamente com o espaço metamorfoseiam-se as relações sociais (LENCIONI, 2011).

No âmbito da sociologia clássica, como disciplina acadêmica, os estudos pioneiros de George Simmel (1973) acerca da metrópole moderna já identificavam a individualização crescente das pessoas mediante o rompimento com o que o autor intitulou de dependências históricas, isto é, o Estado e a religião.

Nesse sentido, contemporaneamente, Giddens (1991, 1993) demonstra como o processo de racionalização inerente ao desenvolvimento da modernidade altera os estilos de vida das pessoas, potencializando o indivíduo como sujeito consciente e autônomo, produzindo uma heterogeneidade de valores, de hábitos e de identidades que, por sua vez, modificaram o próprio modo de socialização entre as pessoas. Nesse mesmo processo referente à modernidade e consequente à modernização das sociedades, segundo Arriagada (2000), o lugar e os papéis dos indivíduos tendem a alterar a estrutura e a forma de funcionamento das famílias, notadamente, a partir de bases que se encontram ancoradas em questões de ordem econômica. Desse modo, inserido como componente estruturante desse processo emergiu o padrão da família nuclear como um produto da sociedade urbano-industrial (SALLES, 1992).

Da mesma forma expressa afirmativamente Dowbor que, "o capitalismo moderno, centrado no consumismo, inventou a família economicamente rentável, composta de mãe, pai e um casal de filhos, o apartamento, a geladeira para doze ovos, o sofá e a televisão. É a

família nuclear. A tendência mais recente é a desarticulação da própria família nuclear” (2010, p.294).

Segundo Arriagada (2000), embora ainda predominantes na América Latina, as famílias nucleares, isto é, aquelas cuja organização encontra-se na órbita de um casal conjugal, aparecem cada vez mais reconstituídas e reinventadas, com alteração nas relações de poder entre homens e mulheres, aumento da autonomia feminina, assim como menor dependência tanto entre as gerações mais jovens quanto entre as mais idosas, sendo isso um reflexo do processo de urbanização, da inserção feminina no mercado de trabalho, do envelhecimento populacional, das baixas taxas de fecundidade, da elevação dos níveis de escolaridade, bem como de aspectos relacionados ao fenômeno da migração populacional. Diz ainda a autora que, “*de manera que los cambios que han generado los procesos de modernización y modernidad en la familia se constituyen en un punto de ruptura de la dicotomía privado-público y en formas emergentes de funcionamiento de las familias que redefinen la relación sociedad-familia*” (ARRIAGADA, 2001, p.14-15).

É esse também o entendimento de Sarti (2010), para quem as mudanças nos padrões de relacionamento das famílias, ocorridas durante o percurso do último século, modificam significativamente os espaços do mundo público e do privado.

Logo, esse cenário, em seu caráter multifacetado, estimula cada vez mais o debate crítico acerca da concepção de família, seus valores, qual papel na sociedade e, de forma mais acentuada ainda, a queda na hegemonia e o sentido do modelo tradicional de família conjugal biparental (NASCIMENTO, 2006). De modo que “a diversidade das funções sociais que a simbologia e os padrões organizadores do parentesco dão conta, exigem a ampliação dos estudos que questionam a existência de um modelo familiar único, consolidado no marco do desenvolvimento urbano/industrial e referido à família nuclear moderna” (SALLES, 1992, p.109).

Considerando-se essa situação, não é novidade que a sociedade brasileira, cada vez mais urbana, há algum tempo também vem sofrendo importantes e profundas alterações de ordem social, econômica, cultural, tecnológica e demográfica, que impactam sua forma e estrutura e que, conseqüentemente, produz efeitos nas famílias. Nesse aspecto, tem-se que:

Cortes temporais no calendário da história surpreendem estruturas populacionais específicas, conformadas por processos de-

mográficos que são, a um só tempo, resultado de mudanças nas formas e concepções de viver e sobreviver de uma sociedade e condicionantes de novas possibilidades e estilos de vida das diferentes camadas sociais (BERQUÓ, 1998, p.413).

Por isso, o próprio Estado brasileiro também se reposiciona no modo de abordar a organização familiar. Sarti (2010), por exemplo, destaca as alterações introduzidas entre nós, brasileiros, pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, no que se refere ao aspecto legal da família. Já Medeiros (2000) procura argumentar e ressaltar que se é verdade o fato de que as famílias influenciam na concepção, no desenho e na execução das diferentes políticas sociais pelo Estado, também o é, que as próprias políticas afetam a maneira como as organizações familiares se estruturam, pois “há uma certa dependência mútua entre padrões de welfare state e organizações familiares [...] A influência recíproca faz com que mudanças de um lado demandem ajustes do outro” (MEDEIROS, 2000, p.51).

Tal contextualização expõe algumas das motivações mais relevantes que impulsionam e justificam os estudos dedicados ao tema da família em suas diversas formas de abordagem.

O estudo que ora apresentamos busca contribuir com essa discussão, inserindo-se no projeto capitaneado pelo Observatório das Metrópoles, intitulado “Metrópoles: território, coesão social e governança democrática”. O objetivo do presente capítulo consiste, especificamente, em retratar o movimento realizado pelo perfil das famílias – neste estudo entendidas como arranjo domiciliar familiar, como será exposto na sequência – domiciliadas no âmbito da RMC, tendo como fonte de exploração os microdados da amostra dos dois últimos Censos Demográficos realizados no país e disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Assim, aqui, foi delimitada como unidade territorial de análise a Região Metropolitana de Curitiba (RMC), no período entre 2000 e 2010.

Para atingir esse fim, o trabalho encontra-se dividido em quatro seções, além desta introdução. Primeiramente, realizamos uma breve e concisa discussão que envolve os conceitos de família e domicílio com o intuito de justificar a restrição operacional utilizada da concepção de família circunscrito apenas à unidade domiciliar e a seu grupo de habitantes. Na sequência parte-se para uma distinção entre os possíveis arranjos encontrados nos domicílios segundo o número de pessoas que o habitam e de acordo com as relações de parentesco,

convivência e(ou) dependência, o que pode resultar tanto em arranjos familiares quanto em não familiares. Já na terceira seção são descritos especificamente os arranjos domiciliares familiares, sua distribuição e características. Ao final serão tecidas algumas considerações finais, à guisa de conclusão, mas à luz dos dados apresentados, procurando ressaltar as principais mudanças e características apresentadas pelos arranjos domiciliares familiares na RMC.

1. Família e domicílio: aspectos conceituais e metodológicos

A tarefa de definir o conceito de “família” consiste em um exercício cujo esforço e resultado variam de acordo, principalmente, com os objetivos visados e as escolhas metodológicas realizadas, assim como em virtude da disciplina em que se insere e dos modelos teóricos aos quais estão filiados ou são tributários seus respectivos pesquisadores e analistas. De modo abrangente, conforme expressam Bruschini (1989), Medeiros e Osório (2002), Alves e Cavenaghi (2012), estudos de caráter jurídico, antropológico, econômico, sociológico ou demográfico tendem a apresentar entendimentos muito diferentes do que seja essa instituição social genericamente denominada família.

Além disso, de acordo com Sarti (2010), sabe-se também que a dimensão cultural, que agrega o imaginário e o simbólico, extrapola a rigidez das tentativas de algumas definições disciplinares de “família”. De forma que o próprio Estado brasileiro moderno vem procurando identificar, apreender e incorporar essa dimensão na formulação e implantação de políticas públicas, principalmente nas de caráter social, conforme se pode aferir pelo texto da Política Nacional de Assistência Social atualmente vigente no país:

é preponderante retomar que as novas feições da família estão intrínseca e dialeticamente condicionadas às transformações societárias contemporâneas, ou seja, às transformações econômicas e sociais, de hábitos e costumes e ao avanço da ciência e da tecnologia. O novo cenário tem remetido à discussão do que seja a família, uma vez que as três dimensões clássicas de sua definição (sexualidade, procriação e convivência) já não têm o mesmo grau de imbricamento que se acreditava outrora. Nesta perspectiva, podemos dizer que estamos diante de uma família quando encontramos um

conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade (BRASIL, 2004, p.41).

Portanto, diante do dinamismo que essa instituição apresenta, conforme sinaliza Bruschini (1989), a mutabilidade é também uma característica da instituição familiar. Logo, deve ser refutado todo e qualquer modelo de família idealizado, pois existe, em verdade, uma pluralidade de formas de organização como também de reorganização que são constantemente atualizadas pelos integrantes dos grupos familiares. A família enquanto instância de diversidade (RIBEIRO; RIBEIRO, 1994).

Conforme ressalta Sarti (2010), as famílias apresentam uma configuração em rede que tende a contrariar a ideia de que essa instituição esteja constituída em torno de um único núcleo formado pelo casal, isto é, na centralidade do par masculino/feminino. Acrescenta a autora ainda que é necessário “desfazer a confusão entre família e unidade doméstica, a casa [...], uma vez que leva a desconsiderar a rede de relações na qual se movem os sujeitos em família e que provê os recursos materiais e afetivos com que contam” (SARTI, 2010, p.28), ou seja, uma rede que se estende para além dos limites do domicílio.

Desse modo, parte dessa diversificada literatura dedicada à temática tende a reconhecer, como variável qualitativa, que a concepção de família pode ser composta para além da coabitação e dos laços consanguíneos, e dessa forma comportando também relações afetivas configuradas por redes de solidariedade e(ou) dependência. No entanto, conforme destaca Bruschini, “no plano da apreensão empírica, porém, esbarra-se em obstáculos de difícil superação, a começar pelo estabelecimento de critérios que tornem viável a operacionalização desse conceito” (1989, p.9).

Em virtude dessa dificuldade, pesquisas populacionais de grande envergadura e volume, como os censos demográficos, tendem a delimitar essa instituição à convivência de seus membros com ligações de parentesco em uma mesma habitação (ALVES, 2004, 2005). Sendo assim, perdem-se o reconhecimento e o significado de famílias em rede, ou seja, ampliadas, sem os limites físicos do domicílio, com suas diversas estratégias de organização, de sobrevivência, de sociabilidade e de reciprocidade dos laços interpessoais (ZALUAR, 1997) – como, por exemplo, avós que cuidam de netos para as mães conseguirem trabalhar – ao mesmo tempo em que se reforça a ideia de família como uma organização em torno de um núcleo (DOWBOR, 2010) – geralmente

e previamente entendido como formado por um casal heterossexual.

Por essa razão é importante assinalar a diferença, em termos gerais, existente entre família e domicílio, para que não sejam compreendidos como sinônimos, uma vez que:

Nas análises sociais e demográficas, costuma-se distinguir a família do lar. A família – fundada em relações de parentesco – é considerada instituição social que regula, orienta e confere significado social e cultural à reprodução e à sexualidade. O lar ou as unidades domésticas dos lares inclui a convivência cotidiana, que significa um domicílio e um teto: uma economia compartilhada, uma coletividade doméstica, a base do cotidiano. São grupos que compartilham uma moradia, um orçamento comum e atividades para a reprodução cotidiana, ligados ou não por laços de parentesco (ARRIAGADA, 2006, p.198).

Sendo assim, nota-se que o domicílio também pode ser local para convivência de grupos de pessoas sem relações de parentesco. Desse modo, *“todas las familias son hogares, pero no todos los hogares son familias”* (ARRIAGADA, 2001, p.24).

Portanto, a estratégia adotada de utilizar domicílios como matéria-prima para identificação de famílias trata-se de uma redução metodológica da realidade empírica com vistas a viabilizar a apropriação e interpretação de uma parcela do mundo objetivo. Logo, é importante se ter em consideração também que

o termo “família” aplicado a subdivisões do grupo de pessoas que residem em um domicílio frequentemente se presta a confusões, pois o conceito tem pouco a ver com as representações de família das pessoas comuns e com os conceitos de família que são normalmente utilizados nas Ciências Sociais (MEDEIROS, OSORIO, VARELLA, 2002, p.26).

Essa possibilidade de confusão mencionada pelos autores deriva do fato de que, como uma instituição permeada por relações sociais e significados culturais, suas relações extrapolam o escopo físico do domicílio, uma vez que “a extensão da família corresponde à da rede de obrigações: são da família aqueles com quem se pode contar, quer dizer, aqueles em quem se pode confiar. A noção de família define-se, assim, em torno de um eixo moral” (SARTI, 2010, p.33), ou ainda, em uma relação entre princípios éticos e práticas morais (RIBEIRO; RIBEIRO, 1994).

Portanto, em virtude dessa diversidade de formas de abordagens e entendimento acerca da instituição social “família”, frente às características da fonte de dados aqui adotada, assim como dos limites e propósitos do tema nesse capítulo, considerando-se esses aspectos, neste estudo será replicada, conceitual e metodologicamente, a definição de *arranjo domiciliar familiar*, segundo os critérios adotados pelos pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), sem o intuito de equiparar e, mais do que isso, confundir com o de família, a saber:

família é definida como o grupo de pessoas que reconhecem qualquer vínculo de parentesco, independentemente de sua convivência residencial. *Arranjo domiciliar familiar*, ou simplesmente arranjo familiar, é um grupo de pessoas residentes em um mesmo domicílio onde existe vínculo de parentesco entre ao menos um dos membros e o chefe. Nesse caso, estão excluídas as pessoas que vivem sós, pois não formam um grupo, bem como as pessoas que vivem relacionadas apenas por normas de convivência doméstica (uma “república” de estudantes, por exemplo) e, portanto, sem parentesco, pois ainda que todos os residentes de um domicílio pertençam a alguma família, nem sempre eles pertencem à mesma família (MEDEIROS, OSÓRIO, 2001, p.25).

Assim sendo, de acordo com os critérios dos autores acima referenciados, por contraste, os arranjos domiciliares não familiares serão constituídos pelos domicílios unipessoais ou pela presença somente de pessoas sem parentesco.

Tal opção deve-se ao fato de esta categorização metodológica ter sido aplicada pelos autores para a análise dos dados oriundos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE. Por sua vez, a PNAD emprega técnica de coleta e de sistematização dos dados seguindo como variável de controle o domicílio. Essa mesma estratégia é utilizada pelo IBGE para a realização dos Censos Demográficos. Por isso, a motivação para a escolha desse modelo reside na sua aderência ao objetivo aqui proposto. De modo que a adoção do modelo interpretativo baseado em arranjos familiares pode ser justificada ainda pelo seguinte ângulo, quando se utiliza dados demográficos existentes e disponíveis:

Certo grau de simplificação conceitual seria, no entanto, indispensável à desejada indicação de tendências. Desta maneira, as delica-

das estruturas familiares, os móveis “arranjos familiares”, representariam, para este estudo [Exclusão e Modernização: família e mudança na formação social brasileira], verdadeiros sensores da qualidade da mudança social nos contextos de inovação; posicionados, tais sensores, entre a complexidade da vida metropolitana e fatores amplos, articulados pelo lugar e pela conjuntura. Seriam, assim, instrumentos para a mensuração, ainda que limitada, da face social da modernização ocorrida no período analisado [anos 1970/1980]. (RIBEIRO; RIBEIRO, 1994, p.156).

É o que, ainda hoje, também nos parece. Portanto, dando sequência e dentro desse contexto, conforme padronização realizada pelo IBGE (2010), o Censo Demográfico adota duas classificações de domicílios quanto à espécie: coletivo ou particular.

Os domicílios coletivos são aqueles em que entre as pessoas que nele se encontram, independentes de serem moradoras ou não, existem normas de subordinação administrativa. É o caso, por exemplo, dos alojamentos de trabalhadores ou estudantes, mas também das pensões, asilos, orfanatos, conventos, hotéis, penitenciárias, quartéis, hospitais entre outros.

Já os domicílios particulares caracterizam-se como aqueles em que o relacionamento entre a população residente é constituído por laços de parentesco, por dependência doméstica ou por normas de convivência. Podem ser desagregados em dois tipos: particular permanente e particular improvisado. Enquanto o primeiro tipo serve exclusivamente para moradia e habitação, o segundo tipo não possui dependências destinadas somente a essa finalidade.

No presente trabalho serão utilizados os dados referentes apenas aos domicílios particulares, porém incluindo tanto os permanentes quanto os improvisados.

Outro ponto que merece destaque é o procedimento adotado pelo IBGE no qual o instituto procura identificar mais de um núcleo familiar em um mesmo domicílio. Com isso são identificados domicílios com a presença de famílias únicas ou de famílias conviventes

Conforme relatam Saboia, Cobo e Matos (2012), os instrumentos de coleta dos Censos Demográficos vêm procurando identificar de forma mais apurada a ocorrência de novos tipos de arranjos familiares. Contudo, algumas estratégias ainda geram controvérsias. Esse é o caso, por exemplo, da classificação das chamadas famílias conviventes.

Medeiros, Osório e Varella (2002), partindo do princípio do ar-

ranjo domiciliar familiar como distribuição de recursos e rendimentos entre os membros do domicílio, consideram a classificação que tende a apontar a existência de famílias conviventes – quando há relação de parentesco entre os membros em relação à pessoa de referência do domicílio, por exemplo: núcleo 1 (pai, mãe) + núcleo 2 (filha e neto) – “uma atitude pouco adequada para o Brasil” (MEDEIROS, OSORIO, VARELLA, 2002, p.12).

Do mesmo modo, Alves (2004, 2005) também critica o procedimento que busca distinguir as famílias conviventes entre principais e secundárias pela decomposição de núcleos. De acordo com o autor, “o resultado da metodologia adotada pelo IBGE provoca um inchaço artificial do número de famílias existentes no Brasil, *vis-à-vis* a outros países do mundo” (ALVES, 2005, p.2). Para o autor, esse valor superestimado de famílias interfere no resultado da distribuição da renda das famílias, pois, em virtude da composição predominante nos núcleos familiares secundários, acaba por indicar aumento e feminização da pobreza, bem como deixa inconsistentes as estimativas relacionadas com o cálculo de déficit habitacional.

Na mesma esteira crítica, também Oliveira, Miranda-Ribeiro e Longo (2012), debruçando-se sobre os dados do último Censo Demográfico, com vistas a verificar a configuração das famílias nos domicílios e nos arranjos familiares, ressaltam que a adoção da metodologia do IBGE faz com que “ao desmembrar as famílias em famílias conviventes, a classificação de famílias extensas e compostas deixará de existir” (OLIVEIRA, MIRANDA-RIBEIRO, LONGO, 2012, p.5).

Não obstante, a classificação de famílias conviventes pode distorcer o entendimento do modo como o grupo familiar vê a si próprio, já que dificilmente deixarão de se identificar como uma única família residindo no mesmo domicílio, “visto que a associação imediata é com um grupo de pessoas aparentadas” (NASCIMENTO, 2006, p.3). Conforme apontam Alves e Cavenaghi (2012), o procedimento metodológico de identificar famílias conviventes, em verdade, propicia o desmembramento em várias gerações de parentes.

Vale destacar também outro fator de ordem operacional que dificulta, embora não impossibilite, a categorização das famílias conviventes. No Censo de 2000 havia no questionário da amostra uma questão destinada à identificação da pessoa responsável pelo domicílio e outra reservada à pessoa responsável pela família. Já no Censo de 2010 foi subtraída a segunda questão.

Por esses motivos, optou-se aqui por não separar as famílias em únicas e conviventes nem, portanto, essas últimas em principais e secundárias. Adotou-se então, como procedimento para se identificar os tipos de arranjos domiciliares familiares, simplesmente a verificação da posição da pessoa no domicílio em relação à pessoa de referência, também chamada de pessoa responsável ou chefe do domicílio.

Realizadas essas ressalvas, podemos passar agora à descrição dos perfis encontrados nos domicílios da RMC em 2000 e 2010.

2. Domicílios e arranjos domésticos

Primeiramente, cabe reforçar que constitui um arranjo a pessoa ou o grupo de pessoas que habitam uma unidade doméstica particular, de acordo com as características e relações existentes entre eles, isto é, laços de parentesco em qualquer grau, dependência doméstica ou normas de convivência.

Então, partindo-se da distribuição dos domicílios no território paranaense, a representatividade da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) no conjunto do estado apresentava-se de modo expressivo nos anos de 2000 e de 2010, sendo responsável por aproximadamente 30% do total estadual, inclusive tendo ampliado de forma positiva no período sua participação em quase um ponto percentual. Portanto, apresentou variação e taxa de crescimento superiores às registradas pela unidade da federação à qual pertence. Sublinha-se que a proporção de domicílios metropolitanos na região de Curitiba acompanha, como era de se esperar, a proporcionalidade do contingente de pessoas da RMC no Paraná, conforme é apresentado no Capítulo 4 deste livro que versa sobre estrutura e organização social do território. Nesse sentido, destaca-se que, em 2010, a RMC ultrapassou a marca de 1 milhão de domicílios (Tabela 5.1).

Tabela 5.1 - Distribuição, variação e taxa de crescimento dos domicílios particulares - Paraná e RMC - 2000 e 2010

UNIDADE DA FEDERAÇÃO, REGIÃO METROPOLITANA E SUBDIVISÃO	DOMICÍLIO PARTICULAR (UNIDADE DOMÉSTICA)			
	Absoluto		Variação (%)	Taxa (% a.a.)
	2000	2010		
Paraná	2.679.729	3.304.132	23,3	2,1
RM Curitiba	801.918	1.017.810	26,9	2,4
Núcleo	471.942	576.347	22,1	2,0
ACP	275.416	371.128	34,8	3,0
Periferia	54.560	70.335	28,9	2,6

FONTE: IBGE - Microdados da amostra Censos Demográficos 2000 e 2010

NOTA: Dados trabalhados pelos autores.

Do total de domicílios existentes na RMC, nos dois momentos censitários, mais da metade estavam localizados no Núcleo, isto é, no município de Curitiba, capital do estado do Paraná. Contudo, houve perda de representatividade de 58,9% iniciais para 56,6% atuais, uma vez que a cidade pelo assinalou taxa de crescimento em patamares inferiores à média metropolitana e estadual. Apesar disso, a responsabilidade pelo incremento dos domicílios da RMC coube principalmente ao Núcleo, com 104.405 novos domicílios. De outro modo, os municípios que formam a Área de Concentração de População (ACP)¹, ou seja, aqueles que se encontram no entorno do Núcleo, por terem apresentado os maiores percentuais de crescimento, elevaram sua participação na RMC de 34,3% no começo para 36,5% no final dos anos aqui selecionados. Já para o conjunto de municípios que configuram o restante da RMC, aqui intitulados de Periferia², apesar de anotarem o segundo padrão mais elevado de incremento, não chegaram a alterar o tamanho de sua representatividade na RMC, tendo a oscilação positiva ocorrido apenas em uma casa decimal: de 6,8% para 6,9%.

Portanto, o comportamento na distribuição dos domicílios indicou, então, um protagonismo maior dos municípios que circundam o Núcleo, apesar de este último ainda desempenhar um papel de superioridade absoluta na distribuição. Nesse cenário, ficou a Periferia com um peso, se não residual, pelo menos de menor impacto na conformação da RMC.

Para fins deste estudo, é importante diferenciar os arranjos existentes nos domicílios, uma vez que esses podem ser classificados como *familiar* ou como *não familiar* (MEDEIROS, OSÓRIO, 2001; IBGE, 2010). Enquanto os primeiros são compostos por duas ou mais pessoas com parentesco residindo na mesma unidade doméstica, os últimos são identificados naqueles cuja moradia é constituída tanto pela presença de apenas uma pessoa vivendo nele – chamado de “unipessoal”, conforme terminologia usual na literatura dedicada aos estudos de arranjos domiciliares – quanto pela existência de duas ou mais pessoas sem relação de parentesco, mas com vínculos de dependência ou de

¹ O conceito de ACP e sua delimitação no caso da Região Metropolitana de Curitiba encontram-se descritos no capítulo introdutório deste livro.

² O termo “Periferia” aqui utilizado deve ser entendido apenas como critério de classificação, não possuindo, portanto, nenhum sentido de hierarquia diante os demais componentes da Região Metropolitana e tampouco expressa qualquer conteúdo valorativo.

convivência, podendo ser chamados de “*grupos de não parentes*” (MEDEIROS, OSÓRIO, 2001) ou “*multipessoal*” (ALVES, CAVENAGHI, 2012). Adotaremos aqui essa segunda denominação.

De forma geral, o arranjo predominante nos domicílios da RMC é o *familiar*. Apesar de nos anos aqui destacados essa forma de arranjo ter apresentado leve recuo de sua representatividade em todas as unidades de análise observadas, e, com isso, configurando um padrão de crescimento dos arranjos do tipo *não familiar* bastante uniforme como uma tendência presente na organização dos domicílios (Tabela 5.2). É essa uma primeira característica importante a se reter: o crescimento proporcional dos arranjos não familiares no conjunto dos domicílios da RMC.

Tabela 5.2 - Distribuição dos domicílios particulares, segundo arranjos - Paraná e RMC - 2000 e 2010

UNIDADE DA FEDERAÇÃO, REGIÃO METROPOLITANA E SUBDIVISÃO	DOMICÍLIO PARTICULAR (UNIDADE DOMÉSTICA)							
	Arranjo não familiar				Arranjo familiar			
	2000		2010		2000		2010	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Paraná ¹	240.342	9,0	407.224	12,3	2.439.387	91,0	2.894.243	87,6
RM Curitiba	82.592	10,3	131.177	12,9	719.326	89,7	886.633	87,1
Núcleo	57.713	12,2	86.887	15,1	414.229	87,8	489.459	84,9
ACP	19.837	7,2	35.886	9,7	255.579	92,8	335.242	90,3
Periferia	5.042	9,2	8.404	11,9	49.518	90,8	61.931	88,1

FONTE: IBGE - Microdados da amostra Censos Demográficos 2000 e 2010

NOTA: Dados trabalhados pelos autores.

(1) Em 2010 havia no Paraná 2.666 domicílios particulares sem identificação de arranjo de unidade doméstica, todos localizados fora da RMC.

Assim, de acordo com os dados dos dois últimos momentos censitários no Brasil, no âmbito da RMC, apesar de configurar valores ainda bastante distantes de serem hegemônicos, foi o Núcleo que apresentou as maiores proporções de domicílios com arranjos *não familiares*, tanto na comparação intrametropolitana quanto em escala estadual.

De forma distinta foi na ACP que foram registrados os maiores valores percentuais de arranjos *familiares* durante os dois momentos censitários. Por outro lado, foi também na ACP que aconteceu a maior variação positiva de arranjo *não familiar*, com expressivos 80,9% de incremento, sendo dessa forma muito superior à variação ocorrida no Núcleo, e que mesmo assim, a saber, foi de 50,6% de incremento. A variação média da RMC foi de 58,8% nos arranjos *não familiares* e, por sua vez, de 23,3% nos *familiares* (mínimo de 18,2% no Núcleo e máximo de 31,2% na ACP).

Em resumo, a maior variação positiva de arranjo *não familiar* ocor-

reu na ACP, lugar onde, em 2010, predominou mais expressivamente nas unidades domésticas o arranjo *familiar*, e a menor variação de arranjo *não familiar* foi registrada no Núcleo, que por sua vez apresentou nos dois últimos Censos a menor proporção de arranjos *familiares*.

No que tange à distribuição dos arranjos *não familiar*, segundo o tipo de unidade doméstica (unipessoal ou multipessoal), para todos os casos a composição é formada majoritariamente pelo tipo unipessoal, sempre com patamares superiores a 90% em todas as unidades de análise nesse estudo classificadas, embora sua representatividade, em termos de pontos percentuais, tenha apresentado uma tímida queda, em 2010 ante 2000, em todos esses recortes territoriais aqui selecionados (Tabela 5.3).

Tabela 5.3 - Distribuição dos arranjos domiciliares não familiar, segundo tipo - Paraná e RMC - 2000 e 2010

UNIDADE DA FEDERAÇÃO, REGIÃO METROPOLITANA E SUBDIVISÃO	ARRANJO DOMICILIAR NÃO FAMILIAR							
	Unipessoal				Multipessoal			
	2000		2010		2000		2010	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Paraná	226.718	94,3	380.112	93,3	13.624	5,7	27.112	6,7
RM Curitiba	76.827	93,0	121.618	92,7	5.765	7,0	9.559	7,3
Núcleo	52.829	91,5	79.019	90,9	4.884	8,5	7.868	9,1
ACP	19.110	96,3	34.479	96,1	727	3,7	1.407	3,9
Periferia	4.887	96,9	8.119	96,6	155	3,1	284	3,4

FONTES: IBGE - Microdados da amostra Censos Demográficos 2000 e 2010

NOTA: Dados trabalhados pelos autores.

Por outro lado, embora em termos de representatividade o arranjo domiciliar *não familiar* multipessoal apresente um número bastante inferior de casos, vale destacar que a variação desse tipo foi consideravelmente superior à ocorrida no tipo unipessoal em todos os recortes territoriais selecionados. Assim, se, por um lado, o número de ocorrências desse tipo seja baixo em termos absolutos – nas categorias de análise aqui utilizadas – quando confrontados com os totais de domicílios – sendo essa a razão para que qualquer incremento cause um impacto expressivo –, por outro lado, tal movimento não pode deixar de ser destacado como indício de uma possível tendência. Todavia, o que significa o crescimento desse tipo de arranjo *não familiar*, quais motivações a impulsionam e quais estratégias estão sendo adotadas pelos seus moradores, são questões importantes e que exigem uma maior e mais detalhada verificação empírica para tornar o fenômeno compreensível. Uma vez que, “a transformação da família pertence a um conjunto de mudanças mais amplas e que não se trata apenas de lamentar a sua dissolução: trata-se de repensar o processo de rearticulação do nosso tecido

social” (DOWBOR, 2010, p.306). Tarefa essa que foge aos objetivos específicos deste capítulo.

No entanto, em termos de RMC, a ACP – que registrou a maior variação de arranjos *não familiar* – apresentou também os maiores incrementos tanto no tipo unipessoal quanto no multipessoal, constituindo assim um movimento homogêneo na distribuição, não caracterizando uma distorção de um tipo sobre o outro na configuração da variação final dos arranjos *não familiares*.

Em suma, no que tange ao arranjo domiciliar não familiar, embora a maioria absoluta seja constituída pelo tipo unipessoal, o que mais cresceu em todos os recortes territoriais foi o multipessoal.

No entanto, conforme exposto na seção anterior, esses tipos de arranjos *não familiares* não são o objeto preferencial deste estudo, razão pela qual a partir de agora todas as informações farão referência apenas aos domicílios que constituem arranjos familiares.

3. Arranjos domiciliares familiares

Conforme dito anteriormente, para que o domicílio possa configurar um arranjo familiar é necessário que haja laços de parentesco entre pelo menos dois de seus membros, podendo ainda existir relações de dependência ou de convivência entre os demais membros.

Assim, iniciando a verificação de algumas características pelo grau de urbanização dos arranjos domiciliares familiares, percebe-se que tanto o estado paranaense quanto a RMC registravam altos índices nesse quesito em 2000, tendo-o ampliado em 2010, sendo que no conjunto da RMC o avanço em pontos percentuais foi menor, porém mantendo-se ainda acima do Paraná (Tabela 5.4). Nota-se, contudo, a existência de uma larga assimetria em tal indicador, pois enquanto o Núcleo apresenta 100% de urbanização nos dois momentos censitários, a Periferia da RMC, em sua maioria, era e continuou sendo composta por domicílios situados em zonas rurais. Isso significa, muito simplesmente, que a própria transição do rural para o urbano ainda não é um processo completo e concluído no conjunto da RMC.

Tabela 5.4 Distribuição dos arranjos domiciliares familiar, segundo algumas características do domicílio – Paraná e RMC – 2000 e 2010

CARACTERÍSTICAS	PARANÁ			RMC CURITIBA			NÚCLEO			ACP			Periferia							
	2000		2010	2000		2010	2000		2010	2000		2010	2000		2010					
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%						
Situação do domicílio																				
Urbano	2.009.398	82,4	2.481.086	85,7	657.061	91,3	816.395	92,1	414.229	100,0	489.459	100,0	221.507	86,7	296.958	88,6	21.325	43,1	29.977	48,4
Rural	429.990	17,6	413.156	14,3	62.265	8,7	70.238	7,9	0	0,0	0	0,0	34.072	13,3	38.284	11,4	28.193	56,9	31.954	51,6
Faixas Renda Domiciliar <i>Per Capita</i> em Salários Mínimos ¹																				
Igual 0	64.803	2,7	62.364	2,2	19.612	2,7	22.920	2,6	7.401	1,8	11.690	2,4	9.839	3,8	9.245	2,8	2.372	4,8	1.986	3,2
Até 1/4	305.482	12,5	113.705	3,9	48.896	6,8	19.007	2,1	15.604	3,8	5.309	1,1	22.934	9,0	8.366	2,5	10.358	20,9	5.332	8,6
Mais de 1/4 a 1/2	552.906	22,7	366.231	12,7	119.650	16,6	77.438	8,7	48.663	11,7	26.716	5,5	57.419	22,5	38.381	11,4	13.568	27,4	12.340	19,9
Mais de 1/2 a 1	704.557	28,9	855.664	29,6	196.593	27,3	213.258	24,1	97.774	23,6	88.791	18,1	85.691	33,5	103.932	31,0	13.128	26,5	20.536	33,2
Mais de 1 a 2	439.371	18,0	856.443	29,6	163.451	22,7	275.496	31,1	103.139	24,9	145.681	29,8	54.080	21,2	115.071	34,3	6.232	12,6	14.744	23,8
Mais de 2 a 3	148.670	6,1	277.009	9,6	62.497	8,7	107.987	12,2	47.295	11,4	71.310	14,6	13.377	5,2	33.085	9,9	1.825	3,7	3.592	5,8
Mais de 3 a 5	116.087	4,8	198.893	6,9	52.622	7,3	86.889	9,8	43.736	10,6	66.701	13,6	7.650	3,0	18.114	5,4	1.256	2,5	2.074	3,3
Mais de 5	107.511	4,4	163.933	5,7	56.005	7,8	83.638	9,4	50.616	12,2	73.262	15,0	4.610	1,8	9.048	2,7	780	1,6	1.328	2,1

FONTE: IBGE – Microdados da amostra Censos Demográficos 2000 e 2010

NOTA: Dados trabalhados pelos autores.

(1) Valores corrigidos para julho de 2000, considerando-se os valores de referência em julho de 2010 e aplicando-se o INPC.

Isolando-se, em 2010, apenas os domicílios com arranjos familiares localizados no ambiente rural, verifica-se ainda que a ACP foi responsável por 54,5% desses na RMC, uma vez que nela existiam domicílios nessa condição ante os 31.954 localizados na Periferia. Portanto, essa é uma configuração que demonstra a grande heterogeneidade na forma e na estrutura do conjunto da região metropolitana em que está inserida a capital do Estado do Paraná. Sabe-se que os hábitos, valores, modos de vida, tipos de atividades laborais, assim como os problemas e desafios existentes no rural são de ordem distinta, ainda que não totalmente diferente, daqueles encontrados na área urbana.

No que tange à renda domiciliar *per capita*³, utilizando-se faixas de salários mínimos como critério comparativo, constata-se que houve uma melhora substantiva em quase todos os cenários. Para a situação de domicílios com renda zero⁴ na data de referência dos respectivos Censos, em 2000, Paraná e RMC encontravam-se em uma situação de absoluta igualdade, com 2,7% dos domicílios nessa condição. Contudo, a redução foi mais acentuada no estado do que na RMC. Enquanto esta manteve o cenário praticamente inalterado em termos proporcionais, aquele conseguiu inclusive uma contração em números absolutos. Nesse sentido, no âmbito da RMC foi o Núcleo que apresentou um comportamento distinto da tendência de retração encontrada na ACP e mais significativamente na Periferia, pois enquanto essas últimas tiveram redução numérica e proporcional de domicílios sem renda, o Núcleo registrou um incremento, perante o contingente existente em 2000, de 4.289 unidades domésticas particulares, com arranjos familiares que não apresentavam renda em 2010. Mas de qualquer modo, os percentuais apresentados no conjunto da RMC ou separadamente pelo Núcleo, ACP e Periferia, em 2010, foram superiores ao encontrado no estado paranaense, que estava na casa de 2,2%.

A faixa subsequente, que procura mensurar os domicílios com renda de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo *per capita* também sofreu uma expressiva redução. Notadamente esse fenômeno foi desenvolvido de forma mais contundente na Periferia da RMC onde, em números ab-

³ Soma de todas as fontes de renda (trabalho, aposentadorias, pensões, programas sociais, aluguéis, rendimentos, doações, etc.) dividida pelo número de membros residentes no domicílio, exclusive agregados, pessoas na condição de pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados, que dessa forma não estão incluídas no cálculo da renda.

⁴ Vale ressaltar que a inexistência de renda na data de referência não significa necessariamente condição de pobreza, pois pode se referir a situações transitórias, como por exemplo, desemprego temporário ou não recebimento de renda proveniente de aluguel de imóveis naquele período.

solutos, houve uma diminuição em quase metade de domicílios nessa faixa, pois 5.026 saíram dessa situação. Porém em termos proporcionais, apesar do acentuado declínio, a Periferia manteve o cenário de estar em desvantagem nesse ponto quando comparada às proporções existentes no Paraná. Já Núcleo e ACP mantiveram percentuais inferiores aos do estado. Vale lembrar que para algumas políticas e organizações, a faixa de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo *per capita* é compreendida como situação de extrema pobreza.

O mesmo pode ser verificado na faixa de renda superior a $\frac{1}{4}$ e de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita*. Nela a tendência de redução tanto numérica quanto proporcional além de constante foi também bastante agressiva em todos os níveis territoriais verificados. Novamente foi a Periferia da RMC que registrou os maiores percentuais de domicílios nessa situação entre as unidades espaciais selecionadas em 2000 e 2010; já o Núcleo apresentou os menores.

Fixando-se a atenção em 2010 e adensando-se essas três faixas de renda, temos um cenário que expressa o contingente de domicílios com baixa renda⁵. Nele as respectivas taxas apuradas são: Paraná 18,7%, RMC 13,5%, Núcleo 8,9%, ACP 16,7% e Periferia 31,7%. Logo, no que diz respeito ao critério renda domiciliar *per capita*, percebe-se a grande distância intrametropolitana que existe entre as faixas territoriais, havendo uma escala que praticamente dobra o índice de baixa renda a cada recorte territorial no movimento centrífugo da RMC para as suas bordas. Nesse aspecto recomenda-se novamente a leitura do Capítulo 4 desse livro, cuja análise apresenta a classificação sócio-ocupacional encontrada no território da RMC.

Considerando-se as faixas maior que $\frac{1}{2}$ até 2 salários mínimos, encontraremos situadas nelas grande parcela dos arranjos domiciliares familiar, em 2010. Em 2000, essa concentração estava situada entre $\frac{1}{4}$ até 1 salário mínimo, pois eram essas que registravam as maiores proporções relativas entre as faixas de renda. Desse modo, ocorreu uma elevação na renda com participação maior dos degraus superiores. Essa mudança fez com que, em 2010, excetuando-se o Núcleo, todos os demais apresentassem a maioria dos domicílios com arranjos familiares inseridos nessas faixas de renda intermediárias quando consolidadas e registrando 59,2% no Paraná, 55,1% na RMC, 47,9% no Núcleo, 65,3%

⁵ De acordo com os critérios do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), do governo federal, para classificação das famílias no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico): baixa renda equivale até $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita*; em situação de pobreza quando a renda *per capita* atinge no máximo R\$ 140; e em situação de pobreza extrema quando é inferior a R\$ 70.

na ACP e 57% na Periferia. Destaca-se, ainda, que no Núcleo houve recuo na proporção dessas faixas, pois em 2000 estava em 48,5%.

Essa última informação relacionada ao Núcleo indica o crescimento expressivo que ocorreu nos extratos superiores de renda, uma vez que as faixas maiores que 2 salários mínimos representavam 34,2% dos domicílios em 2000 e passou para 43,2% em 2010. Volume esse bastante superior ao encontrado nas demais unidades espaciais da RMC no último momento censitário, a saber, de 18% na ACP e de apenas 11,3% na Periferia. De todo modo, em todas as unidades espaciais ocorreu crescimento da proporção desse patamar de renda, isto é, ocorreu um movimento ascendente no sentido das maiores faixas de renda.

Em suma, resta sublinhar como destaque o fato de a Periferia da RMC ser caracterizada por uma combinação de ambiente rural com predominância das menores rendas. Também se destaca que, em ambos os Censos, foi o Núcleo que apresentou uma proporção mais equilibrada entre as faixas acima da baixa renda.

De qualquer modo, a melhora geral nos patamares de renda na RMC acompanha o movimento de âmbito nacional, ocorrido durante a década, e que residiu no fortalecimento das políticas com cunho socioeconômico, tais como a intensificação dos programas de transferência de renda direta ao cidadão, os consecutivos ganhos reais dos valores do salário mínimo, mas principalmente no expressivo aumento das taxas de ocupação no emprego e de formalização do trabalho (IPEA, 2010; KERSTENETZKY, 2012). Nesse sentido, maiores detalhes podem ser observados na discussão efetuada no Capítulo 3 deste livro, acerca das mudanças ocorridas no mercado de trabalho da RMC.

Passando-se agora para as características da pessoa responsável pelo domicílio particular com arranjo familiar, primeiramente foi observada a variável sexo (Tabela 5.5). Nela constatou-se que o tipo masculino foi em 2000 e manteve-se em 2010 como predominante em todas as unidades espaciais analisadas; contudo, apresentando uma considerável redução proporcional. Isso fez que tanto o estado do Paraná quanto a RMC registrassem um avanço de aproximadamente 15 pontos percentuais nos arranjos familiares com mulheres na chefia do domicílio. Esse mesmo avanço foi um pouco mais contundente na ACP (17,6 p.p.) e levemente menor na Periferia (13,7 p.p.). Assim, em 2010, foi o Núcleo que registrou a maior proporção de pessoas do sexo feminino como sendo a pessoa de referência do domicílio com arranjo familiar (38,4%) e a Periferia, a menor proporção (29,8%).

Tabela 5.5 - Distribuição dos chefes de arranjo domiciliar familiar, segundo algumas características

CARACTERÍSTICAS	PARANÁ		RM CURITIBA		NÚCLEO		ACP		PERIFERIA											
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010										
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%										
Sexo																				
Masculino	1.994.852	81,8	1.934.065	66,8	562.709	78,2	558.989	63,0	313.042	75,6	301.508	61,6	214.024	63,8	41.542	83,9	43.457	70,2		
Feminino	444.536	18,2	960.178	33,2	156.617	21,8	327.644	37,0	101.187	24,4	187.951	38,4	47.454	18,6	7.976	16,1	18.474	29,8		
Nível de instrução ¹																				
Sem instrução e fundam. incompleto	1.536.072	63,0	1.425.062	49,2	371.320	51,6	347.442	39,2	164.404	39,7	141.864	29,0	168.754	66,0	164.815	49,2	38.161	77,1	40.763	65,8
Fundamental compl. e médio incompleto	334.702	13,7	467.950	16,2	117.497	16,3	150.973	17,0	69.259	16,7	77.690	15,9	43.442	17,0	65.104	19,4	4.795	9,7	8.179	13,2
Médio completo e superior incompleto	378.998	15,5	668.790	23,1	148.095	20,6	242.785	27,4	108.362	26,2	149.071	30,5	34.692	13,6	83.736	25,0	4.841	9,8	9.978	16,1
Superior completo	156.006	6,4	326.365	11,3	75.473	10,5	142.410	16,1	68.382	16,5	118.787	24,3	5.959	2,3	20.718	6,2	1.133	2,3	2.905	4,7
Não determinado	33.610	1,4	6.076	0,2	6.940	1,0	3.023	0,3	3.622	0,9	2.048	0,4	2.731	1,1	869	0,3	587	1,2	106	0,2
Faixa etária em anos																				
10 a 19	15.208	0,6	41.358	1,4	4.776	0,7	14.634	1,7	2.000	0,5	6.559	1,3	2.475	1,0	7.283	2,2	302	0,6	792	1,3
20 a 29	386.559	15,8	400.467	13,8	123.456	17,2	129.401	14,6	62.105	15,0	63.168	12,9	53.303	20,9	57.475	17,1	8.048	16,3	8.758	14,1
30 a 39	661.851	27,1	673.848	23,3	201.457	28,0	219.130	24,7	111.899	27,0	113.910	23,3	77.042	30,1	90.181	26,9	12.515	25,3	15.038	24,3
40 a 49	580.375	23,8	701.258	24,2	177.648	24,7	214.365	24,2	106.241	25,6	118.766	24,3	59.783	23,4	81.239	24,2	11.624	23,5	14.360	23,2
50 a 59	396.758	16,3	534.954	18,5	112.040	15,6	162.987	18,4	68.731	16,6	96.329	19,7	35.330	13,8	55.529	16,6	7.979	16,1	11.130	18,0
60 a 69	252.051	10,3	330.878	11,4	63.799	8,9	92.059	10,4	39.643	9,6	56.085	11,5	18.578	7,3	28.790	8,6	5.579	11,3	7.185	11,6
70 a 79	118.809	4,9	164.460	5,7	29.441	4,1	41.586	4,7	19.013	4,6	26.069	5,3	7.648	3,0	11.838	3,5	2.777	5,6	3.679	5,9
80 e mais	27.776	1,1	47.020	1,6	6.708	0,9	12.471	1,4	4.594	1,1	8.574	1,8	1.421	0,6	2.907	0,9	694	1,4	990	1,6

FONTE: IBGE - Microdados da amostra Censos Demográficos 2000 e 2010

NOTA: Dados trabalhados pelos autores.

(1) Foram harmonizadas as variáveis, em 2000, "Frequência escola ou creche" (V0429), "Curso que frequenta" (V0430), "Série que frequenta" (V0431), "Curso mais elevado que frequentou, concluindo pelo menos uma série" (V0432) e "Concluiu o curso no qual estudou" (V0434), com a variável "Nível de instrução" (V6400), de 2010.

Tal aspecto, acerca da ampliação do espaço da chefia feminina nos domicílios, exige a consideração de uma série de outras variáveis que, infelizmente, não poderão ser aferidas nesse momento, pois o registro na RMC do avultamento recente de tal fenômeno pode estar atrelado à combinação de um conjunto de fatores, como a maior expectativa de vida das mulheres na população, aliado ao aumento da autonomia e da igualdade de gênero na sociedade, influenciando assim, inclusive a composição dos arranjos, sejam eles familiares ou não. Também, por outro lado, tal questão pode encobrir a sobrecarga de papéis e responsabilidades que recaem sobre as mulheres, principalmente as mais empobrecidas. Haja vista estudo dedicado aos arranjos que estão expostos às maiores vulnerabilidades e riscos sociais, nele aparece com destaque aqueles com referência feminina, que, entre outras características, apresentam indícios de precarização do trabalho, uma vez que:

É senso comum que a taxa de atividade feminina pode ser afetada na sua magnitude e evolução pela presença dos filhos, muito embora também se saiba que, no agregado, o casamento ou a maternidade e os cuidados com crianças e idosos já não provocam, como há décadas, elevação da inatividade nas coortes mais jovens. Seu efeito mais contundente é reduzir o leque de oportunidades de emprego e galvanizar o acesso a ocupações precárias e menos qualificadas, que oferecem jornadas de trabalho mais reduzidas e permitem compatibilizar trabalho e responsabilidades familiares (LAVINAS, NICOLL, 2006, p.76).

Com efeito, a questão de gênero nas relações familiares se impõe enquanto uma agenda de pesquisa vibrante e, mais do que isso, necessária em nossa sociedade.

Passando-se ao próximo ponto, no que tange à escolaridade, essa variável apresenta uma redução de chefes de domicílio na categoria “Sem instrução e fundamental incompleto” em todas as unidades espaciais (Tabela 5.5). Porém, em 2010, 65,8% dos responsáveis pelos arranjos familiares da Periferia da RMC permaneciam nessa condição. O conjunto do estado paranaense e a ACP apresentaram a segunda maior taxa nesse quesito com 49,2%, o que sinaliza um expressivo contingente com baixa escolaridade. Na categoria “Fundamental completo e médio incompleto”, houve um leve aumento na proporção na maioria dos recortes territoriais, o único em que ocorreu redução na

proporção dessa categoria foi no Núcleo. A ACP foi a que apresentou a maior proporção relativa de pessoas responsáveis pelo arranjo familiar com essa característica nos dois Censos verificados. Por sua vez, a categoria “Médio completo e superior incompleto” também apresentou incremento percentual positivo entre os Censos em todas as unidades espaciais, as maiores proporções nos dois anos de referência estavam no Núcleo e as menores, na Periferia. Por fim, a categoria “Superior completo”, do mesmo modo que a anterior, apresentou aumento na participação proporcional em todos os cenários. Destaque novamente para o Núcleo que, em 2010, apresentava índice bastante superior aos demais componentes da RMC, no que tange a chefes de arranjos familiares com graduação.

De modo geral, verifica-se que houve uma elevação no nível de instrução dos responsáveis pelos arranjos familiares da RMC. Apesar disso, em 2010, apenas no Núcleo mais da metade dos chefes de domicílio possuíam pelo menos o Ensino Médio completo, mais especificamente 54,7%.

Por problemas de registro da informação, restava ainda um número residual de pessoas de referência do arranjo familiar cujo nível de instrução não pode ser aferido em nenhum dos Censos.

Dando continuidade às características da pessoa responsável pelo arranjo domiciliar familiar, observou-se ainda a distribuição por faixas etárias (Tabela 5.5). Assim, foi percebido que em 2000, excetuando-se a Periferia, todas as demais unidades espaciais apresentavam mais de 50% das pessoas de referência do domicílio com idade entre 30 e 49 anos. Na periferia, no entanto, o percentual também era elevado: 48,8%. Em 2010, essa configuração sofre uma leve mudança, apresentando diminuição em seus percentuais, porém suficiente para que essas faixas etárias deixassem de representar a maioria dos chefes de domicílio. Apenas na ACP a redução não foi suficiente para alterar esse padrão, que era de 53,5% em 2000 e passou para 51,1% em 2010. Esse movimento de perda de representatividade também ocorreu nas faixas etárias mais jovens, de 10 a 29 anos, em todas as unidades espaciais. Novamente foi a ACP que registrou as maiores proporções, com 21,8% em 2000 e 19,3% em 2010 de chefes de domicílios jovens. Movimento distinto ocorreu nas faixas etárias mais avançadas (50 anos e mais), pois em todas ocorreu o avanço de sua participação proporcional. Nesse segmento etário a Periferia apresentou os mais altos registros em 2000, com 34,4%, e em 2010 o Núcleo, com 38,2%. Naturalmente a ACP, por ter registrado

proporções mais elevadas nas faixas etárias anteriores, nesse ponto apresentou as mais baixas em ambos os Censos: 24,6% em 2000 e 29,5% em 2010. Observa-se, desse modo, que no contexto das unidades espaciais analisadas, a ACP se destaca por apresentar em 2010 a proporção mais elevada de chefes de domicílio com perfil mais jovem (abaixo de 50 anos), 70,4%, ao passo que o Núcleo de Curitiba, dentre os demais, é o que concentra o maior percentual de domicílios chefiados por pessoas de mais idade (50 anos e mais), 38,2%.

A percepção da tendência de aumento, no período, da escolaridade dos responsáveis pelos domicílios com arranjos familiares, combinada com a redução das faixas etárias mais jovens como referência do domicílio, proporciona o lançamento da hipótese de que houve uma preferência pela qualificação educacional, ou ainda profissional, com a busca pela inserção e/ou procura por melhor colocação no mercado de trabalho, em detrimento da constituição de família. Esse adiamento, teoricamente, caracteriza-se ainda pelo alargamento da fase denominada juventude na vida da pessoa. Tal aspecto provavelmente deve também sofrer variação de acordo com a respectiva classe social do indivíduo. Para uma assertiva mais concreta nesse sentido, faz-se necessário o confrontamento das variáveis idade, escolaridade, renda e estado civil, dentro dos respectivos arranjos, exercício esse que não foi possível de ser realizado nesse momento.

Desse modo, tendo sido passada em revista essas características elementares, podemos verificar os tipos de arranjos familiares da RMC. Neste estudo seguiremos a tipologia consolidada pela literatura e que divide os arranjos em três tipos básicos, a saber:

- Nuclear – tipo de arranjo formado por casais com ou sem filhos ou enteados; ou somente pela pessoa responsável pelo domicílio e com filho(s);
- Estendido – tipo de arranjo formado pela configuração nuclear, porém com a presença de pelo menos mais uma pessoa descrita como outro vínculo de parentesco;
- Composto – tipo de arranjo formado pelos modelos anteriores, acrescida de pelo menos uma pessoa sem parentesco com a pessoa responsável pelo domicílio.

Entre 2000 e 2010, praticamente todos os tipos de arranjos apresentaram crescimento absoluto em cada uma das unidades espaciais

(Tabela 5.6). Na RMC, a taxa de variação dos arranjos familiares do tipo Nuclear foi de 17,2%, do tipo Estendido 60,2% e do tipo Composto apenas 1,2%.

Tabela 5.6 - Distribuição dos arranjos domiciliares familiar, segundo tipo - Paraná e RMC - 2000 e 2010

UNIDADE DA FEDERAÇÃO, REGIÃO METROPOLITANA E SUBDIVISÃO	ARRANJO DOMICILIAR FAMILIAR							
	NUCLEAR				ESTENDIDO			
	2000		2010		2000		2010	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Paraná	2.072.775	85,0	2.326.909	80,4	337.671	13,8	535.966	18,5
RM Curitiba	602.429	83,7	706.112	79,6	105.470	14,7	168.953	19,1
Núcleo	342.751	82,7	386.460	79,0	62.710	15,1	95.617	19,5
ACP	217.046	84,9	268.820	80,2	36.342	14,2	62.879	18,8
Periferia	42.632	86,1	50.833	82,1	6.418	13,0	10.456	16,9

UNIDADE DA FEDERAÇÃO, REGIÃO METROPOLITANA E SUBDIVISÃO	ARRANJO DOMICILIAR FAMILIAR							
	COMPOSTO				TOTAL			
	2000		2010		2000		2010	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Paraná	28.941	1,2	31.368	1,1	2.439.387	100,0	2.894.243	100,0
RM Curitiba	11.428	1,6	11.568	1,3	719.326	100,0	886.633	100,0
Núcleo	8.768	2,1	7.382	1,5	414.229	100,0	489.459	100,0
ACP	2.191	0,9	3.543	1,1	255.579	100,0	335.242	100,0
Periferia	468	0,9	642	1,0	49.518	100,0	61.931	100,0

FONTE: IBGE - Microdados da amostra Censos Demográficos 2000 e 2010

NOTA: Dados trabalhados pelos autores.

Segundo essa classificação, o tipo altamente predominante em todas as unidades de análise selecionadas foi o Nuclear. Tanto em 2000 quanto em 2010, os maiores percentuais foram localizados na Periferia e os menores, no Núcleo da RMC. Contudo, esse tipo perdeu representatividade em termos proporcionais nos arranjos familiares em todos os recortes territoriais. Já o tipo Estendido apresentou um crescimento uniforme em todas as divisões espaciais, ampliando a sua participação proporcional nos tipos de arranjos. Nele, nos dois anos censitários, os mais altos percentuais são encontrados no Núcleo da RMC e os menores na Periferia, ocorrendo assim uma inversão de posições em relação ao padrão de distribuição encontrado no tipo Nuclear. Por fim, o tipo Composto manteve um comportamento estável que, além de pouco alterar os percentuais, os manteve em um patamar quase residual e, portanto, de baixa representatividade. Assim, de importante registra-se a queda na representatividade do padrão de família Nuclear em prol do arranjo domiciliar familiar Estendido.

Em relação ao tamanho das famílias, constatou-se que houve uma diminuição, de forma mais consistente, do número de membros nos arranjos familiares do tipo Nuclear (Tabela 5.7). Nele em todas as unidades espaciais as famílias reduziram de tamanho, sendo que em ambos os Censos as menores famílias estavam no Núcleo e as maiores na Periferia. Por seu turno, os tipos de arranjos Estendido e Composto mantiveram-se constantes e estáveis em relação ao número médio de moradores entre um Censo e outro. De todo modo, os arranjos do tipo Estendido apresentaram-se com média de membros superior ao tipo Nuclear, e, por sua vez, o tipo Composto com média mais elevada em relação aos demais tipos.

Tabela 5.7 - Tipos de arranjos domiciliares familiar, segundo número médio de moradores da unidade doméstica - Paraná e RMC - 2000 e 2010

UNIDADE DA FEDERAÇÃO, REGIÃO METROPOLITANA E SUBDIVISÃO	NÚMERO MÉDIO DE MORADORES DA UNIDADE DOMÉSTICA					
	NUCLEAR		ESTENDIDA		COMPOSTA	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Paraná	3,7	3,2	4,5	4,4	4,9	4,7
RM Curitiba	3,6	3,2	4,4	4,4	4,8	4,8
Núcleo	3,5	3,1	4,3	4,3	4,7	4,8
ACP	3,7	3,3	4,7	4,6	5,1	4,8
Periferia	3,9	3,4	4,6	4,5	5,0	4,7

FONTE: IBGE - Microdados da amostra Censos Demográficos 2000 e 2010

NOTA: Dados trabalhados pelos autores.

Comparando-se, então, as duas últimas variáveis observadas, nota-se que o modelo nuclear perde participação relativa na distribuição, bem como ocorre redução no seu total de membros. Essa última informação, associada com o crescimento de domicílios chefiados por pessoas de faixas etárias mais avançadas, como anteriormente aferido, manifestam duas características da transição demográfica atualmente em curso no país e, portanto, também na RMC: a queda da fecundidade e o avanço no índice de idosos. Conforme já enunciado no Capítulo 2 desse livro, tal conjunto de fatores reserva vários e novos desafios para o Estado e para a sociedade em geral.

Portanto, identificar como se encontra conformada e distribuída essa tipologia de arranjos familiares é importante para o conhecimento da própria sociedade como um todo, pois:

A consideração das famílias e seus diferentes arranjos, bem como

seu tamanho, são fundamentais num estudo da situação socioeconômica da população. A família é a esfera responsável pela qualidade de vida de seus membros e nela são tomadas uma série de decisões relativas à moradia, alimentação, educação, tratamento de saúde, consumo em geral e, sobretudo, em relação à participação na atividade econômica de seus membros, a qual define a principal fonte de renda para a grande maioria das famílias (LEONE; MAIA; BALTAR, 2010, p.60).

Notadamente, arranjos familiares mais enxutos, somados às características da conjuntura socioeconômica da última década, a que já se fez menção, influenciam também na melhora do indicador de renda per capita nos domicílios.

No que se relaciona à composição dos arranjos familiares, conforme se podia esperar devido ao peso do tipo Nuclear, nota-se que a composição formada pelo casal, em suas diferentes formatações (com ou sem filho; com ou sem outro parente), ainda é o predominante, embora também tenha apresentado decréscimo de representatividade entre os Censos (Tabela 5.8). Haja vista que as composições envolvendo casais constituíam 82,2% do total em 2000 e baixou para 76,4% em 2010, na RMC. Nesse sentido, em termos de RMC, houve uma diminuição geral dos registros da composição “casal com filho” (média de menos 14 p.p. no período verificado), com o crescimento em menor ritmo da proporção de “casal sem filho” (média de 3,6 p.p.). No caso exclusivo da composição “casal com filhos”, em 2010, apenas na ACP e na Periferia essa composição representava mais da metade das possibilidades de combinação, com, respectivamente, 51,8% e 53,9%. As composições envolvendo “mulher sem cônjuge” na RMC obtiveram pequeno crescimento, na ordem de 1 p.p., e as relacionadas a “homem sem cônjuge” foram menores ainda, ficando na média abaixo desse patamar encontrado no modelo feminino. Nesse cenário, as demais composições, que foram enquadradas na categoria “outros” – por exemplo, dois irmãos residindo juntos ou avó e neto –, apresentaram um crescimento considerável e, portanto, com ganho de representatividade.

Tabela 5.8 - Distribuição dos arranjos domiciliares familiar, segundo composição - Paraná e RMC - 2000 e 2010

UNIDADE DA FEDERAÇÃO, REGIÃO METROPOLITANA E SUBDIVISÃO	COMPOSIÇÃO DOS ARRANJOS DOMICILIARES FAMILIAR									
	Casal com filhos		Casal com filhos e com parentes		Casal sem filhos		Casal sem filhos e com parentes		Mulher sem cônjuge e com filhos	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Paraná	64,1	49,3	4,4	8,4	14,4	18,6	1,4	2,4	10,5	9,7
RM Curitiba	62,4	48,6	4,7	8,4	13,8	17,3	1,3	2,1	12,0	10,6
Núcleo	59,8	45,7	4,4	7,8	14,8	18,2	1,2	2,0	13,6	11,6
ACP	65,6	51,8	5,3	9,4	12,4	15,9	1,4	2,1	10,1	9,6
Periferia	67,1	53,9	4,1	8,0	13,0	17,4	1,4	2,4	8,5	8,3

UNIDADE DA FEDERAÇÃO, REGIÃO METROPOLITANA E SUBDIVISÃO	COMPOSIÇÃO DOS ARRANJOS DOMICILIARES FAMILIAR									
	Mulher sem cônjuge com filhos e com parentes		Homem sem cônjuge e com filhos		Homem sem cônjuge com filhos e com parentes		Outros		TOTAL	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Paraná	2,0	4,3	1,5	1,5	0,3	0,6	1,4	5,2	100,0	100,0
RM Curitiba	2,3	4,8	1,6	1,6	0,3	0,8	1,6	5,8	100,0	100,0
Núcleo	2,5	5,2	1,6	1,7	0,3	0,8	1,9	6,8	100,0	100,0
ACP	2,1	4,3	1,5	1,5	0,3	0,7	1,2	4,8	100,0	100,0
Periferia	2,0	3,5	2,2	1,7	0,3	0,7	1,3	4,1	100,0	100,0

FONTE: IBGE - Microdados da amostra Censos Demográficos 2000 e 2010

NOTA: Dados trabalhados por autores.

Em virtude desse último dado, no conjunto da RMC, a categoria “outros” na composição dos arranjos familiares apresentou a maior variação, com 352,9%. Ressalta-se também que as categorias que apresentaram elevada variação foram aquelas que continham o componente parente na sua composição, o que vai ao encontro do crescimento dos arranjos familiares do tipo Estendido. Foram elas: “Homem sem cônjuge com filhos e com parentes” (233%), “Mulher sem cônjuge com filhos e com parentes” (155,4%), “Casal com filhos e com parentes” (124,8%), “Casal sem filhos e com parentes” (110,3%). As demais variações foram: “Casal sem filhos” (57,9%), “Homem sem cônjuge e com filhos” (27,7%), “Mulher sem cônjuge e com filhos” (11,9%) e “Casal com filhos” (-1,8%).

O que esse conjunto de dados nos mostra é a direção de um paulatino distanciamento do modelo familiar nuclear. Duas outras direções se apresentam como substitutos imediatos: a) os arranjos não familiares, como característica do aumento da autonomia e da individualização; e b) as famílias estendidas, caracterizadas pelos rearranjos estabelecidos entre seus integrantes, configurando famílias reconstituídas e reinventadas (ARRIAGADA, 2000), e multigeracionais (ALVES; CAVENAGHI, 2012).

Com efeito, a experiência encontrada em várias sociedades que viveram a segunda transição demográfica, na qual ocorreu a redução na incidência do modelo tradicional de família, com a emergência de novos arranjos familiares (ALVES, CAVENAGHI, BARROS, 2010), é um processo visivelmente em curso também na RMC, de acordo com os dados observados e aqui apresentados de forma panorâmica, rápida e sumária.

Contudo, há de se considerar ainda que a hegemonia do modelo de arranjo familiar nuclear foi também bastante idealizada discursivamente, sem guardar muitas vezes aderência efetiva entre o enunciado e a realidade empírica. Nesse sentido, a título de ilustração, recorremos à tese de Scott (2004), cuja assertiva, baseada na relação entre gênero, família e poder no Brasil, afirma que:

A família nuclear é altamente valorizada [...] com o avanço da urbanização, a questão de gênero começa a despontar. A crescente população urbana apresenta evidências de severas desigualdades em suas famílias (nem sempre tão nucleares como sugeriria o modelo) [...]. O encaixe arrumadinho entre famílias nucleares e urbanização não é tão certo quando se faz referência aos segmentos mais pobres da população urbana brasileira (SCOTT, 2004, p.38).

Certamente, a mudança de perspectiva passa pelo reconhecimento desses desencaixes pelos próprios indivíduos, cada vez mais autônomos e independentes, que, desse modo, procuram novas formas de sociabilidade, inclusive primária.

4. Considerações finais

De modo retrospectivo, este trabalho teve como preocupação norteadora a não equiparação dos conceitos de “família” com o de *arranjo familiar* e nenhum desses com o de domicílio. Procurou-se, assim, observar as orientações comuns constantes no profícuo debate acerca do tema, no qual são sistematicamente apontados os limites e dificuldades de reconstrução a partir da realidade social da instituição família, razão pela qual não foi assumida essa concepção no percurso de exposição dos dados. Simultaneamente, assumiu-se a postura de adotar o modelo de arranjo domiciliar enquanto unidade de apreensão de tendências relacionadas à conformação das relações familiares dos indivíduos.

Na sequência, buscou-se identificar os tipos de arranjos domiciliares familiares em contraposição aos não familiares por meio da verificação da posição da pessoa no domicílio em relação à pessoa de referência, também denominada pessoa responsável ou chefe do domicílio. Classificou-se como familiar o arranjo composto por duas ou mais pessoas com parentesco residindo na mesma unidade doméstica, enquanto o arranjo não familiar considerou o domicílio com a presença de apenas uma pessoa vivendo nele (unipessoal) e aquele que contivesse duas ou mais pessoas sem relação de parentesco, mas com vínculos de dependência ou de convivência (multipessoal).

Resgatando os principais resultados, de forma geral, em 2010 o arranjo predominante nos domicílios da RMC ainda foi o familiar, em particular na ACP. Porém houve um crescimento expressivo do número de domicílios com arranjos não familiares, entre 2000 e 2010. Verificou-se também que, no tocante ao tipo de arranjo familiar, embora a família nuclear se mantenha como padrão predominante, no período registrou um duplo recuo: na proporção, principalmente ante o avanço do tipo estendido; e na sua densidade, pois em média as famílias nucleares ficaram menores. Isso significa dizer que a família nuclear encolheu, por um lado, e as demais se diversificaram, por outro. Nesse sentido foi na Periferia que se mantiveram as mais altas proporções de famílias nucleares, bem como as mais numerosas em quantidade de membros. De modo distinto, o Núcleo apresentou os menores registros do tipo nuclear e de seus respectivos membros.

Como uma das principais constatações decorrente da sistematização dos microdados para a RMC destacamos ainda a diminuição acentuada da composição de “casal com filhos” e o crescimento, embora em menor ritmo, dos “casais sem filhos”. O panorama encontrado na RMC indicou que essa tendência foi mais significativa no Núcleo, lugar de concentração de domicílios com renda *per capita* mais elevada, maior escolaridade e pessoas de referência com idades mais avançadas.

Esse quadro síntese das mudanças mais relevantes observadas, inexoravelmente, apresentou a diferenciação existente entre as três unidades da RMC, destacadas durante o texto, cujo descompasso se manifestou em vários momentos a despeito de compartilharem uma mesma tendência de direção. Em virtude das diferenças de variações e dissonâncias entre o Núcleo, a ACP e a Periferia da RMC, encontra-se manifesta a característica da metrópole contemporânea, de ser “a

expressão máxima da constituição de um espaço ao mesmo tempo homogêneo, fragmentado e hierarquizado” (LENCIONI, 2011, p. 59).

Por fim, esse trabalho não pretendeu ser exaustivo na apresentação e desagregação dos dados disponíveis, ou no cruzamento e confrontação de variáveis, por isso, reconhece que diversas e importantes questões ficaram com lacunas ou sem ser contempladas.

Referências

- ALVES, J. A definição de família convivente do IBGE: cuidados metodológicos necessários. 2005. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/notametodologica_familiasconviventes.pdf. Acesso 28 mai. 2013.
- ALVES, J. As características dos domicílios brasileiros entre 1960 e 2000. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE, 2004. (Textos para discussão n.10).
- ALVES, J.; CAVENAGHI, S. Tendências demográficas, dos domicílios e das famílias no Brasil. 2012. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/>. Acesso 19 set. 2013.
- ALVES, J; CAVENAGHI, S.; BARROS, L. A família DINC no Brasil: algumas características sócio-econômicas. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE, 2010. (Textos para discussão n.30).
- ARRIAGADA, I. ¿Nuevas familias para un nuevo siglo? Paidéia. Ribeirão Preto, vol.10, n.18, 2000, p.28-39.
- ARRIAGADA, I. “Transformações sociais e demográficas das famílias latinoamericanas”. In: DOMINGUES, J.; MANEIRO, M. (orgs.). América Latina Hoje: conceitos e interpretações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- ARRIAGADA, I. Familias latino-americanas: diagnóstico y políticas públicas en los inicios del nuevo siglo. Santiago de Chile: CEPAL, 2001. (Serie Política Sociales n.57).
- BERQUÓ, E. “Arranjos Familiares no Brasil: uma visão demográfica”. In: SCHWARCZ, L. (org.). História da Vida Privada no Brasil 4: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social. Brasília: MDS, 2004.
- BRUSCHINI, C. Uma abordagem sociológica de família. Revista Brasileira de Estudos de População. São Paulo, vol. 6, n.1, 1989, p.1-23.

DOWBOR, L. “A economia da família”. In: ACOSTA, A.; VITALE, M. (orgs.). Família: redes, laços e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2010.

GIDDENS, A. A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

GIDDENS, A. As consequências da modernidade. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

IBGE. Censo Demográfico 2010: notas metodológicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IPEA. Políticas Sociais: acompanhamento e análise. Brasília, IPEA, n.18, 2010.

KERSTENETZKY, C. O Estado de Bem-Estar Social na Idade da Razão: a reinvenção do estado social no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

LAVINAS, L.; NICOLL, M. Atividade e vulnerabilidade: quais os arranjos familiares em risco? Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 49, n.1, 2006, p. 67-97.

LENCIONI, S. “Referências analíticas para a discussão da metamorfose metropolitana”. In: LENCIONI, S.; VIDAL-KOPPMANN, S.; HIDALGO, R.; PEREIRA, P. (orgs.). Transformações sócio-territoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago. São Paulo: FAUUSP, 2011.

LEONE, E.; MAIA, A.; BALTAR, P.; Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil. Economia e Sociedade, Campinas, vol.19, n.1 (38), 2010, p. 59-97.

MEDEIROS, M. A importância de se conhecer melhor as famílias para a elaboração de políticas sociais na América Latina. Planejamento e Políticas Públicas. Brasília, n.22, 2000, p.47-71.

MEDEIROS, M.; OSÓRIO, R. Arranjos Domiciliares e Arranjos Nucleares no Brasil: classificação e evolução de 1977 a 1998. Brasília: IPEA, 2001. (Texto para discussão n.788).

MEDEIROS, M.; OSÓRIO, R. Mudanças nas famílias brasileiras: a composição dos arranjos domiciliares entre 1978 e 1998. Brasília: IPEA, 2002. (Texto para discussão n.866).

MEDEIROS, M.; OSÓRIO, R.; VARELLA, S. O levantamento de informações sobre as famílias nas PNADs de 1992 a 1999. Brasília: IPEA, 2002. (Texto para discussão n.860).

NASCIMENTO, A. População e família brasileira: ontem e hoje. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Anais. Caxambu: ABEP, 2006, p.1-24.

OLIVEIRA, Z.; MIRANDA-RIBEIRO, P.; LONGO, L. Uma exploração inicial das informações sobre família no Censo Demográfico de 2010. XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Anais. Águas de Lindóia: ABEP, 2012, p.1-18.

RIBEIRO, I.; RIBEIRO, A. Família e desafios na sociedade brasileira: valores como ângulo de análise. Rio de Janeiro, Edições Loyola, Centro João XXIII, 1994.

SABOIA, A.; COBO, B.; MATOS, G. Desafios e possibilidades da investigação sobre os novos arranjos familiares e a metodologia para identificação de família no Censo 2010. XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Anais. Águas de Lindóia: ABEP, 2012, p.1-20.

SALLES, V. Quando falamos de família, de que família estamos falando? Caderno CRH. Salvador, n.17, 1992, p.106-140.

SARTI, C. “Famílias enredadas”. In: ACOSTA, A.; VITALE, M. (orgs.). Família: redes, laços e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2010.

SCOTT, R. Família, gênero e poder no Brasil do século XX. BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, São Paulo, n.58, 2004, p.29-78.

SIMMEL, G. “A metrópole e a vida mental”. In: VELHO, O. (org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

ZALUAR, A. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, vol. 12, n.35, 1997, p.29-47.

Produção dos espaços informais de moradia e tendências de organização socioespacial do território na metrópole de Curitiba

Madianita Nunes da Silva

Resumo: O capítulo analisa as atuais tendências de organização socioespacial do território da metrópole de Curitiba à luz da produção dos espaços informais de moradia nas duas últimas décadas. A discussão tem como objetivo auxiliar na compreensão dos fenômenos responsáveis pela configuração da atual estrutura socioespacial da metrópole, marcada pela maior complexidade e a ampliação da fragmentação e da heterogeneidade. Os resultados indicam que, dentre outros atributos, esta estrutura organiza-se a partir de uma lógica de produção e localização dos espaços residenciais distinta da que se apresentava até o final da década de 1980, na qual o processo de produção dos espaços informais de moradia desempenha um papel fundamental.

Palavras-chave: Produção do espaço. Metrópole de Curitiba. Espaços informais de moradia. Organização socioespacial do território. Urbanização contemporânea.

Abstract: The chapter analyzes the current trends of socio-spatial organization of the territory of the metropolis of Curitiba in the light of the production of informal housing spaces in the last two decades. The discussion aims to assist in understanding the phenomena responsible for the configuration of the current socio-spatial structure of the city, marked by greater complexity and expansion of fragmentation and heterogeneity. The results indicate that, among other attributes, this structure of location and production of the housing spaces is organized in a distinct manner than it was presented by the end of the 1980s, in which the production process of informal housing spaces plays a key role.

Keywords: Production Space. Metropolis of Curitiba. Informal spaces housing. Socio-spatial organization of the territory. Contemporary urbanization.

A carência crescente de moradias para a população de baixa renda na metrópole de Curitiba¹ acompanhou a dinâmica observada em grande parte das cidades brasileiras desde meados do século XX, principalmente com o início da metropolização na década de 1970, evoluindo de forma ascendente nas décadas seguintes. Tomando como referência a produção dos espaços de moradia popular², identificam-se neste período duas fases distintas: a primeira até o final da década de 1980, e a segunda que inicia a partir de 1990 (Figura 6.1).

Na primeira fase, a produção dos espaços de moradia popular foi marcada pela formação de uma periferia autoconstruída no entorno dos limites de Curitiba, que se consolidou pela implantação de loteamentos que vinham sendo aprovados na RMC desde a década de 1950. Esse período caracterizou-se também pelo início do crescimento e a concentração das favelas, bem como da produção habitacional financiada pelo Estado no Município de Curitiba.

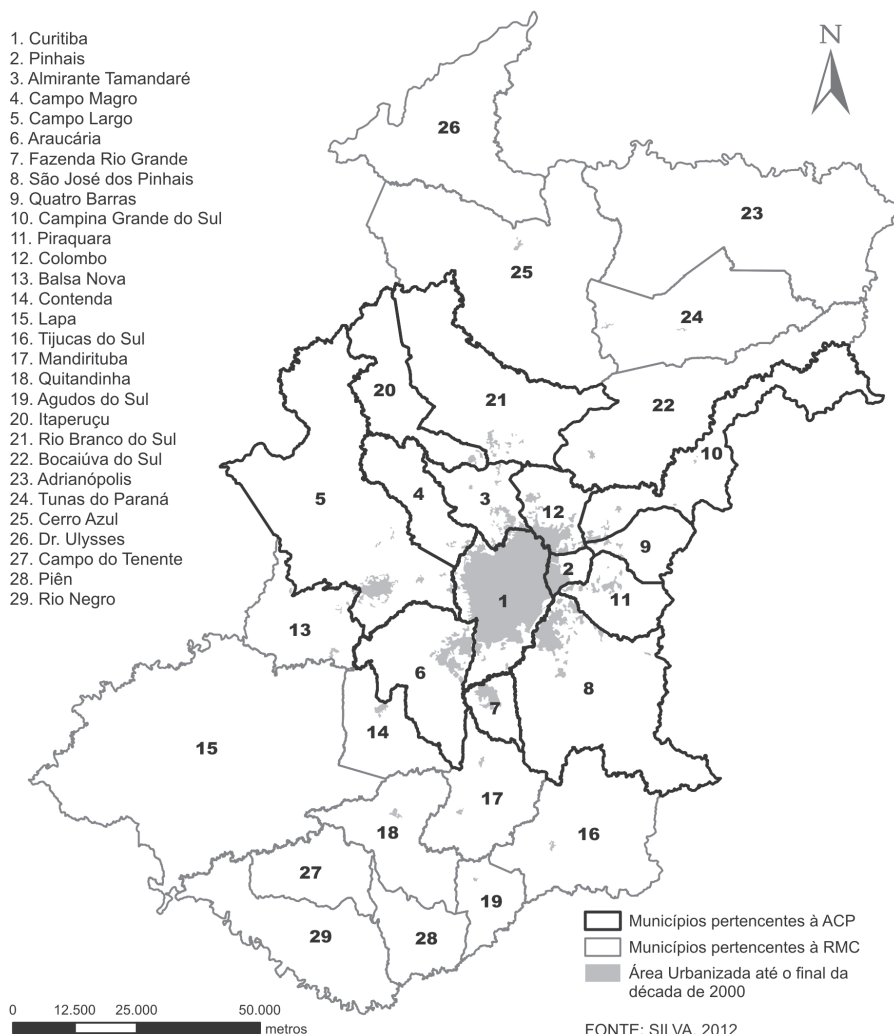
A segunda fase foi marcada pelo crescimento dos domicílios e dos espaços informais de moradia em toda a extensão da metrópole. Caracteriza-se também pela incorporação da metrópole às mudanças observadas no regime de acumulação capitalista em escala mundial, a partir das quais se instala um novo ciclo de desenvolvimento econômico e ampliam-se as desigualdades socioespaciais.

Do ponto de vista econômico, de acordo com Firkowski (2001, p.164), uma característica deste período é que ele se realizou a partir de uma lógica de localização das atividades industriais diferente da observada entre 1970 e 1980, que estendeu as condições gerais de reprodução de capital a outros municípios metropolitanos, antes praticamente restritas a Curitiba e Araucária. Além disso, reforçaram-se os setores de comércio e serviço, com destaque para os especializados, muitos deles viabilizados pelo capital internacional e voltados ao mercado global, ampliando as relações da metrópole com outras cidades do Brasil e exterior.

¹ Corresponde ao conjunto de municípios que formam ACP: Curitiba, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Campina Grande do Sul, Colombo, Almirante Tamandaré, Rio Branco do Sul, Campo Magro, Itaperuçu, Campo Largo, Araucária, Fazenda Rio Grande e São José dos Pinhais. A análise ora apresentada tem como referência 11 destes municípios, ficando excluídos por inexistência de fontes de dados comparáveis para a década de 2000, Colombo, Rio Branco do Sul e Itaperuçu.

² No presente artigo a expressão “espaços de moradia popular” refere-se àqueles utilizados para moradia pelas classes de menor renda.

Figura 6.1 - Composição da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e da Área de Concentração da População (ACP) - 2013



A autora observa, ainda, que os novos conteúdos que a partir da década de 1990 passam a integrar o espaço metropolitano, expressam a condição privilegiada que ele passou a ocupar na instalação de atividades produtivas e nos empreendimentos imobiliários necessários à reprodução do capital (FIRKOWSKI, 2009).

Esse momento foi marcado também por uma realidade de contrastes, explicitada, dentre outros fatores segundo Moura e Rodrigues (2009, p.69), pelos indicadores de crescimento do trabalho formal e informal.

Entre 1990 e 2003, dos 184.514 empregos formais gerados no Paraná 31,10% ocorreram na RMC e em 2000 a região concentrava 76,59% do total das empresas dos setores secundário e terciário do Estado. No mesmo ano, 204 mil pessoas na região estavam desocupadas e o Município de Curitiba, que em 2002 respondia por 48,89% do PIB do Paraná, concentrava 57% desse total. Nesse novo contexto, elevaram-se também as taxas de pobreza, com impactos no acesso à moradia por parte da população de baixa renda. Em 2000 Curitiba, Araucária, Piraquara, Almirante Tamandaré, Colombo, Pinhais, Fazenda Rio Grande e São José dos Pinhais, concentravam 74,4% do total de famílias pobres da região. Em Curitiba, alguns bairros apresentavam taxas de pobreza superiores à média da região, conformando espaços com a maior concentração de ocupados residindo em espaços informais de moradia na RMC.

No que diz respeito à produção da moradia, a década de 1990 trouxe mudanças importantes na forma de produção dos espaços residenciais das classes de alta e baixa renda, que repercutiram de maneira significativa na organização socioespacial da metrópole. No que diz respeito à atividade imobiliária formal, o período é caracterizado pelo aumento da participação do capital internacional no mercado local, e a inserção de novos produtos destinados à população de alto poder aquisitivo, com destaque para os condomínios residenciais fechados. (FIRKOWSKI, 2001; POLUCHA, 2012; FERNANDES; FIRKOWSKI, 2013). No que tange à moradia popular, intensifica-se e muda a forma de produção dos espaços informais de moradia, conforme se analisa no presente capítulo.

O conjunto dessas transformações alterou os rumos do processo de produção do espaço que se desenvolvia até a década de 1980, dando origem a uma configuração socioespacial que caracteriza a fase recente da metropolização de Curitiba.

Com base no exposto, e à luz da dinâmica de produção dos espaços informais de moradia nas duas últimas décadas, o presente capítulo tem como objetivo contribuir para a compreensão dos fenômenos responsáveis pela formação da atual estrutura socioespacial da metrópole de Curitiba. De acordo com Mammarella e Lago (2009, p.5), estrutura socioespacial é o padrão de distribuição da população segundo seu perfil socio-ocupacional, pelas diferentes áreas que conformam o espaço metropolitano, trabalhando-se conjuntamente grau de concentração dos diferentes grupos sociais e grau de homogeneidade social das áreas.

Consideram-se espaços informais de moradia todas as tipologias derivadas de um processo de produção do espaço urbano que se realiza a revelia das normas urbanísticas com o objetivo de atender às necessidades habitacionais de seus residentes. (SILVA, 2012, p.119) Na metrópole de Curitiba as principais tipologias dos espaços informais de moradia são as favelas, os loteamentos clandestinos e os loteamentos irregulares, que se diferenciam entre si pelos agentes sociais responsáveis por sua produção, pelas formas de irregularidade e a morfologia espacial produzida.

Valladares (2005, p.26) caracteriza favela como um conjunto de barracos aglomerados, sem traçado viário nem serviços públicos, construídos de forma ilegal sobre terrenos de propriedade pública ou privada. Segundo Taschner (2003, p.26), mais do que a morfologia, a característica singular das favelas, em relação às demais tipologias, é o fato de constituírem uma ocupação ilegal da terra, que não se baseia nem na propriedade da terra, nem no seu aluguel aos proprietários legais.

Loteamento clandestino é um tipo de parcelamento de solo executado sem a autorização ou o conhecimento do Poder Público municipal, instância federativa a quem compete a concessão do direito de fracionar o solo urbano no Brasil. Loteamento irregular é um parcelamento do solo que, embora aprovado pelo Poder Público, foi executado em desacordo com a legislação existente, com o ato de aprovação expedido pelo município, ou, ainda, que não foi registrado no cartório após sua implantação. Ou seja, os loteamentos irregulares pressupõem a existência do ato de aprovação junto ao Poder Público, constituindo a principal diferença entre estes e os clandestinos (GASPARINI, 1993, p.3-4).

Tomando-se como referência os recortes temporais, espaciais e analíticos apresentados, o capítulo apresenta inicialmente uma discussão acerca da relação entre produção dos espaços informais de moradia e estruturação das cidades brasileiras nas últimas décadas. Em segundo lugar, recupera-se a história da produção dos espaços de moradia popular na metrópole de Curitiba, no período que antecede a década de 1990, visando identificar as permanências e transformações ocorridas entre as fases estudadas. Na sequência, caracteriza-se e analisa-se o processo de produção dos espaços informais de moradia a partir de 1990, e elabora-se uma síntese da estruturação espacial conformada à luz desse fenômeno. Por fim, apresentam-se hipóteses para ajudar a explicar o padrão de distribuição da população no espaço metropolitano na presente fase da urbanização.

1. Produção dos espaços informais de moradia e estruturação das cidades brasileiras nas últimas décadas

A relação entre produção da moradia das classes populares e a estruturação do espaço da metrópole de Curitiba não é nova, e está presente desde meados do século XX. A década de 1990 se diferencia, no entanto, pela emergência de novas formas de produção da moradia destas classes, relacionadas, em especial, à produção informal.

A ampliação da dificuldade de inserção das classes de renda mais baixa no mercado formal de moradias não é, no entanto, um fenômeno restrito a Curitiba, e manifestou-se em todo o país nas últimas décadas. No ano de 2007 o déficit habitacional brasileiro foi estimado em 6.273 milhões de domicílios e correspondia a aproximadamente 11% do estoque de domicílios particulares permanentes do País. Desse total, 82,6% estavam localizados em áreas urbanas, que concentravam também 89,4% do déficit habitacional na faixa de renda de até três salários mínimos (BRASIL, 2007).

Outra característica é que a concentração desse déficit ocorreu nas aglomerações urbanas mais populosas. Segundo Cardoso (2007, p.221), em 2000, 56,91% da população residente em aglomerados subnormais³ vivia em treze municípios com mais de 1.000.000 de habitantes. Além disso, dos doze municípios brasileiros com maior volume de população residente em assentamentos informais naquele ano, todos pertenciam a Regiões Metropolitanas (RMs), correspondendo em ordem decrescente a: Rio de Janeiro, São Paulo, Belém, Fortaleza, Belo Horizonte, Salvador, Manaus, Guarulhos, São Bernardo do Campo e Curitiba.

Tal concentração perdurou na década seguinte e o Censo realizado em 2010 constatou que 88,6% dos aglomerados subnormais do País

³ Categoria utilizada pelo IBGE nos levantamentos censitários para caracterizar os espaços de moradia precários, e correspondem à “favelas e assemelhados caracterizados por um conjunto de no mínimo 51 domicílios, que ocupam ou ocuparam até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), normalmente dispostos de forma desordenada e densa, e carentes dos serviços públicos essenciais” (BRASIL, 2007, p.16). Tal categoria não pode ser comparada às tipologias dos espaços informais de moradia adotadas no presente estudo, conforme conceitos apresentados na introdução, mas é utilizada no artigo sempre que se pretende dimensionar a precariedade das condições habitacionais no Brasil, já que corresponde a dados levantados pelos Censos.

situam-se em vinte RMs, dentre elas a de Curitiba, que ocupou o 12^o lugar em população residente nestes espaços (IBGE, 2012).

A dimensão assumida por esse fenômeno no Brasil nas últimas décadas é explicada por diferentes fatores, vinculados a distintas dimensões, conforme analisam Baltrusis (2005), Cardoso (2007), Rolnik (2007); Bonduki (2008) e Abramo (2009).

Para Cardoso (2007, p.222) o crescimento da favelização observado no País ao longo do século XX deve-se à ocorrência de três processos. Em primeiro lugar deriva do modelo de desenvolvimento observado entre 1940 e 1970, caracterizado por um razoável crescimento econômico com alto nível de desigualdade, que deixou uma parcela importante da população brasileira abaixo da linha da pobreza. Pobreza e desigualdade, que se associaram nas últimas décadas do século XX à precarização e à informalização das relações de trabalho, deixando parte da população trabalhadora com insuficiência ou insegurança de renda, limitando suas possibilidades de endividamento e, por consequência, o acesso ao mercado formal de moradia. Em segundo lugar, porque a relação entre desenvolvimento econômico e urbanização se caracterizou pela baixa capacidade do Poder Público em realizar investimentos em infraestruturas urbanas e em regular o mercado fundiário e imobiliário. Tal fenômeno consolidou cidades marcadas pela periferação da pobreza em áreas de urbanização precária, favoreceu a especulação imobiliária, e produziu o crescimento de conflitos ambientais derivados da ocupação de áreas inadequadas. Por fim, o autor destaca a ausência ou ineficácia das políticas habitacionais para a população de baixa renda. Na sua avaliação, o problema do financiamento habitacional para esta classe permanece sem solução, mesmo se forem considerados os esforços recentes empreendidos pelo Estado em ampliar o financiamento habitacional no Brasil.

A fragilização dos sistemas de provisão pública de habitação popular observada na década de 1980, derivada da crise econômica e da intensificação da urbanização, fez, segundo Abramo (2009), com que a informalidade passasse a se constituir na forma dominante de acesso da população de baixa renda à terra urbana a partir da década de 1990.

Bonduki (2008, p.80) reconhece ainda que o fim do Banco Nacional de Habitação (BNH) em 1986 teve importantes impactos na ampliação do déficit de moradias para a faixa de renda até três salários mínimos. Com a extinção do órgão, a nova estratégia de gestão

dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), exercida pela Caixa Econômica Federal (CEF), dificultou ainda mais o acesso ao crédito habitacional para a baixa renda, que para evitar a inadimplência passou a nortear-se por critérios bancários de financiamento, privilegiando, assim, a classe média, que possuía os requisitos exigidos pelo banco. De acordo com o autor, entre 1995 e 2003 do total de recursos financiados pela CEF, 78,84% foram destinados a famílias com renda superior a cinco salários mínimos, e apenas 8,47% para aquelas com renda até três salários mínimos, que compõem 83,2% do déficit habitacional quantitativo no país. Este quadro foi agravado pelas restrições de ordem macroeconômica implementadas na década de 1990, que limitaram o financiamento do setor público e reduziram os espaços de intervenção estatal na execução das políticas sociais.

O agravamento das necessidades habitacionais no Brasil nesse período, de acordo com Baltrusis (2005, p.18), derivou também da difusão da ideologia do aumento da produtividade e da competitividade urbana, presente no modelo a partir do qual a globalização econômica expandiu-se em escala mundial.

Para Rolnik (2007, p.277), o paradigma da “cidade eficiente e competitiva nos mercados globalizados”, que passou a dominar a agenda da política urbana em escala internacional, fortemente defendida na América Latina a partir da década de 1990, agravou o quadro das necessidades habitacionais no Brasil. Na avaliação da autora, ao fomentar a guerra fiscal entre cidades este modelo prejudicou a execução de projetos regionais e a organização de estruturas de cooperação, fazendo com que as administrações municipais abrissem mão de receitas próprias para atrair investimentos privados internacionais. Tal processo enfraqueceu o poder público local e reforçou o das grandes corporações, ampliando os problemas socioespaciais e o déficit habitacional do país nos últimos anos.

Abramo (2009, p.4) agrega, ainda, outro fator: a existência de uma legislação urbanística que historicamente se caracterizou pela imposição de parâmetros de uso e ocupação do solo que inviabilizaram a construção de moradias para a população de baixa renda na cidade formal. Essa mesma lógica ajudou a consolidar um padrão de urbanização marcado pela ação irregular e clandestina de loteadores, que promoveram a ocupação de glebas vazias nas periferias onde a norma é pouco exigida e a terra é mais barata. Para o autor, a ação desses

agentes, comum em todos os países latino-americanos, desempenhou um papel principal no processo de produção do espaço das cidades brasileiras, que, somada às condições socioeconômicas, produziu o crescimento das moradias informais em todo o continente nas últimas décadas.

A importância da atuação dos agentes ligados ao mercado imobiliário na produção do espaço urbano e o aumento do número de domicílios em espaços informais a partir da década de 1990 fizeram com que as pesquisas a respeito da produção da cidade informal passassem a explorar a teoria econômica sobre a formação das favelas. Reconhece-se, assim, a existência de um novo segmento do mercado imobiliário, o informal, que atende à população de baixa renda sem acesso aos imóveis comercializados pelo mercado formal, ou aos programas públicos de habitação (BALTRUSIS, 2005).

A partir da teoria econômica da favela, Abramo (2009) observa que na história urbana recente identificam-se mudanças importantes na forma de acesso à moradia nas favelas brasileiras, que, da forma clássica, baseada na lógica da necessidade, transformou-se, passando a ser preponderante a presença do mercado imobiliário informal. Levando em conta suas peculiaridades, o autor reconhece existir nas grandes cidades latino-americanas uma divisão deste em dois submercados: (i) o de loteamentos clandestinos e favelas; (ii) e o dos assentamentos populares consolidados para comercialização ou locação. Cada um deles desempenha um papel distinto na reestruturação do espaço urbano, localizando-se em áreas precisas e diferenciadas. O primeiro produz o fracionamento de áreas na periferia e conforma o principal vetor de extensão da mancha urbana. Ele é responsável pela expansão das periferias, que nas cidades latino-americanas historicamente caracterizam-se pela precariedade e pela baixa acessibilidade urbana. O segundo submercado contribui para a densificação das áreas urbanas, pois em geral estão localizados em áreas mais centrais, se comparado ao primeiro, e caracteriza a urbanização recente.

Abramo (2009) conclui observando que a partir desse processo os espaços informais de moradia transformaram a estrutura espacial das cidades latino-americanas, a que denomina “cidade com-fusa”, ao mesmo tempo compacta e difusa. Tal fenômeno também se apresenta na metrópole de Curitiba a partir da década de 1990, conforme se analisa nos tópicos subsequentes.

2. Produção dos espaços de moradia popular e estruturação da metrópole no período que antecede a década de 1990

Como já afirmado, a crescente dificuldade de acesso à moradia formal por parte da população de baixa renda na metrópole de Curitiba acompanhou a mesma dinâmica observada nas demais cidades brasileiras. Embora este fenômeno tenha ocorrido de modo similar ao observado no restante do país, a produção dos espaços de moradia popular apresentou-se até o final da década de 1980 com algumas particularidades.

Em primeiro lugar, porque a formação da periferia metropolitana de meados do século XX ao final da década de 1970 foi predominantemente derivada da implantação de loteamentos regularmente aprovados, numa área situada nos limites de Curitiba e municípios do entorno. Outra característica é que a ocupação desses terrenos periféricos, em especial nos municípios do entorno ao polo, ocorreu, prioritariamente, pela autoconstrução da habitação.

O processo de produção desses loteamentos foi marcado pela inexistência e fragilidade das normas de parcelamento, uso e ocupação do solo; ele antecede o primeiro Plano de Ordenamento Territorial da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), o PDI de 1978; os primeiros Planos Diretores dos municípios incorporados à RMC em 1973; e a Lei Federal n.º 6.766 de 1979, que disciplinou o parcelamento do solo urbano no Brasil.

Tal singularidade possibilitou o parcelamento de áreas rurais com baixo preço e a implantação de loteamentos com um mínimo de infraestrutura, viabilizando a produção de lotes com pouco investimento e de baixo custo. Assim, o produto comercializado podia atender tanto à demanda dos compradores em potencial – migrantes vindos da zona rural do Paraná, antes ocupados com atividades agrícolas e com recursos financeiros escassos – como aos interesses dos proprietários fundiários e incorporadores imobiliários, que por meio de pequenos investimentos se beneficiaram com uma extraordinária valorização de suas terras e empreendimentos.

Nesse contexto, uma quantidade significativa de loteamentos precários e distantes dos núcleos urbanizados situados nos municípios do entorno de Curitiba foi aprovada nesse período, em especial no Leste da RMC, área caracterizada por importantes fragilidades ambien-

tais. Permitiu, ainda, que muitos empreendimentos fossem vendidos mesmo antes de os parcelamentos terem sido totalmente implantados, dando origem a espaços marcados pela precariedade de infraestrutura e serviços urbanos, e muitas vezes situados em áreas impróprias à ocupação.

Na década de 1950, dos 75.729 lotes aprovados na RMC, 66% se concentraram em apenas três municípios: Piraquara (21.427), Pinhais (10.954) e São José dos Pinhais (18.006). Por meio desse processo, consolidou-se a partir de 1970 a ocupação da periferia metropolitana em áreas ambientalmente frágeis no Leste da RMC, fenômeno que deu origem, décadas mais tarde, a importantes conflitos fundiários e ambientais, muitos deles ainda hoje sem solução (MADE, 2004, p.56).

No ano de 1979, com a aprovação da Lei Federal n.º 6.766, muda o vetor da atividade imobiliária destinada à produção de lotes populares na periferia metropolitana. Ao condicionar a aprovação, implantação e venda dos novos loteamentos a exigências ambientais, jurídicas e projetuais, esta Lei teve o efeito de ampliar os custos destes negócios, fazendo com que este mercado passasse a explorar áreas mais apropriadas à ocupação, diminuindo de intensidade no Leste e aumentando no Oeste da RMC. As novas exigências legais e o maior controle do uso e da ocupação do solo explicam também por que na década de 1980 a atividade imobiliária formal na periferia metropolitana apresentou menor dinamismo em relação às décadas anteriores.

A atuação dos agentes vinculados ao mercado imobiliário formal consolidou nesse período uma coroa de ocupação periférica situada nos limites da cidade polo, prioritariamente habitada pelas classes populares.

A década de 1980 foi ainda marcada pelo crescimento do número de domicílios informais na cidade-polo. De acordo com Curitiba (2007), os primeiros registros de domicílios informais no município correspondem às décadas de 1940 e 1950, mas na de 1980 é que o fenômeno se intensifica.

O crescimento dos espaços informais de moradia em Curitiba acompanhou também a construção dos conjuntos de habitação popular executados durante a vigência do BNH. Uma das características da execução desse programa na RMC foi que grande parte de seus investimentos ficou restrita a Curitiba e não se estendeu de forma expressiva aos demais municípios metropolitanos. Essa concentração de investimentos na cidade-polo perdurou nas décadas seguintes, conforme

identificou o diagnóstico produzido para o Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) da RMC, elaborado no início da década de 2000⁴.

A partir de meados da década de 1980, assim como no restante do País, o crescimento das favelas em Curitiba intensifica-se e a carência de moradia se agrava. Entre 1982 e 1987, o número de domicílios em favelas no polo evoluiu de 7.716 para 11.929, e em 1996 somou 33.778. Nessa década muda também a política de atendimento às necessidades habitacionais no Município, em função da redução dos recursos federais destinados à produção de habitação e da crise econômica que assolava o Brasil. O empobrecimento da população tornou inacessível às famílias com renda abaixo de três salários mínimos a aquisição das unidades residenciais que vinham sendo produzidas pela COHAB – CT, que passa então a produzir lotes urbanizados destinados à auto-construção (CURITIBA, 2006, p.54).

A produção dos espaços de moradia popular na metrópole de Curitiba até o final da década de 1980 deu origem a uma organização socioespacial similar à formada na maior parte das metrópoles brasileiras, denominada centro-periferia, que conforme sintetiza Caldeira (2000, p.218-219) caracterizou-se por quatro atributos: (i) uma forma dispersa ao invés de concentrada, observando-se taxas decrescentes de densidade populacional urbana ao longo das décadas em que ele se consolida; (ii) as classes de média e alta renda vivendo longe da de baixa renda, a primeira nas áreas mais centrais, regulares e bem equipadas, e a segunda em periferias distantes, precárias e muitas vezes irregulares; (iii) a aquisição da casa própria tornou-se regra e generalizou-se entre todas as classes sociais, mas com diferenças na forma de produção e condições de moradia dos seus habitantes, que variaram em função da renda; (iv) o transporte utilizado para o deslocamento também diferenciou-se: o coletivo, ônibus mais comumente, para os moradores da periferia, e o automóvel individual para as classes média e alta residentes nas áreas mais centrais.

Seguindo esse padrão, de acordo com Ultramari e Moura (1994), até o final da década de 1980 a estruturação da metrópole caracte-

⁴ A atuação da Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR – está predominantemente voltada para o interior do Estado, enquanto a da Companhia de Habitação de Curitiba – COHAB-CT, está mais concentrada no município-polo. A Região Metropolitana de Curitiba, e mais especificamente o seu Núcleo Urbano Central, excetuando-se o polo, acabaram ficando praticamente sem investimentos das Companhias de Habitação nos últimos anos. Entre 1993 e 1999, 90% da produção da COHAB - CT ficaram concentradas em Curitiba (PARANÁ, 2001, p.112).

rizava-se pelos seguintes fenômenos: (i) a existência de áreas rurais e periféricas limítrofes a Curitiba sobre pressão de ocupação; (ii) a insularidade das áreas urbanas centrais dos municípios situados no entorno do polo; (iii) a presença de áreas urbanas consolidadas em processo de extravasamento.

A materialização desse processo conformou uma coroa de ocupação periférica situada no entorno dos limites territoriais de Curitiba, que possuía as características descritas por Caldeira (2000), e dependia da cidade-polo em relação à oferta de empregos, serviços, comércio e equipamentos urbanos. Contribuiu também para o distanciamento territorial observado entre os espaços de moradia das classes de renda mais baixa e mais elevada, consolidando o modelo de organização socioespacial da metrópole de Curitiba.

Segundo Ultramari e Moura (1994), a pressão sobre áreas rurais e periféricas teve distintas origens e derivou de diversas ações, observando-se uma tendência de expansão dos usos industrial, de serviços e residencial em direção a glebas não parceladas ou áreas com uso residencial de baixa densidade. Mais do que uma localização, as áreas rurais existentes caracterizavam-se por uma feição, um uso peculiar do espaço, e eram encontradas também no interior dos perímetros urbanos.

A localização, a morfologia e a dinâmica urbana que marcaram a formação dessa periferia produziram também o isolamento das áreas urbanas centrais dos municípios situados no entorno de Curitiba, preexistentes à instauração do fenômeno⁵. Outra característica, é que entre esses núcleos urbanos preexistentes e a nova periferia formada estabeleceram-se relações socioespaciais mais débeis, se comparadas às existentes entre a coroa de ocupação periférica e o polo da aglomeração metropolitana, Curitiba.

Outro fenômeno refere-se à pressão por ocupação em áreas residenciais de baixa densidade situadas em bairros periféricos de Curitiba, que a partir de 1980 sofreram um processo de substituição do perfil da população residente. A partir dele, antigos moradores,

⁵ A origem destes núcleos provém de diferentes períodos históricos, em alguns municípios da fase de colonização portuguesa do Brasil, em outros das colônias de imigrantes, planejadas e implantadas pelo Governo do Estado do Paraná no século XIX nos arredores de Curitiba. Antes da instauração da metropolização na década de 1970, estes núcleos concentravam a dinâmica urbana nos municípios do entorno ao polo.

com renda em geral mais baixa que a dos novos residentes, deslocaram-se para a periferia próxima, num movimento em grande parte derivado do crescente aumento do preço da terra na cidade-polo (ULTRAMARI; MOURA, 1994).

A partir dos processos descritos no final da década de 1980 a espacialidade metropolitana era caracterizada por: (i) um núcleo de ocupação situado no município polo habitado por uma população de renda mais elevada, melhor atendido por serviços e equipamentos urbanos; (ii) uma coroa de ocupação periférica nos limites de Curitiba, que avançava sobre o território dos municípios do entorno, prioritariamente habitada pela população migrante e de renda mais baixa que se dirigia à RMC no período, dependente da cidade-polo em relação ao emprego, serviços e equipamentos públicos; (iii) núcleos de ocupação preexistentes à periferação, situados nos municípios do entorno de Curitiba que, com exceção de São José dos Pinhais, encontravam-se separados das duas espacialidades anteriormente destacadas⁶ (Figura 6.2).

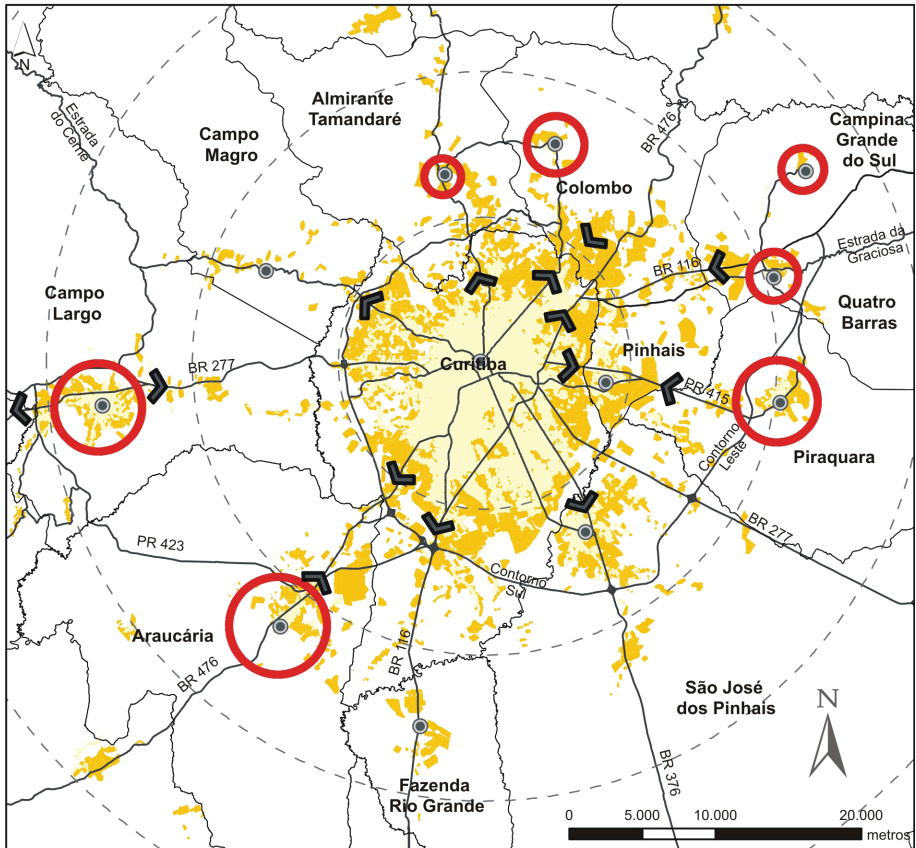
Entre o final da década de 1980 e o início da de 1990, mudanças na produção dos espaços de moradia popular, manifestadas, em especial, pelo crescimento do número de domicílios em favelas, indicam que novos fenômenos passam a compor o quadro da metropolização. Outra característica é que esse crescimento não ficou restrito a Curitiba, e apresentou-se também nos demais municípios metropolitanos.

3. Produção dos espaços informais de moradia nas décadas de 1990 e 2000

A década de 1990 é marcada por uma mudança na lógica de produção dos espaços de moradia popular na metrópole de Curitiba, caracterizada por uma redução significativa da produção de lotes formais e um aumento do número de domicílios em espaços informais de moradia, conforme destacam Pereira e Silva (2009), ao estudarem a relação entre o mercado imobiliário formal e informal e a estruturação da metrópole.

⁶ As sedes urbanas de Pinhais, Campo Magro e Fazenda Rio Grande não tiveram o fenômeno de insularidade destacado na figura 2, porque no período em análise estes não existiam como Município.

Figura 6.2 - Estrutura espacial da metrópole de Curitiba no final da década de 1980



- Área Central
- Limites Municipais
- Principais Rodovias
- - - Distância à área urbana central de Curitiba (raios de 10 Km em 10 Km)
- Espaços Informais de Moradia
- Mancha da Ocupação Urbana até a Década de 1960
- Coroa de Ocupação Periférica Formada entre as décadas de 1970 e 1980
- Sentidos dos Vetores de Extensão da Mancha Urbana
- Insularidade das Sedes Urbanas nos Municípios do Entorno ao Pólo

FONTE: Silva (2012)
 Editoração: Melissa Yamada.

Nas duas últimas décadas, os espaços informais de moradia cresceram e difundiram-se em toda a extensão da metrópole, passando de 571 assentamentos e 54.662 domicílios no final da década de 1990, para 984 assentamentos e 98.444 domicílios no final da de 2000 (SILVA, 2012).

Tomando como referência o número de assentamentos, entre o final das décadas de 1990 e 2000, o crescimento relativo na metrópole de Curitiba foi de 72,32%. Esse crescimento ocorreu em todos os mu-

nicípios situados no entorno da cidade polo, com exceção de Piraquara que teve uma redução efetiva em número de áreas ocupadas.

As maiores contribuições em termos de novos assentamentos foram de Curitiba e Campo Largo, seguidos de Campo Magro, Almirante Tamandaré e São José dos Pinhais. Curitiba e Campo Largo participaram com 73,36% das novas áreas identificadas, e 56,43% do total destes espaços no final da década de 2000 (Tabela 6.1).

Tabela 6.1 - Espaços informais de moradia na metrópole de Curitiba, segundo décadas 1990-2000

MUNICÍPIO	ASSENTAMENTOS						
	Década 1990		Década 2000		Evolução entre décadas		
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Diferença	Crescimento Relativo (%)	Participação no Crescimento (%)
Curitiba	167	29,24	341	34,65	174	104,19	42,13
Pinhais	24	4,20	38	3,86	14	58,33	3,38
Piraquara	50	8,75	36	3,65	-14	-28,00	-3,38
Almirante Tamandaré	88	15,41	117	11,89	29	32,95	7,02
Campo Magro	9	1,57	42	4,26	33	366,66	7,99
Campo Largo	65	11,38	194	19,71	129	198,46	31,23
Araucária	64	11,20	58	5,89	-6	-9,37	-1,45
Fazenda Rio Grande	22	3,85	38	3,86	16	72,72	3,87
São José dos Pinhais	70	12,25	96	9,75	26	37,14	6,29
Quatro Barras	6	0,60	6	...	1,45
Campina Grande do Sul	12	2,10	18	1,82	6	50,00	1,45
Total	571	100	984	100	413	72,32	100

FONTE: Silva (2012)

NOTAS: ... Dado numérico não disponível

O decréscimo no número de assentamentos em Araucária e Piraquara decorre dos projetos de regularização fundiária implementados nos últimos anos. No entanto, em Araucária a data de origem dos assentamentos aponta uma evolução ascendente do fenômeno, pois aproximadamente 38% deles surgiram na década de 2000. Diferente de Piraquara onde a redução foi efetiva, pois todos os assentamentos são anteriores à década de 1990.

Além da importante participação no crescimento, Curitiba manteve-se como o município com o maior número de assentamentos, somando na última década 341 áreas, ou 34,65% do total. Os maiores crescimentos relativos foram observados em Campo Magro, Campo Largo e Curitiba.

A identificação da localização dos assentamentos segundo municípios permitiu verificar, também, que os vetores de crescimento foram mais intensos na cidade polo, e nas regiões Norte, Oeste e Sudeste da metrópole. Revelam ainda uma tendência de concentração dos espaços informais de moradia no entorno do polo metropolitano, que se caracteriza por uma urbanização mais consolidada.

Em relação ao número de domicílios entre décadas, o crescimento

relativo foi de 79,23%. Este fenômeno foi observado em todos os municípios metropolitanos, mas em termos absolutos com maior participação de Curitiba e Piraquara. Em relação ao crescimento relativo, destacam-se Campina Grande do Sul, Piraquara e Campo Largo, indicando que o fenômeno se expande em direção aos municípios do entorno, com Curitiba perdendo em participação na última década (Tabela 6.2).

No que diz respeito ao crescimento e localização dos domicílios o fenômeno foi mais intenso na aglomeração de urbanização contínua, em especial no polo e nos setores Leste – Norte e Norte – Oeste da metrópole.

Tabela 6.2 - Domicílios em espaços informais de moradia na metrópole de Curitiba, segundo décadas - 1990-2000

MUNICÍPIO	DOMICÍLIOS						
	Década 1990		Década 2000		Evolução entre décadas		
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Diferença	Crescimento Relativo (%)	Participação no Crescimento (%)
Curitiba	33.778	61,79	59.064	59,99	25.286	74,85	58,38
Pinhais	2.194	4,01	3.497	3,55	1.303	59,38	3,00
Piraquara	4.351	7,95	11.966	12,15	7.615	175,01	17,58
Almirante Tamandaré	4.797	8,77	6.238	6,33	1.441	30,03	3,32
Campo Magro	230	0,42
Campo Largo	1.729	3,16	4.534	4,60	2.805	162,23	6,47
Araucária	1.621	2,96	2.611	2,65	990	61,07	2,28
Fazenda Rio Grande	1.554	2,84	1.941	1,97	387	24,90	0,89
São José dos Pinhais	3.845	7,03	5.442	5,52	1.597	41,53	3,68
Quatro Barras	700	0,71
Campina Grande do Sul	563	1,02	2.451	2,48	1.888	335,34	4,35
Total	54.662	100	98.444	100	43.312	79,23	100

FONTE: Silva (2012)

NOTA: ... Dado numérico não disponível.

Levando em conta as tipologias dos espaços informais de moradia, as favelas corresponderam a 72,05% do total dos assentamentos na última década, os loteamentos clandestinos a 23,98%, e os loteamentos irregulares a 2,13% (Tabela 6.3).

As favelas predominam e distribuem-se em todas as direções da aglomeração metropolitana, observando-se, no entanto, maior concentração em Curitiba, Campo Largo, São José dos Pinhais e Almirante Tamandaré. Essa tipologia responde também por aproximadamente 58% da área ocupada e 86% dos domicílios em espaços informais de moradia (Figura 6.3).

As favelas concentram-se em Curitiba e na mancha de urbanização contínua ao polo situada nos municípios do entorno, e ocupam

áreas menores em relação aos loteamentos clandestinos e aos irregulares. A maioria delas situa-se em áreas de propriedade pública, originalmente destinadas à proteção ambiental ou ao uso institucional em loteamentos regularmente aprovados. A localização desta tipologia em áreas públicas é mais importante nos municípios do entorno, mas também se apresenta em Curitiba.

Tabela 6.3 - Número de assentamentos, segundo tipologias dos espaços informais de moradia na metrópole de Curitiba na década de 2000

MUNICÍPIO	ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA	FAVELAS		LOTEAMENTOS CLANDESTINOS		LOTEAMENTOS IRREGULARES	
		Número	Participação (%)	Número	Participação (%)	Número	Participação (%)
Curitiba	341	252	73,90	89	26,09	-	-
Pinhais	38	32	84,21	-	-	6	15,78
Piraquara	36	32	88,88	1	2,77	3	8,33
Almirante Tamandaré	117	97	82,90	18	15,38	2	1,70
Campo Magro	42	-	-	42	100	-	-
Campo Largo	194	130	67,01	63	32,47	-	-
Araucária	58	43	74,13	8	13,79	3	5,17
Fazenda Rio Grande	38	37	97,36	1	2,63	-	-
São José dos Pinhais	96	76	79,16	8	8,33	6	6,25
Quatro Barras	6	-	-	6	100	-	-
Campina Grande do Sul	18	10	55,55	-	-	1	5,55
Total	984	709	72,05	236	23,98	21	2,13

FONTE: Silva (2012).

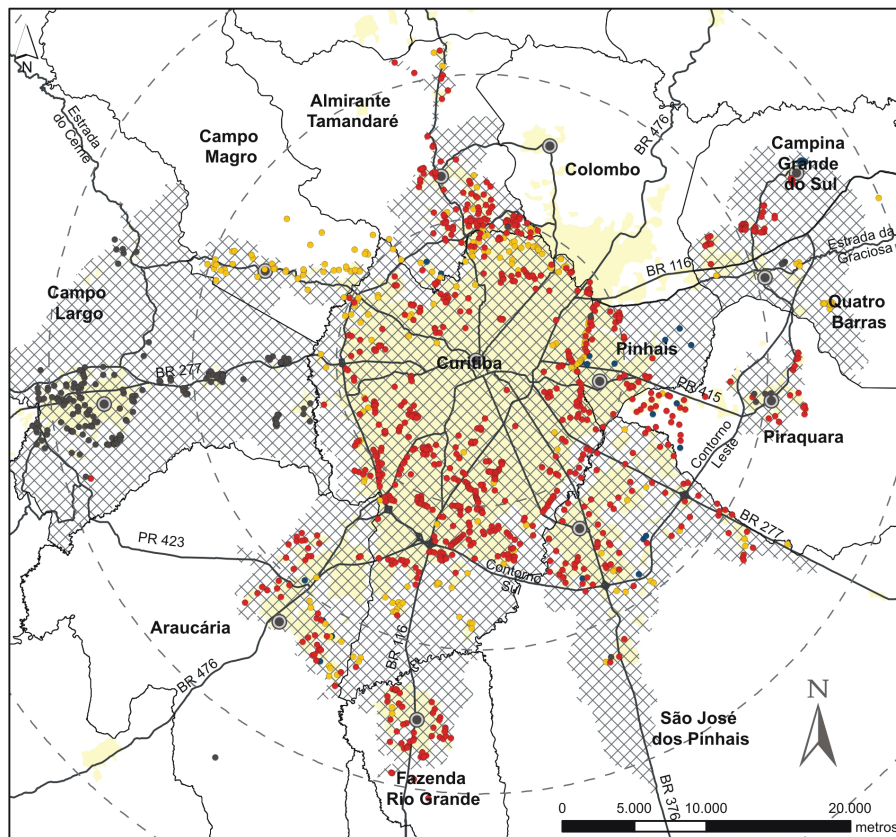
NOTA: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Os moradores das favelas estão submetidos ao maior número de irregularidades e às piores condições de moradia. Para eles, o risco de ocorrência de acidentes ambientais é mais elevado, em função das características impróprias do sítio e do tipo de ocupação dos assentamentos, marcados pela ocorrência de inundações, as altas declividades, a precariedade dos materiais e das técnicas construtivas das habitações, e a carência de infraestrutura urbana (SILVA, 2012).

Nelas reside também a parcela da população mais pobre, formada por grande proporção de famílias com renda inferior a dois salários mínimos⁷. Nas novas favelas surgidas na zona rural dos municípios metropolitanos na última década, a renda é ainda mais baixa (menos de um salário mínimo) e as condições de moradia mais precárias, observando-se maior carência de infraestrutura e piores condições de acessibilidade aos centros de emprego e equipamentos públicos.

⁷ Em janeiro de 2010 o salário mínimo no Brasil correspondia a R\$ 510,00 ou aproximadamente U\$ 283,00.

Figura 6.3 - Tipologia dos espaços informais de moradia no final da década de 2000



- Área Central
 - Limites Municipais
 - Principais Rodovias
 - ▨ Perímetros Urbanos
 - Área Urbanizada
 - - - Distância à área urbana central de Curitiba (raios de 10 Km em 10 Km)
- Tipologia da ocupação**
- Sem dados
 - Favela
 - Loteamento clandestino
 - Loteamento irregular

FONTE: Silva (2012)
 Editoração: Melissa Yamada.

No que diz respeito às lógicas que conduzem as ações dos responsáveis pela produção das favelas, destacaram-se também as novas formas de acesso à moradia nesses assentamentos, por meio da locação e da comercialização dos imóveis (PEREIRA; SILVA, 2009; SILVA, 2012).

Em relação aos loteamentos clandestinos, observou-se um crescimento importante em Curitiba, com o maior número deles, seguido

de Campo Largo e Campo Magro. Esta tipologia respondeu por aproximadamente um quarto dos espaços informais de moradia no final da década de 2000, 25% da área ocupada e 10% dos domicílios informais. Esses assentamentos foram os principais responsáveis pela extensão da mancha de ocupação urbana no Norte da metrópole e no extremo Sul de Curitiba. Uma característica relacionada ao processo de produção dos loteamentos clandestinos, é que os novos assentamentos surgidos localizam-se no entorno de eixos viários de circulação regional ou em áreas com restrições legais ao parcelamento e ocupação urbana do solo (Figura 6.3).

A renda dos moradores dos loteamentos clandestinos é em média mais elevada que a dos residentes nas favelas, e os posiciona fora da faixa da população que deveria prioritariamente ser atendida por programas de habitação de interesse social, três salários mínimos. Em Curitiba, por exemplo, que concentrou na última década 44% desta tipologia, 82% dos domicílios têm renda superior a três salários mínimos, e, deste total, 40% ganham mais que cinco salários mínimos (SILVA, 2012).

Conforme já afirmado, a ação clandestina de loteadores de terra é antiga no Brasil, e constitui uma das principais forças responsáveis pela formação e extensão das periferias urbanas desde meados do século XX. A singularidade da ação desses agentes na metrópole nas últimas décadas deve-se ao aumento do número de loteamentos clandestinos, especialmente em Curitiba, polo da aglomeração.

Os loteamentos irregulares são menos expressivos em número de assentamentos (2,13%) e domicílios (3,64%), mas contribuem com 12% da área total dos espaços informais de moradia. Esta tipologia predomina no Leste da metrópole e a principal irregularidade é de natureza urbanística, pois deriva de parcelamentos executados antes da Lei Federal n.º 6.766/1979 e da Lei de Proteção dos Mananciais da RMC aprovada na década de 1990.

Outra característica refere-se à produção de novos loteamentos irregulares em áreas públicas na última década. Derivada da atuação do Estado, ela revela aspectos da produção de habitação de interesse social nos municípios metropolitanos, pois sua origem explica-se pela necessidade de relocação de famílias de áreas de risco de acidente ambiental e de atendimento dos inscritos nos programas públicos de produção de moradia.

4. Produção dos espaços informais de moradia e a estrutura espacial no final da década de 2000

O cenário anteriormente apresentado revelou não apenas a intensificação do processo de produção dos espaços informais de moradia, mas a formação da estrutura espacial distinta da observada no final da década de 1980. Tomando como referência o fenômeno em análise, no final da década de 2000 a estrutura espacial da metrópole pode ser caracterizada⁸: (i) pela presença simultânea dos movimentos de concentração e dispersão, derivados, respectivamente, da densificação das áreas mais antigas e do surgimento de novas; (ii) pela maior proximidade dos espaços informais de moradia com o núcleo da aglomeração metropolitana, embora também se observe o surgimento de novos em áreas periféricas; (iii) por uma espacialidade mais heterogênea e fragmentada (Figura 6.4).

O vetor de dispersão produz a extensão horizontal da mancha urbana em direção a áreas cada vez mais periféricas e distantes do núcleo da aglomeração metropolitana, e deve-se ao surgimento de novas favelas na zona rural e de novos loteamentos clandestinos. O de concentração resulta do adensamento dos espaços informais de moradia mais antigos e consolidados derivado do crescimento do número de domicílios, em especial das favelas situadas na cidade polo e entorno imediato.

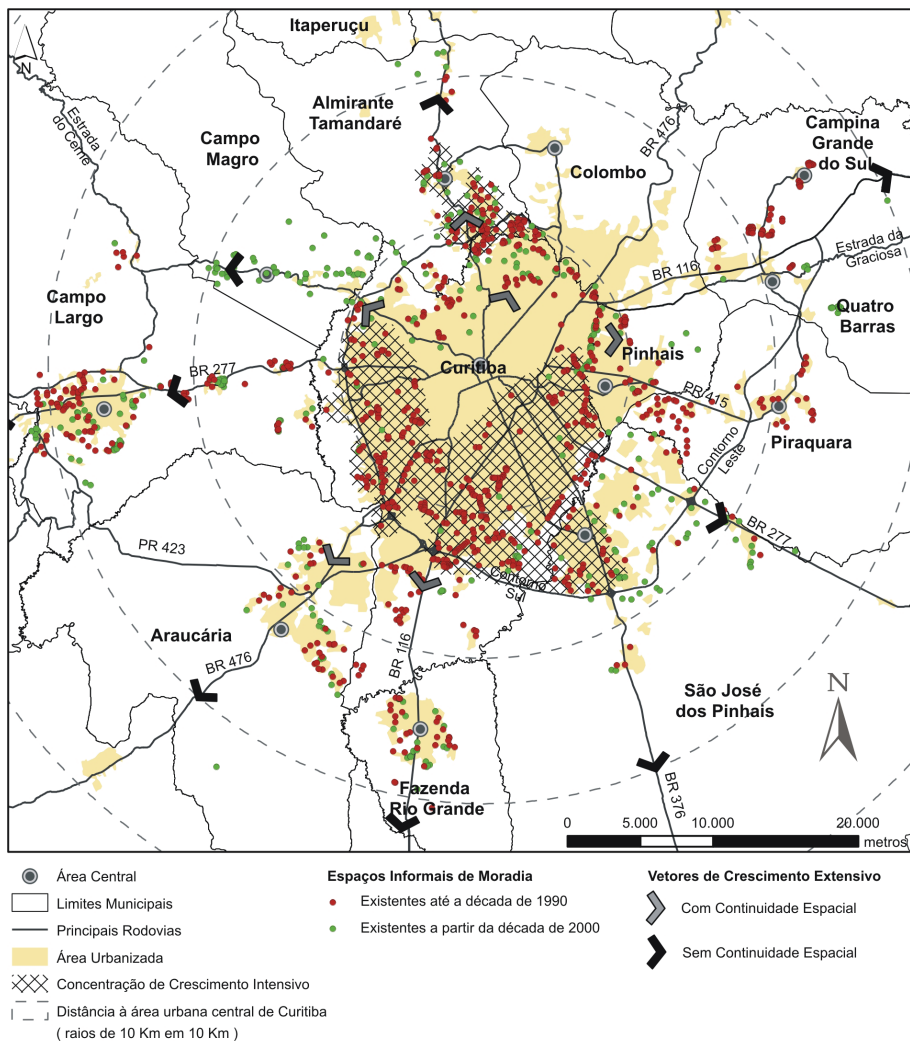
A maior proximidade residencial das classes de renda mais baixa e elevada, que no modelo precedente estavam mais claramente organizados, distribuídos e separados entre o polo e a coroa de ocupação periférica, tornou a morfologia mais heterogênea. A maior presença de espaços informais de moradia do núcleo da aglomeração metropolitana, somada às novas formas de habitat produzidas para as classes de renda mais elevada, em especial os condomínios residenciais fechados, acentuou em escala metropolitana a fragmentação socioespacial.

A heterogeneidade e fragmentação expressam-se também pelo agrupamento das tipologias dos espaços informais de moradia segun-

⁸ As características apontadas são as observadas a partir do recorte analítico definido, os espaços informais de moradia. Portanto, para que se tenha uma leitura completa da atual estrutura espacial metropolitana, devem ser somadas as derivadas dos demais conteúdos que integram o processo de reestruturação, as novas industriais, os serviços especializados, os shopping centers e hipermercados, os condomínios fechados de alta renda, destacados por Firkowski (2009).

do áreas diferenciadas da metrópole. Por exemplo, a predominância de loteamentos clandestinos no Norte do aglomerado metropolitano e no extremo Sul de Curitiba, e a concentração de favelas no polo e demais municípios.

Figura 6.4 - Estrutura espacial da metrópole de Curitiba no final da década de 2000



FONTE: Silva (2012)
 Editoração: Melissa Yamada.

Presentes tanto no centro como na periferia metropolitana, os espaços informais de moradia continuam sendo marcados pela preca-

riedade da habitação e do assentamento. Por outro lado, analisando-se as tipologias das favelas, loteamentos clandestinos e irregulares e suas localizações, observa-se maior diferenciação dos conteúdos desses espaços, derivada dos distintos perfis socioeconômicos dos seus residentes. Essa distribuição diferenciada da população residente nos espaços informais de moradia caracteriza-se pela localização dos de maior renda nas proximidades do núcleo da aglomeração metropolitana e nos loteamentos clandestinos, e os de renda mais baixa nas favelas e áreas mais distantes.

Esta constatação indica ainda que nas últimas décadas a dificuldade de aquisição de moradias por meio do mercado formal não se ampliou apenas para as classes de baixa renda, mas também para uma parcela da classe média, comprovada pelo perfil socioeconômico dos residentes nos loteamentos clandestinos.

A existência de um novo padrão de localização dos espaços informais de moradia e a diversidade de perfis socioeconômicos de seus residentes expressam-se também ao se comparar a localização das tipologias com as áreas de concentração dos tipos socioespaciais em 2010. Observa-se que aproximadamente 50% dos espaços informais de moradia situam-se em áreas classificadas como de tipo superior e médio⁹, com predomínio das favelas, na região que circunda com um raio de 10 km a área central do Município de Curitiba (Figura 6.5).

A análise do processo de produção dos espaços informais de moradia revela uma nova tendência de organização socioespacial na metrópole de Curitiba, que até o final da década de 1980 caracterizava-se por um núcleo mais homogêneo, prioritariamente ocupado pelos espaços residenciais formalmente produzidos destinados pelas classes de renda mais elevada, e a periferização da pobreza. Assim, nas duas últimas décadas a estruturação espacial consolida um padrão que se distancia do centro-periferia.

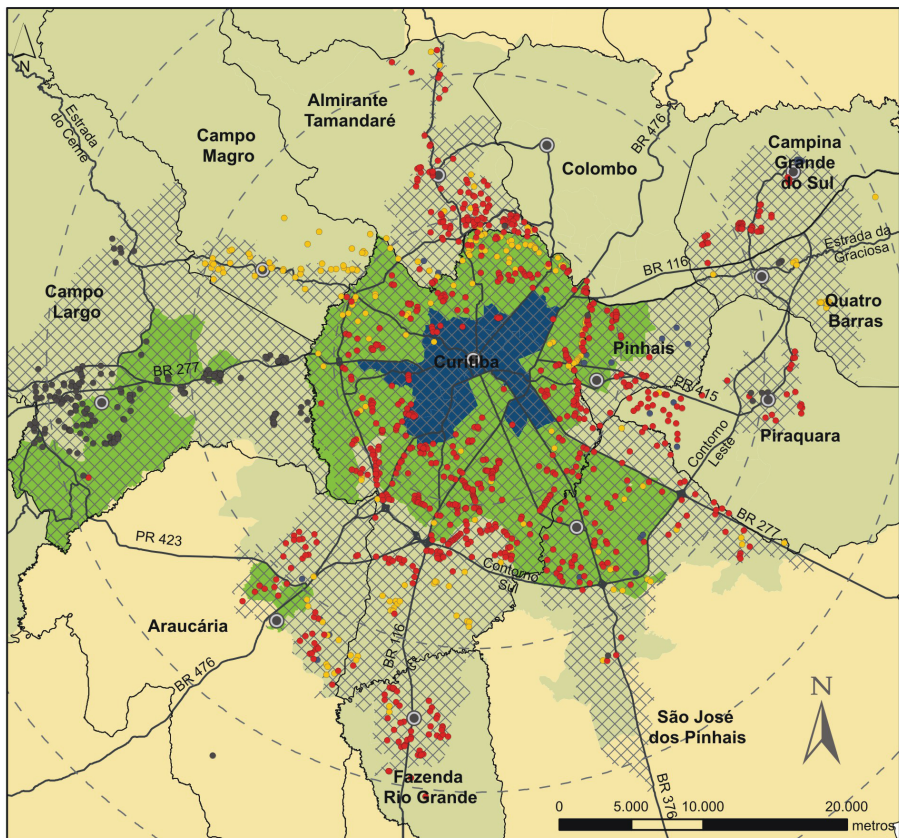
A existência deste novo padrão não é revelada apenas pela morfologia espacial, mas também pelas novas relações presentes entre o que até a década de 1980 era considerado centro e periferia¹⁰. A emergência de novas relações foi comprovada, em primeiro lugar, porque a produção de periferias no núcleo metropolitano é um processo ativo

⁹ As categorias socioespaciais encontram-se detalhadas no Capítulo 4.

¹⁰ Conforme Kowarick (2000, p.43), referem-se a espaços que abrigam a população pobre, com problemas de infraestrutura e carência de serviços, onde predomina a autoconstrução, as favelas, os cortiços, e a violência, o mundo da subcidadania.

e não residual. Ou seja, sua produção não é resultado de permanências espaciais, isto é, de um fenômeno que transforma espaços preteritamente produzidos como áreas periféricas em centrais em função do tamanho da aglomeração, mas sim, de um processo em evolução, integrante do conjunto de mudanças que marcam a presente fase da produção e estruturação da metrópole.

Figura 6.5 - Espaços informais de moradia, segundo tipologias e áreas de concentração dos tipos socioespaciais na metrópole de Curitiba em 2010



- | | | |
|---|----------------------------------|------------------------------|
| ● Área Central | Categorias Socioespaciais | Tipologia da ocupação |
| □ Limites Municipais | ■ Superior | ● sem dados |
| — Principais Rodovias | ■ Médio | ● Favela |
| ⊗ Perímetros Urbanos | ■ Popular Operário | ● Loteamento clandestino |
| — Distância à área urbana central de Curitiba (raios de 10 Km em 10 Km) | ■ Operário Agrícola | ● Loteamento irregular |
| | ■ Agrícola | |

FONTE: Silva (2012)
 Editoração: Melissa Yamada.

Em segundo lugar, porque o avanço dos espaços de moradia em direção às áreas rurais, cada vez mais distantes do núcleo metropolitano, é marcado pela existência de conexões entre estes novos espaços e as áreas urbanas centrais dos municípios situados no entorno da cidade polo. Além disso, os novos espaços informais de moradia que se expandem sobre a zona rural difundem a urbanização e transformam esses espaços, que ganham novos conteúdos sociais e econômicos. A partir desse processo emergente reconhece-se o reforço ou o surgimento de subcentros metropolitanos, que tendem a desempenhar novas funções urbanas, transformando as desempenhadas pela cidade polo e reduzindo a insularidade das sedes desses municípios. Tal processo indica tendências de transformação da estrutura espacial monocêntrica, que até a década de 1980 caracterizava a metrópole de Curitiba, para uma policêntrica.

5. Que fenômenos a nova espacialidade metropolitana revela?

A maior diversidade social das áreas que compõem o espaço metropolitano, reconhecida a partir da produção dos espaços informais de moradia nas duas últimas décadas, permite considerar que a organização socioespacial dessa aglomeração se realiza a partir de novas lógicas.

Ao estudarem esse fenômeno nas metrópoles brasileiras, Mammarella e Lago (2009) partem do pressuposto de que o perfil social de uma área exerce forte influência sobre as ações dos indivíduos nela residentes e dos demais agentes que atuam nestes espaços, e que a presença hoje de áreas com maior diversidade social, que abrigam tanto trabalhadores precários como estáveis, possibilita o acesso a serviços e oportunidades de trabalho aos mais vulneráveis.

Assim, para além da relação da disponibilidade de renda para adquirir uma moradia pelo mercado formal, o processo de produção dos espaços informais de moradia analisado é também uma expressão das práticas de sobrevivência das classes populares no Brasil na luta cotidiana pelo acesso aos benefícios da urbanização, em face das contradições da atual fase do modo capitalista de produção.

Dentre essas práticas, destaca-se o papel dos vínculos comunitários presentes nos assentamentos informais. Abramo (2009, p.11) afir-

ma que a formação desses laços resulta numa “economia de reciprocidades”, que permite às famílias pertencentes a estas redes acessarem a bens e serviços sem o desembolso de valores monetários. Por meio dela, estabelece-se uma dinâmica de trocas baseadas em relações de confiança e lealdade, úteis à realização das estratégias de sobrevivência de seus participantes.

A organização de uma estrutura espacial mais complexa, heterogênea e fragmentada do que no passado, traz à consideração também a necessidade de se aprofundar o conhecimento acerca das práticas a partir das quais os diferentes agentes sociais atuam na produção das metrópoles na atualidade.

Tomando como referência o processo estudado, é possível afirmar que a maior dificuldade de acesso à moradia está associada à reprodução da população em sentido ampliado. Ou seja, não está restrita às condições socioeconômicas da população, mas dela participa, com igual ou maior importância, o processo a partir do qual o espaço metropolitano é hoje produzido. Nesse sentido, as estratégias de todos os agentes responsáveis pela produção da metrópole ganham importância, destacando-se os envolvidos com o mercado imobiliário residencial, os responsáveis pela realização das atividades econômicas emergentes, e o Estado. Atuando de forma simultânea, esses agentes promovem a valorização e revalorização dos espaços, participam da formação dos preços da terra e dos imóveis, e transformam o uso do solo urbano.

Outro aspecto é que a acumulação e reprodução do capital mediante a contínua extração da renda da terra se concretizam pela participação de todos os envolvidos no mercado imobiliário, formal e informal. Essa lógica promove a produção e distribuição dos diferentes espaços residenciais e, conseqüentemente, dos diversos conteúdos socioespaciais neles presentes, responsáveis pelo surgimento de novas relações centro-periferia. Assim, na atual fase da produção espacial a atuação dos agentes envolvidos com a atividade imobiliária caracteriza-se tanto pelo surgimento de novas formas de acesso à moradia informal como pela criação cada vez mais acelerada de novos produtos destinados à população que pode pagar pela constante renovação de seus desejos de consumo.

A compreensão das singularidades desses distintos ramos do mercado imobiliário é preponderante para explicar a dinâmica de produção dos espaços informais de moradia observada nas últimas

décadas, pois, em relação, ambos participam da composição geral dos preços dos imóveis e transformam as formas e os conteúdos socioespaciais dos fragmentos que compõem a atual espacialidade metropolitana.

As duas últimas décadas caracterizam-se, portanto, por uma organização socioespacial marcada por um padrão de distribuição dos espaços residenciais distinto do que se apresentava até o final da década de 1980, no qual o processo de produção dos espaços informais de moradia desempenha um papel fundamental.

Referências

ABRAMO, P. A cidade com-fusa: mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes cidades latino-americanas. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 13. Anais... Florianópolis: ANPUR, 2009.

BALTRUSIS, N. Mercado imobiliário informal em favelas e o processo de estruturação da cidade: um estudo sobre a comercialização de imóveis em favelas da Região Metropolitana de São Paulo. 231 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Assentamentos precários no Brasil urbano. Brasília: 2007.

BONDUKI, N. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. In: Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, n.01, p.70-104, 18 set. 2008. Disponível em: < https://www.usjt.br/aeq.urb/numero01/artigo_05_180908.pdf>. Acesso em: 15/8/2011.

CALDEIRA, T. P. do R. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34: EDUSP, 2000.

CARDOSO, A. L. Avanços e desafios na experiência brasileira de urbanização de favelas. Cadernos MetrÓpole, São Paulo, n.17, 2007. p.219-240.

CURITIBA. Boletim Casa Romário Martins. COHAB-CT: 41 anos de planejamento e realizações. Curitiba, v.30, n.133, Dez. 2006.

CURITIBA. Companhia de Habitação Popular de Curitiba; Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. Plano de Regularização Fundiária em Áreas de Preservação Permanente. Curitiba, 2007. 1 CD-ROM.

FERNANDES, F. A.; FIRKOWSKI, O. L. C. de F. O processo de internacionalização na dinâmica imobiliária e produção do espaço urbano de Curitiba. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, XV, 2013, Recife. Anais... Recife: ANPUR, 2013. 1 CD-ROM.

FIRKOWSKI, O. L. C. de F. A nova territorialidade da indústria e o aglomerado metropolitano de Curitiba. 278 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Línguas e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FIRKOWSKI, O. L. C. de F. Considerações sobre o grau de integração da região Metropolitana de Curitiba na economia internacional e seus efeitos nas transformações socioespaciais. In: MOURA, R.; FIRKOWSKI, O. L. C. de F. (Org). Dinâmicas intrametropolitanas e produção do espaço na Região metropolitana de Curitiba. Curitiba: Letra Capital Editora, 2009.

GASPARINI, D. Regularização de loteamento e desmembramento. São Paulo: FPFL/Cepam, 1993. 94 p.

IBGE. Censo 2010: 11,4 milhões de brasileiros (6,0%) vivem em aglomerados subnormais. Sala de Imprensa, Brasília, 21 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&idnoticia=2057&busca=1&t=censo-2010-11-4-milhoes-brasileiros-6-0-vivem-aglomerados-subnormais>. Acesso em 6 jul. 2012.

KOWARICK, L. Escritos Urbanos. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2000.

MADE, Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Urbanização e recursos hídricos na Região Metropolitana de Curitiba. Curitiba, Editora da UFPR. 2004. 75 p.

MAMMARELLA, R.; LAGO, L. C. do. Tendências na organização social do território das metrópoles, no período 1991-2000. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2009. Relatório Final IPPUR – UFRJ.

MOURA, R.; RODRIGUES, A. L. (Org.) Como andam Curitiba e Maringá. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrópoles, 2009.

PARANÁ. Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC). Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba: documento para discussão. Curitiba, 2001. 181 p.

PEREIRA, G.; SILVA, M. N. da. Dinâmica Imobiliária na Região Metropolitana de Curitiba: o mercado formal e informal e a estruturação da metrópole. In: MOURA, R.; FIRKOWSKI, O. L. C. de F. (Org.). Dinâmicas intrametropolitanas e produção do espaço na Região Metropolitana de Curitiba. Curitiba: Letra Capital Editora, 2009. p.295-314.

POLUCHA, R. S. Ecoville: construindo uma cidade para poucos. 164 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

RIBEIRO. L. C de Q. Estratégias teórico-metodológicas para uma síntese comparativa das transformações das metrópoles. Rio de Janeiro:

Observatório das Metrôpoles – Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, 2012. Estado da Arte da Pesquisa FAPERJ CAPES CNPq.

ROLNIK, R. A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país: avanços e desafios. In: BUENO, L. M. de M.; CYMBALISTA, R. (Org.). Planos diretores municipais: novos conceitos de planejamento territorial. São Paulo: Annablume, 2007. p.271-283.

SILVA, M. N. da A dinâmica de produção dos espaços informais de moradia e o processo de metropolização de Curitiba. 259 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

TASCHNER, S. P. O Brasil e suas favelas. In: ABRAMO, P. (Org.) A Cidade da Informalidade: o desafio das cidades latino-americanas. Rio de Janeiro: Sette Letras, FAPERJ, 2003. p.13-41.

ULTRAMARI, C.; MOURA, R. (Org.). Metrópole grande Curitiba: teoria e prática. Curitiba: IPARDES, 1994.

VALLADARES, L. do P. A invenção da favela: do mito de origem a favela. com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

A rede que se espalha: Programa Minha Casa Minha Vida e acessibilidade urbana¹

*Gislene Pereira
Jussara Maria Silva*

Resumo: Este texto tem como objetivo interpretar a relação entre a forma de provisão de moradia popular, traduzida pelo programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), e a organização socioespacial do Aglomerado Metropolitano de Curitiba. Utilizando-se instrumental de análise sintática, o texto busca avaliar a inserção dos empreendimentos MCMV em doze municípios da região de Curitiba, verificando a mobilidade espacial da população que vive nessas áreas.

Palavras-chave: Moradia popular, sintaxe espacial, MCMV, Curitiba.

Abstract: This paper aims to interpret the relationship between the form of provision of affordable housing, translated by Minha Casa Minha Vida (MCMV), and the socio-spatial organization of the Metropolitan Area of Curitiba. Using space syntax, the text evaluates the integration of MCMV projects in twelve municipalities in the region of Curitiba, checking the spatial mobility of the population living in these areas.

Keywords: Affordable housing, space syntax, MCMV, Curitiba

1. O Programa MCMV no cenário da política habitacional brasileira

O conceito de déficit habitacional construído pela Fundação João Pinheiro (FJP), em parceria com o Ministério das Cidades, identifica duas características principais: a reposição e o incremento de estoque, conforme explicitado a seguir:

A reposição de estoque contempla a necessidade de repor as habitações em função da sua precariedade e desgaste de uso. O incremento de estoque refere-se à demanda por novas moradias,

¹ Colaboraram com a discussão contida nesse texto os alunos: Anabelli Peichó; Maicon Leitões e Talissa Faszank.

decorrente de: (a) coabitação forçada (aquela na qual a família convivente deseja constituir novo domicílio, mas não possui condições necessárias para tal); (b) famílias que residem em imóveis locados, com valores que comprometem mais de 30% da renda familiar; e (c) o adensamento excessivo em imóveis locados (FURTADO, 2013, p. 03).

O déficit habitacional no Brasil teve acréscimo de 65% no período entre 2000 e 2010, em termos absolutos – passando de quase 4,01 milhões, em 2000, para cerca de 6,6 milhões, em 2010 (IBGE, 2013).

Na análise por unidades da federação, proporcionalmente, o Maranhão apresenta o maior déficit; mais de 30% dos seus domicílios estão incluídos no déficit habitacional. O Rio Grande do Sul é o estado com menor número percentual de domicílios no déficit (7,6%), seguido de Santa Catarina 8,0% e do Paraná com 8,4%. Em relação aos componentes, o Paraná apresenta: 66.772 habitações precárias; 115.767 por coabitação; 88.985 por ônus excessivo com aluguel e 16.926 por adensamento excessivo em domicílios locados, totalizando 279.591 habitações (Quadro 7.1).

O déficit habitacional, por componente, para a Região Metropolitana de Curitiba – RMC, segundo dados do CENSO 2010, são 16.913 habitações precárias; 38.777 coabitação; 27.281 ônus excessivo com aluguel e 6.118 adensamento excessivo em domicílios locados, totalizando 85.814 habitações.

Quadro 7.1 - Déficit habitacional da RMC - 2010

MUNICÍPIO	DÉFICIT	HABITAÇÃO PRECÁRIA	COABITAÇÃO	EXCEDENTE DE ALUGUEL	ADENSAMENTO DE ALUGUEL	NÚMERO DE DOMICÍLIOS	PROPORÇÃO DOMICÍLIOS COM DÉFICIT (%)
Almirante Tamandaré	2.927	918	1.267	526	216	30.559	9,1
Araucária	3.561	770	1.532	895	365	35.584	9,5
Campina Grande do Sul	945	167	451	262	65	11.735	7,9
Campo Largo	2.378	399	331	580	115	34.480	6,9
Colombo	6.127	1.373	2.620	1.556	578	64.106	9,1
Curitiba	50.249	6.860	21.954	18.342	3.092	582.747	8,3
Fazenda Rio Grande	2.425	730	1.067	493	135	23.781	9,6
Mandirituba	423	80	210	77	56	6.776	6,2
Pinhais	3.438	595	1.320	1.222	301	36.149	9,0
São José dos Pinhais	7.249	1.383	3.178	2.135	554	81.470	8,6
RMC	85.814	16.913	38.777	27.281	6.118	1.016.799	8,4
Paraná	279.591	66.772	115.767	88.985	16.926	3.340.516	8,4
Brasil	6.644.713	1.728.082	2.700.718	1.886.988	654.875	58.051.449	11,4

FONTE: FURTADO, 2013

Desde a criação, em 1964, do Sistema Financeiro de Habitação

(SFH) e do Banco Nacional de Habitação (BNH), muitas transformações ocorreram no cenário da política habitacional brasileira, podendo-se destacar, no período mais recente, a aprovação do Estatuto da Cidade, Lei Federal n.º 10.257, em 2001, com inclusão de tratamento diferenciado para habitação de interesse social e a regulamentação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS); a criação do Ministério das Cidades, em 2003 e a aprovação da Política Nacional de Habitação (PNH), em 2004, que constituem importantes marcos dessa transformação.

Decorrente da Política Nacional de Habitação, em 2005 foi aprovada a Lei Federal n.º 11.124, que criou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). A instância central de coordenação, gestão e controle do SNHIS é o Ministério das Cidades, cabendo a estados, municípios e Distrito Federal a participação voluntária, mediante adesão. Para que estes participem do SNHIS deverão elaborar planos locais ou regionais de habitação de interesse social e constituir Fundo específico para habitação de interesse social, cuja gestão é feita por um Conselho Gestor.

O SNHIS centraliza todos os programas e projetos destinados à habitação de interesse social e tem como fonte os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do FGTS, do FNHIS e de outros fundos ou programas. O principal objetivo do SNHIS é a implementação de políticas e programas que promovam o acesso à moradia digna para a população de baixa renda.

Além do SNHIS, a política habitacional no Brasil foi marcada pela criação, por meio da Lei n.º 11.977, de 2009, do Programa Minha Casa Minha Vida. O objetivo do programa é a construção de unidades habitacionais voltadas às camadas da população com menor renda, principalmente para a faixa de 0 a 3 salários mínimos, que é a faixa de renda da população onde se concentra o déficit habitacional no país. A meta inicial do Programa MCMV era a construção de um milhão de moradias, sendo 400 mil destinadas a famílias com renda familiar de 0 a 3 salários mínimos, 400 mil destinadas a famílias com renda familiar até 6 salários mínimos e 200 mil para a faixa de 6 a 10 salários mínimos, correspondendo a cada uma destas faixas de renda um tipo de modalidade de financiamento de produção da habitação.

Em junho de 2011, foi lançada a segunda fase do Programa MCMV, por meio da qual se pretende construir dois milhões de mo-

radias até 2014. A principal diferença entre as duas fases está na atualização de valores de contratação por unidade habitacional², além da inserção da obrigatoriedade de instalação de sistema de aquecimento solar nas unidades isoladas e na exigência de acessibilidade universal em todas as edificações da menor faixa de renda. O Programa MCMV representa um grande aporte de recursos financeiros para o setor habitacional, composto por 75% de recursos não onerosos advindos do OGU, 22% do FGTS e 3% do BNDES.

Com o intuito de estimular a produção habitacional pelo mercado, o Programa ainda agrega um conjunto de medidas como reduções de tarifas, facilidades de acesso ao crédito e aceleração dos processos administrativos (KLINTOWITZ, 2011).

Para a menor faixa de renda, as fontes de recursos para financiamento são compostas pelo Fundo de Arrendamento Residencial – FAR e pelo Fundo de Desenvolvimento Social - FDS. Na operacionalização dos financiamentos, o FAR destina-se ao financiamento de unidades habitacionais produzidas por empresas privadas (construtoras e incorporadoras) e o FDS destina-se ao financiamento de unidades habitacionais contratadas por entidades organizadoras sem fins lucrativos (SOARES, 2012).

O Programa MCMV constitui uma importante iniciativa para a conformação da política habitacional no Brasil. Entretanto, apesar do reconhecimento do impacto quantitativo na provisão da moradia para a população de baixa renda, têm sido recorrentes as críticas³ feitas ao Programa, sobretudo acerca da localização dos conjuntos habitacionais. Como a maioria dos municípios não dispõe de bancos de terras, o poder público municipal deixa a cargo dos incorporadores a escolha das áreas para implantação dos conjuntos habitacionais. Na maioria

² Os valores máximos de aquisição das unidades, constantes na Portaria nº 168, de 12 de abril de 2013 para os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul são: Capitais e as respectivas regiões metropolitanas, para aquisição de apartamento ou casa, é de R\$64.000,00; municípios com população maior ou igual a 50 mil habitantes, o valor para aquisição de apartamento ou casa é de R\$60.000,00; municípios com população menor que 50 mil habitantes, o valor é de R\$59.000,00. Estes valores poderão compreender os custos de aquisição do terreno, edificação, equipamentos de uso comum, tributos, despesas de legalização, trabalho social e execução de infraestrutura interna, contemplam, ainda, os custos do sistema de aquecimento solar nas edificações unifamiliares (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2013).

³ CARDOSO (2013), ROLNIK (2012).

das vezes, essas áreas estão localizadas nas franjas da cidade e são mal servidas por transporte coletivo e por equipamentos urbanos e comunitários.

2. A implantação do Programa MCMV para a população de baixa renda no Aglomerado Metropolitano de Curitiba

Os municípios do Aglomerado Metropolitano de Curitiba⁴ que foram contemplados na primeira fase do projeto Minha Casa Minha Vida são: Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Mandirituba, Pinhais, São José dos Pinhais.

O Quadro 7.2 a seguir demonstra os empreendimentos MCMV por município, sendo possível identificar uma concentração de empreendimentos em Curitiba (66,56%), seguido por São José dos Pinhais (18,5%). O Gráfico 7.1 mostra a correspondência entre o déficit habitacional e a participação dos municípios no Programa MCMV. É possível identificar três grupos: 1) municípios que apresentam um percentual superior de participação no MCMV em relação ao déficit habitacional (Curitiba, Fazenda Rio Grande e São José dos Pinhais); 2) municípios que apresentam um percentual inferior de participação no MCMV em relação ao déficit habitacional (Almirante Tamandaré, Araucaria, Campo Largo, Colombo e Pinhais); e 3) municípios que apresentam percentuais iguais (Campina Grande do Sul e Mandirituba).

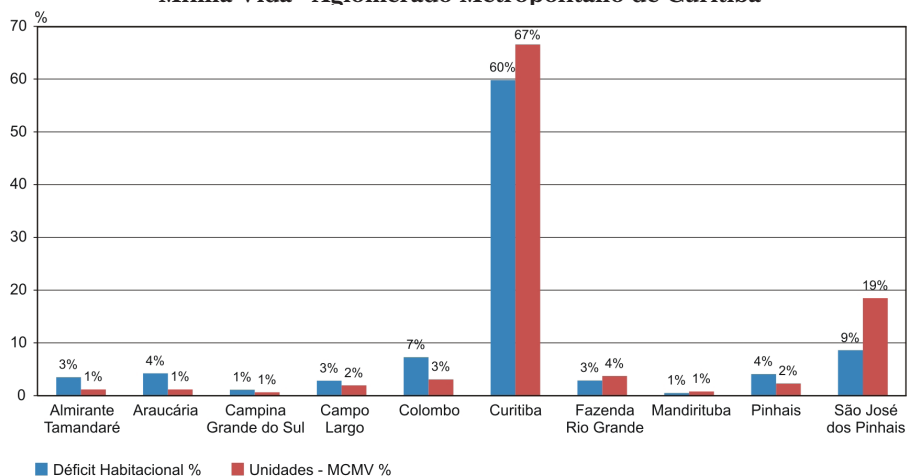
⁴ Esta pesquisa concentra a análise no Aglomerado Metropolitano, composto por 12 dos atuais 26 municípios que formam a Região Metropolitana de Curitiba (RMC): Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais. De acordo com o relatório Redes Urbanas Regionais: Sul, “o aglomerado corresponde a uma mancha de ocupação derivada de conurbação e/ou periferização, diretamente polarizada pela metrópole, envolvendo municípios limítrofes com contigüidade, continuidade e/ou descontinuidade de ocupação. Apresentam população urbana e densidade demográfica elevadas, forte articulação econômica, intensos fluxos de relações intermunicipais com comutação diária, complementaridade funcional e população ocupada em atividades urbanas (setores secundário e terciário)”. (IPARDES, 2000, p.68).

Quadro 7.2 - Programa Minha Casa Minha Vida 1 - Empreendimentos por município - Aglomerado Metropolitano de Curitiba

MUNICÍPIO	Nº EMPREENDIMENTOS	FAIXA DE RENDA	Nº DE UNIDADES		% MUNICÍPIO
			TOTAL	%	
Almirante Tamandaré	2	3 A 6 SM	160	1,19	1,19
Araucária	1	3 A 6 SM	160	1,19	1,19
Campina Grande do Sul	5	3 A 6 SM	88	0,66	0,66
Campo largo	2	6 A 10 SM	264	1,97	1,97
Colombo	1	0 A 3 SM	248	1,85	3,08
Colombo	3	3 A 6 SM	117	0,87	
Colombo	2	6 A 10 SM	48	0,36	
Curitiba	16	0 A 3 SM	3.173	23,63	66,56
Curitiba	24	3 A 6 SM	3.280	24,43	
Curitiba	16	6 A 10 SM	2.483	18,49	
Fazenda Rio Grande	1	0 A 3 SM	501	3,73	3,73
Mandirituba	3	0 A 3 SM	108	0,80	0,80
Pinhais	2	3 A 6 SM	152	1,13	2,32
Pinhais	1	6 A 10 SM	160	1,19	
São José dos Pinhais	2	0 A 3 SM	594	4,42	18,50
São José dos Pinhais	1	0 A 3 SM	6	0,04	
São José dos Pinhais	5	3 A 6 SM	667	4,97	
São José dos Pinhais	5	6 A 10 SM	1.217	9,06	
TOTAL	92		13.426	100	100

FONTA: Caixa Econômica Federal, 1º milhão do MCMV

Gráfico 7.1 - Déficit habitacional e participação no programa Minha Casa Minha Vida - Aglomerado Metropolitano de Curitiba



FONTA: Caixa Econômica Federal, 1º milhão do MCMV.

O Quadro 7.3 identifica a quantidade de unidades produzidas, de acordo com a faixa de renda da população atendida, demonstrando que os empreendimentos estão distribuídos quase igualmente entre as três faixas de renda: 0 a 3 SM – 34,49%; de 3 a 6 SM – 34,44% e 6 a 10 SM – 31,07%, havendo uma pequena vantagem para a faixa de 3 a 6 SM.

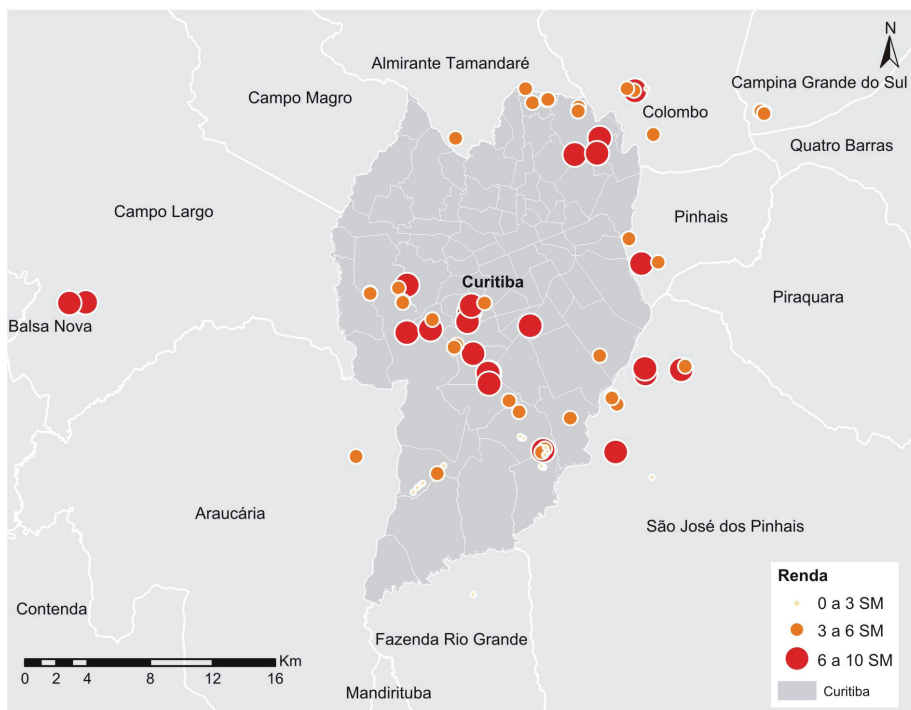
Quadro 7.3 - Programa Minha Casa Minha Vida 1 - Número de empreendimentos por faixa de renda - Aglomerado Metropolitano de Curitiba

FAIXA DE RENDA	NÚMERO DE UNIDADES		NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS	
	Abs.	%	Abs.	%
0 a 3	4.630	34,49	24	26
3 a 6	4.624	34,44	42	46
6 a 10	4.172	31,07	26	28
TOTAL	13.426	100,00	92	100

FONTE: Caixa Econômica Federal, 1º milhão do MCMV

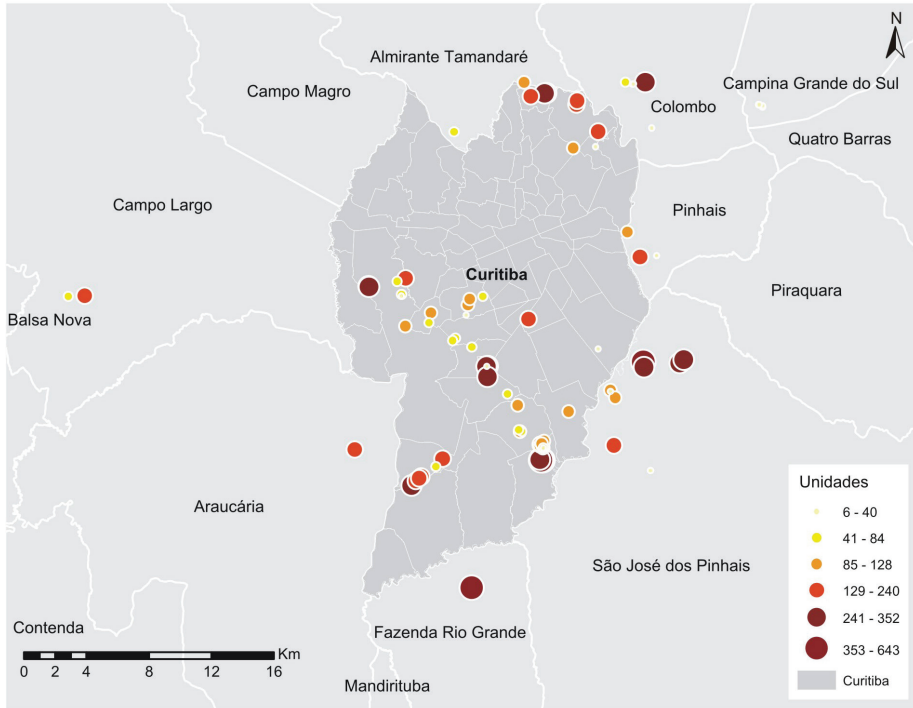
As Figuras 7.1 e 7.2 mostram a espacialização desses empreendimentos no Aglomerado de Curitiba, categorizando-os por faixa de

Figura 7.1 - Programa Minha Casa Minha Vida 1 - Espacialização dos empreendimentos, por faixa de renda - Aglomerado Metropolitano de Curitiba



FONTE: Caixa Econômica Federal, 1º milhão do MCMV
Elaborado pelos autores.

Figura 7.2 - Programa Minha Casa Minha Vida 1 - Especialização dos empreendimentos, por número de unidades - Aglomerado Metropolitano de Curitiba



FONTE: Caixa Econômica Federal, 1º milhão do MCMV
Elaborado pelos autores.

renda e por número de unidades. Cabe destacar três pontos em relação à localização destes empreendimentos: primeiro, há uma concentração e disposição em linha, no quadrante oeste-sul em Curitiba; segundo, ocorre uma concentração ao norte de Curitiba; e, terceiro, nos municípios de São José dos Pinhais (19% dos empreendimentos) e Colombo (3% dos empreendimentos) a localização da maior parte dos empreendimentos está muito próxima à divisa com Curitiba.

3. Leitura sintática e a localização dos empreendimentos MCMV

A Sintaxe Espacial, que fundamenta um modelo de descrição da forma espacial, a partir da compreensão desta como um sistema

relacional, apareceu na década de 1980 como uma teoria descritiva pertencente a um corpo teórico metodológico mais amplo: o da lógica social do espaço (HILLIER; HANSON, 1984). A ideia defendida por Hillier é que a Sintaxe Espacial pode constituir-se num meio genérico de investigação das relações entre a estrutura e o funcionamento das cidades. Nessa teoria, a construção sintática se refere à localização de determinada unidade (rua, praça) ou a um conjunto de unidades em relação à estrutura da cidade. Segundo Holanda (2002), a Sintaxe Espacial estuda a articulação desses elementos, tanto global (articulação dos elementos entre si e o papel que cada um representa no sistema) quanto localmente (características dos elementos em si mesmo).

Na análise sintática, a organização da cidade é capturada por meio de entidades descritivas que possibilitam a identificação de uma configuração espacial, mediante a qual é possível avaliar as relações existentes entre as unidades espaciais urbanas. Essas unidades espaciais estão contidas nos espaços públicos da cidade e a análise da configuração da malha destes espaços públicos (ruas e praças) pode indicar a existência de condições tanto para a integração como para a segregação socioespacial.

A partir da leitura sintática, e com o objetivo de revelar atributos do sistema urbano formado pelos municípios Almirante Tamandaré, Araucária, Campinha Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Mandirituba, Pinhais, São José dos Pinhais, este sistema foi avaliado quanto à sua estrutura hierarquizada, isto é, os graus de acessibilidade topológica⁵. A categoria de análise adotada para esta leitura foi o mapa axial, por meio de seu valor de integração global e local. Utilizando-se os mapas do sistema viário dos municípios selecionados, foi elaborado um mapa axial, aplicando-se a regra da “linha mais longa e em menor quantidade possível”, ou seja, foram traçadas linhas axiais que atravessassem a maior quantidade de espaços públicos possíveis, sem haver nenhuma deflexão nelas.

A leitura sintática demonstra que eixos integrados (aqueles que apresentam maior número de conexões) indicam vias perme-

⁵ A topologia é o estudo das relações espaciais que independem da forma e tamanho, mas dependem de sua posição em relação ao conjunto considerado. A articulação ou inflexão, a proximidade ou distanciamento, o modo como espaços se relacionam ou se articulam, referem-se à topologia (AGUIAR, 2000, p.71-74).

áveis e acessíveis no espaço urbano, de onde mais facilmente se alcançam as demais vias. Implicam, em média, caminhos topologicamente mais curtos, a serem alcançados a partir de qualquer eixo do sistema. Estes eixos tendem a assumir uma posição de controle, uma vez que podem se conectar a um maior número de eixos e, hierarquicamente, apresentam um potencial de integração superior. O mapa axial indica que os eixos mais integrados do sistema urbano analisado, por hipótese, correspondem às vias que possuem alto fluxo de veículos e pessoas. A medição da integração tem por objetivo demonstrar a relação entre a estrutura configuracional de uma malha urbana e o movimento urbano, revelando os estímulos e os desestímulos da malha a esse movimento. Um espaço mais integrado revelará uma maior diferenciação espacial, estimulando o “fluxo natural” de pessoas e induzindo o surgimento de diversas atividades, segundo a apropriação do uso do solo. Nos espaços com menor integração, há pouca diferenciação espacial, provocando ausência de movimento.

A integração pode ser local ou global. A **integração global**, denominada também de integração raio-n (RN), é a integração de uma linha com todas as outras linhas de todo o sistema (n – número total de linhas axiais do sistema avaliado) (MEDEIROS, 2006). A **integração local** corresponde à posição relativa de cada espaço com todos os demais, até uma profundidade limitada (RN). Essa limitação de profundidade permite observar a estruturação local do sistema espacial e, nesse particular, é possível observar a estruturação de centros de bairros, por meio da identificação dos espaços que são localmente importantes (MEDEIROS, 2006).

Se a Integração Global indica um número ilimitado de conexões a serem contadas a partir de qualquer eixo, na Local a integração é calculada até um determinado nível. Por exemplo, a expressão R3 significa que a integração será calculada para todo o mapa axial até ao terceiro nível de cada eixo (raio3). Qualquer raio poderia ser utilizado (R2, R3, R4, R5); nesta pesquisa considerou-se o R3, revelando as propriedades potenciais “locais” de integração, e identificando áreas consideradas como subcentros do sistema urbano.

A configuração espacial formada pelos municípios de Almirante Tamandaré, Araucária, Campinha Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Mandirituba, Pinhais, São José

dos Pinhais corresponde a um sistema de 41.277 linhas axiais. Processados os mapas de axialidade, obteve-se como resultado a medição da acessibilidade topológica. Os aplicativos do programa (Dephmap) apresentam os resultados de forma gráfica e numérica. Na saída gráfica, cores indicam a integração dos eixos: mais quentes (tendentes ao vermelho) indicam eixos mais integrados; cores mais frias (tendentes ao azul) indicam eixos mais segregados.

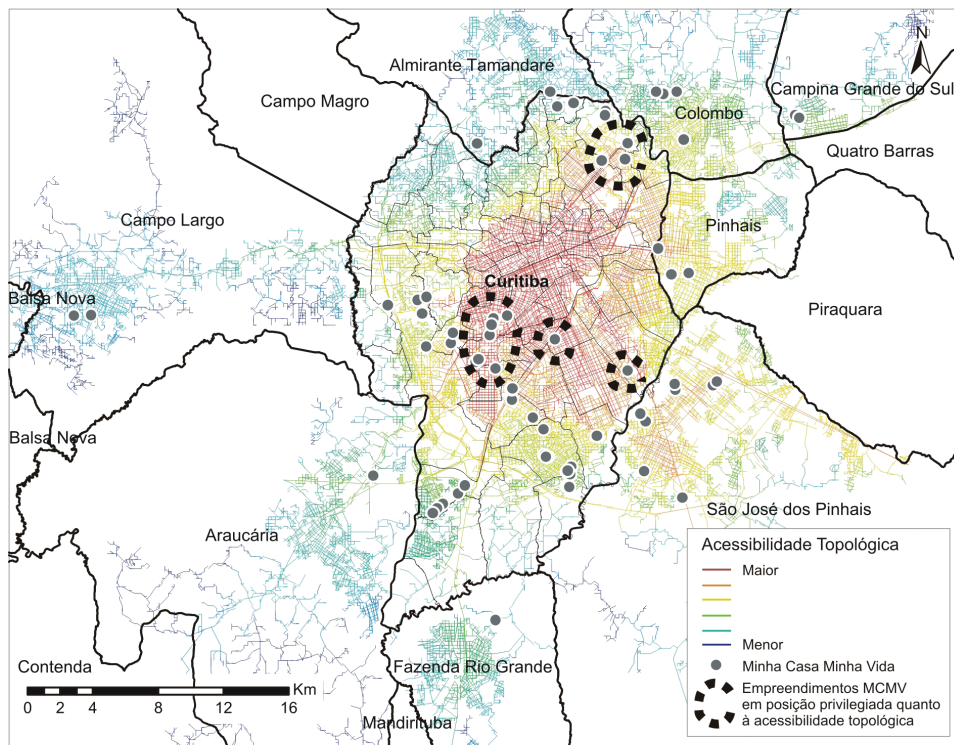
Espaços **mais integrados** revelam uma maior diferenciação espacial, estimulando o “**fluxo natural**” de pessoas e induzindo o surgimento de diversas atividades, segundo a apropriação do uso do solo, enquanto os espaços com **menor integração** indicam pouca diferenciação espacial, provocando **ausência de movimento**.

Por hipótese, os eixos mais integrados são as vias que possuem alto fluxo de veículos e pessoas, indicando:

- vias mais permeáveis e acessíveis no espaço urbano, a partir das quais mais facilmente se alcançam as demais;
- caminhos topologicamente mais curtos, a serem alcançados a partir de qualquer eixo do sistema;
- eixos viários que tendem a assumir uma posição de controle, uma vez que podem se conectar a um maior número de eixos;
- potencial de integração superior.

A Figura 7.3 apresenta uma sobreposição da **Integração Global** com a localização dos empreendimentos MCMV (saída gráfica). A integração global possibilita detectar que as vias mais integradas do sistema consolidam-se mais intensamente no sentido sudeste – município de São José dos Pinhais; e com menor intensidade no sentido leste – município de Pinhais. A Avenida Marechal Deodoro e a BR 277 (Avenida as Torres) assumem um papel hierárquico importante dentro do sistema, no sentido sudeste; e a Avenida João Leopoldo Jacomel, no sentido leste, representa um grande potencial de movimento.

Figura 7.3 - Integração global e a localização dos empreendimentos MCMV 1 - Aglomerado Metropolitano de Curitiba



FONTE: SILVA, J.; PEREIRA, G.; PEICHÓ, A.; LEITOLES, M.; FASZANK, T., 2013

No Quadro 7.4 os valores da medida sintática de **Integração Global** para os empreendimentos MCMV (saída numérica⁶) indicam a integração dos eixos: maiores valores indicam eixos mais integrados; menores valores indicam eixos mais segregados. A análise do Quadro 7.4 demonstra que os empreendimentos localizados nos municípios de São José dos Pinhais e Pinhais mantêm uma certa constância na posição de maior integração; contrariamente, os valores correspondentes a Curitiba oscilam da maior a menor integração.

⁶ Cada eixo axial do mapa recebe um número de identificação que permite a construção de uma matriz de conexões. Desta matriz derivam os valores numéricos de integração global, integração local e outra medidas sintáticas. O valor numérico de integração global corresponde a relação de uma linha com todas as outras linhas de todo o sistema

**Quadro 7.4 - Medidas de integração global para os empreendimentos MCMV
1 - Aglomerado Metropolitano de Curitiba**

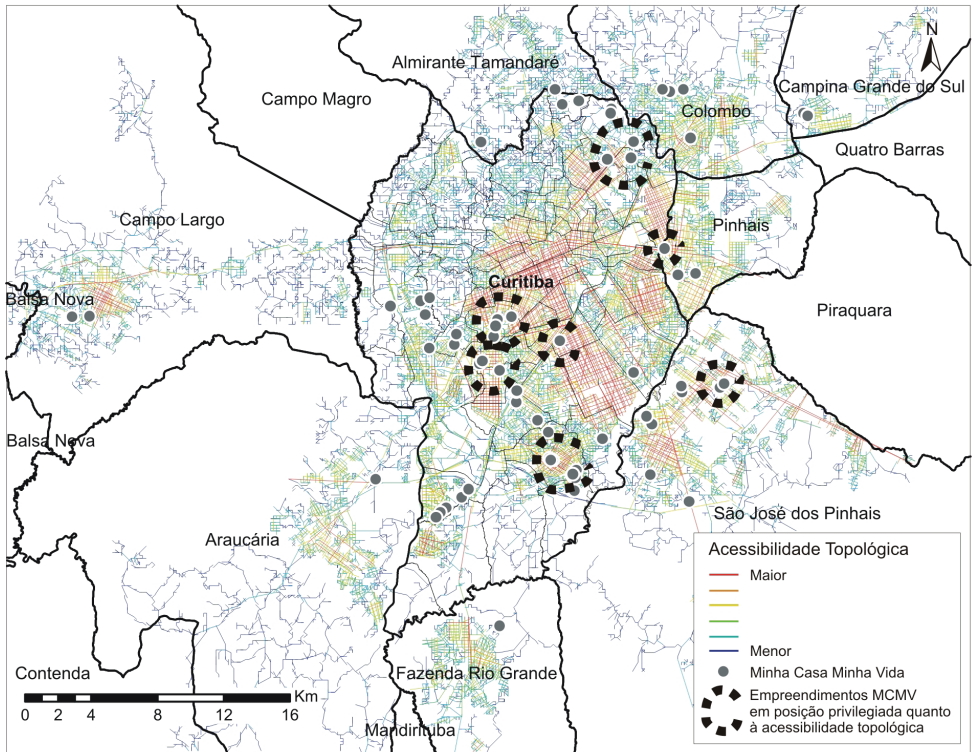
MUNICÍPIO	INTEGRAÇÃO GLOBAL	MUNICÍPIO	INTEGRAÇÃO GLOBAL
Curitiba	0,748	Curitiba	0,377
Curitiba	0,743	Curitiba	0,377
Curitiba	0,486	Curitiba	0,376
Curitiba	0,484	Curitiba	0,376
Curitiba	0,483	Curitiba	0,376
Curitiba	0,479	Curitiba	0,374
Curitiba	0,466	Curitiba	0,372
Curitiba	0,459	Curitiba	0,367
São José dos Pinhais	0,455	Curitiba	0,367
Curitiba	0,450	Curitiba	0,367
Curitiba	0,450	Curitiba	0,367
Curitiba	0,448	Curitiba	0,356
Pinhais	0,448	Curitiba	0,356
Curitiba	0,441	Curitiba	0,356
Curitiba	0,440	Curitiba	0,356
Curitiba	0,440	Curitiba	0,347
Curitiba	0,440	Curitiba	0,346
São José dos Pinhais	0,439	Colombo	0,339
São José dos Pinhais	0,439	Colombo	0,339
São José dos Pinhais	0,433	Colombo	0,339
Curitiba	0,430	Colombo	0,338
São José dos Pinhais	0,428	Curitiba	0,336
Curitiba	0,425	Campina Grande do Sul	0,336
Pinhais	0,423	Campina Grande do Sul	0,336
Curitiba	0,422	Campina Grande do Sul	0,336
São José dos Pinhais	0,418	Campina Grande do Sul	0,336
Curitiba	0,415	Campina Grande do Sul	0,328
São José dos Pinhais	0,414	Curitiba	0,327
São José dos Pinhais	0,412	Curitiba	0,314
Pinhais	0,397	Curitiba	0,314
Curitiba	0,396	Curitiba	0,314
Curitiba	0,394	Curitiba	0,314
Curitiba	0,391	Colombo	0,309
Curitiba	0,389	Curitiba	0,283
Curitiba	0,388	Almirante Tamandaré	0,280
Curitiba	0,383	Almirante Tamandaré	0,255
Curitiba	0,383	Curitiba	0,247
Curitiba	0,381	Curitiba	0,247
Curitiba	0,377	Campo Largo	0,238
Curitiba	0,377	Campo Largo	0,221

FONTE: SILVA, J.; PEREIRA, G., 2013
Elaborado pelas autoras.

A análise da **Integração Local** sobreposta com a localização dos empreendimentos MCMV está apresentada na Figura 7.4 (saída gráfica), sendo possível detectar os espaços com potencial para abrigar centros de bairro e comércio de caráter local, representados pela concentração de eixos mais escuros. Como é possível perceber, esses sub-centros locais encontram-se espalhados pela mancha urbana; entretan-

to, apresentam ligações entre si, com maior intensidade, no sentido sudeste e com menor intensidade nos sentidos norte e oeste.

Figura 7.4 - Integração local e a localização dos empreendimentos MCMV 1 - Aglomerado Metropolitano de Curitiba



FONTE: SILVA, J.; PEREIRA, G.; PEICHÓ, A.; LEITOLES, M.; FASZANK, T., 2013

No Quadro 7.5, os valores da medida sintática de **Integração Local** para os empreendimentos MCMV (saída numérica⁷) indicam a integração dos eixos: maiores valores indicam eixos mais integrados; menores valores indicam eixos mais segregados. Foi considerado para esta análise o Raio 3, implicando que a integração foi calculada para todo o mapa axial até ao terceiro nível de cada eixo (raio3). Os valores de integração local demonstrados no Quadro 7.5 indicam que os empreendimentos localizados nos municípios de Pinhais estão em posição de melhor integração, ou seja, maior acessibilidade topológica. Os

⁷ O valor numérico de integração local corresponde a relação de uma linha até o terceiro nível de cada eixo.

valores de integração local para Curitiba, tal como na global, oscilam da maior a menor integração.

Quadro 7.5 - Medidas de integração local para os empreendimentos MCMV 1 - Aglomerado Metropolitano de Curitiba

MUNICÍPIO	INTEGRAÇÃO LOCAL	MUNICÍPIO	INTEGRAÇÃO LOCAL
Pinhais	4,104	Curitiba	2,521
Pinhais	4,039	Curitiba	2,515
Curitiba	4,025	São José dos Pinhais	2,509
Curitiba	4,025	Campina Grande do Sul	2,403
Curitiba	3,745	Campina Grande do Sul	2,403
Curitiba	3,745	Curitiba	2,341
Curitiba	3,745	Curitiba	2,303
Curitiba	3,745	Curitiba	2,303
Curitiba	3,669	Curitiba	2,303
Curitiba	3,638	Curitiba	2,257
Curitiba	3,638	Curitiba	2,257
Curitiba	3,638	Curitiba	2,257
Curitiba	3,638	Curitiba	2,257
São José dos Pinhais	3,615	Curitiba	2,215
Curitiba	3,497	Curitiba	2,184
Curitiba	3,484	Colombo	2,121
São José dos Pinhais	3,466	São José dos Pinhais	2,086
São José dos Pinhais	3,466	Curitiba	2,067
Curitiba	3,353	Curitiba	2,030
Curitiba	3,346	Almirante Tamandaré	1,987
São José dos Pinhais	3,334	Curitiba	1,980
Curitiba	3,316	Curitiba	1,980
São José dos Pinhais	3,032	Curitiba	1,948
Curitiba	2,932	Curitiba	1,807
Curitiba	2,906	Almirante Tamandaré	1,787
Curitiba	2,892	Curitiba	1,728
Campina Grande do Sul	2,887	Curitiba	1,682
Campina Grande do Sul	2,887	Curitiba	1,682
Campo Largo	2,863	Curitiba	1,682
Curitiba	2,789	Curitiba	1,666
Curitiba	2,789	Curitiba	1,521
Pinhais	2,785	Curitiba	1,507
Campo Largo	2,767	Curitiba	1,463
Curitiba	2,731	São José dos Pinhais	1,440
Curitiba	2,731	Curitiba	1,398
Curitiba	2,658	Curitiba	1,384
Colombo	2,633	Curitiba	1,330
Colombo	2,633	Curitiba	1,330
Colombo	2,633	Curitiba	1,205
Curitiba	2,523	Colombo	1,105

FONTE: SILVA, J.; PEREIRA, G., 2013
Elaborado pelas autoras.

O Quadro 7.6 apresenta uma síntese das médias de integração Global e Local, considerando as faixas de renda assistidas pelo programa MCMV. É possível verificar uma alteração nos extremos das medidas sintáticas de integração (intervalos de maiores e menores valores. Ex: 0% a 85%; 35% a 5%) quando da integração Global e Local; isto significa que os empreendimentos estão mais integrados localmente,

lembrando que a medida sintática de integração local, teoricamente, representa os subcentros do sistema.

Quadro 7.6 - Síntese das medidas de integração global e local para os empreendimentos MCMV I, em relação às faixas de renda - Aglomerado Metropolitano de Curitiba

GLOBAL (RN)	FAIXA DE RENDA (SALÁRIO MÍNIMO)						TOTAIS	
	0 a 3		3 a 6		6 a 10		Absoluto	Relativo (%)
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%		
maior	0	0	2	5	0	0	2	2
médio	3	15	9	21	20	77	32	36
menor	17	85	31	74	6	23	54	61
TOTAL	20		42		26		88	

LOCAL (R3)	FAIXA DE RENDA (SALÁRIO MÍNIMO)						TOTAIS	
	0 a 3		3 a 6		6 a 10		Absoluto	Relativo (%)
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%		
maior	7	35	13	31	6	23	26	30
médio	12	60	8	19	14	54	34	39
menor	1	5	21	50	6	23	28	32
TOTAL	20		42		26		88	

NOTA: Intervalos de Integração Global: maior - 0,748/0,572; médio - 0,572/0,396; menor - 0,396/0,221.
 Intervalos de integração local: maior - 4,104/3,104; médio - 3,104/2,104; menor - 2,104/1,105.
 Os empreendimentos MCMV dos municípios de Fazenda Rio Grande e Mandrituba não foram espacializados nos mapas de integração.

4. Considerações finais

Atendendo ao objetivo inicial de interpretar a relação entre a forma de provisão de moradia popular, traduzida pelo programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), e a organização socioespacial do Aglomerado Metropolitano de Curitiba, este texto identifica como principais conclusões o exposto a seguir.

Aos municípios com maior déficit habitacional relativo - Fazenda Rio Grande, Araucária (10%), Colombo e Almirante Tamandaré (9%) não correspondem às maiores ofertas MCMV - Curitiba (66,56%) e São José dos Pinhais (18,50%).

Ocorre uma concentração de empreendimentos na faixa de renda de 3 a 6 SM (45%) sendo que o quadro 3 indica que as três classes de renda têm participação quase iguais no que se refere ao número de unidades. Apesar dessa igualdade, a participação das classes 6 a 10 é maior do que a preconizada inicialmente pelo Programa, o qual deveria privilegiar os segmentos de menor renda.

A leitura sintática da **Integração Global** indica: 1) a existência de um eixo em consolidação de conectividade no sentido sudeste – município de São José dos Pinhais; 2) a existência de quatro grupos de empreendimentos MCMV em posição privilegiada quanto à acessibilidade topológica, todos localizados em Curitiba; 3) os empreendimentos em posição privilegiada concentram-se em Curitiba, embora existam também áreas privilegiadas em São José dos Pinhais e Pinhais; 4) alguns empreendimentos de Curitiba encontram-se em posições segregadas.

A leitura sintática da **Integração Local**, correspondente à possibilidade de formação de subcentros, indica: 1) os subcentros estão espalhados na malha urbana, mas há uma concentração destes em Curitiba; 2) os empreendimentos do município de Pinhais estão em posição privilegiada em relação a Curitiba; o mesmo acontecendo com alguns empreendimentos em Campina Grande, Campo Largo e Colombo.

Em relação à acessibilidade topológica, quando se analisa a região como um todo (integração global), os empreendimentos MCMV não estão em posição privilegiada de acessibilidade. Entretanto, quando se consideram os **subcentros**, a análise demonstra que os empreendimentos apresentam-se mais integrados ao sistema urbano.

Referências

AGUIAR, Douglas Vieira. Alma Espacial 2. In: Revista Arquitetura e Urbanismo. Ano 19, No 127, Outubro 2000. p.71-74.

KLINTOWITZ, D. C. Como as políticas habitacionais se inserem nos contextos de reforma do estado? A experiência recente do Brasil. Revista Pensamento & Realidade, São Paulo, v.26, n.3, 2011. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/8080/5967>. Acesso em 20 ago. 2013.

SOARES, I. O. (Des)articulação entre política urbana e política habitacional: Programa “Minha Casa, Minha Vida” e ZEIS nas cidades médias de Minas Gerais. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Viçosa, MG. 2012.

SILVA, J PEREIRA, G.; PEICHÓ, A; LEITOLES, M; FASZANK, T. Mapas Axiais da Região Metropolitana de Curitiba. Não publicado.

HILLIER, B.; HANSON, J. The Social Logic of Space. Cambridge: Cambridge University Press. 1984

HOLANDA, F. de. O Espaço da Exceção. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2002.

MEDEIROS, Valério A. S de. Urbis Brasiliae ou sobre cidades do Brasil. Brasília, 2006. Tese – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.

CARDOSO, Adauto (org.). O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. Disponível em: http://www.controversia.com.br/uploaded/pdf/15097_mcmv-adauto2013.pdf Acesso em 14 nov. 2013.

FURTADO Bernardo et alii. Estimativas do déficit habitacional brasileiro (2007-2011) por municípios (2010). Nota Técnica, nº 1. IPEA, Brasília, maio, 2013.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 2 out. 2013.

IPARDES. Redes urbanas regionais: sul. Série caracterização e tendências da rede urbana no Brasil, nº6. Brasília: IPEA. 2000.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Portaria nº 168, de 12 de abril de 2013. Disponível em: http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/habita/mcmv/Portaria_M_Cidades_168.pdf. Acesso em 16 nov. 2013.

ROLNIK, Raquel. Eu sou você amanhã: a experiência chilena e o ‘Minha Casa, Minha Vida’. Disponível em: <http://br.noticias.yahoo.com/blogs/habitat/eu-sou-voc%C3%AA-amanh%C3%A3-experi%C3%Aancia-chilena-e-o-164815826.html>. Acesso em 14 nov. 2013.

Verticalização e novos produtos imobiliários em Curitiba

*Fernanda A. Fernandes
Olga Lúcia C. de Freitas Firkowski*

Resumo: O presente texto tem por propósito analisar o crescimento recente do mercado imobiliário em Curitiba, com ênfase na produção de edifícios residenciais, por empresas incorporadoras de atuação nacional e, por vezes, com capitais internacionais e inseridas na tendência de financeirização do setor. A generalização da atuação de tais empresas nas maiores cidades brasileiras e em todas as regiões do país resulta num processo de padronização dos produtos imobiliários, muitas vezes se distanciando das especificidades da sociedade local. Para compreender o crescimento do mercado imobiliário e as alterações nos padrões construtivos procedeu-se, primeiramente, à identificação dos incorporadores e construtores imobiliários atuantes em Curitiba, por meio da verificação das empresas de construção civil nos ramos de incorporação e construção de edifícios residenciais, de acordo com as categorias estipuladas pela CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção). Posteriormente, por meio da lista de associados do Sinduscon/PR (Sindicato da Indústria da Construção Civil do Paraná) e do mapa de lançamentos do jornal local Gazeta do Povo (2011) foi possível identificar com exatidão as empresas do ramo de construção e incorporação que exercem atividades na cidade.

Palavras-chave: Incorporadoras imobiliárias, mercado imobiliário, novos produtos imobiliários, produção do espaço, Curitiba.

Abstract: The aim of this chapter is to analyze recent growth in the real-estate market in Curitiba, with an emphasis on the construction of residential buildings by developers with a national presence and, sometimes, international funds in a context of increasing financialization of the sector. The spread of these companies' operations to all regions of the country and to the largest Brazilian cities has led to real-estate products becoming standardized and very often having little in common with local features or requirements. To understand the growth in the real-estate market and the changes in building standards, we first of all identified real-estate developers and construction companies that are active in Curitiba by determining which civil engineering

companies were involved in the development and construction of residential buildings using the categories stipulated by the CBIC (Brazilian Chamber of Construction Industry). A list of Sinduscon/PR (Paraná Construction Industry Trade Union) members and a map of real-estate launches in the local newspaper *Gazeta do Povo* (2011) were then used to accurately identify construction and development companies that are active in the city.

Keywords: Real-estate developers, real-estate market, new real-estate products and production of space.

O espaço urbano está em constante processo de reestruturação, não somente pela inserção de novos equipamentos e atividades urbanas, mas também pelos novos agentes e interesses externos atuantes nas cidades contemporâneas. Nesse contexto, observa-se uma crescente intensificação na ação dos incorporadores imobiliários no âmbito da produção do espaço urbano, como apontado por Rufino (2012), Fix (2011) e Ribeiro (1982).

Por incorporadores são entendidas as empresas que, para além da promoção e realização da construção em si, atuam a jusante e a montante da construção propriamente dita, ou seja, abrangem as atividades que antecedem a construção tanto quanto aquelas que vem após, como comercialização e administração.

Em Curitiba verifica-se, a partir dos anos de 1990, uma intensificação do processo de internacionalização, marcado pela instalação de diversas empresas estrangeiras, em vários setores de atividade, dentre os quais e mais recentemente (meados da década de 2000), o imobiliário, contribuindo para a inserção de novos elementos na paisagem urbana, além de alterar significativamente a produção do espaço urbano, seja pelo aumento de sua participação no mercado imobiliário local, seja pela inserção de novos produtos imobiliários, ou ainda pelo reforço da concentração dos lançamentos em áreas já muito valorizadas da cidade.

As principais alterações observadas, situam-se no período de 2006 a 2011, no qual a maioria das incorporadoras analisadas, iniciaram suas atividades na cidade. Nesse período, diversas dessas empresas passaram a ter seus capitais abertos e negociados na Bolsa de Valores, possibilitando a diversificação dos capitais, inclusive com a participação de investimentos estrangeiros.

Ao se inserirem no mercado local, tais incorporadoras tiveram que obedecer à lógica estabelecida pela lei de zoneamento, uso e ocupação do solo no município de Curitiba (Lei n.º 9.800/2000), que de-

termina áreas específicas para o adensamento e a verticalização. Ainda assim, a atuação das mesmas impactou a configuração existente na cidade, mediante o reforço à localização dos edifícios de alto padrão, e dos novos produtos disponibilizados no mercado local.

O argumento principal do presente texto é que a lógica construtiva vertical da cidade foi reforçada em razão da inserção de empresas incorporadoras externas ao mercado local, sobretudo em relação aos empreendimentos de maior valor e localizados em áreas específicas da cidade. Além disso, a atuação de tais empresas resultou na inserção de novos produtos imobiliários com forte grau de padronização e que revelam as estratégias de atuação nacional das empresas.

1. Financeirização e atuação das empresas incorporadoras de atuação nacional na produção imobiliária

A modernização e a reestruturação das cidades são resultantes das características próprias do sistema capitalista atual e das transformações decorrentes, cada vez mais, de interesses não vinculados às realidades locais/regionais, mas que, pelo contrário, estabelecem-se a partir de lógicas oriundas de ordens distantes como a nacional ou internacional.

Como outras cidades brasileiras, Curitiba se insere nesse contexto e passa por profundas transformações, das quais o setor de comércio e serviços foi o mais expressivo. Nojima, Moura e Silva (2010) destacam que a concentração deste segmento econômico está atrelada à implantação de novos estabelecimentos, bem como a aquisição das redes locais, pelas redes nacionais e internacionais. Sobre a chegada de grandes empresas internacionalizadas, Firkowski afirma que:

Com o desencadeamento desse processo, inúmeras atividades antes controladas por capitais locais ou regionais passaram para o âmbito de grandes empresas de atuação nacional ou global, seja através da aquisição, seja através da implantação ou mesmo da composição entre ambas as possibilidades. (FIRKOWSKI, 2004, p.96).

Recentemente, também o mercado imobiliário passou a demonstrar os reflexos desse processo que, conforme afirmado anteriormente, abrange diferentes setores de atividade econômica e da vida

social. Após o ano de 2006 diversas empresas do setor imobiliário brasileiro abriram-se para a entrada de capitais estrangeiros em sua composição, por meio da venda de ações na Bolsa de Valores. Essa capitalização, segundo Miele (2008), possibilitou a expansão da atuação delas para além do seu local de origem e a utilização de recursos na aquisição de terrenos destinados a futuras construções. Como decorrência, incorporadoras como Cyrela, Gafisa, MRV, Brookfield, dentre outras, passaram a ter atuação frequente em todo o território nacional.

O crescimento do setor imobiliário liderado, em parte, pelas grandes incorporadoras é uma estratégia à reprodução do capital, que tem migrado gradativamente do setor industrial para o imobiliário, como afirma Lefebvre (1999),

[...] o papel e a função deste setor não deixam de crescer. Na medida em que o circuito principal, o da produção industrial corrente dos bens “mobiliários”, arrefece seu impulso, os capitais serão investidos no segundo setor, o imobiliário. Pode até acontecer que a especulação fundiária se transforme na fonte principal, o lugar quase que exclusivo de “formação do capital”, isto é, de realização da mais-valia. Enquanto a parte da mais-valia global formada e realizada na indústria decresce, aumenta a parte da mais-valia formada e realizada na especulação e pela construção imobiliária. (LEFEBVRE, 1999, p.144).

O mercado imobiliário apresenta, assim, um forte dinamismo, responsável por alterações intensas no espaço urbano, com o aumento na quantidade de construções e lançamentos, do número de transações imobiliárias, da busca por novas áreas ou reformulação de antigos locais por parte dos construtores e incorporadores e, sobretudo, dos preços praticados. (MAGALHÃES; TONUCCI FILHO e SILVA, 2011).

Na década de 2000 ocorreu a recuperação mais intensa das fontes tradicionais de financiamento imobiliário, causando um crescimento gradual do setor. Tais mudanças foram embasadas pela ação do Estado,

seja por sua forte atuação no sentido de adequar o marco regulatório da política imobiliária considerando a criação de sucessivos mecanismos financeiros e alterações normativas, seja pelo conjun-

to de esforços e reformas na organização dos principais fundos de financiamento imobiliários, que beneficiados pelo crescimento econômico do país, passam a apresentar expressiva recuperação a partir de 2005 (RUFINO, 2012, p.51).

No Brasil, a política habitacional tem se caracterizado por importantes mudanças desde a década de 1960, tanto por meio da criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) como do próprio Banco Nacional de Habitação (BNH) e, mais recentemente, nos anos de 2000, pela criação do Ministério das Cidades (2003) e pela aprovação da Política Nacional de Habitação (2004). Paralelo a isso, ocorreu ainda o surgimento de outros mecanismos de financiamento da produção imobiliária, como os Fundos de Investimentos (FI) e as carteiras hipotecárias na década de 1990, que contribuíram para a recuperação do Sistema Financeiro de Habitação, culminando, no final da década de 2000, no lançamento do programa federal Minha Casa Minha Vida (MCMV).

A recuperação do sistema financeiro desempenhou um papel fundamental no crescimento da produção imobiliária, direcionando o capital desvalorizado para este setor, e alcançando grande rentabilidade, mas não foi o único fator. Aproveitando-se de um contexto fortemente favorável à expansão imobiliária, as grandes incorporadoras viram na abertura de capital uma nova possibilidade de captar recursos do mercado financeiro.

Para Miele (2008), o setor imobiliário liderou a abertura de capital na Bolsa de Valores, representando metade dos investimentos do ano de 2007. Nesse ano, ainda, 11 empresas do setor se inseriram na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA. O processo de financeirização mostra o entrelaçamento cada vez mais intenso do mercado imobiliário ao sistema de acumulação capitalista.

A crescente financeirização foi uma das formas de vencer um dos obstáculos à reprodução do capital, qual seja, a falta de mercado. Harvey (2011) explica que o obstáculo do trabalho havia sido superado pela expansão das multinacionais, pela entrada da mão de obra feminina e pela inserção de novas tecnologias para o aumento da produção. A primeira iniciativa para a falta de mercado foi a liberação de crédito para os trabalhadores, mas, devido ao seu esgotamento, a saída encontrada foi fornecer crédito à população com renda mais baixa e até mesmo com instabilidade econômica.

Essa estratégia, segundo o autor, foi necessária para que as novas habitações que estavam sendo construídas, na década de 1990, nos EUA, tivessem compradores, “o capital financeiro fictício assumiu o controle e ninguém queria pará-lo porque todo mundo que importava estava fazendo muito dinheiro” (HARVEY, 2011, p.24). O autor afirma ainda que a financeirização permitiu ao capital transitar livremente pelo mundo em busca de melhores retornos.

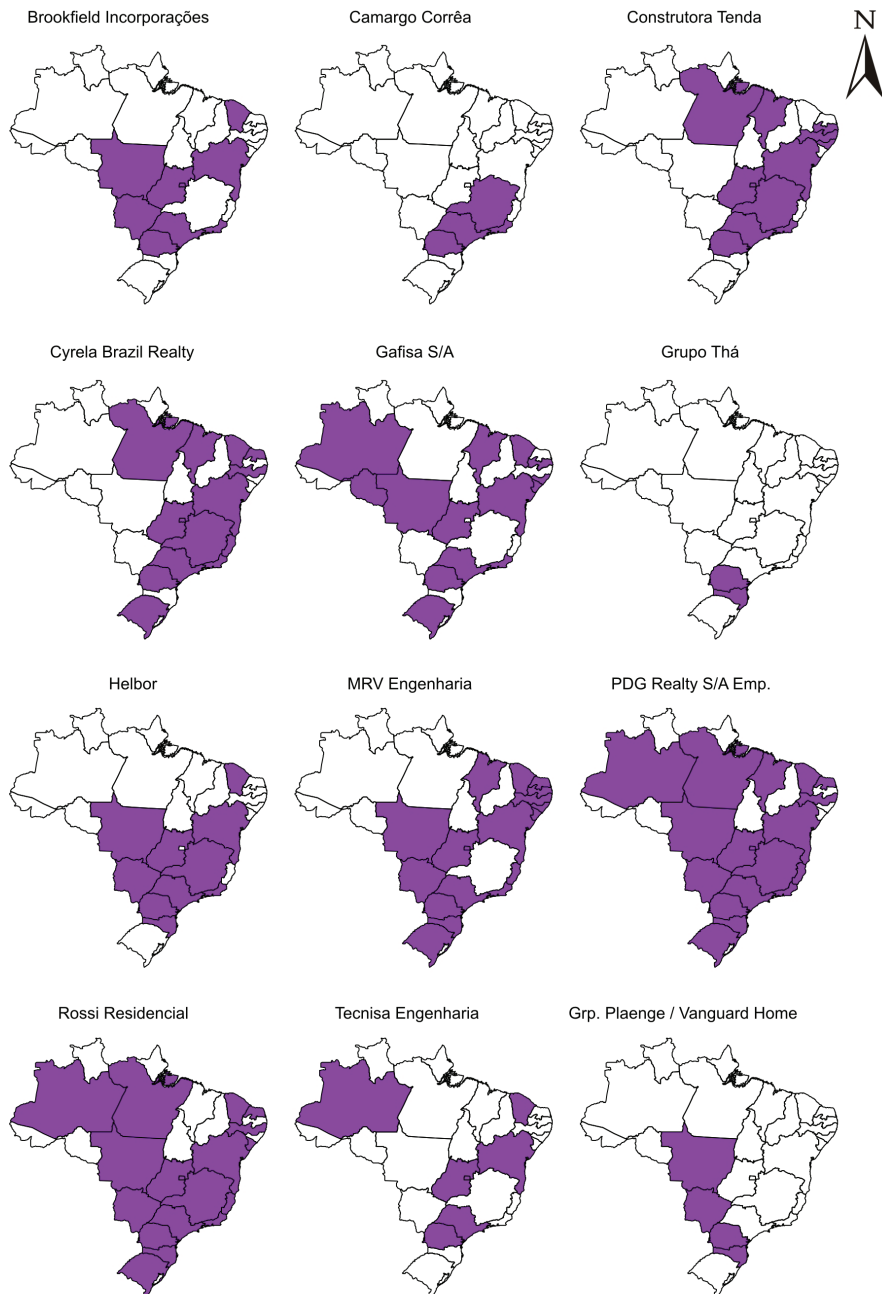
O crescimento do capital fictício, assim como os lucros que estavam sendo gerados por ele e sua capacidade de dispersão foram decisivos no alastramento da crise imobiliária que atingiu primeiramente os Estados Unidos, em 2008, e posteriormente vários outros países.

Atualmente, o mercado imobiliário recebe cada vez mais influência dos incorporadores e construtores imobiliários e, gradativamente, grandes empresas passam a atuar nesta atividade, acirrando a competitividade do setor.

As instituições financeiras têm, igualmente, desempenhado um papel cada vez mais significativo nas relações de produção do espaço urbano, “o financiamento da casa própria, empreendimentos de proprietários, desenvolvimento e nova construção recaem pesadamente sobre os recursos de bancos, companhias de seguros, sociedades de construção e outras instituições de financiamento”. (HARVEY, 1980, p.141). Esse processo torna a financeirização do mercado imobiliário cada vez mais intensa, pois os agentes imobiliários buscam, fundamentalmente, oportunidades de obter lucro com os financiamentos e empréstimos destinados a este setor.

Rufino (2012) aponta que a crescente aproximação entre o capital financeiro e a produção imobiliária, representados respectivamente pelas instituições financeiras e empresas de incorporação imobiliária, se consolida com a abertura de capital por essas empresas. Na década de 2000 ocorreu uma crescente inserção das incorporadoras ao mercado de ações, tendo em vista novos investimentos. Essa capitalização possibilitou o crescimento de diversas incorporadoras brasileiras e, conseqüentemente, sua expansão para outras localidades além daqueles de sua atuação originária. Na Figura 8.1, é possível observar a intensa expansão na atuação das principais incorporadoras pelo território nacional.

Figura 8.1 - Atuação das principais incorporadoras no território nacional entre 2006 e 2012 - Brasil



FONTE: PESQUISA DIRETA (2012)
Organização: FERNANDES; MARANGON (2013).

Algumas delas, como a PDG Realty S/A Empreendimentos e a Rossi Residencial, têm presença em 18 Estados brasileiros demonstrando a importância dessas empresas em nível nacional.

A expansão propiciada pela abertura de capitais, aliada ao crescimento dos financiamentos e programas habitacionais, levou as incorporadoras a investirem em um segmento até então não explorado pelas grandes empresas, o *econômico*. Além das empresas MRV Engenharia e Construtora Tenda, especializadas neste setor, outras incorporadoras, voltadas a empreendimentos para a população de alta renda passaram a investir no segmento *econômico*, mesmo porque a produção imobiliária de alto valor começava a apresentar índices de saturação em várias regiões do país (RUFINO, 2012).

Rufino (2012) argumenta, ainda, que a produção imobiliária destinada à população de menor renda contribuiu para a padronização dos empreendimentos e dos equipamentos presentes em seu interior. A homogeneização nesta produção contribuiu para o barateamento dos custos e conseqüentemente na captação de maior valor pelas empresas.

É notável a importância adquirida pela incorporação imobiliária, sobretudo com o avanço da financeirização. Contudo, cabe ressaltar que existem múltiplos processos na produção do espaço urbano, e estes “coexistem de forma articulada” (RIBEIRO, 1982, p.41), simultaneamente, os incorporadores atuam, os proprietários realizam suas negociações, os habitantes constroem sua moradia etc. e esta diversificação ocorre de forma diferenciada em cada cidade, imprimindo-lhes dinâmicas próprias.

A inserção de Curitiba nesse processo é recente, tendo grande expressividade na última década, com a financeirização do mercado imobiliário e a influência de incorporadoras com atuação nacional na produção imobiliária residencial local. Anteriormente a esse período, a produção da moradia verticalizada na capital paranaense ocorria por meio de pequenas e médias empresas de origem e atuação local, e a construção de residências horizontais era realizada, em sua maioria, pelos próprios proprietários. (SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO, 2012).

2. Transformações no mercado imobiliário em Curitiba

A atuação das grandes incorporadoras passou a ser muito significativa para o mercado imobiliário, somente na última década quatorze dentre as maiores construtoras passaram a atuar em Curitiba, das quais sete estavam entre as 50 maiores empresas da construção civil do Brasil no ano de 2010, segundo a CBIC – Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC, 2010), respectivamente: Camargo Corrêa (2^a colocada entre as 50 maiores), Gafisa (9^a), MRV Engenharia (13^a), Construtora Tenda (15^a), Tecnisa Engenharia (16^a), Rossi Residencial (26^a) e Grupo Thá (41^a).

Essas incorporadoras tornaram-se responsáveis por grande parte dos lançamentos imobiliários recentes, sob seu domínio estão cerca de um terço de todos os edifícios de apartamentos lançados na cidade, 108 lançamentos em face do total de 313 empreendimentos lançados entre 2010 e 2011, evidenciando a quantidade de imóveis para venda na cidade, e conseqüentemente a grande proporção que o setor imobiliário alcançou nos últimos anos na economia, influenciado por empresas externas e de atuação nacional.

Esses números referem-se apenas à quantidade de apartamentos lançados, demonstrando uma tendência à compactação da metrópole, o que pode ser constatado, também, em razão do aumento gradativo no número de unidades de apartamento construídas em relação ao número de casas, conforme mostra a Tabela 8.1 e o Gráfico 8.1. Com o acelerado crescimento do mercado imobiliário, a construção de apartamentos tem sido a opção para o aproveitamento do solo urbano, raro em alguns locais da cidade, sobretudo os mais cobiçados pelos agentes imobiliários e compradores.

No Gráfico 8.1 observam-se três momentos de destaque na relação entre os alvarás de construção de casas e de apartamentos, respectivamente, entre 2006 e 2007 uma redução considerável das casas e crescimento dos apartamentos, seguida de movimento contrário de nova aceleração das casas entre 2007 e 2008, para nova inversão em 2010, ano em que os alvarás de apartamentos superam os 50% do total; movimento esse contínuo até o presente.

A Tabela 8.1 permite observar que, no ano de 2006, 2.074 unidades de apartamentos foram construídas em Curitiba, enquanto nos anos de 2007, 2008 e 2009 foram mais de 4 mil unidades ao ano.

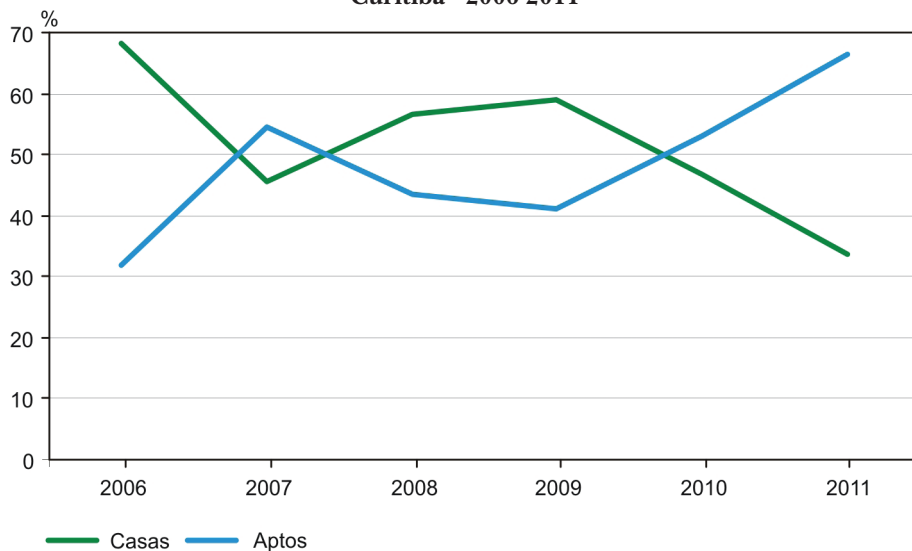
Em 2010, os apartamentos ultrapassaram as casas em 829 unidades. Contudo, o crescimento mais expressivo ocorreu no ano de 2011, quando o número de apartamentos foi quase o dobro das unidades residenciais térreas. Estes dados demonstram o forte crescimento da verticalização na cidade, com importantes repercussões na paisagem urbana.

Tabela 8.1 - Alvarás de construção - Curitiba - 2006-2011

TIPO	2006		2007		2008		2009		2010		2011		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Casas	4.446	68,2	5.310	45,6	6.010	56,6	5.978	59,0	6.323	46,9	6.486	33,7	34.553	49,6
Aptos	2.074	31,8	4.460	54,4	4.596	43,4	4.142	41,0	7.152	53,1	12.736	66,3	35.160	50,4

FONTE: Secretaria Municipal de Urbanismo, 2011
Organização: FERNANDES, F. A., 2012.

Gráfico 8.1 - Evolução do crescimento de unidades residenciais - Curitiba - 2006-2011



FONTE: Secretaria Municipal de Urbanismo, 2011
Organização: FERNANDES, F. A., 2012.

Para compreender o crescimento do mercado imobiliário e as alterações nos padrões construtivos, procedeu-se, primeiramente, à identificação dos incorporadores e construtores imobiliários atuantes em Curitiba, por meio da verificação das empresas de construção civil nos ramos de incorporação e construção de edifícios residenciais, de acordo com as categorias estipuladas pela CBIC (Câmara

Brasileira da Indústria da Construção). Posteriormente, por meio da lista de associados do Sinduscon/PR (Sindicato da Indústria da Construção Civil do Paraná) e do mapa de lançamentos do jornal local Gazeta do Povo (2011), foi possível identificar com exatidão as empresas do ramo de construção e incorporação que exercem atividades na cidade.

Esse processo foi identificado pela da origem da incorporadora/construtora, pela abertura de capital na Bolsa de Valores, ou ainda associação e parcerias na construção de empreendimentos com empresas identificadas anteriormente. O Quadro 8.1 mostra as empresas de maior destaque quanto a sua atuação em Curitiba, assim como apresenta o ano de inserção no mercado imobiliário local.

Quadro 8.1 - Principais empresas incorporadoras externas - Curitiba - 2011

EMPRESA INCORPORADORA	ORIGEM	ANO DA ABERTURA DE CAPITAL NA BOLSA DE VALORES	ANO DO INÍCIO DA ATUAÇÃO EM CURITIBA	LANÇAMENTOS ENTRE 2010 E 2011
Bascol	Portugal	Não possui	2008	05
Brookfield Incorporações	Canadá	2006	2010	04
Camargo Corrêa	São Paulo	2007	2011	04
Construtora Tenda	Minas Gerais	2007	2006	04
Cyrela Brazil Realty	Rio de Janeiro	1997	2008	05
Gafisa S/A	São Paulo	2006	2006	05
Grupo Plaenge	Paraná	Não possui	2006	09
Grupo Thá ⁽¹⁾	Paraná	Não Possui	1985	14
Helbor	São Paulo	2007	2010	01
MRV Engenharia	Minas Gerais	2007	1999	17
PDG Realty S. A. Empreendimentos	Rio de Janeiro	2007	2010	20
Rossi Residencial	São Paulo	1997	2010	09
Tecnisa Engenharia	São Paulo	2007	2010	05
Vanguard Home	Paraná	Não possui	2006	06

FONTE: Pesquisa direta, 2011

NOTA: (1) O Grupo Thá, recentemente teve seu controle acionário controlado pelo Fundo de investimento americano Equity Internacional. Elaboração: Fernanda A. Fernandes, 2012.

É possível observar que a maioria das empresas incorporadoras passou a atuar em Curitiba após meados da década de 2000 e que a maior parte delas abriu seus capitais, inclusive para a entrada de capital estrangeiro, entre os anos de 2006 e 2007.

Em Curitiba, o ano de 2006 marca a atuação mais intensa de tais empresas, haja vista que antes desse ano apenas duas empresas, dentre as 14 apontadas, já atuavam localmente, respectivamente, o Grupo Thá (desde 1985) e a MRV Engenharia (desde 1999). Todas as demais (12 no total) são contemporâneas de meados para final da década de 2000, com ênfase nos anos de 2006 e 2010.

Assim, à mudança na lógica de atuação das empresas de local/re-

gional para nacional/internacional associa-se, também, o tipo de produto produzido, de casas para apartamentos, cuja construção envolve outras referências de projeto e de investimentos.

A identificação da quantidade de empreendimentos construídos ou de lançamento na cidade, referentes às empresas em destaque, foi comprovada por meio dos sites das próprias incorporadoras; de sites de imobiliárias e, ainda, dos dados de liberação de alvarás da Secretaria Municipal de Urbanismo. Foram 108 edifícios lançados entre 2010 e 2011 e 54 construídos entre 2006 e 2010, considerando-se apenas os entregues nesse período.

No início do ano de 2012, foram anunciados diversos lançamentos de incorporadoras como Rossi Residencial, Grupo Plaenge, Grupo Thá e Helbor, que não foram considerados na análise. A periodização adotada foi anual e o período de análise dos dados foi estabelecido entre os anos de 2006 e 2011, quando se iniciou a expansão dessas empresas pelo país, alavancadas pela abertura de capital na Bolsa de Valores.

3. Características do processo recente de verticalização

Como resultado do processo de planejamento urbano, Curitiba historicamente promoveu a verticalização em algumas áreas predeterminadas, todavia, o zoneamento de uso e ocupação do solo urbano não foi suficiente para delimitar a expansão urbana, igualmente. Polucha (2009, p.46) afirma que:

Embora a verticalização tenha seguido os parâmetros estipulados, isso não resultou na desejada ocupação linearizada do espaço urbano. Como as áreas próximas aos eixos estruturais valorizaram-se, restou às camadas de baixa renda a ocupação de áreas periféricas, que conseqüentemente foram adensadas, estabelecendo uma configuração radial na cidade.

Em Curitiba a verticalização é permitida em parte da Zona Central, nos Setores Estruturais (Norte, Sul, Leste e Oeste) e em alguns Setores Especiais, um dos quais se localiza a Oeste e denomina-se Setor Especial Nova Curitiba. Tal setor passou por grandes transformações de uso, tendo em vista situar-se em local destinado, originalmente, à

residência da classe trabalhadora, às margens da Conectora 5¹, um tipo de prolongamento do Eixo Estrutural Oeste e denominado atualmente Ecoville. Tal denominação se deu em função da atuação dos promotores imobiliários, como um nome fantasia, uma vez que o bairro no qual se localiza denomina-se Mossunguê. Atualmente, tal porção da cidade é uma das mais privilegiadas do ponto de vista da verticalização destinada às classes média alta e alta.

Inicialmente o Ecoville compreendia parte do Bairro Mossunguê, entre os Terminais Campina do Siqueira e o Terminal Campo Comprido, mas atualmente, alguns lançamentos localizados fora deste perímetro são vendidos como situados no Ecoville, como uma forma de valorização do empreendimento. Essa estratégia é possível, pois o Ecoville não é um bairro, um empreendimento, ou um conjunto de edifícios, mas apenas a denominação que foi utilizada como marketing para as incorporadoras imobiliárias, aproveitando-se de uma das sínteses características do início dos anos de 1990, qual seja, cidade ecológica, daí deriva a denominação eco-ville, cidade ecológica em francês

As áreas de ZR4 (Zona Residencial 4), em sua maioria, circundantes aos Eixos Estruturais apresentam igualmente a possibilidade de verticalização, permitindo a construção de até 10 pavimentos, nos casos em que há comercialização de potencial construtivo, do contrário, o limite é de seis pavimentos.

O Eixo Estrutural Sul composto principalmente pelos bairros Pinheirinho, Capão Raso e Portão tem apresentado crescimento somente nos últimos anos, impulsionado pela instalação de equipamentos de consumo, como shopping centers, em especial a partir dos anos de 2008.

De acordo com a legislação em vigor, não há áreas para a verticalização no extremo sul da cidade, após o Eixo Estrutural Sul e a Linha Verde, por exemplo, nos bairros Caximba, Campo de Santana, Umbará e Ganchinho. Outros bairros nesta mesma área, como Tatuquara, Alto Boqueirão e Sítio Cercado caracterizam-se como Setores Especiais de Habitação de Interesse Social (SEHIS), nos quais se concentram a

¹ As Conectoras foram definidas no interior do planejamento urbano como vias que permitiriam o acesso da Cidade Industrial de Curitiba aos Setores Estruturais da cidade. Contudo, a Conectora 5 era a única a realizar a ligação com o Setor Estrutural Oeste, local de concentração de população de mais elevado poder aquisitivo e de interesse do mercado imobiliário. Fato que impulsionou a transformação da legislação e a implantação de um Setor Especial destinado a verticalização para as classes média alta e alta.

população de baixa renda, portanto não são alvos preferenciais das grandes empresas, que procuram alto retorno financeiro. Para Sassen, a habitação destinada a pessoas de baixa renda foi deixada de lado por essas empresas:

Podemos notar o mesmo efeito no abandono do mercado imobiliário destinados a pessoas de baixa e média rendas por parte de muitos investidores, que se sentem cada vez mais atraídos pelas solicitações cada vez mais intensas feitas pelos novos profissionais - que são altamente remunerados -, e que enxergam nessa crescente demanda de imóveis a possibilidade de obterem grandes lucros, forçando uma alta de preços. (SASSEN, 1998, p.18)

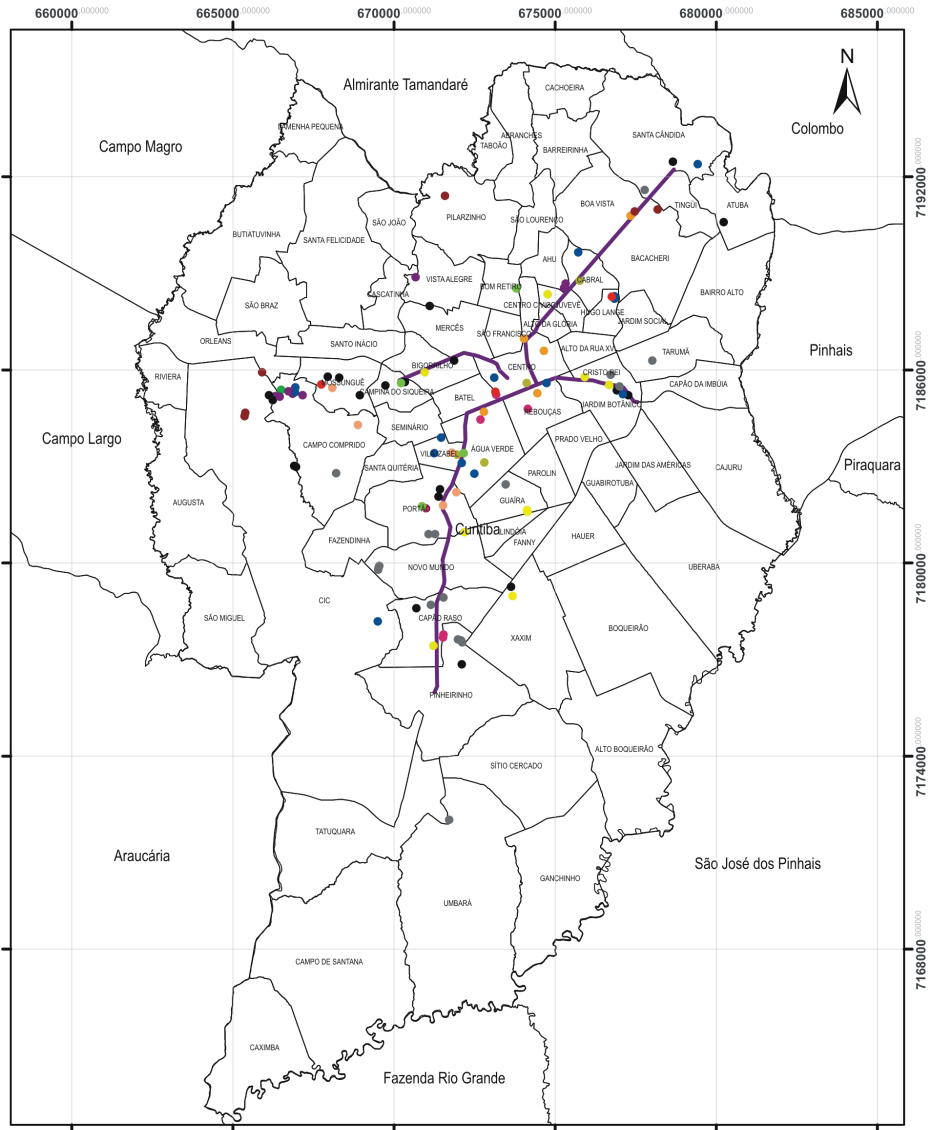
Polucha (2009) afirma, igualmente, que a exploração imobiliária em Curitiba foi totalmente voltada para as camadas de alta renda. No Ecoville, por exemplo, os empreendimentos construídos constituem-se em imóveis de alto padrão destinados, igualmente, às parcelas mais solváveis da população.

Apesar de estabelecer áreas específicas à verticalização mediante o zoneamento de uso e ocupação do solo urbano, a Prefeitura de Curitiba possibilita a construção além do permitido, em determinadas áreas da cidade, por meio da venda de potencial construtivo. Muitas empresas optam pela compra de potencial para aumentar o número de unidades a serem construídas, pois o lucro adquirido posteriormente compensa o pagamento extra, sobretudo quando a localização é privilegiada.

4. Empreendimentos verticais recentes: concentração e seletividade espacial

A atuação das empresas incorporadoras externas em Curitiba apresenta um padrão concentrador. Para comprovar tal afirmação, foram utilizadas informações dos sites das próprias empresas acerca da localização dos empreendimentos, e posteriormente realizada a sua espacialização. A Figura 8.2 mostra a distribuição destes empreendimentos em áreas específicas da cidade, como no Ecoville (no bairro Mossunguê), e nos bairros Água Verde, Cabral e Cristo Rei. Localizações privilegiadas e destinadas à população de alta renda.

Figura 8.2 - Localização dos empreendimentos das principais empresas incorporadoras, lançados em 2010 e 2011 - Curitiba



Legenda

- | | | |
|----------------------------|------------------------|----------------------------|
| ● Helbor | ● Cyreta Brasil Realty | ● Rossi Residencial |
| ● Brookfield Incorporações | ● Tecnisa Engenharia | ● Grupo Thá |
| ● Camargo Corrêa | ● Gafisa | ● MRV Engenharia |
| ● Construtora Tenda | ● Vanguard Home | ● PDG |
| ● Bascol | ● Plaenge | — Eixos Estruturais |
| | | □ Bairros |
| | | □ Aglomerado Metropolitano |

0 0.5 1 2 3 4 Km

1:140.000

Base Cartográfica: COMEC
 Projeção UTM
 Sirgas 2000 Fuso 22S

FONTE: Pesquisa direta, 2011/2012

NOTA: Elaboração: Fernanda A. Fernandes, 2012.

Como era de se esperar, observa-se uma forte indução dos Eixos Estruturais na localização dos empreendimentos.

Os bairros Jardim Botânico e Cristo Rei, têm despertado grande interesse dos agentes imobiliários, além da proximidade com a área central, há o Jardim Botânico como um atrativo para os empreendimentos.

Conforme foi possível verificar no site de vendas “Imóveis Curitiba” (2010), não há terrenos com área acima de 2000 m² no centro ou em suas proximidades. Para Miele (2008, p.21), este seria um dos “obstáculos à reprodução do capital no setor imobiliário”, a raridade de espaços disponíveis, sobretudo em áreas de urbanização já consolidada, como é o caso do centro da cidade.

Nesse sentido, devido à grande procura e à falta de terrenos disponíveis no centro da cidade, a estratégia das grandes empresas tem sido a conversão dos espaços antigos para a realização de novos empreendimentos, ou seja, há uma mudança nos usos dos espaços anteriores, superfícies comerciais passam a dar lugar aos empreendimentos residenciais. Porém, são empreendimentos com novas características, em sua maioria de uso misto, compostos por apartamentos, salas comerciais, galerias de loja, bares e restaurantes e ainda equipamentos de lazer e de uso coletivo. Isso tem imprimido uma nova dinâmica imobiliária ao centro, que estava, até então, praticamente estagnado do ponto de vista de novos lançamentos imobiliários e da construção de edifícios.

Recentemente, alguns empreendimentos foram lançados na região Sul-Sudoeste da cidade, nos bairros Portão e Pinheirinho. Apenas um empreendimento encontra-se no bairro Umbará, extremo Sul da cidade, o Parque Continental da MRV Engenharia, com quatro pavimentos (número máximo de pavimentos permitidos para esta área). A empresa se destaca pela construção de apartamentos destinados às classes populares, por este motivo é a única construtora que apresenta expansão de sua atuação para os bairros periféricos e até mesmo para municípios limítrofes a Curitiba, com sete lançamentos em São José dos Pinhais, localizado a Sudeste e onde está o aeroporto Internacional de Curitiba, e dois em Araucária, localizado a Sudoeste e onde está importante polo industrial metropolitano, com destaque para a Refinaria da Petrobras.

A distribuição dos empreendimentos imobiliários verticais, sobretudo aqueles relacionados às grandes empresas analisadas neste tra-

balho, possui estreita relação com a organização do território, tratada em capítulo específico do presente livro, e que pode ser observada na Figura 8.3.

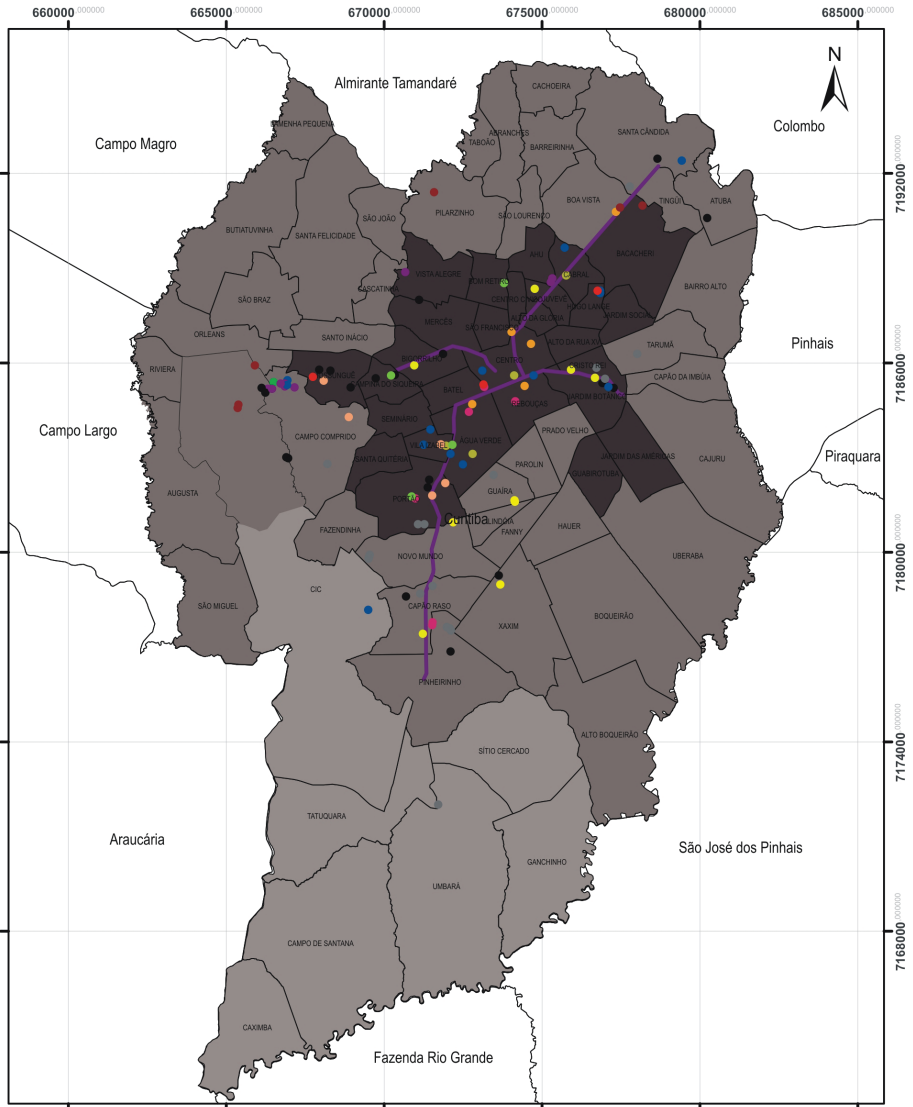
Observa-se que a quase totalidade dos empreendimentos analisados localiza-se nas áreas de abrangência da categoria definida como de tipo Superior, ou seja, composta por pessoas ligadas a ocupações como dirigentes, profissionais de nível superior e pequenos empregadores e, nos casos dos poucos empreendimentos localizados fora do município de Curitiba, notadamente em São José dos Pinhais e Araucária, todos estão em áreas de tipo Médio, comprovando o movimento afinado entre os produtos imobiliários voltados às classes mais solváveis da população e os interesses das empresas incorporadoras em tela.

Os bairros com predomínio do Tipo Superior são os mais próximos ao centro da cidade, e compreendem, ainda, diversos lançamentos de apartamentos, com exceção do bairro Alto da Glória, que não possui nenhum lançamento, e o bairro Batel, com apenas um empreendimento. Neste último há uma peculiaridade, pois o bairro é tradicionalmente conhecido por concentrar os edifícios de luxo destinados à classe alta, caracteriza-se, portanto, por uma verticalização consolidada e com poucas possibilidades de terrenos disponíveis para expansão. Polucha (2010) constatou que o Ecoville passou a ser a área mais atrativa para o curitibano que deseja morar em edifícios, superando o bairro Batel, tradicional reduto de edifícios voltados à classe média alta.

Cabe ressaltar que a concentração de empreendimentos no bairro Campo Comprido refere-se à área de zoneamento Nova Curitiba, onde a altura dos edifícios é livre. Embora situados no bairro Campo Comprido, os empreendimentos aí localizados divulgam, como estratégia de marketing, que se localizam no Ecoville, e conformam um corredor verticalizado como prolongamento da área onde atualmente mais se concentram construções verticais na cidade.

No Ecoville estão em construção 19 edifícios pelas incorporadoras analisadas e, se considerados os locais mais próximos, como o bairro Campo Comprido e Campina do Siqueira, esse número alcança 23, ou seja, mais de 20% do total de empreendimentos.

Figura 8.3 - Lançamentos imobiliários verticais e organização social do território - Curitiba - 2011



Legenda

- | | | |
|----------------------------|------------------------|----------------------------|
| ● Helbor | ● Cyrela Brasil Realty | ● Rossi Residencial |
| ● Brookfield Incorporações | ● Tecnisa Engenharia | ● Grupo Thá |
| ● Camargo Corrêa | ● Vanguard Home | ● MRV Engenharia |
| ● Construtora Tenda | ● Plaenge | ● PDG |
| ● Bascol | ● Eixos Estruturais | ■ Bairros |
| ■ Tipo Superior | ■ Tipo Médio | ■ Aglomerado Metropolitano |
| ■ Tipo Popular | | |

0,51 2 3 4 Km
 1:140.000
 Base Cartográfica: COMEC
 Projeção UTM
 Sirgas 2000 Fuso 22S

FONTE: IPPUC, 2012, PESQUISA DIRETA, 2012
 NOTA: Elaborado por Fernanda A. Fernandes, 2012

Há que se ressaltar, ainda, o papel do planejamento urbano para tal espacialização, visto que as definições da lei de zoneamento e uso do solo são decisivas para a autorização de implantação de empreendimentos verticais. Com isso, a novidade trazida pela década de 2000 foi menos a verticalização em si e mais a atuação massiva de empresas não locais no processo, e que trouxeram também novos produtos imobiliários, em direção a uma padronização nacional do “jeito” de morar nas grandes cidades, como será visto posteriormente.

Tal localização reforçou a disponibilidade de produtos imobiliários para as categorias dos Tipos Superior e Médio e, ao mesmo tempo, contribuiu para consolidar esses lugares com tal perfil de ocupação, numa relação indissociável e que resulta no fortalecimento da composição populacional de Curitiba como pertencente aos estratos superiores da tipologia sócio-ocupacional. Observa-se que nenhum empreendimento está localizado nas áreas de predomínio do Tipo Popular Operário.

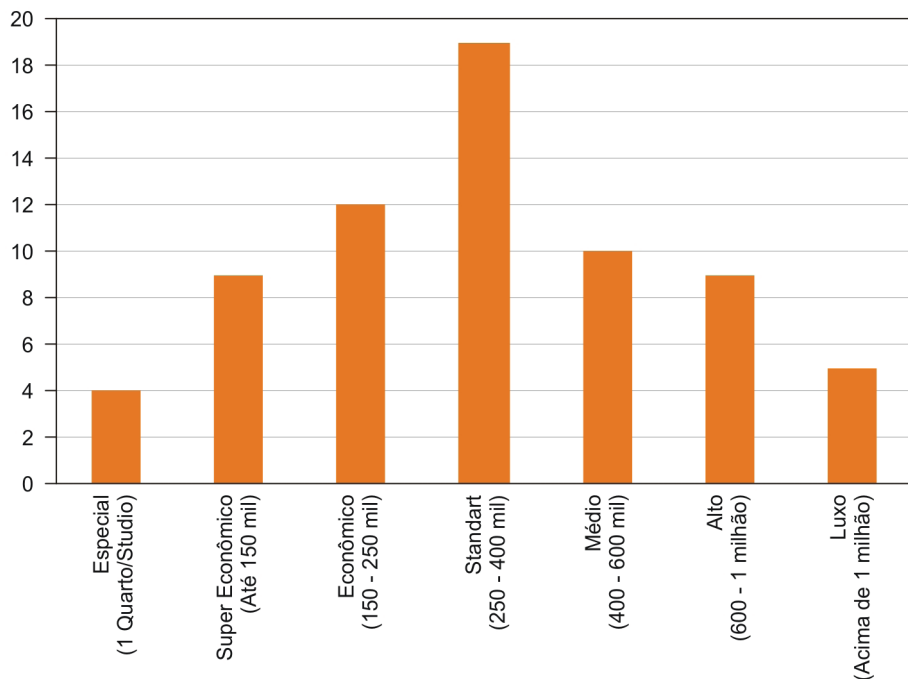
A seletividade dos novos empreendimentos imobiliários é verificada, também, pelo alto valor das unidades e pelo padrão das construções, o que pode ser comprovado por meio dos dados divulgados pelo suplemento “Perfil Imobiliário” de Curitiba, organizado pelo jornal Gazeta do Povo com os dados da pesquisa realizada para a ADEMI-PR (Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário no Estado do Paraná) em 2011 e apresentados no Gráfico 8.2, do total de 68 empreendimentos considerados na referida pesquisa², cinco são classificados como de luxo e 10 de alto padrão, ou seja, empreendimentos com valores acima de 600 mil reais.

Apesar de existirem empreendimentos de padrão *econômico* e *super-econômico*, destinados a uma parcela da população de menor poder aquisitivo e liderados pela construtora MRV Engenharia; a maioria destaca-se pelo padrão mais elevado.

Os apartamentos acima de 250 mil reais representam a maior parte dos lançamentos, cerca de 30% do total, compreendidos entre as categorias *standart* e *médio* padrão. Ressalta-se o crescimento dos empreendimentos de *alto* padrão e de *luxo*, com valores acima de 600 mil e um milhão de reais, respectivamente.

² Ressalta-se que dentre os 108 empreendimentos identificados e analisados no presente texto, apenas 68 encontram-se na pesquisa da Ademi, em virtude desse levantamento não ter abrangido os meses finais do ano de 2011.

Gráfico 8.2 - Classificação dos empreendimentos lançados em Curitiba - 2010-2011



FONTES: Gazeta do Povo, 2011, Pesquisa direta, 2012.
Organização: Fernanda A. Fernandes, 2012.

O valor do m² desses empreendimentos, igualmente, reforça a seletividade existente no mercado imobiliário de Curitiba, visto que a maior parte deles possui valor acima de 5 mil reais o m². Poucos apartamentos possuem valores abaixo de 2.500 reais o m², estes, encontram-se nas áreas mais afastadas da cidade e fazem parte da categoria *supereconômico* ou *especial*, de apenas um quarto. Esta última categoria apresentou um acréscimo em sua comercialização na cidade após a grande alta do ano 2008, por ser mais compacto e, conseqüentemente, de menor valor total.

Além do aumento na disponibilidade financeira do mercado imobiliário por parte do governo, por meio dos financiamentos, que contribuiu, em muito, para o aumento de preços, a internacionalização e as novas lógicas do setor tiveram sua parcela de encargo nesta valorização.

A implantação dos processos e mercados globais significa que o setor internacionalizado da economia expandiu-se profundamente e impôs uma nova dinâmica da valorização, isto é, um novo conjunto de

critérios para valorizar ou precificar as várias atividades econômicas. (SASSEN, 1998, p 76-77).

A nova dinâmica de valorização a que Sassen (1998) se refere foi observada em Curitiba mediante a inserção de novos produtos no mercado imobiliário. Os empreendimentos passaram a contar com uma quantidade maior de equipamentos de lazer e até mesmo serviços em seu interior, visando à comodidade dos moradores e sua adequação aos novos padrões da vida nas metrópoles.

5. Novos produtos imobiliários

O mercado imobiliário apresenta uma grande capacidade e flexibilidade às transformações, pois reflete as mudanças nos padrões de consumo da população, ao mesmo tempo em que induz tais padrões, numa dupla relação. O que outrora era fundamental nas residências passa a ser obsoleto atualmente, e novos produtos tornam-se indispensáveis.

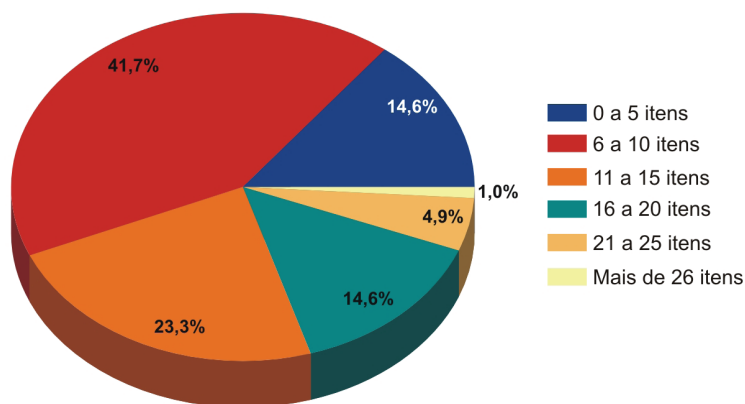
Singer (1980) já aponta para uma obsolescência moral das construções, algumas geradas pelo próprio processo capitalista. Como exemplo, podemos citar o surgimento dos empreendimentos dotados de ampla infraestrutura com equipamentos destinados ao lazer, entretenimento, serviços e até mesmo ao comércio. O autor apresenta ainda outras mudanças nos padrões de consumo que refletem no tipo e padrão das construções atuais, como a difusão do automóvel que tornou a garagem um item fundamental na moradia atual. O tamanho das famílias, o tipo de eletrodomésticos, entre outros, resultaram, igualmente, em novas moradias, mais compactas em relação às antigas edificações, recriando em ambientes coletivos o que, anteriormente, estava presente em ambientes individuais e reservados, como o espaço gourmet (um tipo de cozinha ampliada e de uso coletivo) e a lavanderia, por exemplo. Esses novos itens tendem a reforçar as transformações verificadas nos empreendimentos verticais e denotam um processo de externalização das outrora áreas privativas das unidades residenciais verticais.

Destaca-se, nesse sentido, a quantidade de itens de lazer presentes nos empreendimentos mais recentes lançados em Curitiba, sobretudo aqueles de empresas incorporadoras de atuação nacional; são projetos específicos de cada incorporadora que são reproduzidos em escala nacional. Os empreendimentos possuem os mesmos itens de lazer, in-

dependentemente de sua utilização em determinada região, alguns se distanciando das práticas locais/regionais.

Os novos produtos imobiliários identificados em Curitiba possuem uma grande diversidade, sendo mais de 50 tipos de itens de lazer. Dos empreendimentos analisados, todos apresentam ao menos dois itens de lazer, sendo que 22 possuem mais de 15 itens e um deles mais de 30 (Gráfico 8.3). Os empreendimentos que apresentam menor quantidade de itens estão destinados às classes mais baixas da população, e em sua maioria são construídos pela MRV Engenharia³. Dos 58 empreendimentos com menos de 10 itens de lazer, 14 são desta empresa.

Gráfico 8.3 - Número de equipamentos de lazer nos empreendimentos verticais - Curitiba



FONTE: Pesquisa direta, 2011.
Organização: FERNANDES, F. A., 2012.

Além destes, há ainda os elementos que funcionam como um diferencial, por estar presente em um determinado empreendimento, tornando-o exclusivo. É o caso de um dos empreendimentos da Gafisa S/A, com serviço *delivery* de supermercado, farmácia e *pet shop*.

Alguns itens de lazer agregam valor e tornam o apartamento diferente dos demais, enquanto outros surgem da necessidade de compactação dos imóveis. Devido aos altos preços dos empreen-

³ A empresa tem se destacado nacionalmente como uma construtora destinada ao público de menor renda, sobretudo, inserindo-se no programa Minha Casa Minha Vida do governo federal.

dimentos, uma das estratégias tem sido a oferta de apartamentos menores, primeiramente de dois quartos e, posteriormente, de um quarto, *lofts* e *studios* (os dois últimos não possuem divisão entre os cômodos).

Segundo dados do Inpespar (2008; 2011), anteriormente a 2008 os apartamentos mais vendidos eram de três quartos, e após a alta de preços os empreendimentos de dois quartos passaram a ser os mais procurados. Nesse período houve ainda o crescimento gradativo no número de lançamentos de apartamentos com um quarto.

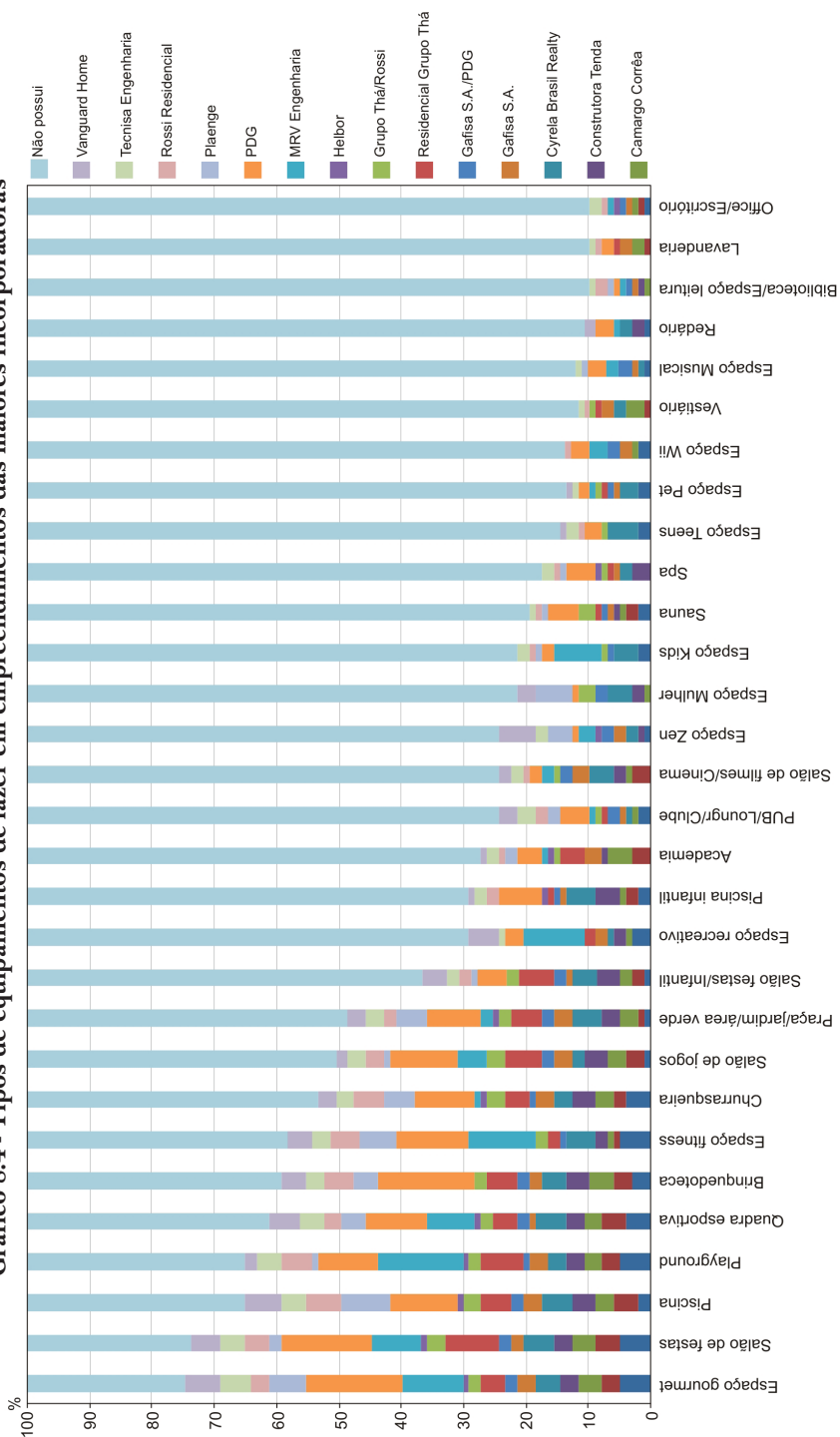
A diminuição da metragem acarretou na inserção nos ambientes de uso comuns, de itens que anteriormente compunham o ambiente privado, como destacado anteriormente.

A criação desses novos espaços está diretamente vinculada à ideia de comodidade, visto que criam ambientes em que, teoricamente, o morador não necessita se deslocar pela cidade para trabalhar, realizar compras, desfrutar o lazer, utilizar salão de beleza, dentre outros.

Devido aos problemas de mobilidade, segurança, entre outros, nas grandes metrópoles, os empreendimentos centrais utilizam-se da junção de vários elementos para vender um novo modelo de moradia. Para Salgueiro (1994), esses empreendimentos compostos por vários equipamentos de lazer buscam recriar os espaços públicos, anteriormente tranquilos e seguros, mas agora em ambientes privados, “intencionalmente separados das ruas barulhentas, sujas e perigosas da cidade”. (Idem, 1994, p.80).

O Gráfico 8.4 demonstra que há uma estreita relação entre a atuação das grandes incorporadoras de atuação nacional e a quantidade de itens de lazer existentes em seus empreendimentos. Nota-se a grande variedade de itens, que se configura com grande diferença em relação àqueles que existiam antes dos anos de 1990, quando predominavam a churrasqueira, a dependência de empregada, o salão de festas e de jogos e a sauna. Isso não significa que tais itens deixaram de existir, salvo no caso da dependência de empregada, mas que perderam o protagonismo ou foram modernizados.

Gráfico 8.4 - Tipos de equipamentos de lazer em empreendimentos das maiores incorporadoras



FONTE: Pesquisa direta, 2012.
Organização: FERNANDES, F. A., 2012.

6. Considerações finais

Intensas transformações ocorrem devido ao crescimento do mercado imobiliário em diversas cidades brasileiras. Contudo, recentemente, observa-se a influência de empresas incorporadoras de atuação nacional no mercado imobiliário, acentuando as mudanças em curso. As grandes empresas externas ao mercado local em Curitiba são responsáveis por grande parte dos empreendimentos em construção na cidade, contribuindo para a mudança nos padrões construtivos praticados atualmente.

Durante os cinco anos de atuação, as 14 empresas identificadas contribuíram decisivamente para o processo de verticalização da cidade. Inseriram novos produtos imobiliários almejando a valorização dos empreendimentos, que em sua maioria estão destinados à parcela mais abastada da população, com capacidade para consumir tais produtos.

A atuação dessas empresas reforçou também a seletividade e a concentração dos empreendimentos em locais ocupados, predominantemente, por categorias dos tipos superiores da tipologia socioespacial, numa relação de reforço ao processo que já se estabelecia por influência da lei de zoneamento e uso do solo. Demonstrando que a fixação de pessoas de tais categorias nessas áreas se faz por meio das condições materiais de moradia, quer dizer, da oferta de produtos compatíveis com suas exigências e expectativas.

O mesmo processo de internacionalização caracterizado por produtos cada vez mais modernizados, e em alguns casos diferenciados devido à grande quantidade de lançamentos, é igualmente responsável pelo processo inverso, apresentando uma intensa homogeneização dos produtos imobiliários. As grandes empresas do setor possuem os mesmos equipamentos de lazer disponíveis em empreendimentos de regiões distintas do Brasil, ainda que estes itens sejam culturalmente localizados, como é o caso do redário, da churrasqueira e da piscina.

Enquanto o redário e a piscina tornam-se itens comuns nos edifícios em Curitiba, a churrasqueira se incorpora aos lançamentos nas demais regiões do país.

Assim, *pari passu* à padronização construtiva, a atuação de grandes empresas em todo território nacional tem promovido também uma padronização do jeito de morar nas grandes cidades e forçando a reinvenção dos espaços de vida privada e de vida coletiva.

Referências

- CBIC. 500 Grandes da construção civil – 2010. Disponível em: <<http://www.cbicdados.com.br/>> Acesso em: Mai/2011.
- FIRKOWSKI, O. L. C. de F. Internacionalização e novos conteúdos de Curitiba. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba: IPARDES, n.107, 2004, p.93-107.
- FIX, M. de A. B. Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2011.
- HARVEY, D. A justiça social e a cidade. São Paulo: Hucitec, 1980.
- HARVEY, D. O enigma do capital e as crises do capitalismo. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.
- INPESPAR. Mercado imobiliário em números. Ano VI, n.80. Curitiba. Set. 2008.
- INPESPAR. Mercado imobiliário em números. Ano IX, n.104. Curitiba. Set. 2011.
- LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- MAGALHÃES, F. N. C.; TONUCCI FILHO, J. B. M., SILVA, H. Valorização imobiliária e produção do espaço: novas frentes na RMBH. In: MENDONÇA, J. G.; MOURA COSTA, H. S. (Orgs.). Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço brasileiro. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2011, p.17-40.
- MIELE, S. A. de F. O movimento da economia financeira na dinâmica imobiliária de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FFLCH-USP. São Paulo: USP, 2008.
- NOJIMA, D., MOURA, R., SILVA, S. T. Dinâmica recente da economia e transformações espacial da região metropolitana de Curitiba. In: MOURA, R; FIRKOWSKI, O. L. C. de F. (org.) Dinâmicas intrametropolitanas e produção do espaço na região metropolitana de Curitiba. Rio de Janeiro, Letra Capital, Observatório das Metrôpoles, 2009.
- POLUCHA, R. S. Ecoville - Construindo uma cidade para poucos. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, n.1, v.11, Mai. 2009.
- POLUCHA, R. S. Ecoville: construindo uma cidade para poucos. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – FAU-USP. São Paulo: USP, 2010.
- RIBEIRO, L. C. Q. Espaço Urbano, mercado de terras e produção da habitação. In: SILVA, L. A. M. (Org). Solo urbano: tópicos sobre o uso da terra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

RUFINO, M. B. C. Incorporação da metrópole: centralização do capital no imobiliário e nova produção do espaço em Fortaleza. São Paulo, 334 p. Tese (Doutorado Arquitetura e Urbanismo) – FAU-USP. São Paulo:USP, 2012.

SALGUEIRO, T. B. Novos produtos imobiliários e reestruturação urbana. Finisterra, Lisboa, XXIX, 57, 1994, p.79-101.

SASSEN, S. As cidades na economia mundial. São Paulo: Studio Nobel, 1998. 190p.

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO. Relatório mensal de alvarás. Disponível em: <http://www5.curitiba.pr.gov.br/gtm/pmat_alvaraconstrucao/relatoriomensalalvara.aspx>. Acesso em: Maio de 2011.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia Capitalista. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, AGB, n.57, 1980.

Organização social do território e
distribuição de oportunidades educacionais:
um estudo exploratório sobre o caso da
Região Metropolitana de Curitiba

Ana Lorena Bruel

Heracto Kuzycz Assunção

Patrícia Baliski

Tais Moura Tavares

Resumo: O presente estudo é uma reflexão sobre semelhanças e diferenças na organização social do território e distribuição de oportunidades educacionais entre os municípios da região metropolitana de Curitiba. Para tanto, desenvolvemos inicialmente uma análise da região metropolitana, tomando os dados educacionais em âmbito municipal, e posteriormente o estudo concentrou-se na distribuição de oportunidades educacionais no município de Curitiba, baseando-se em dados georreferenciados dos estabelecimentos escolares e informações sobre a população, a cidade e a educação. As principais fontes de dados utilizados foram: Censo Populacional do IBGE (2010), Censo Escolar (2011), questionários de contexto e avaliações de desempenho dos estudantes da Prova Brasil (2011), Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB, 2011) e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Palavras-chave: Organização social do território, oportunidades educacionais, segregação espacial; tipologia socioespacial, Região Metropolitana de Curitiba.

Abstract: The present study is a reflection on similarities and differences in the social organization of the territory and distribution of educational opportunities between the municipalities of the metropolitan region of Curitiba. To this end, we initially have developed an analysis of the metropolitan region, making educational data at the municipal level, and subsequently, the study was focused on the distribution of educational opportunities in the city of Curitiba, relying on georeferenced data of schools and information about population, the city, and education. The main data sources used were: Population Census of the IBGE (2010), School Census (2011), context questionnaires and performance evaluations of students in Brazil Examina-

tion (2011), National Evaluation System (SAEB, 2011), and Basic Education Development Index (IDEB).

Keywords: Social organization of the territory, educational opportunities, spatial segregation, socio-spatial typology, metropolitan region of Curitiba.

Este estudo¹ pretende lançar um olhar sobre as características de oferta de educação escolar pública na Região Metropolitana de Curitiba, sobretudo do nível de Ensino Fundamental. Pesquisas (RIBEIRO; KOSLINSKI, 2010; ZUCCARELLI, 2009; ALVES, 2007) sobre o tema indicam que há relações importantes entre a distribuição de oportunidades educacionais em regiões metropolitanas e a organização do território, a segmentação interna às redes de ensino e fatores extraescolares próprios dos contextos metropolitanos.

A organização escolar no Brasil apresenta uma característica peculiar, por seu caráter largamente descentralizado (ainda que exista centralização em alguns poucos aspectos) em uma configuração política federativa. Municípios, Estados, Distrito Federal e União dividem responsabilidades na oferta de Educação Básica, sem uma regulamentação que indique regras nacionais para um regime de colaboração que organize ou padronize essa colaboração.

De um lado, podemos afirmar que há múltiplas formas de oferta da educação escolar que convivem nos mesmos espaços urbanos (ou rurais), de outro, diferentes municípios do país possuem distintas condições e possibilidades para organizar essa oferta. Assim, as oportunidades educacionais se constituem de forma bastante diferenciada, dependendo das políticas municipais e estaduais de educação, do potencial de arrecadação e capacidade de investimento de cada ente federado, das condições de organização e da normatização de cada sistema de ensino, das culturas e dos procedimentos locais que incidem sobre a realização do ensino.

Este capítulo apresenta uma reflexão sobre as semelhanças e diferenças entre os municípios da Região Metropolitana de Curitiba, procurando identificar fatores que nos ajudem a compreender suas características. Para esta análise, foram fundamentais os conceitos de metropolização, índice de bem-estar urbano, nível de integração entre os municípios e o polo e tipologia socioespacial, trabalhados nos capítulos precedentes desta obra.

¹ Os autores agradecem as inestimáveis contribuições da Prof.^ª Dr.^ª Mariane Campelo Koslinski à realização deste estudo.

O texto está organizado em dois momentos distintos, apresentando duas perspectivas e escalas diferenciadas de análise. Inicialmente realizamos uma análise sobre a região metropolitana como um todo, tomando os dados educacionais em âmbito municipal a partir de informações que apresentam médias dos municípios. Na sequência elaboramos uma análise da distribuição de oportunidades educacionais no município de Curitiba, utilizando dados georreferenciados dos estabelecimentos escolares e demais informações sobre a população e a cidade. A decisão de trabalhar com duas escalas diferentes, a RMC e a cidade de Curitiba, fundamentou-se na intenção de analisar a cidade polo no contexto da região metropolitana. Contudo, isso deu origem a duas reflexões, demonstradas em dois tópicos distintos, e ao uso de variáveis diferenciadas².

Não foi possível, neste momento, a replicação da análise feita para o município de Curitiba para os demais municípios da região metropolitana tendo em vista a impossibilidade de acesso às informações georreferenciadas³ sobre as escolas de todo o território que compõe a RMC. Isto impõe certos limites para as conclusões do trabalho, uma vez que os resultados não podem ser generalizados, ainda assim apresenta um novo olhar sobre os dados de território e oferta educacional que poderá ser expandido posteriormente.

Em relação aos indicadores utilizados neste trabalho, optou-se por articular dados provenientes de diferentes fontes a fim de procurar estabelecer relações que contribuam para a melhor compreensão da complexidade que envolve a reflexão sobre a distribuição das oportunidades educacionais na região metropolitana de Curitiba e, em especial, na cidade polo. Os principais dados utilizados são provenientes do Censo Populacional do IBGE (2010), do Censo Escolar (2011), dos

² O leitor perceberá, por exemplo, que as análises sobre a RMC tomaram a variável de integração de cada município ao polo como uma referência importante para compreender o território, enquanto as análises sobre o município de Curitiba foram construídas tomando a tipologia socioespacial como um dos elementos para a análise de território. Como o grupo de pesquisadores não obteve acesso aos dados sobre a localização espacial das escolas dos demais municípios que compõem a RMC, não foi possível utilizar as informações por área de ponderação nos outros municípios, apenas na cidade polo.

³ Os dados de georreferenciamento disponibilizados pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná incluíram as escolas situadas na cidade de Curitiba. O acesso às coordenadas das escolas dos demais municípios que compõem a RMC possibilitará a expansão da análise para toda a região metropolitana.

questionários de contexto e avaliações de desempenho dos estudantes por meio da Prova Brasil (2011) e Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB, 2011).

Uma fonte fundamental de informação, que permitiu a espacialização dos dados educacionais, foi o banco de dados disponibilizado pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná, com as coordenadas geográficas dos estabelecimentos de ensino da cidade de Curitiba, sem o qual este trabalho não seria possível.

Os questionários respondidos pelos diretores, aplicadores, professores e estudantes, durante a aplicação da Prova Brasil de 2011, são fontes importantes de informação, bem como o desempenho dos estudantes e o desempenho médio das escolas na prova. A Prova Brasil é um instrumento de avaliação utilizado pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica para observar o desempenho de estudantes das redes públicas de ensino ao final do 5º e 9º anos (que correspondem, respectivamente, à 4ª e 8ª série) do Ensino Fundamental nas áreas de matemática e língua portuguesa. O resultado médio padronizado dos estudantes da instituição de ensino e a taxa de aprovação dão origem ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), também utilizado neste estudo como um indicador de qualidade do ensino ofertado pelo município.

Os dados obtidos por meio da Prova Brasil e dos questionários de contexto socioeconômico permitem associar características de qualidade das instituições escolares – tais como: desempenho dos estudantes, atraso escolar, distorção idade série; insumos educacionais, como infraestrutura, precariedade, complexidade; percepção de professores e docentes sobre gestão e a prática docente – às variáveis de território de acordo com a área de ponderação onde se encontram as escolas.

Ao mesmo tempo, a opção pela utilização desses dados apresenta algumas desvantagens, na medida em que a Prova Brasil começou a ser realizada em 2005, o que não permite uma comparação de caráter mais histórico. Por esse motivo, optou-se pela utilização dos dados mais recentes disponibilizados pelo INEP, referentes à avaliação de 2011. Outra possível desvantagem é a utilização de dados de opinião, como os relativos à gestão escolar, e a utilização de informação obtida por questionários respondidos pelos estudantes, cuja confiabilidade pode ser relativizada. Embora existam tais limites, consideramos relevante a utilização dos dados.

1. Distribuição de oportunidades educacionais na Região Metropolitana de Curitiba: acesso, permanência e qualidade do ensino público

A oferta da educação escolar no Brasil está organizada a partir de normas nacionais, porém a administração dessa oferta é realizada no conjunto dos entes federados. O direito à educação, assegurado constitucionalmente, depende, portanto, da estrutura do sistema federativo que, embora com um contorno legal cooperativo, tem seu funcionamento marcado pelas desigualdades regionais, tanto do ponto de vista político-administrativo quanto socioeconômico.

O regime de colaboração, mesmo que parcialmente, tem tido na política de Fundos⁴ um mecanismo redistributivo no que se refere ao financiamento dessa oferta. A redistribuição interna dos recursos de acordo com o número de matrículas nas redes municipais e estadual e o papel da União de garantir como mínimo a média nacional do custo/aluno do conjunto dos estados têm oportunizado maior equidade na disponibilidade de recursos do que anteriormente à existência da política de fundos educacionais.

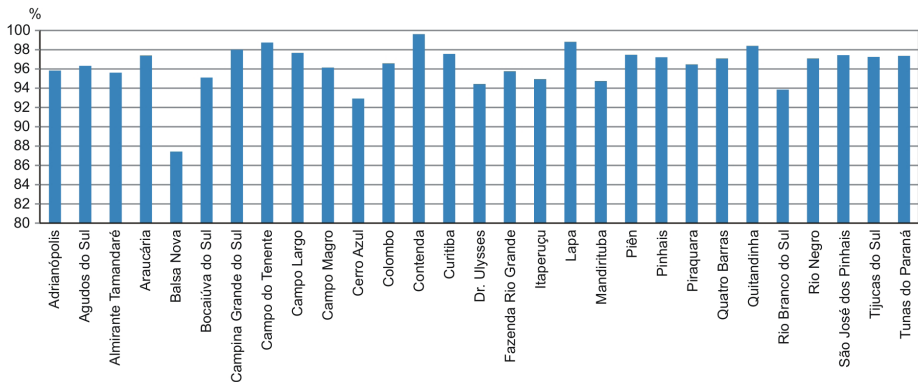
A estrutura federativa e a conseqüente distribuição de competências em relação à oferta educacional têm sido um dos fatores que põe em questão a governança das regiões metropolitanas, tal como já descrito na literatura. Tal problema afeta a RMC no que se refere à política educacional e seus resultados em termos de acesso, permanência e desempenho escolar. Ou seja, afeta as oportunidades educacionais para crianças e adolescentes na região, quando analisamos a educação básica.

A educação básica está dividida em três etapas cuja responsabilidade se divide entre estados e municípios. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9394/96), cabe aos municípios, prioritariamente, e aos estados assegurar o ensino fundamental, objeto deste estudo. O estado têm como prioridade a oferta de ensino médio. Cabe aos municípios a oferta de educação infantil. Neste trabalho analisamos a oferta de Ensino Fundamental na RMC.

⁴ Está em vigor o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007.

Considerando o acesso como primeira dimensão do direito à educação (que envolve também a permanência do estudante na escola, a conclusão e a qualidade do ensino ofertado pelas diferentes redes), constatamos que apenas sete municípios têm percentual de frequência à escola da população de 6 a 14 anos igual ou acima da média estadual – 98%, de acordo com o Censo Demográfico de 2010. Balsa Nova, por exemplo, tem taxa de apenas 87% de frequência (Gráfico 9.1).

Gráfico 9.1 - Percentual de frequência à escola da população de 6 a 14 anos - RMC - 2010



FONTE: IBGE - Censo Demográfico

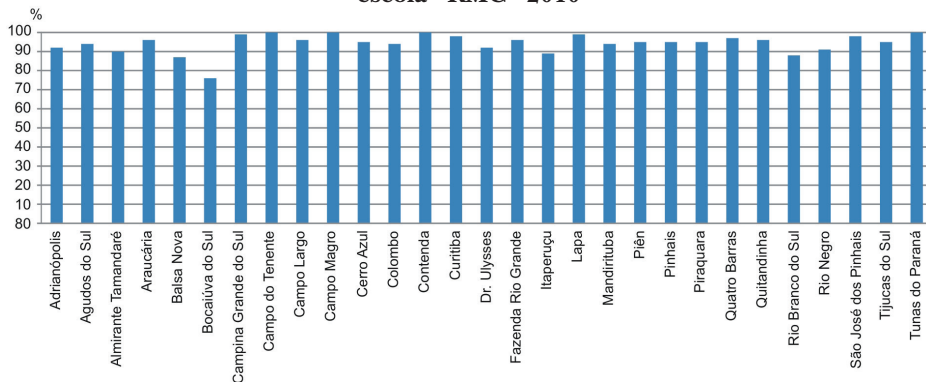
A maior parte dos municípios da região está acima de 90% de atendimento da população de 6 a 14 anos. Entretanto, há ainda déficit em relação ao atendimento de crianças de 6 anos, contrariando a determinação legal de que até 2010 os municípios houvessem incorporado as crianças dessa idade no ensino fundamental. Isso ocorre em Bocaiúva do Sul, que atende apenas a 76% da população de 6 anos; Balsa Nova, 87%; e Itaperuçu, 89%. Alguns municípios encontram-se muito próximos a um déficit de mais ou menos 10% de atendimento nessa faixa etária: Adrianópolis, Doutor Ulysses e Rio Negro.

Balsa Nova destaca-se também no atendimento da população de 7 a 9 anos, apenas 85%, e no atendimento de 10 a 14 anos, 89%. Nessa faixa etária, Cerro Azul também apresenta atendimento mais baixo na região, de 90%.

Cabe observar que a partir da segunda fase do ensino fundamental (6º ao 9º ano), a rede pública de ensino está a cargo do gover-

no estadual na quase totalidade das matrículas no Estado do Paraná (88,27% das matrículas em 2013).

Gráfico 9.2 - Percentual da população de 6 anos de idade que frequentava a escola - RMC - 2010

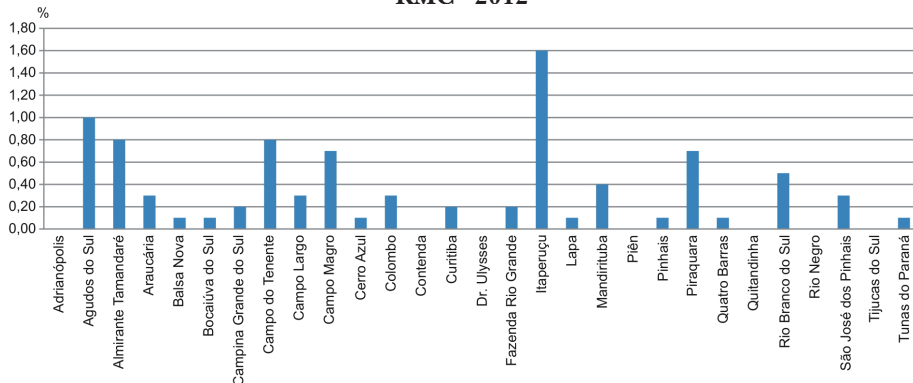


FONTE: IBGE - Censo Demográfico

A realização do direito à permanência na escola tem como um dos indicadores indiretos o atraso escolar causado pela repetência, abandono e evasão. As taxas de abandono variam entre os municípios de fase para fase do ensino fundamental.

No Paraná, a taxa média de abandono entre alunos do 1º ao 5º ano é 0,20%. Doze municípios da RMC têm taxa acima da média do estado nessa fase do ensino fundamental, ou seja, em torno de 40%.

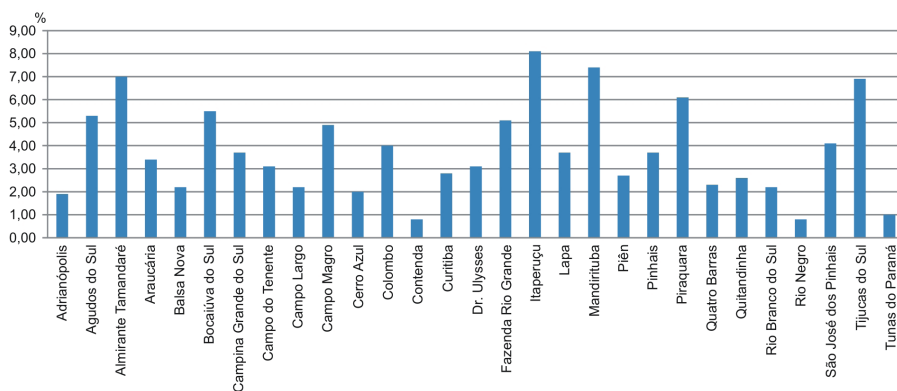
Gráfico 9.3 - Taxa de abandono nos anos iniciais do ensino fundamental - RMC - 2012



FONTE: MEC - Censo Escolar

A desistência da escola durante o ano letivo agrava-se nos anos finais do ensino fundamental. Quinze municípios (em torno de 54%) têm taxa superior à média paranaense (3,1%), sendo que em nove, as taxas ultrapassam a média nacional de 4,1%. Itaperuçu, também aqui, tem a taxa mais alta, 8,1% (Gráfico 9.4).

Gráfico 9.4 - Taxa de abandono nos anos finais do ensino fundamental - RMC - 2012



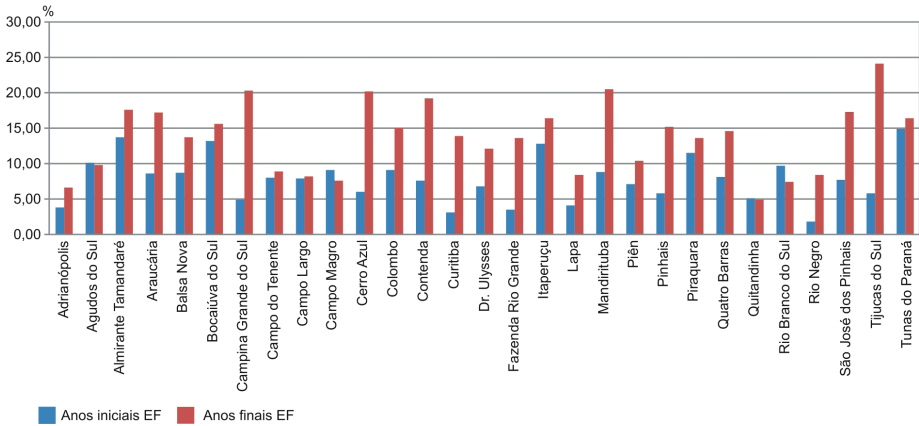
FONTE: MEC - Censo Escolar

O problema do abandono está relacionado às condições socioeconômicas das famílias e a fatores de ordem interna ao sistema de ensino, aqui sintetizados no conceito de qualidade de ensino. A implantação de ciclos de ensino na 1ª fase do ensino fundamental, que assegura a continuidade do aluno de um ano letivo a outro dentro do mesmo ciclo, deveria conter tanto a reprovação quanto o abandono e a evasão. Os dados de abandono apresentados, menores nessa fase, podem ser uma indicação disso. Do mesmo modo que o abandono, a reprovação tende a crescer na 2ª fase do fundamental.

As taxas de reprovação na 1ª fase ficam entre 1,8% (Rio Negro) e 14,9% (Tunas do Paraná), o que demonstra a já referida desigualdade dentro da RMC. Se considerarmos como termo de comparação as taxas do Paraná (5,7%) e Brasil (6,9%), tem-se que onze municípios apresentaram taxas inferiores à média nacional e apenas sete municípios apresentaram taxas inferiores à média paranaense.

Na 2ª fase a menor taxa é a de Quitandinha (4,9%) e a maior a de Tijucas do Sul, onde quase um quarto dos alunos reprovou em 2012 (24,1%). Somente 10 municípios não ultrapassam as médias estadual (13,4%) e nacional (11,8%) – Gráfico 9.5.

Gráfico 9.5 - Reprovação no ensino fundamental - RMC - 2012

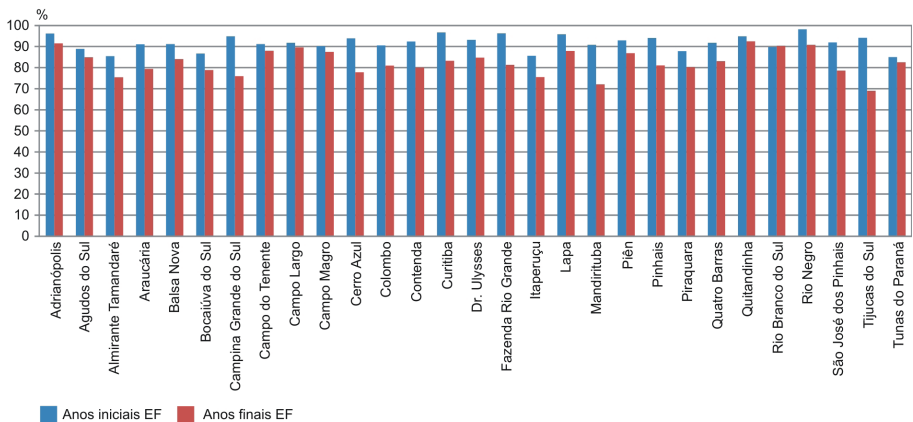


FONTE: MEC - Censo Escolar

Indicadores de rendimento e de aprovação demonstram a desigualdade entre os municípios. É comum, entretanto, a tendência de queda na aprovação e no percentual de alunos com pontuação mínima nas provas do SAEB à medida que se avança nas etapas da educação básica.

No que se refere à aprovação (Gráfico 9.6), a primeira fase do ensino fundamental (de 1º a 5º ano) tem os maiores índices. Na sequência, a queda se explica tanto pela reprovação quanto pelo abandono, como vimos anteriormente.

Gráfico 9.6 - Aprovação no ensino fundamental - RMC - 2012

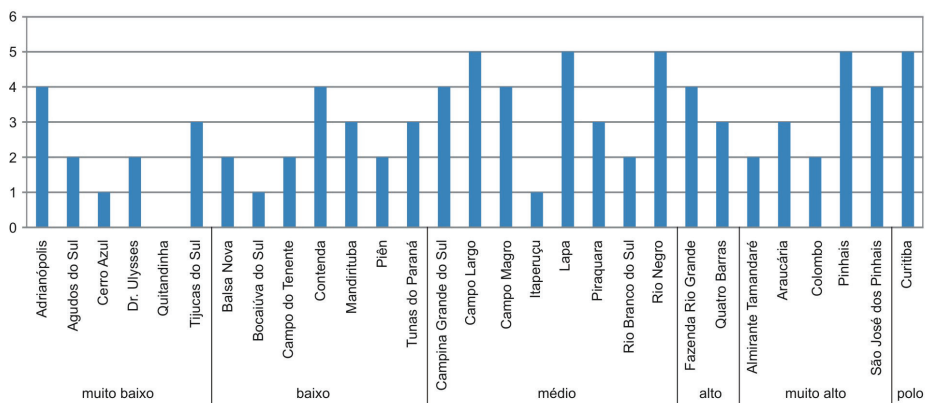


FONTE: MEC - Censo Escolar

Outro aspecto relevante para a discussão sobre a realização do direito à educação está relacionado à qualidade do ensino oferecido, uma vez que acesso e permanência são elementos importantes, mas não suficientes para garantir a qualidade da aprendizagem e das experiências de socialização. Um indicador de qualidade que pode ser observado e utilizado para estabelecer comparações entre escolas e municípios é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

O Gráfico 9.7 apresenta a distribuição do IDEB por faixas⁵ para a primeira fase do ensino fundamental (1º ao 5º ano) calculado a partir das informações de desempenho na Prova Brasil de 2011 (aplicada no último ano dessa fase) e das taxas de aprovação escolar, nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba, considerando os níveis de integração de cada cidade com o polo (RIBEIRO; MOURA; DELGADO e SILVA, 2012). Há heterogeneidade no IDEB dentro de cada nível de integração, entretanto, concentração de níveis mais altos encontra-se naqueles municípios com maior integração ao polo. Enquanto nos níveis de integração muito fraco e fraco apenas Adrianópolis e Contenda possuem IDEB na faixa 4, nos níveis médio, forte e muito forte, há oito municípios com IDEB 4 ou 5.

Gráfico 9.7 - IDEB - 1ª fase do ensino fundamental, por nível de integração - RMC - 2011



FONTE: MEC/INEP - Prova Brasil

NOTA: Para o município de Quitandinha o IDEB não está disponível para consulta, por solicitação de não divulgação, conforme Portaria INEP nº 410.

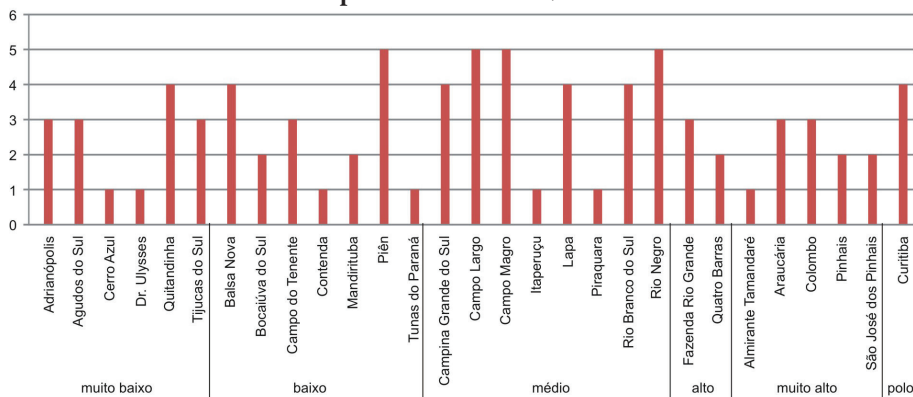
⁵ Faixa 1 – IDEB de 3,20 a 3,40; faixa 2 – IDEB de 3,41 a 3,70; faixa 3 – IDEB de 3,71 a 3,90; faixa 4 – IDEB de 3,91 a 4,30; faixa 5 – IDEB de 4,31 a 4,70.

Podemos observar que os municípios mais a noroeste são os que apresentam tendencialmente menores taxas, ao contrário daqueles que se situam a sudoeste, que tendem a apresentar valores mais altos. Os municípios inseridos na porção norte da RMC fazem parte do Vale do Ribeira, região de piores indicadores econômicos e sociais, o que pode ser hipótese significativa no sentido de explicar essa diferenciação.

No conjunto da região, metade dos municípios tem alto grau de integração com o polo de Curitiba. Esses municípios, que compõem a Área de Concentração de População (ACP)⁶ de Curitiba, são aqueles que maior heterogeneidade apresentam entre si. Por exemplo, nessa área temos Campo Magro com IDEB de 4,7 e Almirante Tamandaré com o IDEB mais baixo, 3,3.

O Gráfico 9.8 apresenta a distribuição dos municípios da RMC por faixas de IDEB e organizados por grau de integração com o polo para a fase final do ensino fundamental (6° ao 9° ano). Podemos verificar que, embora não se possa estabelecer uma correlação estatística entre IDEB e grau de integração ao polo, há uma tendência de concentração de IDEB nas faixas 4 e 5 nos municípios com integração média.

Gráfico 9.8 - IDEB correspondente à 2ª fase do ensino fundamental, por faixa - RMC - 2011



FONTE: MEC/INEP - Prova Brasil

⁶ “[...] as ACPs são definidas como grandes manchas urbanas de ocupação contínua, caracterizadas pelo tamanho e densidade da população, pelo grau de urbanização e pela coesão interna da área, dada pelos deslocamentos da população para trabalho ou estudo. As ACPs se desenvolvem ao redor de um ou mais núcleos urbanos, em caso de centros conurbados, assumindo o nome do município da capital, ou do município de maior população.” (IBGE, 2008, p.11)

2. O município de Curitiba: relações entre oportunidades educacionais e organização socioespacial

Exclusivamente para o município de Curitiba, foi possível situar territorialmente as escolas públicas analisadas e associá-las às áreas de ponderação⁷ onde se situam. Assim, pudemos comparar os dados fornecidos pelo Censo Populacional de 2010 (IBGE) e os dados obtidos por meio da Prova Brasil de 2011 (INEP) nas 55 áreas da cidade.

Trabalhamos com a informação sobre o percentual de estudantes com desempenho abaixo do considerado adequado para a série que frequenta, por estabelecimento de ensino. Para tanto, consideramos os estudantes que obtiveram notas equivalentes aos níveis abaixo do básico e básico na escala de proficiência do SAEB, de acordo com a classificação em quatro níveis construída por Soares (2009) para organizar as informações sobre a proficiência dos estudantes. Há diferença entre as escalas por ano (5º ou 9º ano) e por área de conhecimento (matemática ou português), conforme indica o Quadro 9.1.

Quadro 9.1 - Pontuações nas faixas de desempenho em Língua Portuguesa e Matemática

NÍVEL	LÍNGUA PORTUGUESA		MATEMÁTICA	
	5º ano/ 4ª série	9º ano/ 8ª série	5º ano/ 4ª série	9º ano/ 8ª série
Abaixo do básico	Menor que 150	Menor que 200	Menor que 175	Menor que 225
Básico	Entre 150 e 200	Entre 200 e 275	Entre 175 e 225	Entre 225 e 300
Adequado	Entre 200 e 250	Entre 275 e 325	Entre 225 e 275	Entre 300 e 350
Avançado	Acima de 250	Acima de 325	Acima de 275	Acima de 350

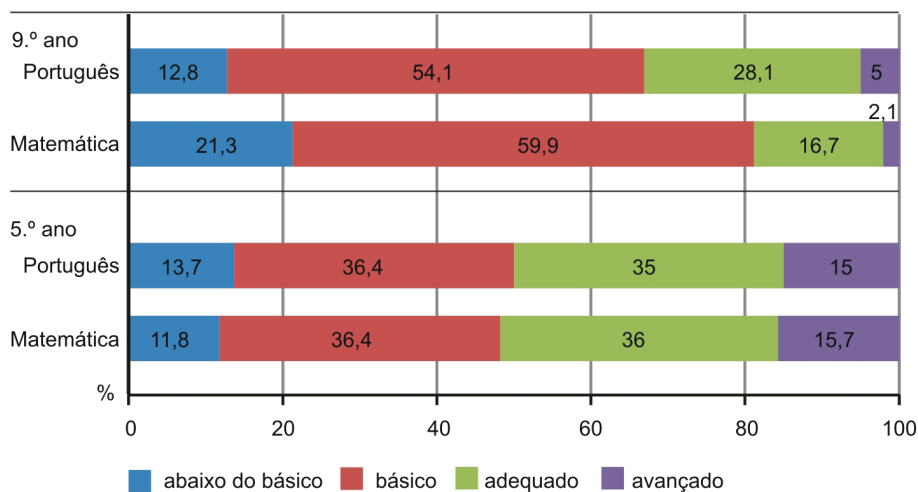
FONTE: Soares (2009)

Para o conjunto das escolas públicas municipais, estaduais e federal da cidade, a distribuição dos estudantes, de acordo com as faixas de proficiência, indica altos percentuais de alunos que não apresentaram o desempenho considerado adequado, sendo que os percentuais ampliam-se consideravelmente do 5º para o 9º ano do ensino fundamental.

⁷ “Define-se área de ponderação como sendo uma unidade geográfica, formada por um agrupamento de setores censitários, para a aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas com as informações conhecidas para a população como um todo. É, também, a menor unidade geográfica para identificação dos microdados da amostra, de maneira a preservar o sigilo em relação aos informantes da pesquisa.” (IPEA/REDEIPEA, 2011)

Dos estudantes de 5º ano, 48,2% deles obtiveram desempenho abaixo do adequado em matemática e 50,1%, em português. Dentre os estudantes que frequentavam o 9º ano em 2011, esse percentual subiu para 66,9 em português e 81,2 em matemática. Os dados nacionais confirmam a mesma tendência de ampliação do percentual. Podemos imaginar que há especificidades nos anos finais do ensino fundamental que levam a certa complexificação dos conhecimentos avaliados pelo exame nacional. E, no caso do município analisado, há que se considerar também que a oferta de ensino fundamental está dividida entre dependências administrativas diferenciadas, sendo que os anos iniciais estão sob a responsabilidade do município e os anos finais estão quase totalmente sob a reponsabilidade da esfera estadual. O Gráfico 9.9 apresenta a distribuição dos estudantes por série, área de conhecimento e faixa de desempenho.

Gráfico 9.9 - Distribuição percentual dos estudantes das redes públicas de ensino de Curitiba de acordo com a proficiência avaliada pela Prova Brasil - 2011

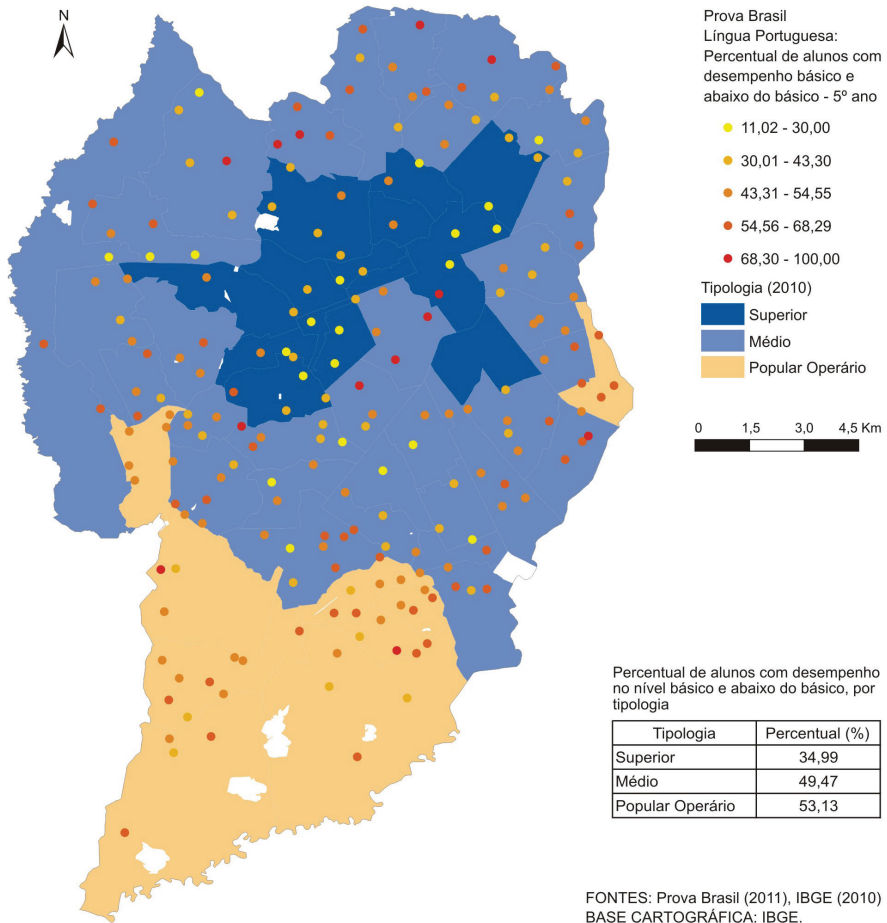


FONTE: MEC/INEP - Prova Brasil

A distribuição desses estudantes nas escolas do município não se dá de forma aleatória ou equilibrada. Ao contrário, os mapas a seguir mostram que é bastante heterogênea, concentrando-se em determinados estabelecimentos de ensino e em certas regiões da cidade, indicando a existência de uma forte diferenciação e segmentação das redes de ensino, gerando uma distribuição bastante desigual de oportunidades pelo território.

Na Figura 9.1, relaciona-se a distribuição das escolas públicas, de acordo com o percentual de alunos com desempenho básico e abaixo do básico nos resultados na Prova Brasil – Língua Portuguesa 5º ano, com a tipologia socioespacial do município de Curitiba. Percebemos que na área classificada como Superior, destacam-se as escolas com menor percentual de alunos com desempenho equivalente aos níveis básico e abaixo do básico, quando comparado ao restante da cidade.

Figura 9.1 - Escolas por desempenho básico e abaixo do básico no 5º ano Língua Portuguesa, por tipologia socioespacial - Curitiba



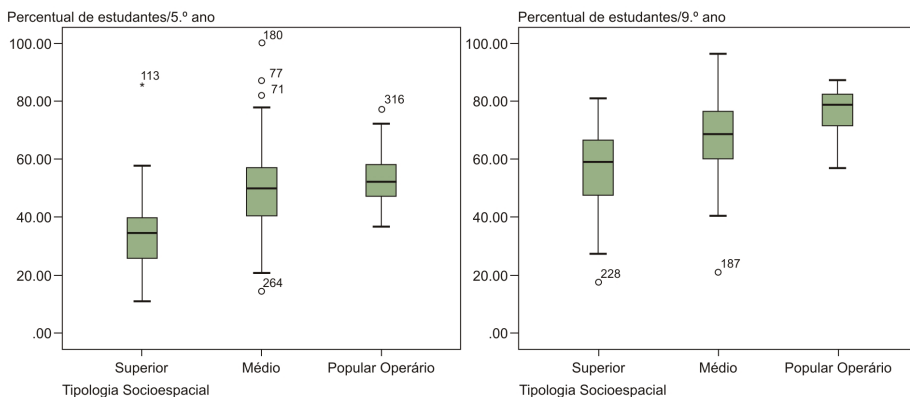
Por consequência, contrariamente, nas tipologias Médio e Popular Operário a situação se inverte. Em tais áreas passam a se concentrar as escolas com maior porcentagem de alunos com desempenho insatisfatório na Prova Brasil. Nas áreas de tipologia Médio ainda é

possível observar escolas com percentual pequeno de alunos na situação analisada. No entanto, quando consideramos apenas a porção da cidade classificada como Popular Operário, constatamos que essa área apresenta somente escolas em que 30% ou mais dos alunos de 5º ano tiveram desempenho básico e abaixo do básico em língua portuguesa.

Tal distribuição se mantém semelhante para os dados da área de Matemática, considerando os estudantes que frequentavam o 5º ano, e para os dados da avaliação de Língua Portuguesa, relativos aos estudantes de 9º ano do ensino fundamental, apresentando pequenas alterações. Percebemos, assim, a manutenção da concentração, na área central do município, de tipologia Superior, das escolas com menor porcentagem de alunos com desempenho nos níveis básico e abaixo do básico. Já nas demais áreas, em especial a de tipo Popular Operário, repete-se a percepção de que a concentração de instituições de ensino com maior percentual de alunos com desempenho baixo ocorre nestas áreas.

O Gráfico 9.10 apresenta a média e dispersão dos percentuais de estudantes do 5º e 9º anos do ensino fundamental com desempenho equivalente aos níveis básico e abaixo do básico na Prova Brasil de 2011 de Língua Portuguesa, agrupados por tipologia. É possível verificar que a média é menor para as escolas que se situam na região de tipologia 1 e maior para as escolas de tipologia 3, bem como a dispersão é menor para este conjunto de escolas. A menor dispersão pode ser lida como maior concentração de escolas com alto percentual de estudantes com desempenho considerado inadequado.

Gráfico 9.10 - Média e dispersão dos percentuais de estudantes do 5º e 9º anos do ensino fundamental com desempenho abaixo do adequado em Língua Portuguesa, agrupados por tipologia - Curitiba



FONTES: MEC/INEP - Prova Brasil; IBGE - Censo Demográfico

A distribuição das escolas públicas analisadas, em relação ao percentual de estudantes com desempenho abaixo do adequado na Prova Brasil de 2011, acompanha a distribuição das características de território analisadas, tanto em relação à tipologia socioespacial quanto ao IBEU, em especial a dimensão 3 (Condições Habitacionais). É plausível supor que esses fatores contribuam para a consolidação de condições mais favoráveis ao processo de socialização e aprendizagem.

Na Figura 9.2, que apresenta os dados de alunos em escolas públicas, de nível básico e abaixo do básico para os resultados da Prova Brasil – Matemática 9º ano, observamos uma certa homogeneidade nos resultados, uma vez que grande parte das instituições de ensino possui grande percentual de estudantes com desempenho considerado abaixo do adequado, com exceção de poucas escolas. Independente da diferenciação por tipologia socioespacial (Superior, Médio ou Popular Operário), verificamos que os resultados de desempenho apresentados pelos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental na área de Matemática indicam uma grande concentração de alunos que não atingiram a proficiência considerada adequada para a série, pois a grande maioria das escolas apresenta porcentagem superior a 66% de seus alunos com desempenho equivalente aos níveis básico ou abaixo do básico.

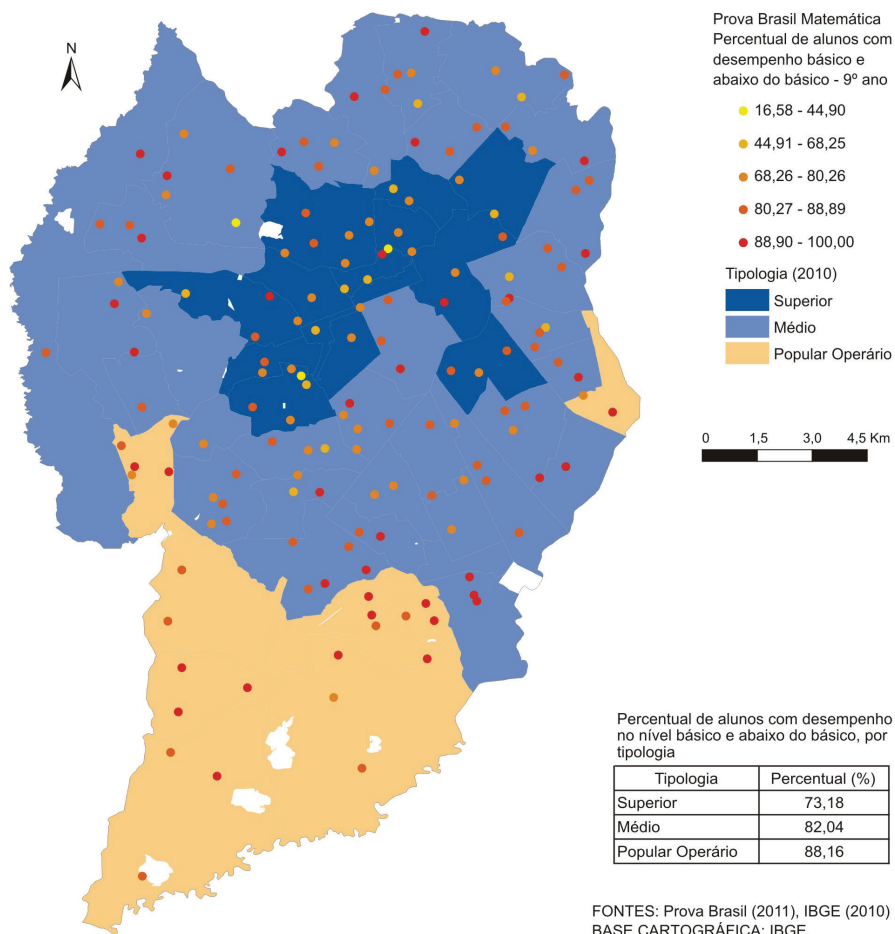
Contudo, é preciso considerar que na porção da cidade classificada como tipologia Superior, estão concentradas igualmente as famílias que matriculam os filhos em escolas privadas, que não foram incluídas na análise, pois não há informações de desempenho dos estudantes para essas instituições.

A tipologia socioespacial agrega um conjunto de fatores que buscam retratar a distribuição da população no território. A divisão do território de acordo com a tipologia socioespacial identifica certo grau de segregação interna da cidade, que pode ser verificado também na distribuição de oportunidades educacionais. As escolas situadas nas regiões de tipologia 1, classificada como Superior, possuem percentual médio de estudantes com baixo desempenho menor do que o conjunto das escolas que se situam nas regiões de tipologia 2 (Médio) e 3 (Popular Operário).

Constatamos que há um número mais elevado de escolas públicas na região de tipologia 2, tanto para as séries iniciais quanto para as séries finais do ensino fundamental. São 96 escolas que oferecem as

séries finais e participaram da Prova Brasil em 2011, concentrando o maior número de escolas públicas da cidade.

Figura 9.2 - Escolas por desempenho básico e abaixo do básico no 9º ano Matemática, por tipologia socioespacial - Curitiba



A abrangência geográfica da tipologia 1 é a menor delas e coincide com a região onde há mais famílias que optam por matricular seus filhos em escolas privadas, de acordo com os dados do Censo Populacional (IBGE, 2010). Há 36 escolas públicas nesse território. Já na região caracterizada como de tipologia 3, há 26 escolas.

Ao mesmo tempo, as regionais do CIC, Pinheirinho, Bairro Novo, Boqueirão e Cajuru (inseridas total ou parcialmente na área classifica-

da como de tipologia Popular Operário) concentram 67% dos analfabetos de Curitiba (19.900 pessoas), ressaltando que apenas 1,7% da população do município é analfabeta enquanto a média da Região Sul do Brasil é 4,9%. Ainda que o percentual de adultos analfabetos seja menor na cidade do que na região do país em que se encontra, verificamos uma alta concentração em determinadas áreas da cidade, o que corrobora a hipótese de uma desigualdade de oportunidades atrelada à distribuição desigual de condições de vida.

Além da relação entre localização das escolas e tipologia, há outras variáveis que podem nos ajudar a analisar essa distribuição heterogênea e desigual de desempenho escolar dos estudantes entre as escolas públicas observadas.

O Quadro 9.2 apresenta correlações entre o nível socioeconômico⁸ das famílias, a tipologia socioespacial⁹, a dimensão 3 (Condições Habitacionais) que compõe o índice de bem-estar urbano (IBEU)¹⁰ e o próprio índice, por área de ponderação, e o percentual de estudantes que obteve desempenho equivalente aos níveis básico e abaixo do básico nas diferentes escolas das redes públicas de ensino na cidade de Curitiba, em Língua Portuguesa e Matemática ao final do 5º e 9º ano do ensino fundamental, na Prova Brasil de 2011.

Das quatro variáveis selecionadas, o nível socioeconômico das famílias que compõem a população atendida pelas escolas é a que possui correlação mais forte com o percentual de estudantes com de-

⁸ O índice de NSE utilizado para esta análise foi construído por José Francisco Soares e Maria Tereza Gonzaga Alves (GAME/UFMG) a partir dos dados sobre escolaridade, ocupação e renda das famílias dos estudantes de escolas públicas brasileiras que responderam o questionário vinculado à Prova Brasil de 2011. Disponível em: <http://www.qedu.org.br/>, acessado em outubro/2013.

⁹ Conforme Capítulo 1 desta obra.

¹⁰ “O IBEU procura avaliar a dimensão urbana do bem-estar usufruído pelos cidadãos brasileiros promovido pelo mercado, via o consumo mercantil, e pelos serviços sociais prestados pelo Estado. Tal dimensão está relacionada com as condições coletivas de vida promovidas pelo ambiente construído da cidade, nas escalas da habitação e da sua vizinhança próxima, e pelos equipamentos e serviços urbanos. [...] O IBEU contém cinco dimensões: mobilidade urbana; condições ambientais urbanas; condições habitacionais urbanas; atendimento de serviços coletivos urbanos; infraestrutura urbana. [...] A dimensão de condições habitacionais urbanas (D3), foi compreendida por quatro indicadores: aglomerado subnormal, densidade domiciliar, densidade morador/banheiro e material das paredes dos domicílios. Os indicadores dessa dimensão foram selecionados a partir da compreensão das condições dos domicílios, bem como de suas características, que podem favorecer direta ou indiretamente o bem-estar urbano.” (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013, p.7 e 20).

sempenho abaixo do adequado. Este resultado pode ser considerado esperado, uma vez que a literatura na área de educação¹¹ indica que o nível socioeconômico (NSE) tem grande impacto sobre as avaliações de desempenho escolar.

Quadro 9.2 - Correlações entre NSE, Tipologia Socioespacial, Dimensão 3 do IBEU, IBEU e percentual de estudantes com desempenho abaixo do adequado na Prova Brasil de 2011

		PORTUGUÊS 5º ANO	MATEMÁTICA 5º ANO	PORTUGUÊS 9º ANO	MATEMÁTICA 9º ANO
NSE	Pearson Correlation	-.726 ¹	-.616 ¹	-.694 ¹	-.687 ¹
	Sig. (2-tailed)	.000	.000	.000	.000
	N	206	206	158	158
Tipologia	Pearson Correlation	.345 ¹	.262 ¹	.454 ¹	.376 ¹
	Sig. (2-tailed)	.000	.000	.000	.000
	N	209	209	159	159
Dimensao3	Pearson Correlation	-.376 ¹	-.325 ¹	-.432 ¹	-.361 ¹
	Sig. (2-tailed)	.000	.000	.000	.000
	N	209	209	159	159
IBEU	Pearson Correlation	-.372 ¹	-.316 ¹	-.395	-.348 ¹
	Sig. (2-tailed)	.000	.000	.000	.000
	N	209	209	159	159

FONTE: IBGE - Censo Demográfico 2010

NOTA: (1) Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Observamos que as correlações entre NSE e o percentual de estudantes com desempenho abaixo do adequado são todas negativas, pois quanto maior o nível socioeconômico, menor é o percentual de estudantes com desempenho inadequado. O sentido negativo da correlação indica que enquanto uma das variáveis aumenta (NSE), a outra tende a ser reduzida (percentual de estudantes com desempenho nos níveis básico e abaixo do básico).

A correlação entre desempenho e as variáveis que estão mais diretamente ligadas ao território é mais fraca, mas se mantém importante, sendo mais forte nos anos finais do ensino fundamental do que nos anos iniciais. Optamos por inserir na análise o Índice de Bem-Estar Urbano e apenas a Dimensão 3, pois há indícios de que as condições habitacionais apresentam impacto sobre o desempenho escolar, tendo em vista que as condições de moradia, sobretudo adensamento por dormitório, podem interferir, por exemplo, na qualidade do espaço disponível para que o estudante realize suas tarefas de casa. De fato, a Dimensão 3 apresenta coeficientes de correlação mais fortes do que o IBEU em todas as situações analisadas.

Foi possível localizar as escolas públicas em relação à distância

¹¹ Entre outros: Soares (2004); Albernaz; Ferreira; Franco (2002); Cesar; Soares (2001).

que se encontram dos aglomerados subnormais (AGSN)¹² identificados pelo IBGE no Censo Populacional de 2010. Verificamos que não há estabelecimentos de ensino a menos de 500 metros de aglomerados subnormais na área da cidade de Curitiba identificada como de tipologia superior. Já nas áreas de tipo médio e Popular Operário encontram-se escolas a pequena distância ou inseridas nas regiões de AGSN.

A Figura 9.3 apresenta a distribuição dos estabelecimentos de ensino de acordo com o nível socioeconômico médio dos estudantes, considerando a divisão do território conforme a tipologia socioespacial e a distância dos aglomerados subnormais. A observação dessa distribuição demonstra que há concentração das escolas que atendem a estudantes cujas famílias possuem NSE mais alto em instituições que se situam na região identificada como tipologia Superior, ao mesmo tempo em que se verifica concentração de escolas que atendem a famílias com NSE mais baixo na região de tipologia Popular Operário.

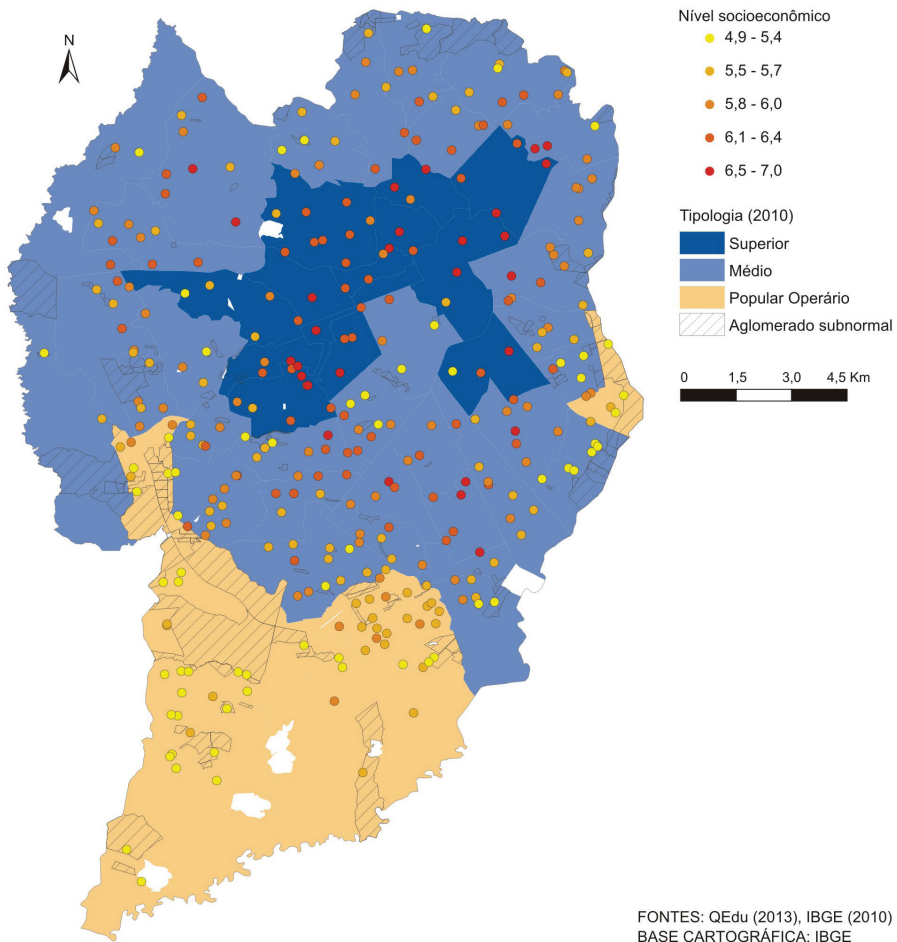
Mas também é possível identificar a existência de escolas próximas umas das outras cujas famílias atendidas possuem NSE bastante diferenciado. Essa proximidade espacial entre instituições que atendem a famílias de nível socioeconômico distintos pode ser resultante da existência de AGSN na vizinhança, mas também pode ser resultante de estratégias de seleção de estudantes pelas escolas. É possível, portanto, inferir que à segregação espacial somam-se outras estratégias de segregação que podem ser adotadas pelas próprias instituições de ensino.

O grupo de escolas que se encontram nessas regiões identificadas como AGSN ou a distâncias de até 100m, o equivalente a uma quadra, possui percentual médio de estudantes nas faixas de desempenho básico e abaixo do básico bastante acima da média das demais escolas do município, como indica o Gráfico 9.11. Além de um percentual maior de estudantes que não atingiu proficiência estabelecida como adequada para o 5º ano, verifica-se que há maior concentração em torno da média, o que pode indicar certa homogeneização dessas instituições. Como a distribuição da matrícula no município é realizada a partir de procedimentos georreferenciados, a fim de garantir vagas em escolas próximas da residência dos estudantes, é possível que isso explique a

¹² O aglomerado subnormal é o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das seguintes características: irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou carência de serviços públicos essenciais (coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública) (IBGE, 2011).

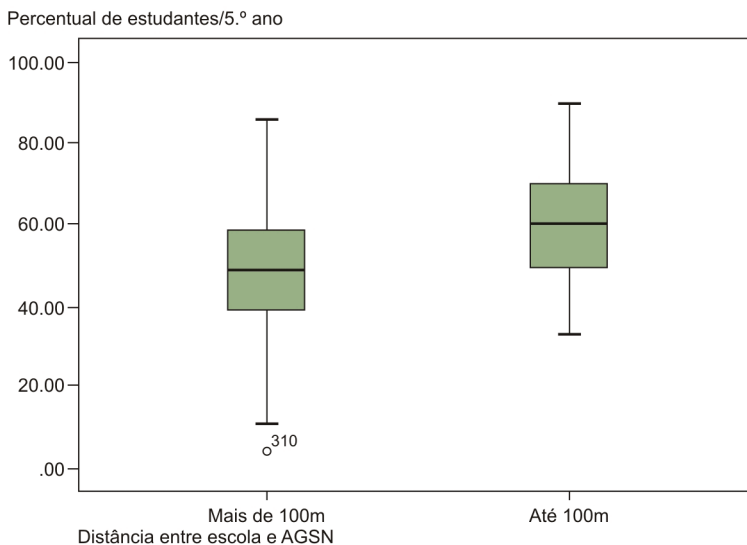
concentração de estudantes com NSE mais baixo e desempenho tendencialmente menor nos estabelecimentos de ensino que se situam em áreas próximas de AGSN.

Figura 9.3 - Curitiba: escolas por nível socioeconômico dos estudantes, por tipologia socioespacial, considerando os AGSN - Curitiba



As escolas que se encontram mais distantes de aglomerados subnormais possuem percentual menor de estudantes com proficiência inadequada e há uma diversidade muito maior de situações, inclusive com uma instituição municipal que se destaca das demais pelo pequeno percentual de estudantes nessa condição. É possível supor que estas escolas possuem uma composição mais heterogênea, em relação às características socioeconômicas dos estudantes.

Gráfico 9.11 - Percentual médio de estudantes com desempenho abaixo do adequado em Matemática, 5º ano do ensino fundamental de acordo com a distância entre escola e AGSN, Prova Brasil 2011 - Curitiba



FONTES: MEC/INEP - Prova Brasil; IBGE - Censo Demográfico

Os dados apresentados indicam que as desigualdades escolares observadas no município de Curitiba estão associadas à segregação residencial. A fim de averiguar em que medida há impacto das características de território sobre as características das escolas, aplicamos modelos de análise hierárquica, considerando dois níveis: 1. escola; e 2. área de ponderação. Como a regressão linear multinível exige que os bancos não possuam dados ausentes, foi necessário retirar alguns casos do banco de dados. Ao todo, trabalhamos com 202 escolas de 5º ano do Ensino Fundamental e 155 instituições de 9º ano. Foram excluídas sete escolas de 5º ano e quatro de 9º ano, o que não comprometeu a validade das análises realizadas.

Algumas das variáveis inicialmente selecionadas para compor a análise foram retiradas por não apresentarem significação estatística, ou por apresentarem medidas de aspectos semelhantes da realidade, o que poderia enviesar os resultados das regressões. Este último, por exemplo, é o caso da variável que indica o nível socioeconômico das famílias que têm seus filhos na escola, pois optamos por utilizar a variável que indica o percentual de pais com escolaridade considerada alta, igual ou superior ao ensino médio completo. Dessa forma, optamos por apresentar todas as variáveis testadas no Quadro 9.3, mesmo que

elas não tenham sido utilizadas nos modelos de regressão apresentados na sequência do texto.

Quadro 9.3 - Descrição das variáveis testadas nas análises

NÍVEL 1 - ESCOLA			
INDICADOR	FONTE	TIPO	DESCRIÇÃO
Variáveis Dependentes			
Percentual de alunos nos níveis básico ou abaixo em Matemática (BÁSICOMT)	Prova Cognitiva em Matemática (Prova Brasil, 2011)	Contínua	Porcentagem de alunos por escola que obtiveram desempenho igual ou inferior a 225 pontos na escala de proficiência de Matemática para o 5º ano e 300 para o 9º ano
Percentual de alunos nos níveis básico ou abaixo em Língua Portuguesa (BÁSICOLP)	Prova Cognitiva em Língua Portuguesa (Prova Brasil, 2011)	Contínua	Porcentagem de alunos por escola que obtiveram desempenho igual ou inferior a 200 pontos na escala de proficiência de Língua Portuguesa para 5º ano e 275 para o 9º ano
Variáveis Explicativas			
Escolaridade dos pais - alta (MAXEDUC)	Questionário dos estudantes da Prova Brasil 2011	Contínua	Porcentagem de alunos por escola cujos pais apresentam escolaridade igual ou superior ao ensino médio completo. Utilizou-se a máxima educação da mãe e do pai.
Problemas que prejudicam o funcionamento da escola (FUNC)	Questionário dos Diretores	Contínua	Medida contínua (média 0 desvio padrão 1) obtida a partir de análise fatorial das informações sobre carências de recursos financeiros, recursos humanos, recursos pedagógicos e de problemas disciplinares e com falta de professores e alunos, na percepção dos diretores. Valores altos significam maior percepção de que estes problemas foram prejudiciais ao funcionamento da escola e valores baixos indicam menor percepção. Alpha de Combrach ¹ : 0.70. Questões 55 a 64 do questionário dos diretores.
Índice de Condições Material da Escola (ICME)	Questionário do Censo Escolar e Prova Brasil 2011. ²	Contínua	Medida contínua, calculada a partir de indicadores sobre: 1 - saneamento básico e energia; 2 - recursos adequados para pessoas com necessidades especiais; 3 - estado de conservação das condições físicas; 4 - existência de computador e internet; 5 - iluminação e ventilação; 6 - equipamentos eletrônicos; 7 - material e espaços pedagógicos; 8 - espaços físicos administrativos e infraestrutura. Índice construído por Gabriela Schneider (2010).
Expectativas docentes (EXPECT)	Questionário dos Professores da Prova Brasil 2011	Contínua	Porcentagem de professores por escola que afirmam que quase todos ou pouco mais da metade dos seus alunos ingressarão na Universidade.
Experiência docente (EXPDOC)	Questionário dos Professores da Prova Brasil 2011	Contínua	Média calculada a partir do tempo de experiência dos docentes que responderam aos questionários
Atraso escolar (ATRASO2)	Questionário dos Professores da Prova Brasil 2011	Contínua	Indica o percentual de estudantes de 5º ou 9º ano com dois ou mais anos de defasagem entre a idade e a série que frequenta.
NÍVEL 2 - ÁREA DE PONDERAÇÃO			
INDICADOR	FONTE	TIPO	DESCRIÇÃO
Índice de Bem Estar Urbano (IBEU)	Censo populacional (IBGE) 2010	Contínua	Índice desenvolvido para avaliar a dimensão urbana do bem-estar usufruído pelos cidadãos brasileiros promovido pelo mercado, via o consumo mercantil, e pelos serviços sociais prestados pelo Estado.
Dimensão 3	Censo populacional (IBGE) 2010	Contínua	Terceira dimensão do IBEU, considera as condições habitacionais urbanas, fundamentada na análise das variáveis: aglomerado subnormal, densidade domiciliar, densidade morador/banheiro e material das paredes dos domicílios.
Tipologia - Médio	Censo populacional (IBGE) 2010	Dicotômica	Indica se Área de ponderação foi classificada como "Médio" (1 = sim / 0 = não)
Tipologia - Popular Operário	Censo populacional (IBGE) 2010	Dicotômica	Indica se Área de ponderação foi classificada como "Popular Operário" (1 = sim / 0 = não)

FONTE: Elaboração dos autores

(1) Medida de confiabilidade de questionários.

(2) Banco de dados gentilmente atualizado e fornecido por Gabriela Schneider.

O Quadro 9.4 apresenta as estatísticas descritivas para as variáveis construídas e selecionadas para compor o nível 1, considerando as escolas que oferecem os anos iniciais do Ensino Fundamental. Os dados do quadro indicam o número de casos considerados na análise, a média e o desvio padrão para cada variável, além do valor mínimo e máximo apurado.

Quadro 9.4 - Nível 1: Estatísticas descritivas para a análise das escolas de 5º ano do ensino fundamental - Curitiba - 2011

NOME DA VARIÁVEL	N	MÉDIA	DESvio PADRÃO	MÍNIMO	MÁXIMO
BÁSICOLP	202	48.16	14.44	11.02	100.00
BÁSICOMT	202	50.04	15.00	3.94	89.13
FUNC	202	-0.25	0.90	-1.55	2.26
EXPDOC	202	6.47	1.01	2.67	8.00
EXPECT	202	41.30	34.88	0.00	100.00
MAXEDUC	202	37.16	12.04	7.69	71.83
ATRASO2	202	5.27	3.99	0.00	23.81
ICME	202	0.82	0.07	0.37	0.95

FONTES: Prova Brasil (MEC/INEP), 2011; Censo Escolar (2011)

O Quadro 9.5 apresenta as estatísticas descritivas para as variáveis de nível 2, por área de ponderação, de acordo com as definições do IBGE no Censo Populacional de 2010. Foram consideradas para a análise 53 das 55 áreas da cidade de Curitiba. Dessas, 12 foram categorizadas como de tipologia superior, 32 como Médio e 9 como Popular Operário. Estas são as únicas variáveis dicotômicas utilizadas na análise, por isso não possuem valores de média e desvio padrão.

Quadro 9.5 - Nível 2: Estatísticas descritivas para a análise das áreas de ponderação pelas quais se distribuem as escolas de 5º ano do ensino fundamental - Curitiba - 2011

NOME DA VARIÁVEL	N	MÉDIA	DESvio PADRÃO	MÍNIMO	MÁXIMO
DIMENSÃO 3	53	0.78	0.12	0.46	0.98
IBEU	53	0.83	0.08	0.55	0.96
SUPERIOR	12			0.00	1.00
MÉDIO	32			0.00	1.00
POPULAR OPERÁRIO	9			0.00	1.00

FONTE: IBGE - Censo Demográfico 2010

O Quadro 9.6 apresenta de forma resumida os resultados dos modelos lineares hierárquicos aplicados, considerando apenas os efeitos fixos e as variáveis que se mostraram mais robustas para análise. Foram desenvolvidos quatro modelos, dois para estimar o impacto das variáveis explicativas sobre o percentual de estudantes de 5º ano do

Ensino Fundamental com desempenho correspondente aos níveis básico e abaixo do básico em Língua Portuguesa e dois para Matemática.

Quadro 9.6 - Resumo dos modelos hierárquicos lineares aplicados, 5º ano do ensino fundamental - 2011

VARIÁVEIS	LÍNGUA PORTUGUESA		MATEMÁTICA	
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 1	Modelo 2
Intercepto	34.813 ³	66.764 ³	38.082 ³	43.935 ³
Nível 2 - área de ponderação				
Médio ¹	14.443 ³	7.094 ²	13.338 ³	6.973 ²
Popular Operário ¹	18.481 ³	9.838 ²	15.441 ³	7.543 ²
Nível 1 - escola				
Funcionamento		2.588 ³		2.173 ²
Experiência		-1.678 ³		-3.049 ³
Expectativas		-0.069 ²	
Máxima Educação Pais		-0.293 ³		-0.298 ³
Atraso 2		1.071 ³		1.122 ³

FONTES: Censo Demográfico (IBGE), 2010; Prova Brasil (MEC/INEP), 2011; Censo Escolar (2011)
 NOTAS: (1) "Superior" é a categoria de base.

(2) Significativo a 95%.

(3) Significativo a 99%.

O modelo 1, tanto em Português quanto em Matemática, foi produzido apenas com as variáveis de nível 2, deixando vazias as variáveis de nível 1. Este procedimento é realizado a fim de verificar a pertinência de trabalhar com os dois níveis sugeridos. É possível observar que o modelo vazio estima que entre 13% e 18% da variação do percentual de estudantes com proficiência abaixo do nível adequado (variável dependente) pode ser atribuída ao nível 2, ou seja, às características do território em que as escolas estão localizadas, sendo que, para Língua Portuguesa, estima-se que o percentual da variação atribuída ao nível 2 fica entre 14% e 18% e para Matemática o percentual da variação atribuída ao território fica entre 13% e 15%. Portanto, consideramos que estes dados confirmam a pertinência da continuidade da análise em dois níveis.

Quando as demais variáveis explicativas são adicionadas aos modelos, o percentual da variação atribuível à tipologia socioespacial diminui, pois é possível que parte da explicação fique diluída entre outras variáveis, mas se mantém relevante e significativo. As variáveis de território têm maior poder explicativo para o desempenho na Prova de Língua Portuguesa do que para o de Matemática. Os dados indicam que a escola estar situada numa área classificada como Médio aumenta em 7% o percentual de estudantes com desempenho abaixo do adequado em Português, em comparação com a área classificada como Superior. E estar em uma área Popular

Operário aumenta em 9,8%, também em comparação com a área Superior.

Das variáveis de nível 1, para Língua Portuguesa, verificamos que a cada ponto de variação para maior no indicador de problemas enfrentados pela escola, o percentual de estudantes com proficiência abaixo do adequado aumenta em 2,59%, lembrando que esta variável contínua varia de -1.55 a 2.26. A situação de atraso escolar, quando os estudantes possuem dois anos ou mais de defasagem entre a série/ano que cursam e a idade considerada adequada para a série, também contribui para explicar o aumento percentual dos estudantes sem proficiência adequada.

Verificamos também que a média de anos de experiência dos professores que atuam nas escolas, o percentual de docentes que apresenta a expectativa de que os estudantes cheguem à Educação Superior e o percentual de pais que possuem no mínimo o Ensino Médio completo impactam inversamente sobre o percentual de estudantes nos níveis básico e abaixo do básico. O sinal negativo do coeficiente de regressão indica que enquanto estas variáveis aumentam de valor, o percentual retrocede.

Uma comparação entre os resultados da análise para a Prova de Língua Portuguesa e Matemática indica que as variáveis de nível 2, de território, possuem maior poder explicativo para a área de Português e as variáveis de nível 1, escolares, possuem maior poder explicativo para a área de Matemática. A literatura consolidada na área de educação (SOARES, 2004) indica que o desempenho dos estudantes em Matemática sofre maior influência das características das instituições de ensino do que o desempenho em Língua Portuguesa e, inversamente, o desempenho em Português é mais influenciado pelas características das famílias e do território do que em Matemática.

Para a área de Matemática, verificamos que cada aumento de 1 ponto na média de tempo de experiência dos docentes que trabalham nas escolas avaliadas leva à redução do percentual de estudantes com desempenho abaixo do adequado em 3%. O percentual de docentes com altas expectativas em relação à trajetória acadêmica dos estudantes foi a única variável significativa para Língua Portuguesa que não se manteve significativa em Matemática.

O Índice de Condições Materiais da Escola (ICME) não se mostrou significativo para nenhuma das áreas analisadas. É possível que isso se deva à pouca variação do índice, quando considerado um único

município e uma única rede de ensino, pois o atendimento aos anos iniciais do Ensino Fundamental é feito totalmente pela rede municipal da cidade de Curitiba.

O segundo conjunto de análises construídas refere-se aos anos finais do Ensino Fundamental. O Quadro 9.7 apresenta as estatísticas descritivas para o novo conjunto de escolas a serem analisadas, indicando número de casos, média e desvio padrão, valores mínimos e máximos por variável que compõe o nível 1 da análise.

Quadro 9.7 - Nível 1: Estatísticas descritivas para a análise das escolas de 9º ano do ensino fundamental - Curitiba - 2011

NOME DA VARIÁVEL	N	MÉDIA	DESvio PADRÃO	MÍNIMO	MÁXIMO
BÁSICOLP	155	66.74	12.81	17.62	96.55
BÁSICOMT	155	81.40	11.68	16.58	100.00
FUNC	155	0.39	0.97	-1.55	2.92
EXPDOC	155	5.75	1.38	1.00	8.00
EXPECT	155	28.61	32.20	0.00	100.00
MAXEDUC	155	40.31	13.11	12.84	83.73
ATRASO2	155	14.84	7.63	0.00	43.75
ICME	155	0.83	0.11	0.30	0.99

FONTES: Prova Brasil (MEC/INEP), 2011; Censo Escolar (2011)

Há uma quantidade menor de estabelecimentos de ensino que atendem aos anos finais do Ensino Fundamental do que os anos iniciais; são 155 contra 202. A maior parte dessas instituições pertence à rede estadual de ensino, somente 11 pertencem à rede municipal e uma é mantida pelo governo federal. As escolas que oferecem os anos finais do Ensino Fundamental tendem a ter um porte maior do que as que oferecem os anos iniciais, ou seja, cada estabelecimento atende a um número maior de estudantes.

A comparação entre as estatísticas descritivas das instituições de primeiro e segundo segmento do Ensino Fundamental nos leva a destacar que, nos anos finais, a média do percentual de estudantes que não atingiram o desempenho adequado nas avaliações externas é maior do que nos anos iniciais, ficando acima de 65% nas duas áreas avaliadas. Em Matemática a média é de 81% dos estudantes. O percentual de estudantes com dois ou mais anos de defasagem entre a idade e a série que frequenta também é mais elevado nos anos finais. É preciso considerar que o atraso escolar é cumulativo, então seria esperado que o percentual fosse maior nas séries finais, mas o índice é quase três vezes maior do que nas séries iniciais. Ao mesmo tempo, a média de experiência docente e o percentual de

professores que acreditam que seus alunos vão cursar a Educação Superior são menores.

Quadro 9.8 - Nível 2: Estatísticas descritivas para a análise das áreas de ponderação pelas quais se distribuem as escolas de 9º ano do ensino fundamental - Curitiba - 2011

NOME DA VARIÁVEL	N	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	MÍNIMO	MÁXIMO
DIMENSÃO 3	53	0.78	0.12	0.46	0.98
IBEU	53	0.83	0.08	0.55	0.96
SUPERIOR	12			0	1
MÉDIO	32			0	1
POPULAR OPERÁRIO	9			0	1

FONTES: IBGE - Censo Demográfico 2010

Em relação às estatísticas descritivas para as variáveis de nível 2, por área de ponderação, o Quadro 9.8 apresenta informações que indicam a manutenção do número de casos, média e desvio padrão em relação à análise construída para os anos iniciais do Ensino Fundamental. Das 55 áreas de ponderação existentes na cidade de Curitiba, 53 foram consideradas para a realização da análise.

O Quadro 9.9 apresenta o resumo dos modelos hierárquicos aplicados para a análise dos dados relativos ao 9º ano do Ensino Fundamental. Seguimos as mesmas rotinas utilizadas para a análise das escolas de 5º ano, já apresentadas. O modelo 1 (vazio em relação às variáveis de nível 1) indicou a pertinência de introdução dos dois níveis tanto para Língua Portuguesa quanto para Matemática.

Quadro 9.9 - Resumo dos modelos hierárquicos lineares aplicados, 9º ano do ensino fundamental - 2011

VARIÁVEIS	LÍNGUA PORTUGUESA		MATEMÁTICA	
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 1	Modelo 2
Intercepto	56.993 ³	61.676 ³	73.181 ³	77.599 ³
Nível 2 - área de ponderação				
Médio ¹	11.033 ³	5.919 ²	9.602 ³	4.738 ²
Popular Operário ¹	18.996 ³	9.568 ³	14.846 ³	6.299 ²
Nível 1 - escola				
Funcionamento		0.749 ²		1.577 ²
Expectativas		-0.029 ²		-0.051 ²
Máxima Educação Pais		-0.525 ³		-0.451 ³
Atraso 2		0.181 ²		0.205 ²

FONTES: Prova Brasil (MEC/INEP), 2011; Censo Escolar (2011)

NOTAS: (1) "Superior" é a categoria de base.

(2) Significativo a 95%.

(3) Significativo a 99%.

De maneira geral, podemos afirmar que também para o caso do 9º ano as variáveis de território possuem maior poder explicativo para o desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa e as variáveis escolares possuem maior poder explicativo para os resultados de Matemática.

Para as duas matérias, o percentual de estudantes com desempenho abaixo do adequado tende a ser maior nas áreas de ponderação classificadas como Médio e Popular Operário do que nas áreas classificadas como Superior. Das variáveis consideradas para o nível das escolas, tanto os problemas de funcionamento percebidos nas instituições quanto o percentual de estudantes em situação de atraso escolar contribuem para a explicação do aumento do percentual de estudantes com proficiência abaixo do adequado.

Já o percentual de docentes com altas expectativas em relação aos estudantes e o percentual de pais com escolaridade considerada alta contribuem para explicar a redução do percentual de estudantes com desempenho considerado inadequado para a série. Isso pode ser verificado pelo sinal negativo do coeficiente de regressão. As variáveis relacionadas ao Índice de Condições Materiais das Escolas (ICME) e ao tempo de experiência dos docentes não se mostraram significativas e, portanto, foram retiradas da regressão.

3. Considerações finais

A diferenciação e segmentação são características marcantes em relação às oportunidades educacionais na RMC e em Curitiba, indicando a desigualdade da distribuição das oportunidades educacionais no território.

Em relação ao acesso, os maiores déficits encontram-se na educação infantil e no ensino médio. Entretanto, é importante destacar que apesar das determinações legais ainda há municípios onde crianças de 6 anos e de 7 a 14 anos não frequentam a escola. Em relação à permanência, os indicadores de repetência e abandono são tendencialmente maiores da segunda fase do ensino fundamental.

Há uma tendência de concentração de IDEBs mais altos nos municípios mais integrados ao polo. Por outro lado, há maior heterogeneidade entre os municípios da ACP Curitiba. Em relação à Curitiba, os piores indicadores estão em escolas que ofertam a segunda fase do ensino fundamental, predominantemente da rede estadual de ensino, confirmando os dados nacionais.

A variável relativa ao nível socioeconômico dos alunos tem forte poder explicativo. Observa-se, além disso, significativa correspondência entre desempenho na Prova Brasil e condições habitacionais e tipologia das áreas de ponderação. Nas tipologias Médio e Popular Operário concentra-se a maior porcentagem de alunos com desempenho insatisfatório. Há evidente segregação residencial que explica as desigualdades, estando as escolas com pior desempenho médio próximas dos aglomerados subnormais.

Em relação aos fatores intraescolares que afetam o desempenho na Prova Brasil, particularmente no 9º ano, constatou-se que a experiência e a expectativa dos docentes de que os estudantes cheguem ao nível superior são variáveis com grande impacto sobre o percentual de estudantes com desempenho abaixo do considerado adequado. Consideramos que será importante testar a variável ICME (SCHNEIDER, 2010) em outras condições de análise, pois a separação entre as escolas que ofertam os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental coincide com a separação entre escolas que compõem a rede municipal e a rede estadual de ensino, tendo em vista a divisão de competências característica do sistema estadual de ensino do Paraná. Esta separação pode ter gerado uma condição de similitude entre os estabelecimentos de cada rede, reduzindo um possível caráter explicativo em condições mais heterogêneas. Assim, avaliamos que uma comparação entre municípios distintos pode evidenciar melhor o peso das condições materiais das escolas sobre a explicação do desempenho dos estudantes.

Além da divisão de competências, a política de acesso às escolas públicas municipais e estaduais prevê que os estudantes sejam matriculados nas escolas próximas de suas residências, o que pode contribuir para o poder explicativo das variáveis de território. Faltam estudos que nos ajudem a pensar o caso da cidade de Curitiba em relação às escolhas das famílias, aos procedimentos de busca de escolas fora da região de moradia e possibilidades de matrícula independente da política de georreferenciamento das escolas e residências.

Há que considerar, ainda, que não foi possível efetivar uma análise com três níveis, que incluísse o nível do estudante, além dos níveis de território e estabelecimento de ensino. É muito provável que as explicações devidas às características dos estudantes sejam, na análise aqui apresentada, atribuídas a outros aspectos correlacionados.

Dessa forma, entendemos que este estudo exploratório permitiu uma aproximação interessante para a reflexão sobre a distribuição das oportunidades educacionais e a organização social do território, abrindo novos horizontes de análise e indicando a necessidade de continuidade e aprofundamento das pesquisas nessa área. Consideramos que as reflexões apresentadas apontam novas perspectivas para o estudo de políticas educacionais. Os resultados encontrados sugerem a necessidade de ampliar o estudo para abranger todos os municípios da Região Metropolitana de Curitiba.

Referências

- ALBERNAZ, A.; FERREIRA, F.H.G.; FRANCO, C. Qualidade e equidade na educação fundamental brasileira. Texto para discussão n.455. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2002.
- ALVES, f. Qualidade na Educação Fundamental Pública nas Capitais Brasileiras: tendências, contextos e desafios. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, PUC/RJ, 2007.
- ALVES, F., FRANCO, F. C. & RIBEIRO, L. C. Q. (2008) Segregação residencial e desigualdades escolares no Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, L. C. & KAZTMAN, R. (org.) A cidade contra a escola? Rio de Janeiro: Letra Capital.
- CÉSAR, C.; SOARES, J. Desigualdades acadêmicas induzidas pelo contexto escolar. Revista Brasileira de Estudos de População, v.18, n.1/2, p.97-110, 2001.
- BRASIL, LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Regiões de influência das cidades 2007. Rio de Janeiro, 2008.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Aglomerados subnormais: informações territoriais. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>> Acesso em dezembro de 2013.
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. IDEB 2011 Anos finais. Brasília/DF: INEP, 2012.

- IPEA/REDEIPEA. Descrição das variáveis da amostra do Censo Demográfico 2010. Disponível em http://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/descricao_das_variaveis_censo_2010.pdf
- MEC – Ministério da Educação / INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar 2011. Brasília/DF: MEC/INEP, 2011.
- MEC – Ministério da Educação / INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Prova Brasil 2011. Brasília/DF: MEC/INEP, 2011.
- RIBEIRO, L. C. & KOSLINSKI, M. C. (2010) Fronteiras Urbanas da democratização das oportunidades educacionais: o caso do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, L. C. ET AL (org). Desigualdades Urbanas, Desigualdades Escolares. Rio de Janeiro: Letra Capital
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes. IBEU: índice de bem-estar urbano. 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- RIBEIRO, L.C.Q.; MOURA, R.; DELGADO, P.; SILVA, E.T. Níveis de integração dos municípios brasileiros em RMs, RIDes e AUs à dinâmica da metropolização. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2012.
- SOARES, J. F. O efeito da escola no desempenho cognitivo de seus alunos. REICE - Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación 2004, Vol. 2, No. 2 Disponível em <http://www.ice.deusto.es/rinace/reice/vol2n2/Soares.pdf>
- SOARES, J. F. (2009) Índice de desenvolvimento da educação de São Paulo – IDESP: bases metodológicas. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.23, n.1, p.29-41. https://www.seade.gov.br/produtos/spp/v23n01/v23n01_03.pdf
- SOUZA, Ângelo e DAMASO, Alexandra F. Análise das políticas educacionais na oferta de educação infantil na Região Metropolitana de Curitiba e Litoral do Paraná. Jornal de Políticas Educacionais. NUPE/UFPR – vol1, n.1 (2007) – Curitiba: NUPE/UFPR p.32-40.
- SCHNEIDER, Gabriela. Política educacional e instrumentos de avaliação: pensando um índice de condições materiais da escola. Dissertação de Mestrado. UFPR, Curitiba, 2010.
- ZUCCARELLI, C. Segregação urbana, geografia de oportunidades e desigualdades educacionais no Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2009.

Organização social do território e mobilidade urbana

*Paulo Roberto Delgado
Anael Cintra
Rosa Moura*

Resumo: Movimentos pendulares da população (deslocamentos da população para trabalho e(ou) estudo em município que não o de residência) têm relevante importância como referenciais na formulação de políticas públicas urbanas, pois são reveladores da extensão do fenômeno urbano no território. Neste capítulo, esses movimentos são analisados no âmbito da RM de Curitiba, onde incidem em maior concentração, relativamente às outras aglomerações urbanas do Paraná, e multidirecionalidade de fluxos. Internamente a essa região, são analisados volumes e direções, trocas com o município-polo e perfil das pessoas ocupadas que realizam deslocamento pendular (composição por sexo e idade, rendimento médio por tipo de fluxo, condição da ocupação e setor de atividade) e a relação da mobilidade dos ocupados com a tipologia socioespacial das unidades espaciais intrametropolitanas (áreas de ponderação da amostra, definidas pelo IBGE).

Palavras-chave: Deslocamentos pendulares, comutação, mobilidade pendular, mobilidade para trabalho, mobilidade para estudo.

Abstract: Commuting flows (population movements to and from a place of work or study in a municipality in which the commuter does not live) play an important role in the formulation of urban public policy as they reveal the extent of the urban phenomenon in a territory. This chapter analyzes these flows in the context of the Curitiba Metropolitan Region, where they are both more concentrated and occur in a greater variety of directions than in other urban conglomerations in Paraná. Within this metropolitan region we analyze volumes, directions, exchanges with the core municipality, the profile of commuters in employment (breakdown by gender and age, mean income per flow type, employment category and job sector) and the relationship between the mobility of those in employment and the socio-spatial typology of intrametropolitan spatial units (sample weighting areas defined by the IBGE).

Keywords: Commuting trips, commuting, commuting mobility for work and study.

Movimentos pendulares da população correspondem, neste capítulo, aos deslocamentos da população para trabalho e(ou) estudo em município que não o de residência, e devem ser considerados referenciais obrigatórios na formulação de políticas públicas urbanas, especialmente de transporte, circulação, moradia e uso do solo. São analisados a partir das informações do Censo Demográfico de 2000 e 2010, compreendendo fluxos de entrada e saída dos municípios, em matrizes de origem/destino. Enfatizam-se os volumes de pessoas que realizam esses deslocamentos, tanto no recorte territorial do município quanto da Região Metropolitana de Curitiba (RMC); as proporções das pessoas que se deslocam em relação ao total das pessoas que estudam e(ou) trabalham nos respectivos municípios; e destacam-se os municípios evasores e receptores. Os movimentos são caracterizados segundo atributos pessoais (sexo e idade), setor de atividade, posição na ocupação e faixas de renda de todos os trabalhos, tendo por base uma tipologia dos fluxos que considera o local de residência e da ocupação (polo/periferia) e a direção do fluxo (polo/periferia, periferia/periferia, periferia/polo). A importância da mobilidade pendular é avaliada, também, segundo a organização social do território da região metropolitana.

A principal questão que busca responder é: qual o perfil das pessoas que realizam movimentos pendulares para trabalho em município que não o de residência na RMC? Para tanto, sumariza as principais características desses movimentos, de forma comparativa entre as pessoas que deixam o município e as que permanecem nele para o exercício das atividades. Considerando a elevada proporção de fluxos para trabalho sobre o total dos deslocamentos pendulares, esses se tornaram o objeto temático da análise.

Embora as pessoas também se desloquem para outros municípios por diferentes motivos (compras, lazer e cultura, atendimento médico-hospitalar, entre outros), a regularidade e o volume dos fluxos para trabalho e(ou) estudo tornam o conhecimento deste tipo de movimento fundamental para identificar os distintos papéis desempenhados pelos municípios, seja pela concentração de atividades geradoras de opções de trabalho ou da oferta mais qualificada de serviços de educação, seja ainda pela condição de “cidade dormitório” aos trabalhadores em outro município. É fundamental também para caracterizar os processos de expansão territorial de centros e de aglomerações urbanas.

Nesse sentido, vale salientar que mesmo tendo como recorte de análise o território da Região Metropolitana de Curitiba, e reconhe-

cendo que a mobilidade pendular, em geral, está relacionada a deslocamentos cotidianos, foram considerados neste capítulo todos os deslocamentos para trabalho ou estudo de pessoas que moram na RMC, inclusive para outras regiões paranaenses, outros estados ou países. Tal opção se justifica, pois é na leitura dos movimentos em sua amplitude que é possível identificar novos vetores de comutação extra-metropolitanos, como é exemplo a configuração do arranjo espacial urbano-regional que articula a RM de Curitiba ao litoral paranaense, à aglomeração de Ponta Grossa e a aglomerações catarinenses, como a de Joinville, entre outros municípios não aglomerados. Se no momento os impactos desses movimentos sobre as dinâmicas metropolitanas são menos expressivos que a mobilidade da porção mais próxima ao núcleo metropolitano, eles apontam novas dinâmicas de expansão, assim como tendências que alteram o restrito padrão de crescimento centro-periferia, assinalando para unidades espaciais mais complexas e descontínuas, porém mais articuladas, conectadas e nas quais o urbano e o regional se hibridizam.

1. A importância da mobilidade pendular

As informações sobre esse tipo de deslocamento vêm sendo objeto de análise pela literatura especializada. Moura, Castello Branco e Firkowski (2006), que resgataram experiências de análise dos movimentos pendulares realizadas por autores da geografia e da demografia, afirmam que esse tipo de mobilidade é revelador da extensão do fenômeno urbano no território, com seu dimensionamento e mapeamento constituindo-se em ferramentas fundamentais à delimitação de grandes áreas urbanas – aglomerações e outros arranjos espaciais. Além disso, como se observa no capítulo 11 deste livro, esse tipo de movimento vem adquirindo crescente visibilidade nas grandes cidades, dada sua associação com demandas por transporte e vias de circulação, incidindo de maneira decisiva no funcionamento cotidiano e na projeção estratégica das cidades, tanto para pessoas como para empresas e instituições.

Admitem ainda que, além de oferecer um referencial imprescindível para políticas de mobilidade e trabalho, os deslocamentos pendulares tornam evidentes os subespaços mais integrados à dinâmica metropolitana (ou da aglomeração urbana); os menos dotados de capacidade de reter populações com atividades empregadoras (evasores), mas que servem de território para moradia dos que se deslocam;

os subcentros receptores de trabalhadores e(ou) estudantes; e, pelas direções de fluxos, as relações que se estabelecem entre os vários municípios no interior dos aglomerados.

Informações sobre movimentos pendulares também são empregadas para identificar as chamadas “cidades-dormitório”, caracterizadas, segundo Ojima *et al.* (2010), pela situação típica de possuírem uma elevada proporção de pessoas que não trabalham no município onde residem. Mais que isso, como salientam os autores, essas informações permitem traçar o perfil socioeconômico dessas pessoas.

A análise dos movimentos de deslocamento domicílio/trabalho permite também responder a questões fundamentais, relativas à expansão da conurbação entre cidades, a padrões urbanos de configurações mono ou policêntricas, às interações entre o núcleo metropolitano e o entorno imediato, e entre este e outras cidades das imediações, conforme Gilli (2002).

Alguns autores dedicam-se às relações entre a mobilidade e a organização do território, como Halleux (2001), que analisa o papel da mobilidade nas mudanças intraurbanas, particularmente na transição periurbana, induzida pelos deslocamentos por meio do automóvel.

Outros autores exploram a mobilidade como expressão da segregação, como Rodríguez (2008), que considera haver, nos deslocamentos diários, uma segregação da localização dos postos de trabalho (maior distância relativa dos pobres aos postos de trabalho), da mobilidade (deslocamentos mais custosos) e do uso do território público (residência ou local de trabalho em zonas desservidas da cidade). Tal segregação pode se dar pela desconexão cotidiana ou pelo não compartilhamento, entre os grupos socioeconômicos, de espaços de trabalho, rotas ou trajetórias, e locais de encontro na cidade – tema também que será explorado em detalhe no capítulo 11.

Pereira e Herrero (2009, p.14) também admitem seletividade na distribuição espacial das residências e nos postos de trabalho, quanto ao perfil socioeconômico da população que vai ocupá-los. Daí, “a condição necessária para um deslocamento pendular poderia se constituir no descompasso da distribuição espacial entre residências e postos de trabalho que apresentam a mesma seletividade”.

A utilização de dados dos movimentos pendulares na identificação de aglomerações urbanas, dada sua função como medida de integração entre cidades – ou entre porções do que, de fato, se constitui uma única cidade –, pode ser observada nos estudos pioneiros de regiões

metropolitanas e outras unidades aglomeradas no Brasil (GALVÃO *et al.*, 1969; DAVIDOVICH e LIMA, 1975), assim como em estudos mais recentes, como Configuração Atual e Tendências da Rede Urbana do Brasil (IPEA, 2002) e Regiões de Influência das Cidades – REGIC 2007 (IBGE, 2008); também são usados em metodologias internacionais, a exemplo da definição das zonas metropolitanas, no México (CONAPO, 2007), em estudos da União Europeia sobre regiões e áreas metropolitanas (METREX, 2013) e em critérios de identificação de unidades metropolitanas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2012).

2. Movimentos pendulares no Paraná

As informações dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 demonstram que houve, no Paraná, um aumento expressivo dos deslocamentos da população para trabalho e(ou) estudo em município que não o de residência em todas as mesorregiões do Estado, com elevação do número de municípios de origem ou de destino¹ – os fluxos de saída para trabalho e estudo, em 2010, são registrados em todos os municípios paranaenses (CINTRA; DELGADO; MOURA, 2012a). Esse aumento também se deu nas proporções relativas ao total de pessoas que trabalham e estudam nos municípios, demonstrando uma intensificação da mobilidade associada ao mercado de trabalho estadual e ao acesso escolar.

O perfil das pessoas que se deslocam também mudou, sinalizando alterações no comportamento da população paranaense, com maior inserção das faixas mais idosas nas dinâmicas socioeconômicas. Da mesma forma, mais municípios tornaram-se receptores de fluxos, especialmente para estudo, e as aglomerações passaram a apresentar maior complexidade nas direções dos fluxos, com mais destinos, e expansão nas origens, demarcando manchas estendidas, assim como novas aglomerações no Estado. Entre 2000 e 2010, no Paraná elevou-se de

¹ Todo deslocamento tem uma origem (ótica das saídas) e um destino (ótica das entradas); em unidades territoriais fechadas, a quantidade de saídas e entradas seria igual; como as unidades espaciais são abertas, essa igualdade não se verifica, devido aos fluxos estabelecidos com outras unidades da federação ou países. No presente texto, privilegiou-se a ótica das saídas, ou seja, considerou-se apenas o movimento de pessoas que residem nas RMs e que buscam outro município para trabalhar (na própria RM, em outro município do Estado, País ou Exterior).

478.650 para 933.276 o número de pessoas que se deslocavam do município de residência para trabalho e(ou) estudo em outro município (Tabela 10.1). Desse, 357.603 pessoas se deslocavam para trabalho, em 2000, passando, em 2010, para 690.081; outras 121.046 pessoas se deslocavam para estudo, passando, em 2010, para 243.195 pessoas. Nos dois casos, o aumento relativo foi próximo a 100%, bem superior ao verificado para a população, no Paraná, que estuda (9,7%) e que trabalha (30,9%), indicando que a mobilidade pendular vem se constituindo numa via relevante para o acesso à escola e ao trabalho. No período, manteve-se elevado o peso dos deslocamentos para trabalho, aproximando-se, nos dois anos, de $\frac{3}{4}$ do total de deslocamentos.

Tabela 10.1 - Deslocamentos para estudo e trabalho - Paraná - 2010

UNIDADE	DESLOCAMENTO					PARTICIPAÇÃO TRABALHO SOBRE TOTAL DESLOCAMENTOS (%)
	Estudo	Trabalho			TOTAL	
		Outro município	Vários municípios	Total		
2000						
Paraná	121.046	-	-	357.603	478.650	74,7
RM de Curitiba	49.482	-	-	186.509	235.991	79,0
RM de Londrina	9.580	-	-	30.878	40.458	76,3
RM de Maringá	8.963	-	-	33.605	42.568	78,9
Total RMs	68.025	-	-	250.992	319.017	78,7
RMs/total Paraná (%)	56,2	-	-	70,2	66,6	-
2010						
Paraná	243.195	602.432	87.649	690.081	933.276	73,9
RM de Curitiba	88.596	321.804	15.942	337.746	426.342	79,2
RM de Londrina	18.368	45.971	7.862	53.833	72.201	74,6
RM de Maringá	16.997	58.653	11.244	69.898	86.895	80,4
Total RMs	123.961	426.428	35.049	461.477	585.438	78,8
RMs/total Paraná (%)	51,0	70,8	40,0	66,9	62,7	-

FONTE: IBGE - Censo Demográfico
Elaboração: IPARDES.

Os deslocamentos concentraram-se nas RMs de Curitiba, Londrina e Maringá, que totalizam mais de 60% do total de fluxos do Estado. Embora tenha se verificado um incremento de 266.421 pessoas no total dos deslocamentos nas RMs, essa concentração, entre 2000 e 2010, decresceu em termos relativos (-3,9 pontos percentuais), o que aponta para uma intensificação dos deslocamentos entre outros municípios paranaenses.

Esse aumento entre os municípios das demais regiões do Estado interioranos fica mais nítido ao se observar que entre 2000 e 2010, no conjunto das três RMs, houve crescimento no contingente de pessoas

que frequentam escola ou que estão ocupadas; entretanto, houve decréscimo na participação dos fluxos das RMs para estudo, de 56,2% do total de fluxos do Estado, em 2000, para 51% em 2010; e de 70,2% do total dos fluxos para trabalho, para 66,9%, nos mesmos períodos (Tabela 10.2). Esse decréscimo relativo foi mais intenso na RM de Curitiba; mesmo assim, em 2010, ela respondia, no Estado, por 36,4% e 48,9% dos fluxos para, respectivamente, estudo e trabalho em outro município que não o de residência.

Tabela 10.2 - Participação no total do Estado da população residente que frequenta escola e ocupada e dos deslocamentos para estudo e trabalho - Paraná - 2000/2010

UNIDADE	POPULAÇÃO		DESLOCAMENTO				TOTAL
	Frequenta escola	Ocupado	Estudo	Trabalho			
				Outro município	Vários municípios	Total	
2000							
Paraná	100,0	100,0	100,0	-	-	100,0	100,0
RM de Curitiba	29,7	29,6	40,9	-	-	52,2	49,3
RM de Londrina	8,0	8,3	7,9	-	-	8,6	8,5
RM de Maringá	6,6	6,9	7,4	-	-	9,4	8,9
Total RMs	44,3	44,7	56,2	-	-	70,2	66,6
2010							
Paraná	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
RM de Curitiba	31,9	31,7	36,4	53,4	18,2	48,9	45,7
RM de Londrina	7,8	8,2	7,6	7,6	9,0	7,8	7,7
RM de Maringá	6,6	7,2	7,0	9,7	12,8	10,1	9,3
Total RMs	46,4	47,0	51,0	70,8	40,0	66,9	62,7

FONTE: IBGE - Censo Demográfico
Elaboração: IPARDES.

3. Deslocamentos pendulares na RMC

Em 2010, na Região Metropolitana de Curitiba, 2,7 milhões de pessoas estudavam e(ou) trabalhavam, das quais 15,9% (426.342 pessoas) se deslocavam para outro município para realizar essas atividades (Tabela 10.3). O principal motivo para deslocamento está no trabalho: 79 em cada 100 deslocamentos.

A maior parcela dos deslocamentos (74,5%) envolve pessoas residentes em municípios da Área de Concentração de População (ACP),² seguida pelos moradores do polo, que respondem por 19,9% do total dos fluxos da RMC; quando se consideram os municípios individuali-

² Ver delimitação desta unidade no Capítulo I. Curitiba, como polo metropolitano, foi diferenciada na apresentação dos dados.

zados, Curitiba apresenta o maior número de pessoas que se deslocam para outro município, quer para estudo, quer para trabalho, e constitui-se, também, no principal receptor dos fluxos de saídas dos outros municípios da região.

Tabela 10.3 - Número de pessoas que trabalham e (ou) estudam e realizam movimento pendular - RMC - 2010

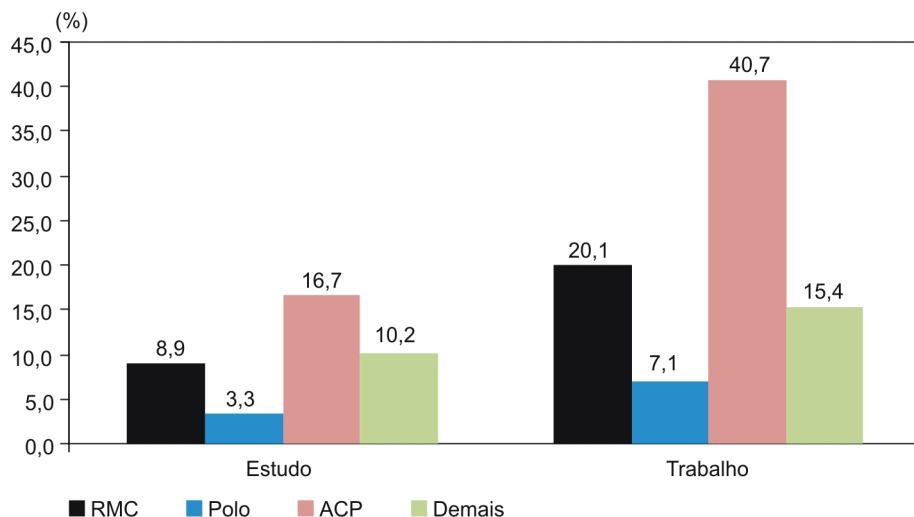
SITUAÇÃO	PESSOAS QUE TRABALHAM E(OU) ESTUDAM		
	Total	Deslocamentos	
		Nº	Distribuição (%)
RMC			
Estuda	991.991	88.596	100,0
Trabalha	1.681.455	337.746	100,0
Total	2.673.446	426.342	100,0
Polo (Curitiba)			
Estuda	543.203	18.043	20,4
Trabalha	947.195	66.897	19,8
Total	1.490.398	84.939	19,9
ACP (exclusive polo)			
Estuda	382.657	63.809	72,0
Trabalha	624.636	254.002	75,2
Total	1.007.293	317.812	74,5
Demais municípios			
Estuda	66.132	6.744	7,6
Trabalha	109.623	16.847	5,0
Total	175.755	23.591	5,5

FONTE: IBGE - Censo Demográfico
Elaboração: IPARDES.

Apesar da relevância dos fluxos relacionados ao município polo, importa verificar o significado da mobilidade pendular para o conjunto de pessoas que estudam e(ou) trabalham nas diversas porções da região, o qual pode ser observado por meio da taxa de mobilidade pendular³. O primeiro aspecto que pode ser destacado é que este tipo de mobilidade é mais relevante para o acesso ao mercado de trabalho; 20,1% das pessoas ocupadas na RMC, em 2010, necessitavam se deslocar para outro município (Gráfico 10.1). Para estudo, a taxa era de 8,9%.

³ A taxa de mobilidade pendular expressa a parcela de um segmento populacional que se desloca para outro município para trabalhar e(ou) estudar; no presente do texto, a taxa é calculada para as pessoas que estudam e que trabalham, sendo expressa pela proporção de pessoas que se desloca em cada grupo.

Gráfico 10.1 - Taxa de mobilidade pendular - RMC - 2010



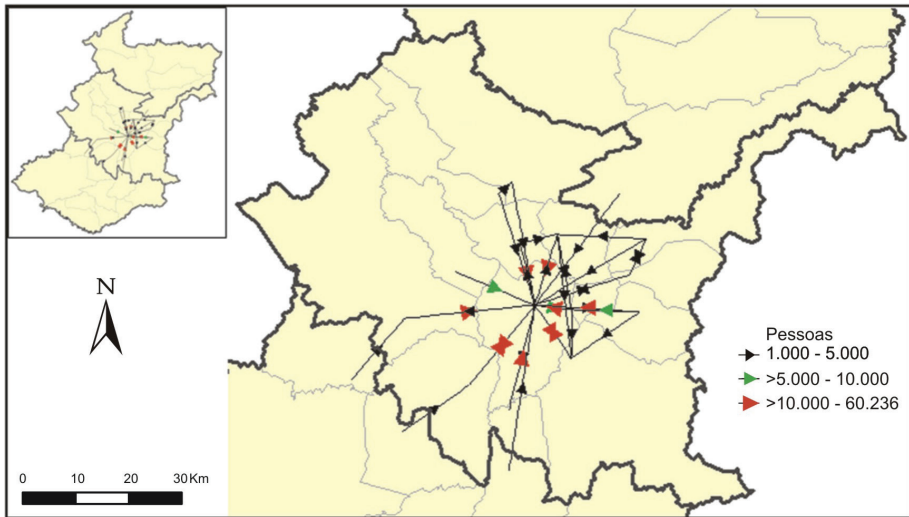
FONTE: IBGE - Censo Demográfico
Elaboração: IPARDES.

São os moradores da ACP que apresentam maior dependência desse tipo de mobilidade, particularmente para o acesso ao trabalho, uma vez que 40,7% dos ocupados desses municípios trabalham em município diferente do de residência. Dos 13 municípios que compõem a ACP, exclusive o polo, oito apresentam taxas de mobilidade para o trabalho superiores a essa: Almirante Tamandaré, Campina Grande do Sul, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Pinhais e Piraquara. A espacialização dos fluxos permite perceber, adicionalmente, que, tanto em relação ao tamanho como em relação ao número de vetores de trocas, as porções leste e norte concentram os fluxos da RMC (Figura 10.1). Araucária e São José dos Pinhais destacam-se por receberem os maiores fluxos com origem no município-polo, mas São José dos Pinhais se diferencia por receber, também, fluxos relevantes de outros municípios, que lhe dão a condição de segunda centralidade na RMC, relativamente a este tipo de mobilidade.

Apesar de os municípios não incluídos na ACP terem pouca expressão em termos de volume, a sua taxa de mobilidade supera à do polo (ver Tabela 10.3 e Gráfico 10.1). Balsa Nova e Contenda se destacam, neste grupo, por taxas elevadas tanto para estudo como para trabalho; para esta última finalidade, destacam-se, também, Bocaíuva do Sul e Mandirituba. Como pode se observar na Figura 10.1, esses

quatro municípios são os únicos a apresentarem fluxos envolvendo mais de 1 mil pessoas, direcionados para a ACP, indicativo de que eles poderão se configurar em novos vetores de expansão física da aglomeração. O município de Rio Negro particulariza-se por apresentar, dentre os municípios fora da ACP, o maior volume de saídas para trabalho e estudo, associado à sua articulação numa aglomeração interestadual, com trocas relevantes com o município de Mafra, em Santa Catarina.

Figura 10.1 - Principais fluxos pendulares para estudo e (ou) trabalho - RMC - 2010

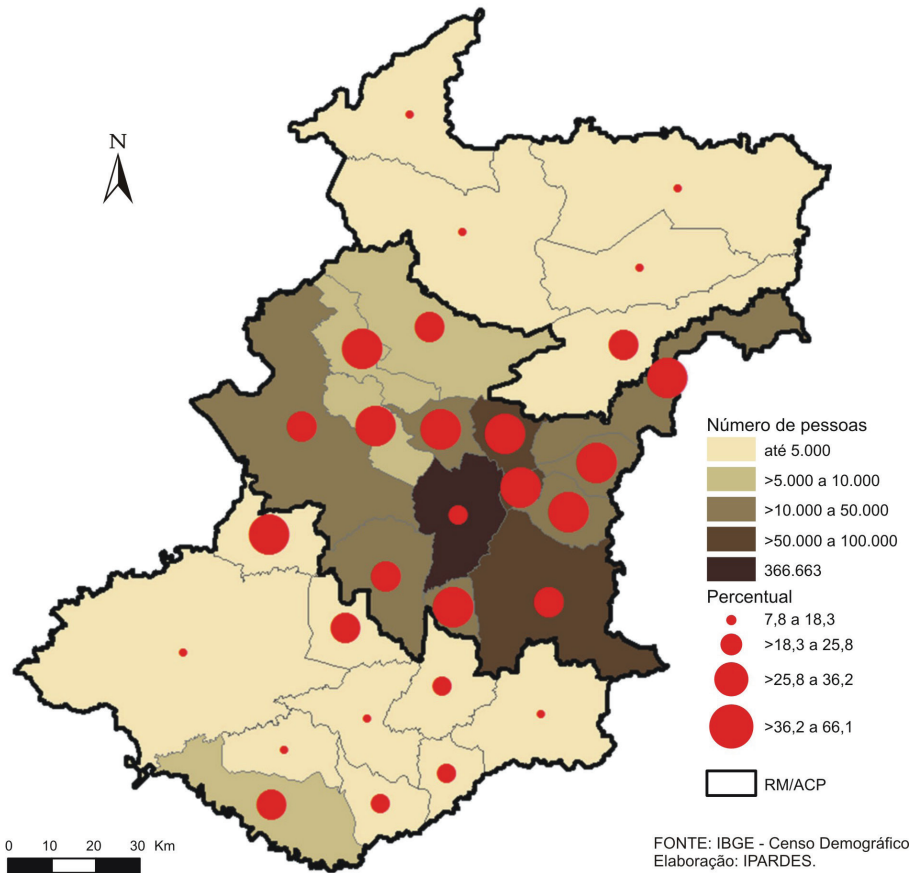


FONTE: IBGE - Censo Demográfico
Elaboração: IPARDES.

Em outro recorte de análise, a comparação entre as classes de tamanho de fluxos – soma das entradas e saídas – e as proporções de pessoas que se deslocam para trabalho e(ou) estudo em relação ao total de pessoas do município que trabalham e estudam revela a intensidade da mobilidade na ACP e as diferentes situações de deslocamentos na RMC (Figura 10.2). Curitiba, com o maior volume de fluxos, tem uma proporção de deslocamentos pequena relativamente à sua população de estudantes e trabalhadores, mas não insignificante, de 24,6%, com o predomínio das entradas. Alguns municípios com pequenos volumes de fluxos têm elevadas proporções de deslocamentos, como Balsa Nova, Campo Magro e Itaperuçu. Outro conjunto de municípios em condição peculiar é o daqueles com volumes e proporções relativamente elevados de deslocamentos, tal como sucede

com Colombo e Pinhais. De modo geral, a proporção elevada é uma manifestação da menor oferta de oportunidades de trabalho e estudo aos próprios residentes do município. Municípios nessas condições formam um desenho circular no entorno de Curitiba, o qual sinaliza uma complementariedade intermunicipal de oferta de atividades de trabalho e educacionais, e de demanda a essas atividades, uma nítida disjunção entre elas e a residência, possíveis de se concretizarem pela elevada mobilidade interna à própria ACP. Outra vez evidenciam-se municípios com proporções elevadas de deslocamentos no entorno externo à ACP, apontando seus vetores de expansão, casos de Balsa Nova, Contenda e Bocaiúva do Sul.

Figura 10.2 - Número de entradas e saídas pendulares e percentual relativamente ao total de pessoas que estudam e (ou) trabalham no município - RMC - 2010



4. As trocas pendulares com o município-polo

Ao serem comparadas as informações de 2010 com as referentes a 2000, observa-se um aumento absoluto dos fluxos em Curitiba, particularmente de saída para trabalho e(ou) estudo em outro município da RMC; enquanto as entradas se ampliaram em cerca de 55%, as saídas tiveram incremento relativo de aproximadamente 165% (Tabela 10.4). Esse crescimento dos fluxos de saída revela um fenômeno importante, que é o fortalecimento de municípios do entorno de Curitiba, que se qualificam em termos de ofertas de trabalho ou opções de estudo, passando a exercer atratividade para a população residente nesse município.

Tabela 10.4 - Deslocamentos para trabalho e (ou) estudo - Curitiba - 2000/2010

PERÍODO	NÚMERO DE PESSOAS QUE TRABALHAM E(OU) ESTUDAM			
	Entradas		Saídas	
	Estudo	Trabalho	Estudo	Trabalho
2000	42.983	148.370	6.743	25.342
2010	66.976	229.224	18.043	66.897
Varição (abs.)	23.993	80.854	11.300	41.555
Varição (%)	55,8	54,5	167,6	164,0

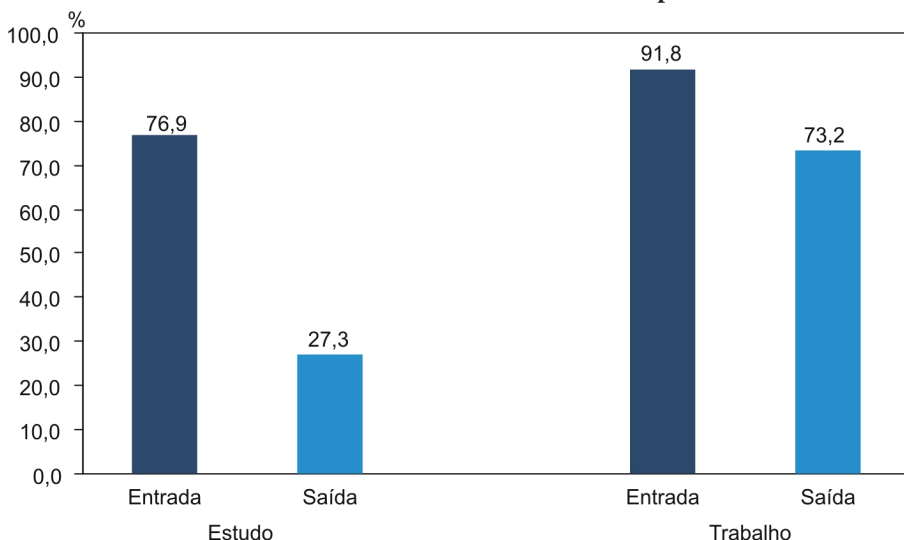
FONTE: IBGE - Censo Demográfico
Elaboração: IPARDES

De um modo geral, as trocas estabelecidas pelo município-polo são realizadas com outros municípios da própria região metropolitana. Essa relação é particularmente aplicável às entradas; em 2010, das entradas para estudo, 76,9% são de pessoas residentes na RMC, percentual que se eleva para 91,8% quando o motivo é o trabalho (Gráfico 10.2). Em relação às saídas, chama atenção o pequeno percentual (27,3%) dos residentes em Curitiba que se deslocam para municípios da RMC, predominando os fluxos para o interior do Estado.

Cintra, Delgado e Moura (2012b) destacaram que, no período 2000/2010, houve um importante aumento dos deslocamentos, relacionando Curitiba e municípios de outros estados, particularmente São Paulo e Santa Catarina. Embora este tipo de troca seja numericamente maior quando o motivo do deslocamento é o tra-

balho (15,8 mil pessoas, entre entradas e saídas), sua importância em termos relativos é maior nos fluxos para estudo: 35,9% dos residentes em Curitiba que saem para estudar dirigem-se a outros estados; 12,5% das entradas para estudo, em Curitiba, vêm de outros estados.

Gráfico 10.2 - Trocas entre Curitiba e demais municípios da RMC - 2010



FONTE: IBGE - Censo Demográfico
Elaboração: IPARDES

Os principais contribuintes da RMC com fluxos para Curitiba em 2010 são os 13 municípios da ACP, além de Mandirituba e Bocaiúva do Sul, todos com mais de mil pessoas (Tabela 10.5). De Colombo entra o maior número de pessoas (60.236), de São José dos Pinhais, Pinhais e de Almirante Tamandaré entram mais de 30 mil. Fazenda Rio Grande, Piraquara, Campo Largo e Araucária contribuem com fluxos entre 10 e 20 mil pessoas.

Os dados apontam para um fortalecimento da dinâmica intrametropolitana, pois aumenta o número de pessoas que se deslocam, assim como o número de municípios que enviam mais de mil pessoas para o polo (Figura 10.3). Nesse caso, passam a se inserir municípios situados fora da ACP, o que sugere expansão física da aglomeração.

Tabela 10.5 - Número de deslocamentos para estudo e trabalho relacionados ao polo, segundo municípios da RMC - 2010

MUNICÍPIO	CURITIBA			
	ESTUDO		TRABALHO	
	Saídas	Entradas	Saídas	Entradas
Total	18.043	66.976	66.897	229.224
RMC	4.917	51.527	48.999	210.533
ACP				
Almirante Tamandaré	268	7.683	1.444	28.416
Araucária	806	1.995	10.825	12.638
Campina Grande do Sul	65	897	576	3.978
Campo Largo	490	3.630	1.366	13.292
Campo Magro	0	1.369	49	6.326
Colombo	479	10.910	4.172	49.326
Fazenda Rio Grande	149	2.016	1.238	17.002
Itaperuçu	0	305	50	3.846
Pinhais	849	7.944	6.970	22.660
Piraquara	44	2.631	1.205	15.445
Quatro Barras	86	615	1.037	1.751
Rio Branco do Sul	0	657	95	3.119
São José dos Pinhais	1.228	8.946	18.180	27.889
DEMAIS MUNICÍPIOS				
Adrianópolis	56	36	30	48
Agudos do Sul	0	82	21	139
Balsa Nova	0	206	145	335
Bocaiúva do Sul	105	227	112	898
Campo do Tenente	0	22	28	48
Cerro Azul	0	117	68	98
Contenda	90	157	39	648
Doutor Ulysses	0	24	0	16
Lapa	83	353	243	510
Mandirituba	10	392	215	1.388
Piên	21	36	68	50
Quitandinha	63	83	87	420
Rio Negro	25	92	37	137
Tijucas do Sul	0	46	187	89
Tunas do Paraná	0	55	69	20

FONTE: IBGE: Censo Demográfico

Elaboração: IPARDES.

Figura 10.3 - Movimento pendular - Principais fluxos de entrada em Curitiba - RMC - 2000/2010

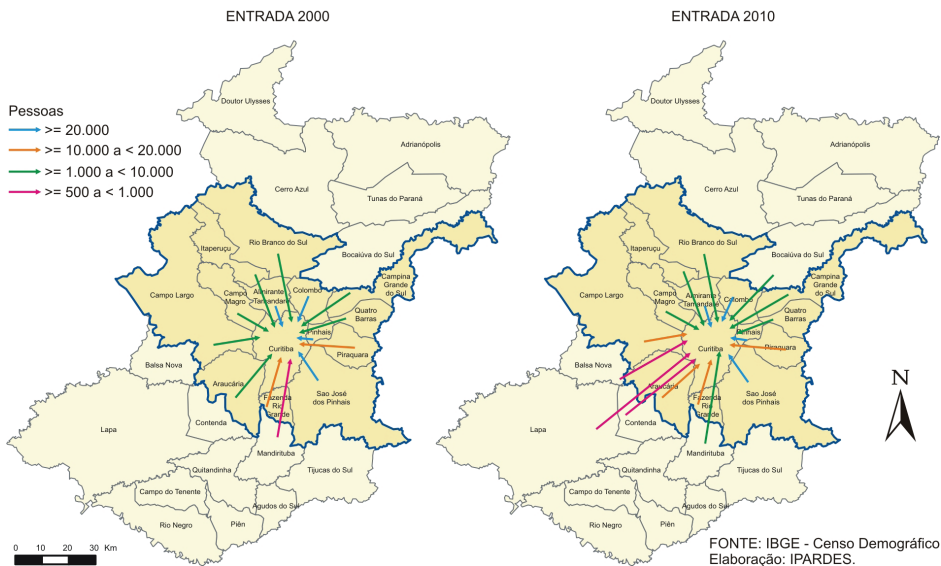
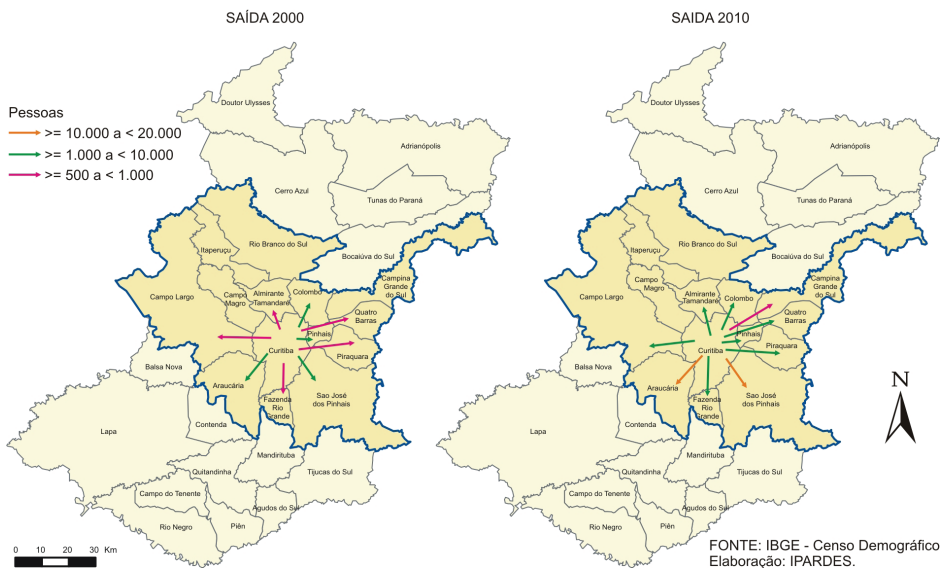


Figura 10.4 - Movimento pendular - Principais fluxos de saída de Curitiba - RMC - 2000/2010



Quanto aos fluxos de saída de Curitiba, as mudanças foram mais contundentes, mais que dobrando na última década (ver Tabela 10.4). Em números absolutos, 53.915 pessoas deixam Curitiba para estudo

e(ou) trabalho em outros municípios da RMC. Os municípios que mais recebem fluxos procedentes de Curitiba correspondem a São José dos Pinhais e Araucária, com respectivamente 19.408 e 11.632 pessoas, Pinhais, com 7.819, e Colombo, com 4.651 pessoas (ver Tabela 10.5; Figura 10.4). Em 2000, apenas quatro municípios do entorno da capital recebiam fluxos de mais de mil pessoas procedentes de Curitiba, total que se amplia, em 2010, para nove, todos localizados na ACP.

Observa-se, com esse comportamento, que houve uma ampliação de opções de trabalho e estudo em municípios da RMC (particularmente da ACP), retirando de Curitiba a primazia dessas ofertas, qualificando funcionalmente o núcleo urbano central da aglomeração metropolitana, agora ampliado, e dotando-o de atividades atrativas à população do polo.

5. Perfil das pessoas ocupadas que realizam deslocamento pendular

Como mencionado anteriormente, 79% das pessoas que se deslocam para outro município o fazem para trabalhar. A RM de Curitiba possuía, em 2010, aproximadamente 1,7 milhões de ocupados, com 20,1% destes trabalhando em outro município; os demais ocupados residem e trabalham no mesmo município, sendo 52,4% no polo e 27,6% em municípios da periferia (Tabela 10.6).

Tabela 10.6 - Número e participação percentual de ocupados residentes em municípios da RMC, segundo tipo de fluxo pendular - 2010

TIPO DE FLUXO	OCUPADOS	
Total de ocupados	1.681.455	100,0
Sem Deslocamento Pendular		
Reside e trabalha no polo	880.299	52,4
Reside e trabalha no mesmo município da periferia	463.410	27,6
Total sem deslocamento pendular	1.343.709	79,9
Com Deslocamento Pendular		
Reside no polo e trabalha em vários municípios	7.408	0,4
Reside em município da periferia e trabalha em vários municípios	8.534	0,5
Reside no polo e trabalha em outro município da RM	48.999	2,9
Reside em município da periferia e trabalha no polo	210.533	12,5
Reside em município da periferia e trabalha em outro município da periferia	42.192	2,5
Reside na RM e trabalha em outro município do PR, fora da respectiva RM	5.811	0,3
Reside na RM e trabalha em outra UF ou País	12.491	0,7
Reside na RM e trabalha em município ignorado	1.777	0,1
Total com deslocamento pendular	337.746	20,1

FONTES: IBGE - Censo Demográfico
Elaboração: IPARDES.

Na RMC, a maioria dos deslocamentos destina-se ao polo, mas é importante destacar que os dois tipos de fluxos dirigidos para municípios periféricos⁴ (polo→periferia e periferia→periferia) reúnem 91,2 mil pessoas, representando 27% do total de pessoas com deslocamento. Há outro conjunto menor de ocupados que trabalham em “vários municípios”, podendo-se supor, pelas características de suas atividades – como, por exemplo, aquelas ligadas à construção civil ou aos serviços de apoio à produção – que parcela expressiva deles se desloca no próprio aglomerado metropolitano.

Diante dessa diversificação dos fluxos intrametropolitanos, esboçou-se um perfil dos ocupados considerando os diversos destinos no território metropolitano.

5.1. Sexo e idade

Do total de ocupados na RMC, 55,2% são do sexo masculino e essa maior participação de homens se acentua entre os ocupados que trabalham em município diferente do de residência. A participação mais equilibrada por sexo se dá entre os residentes e ocupados no polo (Tabela 10.7).

Tabela 10.7 - Distribuição dos fluxos pendulares, por sexo, segundo tipo de fluxo - RMC - 2010

TIPO DE FLUXO	MASCULINO (%)	FEMININO (%)
Total de ocupados	55,2	44,8
Sem Deslocamento Pendular		
Reside e trabalha no polo	52,1	47,9
Reside e trabalha no mesmo município da periferia	57,5	42,5
Com Deslocamento Pendular		
Reside no polo e trabalha em vários municípios	80,9	19,1
Reside em município da periferia e trabalha em vários municípios	86,3	13,7
Reside no polo e trabalha em outro município da RM	68,1	31,9
Reside em município da periferia e trabalha no polo	52,9	47,1
Reside em município da periferia e trabalha em outro município da periferia	71,9	28,1
Reside na RM e trabalha em outro município do PR, fora da respectiva RM	74,7	25,3
Reside na RM e trabalha em outra UF ou País	78,8	21,2
Reside na RM e trabalha em município ignorado	66,1	33,9

FONTE: IBGE - Censo Demográfico
Elaboração: IPARDES.

São majoritariamente masculinos – superiores a 75% – os fluxos para vários municípios, tanto a partir do polo quanto dos periféricos, assim como os que se destinam a outras UFs ou países.

⁴ São considerados “periféricos” todos os municípios da RM, exceto o polo.

Outros fluxos contabilizam proporções elevadas do sexo masculino – de 60% a 75% –, casos dos que residem no polo ou na periferia e trabalham em município periférico da própria RM; ou em outro município do Paraná, fora da RM. Ficam abaixo de 60%, porém com predomínio masculino, os fluxos de residentes de municípios periféricos que se ocupam nos polos; destaque-se que a maior presença feminina neste tipo de fluxo associa-se em boa medida ao trabalho doméstico, conforme será apontado no item relacionado ao tipo de atividades.

Os jovens (até 24 anos) representam 19,8% dos ocupados na RMC, mas essa participação é ligeiramente superior entre os jovens residentes em municípios periféricos, para os diversos fluxos com origem nesses municípios, fato que pode estar associado ao perfil etário mais jovem das populações residentes na periferia metropolitana (Tabela 10.8).

A população entre 25 e 39 anos representa 40,7% do total de ocupados, participação que se acentua principalmente nos fluxos dirigidos para municípios periféricos (polo → periferia e periferia → periferia). Os mais idosos (40 anos e mais) estão sobrerrepresentados nos deslocamentos para “vários municípios” e para “fora da RM” (interior do Paraná ou outras UFs/País).

Tabela 10.8 - Distribuição dos fluxos pendulares, por faixa etária, segundo tipo de fluxo - RMC - 2010

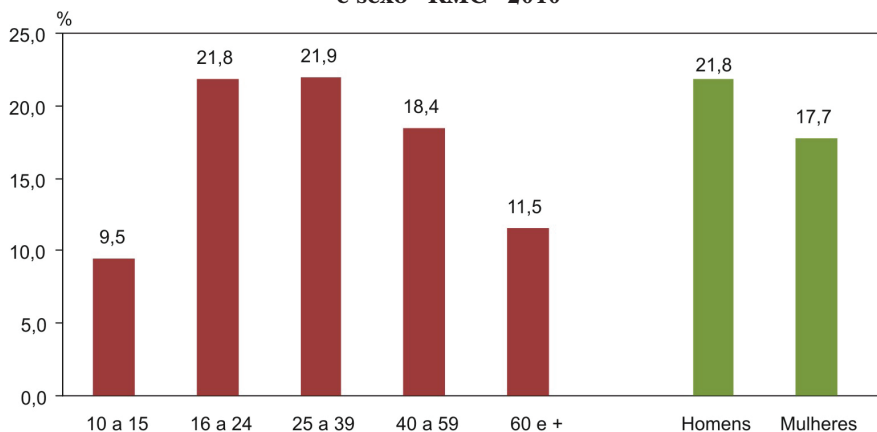
TIPO DE FLUXO	FAIXA ETÁRIA				
	10 a 15 anos	16 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos e mais
Total de ocupados	1,3	18,4	40,7	34,1	5,4
Sem Deslocamento Pendular					
Reside e trabalha no polo	1,1	17,2	40,1	35,5	6,1
Reside e trabalha no mesmo município da periferia	2,3	19,5	39,0	33,3	5,8
Com Deslocamento Pendular					
Reside no polo e trabalha em vários municípios	0,0	4,0	43,6	44,8	7,6
Reside em município da periferia e trabalha em vários municípios	0,7	10,6	42,4	41,9	4,4
Reside no polo e trabalha em outro município da RM	0,4	16,0	47,9	32,2	3,5
Reside em município da periferia e trabalha no polo	0,7	22,1	44,2	30,3	2,6
Reside em município da periferia e trabalha em outro município da periferia	0,5	22,4	48,7	26,5	1,9
Reside na RM e trabalha em outro município do PR, fora da respectiva RM	0,6	13,6	30,9	43,0	12,0
Reside na RM e trabalha em outra UF ou País	0,4	14,2	35,6	42,9	6,9
Reside na RM e trabalha em município ignorado	0,9	12,0	40,7	41,5	4,9

FONTE: IBGE - Censo Demográfico
Elaboração: IPARDES.

Em síntese, mais homens se deslocam para o trabalho e, no caso dos deslocamentos femininos, esses se dão fundamentalmente no sen-

tido periferia/polo. O grupo etário de 25 a 39 anos é o que concentra a maior parcela de pessoas que realizam movimento pendular, porém sua taxa de mobilidade pendular é praticamente igual à do grupo de jovens com 16 a 24 anos de idade – de cada 100 ocupados nestes grupos, 22 se deslocam para trabalhar em outro município (Gráfico 10.3). As faixas etárias mais jovens se deslocam em maior proporção dos municípios periféricos para o polo ou outro periférico, fato que pode estar associado ao perfil mais jovem das populações residentes nesses municípios, além da falta de oportunidades de trabalho nos seus municípios de residência. Por fim, os idosos têm maior peso em movimentos para fora das RMs, inclusive para outras UFs/País, e nos fluxos relacionados ao trabalho em vários municípios.

Gráfico 10.3 - Taxa de mobilidade pendular, segundo grupo etário e sexo - RMC - 2010



FONTES: IBGE - Censo Demográfico
Elaboração: IPARDES.

5.2. Rendimento médio por tipo de fluxo

A principal faixa de rendimentos é a de 1 a 3 salários mínimos (s.m.), independentemente do tipo de deslocamento; mais de 60% dos ocupados têm rendimento do trabalho nesta faixa. Apesar deste predomínio, há algumas diferenças na distribuição por faixa de renda quando se consideram os tipos de deslocamento.

Pessoas com maior rendimento (considerando as duas faixas de renda acima de 5 salários) destacam-se em quatro tipos de fluxos: do polo para outro município da RM; do polo para vários municípios; e nos dois fluxos com saídas para fora da RM – para outro município do

Estado e para outra UF/País. Na RM de Curitiba, a participação deste grupo de maior renda, nessas modalidades de deslocamento, varia de 29,9% a 46,4% dos ocupados (Tabela 10.9).

Tabela 10.9 - Classes de rendimento do trabalho, segundo tipo de fluxo pendular - RMC - 2010

TIPO DE FLUXO	RENDA DE TODOS OS TRABALHOS (em salário mínimo)					
	Sem remuneração	< 1	1 a < 3	3 a < 5	5 a <10	>= 10
Total de ocupados	2,70	9,24	61,58	12,39	9,57	4,52
Sem Deslocamento Pendular						
Reside e trabalha no polo	1,91	7,46	57,03	14,20	12,89	6,52
Reside e trabalha no mesmo município da periferia	5,81	14,82	65,50	8,54	4,25	1,08
Com Deslocamento Pendular						
Reside no polo e trabalha em vários municípios	0,49	1,79	27,61	23,68	21,64	24,78
Reside em município da periferia e trabalha em vários mun.	0,88	7,07	53,57	21,16	11,58	5,74
Reside no polo e trabalha em outro município da RM	0,92	2,06	46,37	20,73	18,70	11,22
Reside em município da periferia e trabalha no polo	0,25	7,71	75,95	10,23	4,77	1,08
Reside em município da periferia e trabalha em outro município da periferia	0,56	5,08	73,97	12,68	6,17	1,55
Reside na RM e trabalha em outro município do PR, fora da respectiva RM	2,65	4,41	46,55	13,68	18,80	13,90
Reside na RM e trabalha em outra UF ou País	1,09	4,26	44,77	16,18	17,29	16,40
Reside na RM e trabalha em município ignorado	0,76	3,32	64,41	17,44	9,47	4,58

FONTE: IBGE - Censo Demográfico
Elaboração: IPARDES

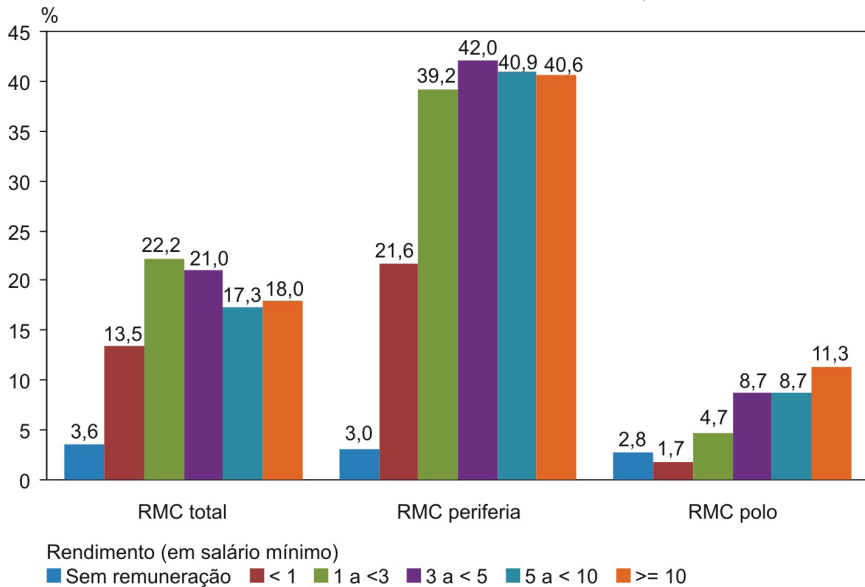
Entre os residentes em municípios periféricos, as pessoas com rendimentos mais elevados só têm participação expressiva em um tipo de fluxo: aquele no qual as pessoas se deslocam para vários municípios. Como já mencionado anteriormente, independente do local de moradia, as pessoas com trabalho em vários municípios parecem conformar um grupo bem específico de ocupados.

Outro aspecto que chama atenção é a participação reduzida de trabalhadores sem rendimento ou abaixo de um salário mínimo nos deslocamentos intermunicipais. Essas duas condições de renda representam 11,9% na RMC, mas em nenhum dos fluxos pendulares sua participação excede a 8%. Na realidade, pessoas com essa condição de renda têm maior peso entre os ocupados que trabalham no próprio município de residência, seja este o polo, seja outro município da RM.

Essa menor mobilidade dos ocupados de menor rendimento é confirmada ao serem observadas as taxas de mobilidade por faixa de renda (Gráfico 10.4). Destaque-se que quando se consideram os ocupados residentes no polo metropolitano, verifica-se um padrão em que a taxa se eleva conforme aumenta a faixa de renda. Entre os residentes nos municípios periféricos, a taxa aumenta até a faixa de 1 a 3 salários,

atingindo um patamar que se mantém nas faixas superiores de renda. Adicionalmente, verifica-se que para todas as faixas de renda, as taxas de mobilidade são maiores para os residentes nas periferias, atingindo valores próximos a 40%.

Gráfico 10.4 - Taxas de mobilidade pendular, segundo faixas de renda do trabalho e local de residência - RMC - 2010



FONTE: IBGE - Censo Demográfico

Elaboração: IPARDES.

5.3. Condição da ocupação e setor de atividade

Os trabalhadores com carteira assinada correspondem a 58,2% do total de ocupados, reunindo 977,9 mil trabalhadores. A segunda categoria é a dos trabalhadores por conta própria, que reúne aproximadamente 20% dos ocupados da RMC (Tabela 10.10).

Essa distribuição se altera substancialmente quando se analisam os tipos de fluxos. Os trabalhadores com carteira assinada têm sua participação ampliada nos deslocamentos pendulares que se dão dentro da RMC, independente do local de residência. Na RMC, a participação desses trabalhadores nos movimentos intrametropolitanos é superior a 70% nos três tipos de deslocamento (polo → periferia; periferia → polo e periferia → periferia).

Em relação aos fluxos para vários municípios, são os trabalhadores por conta própria que se destacam, chegando a mais de 45% entre

os residentes em município da periferia que trabalham em vários municípios. Empregadores, embora com peso menor, têm neste tipo de fluxo sua participação mais acentuada.

Os assalariados com carteira assinada constituem a única posição na ocupação com taxa de mobilidade (24,7%) acima da verificada para o total de ocupados (Tabela 10.11). Por outro lado, os trabalhadores não remunerados e na produção para o próprio consumo apresentam taxas reduzidas de mobilidade, inferior a 5%.

Tabela 10.10 - Distribuição percentual dos ocupados segundo tipo de fluxo pendular e posição na ocupação - RMC - 2010

TIPO DE FLUXO	POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL							Total
	Empregados com carteira de trabalho assinada	Militares e funcionários públicos estatutários	Empregados sem carteira de trabalho assinada	Conta própria	Empregadores	Não remunerados	Trabalhadores na produção para o próprio consumo	
Total de ocupados	58,2	4,2	12,4	20,0	2,9	1,3	1,0	100,0
Sem Deslocamento Pendular								
Reside e trabalha no polo	57,4	4,9	11,5	20,7	3,9	1,3	0,3	100,0
Reside e trabalha no mesmo município da periferia	49,9	3,3	14,6	25,4	1,7	2,0	3,0	100,0
Com Deslocamento Pendular								
Reside no polo e trabalha em vários municípios	39,7	3,9	9,6	37,6	8,6	0,0	0,5	100,0
Reside em município da periferia e trabalha em vários municípios	34,6	1,9	14,9	45,5	2,3	0,5	0,3	100,0
Reside no polo e trabalha em outro município da RM	73,4	8,2	6,0	7,2	4,5	0,3	0,4	100,0
Reside em município da periferia e trabalha no polo	73,8	2,5	13,3	9,4	0,8	0,1	0,1	100,0
Reside em município da periferia e trabalha em outro município da periferia	77,1	3,9	8,6	8,5	1,3	0,2	0,3	100,0
Reside na RM e trabalha em outro município do PR, fora da respectiva RM	49,8	10,4	12,1	17,8	7,6	0,5	1,8	100,0
Reside na RM e trabalha em outra UF ou País	60,8	4,6	11,9	17,1	4,9	0,1	0,6	100,0
Reside na RM e trabalha em município ignorado	70,7	5,1	8,9	14,1	0,5	0,7	0,1	100,0

Fonte: IBGE - Censo Demográfico
Elaboração: IPARDES.

Quatro agrupamentos de atividades são os principais demandantes de trabalhadores: o comércio, a indústria de transformação e, no setor de serviços, as atividades de apoio à produção – transportes, comunicação, financeiros, engenharia, informática, dentre outros – e as de natureza pública – administração, educação, saúde e serviços sociais (Tabela 10.12).

Os serviços de apoio à produção têm participação expressiva (19,3%) na RMC e estão fortemente representados nos fluxos direcionados a vários municípios, tanto por residentes com origem no polo quanto nos periféricos. Eles também se destacam naqueles fluxos com origem na RM para outros municípios do estado ou outra UF/País. Esse desempenho deve decorrer da própria natureza de muitas atividades que compõem esse agrupamento, relacionado ao atendimento de empresas, em locais diversos. Essa característica também se aplica a algumas atividades do comércio, que têm importante peso neste tipo de

fluxo. Ainda em relação ao comércio, esta é a segunda atividade para aqueles que moram e trabalham no polo. Os serviços de natureza pública superam 20% dos ocupados nos fluxos dos que deixam municípios da RMC para exercer atividade em outros municípios do Paraná.

Tabela 10.11 - Taxa de mobilidade pendular, segundo posição na ocupação e setor de atividade - RMC - 2010

POSIÇÃO E ATIVIDADE	TAXA DE MOBILIDADE (%)
Posição na ocupação	
Empregados com carteira de trabalho assinada	24,7
Militares e funcionários públicos estatutários	17,8
Empregados sem carteira de trabalho assinada	18,7
Conta própria	11,0
Empregadores	13,1
Não remunerados	2,1
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	4,9
Atividade	
Agricultura	6,5
Indústria - transformação	22,9
Indústria - construção civil	26,6
Indústria - outras atividades	22,8
Comércio	17,1
Serviços - de apoio à produção	22,0
Serviços - de natureza pública	17,8
Serviços - outros	18,8
Serviços - domésticos	27,3
Outros	17,9
Total	20,1

FONTE: IBGE - Censo Demográfico
Elaboração: IPARDES.

A indústria de transformação tem as maiores proporções nos fluxos destinados a municípios periféricos, tanto naqueles com origem no polo como naqueles oriundos de outros municípios periféricos. A indústria, nesses dois tipos de fluxos, representa quase 1/3 dos ocupados que trabalham em municípios periféricos. Além disso, a indústria

de transformação é o agrupamento com o maior número de ocupados entre aqueles que residem e trabalham no mesmo município, nas periferias metropolitanas.

Tabela 10.12 - Distribuição percentual dos ocupados, segundo tipo de fluxo pendular e setor de atividade - RMC - 2010

TIPO DE FLUXO	SETOR DE ATIVIDADE										
	Agricultura	Indústria			Comércio	Serviços				Outra	Total
		Transf.	Const. Civil	Outra		Apoio Prod.	Nat. Publ.	Outro	Domést.		
Total de ocupados	4,4	14,2	7,5	1,6	17,6	19,3	14,1	7,7	5,6	8,0	100,0
Sem Deslocamento Pendular											
Reside e trabalha no polo	0,7	11,9	5,8	1,5	19,2	22,6	16,7	8,5	4,8	8,4	100,0
Reside e trabalha no mesmo município da periferia	13,6	17,3	9,1	1,8	16,3	11,7	10,3	6,6	5,6	7,8	100,0
Com Deslocamento Pendular											
Reside no polo e trabalha em vários municípios	1,3	9,8	7,4	1,3	15,2	35,9	12,6	5,2	1,1	10,3	100,0
Reside em município da periferia e trabalha em vários municípios	2,9	6,5	16,9	1,1	13,2	40,4	6,0	3,9	2,9	6,1	100,0
Reside no polo e trabalha em outro município da RM	1,8	32,3	5,4	4,2	12,2	15,3	16,9	3,2	0,5	8,0	100,0
Reside em município da periferia e trabalha no polo	0,5	10,3	10,7	1,1	16,3	22,2	11,8	9,2	11,4	6,5	100,0
Reside em município da periferia e trabalha em outro município da periferia	3,0	31,7	10,0	2,8	13,4	14,6	11,1	4,2	2,1	7,0	100,0
Reside na RM e trabalha em outro município do PR, fora da respectiva RM	11,7	8,8	9,3	1,8	12,6	21,1	20,5	4,8	1,1	8,4	100,0
Reside na RM e trabalha em outra UF ou País	4,1	15,5	13,7	3,2	10,5	26,1	11,4	4,3	1,5	9,7	100,0
Reside na RM e trabalha em município ignorado	2,6	16,7	7,2	0,7	9,5	23,8	14,6	5,6	6,3	12,9	100,0

FONTE: IBGE - Censo Demográfico
Elaboração: IPARDES.

Há três agrupamentos – agricultura, indústria da construção e serviços domésticos – que têm em comum o fato de a maior parcela de seus trabalhadores residir em municípios periféricos. Cada um desses agrupamentos representa entre 4% e 8% do total dos ocupados na RMC e os fluxos em que são relevantes têm origem nesses municípios. O que os diferencia é que a participação dos serviços domésticos se mostra elevada apenas no fluxo periferia/polo; a agricultura se destaca nos fluxos para o interior do Estado ou dentre aqueles que residem e trabalham no mesmo município da periferia; a construção civil se destaca nos fluxos para o interior do Estado ou para vários municípios, neste caso muito provavelmente no âmbito da própria RMC.

Quando se avalia a taxa de mobilidade pendular por agrupamento de atividades, verifica-se que a menor mobilidade se dá para os ocu-

pados na agropecuária (6,5%) e as taxas mais elevadas relacionam-se à construção civil (26,6%) e aos serviços domésticos (27,3%).

6. Mobilidade dos ocupados e tipologia socioespacial

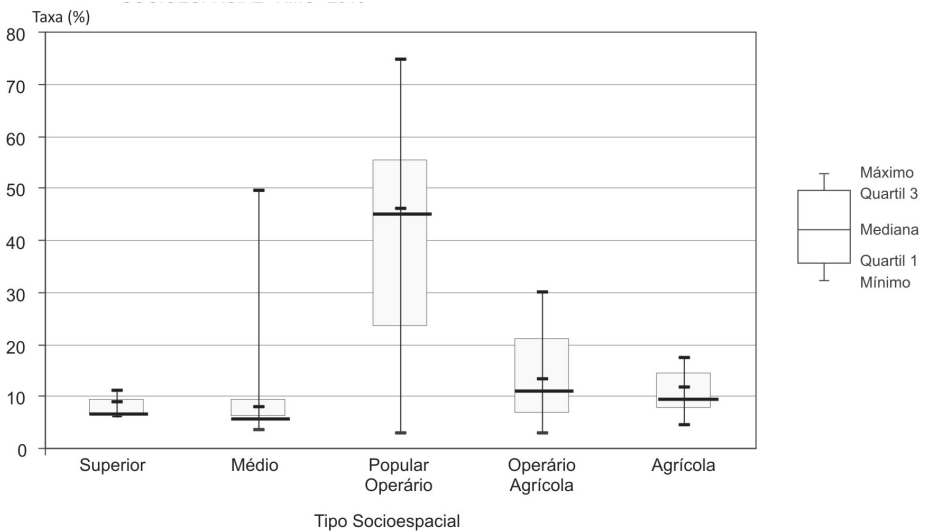
O perfil traçado tem por referência alguns atributos pessoais e algumas características da ocupação das pessoas, os quais já permitiram verificar importantes diferenças sociais associadas à mobilidade pendular no território metropolitano. Porém, mais que resultado desses atributos ou características, essas diferenças relacionam-se aos processos de organização social do território metropolitano, como expressão “da relação entre os diferentes agentes e classes sociais que estabelecem proximidades ou distanciamentos uns em relação aos outros no espaço geográfico por decorrência da proximidade ou distância existente no espaço social” (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013).

Para propiciar a apreensão desses processos nas regiões metropolitanas brasileiras, o Observatório das Metrôpoles desenvolveu uma metodologia para a análise, em espaços urbanos, dos fenômenos de diferenciação, segmentação e segregação socioterritorial e sua relação com as desigualdades e as interações sociais. Esta metodologia compreende o desenvolvimento de dois instrumentos de análise: um sistema de classificação sócio-ocupacional que permite uma aproximação com a estratificação social das regiões metropolitanas e uma tipologia socioespacial que procura apreender a distribuição dos grupos sociais no espaço metropolitano, a partir da aplicação de técnicas de análise multivariada (fatorial por correspondência e cluster) ao perfil sócio-ocupacional dos ocupados residentes nas diversas unidades espaciais intrametropolitanas. Para esta análise são utilizados dados do Censo Demográfico em um nível de desagregação inferior ao município, sempre que o tamanho da amostra municipal o permita; unidades estas chamadas de “áreas de ponderação” e que constituem agregados de setores censitários. O objetivo da tipologia é, pois, identificar áreas com certa homogeneidade em termos de sua composição social e a denominação de cada tipo socioespacial relaciona-se às categorias sócio-ocupacionais que se sobressaem em cada conjunto homogêneo de áreas⁵.

⁵ Sobre a tipologia socioespacial como instrumento de aproximação empírica à organização social do território, ver RIBEIRO; RIBEIRO (2013); sua aplicação à RMC corresponde ao conteúdo do capítulo 4, deste livro.

Como pode ser observado, valendo-se da tipologia socioespacial definida para a RMC, nas áreas de tipo superior, todas localizadas no município-polo, as taxas de mobilidade pendular situam-se próximas a 10% (Gráfico 10.5). Entre as unidades de tipo médio é possível diferenciar duas situações: as unidades localizadas em Curitiba têm taxas similares às observadas no tipo superior; aquelas em outros municípios apresentam taxas mais elevadas, dentre as quais duas unidades, no município de Pinhais, apresentam taxas superiores a 40%.

Gráfico 10.5 - Taxa de mobilidade pendular entre as unidades intramunicipais, segundo tipologia socioespacial - RMC - 2010



FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: (1) Correspondem às áreas de ponderação da amostra definidas pelo IBGE.

Elaboração: IPARDES.

O tipo popular reúne a maior parcela (42%) das unidades intramunicipais da RMC. Como se observa no Gráfico 10.5, neste tipo verifica-se a maior amplitude, com taxas variando entre 2,9% e 74,6%. Entretanto, este é o tipo socioespacial com as parcelas mais elevadas de residentes necessitando se deslocar para outro município para trabalhar; tomando-se como referência o primeiro quartil, três em cada quatro unidades possuem taxas acima de 23,5%. Todas as unidades deste tipo localizadas em Curitiba têm taxas inferiores a 10%. As 13 unidades com maiores taxas de mobilidade (acima do terceiro quartil – 55,3%) concentram-se nos municípios de Colombo (6 unidades) e

Almirante Tamandaré (3), com Piraquara, Campo Largo e Fazenda Rio Grande completando este grupo, com uma unidade cada.

Os outros dois tipos correspondem a unidades espaciais localizadas fora do município-polo, a maioria fora da ACP (15 unidades, em um total de 18), nas quais é relevante a participação de pessoas vinculadas à atividade agropecuária no conjunto dos ocupados, para as quais se espera uma menor taxa de mobilidade, uma vez que, em muitos casos, as pessoas moram no próprio estabelecimento rural. Mesmo assim, o que se observa é que as unidades de tipo popular-agrícola apresentam taxas maiores, principalmente quando estão localizadas na ACP ou no seu entorno imediato, caso daquelas localizadas nos municípios de Rio Branco do Sul, Bocaiúva do Sul, Contenda e Mandirituba.

O que se depreende dessas informações é que, independente do tipo socioespacial, a taxa é sempre mais baixa quando a unidade se localiza no município-polo, o que de certo modo é esperado, dado que o mesmo concentra a maioria das oportunidades de trabalho na região. Mas observa-se, também, que há diferenças importantes relacionadas à categoria social dos ocupados, com aqueles classificados como populares, tendendo a apresentar taxas mais elevadas de mobilidade pendular.

Sob este aspecto, é importante destacar que a dinâmica de expansão da Região Metropolitana tem se caracterizado pela seletividade que marca o crescimento de Curitiba, implicando o deslocamento das categorias populares para fora do município-polo. É este processo que torna a questão da mobilidade uma das facetas das desigualdades sociais que marca o território metropolitano, pois morar fora do polo e arcar com os custos da distância passam a ser uma imposição a determinados grupos sociais. Se, por um lado, a mobilidade garante acesso a melhores oportunidades de trabalho (DELGADO; MOURA; CINTRA, 2013), por outro, as condições de transporte e tempo de deslocamento se colocam como um ônus para essa população.⁶

⁶ Há, na RMC, uma tendência recente, mas incipiente, de mudança de segmentos das classes média e alta para residir em municípios periféricos; neste caso, porém, o ônus do tempo de deslocamento é compensado por outras amenidades que caracterizam o padrão habitacional destes grupos sociais, ao contrário do verificado entre os segmentos populares.

7. Considerações finais

Os movimentos pendulares para trabalho e estudo em município que não o de residência, no Paraná, avolumaram-se – em número de pessoas e na proporção dessas sobre o total de ocupados e estudantes – substancialmente durante a última década, particularmente em algumas espacialidades, como as regiões metropolitanas institucionalizadas até a data do Censo. As regiões metropolitanas de Curitiba, Londrina e Maringá totalizam mais de 60% do total de fluxos do Estado. Mesmo assim, apesar do incremento de pessoas em movimento nessas regiões, entre 2000 e 2010, houve um decréscimo em termos relativos na participação dessas regiões no total estadual, evidenciando uma intensificação dos deslocamentos entre outros municípios paranaenses. De modo geral, houve um aumento da mobilidade associada à configuração de mercados regionais de trabalho e motivada pela crescente demanda por níveis mais elevados de ensino, em particular de nível técnico e superior, o que aponta para a mobilidade pendular como uma via relevante para o acesso à escola e ao trabalho.

A RMC tem 16% de sua população que estuda e trabalha realizando movimento pendular para essas atividades. O trabalho é o principal motivo do deslocamento para 79% dessas pessoas. A região apresenta a maior taxa de pendularidade para trabalho (20,1%) entre as regiões metropolitanas paranaenses, registra maior complexidade de fluxos, com as maiores taxas relativas aos três tipos intrametropolitanos – polo-periferia; periferia-polo e periferia-periferia – e com vários municípios realizando relevantes fluxos multidirecionais.

Os moradores da ACP respondem pelos maiores volumes de fluxos, distinguindo esse recorte no interior do território metropolitano. Porém, os municípios não inseridos na ACP, mesmo com volumes pouco significativos, apresentam a taxa de mobilidade superior à do polo. Entre eles, destacam-se alguns municípios limítrofes à ACP, como Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Contenda e Mandirituba, cujos fluxos sinalizam estarem eles nos vetores de expansão física da aglomeração. Destaca-se ainda Rio Negro, com maior mobilidade devida à sua inserção na aglomeração urbana interestadual com Mafra-SC.

É relevante a elevação de fluxos de saída de Curitiba, para trabalho e estudo em outro município da região metropolitana, sendo relativamente três vezes superior à elevação nos fluxos de entrada. Pode-se pressupor que houve maior dotação de oportunidades nos municípios

do entorno do polo no que concerne, fundamentalmente, à oferta de trabalho. Os aumentos dos fluxos de pessoas, dos municípios envolvidos e a diversificação das direções dos deslocamentos apontam para o fortalecimento da dinâmica metropolitana na última década.

Algumas características sintetizam o perfil das pessoas que realizam movimentos pendulares na RMC. Os homens são maioria no mercado de trabalho da RM e essa participação se torna mais elevada entre aqueles que realizam deslocamentos pendulares. A participação masculina é inferior a 60% apenas nos fluxos de moradores da periferia que trabalham no polo, devido à importância que as trabalhadoras domésticas têm neste tipo de movimento.

A maior parcela da população ocupada na RMC tem idade entre 25 e 39 anos, grupo etário que apresenta, também, a maior taxa de mobilidade – de cada 100 pessoas deste grupo, 21 trabalham em município que não o de residência. Os jovens (10 a 24 anos) têm sua participação mais relevante relacionada aos fluxos de moradores em município periférico que trabalham no polo ou em outro município da periferia metropolitana. Os idosos (40 ou mais anos) se destacam naqueles fluxos para município externo à RMC ou para vários municípios.

Quando se considera o rendimento dos ocupados, observa-se que as menores taxas de mobilidade são observadas entre os trabalhadores de menor renda (menos de 1 salário mínimo); de certo modo, este fato chama atenção para a importância que a mobilidade adquire nas aglomerações urbanas para o acesso a melhores oportunidades de trabalho. Ressalte-se, porém, que um estudo complementar desta relação se faz necessário, para testar até que ponto a baixa remuneração não está associada, também, a tipos específicos de atividades, como o trabalho agrícola, que ainda tem importância em vários dos municípios que compõem a RM.

No polo a taxa de mobilidade pendular aumenta continuamente conforme aumenta o rendimento do trabalho. Esta correlação positiva entre renda e pendularidade não se reproduz perfeitamente nos municípios periféricos, embora valha para as periferias metropolitanas a observação de que os ocupados de menor rendimento apresentam as menores taxas de mobilidade.

Quanto à condição de ocupação, os empregados com carteira de trabalho assinada são o principal grupo de trabalhadores da RMC e sua participação se sobressai ainda mais nos fluxos de deslocamento intrametropolitano; ou seja, entre os fluxos para trabalho no interior

da RMC, mais de 2/3 são realizados por pessoas com relação formalizada de trabalho. Observa-se, novamente, indicação de uma relação positiva entre mobilidade e melhores oportunidades de trabalho.

Três grupos de atividades – indústria de transformação, comércio e serviços de apoio à produção – se destacam na absorção de mão de obra, sendo os serviços de apoio o maior demandante de mão de obra na RM de Curitiba. Este tipo de serviço se destaca nos fluxos de deslocamento para vários municípios e para fora da RM, o que parece evidenciar uma articulação produtiva para além dos limites metropolitanos.

Não há muita variação nas taxas de mobilidade pendular das pessoas ocupadas em atividades comerciais segundo os tipos de fluxos; entretanto, cabe destacar que essas atividades têm sua participação sobrelevada no caso dos ocupados que residem e trabalham no polo metropolitano.

A indústria de transformação tem um papel de destaque na periferia da RMC. O principal contingente de ocupados que moram no polo e trabalham na periferia é ligado a esse setor produtivo. O mesmo se dá entre aqueles que residem na periferia e trabalham em outro município periférico. E ainda, esta é a principal atividade entre aqueles que moram e trabalham no mesmo município, na periferia metropolitana.

Por fim, há três atividades – agricultura, construção civil e serviços domésticos – cujos contingentes residem, em sua maioria, nos municípios periféricos. Enquanto a agricultura se destaca nos fluxos que envolvem a própria periferia ou municípios de fora da RMC, o trabalho doméstico se destaca no fluxo periferia-polo e a construção civil apresenta um padrão mais diversificado, com deslocamentos para o polo, para outro município periférico e para fora da RMC.

As diferenças sociais associadas à mobilidade pendular na RMC, quando relacionadas aos processos de organização social do território metropolitano, apontam que, independentemente do tipo socioespacial, as unidades espaciais do município-polo apresentam as menores taxas de mobilidade, pela concentração da oferta de condições de trabalho e estudo. As unidades tipificadas como populares registram as taxas mais elevadas, o que se deve ao deslocamento dessas categorias populacionais para fora do município-polo, expressando a seletividade e a desigualdade que marcam a produção do espaço metropolitano.

Conclui-se que as aglomerações urbanas/metropolitanas são, de

modo geral, espaços em movimento, com fluxos de pessoas e mercadorias em muitas direções. Entre 2000 e 2010, os dados demonstram, além do aumento do número de pessoas que se deslocam, o aumento do número de municípios que contribuem mais significativamente nesses deslocamentos, cada vez situados mais distantes do polo, apontando uma expansão física do aglomerado metropolitano. Esses processos criam ou complexificam demandas para a provisão e adequação de infraestrutura e serviços, quer propriamente para os deslocamentos (sistema viário urbano e interurbano, sistema de transporte coletivo de qualidade, ágil e integrado, com tarifas compatíveis ao perfil dos usuários), quer para reforço das funções de recepção ou apoio aos familiares que permanecem (creches, escolas, postos de saúde, programas de atenção a idosos, moradia, cultura e lazer).

Tais demandas devem ser objeto de políticas mais abrangentes, voltadas a ampliar a dotação de outras funções urbanas, ora concentradas no polo, pois, embora os fluxos medidos pelo Censo restrinjam-se a trabalho e estudo, o próprio IBGE, em sua publicação Regiões de Influência das Cidades (REGIC 2007), aponta que há uma ampla variedade de fluxos para acesso a serviços e comércio, entre outros, particularmente os mais especializados e sofisticados, que densificam os deslocamentos diários na Região.

Portanto, são necessárias políticas públicas que facilitem e agilizem esses deslocamentos e enfrentem com soluções adequadas as consequências familiares que acarretam. E também, políticas que criem condições a que se reverta a disjunção moradia/trabalho/estudo, que resultam em aglomerações com mais subcentralidades, menor assimetrias entre os municípios e mais fluidas para a circulação de pessoas e mercadorias.

Referências

CINTRA, A.; DELGADO, P.; MOURA, R. Deslocamentos intermunicipais para trabalho e estudo – Curitiba. Comunicado para o Planejamento, n.21, junho 2012, 10 p, Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/comunicados_planejamento/Comunicado_Planejamento_21.pdf. Acesso em 02/12/2013.

CINTRA, A.; DELGADO, P.; MOURA, R. Movimentos pendulares no Paraná. Cadernos IPARDES. Estudos e Pesquisas. Curitiba, v.2, n.2, p.15-31, ago./dez. 2012. ISSN 2236-8248. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br>

pr.gov.br/ojs/index.php/cadernoipardes/article/view/616/839. Acesso em 02/12/2013.

CONAPO. Delimitación de las zonas metropolitanas de México 2005. México D.F.: Secretaría de Desarrollo Social. Consejo Nacional de Población. Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática, nov. 2007.

DAVIDOVICH, F.; LIMA, O. M. B. de. Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v.37, n.1, p.3-84, jan./mar.1975.

DELGADO, P.; MOURA, R.; CINTRA, A.; Caracterização dos movimentos pendulares nas regiões metropolitanas do Paraná. Caderno IPARDES - Estudos e Pesquisas v.3, n.1 (2013), p.1-24. Disponível em: www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/cadernoipardes/issue/view/51. Acesso em 29/07/2013.

GALVÃO, M. V.; FAISSOL, S.; LIMA, O. M. de B.; ALMEIDA, E. M. J. M. de. Áreas de pesquisa para determinação de áreas metropolitanas. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v.31, n.4, p.53-127, out./dez. 1969.

GILLI, F. Déplacements domicile-travail et organisation du Bassin parisien. L'Espace géographique, Paris, tomo 31, Mobilités, p.289-305, 2002. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-espace-geographique-2002-4-page-289.htm>. Acesso em out. 2007.

HALLEUX, J.-M. Évolutions des organisations urbaines et mobilités quotidiennes: espace de référence et analyse des processus. L'Espace géographique, Paris, tomo 30, Questions Urbaines, p.67-80, 2001. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-espace-geographique-2001-1-page-67.htm>. Acesso em out. 2007.

IBGE. Regiões de influência das cidades 2007. Rio de Janeiro: 2008.

IPEA. Configuração atual e tendências da rede urbana do Brasil. Brasília: IPEA, 2002. (Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, 1). Convênio IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR.

METREX. European Metropolitam Regions and Areas. The Metropolitan Dimension to European affairs. Companion to the METREX 2013 Glasgow Conference. Disponível em: http://www.eurometrex.org/Docs/Meetings/glasgow_2013/Metropolitan-Dimension-to-European-affairs-V3.pdf. Acesso em 22 abr. 2013.

MOURA, R.; CASTELLO BRANCO, M.L.G.; FIRKOWSKI, O.L.C. de F. Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. São Paulo em Perspectiva, SEADE, v.19, n.4, p.121-133, out./dez., 2006.

OECD. Definition of Functional Urban Areas (FUA) for the OECD metropolitan database. October 2012. Disponível em: [http://www.oecd.org/gov/regional-policy/Definition%20of%20Functional%20Urban%20Areas%20\(FUA\)%20for%20the%20OECD%20metropolitan%20database.pdf](http://www.oecd.org/gov/regional-policy/Definition%20of%20Functional%20Urban%20Areas%20(FUA)%20for%20the%20OECD%20metropolitan%20database.pdf). Acesso em 2 abr. 2013.

OJIMA, R.; MARANDOLA JR., E.; PEREIRA, R. H. M.; SILVA, R. B. O estigma de morar longe da cidade: repensando o consenso sobre as “cidades-dormitório” no Brasil. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v.12, n.24, p.395-415, jul/dez 2010.

PEREIRA, R. H. M.; HERRERO, V. Mobilidade pendular: uma proposta teórico-metodológica. *Texto para Discussão* N  1395, IPEA, mar. 2009.

RIBEIRO, L. C. de Q.; RIBEIRO, M. G. Análise social do território: fundamentos teóricos e metodológicos. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

RODRÍGUEZ, J. V. Segregaci n residencial sociolaboral (SRS) y sus relaciones con la migración y la movilidad intrametropolitanas en cuatro aglomerados urbanos de América Latina: los casos de Ciudad de México, Santiago de Chile, São Paulo y Rio de Janeiro según los censos de la ronda de 2000. Documento preparado para o Workshop “Spatial Segregation and the Labor Market”, University of Texas- Austin, Feb. 13-15, 2008. (Mimeo).

Condições materiais da mobilidade na ACP de Curitiba: transporte público e particular

*Olga Lúcia C. de Freitas Firkowski
Dalva Natália Gomes Paese
Liria Yuri Nagamine*

Resumo: No presente texto analisam-se as condições materiais para a realização da mobilidade urbana na Área de Concentração de População (ACP) de Curitiba, com ênfase na caracterização da frota de veículos e na oferta de transporte público, que são analisadas à luz das dinâmicas populacional e de deslocamento pendular para o trabalho, no período compreendido entre os anos de 2002 e 2012. Para tanto, foram utilizados dados oficiais do Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN-PR), da empresa Urbanização de Curitiba S. A. (URBS) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Duas hipóteses foram motivadoras da pesquisa, respectivamente: (i) que o aumento da frota de veículos na ACP de Curitiba possui relação direta com a diminuição dos usuários do transporte público, revelando a estratégia da motorização particular como viabilizadora dos deslocamentos; (ii) que dada a incipiência da Rede Integrada de Transporte, sobretudo para os municípios mais distantes de Curitiba, a busca de solução para os deslocamentos se dá por meio da aquisição de veículos mais velhos, revelando uma seletividade da frota na ACP. Em um contexto em que a mobilidade tem um papel fundamental na economia e na vida urbana, observa-se na ACP de Curitiba, uma crescente tendência à motorização, enquanto o sistema de transporte público aparenta ser pouco atrativo e a gestão institucional não é efetivada de forma a favorecer a integração entre os municípios componentes.

Palavras-chave: Mobilidade, Motorização, Sistema de Transporte Público, Área de Concentração de População de Curitiba.

Abstract: We analyze urban mobility in practice in the Curitiba population concentration area (PCA), focusing on characterization of the vehicle fleet and the supply of public transport, which are analyzed in the light of population dynamics and the dynamics of commuting for work in the period between the years 2002 and 2012. To this end, official data from the Paraná Transport Department (DETRAN-PR), the Curitiba Urbanization Company (URBS) and the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) were

used. The study was motivated by two hypotheses: (i) that the increase in size of the vehicle fleet in the Curitiba PCA is directly related to the fall in the number of public transport users, reflecting the strategy of the use of private motor vehicles to make trips feasible; and (ii) that given that the Integrated Transport Network (RIT) is in its infancy, particularly for municipalities far from Curitiba, people solve the transport problem by acquiring older vehicles, resulting in a social selectivity that can be observed in the fleet in the PCA. In a context in which mobility plays a fundamental role in the economy and in urban life, it can be seen that there is a trend toward increasing use of private motor vehicles in the Curitiba PCA, while the public transport system appears not to attract users and institutional management does not favor integration between the municipalities involved.

Keywords: Mobility, use of private motor vehicles, public transport system, Curitiba population concentration area.

A mobilidade de pessoas e bens (materiais e imateriais) tem se colocado no centro da vida contemporânea. Nas áreas urbanas os deslocamentos são cada vez mais longos, demorados e diversos. As relações estabelecidas com a vizinhança se tornam mais tênues, os círculos de amizade são pautados por novos mecanismos de interação social, como aqueles advindos das novas tecnologias da informação e comunicação.

Contudo, a despeito das novas possibilidades de comunicação e interação, os deslocamentos físicos são cada vez mais necessários para o desenrolar da vida cotidiana e da economia e estão centrados com grande importância nas cidades. Tal fato justifica a atenção dada neste texto às condições materiais da mobilidade urbana, ou seja, aos meios materiais para a realização de tais deslocamentos, sobretudo considerando a oposição entre a baixa oferta pública de transporte e os incentivos à aquisição de veículos particulares.

Dentre as várias dimensões possíveis da mobilidade urbana, no presente texto, a análise está restrita àquela desenvolvida pelas pessoas, compreendida, então, como o conjunto dos deslocamentos individuais dos cidadãos, realizados a determinada velocidade, dependendo das condições materiais das vias e dos meios de transporte, e que possibilitam o acesso ao mercado de trabalho, aos serviços e aos bens. Dessa forma, a mobilidade implica a possibilidade de integrar múltiplos lugares, uma característica própria da vida urbana, além de ser indutora do sistema produtivo, geradora de oportunidades sociais, influenciando no grau de liberdade do cidadão em realizar escolhas e

participar do processo de construção e reconstrução da cidade (LÉVY, 2001; MIRALLES, 2002; GHORRA-GOBIN, 2006).

A mobilidade tem sido uma questão recorrente nas grandes cidades do mundo e também no Brasil, sobretudo nas regiões metropolitanas, que apresentam problemas vinculados ao aumento da motorização, à saturação do sistema viário e dos sistemas de transporte coletivo. O encarecimento das tarifas e a queda da qualidade nos serviços de transporte público estão entre os principais motivos que levaram milhares de pessoas, em muitas cidades brasileiras, a participar das manifestações ocorridas em junho de 2013, numa demonstração clara da insatisfação da sociedade perante as condições ineficientes do sistema.

Os processos de globalização da economia e de metropolização influenciam e se viabilizam, em grande parte, por meio da alteração da dinâmica da mobilidade, especialmente nas maiores cidades. Apesar das vantagens proporcionadas pelas tecnologias aos transportes, as características próprias da dinâmica urbana contemporânea resultam na crescente ampliação das distâncias a serem percorridas, na medida em que as cidades apresentam-se cada vez mais estendidas. Em decorrência, os deslocamentos das pessoas nas áreas urbanas não estão mais limitados ao percurso casa-trabalho-casa como no passado, resultando em movimentos bem mais complexos e diversificados e que só fazem crescer as demandas por circulação e transportes como uma tendência mundial.

O aumento – por vezes excessivo –, do tempo de deslocamento para as atividades cotidianas é encarado pelos cidadãos como um tempo perdido, e reconhecido como deseconomia, já que esse tempo poderia ser utilizado em outras atividades, inclusive no próprio trabalho (MIRALLES, 2002).

Dupuy (1995) chama atenção para a natureza complexa dos deslocamentos urbanos, considerando o automóvel como um dos maiores responsáveis pela gama e variedade de movimentos no desenrolar da vida cotidiana de uma grande cidade. Para o autor, o “sistema automóvel” cria uma nova economia e uma nova ecologia dos deslocamentos humanos, capaz de transformar a cidade anterior, compondo, recompondo e decompondo novos territórios.

Ainda para o Autor, os principais fatores que influenciam a mobilidade urbana contemporânea e, conseqüentemente, que explicam parte do crescimento da motorização e da demanda por transporte e circulação, são: a multimotorização, ou seja, a utilização de mais de um

veículo por família; a maior inserção feminina no mercado de trabalho; o prolongamento do tempo de estudos e a generalização da aprendizagem da condução, ao que se pode acrescentar, no caso do Brasil, os crescentes incentivos à aquisição do automóvel como estratégia de assegurar mercado para as indústrias automobilísticas.

O fenômeno mundial da motorização, o uso e a compra massiva do automóvel particular impuseram, nas cidades e na sociedade de modo geral, o paradigma do automóvel como fundamento da vida urbana. As cidades que tanto se adaptaram a esse paradigma, seja por meio da dotação de infraestrutura viária, seja por meio da priorização do uso individual do automóvel em detrimento do coletivo e de outros modais, agora buscam refreá-lo, por meio da proposição de políticas que desestimulem seu uso, dentre as quais pode-se apontar os pedágios urbanos, a restrição de acesso do automóvel a certas áreas da cidade, os rodízios, dentre outras. As perdas econômicas da generalização automotiva geram crises de mobilidade, cujo horizonte mais negativo é apontado como “apagão urbano”, resultante da insustentabilidade do modelo atual (OBSERVATÓRIO, 2011).

Como confirmação dessa perspectiva, a utilização do automóvel em larga escala é indicada como uma das principais causas da degradação ambiental das cidades, entre outras externalidades negativas como: acidentes de trânsito, gerando gastos com saúde pública e perda de vidas; congestionamentos que consomem espaço e tempo dos cidadãos; e ocupação irracional do espaço de forma geral.

Nas grandes cidades brasileiras, especialmente nas metrópoles, constata-se que as infraestruturas e os serviços de transporte público não têm acompanhado o aumento da demanda e carecem de qualidade e conforto para os usuários. As políticas públicas são efetuadas de modo a favorecer em demasia o transporte individual motorizado, o *lobby* automóvel-combustível continua a influenciar tais políticas e a motorização em massa traz efeitos ambientais preocupantes.

Além dos processos relatados anteriormente, contribuíram para o atual quadro de motorização, outro conjunto de políticas adotadas no Brasil, de caráter macroeconômico e que incentivam o consumo do automóvel particular, desde a preferência pela implantação de rodovias, processo que se inicia partir da década de 1920 com o Plano Catrambi¹, que repercutiu na estagnação e no abandono do sistema

¹ Plano que estabeleceu as bases da rede rodoviária brasileira, durante o governo de

ferroviário; as isenções fiscais para o estabelecimento das indústrias automobilísticas especialmente a partir da década de 1950 e, mais recentemente, os incentivos ao consumo de veículos por meio das constantes reduções do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), entre outros. Além disso, contribuiu para o consumo do veículo particular a facilidade de acesso ao crédito verificado nas últimas décadas.

A prioridade em investimentos no sistema viário em detrimento do transporte público reflete a ausência de políticas reativas mediante a “privatização” do espaço público nas cidades, que vem ocorrendo pela crescente utilização de áreas coletivas, seja para a circulação de veículos privados, seja para estacionamentos. No Brasil, essa “privatização” atende aos interesses das classes médias para a qual convergem financiamentos e incentivos visando à promoção do automóvel e, mais recentemente, da motocicleta (VASCONCELLOS, 2012).

Pode-se afirmar que os obstáculos para a organização do sistema de transporte, sobretudo nos países subdesenvolvidos, se intensificam em relação direta ao aumento da dimensão espacial do urbano em direção à escala metropolitana, envolvendo vários municípios e, como é característico no Brasil, com um grande descompasso institucional entre a estrutura de governança existente e a necessária. Sem uma solução para tal descompasso, dificilmente os problemas da organização do sistema de transporte metropolitano serão solucionados, na medida em que se faz mister uma gestão integrada da mobilidade em escala metropolitana.

Sob essa óptica, o presente texto, ao analisar o papel das condições materiais da mobilidade na ACP de Curitiba – entendida como a oferta pública do transporte incluindo a sua integração e as soluções individuais por meio do transporte particular – indica a necessidade de reavaliar a organização de seu sistema de transporte urbano, que já foi modelo reconhecido internacionalmente, sobretudo em razão de suas inovações técnicas, mas que, na atualidade, apresenta os mesmos problemas de qualquer outra cidade brasileira. Assim, acredita-se que as inovações técnicas não são suficientes para o enfrentamento das questões do transporte nas metrópoles na atualidade e, mais do que isso, a verdadeira inovação capaz de promover repercussões positivas no âmbito da mobilidade urbana deverá se apoiar em estratégias no

Washington Luís (1926 -1930), impulsionando o designado rodoviarismo, a escolha por esta modalidade de transporte terrestre (BRASIL, s.d.).

campo da gestão, que são de base política e de dimensão metropolitana.

A Área de Concentração da População de Curitiba (ACP)² é o recorte territorial adotado no presente texto, por ser considerada mais adequada do ponto de vista da problemática tratada, pois prioriza os municípios que possuem integração e relações mais intensas entre si. Tal condição foi o elemento definidor considerado pelo IBGE na identificação das ACPs, que representam: “grandes manchas urbanas de ocupação contínua, caracterizadas pelo tamanho e densidade da população, pelo grau de urbanização e pela coesão interna da área, dada pelos deslocamentos da população para o trabalho ou estudo” (REGIC, 2007, p.11).

Além do número e da idade da frota de veículos particulares, contabilizados a partir de dados do DETRAN (2002-2012), bem como do número de passageiros transportados pelo sistema de transporte público (média dos dias úteis) na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), contabilizados a partir de dados da URBS (2002-2012), a dinâmica pendular de pessoas para o trabalho (IBGE, 2010) é um dos elementos analíticos do texto.

1. O crescimento da frota de veículos e a parcialidade da integração metropolitana

O planejamento urbano de Curitiba, implantado a partir da década de 1970, possui o sistema de transporte como um de seus pilares. Os eixos trinários, compostos por duas vias rápidas de ligação centro-bairro e bairro-centro, contendo ao centro uma canaleta exclusiva para o ônibus expresso (atualmente transformado em biarticulado), foram os grandes estruturadores da expansão urbana, em razão do que tais eixos foram também definidos como locais preferenciais de verticalização e de expansão linear do centro, induzindo o uso, na parte inferior dos edifícios residenciais, de atividades de comércio e serviços.

Desse modo, a implantação do corredor Norte-Sul de transporte urbano em Curitiba, em 1974, complementado pelo corredor Leste-Oeste, em 1980, conformou os principais eixos de estruturação urbana. Esses eixos, ao provocarem uma maior valorização do solo urbano

² Essa área abrange 14 dos 29 municípios que compõem a Região Metropolitana de Curitiba.

em suas imediações, refletiram numa seletividade espacial, pois induziram o processo de periferização e de formação de uma aglomeração urbana que se evidenciava à época, já ultrapassando os limites municipais de Curitiba, especialmente na direção norte, sobre os municípios de Colombo e Almirante Tamandaré, e a leste, sobre Piraquara, Pinhais³ e São José dos Pinhais. As expressivas taxas de crescimento populacional verificadas nesses municípios, na década de 1970, aos quais se acrescenta também Araucária, ao sul, fizeram dessa aglomeração urbana uma das importantes áreas de expansão populacional urbana no país, o que contribuiu para justificar sua inserção no âmbito das regiões metropolitanas criadas em 1973.

Da década de 1970 até os dias atuais, importantes modificações ocorreram, alterando não apenas a dinâmica econômica, como também social e espacial da RMC, que hoje é composta por 29 municípios. Tais municípios não possuem, contudo, o mesmo grau de integração ao polo – Curitiba –, o que resulta em termos das discussões de mobilidade urbana, na definição de distintas escalas de análise e intervenção.

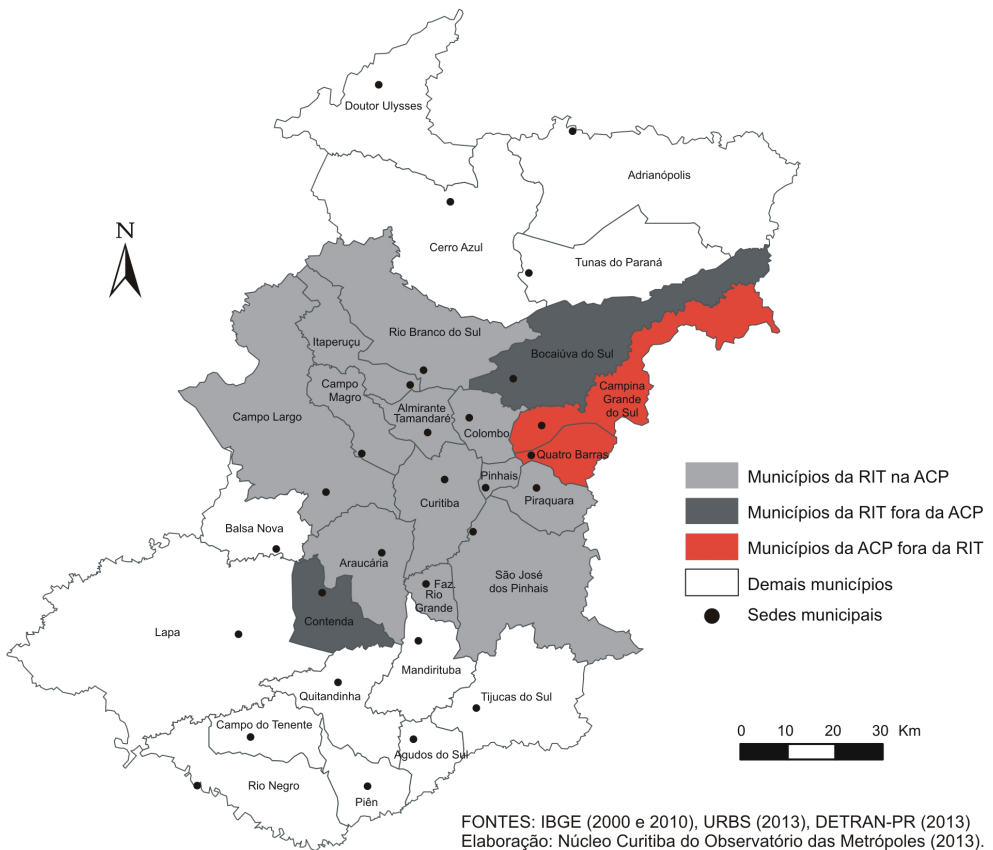
Diante da dinâmica da metropolização de Curitiba e de sua relação com o traçado inicial dos eixos de transporte (restrito aos limites municipais), a progressiva transformação do sistema de transporte para uma rede onde se incorporaram municípios do entorno, foi um processo esperado. A Rede Integrada de Transporte (RIT) realiza atualmente a integração físico-tarifária⁴, somente pelo modal ônibus, entre Curitiba e 13 outros municípios. Sua origem data de 1996, a partir da extensão da rede, antes restrita ao município de Curitiba, para os municípios de Almirante Tamandaré, Pinhais, São José dos Pinhais, Araucária, Contenda e Colombo. Posteriormente, no ano de 1998 foram incorporados os municípios de Campo Magro, Campo Largo, Bocaiúva do Sul, Rio Branco do Sul e Itaperuçu. Em 1999, incorporou-se

³ Pinhais era um antigo distrito de Piraquara e desmembrou-se desse município em 1992.

⁴ As linhas que constituem a RIT são as que podem estabelecer integração físico-tarifária em terminais ou estações com o Sistema de Transporte de Curitiba. É caracterizada por apresentar uma hierarquia de tipos de linhas de ônibus, podendo estar vinculadas a um terminal ou não. As linhas vinculadas a terminais de transporte ou estações-tubos estabelecem uma integração físico-tarifária na qual o passageiro, pagando apenas uma tarifa, pode descer de um ônibus e ingressar em outro que também esteja vinculado ao terminal ou estação-tubo. Os terminais e estações-tubo estão localizados nos municípios integrados, nas vias expressas do sistema de Bus Rapid Transit (BRT) e em outras importantes vias de Curitiba e municípios mais próximos.

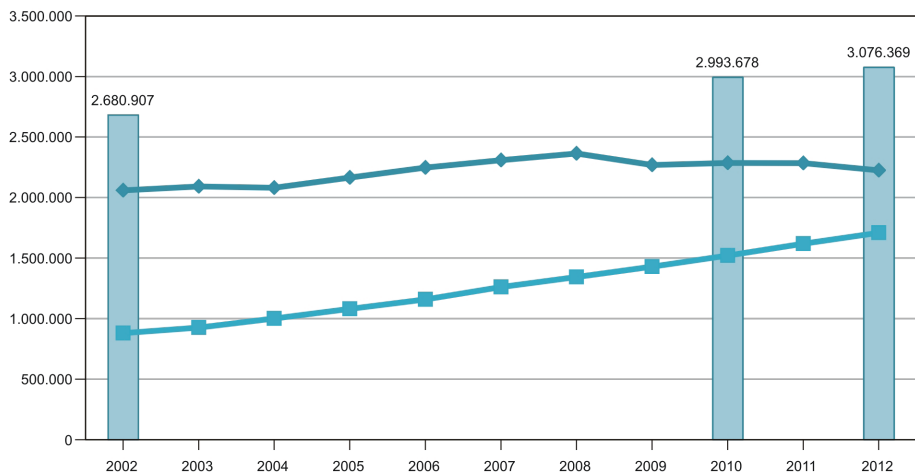
o município de Piraquara, seguido de Fazenda Rio Grande, em 2000 (URBS, 2013). Desse modo, embora ambos, ACP e RIT sejam compostos por 14 municípios, sua constituição interna não é a mesma, ou seja, enquanto Campina Grande do Sul e Quatro Barras fazem parte da ACP, mas não são integrados à RIT, Bocaiúva do Sul e Contenda, não pertencem à Área de Concentração da População, porém, fazem parte da RIT (Figura 11.1).

Figura 11.1 - Municípios componentes da Rede Integrada de Transporte (RIT) em relação à Área de Concentração da População - RMC - 2013



O número de passageiros da RIT no período compreendido entre 2002-2012 (Gráfico 11.1) passou de 2.059.386 para 2.223.908, apresentando a baixa variação evolutiva de 164.522 passageiros ao longo da década, com ápice em 2008, quando alcançou 2.363.964 passageiros transportados. Observa-se a partir de então uma pequena redução.

Gráfico 11.1 - População, passageiros transportados pela RIT e frota de veículos particulares - ACP de Curitiba - 2000 a 2012



	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
População ACP	2.680.907								2.993.678		3.076.369
Passageiros Transportados	2.059.386	2.091.950	2.080.517	2.165.052	2.246.936	2.308.746	2.363.964	2.269.422	2.285.472	2.284.824	2.223.908
Frota de veículos	879.796	926.334	1.000.164	1.080.157	1.158.136	1.260.394	1.342.798	1.429.173	1.521.718	1.619.540	1.709.716

FONTES: IBGE (2000 e 2010), URBS (2013), DETRAN-PR (2013)

NOTAS: Elaborado pelo Núcleo Curitiba do Observatório das Metrópoles (2013).

(1) População calculada tendo como base a taxa de crescimento a.a. (2000-2010).

(2) Média dos dias úteis.

Mesmo considerando a reputação positiva de Curitiba no que se refere ao transporte urbano, esse cenário de baixa flexão dos passageiros transportados indica que o atendimento ao número demandado de pessoas que dele necessitam não está equacionado. Pelo contrário, há fortes indicativos de que a Rede Integrada de Transportes não somente se encontra muito aquém da procura quantitativa e qualitativa, de caráter espaço-temporal, exigida para o deslocamento das pessoas dentro do próprio município de Curitiba, como também não atende a uma crescente demanda metropolitana.

Forte argumento à afirmação anterior constitui-se no aumento da frota de veículos verificado nesse mesmo período de 2002 a 2012, porém, para um recorte espacial um pouco diferente⁵. A frota de veículos

⁵ O fato de a RIT e a ACP não terem o mesmo recorte espacial, representou um obstáculo metodológico à análise, devido à ausência de dados que pudessem demonstrar o número de passageiros transportados por ano para os municípios correspondentes a ACP. Contudo é possível considerar a relação como uma aproximação da realidade, que demonstra o crescimento rápido e acelerado da frota de veículos, enquanto o sistema de transporte público apresenta queda no número de passageiros. Dessa forma, é importante ressaltar, que a relação entre os dados de passageiros e da frota são aproximações, inclusive pela complexidade do atual quadro de mobilidade, que não

é aqui considerada como o somatório de automóveis, camionetas, utilitários, motocicletas, motonetas, triciclos e ciclomotores. De acordo com dados obtidos junto ao DETRAN-PR, a frota de veículos na Área de Concentração da População de Curitiba cresceu extraordinariamente, passando de 879.796 veículos em 2002 para 1.709.716 veículos em 2012 (um aumento de 829.920 veículos), a uma taxa de crescimento 6,87% a.a., praticamente dobrando, em uma década (ver Gráfico 11.1).

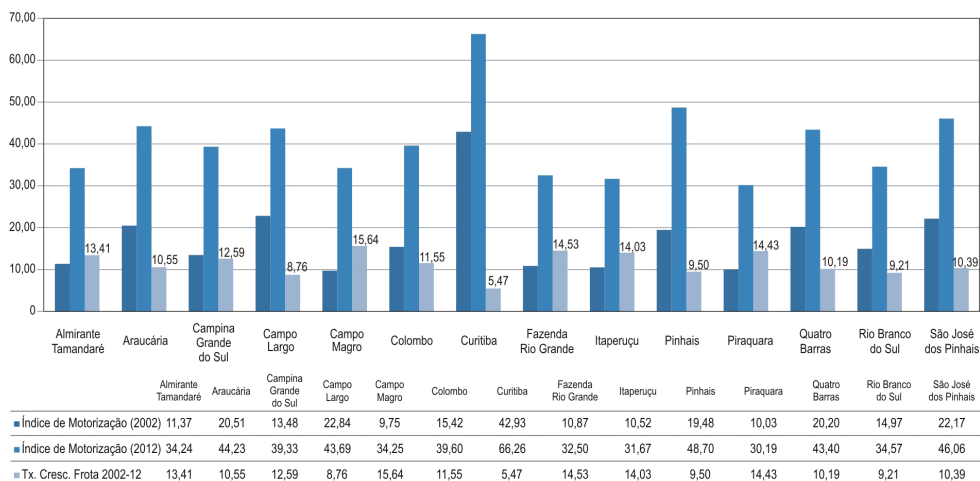
Em relação à frota de veículos, embora o município de Curitiba apresente a maior quantidade – 71% do total da ACP – com 1.034.391 veículos, o Gráfico 11.2 demonstra que o crescimento relativo não foi maior nele. Enquanto em Curitiba a taxa de crescimento da frota de veículos foi de 5,47% a.a., em nove municípios da ACP esta se manteve acima de 10% a.a., chegando a 15,64% a.a. em Campo Magro, 14,53% a.a. em Fazenda Rio Grande, 14,43% a.a. em Piraquara, 14,03% a.a. em Itaperuçu, 13,41% a.a. em Almirante Tamandaré, enumerando-se somente os cinco maiores índices. Apesar de seu expressivo crescimento relativo, demonstrando maior abrangência metropolitana no que se refere à aquisição de veículos, salienta-se que a frota destes cinco municípios, em termos absolutos, corresponde a somente 110.735 veículos, ou seja, aproximadamente 10 vezes menor que a de Curitiba. Assim, embora os dados indiquem uma tendência de crescimento relativo da frota para além do município de Curitiba, em números absolutos o peso de Curitiba no conjunto é inquestionável.

Da mesma forma, o índice de motorização de Curitiba que cresceu de 42,93 veículos para cada 100 habitantes, em 2002, para 66,26, em 2012 (equivalente a um veículo para cada 1,5 habitantes), apresenta-se acentuado nos demais municípios da ACP, sendo que em cinco deles (Pinhais, São José dos Pinhais, Araucária, Quatro Barras e Campo Largo) está acima de 40, ou seja, com um veículo para cada 2,5 habitantes no máximo⁶.

permite a afirmação conclusiva de que os usuários do transporte público apenas passam a adquirir veículos particulares. Ressalta-se também que a empresa Urbanização de Curitiba S/A (URBS) contabilizou o número de passageiros transportados por ano da RIT até o ano de 2012 como um todo. O mesmo ocorre com os municípios não integrantes à RIT, cujos dados de passageiros transportados também foram contabilizados como um todo, não permitindo o tratamento dos mesmos de acordo com o interesse da pesquisa: o desmembramento desses dados por município.

⁶ Ressalta-se que a média de habitantes por veículos é de 1,2 nos EUA; 1,7 na França e de 6,1 no Brasil, segundo ANFAVEA (2010), o que coloca tais municípios em posição de destaque no contexto nacional e internacional da motorização.

Gráfico 11.2 - Índice de motorização e taxa de crescimento dos veículos - ACP de Curitiba - 2002/2012



FONTES: Frota de veículos DETRAN-PR (2013), IBGE (2010).
 NOTAS: Elaborado pelo Núcleo Curitiba do Observatório das Metrópoles (2013).
 (1) Índice de motorização é relação entre o número de veículos para cada 100 habitantes.

Assim, para além da problemática ocasionada pela baixa capacidade de circulação e transporte, notadamente em Curitiba, os dados revelam a amplitude escalar da mobilidade urbana, cuja dimensão é indubitavelmente metropolitana.

Em primeira análise, ressalta-se que, em Curitiba, a Rede Integrada de Transportes não é universal, pois é composta a partir de um sistema constituído por terminais, estações-tubo e poucas linhas com integração temporal. Do total de 547 linhas de ônibus existentes nos municípios que compõem a RIT, exceto Curitiba, 143 linhas não se encontram integradas (Tabela 11.1).

Cabe acrescentar a esse número, 16 linhas pertencentes aos municípios de Quatro Barras e Campina Grande do Sul, que, conforme visto, embora não integradas à RIT, fazem parte da ACP. Além disso, deve-se ressaltar que São José dos Pinhais, segundo maior município em termos populacionais da RMC e com elevado nível de integração à dinâmica da metropolização, possui somente 16% de suas linhas integradas (4 linhas de um total de 25). Desse modo, a integração da RIT não é plena, por tal razão representa um número expressivo de passageiros que não usufruem da rede, uma vez que de acordo com sua atual configuração, a troca de ônibus sem pagar outra tarifa só pode ser realizada nos terminais ou nas estações-tubo (ônibus linha direta e(ou) biarticulado). Ressalta-se que para muitos usuários da rede, deslocar-

-se até um dos trinta terminais da RIT para realizar a integração não é uma tarefa simples e compensatória.

Tabela 11.1 - Rede Integrada de Transporte: número da frota operante, passageiros transportados ao ano (média dos dias úteis) e linhas - RIT e fora da RIT - abril de 2013

MUNICÍPIOS DA RMC	FROTA OPERANTE			PASSAGEIROS TRANSPORTADOS DIAS ÚTEIS			LINHAS		
	RIT	Fora da RIT	TOTAL	RIT	Fora da RIT	TOTAL	RIT	Fora da Rit	TOTAL
Almirante Tamandaré	80	17	97	65.264	8.854	74.118	19	4	23
Araucária	57	-	57	46.761	-	46.761	7	2	9
Bocaiúva do Sul	5	-	5	2.816	-	2.816	1	-	1
Campo Largo	34	18	52	27.115	7.549	34.664	9	6	15
Campo Magro	17	-	17	13.784	-	13.784	4	-	4
Colombo	100	63	163	107.320	30.531	137.851	31	15	46
Contenda	-	2	2	-	471	471	-	4	4
Curitiba ^a	1.649	282	1.931	1.765.000	SI/ ^b	-	275	80	355
Fazenda Rio Grande	95	-	95	77.069	-	77.069	19	-	19
Itaperuçu	10	17	27	2.430	7.481	9.911	1	2	3
Pinhais	105	-	105	65.342	-	65.342	25	-	25
Piraquara	45	36	81	37.168	17.029	54.197	8	8	16
Rio Branco do Sul	5	18	23	3.750	7.627	11.377	1	1	2
São José dos Pinhais	15	138	153	17.627	45.959	63.586	4	21	25
Municípios da RIT	2.217	591	2.728	2.231.446	125.501	591.947	404	143	547

FONTE: URBS (abr/2013)

NOTAS: (1) Estes representam linhas que realizam trajeto metropolitano, porém sem integração com a RIT.

(2) Dados URBS <<http://www.urbs.curitiba.pr.gov.br/transporte/rede-integrada-de-transporte>>. Acesso em: 19/nov/2013.

Sinal convencional utilizado: - Dado não disponível.

Por outro lado, a integração total (realizada sem passar pelos terminais), por exemplo, com a tarifa integrada ou outros mecanismos de integração como o bilhete mensal e não por viagem, poderia implicar altos custos operacionais. Salienta-se, contudo, que a estratégia de integração plena só se justifica se tomada a ACP como totalidade, pois é nessa escala que se realizam a maior intensidade de trocas, sendo muito pouco viável propor uma integração de toda a RMC com seus 29 municípios.

Entre os anos de 2000 e 2012, observou-se um crescimento de 20,17% na média de passageiros transportados nos dias úteis, acompanhado do crescimento de 11,75% da frota e de 6,93% das linhas da RIT (Tabela 11.2). No entanto, o crescimento da oferta e atendimento da RIT é questionável ao se considerar o aumento da demanda por circulação e deslocamentos. Contudo, tal comparação fica prejudicada pela não correspondência entre os recortes espaciais da RIT e da ACP.

A parcialidade da integração da RIT pode ser também identificada na ACP, mensurando-se o crescimento do número de pessoas que se deslocam para outro município diariamente para o trabalho, de acordo com dados disponibilizados pelo IBGE em 2010, comparativamente a 2000⁷. Na ACP esse número cresceu 80%, ou seja, passou de

⁷ Uma análise mais detalhada do perfil da mobilidade pendular na RMC encontra-se no capítulo 10.

179.067 deslocamentos em 2000 para 321.450 em 2010 (Tabela 11.3). Com alto crescimento nesta categoria de pendularidade destacam-se os municípios de Rio Branco do Sul, com 376%, Itaperuçu, com 138%, Curitiba, com 133%, e Campo Magro com 118%.

Tabela 11.2 - Número de passageiros transportados, frota operante e número de linhas - municípios da RIT - entre 2000 e 2012

ANO	PASSAGEIROS TRANSPORTADOS RIT (MÉDIA DIAS ÚTEIS)	FROTA OPERANTE RIT	NÚMERO DE LINHAS DA RIT
2000	1.850.559	1.718	332
2001	2.042.962	1.842	354
2002	2.059.386	1.835	354
2003	2.091.950	1.798	353
2004	2.080.517	1.811	355
2005	2.165.052	1.824	356
2006	2.246.936	1.839	355
2007	2.308.746	1.868	350
2008	2.363.964	1.892	351
2009	2.269.422	1.910	352
2010	2.285.472	1.915	351
2011	2.284.824	1.914	355
2012	2.223.908	1.920	355
Crescimento % 2000-2012	20,17%	11,75%	6,93%

FONTE: URBS (abr/2013)

Elaboração: Núcleo Curitiba do Observatório das Metrópoles (2013).

Tabela 11.3 - Número de pessoas que se deslocam para o trabalho - ACP de Curitiba - 2000 e 2010

MUNICÍPIOS DA ACP	2000	2010	VARIÇÃO	
			nº	%
Almirante Tamandaré	20.060	30.953	10.893	54
Araucária	8.838	13.943	5.105	58
Campina Grande do Sul	4.830	7.806	2.976	62
Campo Largo	7.740	15.183	7.443	96
Campo Magro	3.120	6.800	3.680	118
Colombo	35.806	64.071	28.265	79
Curitiba	25.342	59.025	33.684	133
Fazenda Rio Grande	11.774	19.546	7.772	66
Itaperuçu	2.187	5.213	3.026	138
Pinhais	19.833	32.503	12.670	64
Piraquara	14.849	23.317	8.468	57
Quatro Barras	2.269	3.694	1.425	63
Rio Branco do Sul	1.622	7.719	6.097	376
São José dos Pinhais	20.798	31.677	10.879	52
Total	179.067	321.450	142.383	80

FONTE: IBGE (2000 e 2010)

Elaboração: Núcleo Curitiba do Observatório das Metrópoles (2013).

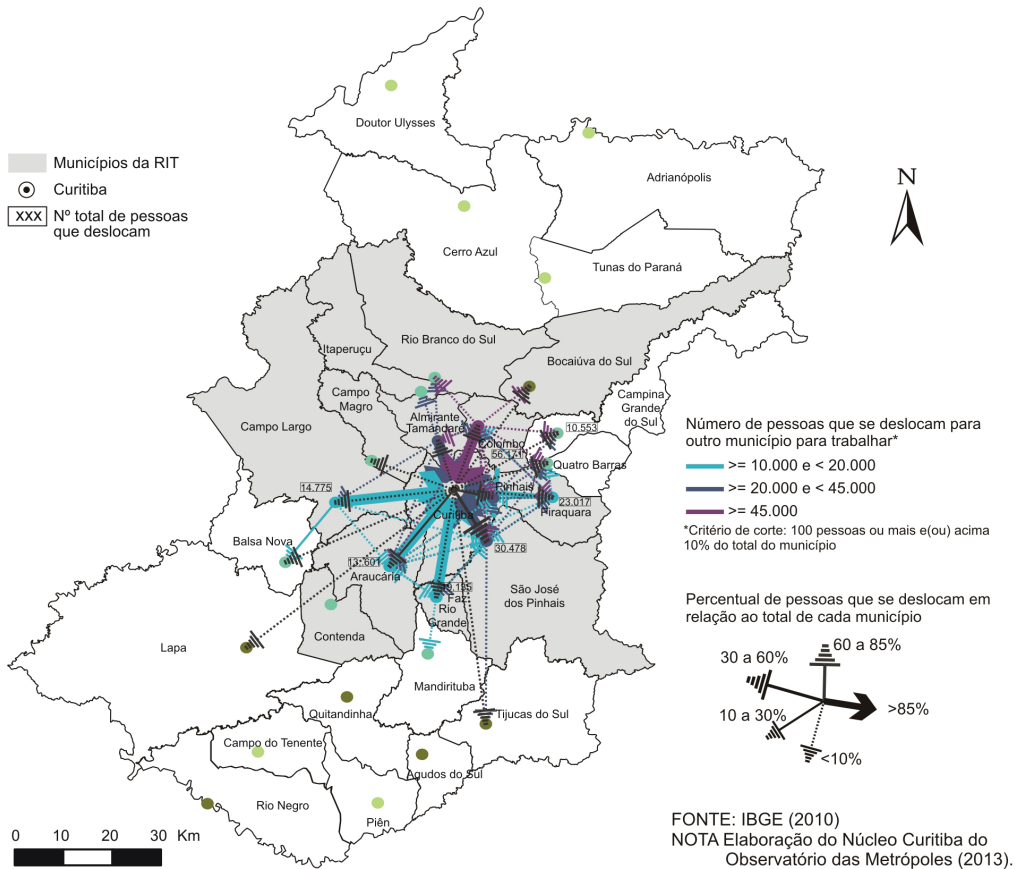
Para melhor compreensão do processo, optou-se pela espacialização do dado referente ao número de pessoas que se deslocaram com a finalidade de trabalhar em outro município no ano de 2010 (Tabela 11.3), segundo o percentual de deslocamentos para cada município de destino. Tendo em vista a complexidade das informações, optou-se por representar a partir de uma subdivisão dos municípios em dois mapas: o primeiro, definido por aqueles cujo número total de deslocamentos é igual ou maior do que 10.000 (Almirante Tamandaré, Araucária, Campo Largo, Colombo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara e São José dos Pinhais - Figura 11.2), e o segundo, pelos municípios com número de deslocamentos menor do que 10.000 (Campina Grade do Sul, Campo Magro, Itaperuçu, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e demais municípios situados fora da ACP - Figura 11.3). As flechas de deslocamento representadas nessas figuras demonstram o percentual de pessoas em relação ao total de cada município, cabendo destacar o critério de corte utilizado com o mesmo objetivo de captar uma leitura mais acurada: foram considerados somente os deslocamentos efetuados por mais de 100 pessoas ou aqueles cujo percentual em relação ao total do município foi superior a 10%, o que permitiu visualizar as relações dos municípios de menor população com aqueles de seu entorno, embora representados por números absolutos reduzidos.

A Figura 11.2 demonstra a concentração, notadamente no entorno direto de Curitiba, dos municípios com maior número de pessoas que se deslocam para o trabalho. Nove dos 14 municípios pertencentes à ACP encontram-se nessa situação. Nesse contexto destaca-se Colombo como aquele com maior número de pessoas se deslocando (56.171 pessoas, maior do que Curitiba, com 48.999 pessoas), seguido de São José dos Pinhais, Almirante Tamandaré e Pinhais num segundo patamar com número de pessoas se deslocando situado entre 20.001 e 45.000, e Fazenda Rio Grande, Araucária e Campo Largo, em terceiro patamar, no intervalo de 10.001 a 20.000 pessoas.

A Figura 11.3 demonstra um segundo grupo de relações que, embora em menor número, traduz uma realidade de trocas pendulares entre os municípios, podendo-se apreender alguns subsistemas, claramente determinados pela acessibilidade das rodovias que os atravessam: o primeiro situa-se ao norte entre os municípios de Doutor Ulysses, Cerro Azul, Adrianópolis e Tunas do Paraná; o segundo, a sudoeste, entre os municípios da Lapa, Araucária, Contenda, Campo do Tenente e Rio Negro; o terceiro, ao sul, entre Quitandinha, Piên,

Agudos do sul, Tijucas do Sul, Mandirituba, Fazenda Rio Grande; e ainda um quarto, definido também ao sul por Agudos do Sul, Tijucas do Sul e São José dos Pinhais.

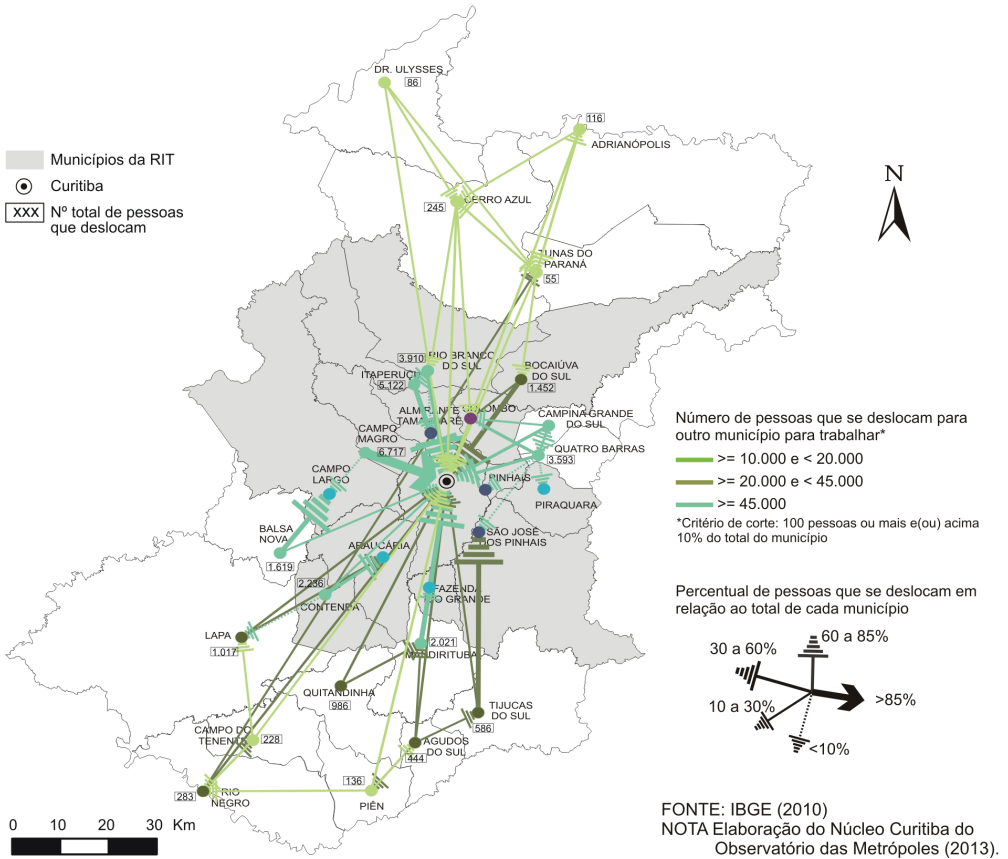
Figura 11.2 - Fluxo de pessoas dos municípios cujo número total que se desloca para outro município é igual ou maior do que 10.000 - RMC - 2010



Em relação ao percentual de pessoas que se deslocam para um determinado município, ressalta-se a centralidade exercida por Curitiba, em ambos os mapas, destacando-se que, no caso dos municípios da Figura 11.2, pelo menos 85% dos mais do que 10.000 trabalhadores que se deslocam para o trabalho o fazem regularmente. Conclui-se também que, embora se possa perceber como centrípeta a relação da Rede Integrada de Transporte em termos de sua estruturação física, é importante observar na Figura 11.2 que, em contraposição a este sistema, estão trocas pendulares que ocorrem entre os municípios sem passar

por Curitiba, podendo-se identificar duas tramas: a primeira entre os municípios do setor norte-leste (Almirante Tamandaré, Itaperuçu, Rio Branco do Sul, Colombo, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul e Quatro Barras) e a segunda no setor leste-sul (Quatro Barras, Pinhais, Piraquara, São José dos Pinhais, Fazenda Rio Grande e Araucária).

Figura 11.3 - Fluxo de pessoas dos municípios cujo número total que se desloca para outro município é menor do que 10.000 - RMC - 2010



As tramas assim identificadas demonstram que a região de influência Curitiba tem se estendido não somente pelo deslocamento da população em busca de trabalho e serviços no polo, mas cada vez mais devido a novas dinâmicas de dependência entre os municípios da ACP. Pondera-se, dessa forma, que o possível desenvolvimento de externalidades positivas para uma efetiva integração físico-tarifária e metropolitana, deve também considerar as relações de oportunidades em

rede desses subsistemas metropolitanos, em oposição à concentração de infraestrutura, serviços e oportunidades de emprego em Curitiba. É, portanto, uma questão que deve ser tratada de forma planejada e no âmbito metropolitano.

2. Da dimensão institucional à perspectiva real de integração metropolitana

Diante do exposto, é importante salientar a dimensão institucional à qual se atrela o desafio da organização da mobilidade urbana na Região Metropolitana de Curitiba de modo geral e na ACP de Curitiba de modo particular. Deve-se salientar que, a despeito de sua baixa capacidade de intervenção, a única possibilidade formal de proposição de políticas metropolitanas se dá no âmbito da Região metropolitana institucionalizada, não havendo recortes menores capazes de fazê-lo.

Assim, embora pela argumentação anterior tenha ficado clara a diferenciação entre a RMC, a ACP e o alcance da RIT, a gestão da Rede Integrada de Transporte é realizada mediante instrumento de convênio celebrado entre a COMEC (esfera estadual) e a URBS (esfera municipal de Curitiba), de acordo com o qual o planejamento e o gerenciamento dos serviços de transporte público metropolitano de passageiros na RMC voltaram à responsabilidade da COMEC desde 2012 (CONVÊNIO B, 2012), após 16 anos do primeiro convênio firmado em 1996, quando o órgão delegara as atividades de planejamento e gerenciamento do transporte metropolitano à URBS (CONVÊNIO A, 1996).

No entanto, essa mudança ocorre num momento em que a instituição da coordenação da RMC encontra-se muito mais enfraquecida do que à época do primeiro convênio, destacando-se que este foi firmado, segundo justificativas apresentadas, em razão da baixa capacidade institucional e de recursos humanos para fazer frente à gestão da mobilidade. É oportuno salientar, nesse contexto, que também o modelo operacional atualmente praticado pela URBS para a Rede Integrada de Transportes não se encontra estabelecido sobre bases sólidas para uma gestão metropolitana integrada. Tendo sido baseado na capacidade financeira das empresas de prover, em número e tipologias, os veículos da frota de transporte necessários às diversas linhas da rede, tal organização resultou em um monopólio de atuação, nos últimos quase 40 anos em Curitiba, de dez empresas – hoje organiza-

das em três consórcios –, e de 12 companhias nos demais municípios, integradas à rede a partir de 1996.

A equação financeira adotada de suporte a essas ações baseia-se na definição dos custos da integração metropolitana, sob a premissa, segundo o Convênio firmado entre a URBS e a COMEC em 2013, de que o “Sistema de Transporte Coletivo Metropolitano de Passageiros poderá onerar o Sistema como um todo, produzindo um déficit que pode culminar na inviabilidade da manutenção da RIT” (CONVÊNIO C, 2013, item 7.1.1). Sendo assim, o Estado fica responsável por repasses à URBS relativos ao “cálculo das diferenças tarifárias consideradas sobre as tarifas técnicas calculadas em cada sistema considerado: o urbano e o metropolitano” (CONVÊNIO C, 2013, item 7.1.1.1).

Cabe, dessa forma, a interpretação de que a integração metropolitana constitui-se em um “ônus” para o município de Curitiba, e isso se dá sobretudo pela subordinação administrativa ocasionada pela sua alta dependência ao sistema organizacional das empresas de ônibus e de sua frota. Assim, muito embora a atribuição de gestão possa ter sido retornada ao órgão a quem realmente cabe o planejamento da mobilidade metropolitana (COMEC), ressalta-se, em primeiro lugar, a fragilidade do instrumento de convênio para tal e, em segundo, que não está somente no campo técnico a solução para a inadequação instalada ao longo do tempo, caracterizada pela sua estruturação no campo político.

Entretanto, somente a participação efetiva do poder público e na escala territorial adequada será capaz de instalar a verdadeira governança no âmbito do transporte metropolitano, assegurando os diversos princípios norteadores para a mobilidade estabelecida pela instituição recente da Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei Federal n.º 12.587, 2010), dentre os quais se destacam: o desenvolvimento sustentável das cidades, nas dimensões socioeconômicas e ambientais; a equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo; eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano; e segurança nos deslocamentos das pessoas. Em contrapartida, as empresas visam “a lucratividade e ao retorno dos investimentos, que pode afetar diretamente na queda dos indicadores de avaliação do serviço se o sistema não for bem administrado” (PEDROSO E NETO, 2013, p.198).

De acordo com o citado Convênio, cabe também à COMEC, “articular com os municípios integrantes da Região Metropolitana de Curitiba ações resultantes do planejamento dos serviços de transporte coletivo e buscar a viabilização das estruturas necessárias ao aprimoramento” (CONVÊNIO C, 2013, item 7.1.1.1).

ramento da expansão do sistema”. A Lei de Consórcios Públicos (Lei Federal n.º 11.107/2005) constitui-se em uma das saídas para a reconstrução de um arranjo institucional específico para a gestão da mobilidade metropolitana, que pode auxiliar a integrar de modo efetivo os municípios a partir do estabelecimento de um novo modelo de gestão, mais democrático e mais metropolitano, de forma a obter maior transparência sobre as necessidades reais dos municípios e cidadãos.

Segundo Lévy (2000), em geral, as soluções técnicas escolhidas para promover melhorias de mobilidade restringem-se ao tratamento dos problemas na dimensão pontual dos congestionamentos, e não priorizando a lógica dos transportes na escala das aglomerações. Ainda de acordo com Lévy (2000), isso reflete o problema institucional da falta de uma instância competente pela área urbana, nesse caso, dos aglomerados, e que não existe interesse dos governos nesta abrangência, pois a sua lógica de dominação é preferencialmente a de fragmentação.

Esse tipo de intervenção técnica apontada por Lévy (2001) pode ser constatada também em Curitiba, onde a discussão sobre o metrô, por exemplo, deveria ser vista a partir da perspectiva de um sistema metropolitano de transporte, sob pena de não serem asseguradas áreas para a infraestruturação básica necessária ao conjunto metropolitano, situação agravada pelo fato de que os municípios da ACP mantiveram-se afastados desse debate. Da mesma forma, a transferência do tráfego de cargas da Rodovia BR-116 para o Contorno Leste, inserindo, assim, definitivamente à malha intraurbana de Curitiba, o trecho rodoviário que a atravessava de norte a sul, transformando-o nas avenidas Gov. Ney Braga e Gov. José Richa, conhecidas como Linha Verde, possui uma estratégia de utilização com projetos elaborados, segundo o modelo da falta de diálogo ou de um planejamento integrado entre os municípios metropolitanos afetados por este importante corredor, prevalecendo os interesses de Curitiba. As mudanças estabelecidas pelo zoneamento municipal de Curitiba em 2000 e os projetos e investimentos em obras neste corredor, em vias de se tornar um importante eixo de transporte urbano municipal, foram fatores suficientes para transformá-la em grande vetor de indução da produção imobiliária⁸.

No caso da Linha Verde, muito embora as diretrizes tenham sido

⁸ Destaca-se, nesse processo, a criação da Operação Urbana Consorciada Linha Verde, em dezembro de 2011, e da negociação, na Bolsa de Valores de São Paulo, dos Certificados de Potencial Adicional de Construção.

evidentemente construídas sob o mesmo tripé característico do planejamento urbano de Curitiba, qual seja, uso do solo, transporte e sistema viário, esta mesma análise desde a década de 1970, sob a perspectiva da dimensão metropolitana, poderia resultar em parâmetros urbanísticos com outros contornos e considerando o grande fluxo de deslocamentos existente entre Curitiba e seu entorno direto, conforme se verá a seguir.

2.1. Mobilidade e tempo de deslocamento

Associado ao movimento pendular para o trabalho anteriormente analisado a partir do qual se verifica que mais de 85% dos deslocamentos de cada município do entorno direto de Curitiba direcionam-se para ela, outra espacialização obtida a partir de dados do IBGE (2010) é identificada como importante: consiste naquela que pode ser visualizada mapeando-se o tempo de deslocamento das pessoas entre casa e trabalho.

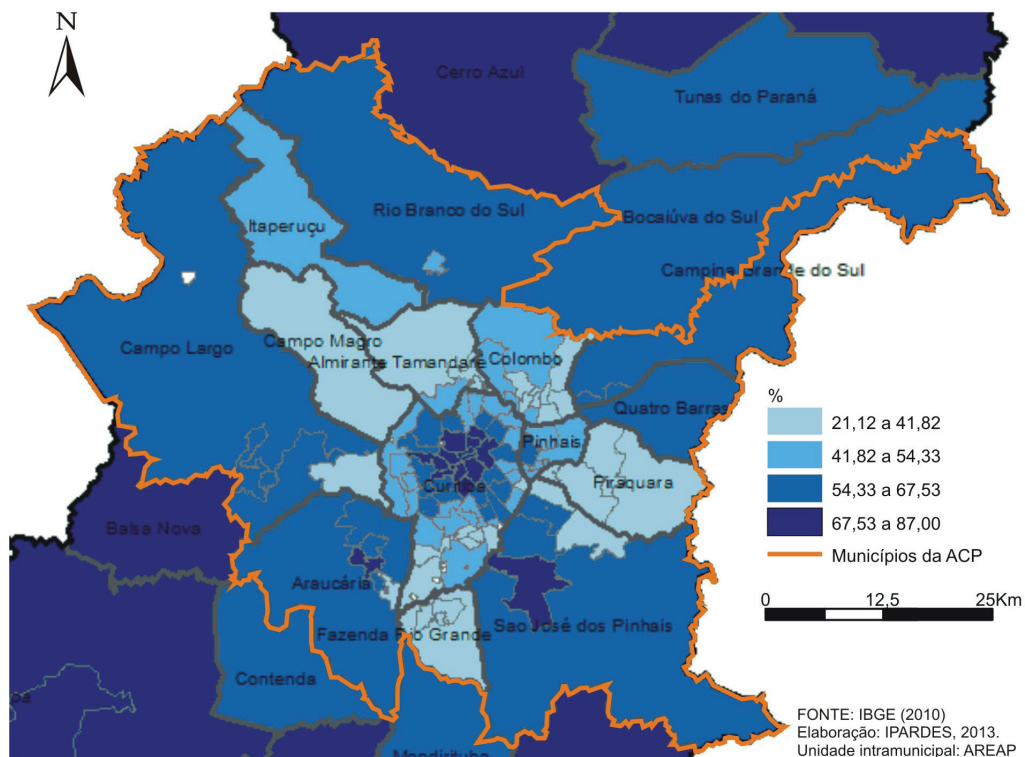
A Figura 11.4, elaborada a partir desses dados, demonstra que o percentual de pessoas cujo tempo de percurso para o trabalho é superior a uma hora é tanto maior quanto mais afastados se encontram do centro de Curitiba e, numa leitura mais aproximada, quanto mais afastados dos eixos de transporte ao longo dos quais se posicionam os principais terminais de integração. A partir dessa visualização, pode-se apreender que apesar dos problemas de congestionamento urbano e de saturação do sistema de transporte coletivo, o habitante da área central e das proximidades dos corredores de transporte possuem melhores condições de mobilidade urbana. Seja de ônibus ou de automóvel, mais de 54% dos residentes dessas áreas que são, por oportuno, de maior valor venal, levam menos do que meia hora para chegar ao trabalho.

Para uma parcela da população desse grupo, a utilização do carro como meio de transporte é uma opção, fortemente estimulada pela priorização de investimentos públicos em infraestrutura para a motorização e porque, tendo maior renda, calcula de forma diferenciada a relação custo benefício em utilizar o transporte público na medida em que vincula a qualidade de vida com o tempo necessário para usufruir bens e serviços, mesmo que percorrendo longas distâncias e gastando mais.

Assim, portanto, o congestionamento do sistema de transporte urbano é ocasionado, numa relação contrária, pelas pessoas que se deslocam para o centro e que residem longe dos eixos de transporte de Curitiba, nas regiões consideradas mais periféricas e menos atendidas por

infraestrutura e serviços de transporte urbanos. Em síntese, residem em áreas com menor valor venal, e sendo pertencente à camada da população com mais baixo poder aquisitivo, são altamente dependentes do transporte público. Sendo assim, não possuem outra opção senão percorrer longas distâncias até um terminal de integração para prosseguir até seu destino utilizando-se da tarifa única. De acordo com a Figura 11.5, entre 21,71% e 46,12% dos trabalhadores que residem no sul do município de Curitiba, bem como em Araucária, Fazenda Rio Grande, Piraquara, Campo Magro, Almirante Tamandaré, Itaperuçu, região leste de Colombo e Campina Grande do Sul, gastam pelo menos 3 horas diariamente em deslocamentos para ir e voltar do trabalho.

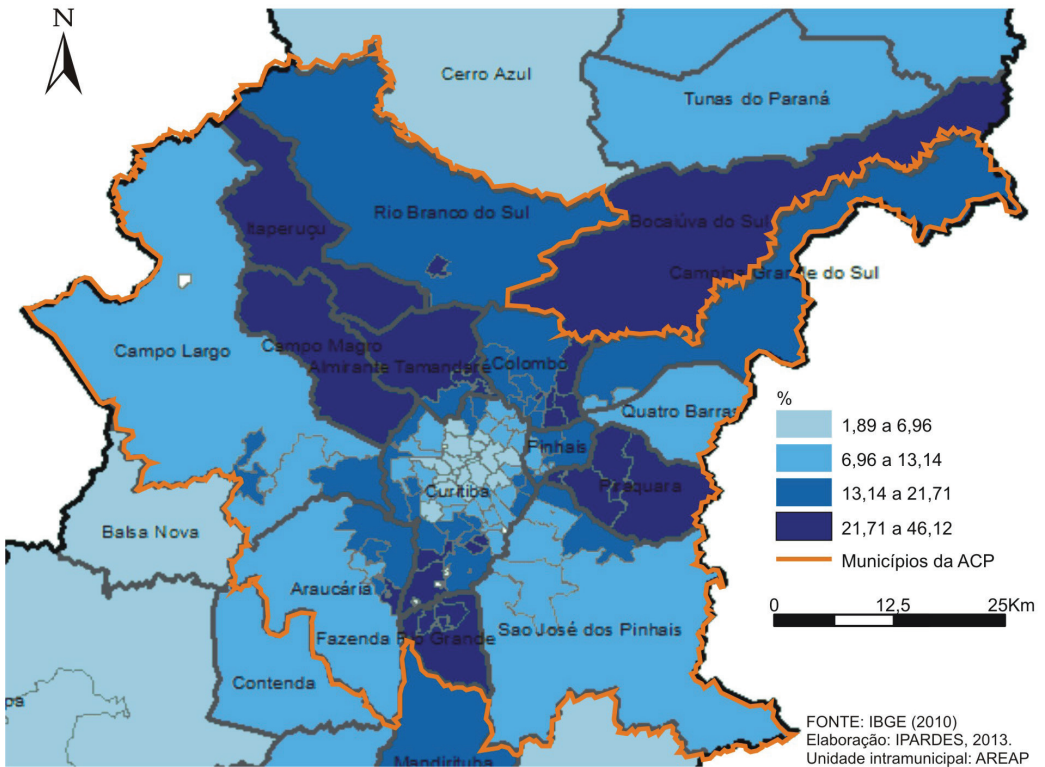
Figura 11.4 - Percentual de pessoas cujo tempo de percurso para o trabalho é igual ou superior a 1 hora - ACP Curitiba - 2010



O aumento da frota de veículos, como descrito anteriormente, também foi alto nesses municípios. Além disso – considerando-se a classificação da frota pela idade do veículo, em novo (0 a 2 anos), seminovo (3 a 12 anos) e velho (acima de 13 anos) –, para os municípios

da ACP com exceção de Curitiba, o crescimento observado foi maior para a categoria dos veículos “seminovos”, podendo-se verificar um incremento absoluto, em relação a 2012, numericamente superior aos demais, totalizando 176.731 veículos, seguido da categoria “velhos”, com incremento de 145.614 veículos, e menor incremento da categoria “novos”, com 79.045 veículos (Tabela 11.4).

Figura 11.5 - Percentual de pessoas cujo tempo de percurso para o trabalho é igual ou inferior a 1/2 hora - ACP Curitiba - 2010



Também em Curitiba houve uma participação maior de veículos da categoria “velhos” (210.338) e “seminovos” (210.249) do que “novos” (93.014), embora os números sejam mais equilibrados quando tratados a partir de sua quantidade total.

A idade da frota, cujo acréscimo verificado em 2012 relativamente a 2002 foi maior para veículos das categorias “velho” e “seminovo” na ACP exceto Curitiba, pode estar associada à hipótese de que há um movimento de aquisição de veículos também nas classes de menor

poder aquisitivo, o que demonstraria uma seletividade inclusive no âmbito das condições materiais da mobilidade. Sob essa perspectiva, a aquisição de veículos tem se tornado viável não somente para a população de Curitiba, onde se verifica ser numericamente superior em todas as três categorias, mas também para a população de seu entorno na ACP que, sendo altamente dependente de transporte público, tem conseguido adquirir bens de consumo que facilitem a mobilidade, sob determinadas condições, como, por exemplo, um veículo mais velho e mais barato a ser utilizado por um número maior de pessoas. Nesse caso, a equação é de viabilidade financeira em função de economia de tempo em longos deslocamentos, igualmente facilitada pela visão rodoviária de destinação dos investimentos públicos, resultando numa tensão maior, que está na manutenção (i) da qualidade adequada dos veículos de forma a diminuir outros problemas causados pelo aumento da motorização, a exemplo da poluição ambiental ou acidentes de trânsito, e (ii) da qualidade adequada das vias de tráfego tanto em termos de pavimentação como de sinalização e segurança.

Tabela 11.4 - Classificação da idade da frota - ACP de Curitiba - 2000-2012

CLASSIFICAÇÃO		ACP SEM CURITIBA	CURITIBA	TOTAL
Novo (0 a 2 anos)	2002	29.570	200.323	229.893
	2012	108.615	322.907	431.522
	Tx Cr.	13,89	4,89	6,50
Semi Novo (3 a 12 anos)	2002	84.448	348.920	433.368
	2012	261.179	559.169	820.348
	Tx Cr.	11,95	4,83	6,59
Velho (13 ou mais)	2002	98.830	212.339	311.169
	2012	244.444	422.677	667.121
	Tx Cr.	9,48	7,13	7,92
TOTAL	2002	212.848	761.582	974.430
	2012	614.238	1.304.753	1.918.991
	Tx Cr.	11,18	5,53	7,01

FONTE: DETRAN-PR (2013)

Elaboração: Núcleo Curitiba do Observatório das Metrópoles (2013).

Também neste caso pode-se inferir que a grande questão a ser resolvida é a necessidade de acessibilidade adequada à população residente em áreas mais distantes, seja em Curitiba, seja nos municípios periféricos. A acessibilidade deve ser vista, por um lado, como a garan-

tia de condições públicas para a efetivação dos deslocamentos e, por outro, como a diminuição das distâncias necessárias para se chegar ao trabalho, estudo e(ou) serviços básicos.

3. Considerações finais

As dificuldades observadas no que se refere às condições materiais da mobilidade urbana de pessoas a partir da ótica da aglomeração metropolitana de Curitiba (nesse texto tomada como sinônimo de ACP) remetem ao questionamento do atual sistema de transporte público; das políticas relativas à organização do território; das providências de gestão e dos componentes institucionais envolvidos.

A análise realizada permitiu observar que o número de passageiros da Rede Integrada de Transportes de Curitiba sofreu redução entre 2002-2012, ao mesmo tempo em que a frota de veículos na Área de Concentração da População passou de 879.796 veículos em 2002 para 1.709.716 em 2012. Os municípios do entorno direto de Curitiba foram os principais responsáveis pelo elevado índice de crescimento da frota de veículos na ACP exceto Curitiba, com taxas superiores a 10%. Nesses municípios, tal crescimento foi maior na categoria dos veículos velhos e seminovos, o que confirmou a hipótese de que há um movimento de aquisição de veículos também nas classes de menor poder aquisitivo, demonstrando uma seletividade no âmbito das condições materiais da mobilidade.

Além disso, a análise dos dados sobre deslocamento pendular para o trabalho nos municípios da ACP demonstra que embora seja indiscutível a centralidade exercida por Curitiba, verificam-se deslocamentos que, ocorrem entre os demais municípios sem que tenham origem ou destino em Curitiba. É possível, assim, identificar duas tramas que se revelam a partir de novas dinâmicas em evolução no que se refere às relações de dependência da aglomeração urbana: a primeira entre os municípios do setor norte-leste (Almirante Tamandaré, Itaperuçu, Rio Branco do Sul, Colombo, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul e Quatro Barras) e a segunda no setor leste-sul (Quatro Barras, Pinhais, Piraquara, São José dos Pinhais, Fazenda Rio Grande e Araucária). Tais tramas devem ter suas dinâmicas de funcionamento melhor conhecidas, assim como as demandas específicas que geram no âmbito da mobilidade.

Em função das distâncias para o deslocamento de pessoas diante da atual dinâmica metropolitana, duas perspectivas de propostas podem ser vislumbradas mediante o desafio de proporcionar maior e melhor bem-estar no âmbito da mobilidade urbana metropolitana.

A primeira corresponde ao necessário questionamento sobre os limites de extensão e de formas de inclusão de novos modais da Rede Integrada de Transporte, diretamente relacionada à visão de construção de uma totalidade metropolitana em rede e, sob essa perspectiva, a busca de equilíbrio a partir da melhor distribuição da localização dos bens de serviços e de consumo, numa lógica de proximidade de quem a usufrui, embora esse ideal de equilíbrio se contraponha à lógica privada das empresas que ofertam a maior parte dos bens e serviços na atualidade. Para tanto, é fundamental definir com precisão o alcance das políticas municipais e o das políticas metropolitanas, voltadas para o fomento e a distribuição de trabalho, estudo e renda para a população do/no próprio município em face da totalidade metropolitana.

A segunda se estabelece sobre o papel de Curitiba no cumprimento daquilo que no Estatuto da Cidade denomina-se função social da cidade, porém numa outra escala: a metropolitana. No curso da revisão do Plano Diretor de Curitiba a realizar-se em 2014, as políticas em vigor podem ser reavaliadas sob o olhar metropolitano, para o qual, a primeira providência parece ser uma rigorosa e ampla pesquisa de Origem-Destino dos fluxos de pessoas e, por que não, de bens e serviços.

A pouca contribuição de eixos de transporte recém-implantados para a melhoria das condições de mobilidade em Curitiba, como a Linha Verde, revelam a limitada visão de totalidade metropolitana e, sobretudo, a quase inexistente visão de longo prazo, visto tratar-se de uma obra que, embora nem esteja concluída, já é portadora de um grande déficit de fluidez, sobretudo pelo modelo adotado de cruzamento das vias em nível. Também pouco considerado foi a importância dessa via como corredor de alta densidade voltado à moradia da população metropolitana, tendo em vista sua potencial ligação entre os municípios de Fazenda Rio Grande ao Sul e de Colombo, ao Norte, posicionados dentre aqueles de maior crescimento populacional nas últimas décadas.

Por fim, mas não menos importantes, estão a busca e implementação de novos modais de transporte que sejam capaz de transferir parte da demanda, gerando novas possibilidades de deslocamento e fazendo

emergir, de fato, um sistema integrado, e cujo sentido da integração não se limite a um único meio de transporte, mas sim a variedade de opções.

Os prenúncios de caos urbano revelam a necessidade de uma revisão nos valores e hábitos da sociedade contemporânea, especialmente no que se refere ao uso do veículo motorizado particular. A importância do olhar sobre a mobilidade metropolitana, e a prioridade do coletivo sobre o individual podem ser o caminho para uma gestão mais democrática das cidades, no caminho de fazer ressurgir a *polis*.

Referências

- ANFAVEA - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores. Anuário da Indústria Automobilística Brasileira. São Paulo: ANFAVEA, 2012.
- BRASIL. Estatuto da cidade, Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Casa Civil, Brasília, DF, 10 de julho de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em: 09 jul. 2013.
- BRASIL. Lei de Consórcios Públicos. Lei Federal nº 11.107 de 6 de abril de 2005. Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. Casa Civil, Brasília, DF, 6 de abril de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111107.htm. Acesso em: 09 jul. 2013.
- BRASIL. Política Nacional de Mobilidade Urbana. Lei nº 12.587 de 3 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e dá outras providências. Casa Civil, Brasília, DF, 3 de janeiro de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112587.htm. Acesso em: 05 jul. 2013.
- BRASIL. Ministério dos Transportes. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT). Breve Histórico Sobre a Evolução do Planejamento Nacional de Transportes. Disponível em: <http://www.dnit.gov.br/planejamento-e-pesquisa/historico-do-planejamento-detransportes>. Acesso em 13 jun. 2011.
- Convênio A (1996). Convênio URBS 1996. Disponível em: <http://www.urbs.curitiba.pr.gov.br/institucional/legislacao>. Acesso em: 25 set. 2013.
- Convênio B. Convênio COMEC 2012. Disponível em: http://www.comec.pr.gov.br/arquivos/File/Convenios_2012/Convenio_01_2012.pdf. Acesso em: 25 set. 2013.
- Convênio C. Convênio COMEC 2013. Disponível em: http://www.comec.pr.gov.br/arquivos/File/Convenios_2013/Convenio_COMEC_URBS.pdf. Acesso em: 25 set. 2013.

DADOS SOBRE A RIT, URBS, 2000-2012. Base de dados. Arquivo digital.

DUPUY, Gabriel. O Automóvel e a cidade. Tradução de: FARIA, Ana, 1ª edição. Lisboa, 1995.

FROTA DE VEÍCULOS DA CAPITAL E REGIÃO METROPOLITANA, DETRAN PR, 2002-2012. Base de dados. Arquivo digital.

GHORRA-GOBIN, Cynthia (Org.) . Dictionnaire des mondialisations. Paris: Armand Colin, 2006.

IBGE. Regiões de Influência das Cidades/2007, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>. Acesso em: 20 jun. 2013.

IPARDES. Comentários sobre os resultados do REGIC (2007), 2009. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/regic_2007.pdf. Acesso em: 05 set. 2013.

IPARDES. Percentual de pessoas cujo tempo de percurso para o trabalho é igual ou inferior a ½ hora. Curitiba: IPARDES, 2013. Mapa digital. Escala 1:2.500.000.

IPARDES. Percentual de pessoas cujos tempo de percurso para o trabalho é igual ou superior a 1 hora. IPARDES, 2013. Mapa digital. Escala 1:2.500.000.

LÉVY, J. Os novos espaços da mobilidade. GEOgraphia, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 7-17, 2001.

MIRALLES-GUASCH, Carme. “La movilidad cotidiana”. In: MIRALLES-GUASCH, Carme. Ciudad y transporte: el binomio imperfecto. Barcelona: Ariel, 2002.

NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS E QUE SE DESLOCAM PARA OUTRO MUNICÍPIO PARA TRABALHAR SEGUNDO DESTINO NA RMC E ÁREA DE PONDERAÇÃO – RMC 2010. IBGE, 2000 e 2010. Base de dados. Arquivo digital.

NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS E QUE SE DESLOCAM PARA OUTRO MUNICÍPIO PARA TRABALHAR SEGUNDO TEMPO PARA DESLOCAMENTO DA RESIDÊNCIA AO LOCAL DE TRABALHO E ÁREA DE PONDERAÇÃO – RMC – 2010. IBGE, 2010. Base de dados. Arquivo digital.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Da crise da mobilidade ao apagão urbano, 2011. Disponível em: http://observatoriodasmetrosoles.net/index.php?option=com_content&view=article&id=1686%3Ada-crise-da-mobilidade-ao-apagao-urbano&catid=34%3Aartigos&Itemid=124&lang=pt. Acesso em: 20 jun. 2013.

PEDROSO, Frederico Ferreira Fonseca; NETO, Vicente Correia Lima. “Transportes e Metrôpoles: um manifesto pela integração”. In: FURTADO,

B. A (Ed.); KRAUSE, C (Ed.); FRANÇA, K. C. B. de (Ed.). Território Metropolitano, políticas Municipais. Brasília: Ipea, 2013.

POPULAÇÃO TOTAL, IBGE. Tabela - população residente, por sexo e situação do domicílio, população residente de 10 anos ou mais de idade, total, alfabetizada e taxa de alfabetização, segundo os municípios, 2000. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/universo.php?tipo=31o/tabela13_1.shtm&uf=41. Acesso em: 04 mar 2013. Censo do IBGE.

POPULAÇÃO TOTAL, IBGE. Tabela 5.1.1 – população residente, por situação do domicílio e sexo, segundo as regiões metropolitanas, as regiões integradas de desenvolvimento – RIDEs e os municípios – 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/caracteristicas_da_populacao_tab_rm_zip_xls.shtm. Acesso em: 04 mar 2013. Censo do IBGE.

RESUMO CIDADES METROPOLITANAS MUNICÍPIOS 2013 1. URBS, 2013. Base de dados. Arquivo digital.

URBS. Rede Integrada de Transporte. Disponível em: <http://www.urbs.curitiba.pr.gov.br/transporte/rede-integrada-de-transporte>. Acesso em: 19 nov. 2013.

URBS; CURITIBA, Prefeitura Municipal. Passageiros: integrações metropolitanas. Apresentação em arquivo digital, 2013. Disponível em: <http://files.urbs.curitiba.pr.gov.br/pdf/comunidade/comissao-tarifa/ANEXO%20P/Passageiros%20-%20Integra%E7%F5es%20%20Metropolitanas.pdf>. Acesso em: 02 set. 2013.

VASCONCELLOS, Eduardo. A cidade e o sistema de circulação. São Paulo: FAPESP, 1996.

VASCONCELLOS, Eduardo. O transporte urbano no Brasil. Le Monde Diplomatique Brasil, 2012. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1181>. Acesso em: 03 jul. 2013.

Uma leitura do índice de Bem-estar Urbano na Região Metropolitana de Curitiba

Olga Lúcia C. de F. Firkowski

Madianita Nunes da Silva

Liria Yuri Nagamine

Rosa Moura

Paulo Roberto Delgado

Resumo: O presente capítulo trata das condições urbanas do território da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), tomando como base o Índice de Bem-Estar Urbano global e local, desenvolvido pelo Observatório das Metrôpoles. O índice global aponta para o fato de que, embora Curitiba se posicione em terceiro lugar entre as regiões metropolitanas do país, o quadro é preocupante quando a análise do índice é realizada para cada uma das cinco dimensões que o compõe, particularmente no que se refere à mobilidade urbana, condições ambientais urbanas e infraestrutura urbana, nas quais a RMC não se posiciona entre as melhores classificadas; apenas nas dimensões condições habitacionais urbanas e atendimento de serviços coletivos urbanos, a região classifica-se entre as melhores RMs consideradas. Na análise do índice local, confirmam-se as condições de desigualdade da metrópole, na medida em que se volta mais especificamente sobre a escala intrametropolitana, evidenciando maior precariedade especialmente sobre a área que corresponde ao recorte definido pelo IBGE como Área de Concentração da População (ACP). Para tais conclusões, o capítulo estrutura-se em três itens: uma reflexão sobre a posição da Região Metropolitana de Curitiba no conjunto das RMs brasileiras consideradas pelo IBEU; uma análise dos aspectos relevantes do IBEU local no interior da RMC; e a interpretação do comportamento do índice, segundo a organização social da RMC.

Palavras-chave: Bem-estar urbano; mobilidade; condições ambientais; condições habitacionais; atendimento de serviços coletivos; infraestrutura urbana; desigualdade; RMC.

Abstract: This chapter discusses urban conditions in the Curitiba Metropolitan Region (RMC) based on the global and local Urban Well-being Index developed by the *Observatório das Metrôpoles*. The global index shows that although Curitiba is among the top three metropolitan regions in the coun-

try, the picture is worrying when the index is analyzed for each of the five component dimensions. This is particularly true in the case of urban mobility, urban environmental conditions and urban infrastructure, for which the RMC is not among the top-ranked regions. Only when it is judged on urban living conditions and the provision of public services does the region rank among the best metropolitan regions investigated. Analysis of the local index confirms the variation in the index in different areas of the metropolis as the intrametropolitan scale of the analysis reveals the inadequacies of services and facilities, particularly in the area defined by the IBGE as the population concentration area. The chapter can be broken down into three sections: reflection on the position of the RMC among all the Brazilian metropolitan regions considered in the IBEU; analysis of the important aspects of the local IBEU within the RMC; and interpretation of the variation in the index according to the classification in the socio-spatial typology of the RMC.

Keywords: Urban well-being; mobility; environmental conditions; living conditions; provision of public services; urban infrastructure; inequality; population concentration area.

Metrópoles são, cada vez mais, espaços plenos em contradições: lugar de convivência de pobres e ricos, de abastados e carentes, de tradição e modernidade, de formalidade e informalidade. Os espaços metropolitanos brasileiros comprovadamente são heterogêneos, diversos e desiguais. No caso de Curitiba, a construção de uma imagem de cidade modelo dotada de inquestionável qualidade de vida dificultou a inserção no debate das condições reais dessa metrópole. Porém, as pesquisas desenvolvidas no âmbito do Observatório das Metrópoles vêm revelando, há mais de uma década, as condições de desigualdade do território da Região Metropolitana de Curitiba, tomando por base unidades espaciais menores que o município – as áreas de ponderação da amostra do Censo Demográfico (IPARDES, 2005; MOURA; RODRIGUES, 2006; MOURA; FIRKOWSKI, 2009).

Este capítulo retoma a reflexão sobre esse tema, a partir de informações recentes e de metodologia desenvolvida pelo Observatório das Metrópoles, para a constituição do Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU). A concepção de bem-estar urbano considerada para a construção desse índice é referente àquilo “que a cidade deve propiciar às pessoas em termos de condições materiais de vida, a serem providas e utilizadas de forma coletiva.” (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013, p.9). Tal concepção afasta a ideia de um bem-estar decorrente unicamente do consumo individual e mercantil, e admite o bem-estar que se constitui

e se realiza no plano coletivo, com forte sentido do urbano na sua determinação. Dessa forma, conforme Ribeiro e Ribeiro (2013, p.7)

procura avaliar a dimensão urbana do bem-estar usufruído pelos cidadãos brasileiros promovido pelo mercado, via o consumo mercantil, e pelos serviços sociais prestados pelo Estado. Tal dimensão está relacionada com as condições coletivas de vida promovidas pelo ambiente construído da cidade, nas escalas da habitação e da sua vizinhança próxima, e pelos equipamentos e serviços urbanos.

Os resultados do índice confirmam desigualdades das condições de bem-estar, presentes no espaço urbano/metropolitano, decorrentes, entre outros aspectos, da luta que os grupos sociais realizam pela apropriação do espaço. Nessa luta, é a renda real (HARVEY, 1980), concebida como renda monetária propriamente dita, e renda não monetária, aquela que não depende da capacidade dos indivíduos, que ampliam ou restringem o poder de indivíduos ou grupos sociais. Considere-se que, além da dimensão da renda monetária, parcela da renda não monetária altera as condições de bem-estar dos indivíduos, seja pelas mudanças que promovem na forma espacial da cidade, seja pelos próprios processos sociais, contribuindo para o aumento ou redução do domínio de cada pessoa sobre o uso dos recursos de uma sociedade.

Para revelar as condições de bem-estar do espaço urbano/metropolitano, “nenhum lugar é analisado por si mesmo, mas pela relação existente com os demais lugares. Ou seja, o bem-estar urbano de cada lugar é compreendido pela análise relacional do bem-estar urbano de outros lugares, segundo as melhores condições de bem-estar existentes.” (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013, p.11). Essa leitura relacional é realizada nas cinco dimensões que compõem o IBEU: mobilidade urbana; condições ambientais urbanas; condições habitacionais urbanas; atendimento de serviços coletivos urbanos; e infraestrutura urbana. Cada uma dessas dimensões, assim como o índice geral, é constituída por um conjunto de indicadores, obtidos na base de dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, extraídos tanto da base do universo (questionário básico) e da base de microdados (questionário amostral) quanto da base do entorno dos domicílios, agregados no nível das áreas de ponderação.¹

¹ Para detalhes sobre os procedimentos metodológicos, consultar RIBEIRO e RIBEIRO (2013), disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.net/images/abook_file/ibeu_livro.pdf.

Organiza-se o IBEU em global e local. O IBEU global é calculado relacionalmente para o conjunto das 15 metrópoles do país, o que permite comparar as condições de vida urbana entre as regiões metropolitanas e os municípios que as integram. O IBEU local é calculado especificamente para cada metrópole, permitindo avaliar suas condições de vida urbana internas e contribuir nas análises intrametropolitanas. Ambos consideram as cinco dimensões citadas.

Do ponto de vista da diferenciação desse para outros índices, cabe ressaltar duas perspectivas: i) trata-se de um índice construído para permitir uma visão do conjunto das regiões metropolitanas e entre elas (IBEU global) e não apenas para cada um de seus municípios componentes, embora a informação municipal esteja também disponível (IBEU local), mas a intencionalidade do índice é lançar um olhar mais amplo sobre o conjunto da região metropolitana; ii) trata-se de um índice que prioriza componentes de alcance coletivo e não individual, ou seja, aquilo que “a cidade deve proporcionar às pessoas em termos de condições materiais de vida” (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013, p.9). Eis, portanto, sua singularidade: permitir uma visão do conjunto da região metropolitana e priorizar elementos que estão além daquilo que as pessoas podem obter de modo individual.

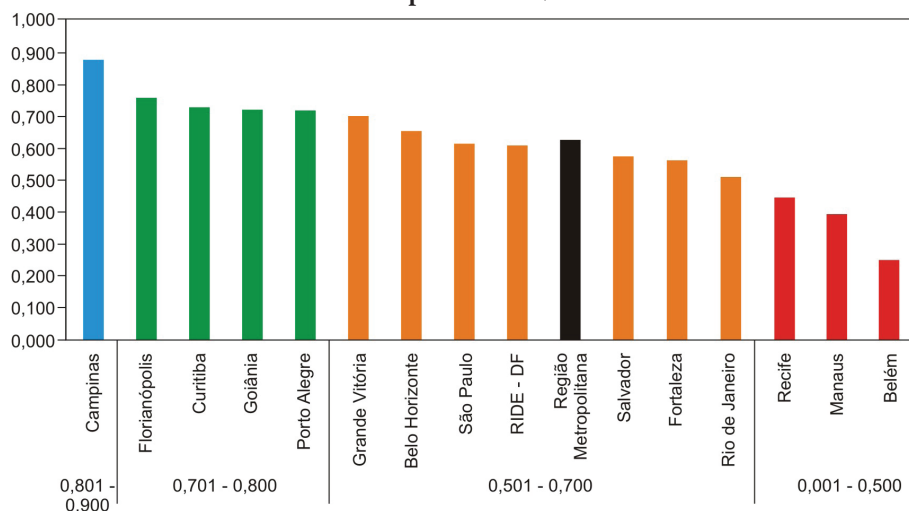
Assim, uma vez apresentado o IBEU cabe, nesse capítulo, levantar alguns elementos que possam contribuir para a verificação de seu comportamento em Curitiba e região metropolitana, do ponto de vista daquilo que o índice permite observar de modo mais preciso, bem como de alguns dos seus limites. Com essa finalidade, o capítulo apresenta, além desta introdução, uma reflexão sobre a posição da Região Metropolitana de Curitiba no conjunto das RM brasileiras consideradas pelo IBEU; uma análise dos aspectos relevantes do IBEU local no interior da RMC; uma leitura do comportamento do índice, segundo a organização social da RMC; e considerações finais, que confirmam a desigualdade presente mesmo se tratando de uma das três RMs com os mais elevados índices de bem-estar no Brasil.

1. A posição da Região Metropolitana de Curitiba no conjunto de RMs analisadas no Brasil

A Região Metropolitana de Curitiba apresenta o IBEU de 0,721,

superior à média dos índices das RMs consideradas (0,605). É a terceira posição na escala de unidades analisadas, situando-se atrás apenas de Campinas e Florianópolis (Gráfico 12.1). Entre as RMs com índices acima da média, há diferenças marcantes. Na apresentação dos resultados do IBEU global, RIBEIRO e RIBEIRO (2013) apontam quatro classes de índices: na classe 0,801 a 0,900 encontra-se apenas a RM de Campinas, em posição que pode ser considerada com nível bom ou excelente de bem-estar urbano; Florianópolis, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre se classificam com índices entre 0,701 e 0,800; as demais RMs com índices acima da média (Vitória, Belo Horizonte, São Paulo e a RIDE Distrito Federal e Entorno), assim como Salvador, Fortaleza e Rio de Janeiro, estas com índices abaixo da média, ocupam um nível intermediário de bem-estar urbano, com valores que variam entre 0,500 e 0,700. Apenas Recife, Manaus e Belém encontram-se classificadas com índices entre 0,001 e 0,500.

Gráfico 12.1 - Índice Global de Bem-Estar Urbano, segundo Regiões Metropolitanas - 2010



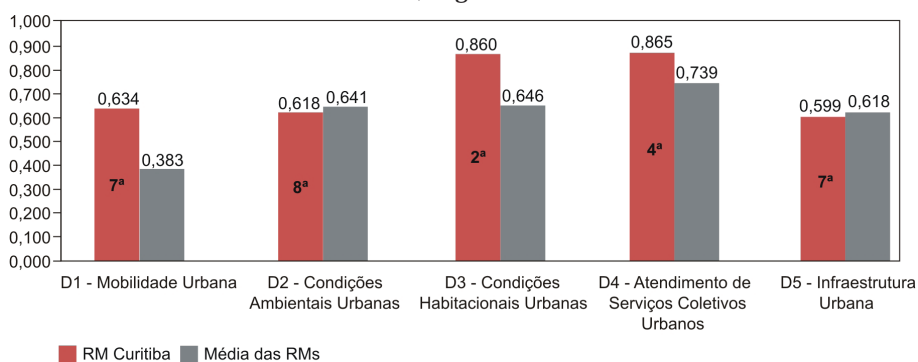
FORNTE: RIBEIRO e RIBEIRO, 2013, p.83

Embora bem classificada entre as RMs brasileiras, o IBEU global da Região Metropolitana de Curitiba, em relação às demais, pode ocultar questões importantes e presentes no próprio IBEU, quando se analisa cada uma das cinco dimensões que o compõem, revelando que em três delas a posição de Curitiba é preocupante.

Entre as particularidades que devem ser salientadas, destaca-se o fato

de que das cinco dimensões analisadas, apenas em duas delas, D3 (condições habitacionais urbanas)² e D4 (atendimento de serviços coletivos urbanos),³ a RMC esteve posicionada entre as RMs que apresentaram melhores resultados, respectivamente nas segunda e quarta posições. Nas três outras dimensões, D1 (mobilidade urbana),⁴ D2 (condições ambientais urbanas)⁵ e D5 (infraestrutura urbana),⁶ sua posição foi, respectivamente, em sétimo, oitavo e sétimo lugares, nesta última (D5), estando inclusive abaixo da média das regiões metropolitanas (Gráfico 12.2).

Gráfico 12.2 - Índice Global de Bem-Estar Urbano da RMC e média das 15 RMs analisadas, segundo as dimensões



FONTE: Observatório das Metrópoles, 2013
Elaborado por Núcleo Curitiba.

O destaque negativo da RMC na dimensão da mobilidade urbana (D1) chama atenção, sobretudo em face de que Curitiba tem uma história de ações no âmbito do planejamento e das soluções de transporte urbano, que não se revela no resultado do índice. De fato, a política de mobilidade, inicialmente inovadora, não conseguiu acompanhar a dinâmica de metropolização, em especial no que diz respeito ao pro-

² A D3 é concebida a partir de quatro indicadores: aglomerado subnormal, densidade domiciliar, densidade morador/banheiro e material das paredes dos domicílios.

³ A D4 é concebida a partir de quatro indicadores: atendimento adequado de água, atendimento adequado de esgoto, atendimento adequado de energia e coleta adequada de lixo.

⁴ A D1 é concebida a partir do indicador de deslocamento casa-trabalho.

⁵ A D2 é concebida a partir de três indicadores: arborização do entorno dos domicílios, esgoto a céu aberto no entorno dos domicílios e lixo acumulado no entorno dos domicílios.

⁶ A D5 é concebida a partir de sete indicadores: iluminação pública, pavimentação, calçada, meio-fio/guia, bueiro ou boca de lobo, rampa para cadeirantes e logradouros.

cesso de produção do espaço, e é isso que o índice revela.⁷ No universo das regiões metropolitanas analisadas, a RMC (0,634) ocupa a sétima posição nessa dimensão, apresentando grande defasagem em relação às duas que a antecedem no índice global - Florianópolis e Campinas, com 0,962 e 0,932, respectivamente. Tal posição é explicada pelo fato de o índice fazer referência ao conjunto da RMC e não apenas aos limites do município de Curitiba. É importante destacar também que, por mais que o município polo tenha sido objeto de intervenções relativas ao planejamento urbano, transporte e mobilidade, estas não tiveram desdobramentos benéficos à totalidade de seu território e ao restante dos municípios da RM. O resultado do índice aponta de modo inequívoco a urgente necessidade de ampliação da visão e da escala de intervenção dos projetos e das políticas públicas. Além disso, indica que se deve procurar a efetiva articulação entre as políticas de mobilidade e de controle do uso do solo evitando que a permanente expansão periférica da mancha ocupação inviabilize a implantação e a sustentabilidade econômica da infraestrutura de transporte; e que a retenção especulativa da terra e a elevação sem controle dos preços imobiliários impeçam que as áreas melhor atendidas por este serviço sejam apropriadas pela população que dele mais se utiliza. Comparativamente à média das regiões metropolitanas, verifica-se ser generalizado o cenário de que a mobilidade urbana coloca-se como o principal desafio metropolitano, uma vez que, com 0,393, apresenta-se como o menor índice médio dentre as dimensões analisadas.

As dimensões 2 (0,618) e 5 (0,599), respectivamente condições ambientais urbanas e da infraestrutura urbana, demonstram também a precariedade instalada, especialmente nos municípios do entorno de Curitiba, onde a situação da arborização, esgoto a céu aberto, lixo acumulado, iluminação pública, pavimentação, calçada, meio-fio, bueiro, rampa para cadeirantes e logradouros, nas imediações das residências revelam importantes diferenças intrametropolitanas.

⁷ É importante que se considere, ao tratar dessa história, que integração total da Rede Integrada de Transporte nunca foi uma realidade para a maioria dos municípios metropolitanos. Mesmo o considerado “inovador” sistema do ônibus expresso nas vias estruturais, ele abarca uma parte muito limitada da espacialidade metropolitana, inclusive do Município de Curitiba; nas áreas diretamente servidas por estas linhas não vive a população que mais utiliza o transporte coletivo. Ao contrário, estas áreas se valorizaram sem a existência de nenhum instrumento de captação da mais valia ou do controle da especulação imobiliária, inclusive pela presença do transporte coletivo, e a maioria de seus habitantes utiliza o veículo individual para deslocamentos urbanos.

Cabe pontuar, por fim, que embora as cinco dimensões apresentem diferenciações em termos de desempenho, também possuem pesos distintos na composição do IBEU. Tal característica metodológica ajuda a explicar a posição da RMC no terceiro lugar do índice global, que é resultado da ponderação entre os pontos fortes e fracos da RMC em conjunto e da diferença de peso entre as dimensões em que ela obteve os melhores e os piores resultados. Destaca-se, portanto, que o uso do índice deve, necessariamente, considerar o exercício de olhar sobre o resultado geral, mas também de suas características de composição interna, ou seja, do desempenho de cada dimensão na totalidade, sob pena de que se obtenham conclusões apressadas e por demais otimistas da realidade, como no caso da RMC.

2. Aspectos relevantes do IBEU local no interior da RMC

O IBEU, em sua perspectiva local, permite uma análise mais específica sobre a escala intrametropolitana e, igualmente, tal escala possibilita a indicação de questões que merecem atenção.

O comportamento espacial geral do índice do IBEU local evidencia condições diferenciadas na porção central da RMC, que corresponde ao recorte definido pelo IBGE como Área de Concentração da População (ACP)⁸ – Figura 12.1. É nessa área que as variáveis que compõem as cinco dimensões do IBEU evidenciam as melhores e as piores condições de bem-estar, expressas no índice relativo a cada área de ponderação.

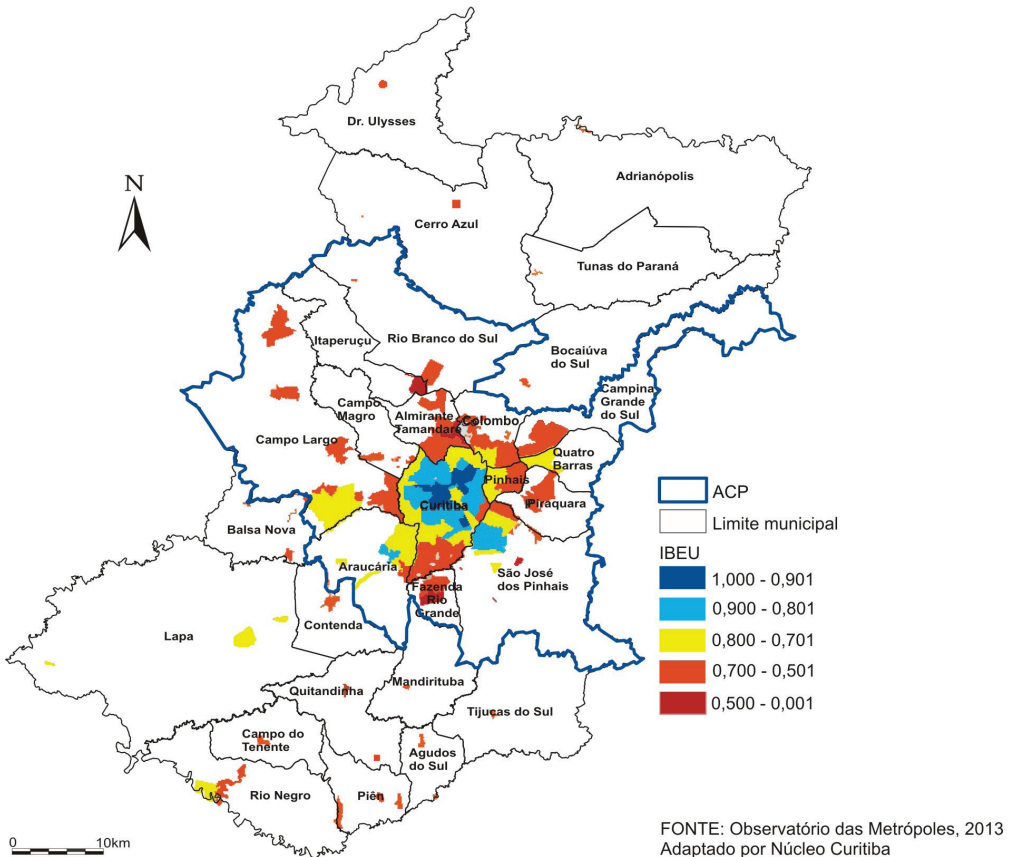
A Figura 12.1, elaborada a partir da correspondência com a escala de análise das áreas de ponderação, permite observar que as piores condições de bem-estar urbano local estão no entorno de Curitiba, em especial nos municípios de Almirante Tamandaré e Itaperuçu ao norte, e Fazenda Rio Grande ao sul.⁹ Cabe observar que, sob a perspectiva do índice global, onde se considerou todos os municípios das RMs abarcadas pelo estudo, acrescentam-se ainda a estes três municípios,

⁸ Maiores informações se encontram no capítulo introdutório.

⁹ Para efeitos desta análise, adota-se uma classificação dos índices, com base em Ribeiro e Ribeiro (2013), sendo: acima de 0,901, ótimo bem-estar; entre 0,801 e 0,900, bom; entre 0,701 e 0,800, médio; entre 0,501 e 0,700, ruim; e igual ou abaixo de 0,500, muito ruim.

dentre os quarenta piores do conjunto do Brasil, Campo Magro e Rio Branco do Sul. Tal constatação demonstra que o IBEU local é capaz de diferenciar melhor os municípios e as áreas de ponderação que se situam em piores condições urbanas.

Figura 12.1 - Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU local) RMC - 2010

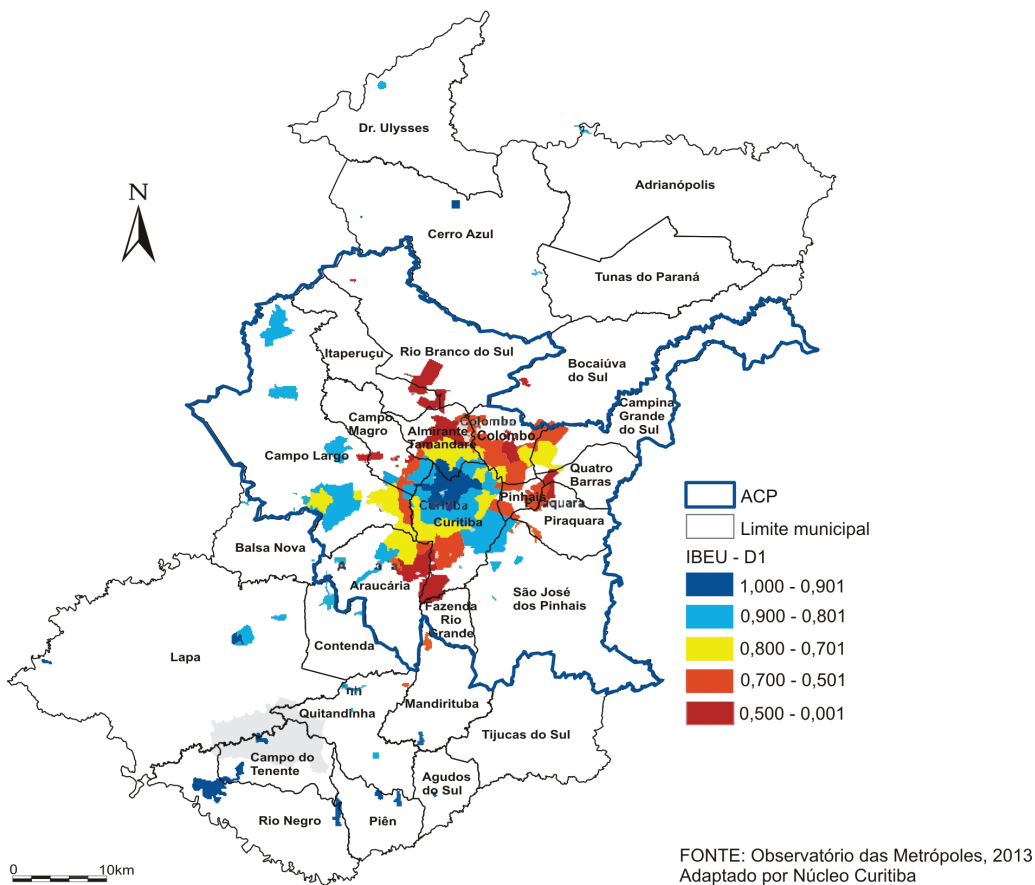


Da mesma forma, o mapeamento do índice local evidencia diferenças na área configurada pela mancha de contiguidade urbana da ACP, ao apontar com maior especificidade do que o mapeamento do índice global que as condições urbanas tornam-se piores quanto mais afastados ao desenho composto pela área central de Curitiba e seu prolongamento ao sudeste em direção a São José dos Pinhais.

Na dimensão da mobilidade urbana (D1), o índice global relativo à RMC (0,634) é considerado de médio bem-estar urbano. O índice local obtido sobre as áreas de ponderação na RMC revela as diferen-

ças intrametropolitanas, a seguir descritas a partir de duas situações distintas e observáveis de mobilidade urbana na RMC (Figura 12.2).

Figura 12.2 - Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU local) - D1 - Mobilidade Urbana - RMC - 2010



A primeira situação é aquela verificada prioritariamente sobre a ACP, onde os índices que demonstram melhores condições de mobilidade urbana (0,801 -1.000) são percebidos na área central de Curitiba e no vetor sudeste que liga esta espacialidade à área central de São José dos Pinhais.¹⁰ No entorno imediato destes, observam-se áreas com

¹⁰ As áreas centrais destes municípios, os centros principais e bairros situados no entorno próximo, e por isso são assim denominadas. Tal esclarecimento torna-se necessário porque estas áreas não estão situadas no centro geográfico; em Curitiba está no centro-norte da mancha de ocupação urbana e em São José dos Pinhais no oeste.

média condição (0,701 – 0,800), especialmente nos limites de Curitiba, ao norte com Almirante Tamandaré e Colombo, a leste com Pinhais, no sudoeste com Araucária e a oeste com Campo Largo. Verifica-se, ainda, que na extensão radial das áreas com média condição, exceto em Campo Largo, situam-se também as piores condições (0,001-0,500), principalmente no sul, abrangendo parte dos municípios de Curitiba, Araucária e a totalidade de Fazenda Rio Grande, e áreas no norte, em parte de Almirante Tamandaré e Colombo, e na totalidade de Itaperuçu e Rio Branco do Sul. Essas áreas caracterizam-se pela forte pendularidade¹¹ com o polo e a baixa condição de mobilidade indica fragilidades relativas à gestão do transporte público na escala metropolitana que ampliam as desigualdades socioespaciais.

A segunda situação é revelada pela boa condição observada nas áreas urbanas dos municípios mais distantes da ACP, que pode ser explicada pelo fato de serem municípios pequenos (em extensão da mancha urbana e no tamanho da população), e com pequena integração ao polo, ou seja, não participam dos fluxos de mobilidade mais importantes no contexto da RMC. Desse modo, ponderando-se que o que se considera na composição do IBEU D1, mobilidade, é o tempo de deslocamento casa-trabalho de até uma hora, inevitavelmente ocupam boas posições os municípios que, embora pertencentes à RMC, realizam a maior parte desse deslocamento no interior de seu próprio território, pois não possuem relações cotidianas e frequentes de deslocamento em direção à ACP.

Deve-se ressaltar, no entanto, que para orientar políticas metropolitanas de transporte, o tempo de deslocamento casa-trabalho não deve ser o único indicador utilizado, pois pode não revelar porções territoriais onde os maiores desafios estão concentrados. Para uma visão mais ampla das condições da mobilidade, é preciso agregar ao índice outros indicadores, como os fluxos de deslocamentos pendulares, entre outros. No caso da RMC, é possível afirmar que o transporte público não tem correspondido a tais demandas, que não somente se

¹¹ No capítulo 11, demonstra-se a concentração, notadamente no entorno direto de Curitiba, dos municípios com maior número de pessoas que se deslocam para o trabalho. Nove dos 14 municípios pertencentes à ACP encontram-se nessa situação. Nesse contexto destaca-se Colombo como aquele com maior número de pessoas se deslocando (56.171 pessoas, maior do que Curitiba, com 48.999 pessoas), seguido de São José dos Pinhais, Almirante Tamandaré e Pinhais num segundo patamar com número de pessoas se deslocando situado entre 20.001 e 45.000, e Fazenda Rio Grande, Araucária e Campo Largo, em terceiro patamar, no intervalo de 10.001 a 20.000 pessoas.

expressam de forma acentuada entre os municípios limítrofes em direção ao polo, como também pela espacialização de uma trama efetiva de trocas entre esses municípios.¹²

A partir da classificação dos índices locais nas cinco dimensões, foi possível também contabilizar o número de setores censitários abarcados em cada uma das áreas de ponderação consideradas, resultando na síntese apresentada na Tabela 12.1. Com base nesta tabulação, no que se refere à mobilidade urbana, as áreas com piores condições são as situadas nas franjas da aglomeração metropolitana, que representam aproximadamente 26,36% dos setores censitários considerados.

Tabela 12.1 - Percentual do número de setores censitários, por classificação das dimensões do IBEU local - RMC - 2010

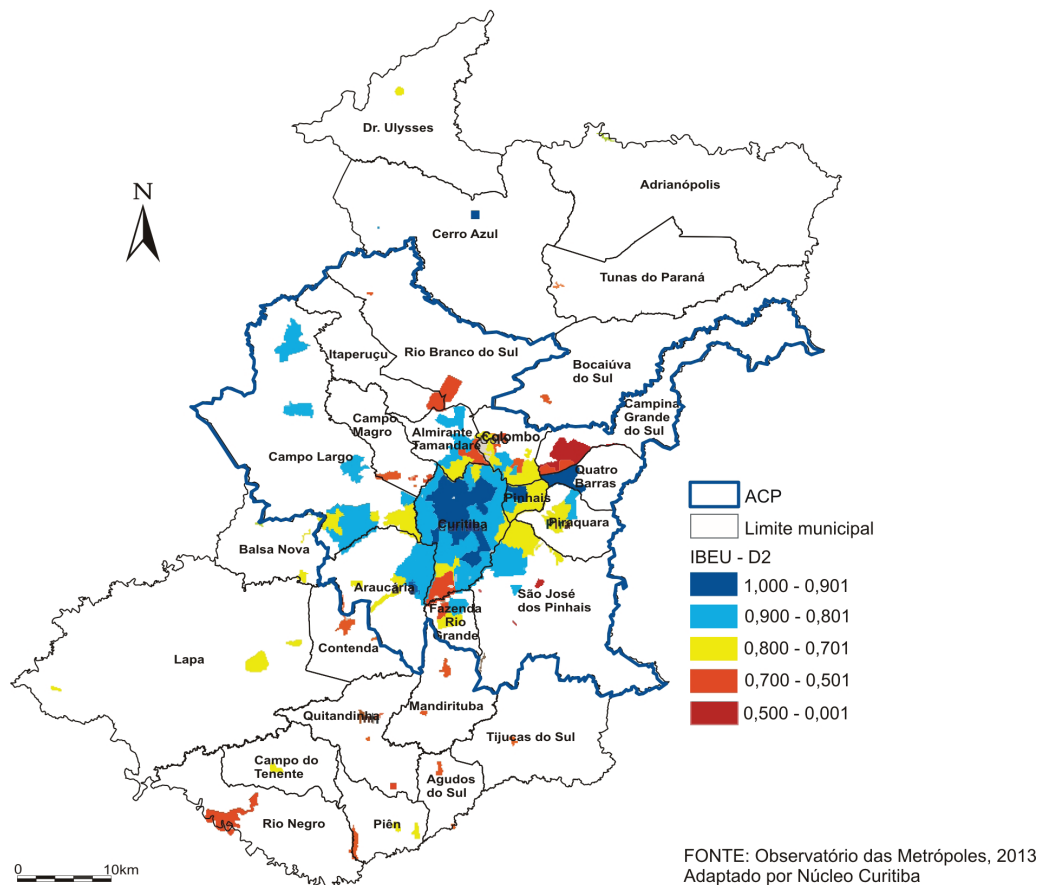
CLASSIFICAÇÃO	D1 MOBILIDADE URBANA	D2 CONDIÇÕES AMBIENTAIS URBANAS	D3 CONDIÇÕES HABITACIONAIS URBANAS	D4 ATENDIMENTO DE SERVIÇOS COLETIVOS URBANOS	D5 INFRAESTRUTURA URBANA
1,000-0,901	20,58	29,86	10,83	40,64	3,50
0,900-0,801	30,73	35,52	16,33	29,00	16,35
0,800-0,701	22,33	21,17	37,75	9,67	26,13
0,700-0,501	15,99	12,03	33,11	16,01	28,11
0,500-0,001	10,37	1,41	1,98	4,69	25,90

FONTE: Observatório das Metrôpoles, 2013
Elaboração: Núcleo Curitiba.

Em relação à Dimensão 2, condições ambientais urbanas, o índice global metropolitano alcançou, com o valor de 0,618, patamar médio de bem-estar urbano. Muito embora em oitava posição entre as RMs (global), verifica-se que para o índice local, em 65,38% dos setores censitários considerados, há boas condições de arborização urbana e de áreas cujo entorno não se verificam esgotos a céu aberto ou lixo acumulado. Classificados como ótima (1,000–0,901) e boa condição (0,900-0,801) ambiental urbana, as maiores extensões de áreas nessa classe localizam-se preponderantemente sobre a área de urbanização contínua no entorno ao polo, abarcando praticamente a totalidade de Curitiba e porções de Araucária, Campo Largo, Colombo, Fazenda Rio Grande e São José dos Pinhais (Figura 12.3).

¹² Ver capítulo 11 neste livro.

Figura 12.3 - Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU local) - D2 - Condições Ambientais Urbanas - RMC - 2010



Cabe salientar, contudo, que nesta análise não foram considerados os espaços informais de moradia¹³ situados em áreas rurais da Região Metropolitana de Curitiba, não computados pelo IBGE como urbanos. É o caso do que ocorre no município de Piraquara, onde grande parte da população reside sobre uma área denominada Guarituba, e na qual as condições ambientais urbanas ali existentes certamente a colocariam classificada como baixa ou muito baixa. Verifica-se que os patamares inferiores (0,001-0,005) no interior de Curitiba manifestam-se em Campo Magro, Colombo, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Campina Grande do Sul. É possível também inferir que as piores situações nas cinco dimensões analisadas se repetem geralmente nos

¹³ A conceituação deste termo é aprofundada no Capítulo 6.

municípios periféricos ao polo, no entanto, para a condição ambiental urbana elas ocorrem em um número menor de áreas, e abarcam aproximadamente 13,44% dos setores censitários considerados.

No que concerne à Dimensão 3, referente às condições habitacionais urbanas, embora a RMC esteja bem posicionada no conjunto das regiões metropolitanas do país (2ª posição global), é importante destacar os limites de alguns dos indicadores que compõem essa dimensão para a realidade da região, sob pena de minimizar os graves problemas habitacionais existentes.

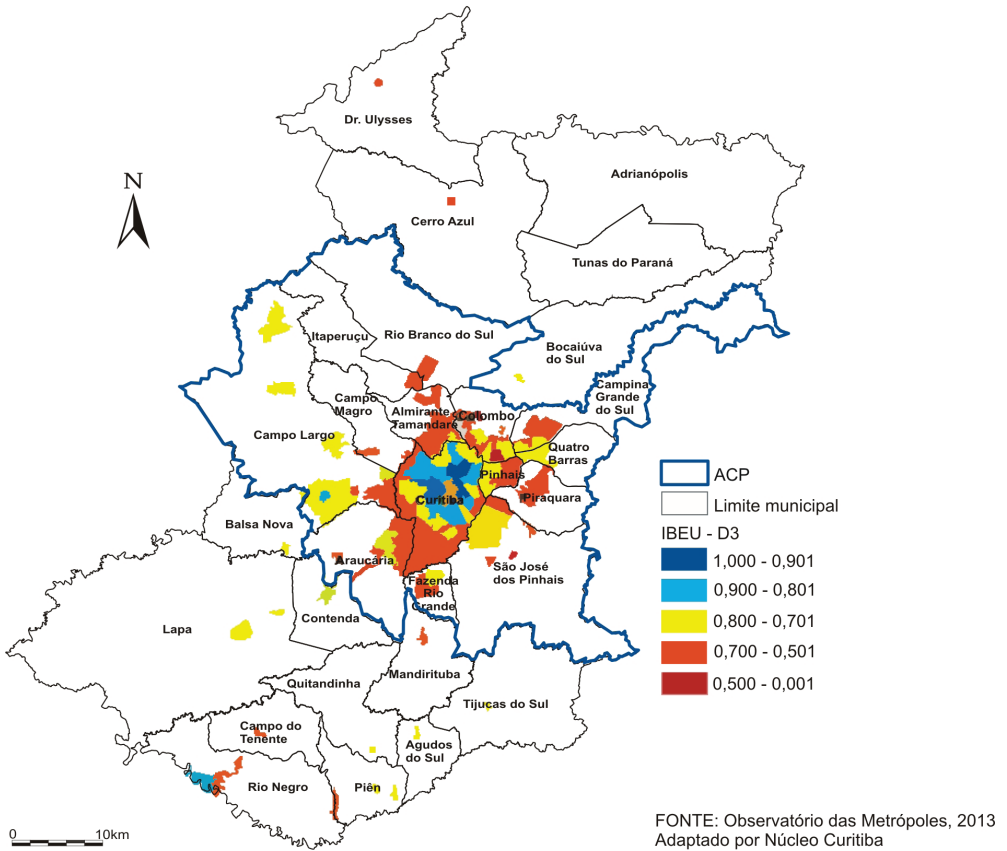
O município de Curitiba está entre os com os melhores índices da RMC nessa dimensão, contudo, deve-se considerar que estudos realizados num grau de detalhamento maior e com dados coletados junto aos municípios (SILVA, 2012) demonstram que Curitiba concentra a maior parte das favelas e os mais graves problemas relativos ao acesso à moradia da população de baixa renda, quando tomado o contexto metropolitano para análise.

Os distintos cenários encontrados pelas investigações acima destacadas encontram explicação nas opções metodológicas adotadas por essa dimensão. No caso da construção do IBEU, é adotada a categoria “aglomerado subnormal”, utilizada pelo IBGE que de acordo com Silva (2012), não chega a considerar, em alguns municípios metropolitanos, nem 70% dos espaços informais de moradia existentes. Isso ocorre porque uma das principais características das favelas na RMC e, em especial no município de Curitiba, é a ocupação de áreas pequenas, em geral públicas, que possuem menos de 51 domicílios, limiar inferior utilizado pelo IBGE para considerar esses assentamentos como aglomerados subnormais. Disso resulta que a categoria aglomerado subnormal, conforme dados censitários, contribui para dar invisibilidade a aspectos perversos do problema habitacional em Curitiba e região metropolitana.

Apesar das considerações apresentadas, o IBEU local relativo às condições habitacionais urbanas demonstra sua importância ao captar, em nível da área de concentração da população da Região Metropolitana de Curitiba, 37,75% dos setores censitários localizados na classe de índices entre 0,701 e 0,800, passíveis de serem considerados em patamar médio de bem-estar e outros 35,09%, nas classes abaixo de 0,700, ou seja, em patamar ruim ou muito ruim de bem-estar. É também igualmente expressiva a abrangência da localização dos setores pior classificados, que se estendem em considerável porção ao sul do município de Curitiba além de municípios de seu entorno, onde

se destacam Almirante Tamandaré, Araucária, Colombo, Piraquara e São José dos Pinhais (Figura 12.4).

Figura 12.4 - Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU local) - D3 - Condições Habitacionais Urbanas - RMC - 2010

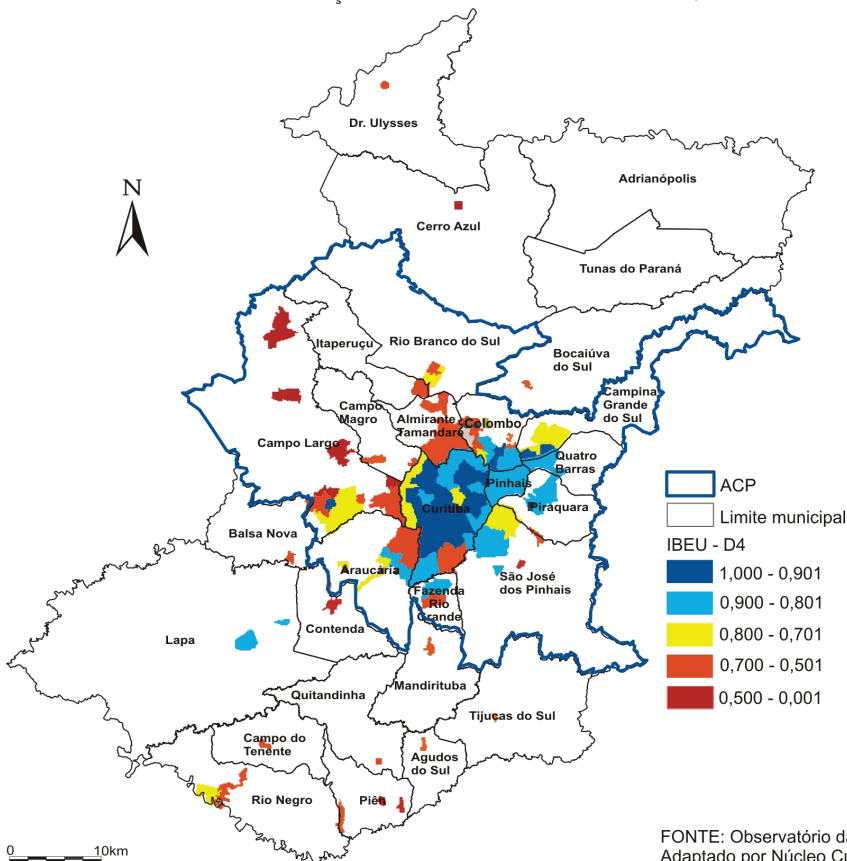


A Dimensão 4, de atendimento aos serviços coletivos urbanos, apresenta o melhor índice entre as dimensões para a RMC, destacando-se, em particular, o indicador serviço de abastecimento de água, que possui a melhor classificação dentre as RMs analisadas, seguido pelos serviços de resíduos sólidos e energia elétrica. A pior pontuação da RMC nesta dimensão é relativa aos serviços de esgotamento sanitário, o que reforça e comprova que este serviço, assim como no restante do Brasil, é uma das maiores carências no que diz respeito ao saneamento.

No conjunto da RMC, a espacialização deste índice indica uma boa colocação das áreas situadas em Curitiba e seu entorno a leste, abrangendo especialmente os municípios de Pinhais, Quatro Barras, Piraquara

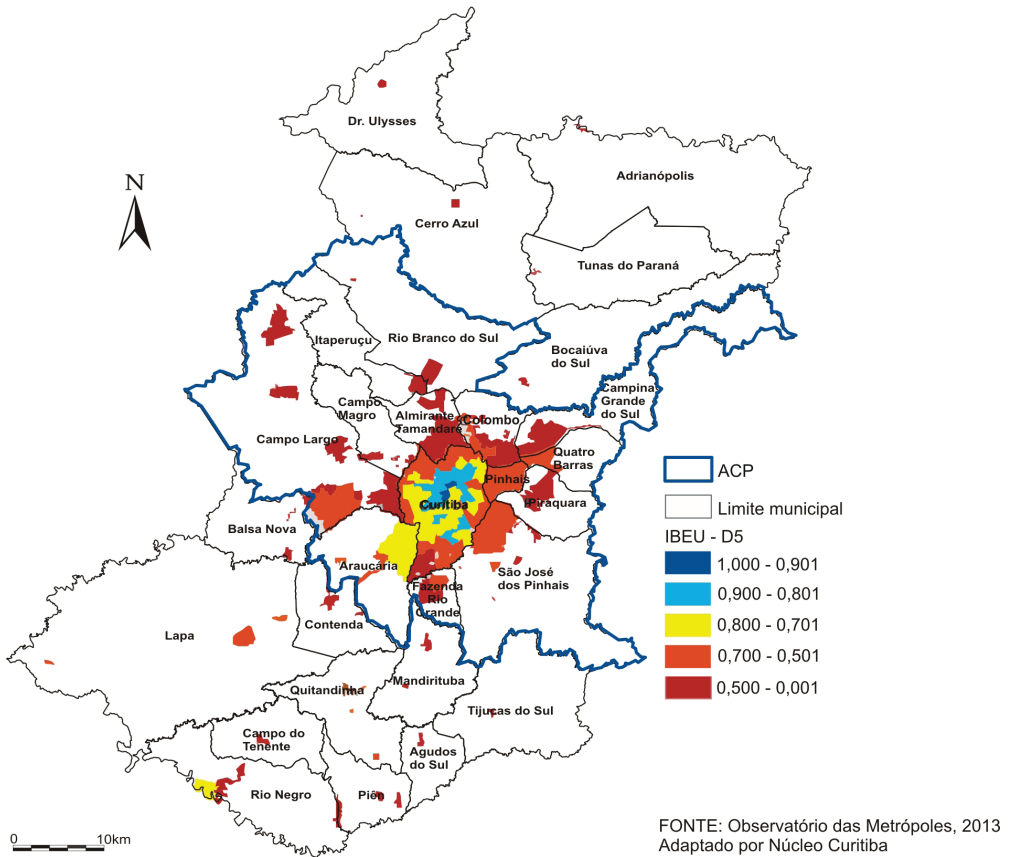
e São José dos Pinhais. Situadas em uma importante área de entorno imediato a Curitiba constituem importantes áreas de proteção do manancial de abastecimento público e para onde recursos públicos têm sido destinados ao longo das últimas décadas visando à melhoria e manutenção da qualidade e quantidade de água necessária à RMC. Como parte deste sistema, pode-se destacar, a leste, sobre os municípios acima mencionados, a existência de duas importantes represas de abastecimento público – represa do Iraí e de Piraquara (Figura 12.5). No oeste, onde se localiza outra importante represa de abastecimento de água, a do Passaúna, e no norte, onde está situado o aquífero Karst, que apresenta grande fragilidade de contaminação dos mananciais subterrâneos pela ocupação urbana, observam-se áreas com índices inferiores a 0,800, indicativas de bem-estar urbano médio, ruim e muito ruim.

Figura 12.5 - Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU local) - D4 - Atendimento de Serviços Coletivos Urbanos - RMC - 2010



O pior resultado entre as dimensões analisadas na RMC foi encontrado na infraestrutura urbana (D5), posicionando-se abaixo da média geral das RMs. A RMC foi a que obteve o maior número de municípios entre as piores posições nesta dimensão e apenas dois, Curitiba e Araucária, aparecem entre os 40 melhores (Figura 12.6).

Figura 12.6 - Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU local) - D5 - Infraestrutura Urbana - RMC - 2010



A espacialização do índice local por áreas de ponderação confirma a baixa performance em infraestrutura urbana dos municípios da RMC, observando-se que 54,01% dos setores censitários ficaram com índices entre 0,001 e 0,700, sendo 28,11% classificados como ruins (0,501-0,700) e 25,90% como muito ruins (0,001-0,500). Mesmo considerando que a metodologia não leva em conta a qualidade da infraestrutura construída, o que certamente estabeleceria um nível

ainda mais baixo de bem-estar urbano nesta dimensão, os resultados retratam a falta de prioridade dada pelas municipalidades nos aspectos referentes à infraestrutura urbana, que se manifestam na escala do bairro, e em especial nos espaços livres públicos, com maior importância para os aspectos relativos à infraestrutura viária e à segurança local.

3. O IBEU na organização social da metrópole

Considerando a organização social da Região Metropolitana de Curitiba, sintetizada em cinco tipos socioespaciais,¹⁴ pode-se observar uma grande variação do IBEU entre os tipos e internamente a cada tipo, com uma condição de maior homogeneidade apresentada pelos dois tipos-ponta, o Superior (tipo 1) e o Agrícola (tipo 5) – Tabela 12.2.

Tabela 12.2 - IBEU segundo organização social da metrópole - RMC - 2010

TIPO SOCIOESPACIAL	MAIOR ÍNDICE	MENOR ÍNDICE	VARIAÇÃO %	Nº ÁREAS	% POPULAÇÃO 2010
Tipo 1 - Superior	0,964	0,885	8,16	14	12,1
Tipo 2 - Médio	0,921	0,698	24,15	40	41,3
Tipo 3 - Popular Operário	0,824	0,458	44,48	52	38,7
Tipo 4 - Operário Agrícola	0,785	0,262	66,54	11	5,4
Tipo 5 - Agrícola	0,678	0,619	8,71	7	2,5

FONTES: Ribeiro e Ribeiro (2013); Observatório das Metrôpoles
Elaboração: Núcleo Curitiba.

No tipo 1 (Superior), formado por 14 áreas de ponderação, nenhuma delas apresenta índice inferior a 0,8, ou seja, numa condição excelente de bem-estar urbano. Nestas áreas, a variação entre o maior e o menor valor encontrado foi também bastante baixa, 8,2%. Esse tipo, composto pelos bairros mais bem posicionados no âmbito da centralidade urbana de Curitiba, concentrou 12,1% da população da RMC em 2010 e se organiza pelas categorias sócio-ocupacionais de dirigentes, profissionais de nível superior, pequenos empregadores e ocupações médias. As sete áreas de ponderação do tipo Agrícola também apresentaram-se bastante homogêneas, com mais de 50% das ocupações em atividades dessa natureza. Nelas, porém, os índices ficam

¹⁴ A fundamentação teórico-conceitual e os procedimentos metodológicos para construção da tipologia, bem como uma análise dos tipos na RM de Curitiba encontram-se no capítulo 4 deste livro.

entre 0,619 e 0,678, com variação de 8,7%, e sugerem condições de bem-estar urbano inferiores às do tipo 1. Nessas condições está sujeita 2,5% da população da RMC, e entre os municípios que integram o tipo Agrícola, estão os pertencentes ao Vale do Ribeira, região com várias ordens de precariedade.

O tipo 4, Operário Agrícola, embora composto por poucas áreas (11) e abrigando 5,4% da população em 2010, é o que apresenta maior desigualdade no bem-estar urbano, com uma variação de 66,5% entre o maior (0,785) e o menor (0,262) índice. Tal desigualdade encontra relação com a diversidade de categorias sócio-ocupacionais deste tipo, com peso em atividades agrícolas, trabalho no terciário especializado e no não especializado e trabalho no secundário. O tipo Operário Agrícola ocupa uma extensa superfície do território metropolitano, e abrange municípios do Vale do Ribeira, ao Norte; os distantes do polo, ao sul; e os vetores de expansão da ocupação urbana em municípios inseridos na ACP ou suas imediações. O menor índice foi encontrado exatamente neste último, numa área rural de São José dos Pinhais.

Para o tipo 3, Popular Operário, também foi encontrada uma elevada variação entre índices (44,5%), de 0,458, considerado entre os de nível muito ruim de bem-estar urbano, para 0,824, considerado bem-estar urbano muito bom. O Popular Operário abrange 52 áreas e detém 38,7% da população. Esse tipo socioespacial, composto por categorias de ocupações médias, trabalho no secundário, no terciário especializado e não especializado, distribui-se sobre toda a ACP, no entorno de Curitiba, incluindo o sul desse município. É ele que melhor revela a metrópole em sua essência, no que diz respeito às contradições e às desigualdades. Embora possua tais características, sustenta um patamar mínimo de bem-estar que supera o encontrado no tipo Agrícola.

O tipo 2, médio, com a maior diversidade de ocupações e índices que variam entre si em 24,1%, possui áreas em excelentes condições de bem-estar urbano, atingindo um IBEU de 0,921, próximas a outras em condições ruins, com o índice de 0,698. Localiza-se todo no entorno da área de tipo 1, no município de Curitiba, e também nas porções centrais de São José dos Pinhais, Pinhais, Araucária, Campo Largo – limítrofes ao polo – e Rio Negro, na divisa com Santa Catarina. Compõe-se de 40 áreas e abriga a maior parcela da população da RMC, 41,3%, entre os tipos socioespaciais.

Maior é a desigualdade entre os índices, considerando as cinco di-

mensões do IBEU (Tabela 12.3). Os índices acima de 0,8 encontram-se majoritariamente no tipo Superior, em todas as dimensões, deixando de corresponder apenas nos menores valores das dimensões 3 (condições habitacionais urbanas) e 4 (atendimento aos serviços coletivos urbanos).

Tabela 12.3 - Índices das dimensões componentes do IBEU, segundo organização social da metrópole - RMC - 2010

DIMENSÕES DO IBEU	TIPO 1 SUPERIOR	TIPO 2 MÉDIO	TIPO 3 POPULAR OPERÁRIO	TIPO 4 OPERÁRIO AGRÍCOLA	TIPO 5 AGRÍCOLA
D1 Mobilidade Urbana					
maior valor	1,000	0,988	0,882	0,982	0,980
menor valor	0,866	0,697	0,017	0,454	0,806
D2 Condições Ambientais Urbanas					
maior valor	0,989	0,970	0,959	0,763	0,932
menor valor	0,876	0,687	0,482	0	0,663
D3 Condições Habitacionais Urbanas					
maior valor	0,985	0,916	0,772	0,786	0,799
menor valor	0,788	0,54	0,458	0,454	0,541
D4 Atendimento de Serviços Coletivos Urbanos					
maior valor	0,988	0,986	0,969	0,878	0,606
menor valor	0,791	0,738	0,452	0,048	0,433
D5 Infraestrutura Urbana					
maior valor	0,999	0,855	0,817	0,591	0,53
menor valor	0,807	0,517	0,252	0	0,23

FONTES: Ribeiro e Ribeiro (2013); Observatório das Metrópoles
Elaboração: Núcleo Curitiba.

Índices superiores a 0,8 correspondem ainda aos maiores valores da dimensão 1 (mobilidade urbana) em todos os tipos socioespaciais; da dimensão 2 (condições ambientais urbanas), exceto o tipo Popular Agrícola; e na dimensão 4 (atendimento aos serviços coletivos urbanos), exceto o tipo Agrícola. Na dimensão 3 (condições habitacionais urbanas), corresponde apenas aos tipos Superior e Médio; na dimensão 5 (infraestrutura urbana), a esses e também ao tipo Popular.

Índices inferiores a 0,5, considerados nas piores condições de bem-estar urbano, aparecem como os menores valores de todas as dimensões no tipo Popular Operário e no Operário Agrícola, sugerindo condições de desigualdade e precariedade tanto na mancha de ocupação mais densa e contínua, como nas áreas urbanas mais periféricas e dispersas da RMC. Os menores índices estão presentes também nas dimensões 4 (atendimento aos serviços coletivos urbanos) e 5 (infraestrutura urbana) do tipo Agrícola, sinalizando que as áreas com

características mais rurais ainda estão longe de alcançar o bem-estar prometido pela cidade.

4. Considerações finais

A RM de Curitiba apresenta bons índices de bem-estar urbano, em comparação às demais RMs, situando-se na terceira posição no conjunto das 15 regiões pesquisadas, e também em cada uma das dimensões consideradas, posicionando-se abaixo da média das RMs apenas na dimensão da infraestrutura urbana.

No entanto, ao decompor o resultado geral do índice local em suas cinco dimensões, observam-se situações de nítida desigualdade, com índices de áreas de ponderação variando entre os considerados ótimos aos muito ruins. As condições habitacionais, de mobilidade e da infraestrutura urbana demonstram alta desigualdade intrametropolitana, sugerindo que a precariedade encontra-se instalada, especialmente, em áreas dos municípios do entorno de Curitiba.

No caso da dimensão habitacional urbana, o conjunto de áreas com índices de médio a muito ruim se torna elevado, e, mesmo assim, oculta a realidade da favelização que se constata fortemente localizada em Curitiba, mas que já acontece também em municípios do entorno, na ACP. A escolha dos indicadores para composição do índice dessa dimensão, empregando o uso dos aglomerados subnormais, é o responsável por tal distorção, dado que grande número de favelas na região são esparsas, não reunindo o número mínimo de domicílios necessários no requisito do IBGE para enquadrá-las entre os aglomerado subnormais.

A dimensão que provocou maior preocupação é a da mobilidade urbana, visto que Curitiba tenha sido historicamente considerada como modelo no que se refere ao sistema de transporte público. Os índices revelam duas facetas: a primeira, de que esse sistema hoje sequer contempla uma atenção qualificada no município de Curitiba, e que por mais que propague a integração metropolitana, os municípios da ACP são aqueles onde os índices dessa dimensão são os mais baixos. A segunda faceta decorre da própria composição do índice, que se apoia exclusivamente na variável “tempo de deslocamento casa-trabalho”, mascarando precariedades de deslocamento e até restrições à mobilidade intrametropolitana, que podem estar ocorrendo em áreas mais distantes da RM. De qualquer forma, repete-se, na RMC, o mesmo

panorama que aponta a mobilidade urbana como um dos principais desafios à formulação de políticas de âmbito metropolitano.

A infraestrutura urbana é a dimensão que na RMC apresenta o pior resultado, com mais de 80% das áreas urbanas com média condição (26,13%), ruim (28,11%) e muito ruim (25,90%), posicionando-se abaixo da média geral das RMs. Salienta-se que somente o município de Curitiba possui áreas localizadas, principalmente na sua porção central, com bons índices, apontando para a baixa atuação das municipalidades no que se refere às interferências locais relativas à qualidade urbana das ruas e da vida na escala dos bairros.

A espacialização dos índices específicos a cada área de ponderação no território da RMC confirma as desigualdades presentes em seu interior. Tanto no índice geral como em todos os índices das dimensões consideradas, a representação em mapa indica uma mancha com melhor desempenho (índices ótimos e bons) na parte central da região, particularmente em Curitiba, que também são encontrados em alguns municípios do entorno, nos quais se restringe às sedes municipais. Os índices considerados ruins e muito ruins situam-se no entorno dessa mancha melhor qualificada, na ACP, variando a inclusão do número de municípios conforme a dimensão analisada. Há que se destacar a dimensão das condições habitacionais, na qual a espacialização dos melhores índices é a mais restrita, observando-se, já a partir do território de Curitiba, áreas com índices ruins e muito ruins. Esses índices mais deprimidos abrangem todas as áreas de ponderação da ACP, com restritas exceções em Araucária, Campo Largo e São José dos Pinhais. Alerta-se também para a espacialização dos índices de mobilidade urbana, que expressam no vetor sul da ACP, que vem apresentando elevado crescimento populacional, uma das piores condições. Essa situação abrange áreas situadas no sul do perímetro urbano dos municípios de Curitiba e Araucária, e toda a área urbana de Fazenda Rio Grande.

Considerando os recortes espaciais da organização social da metrópole, observam-se as melhores condições de bem-estar urbano no tipo socioespacial Superior, seguido pelo Médio, que ocupam a porção central da ACP, fundamentalmente Curitiba e áreas de Araucária, Campo Largo, Pinhais e São José dos Pinhais. Os tipos socioespaciais com maior desigualdade interna quanto ao bem-estar urbano são o Popular Operário e o Operário Agrícola que, apesar de conterem um grande número de áreas e alcançarem vasta extensão do território da

RMC, concentram aproximadamente a mesma população que o tipo Médio. O tipo Agrícola apresenta índices gerais que expressam condição urbana intermediária; está presente em municípios pequenos, todos fora da ACP, com peso importante da população rural e elevadas taxas de pobreza.

Ao serem analisadas as dimensões componentes do IBEU, segundo a tipologia socioespacial, observa-se grande variação de índices, particularmente nas dimensões do atendimento aos serviços coletivos urbanos e da infraestrutura urbana, destacando-se que a primeira apresentou a melhor avaliação no contexto da RMC. Nestas duas dimensões, os índices mais baixos se dão nos tipos Popular Operário, Operário Agrícola e Agrícola. Chama atenção a presença de índices muito baixos na dimensão da mobilidade e das condições ambientais urbanas, fundamentalmente nos tipos popular operário e operário agrícola.

Conclui-se, assim, que a RMC, como as demais, apresenta um território heterogêneo e desigual, no qual se aproximam áreas em condições qualificadas de bem-estar urbano, com outras onde a precariedade predomina. Esse cenário reitera os desafios postos à gestão metropolitana, particularmente diante da ausência de um planejamento em escala metropolitana da falta de políticas setoriais que considerem a especificidade das funções públicas de interesse comum, e da inexistência de arranjos institucionais de gestão que contemplem seu território.

Deve-se ressaltar a importância do IBEU como contribuição ao planejamento, formulação e gestão de políticas metropolitanas, tanto em sua perspectiva global como local, porque sinaliza situações que merecem atenção. É um índice que prioriza o contexto das regiões metropolitanas, e isso o diferencia dos demais, além de considerar elementos em sua composição diretamente relacionados aos serviços que o poder público oferece aos moradores das cidades, e não ao que esses moradores obtêm por si. Assim, ressalta-se sua importância como ferramenta de interpretação da realidade, que, disponibilizada aos gestores e à sociedade em geral, pode servir para revelar desigualdades e desequilíbrios, e, portanto, de grande relevância para a formulação de políticas públicas includentes. Salienta-se, ainda, que a regularidade na geração do IBEU poderá possibilitar a constituição de análises históricas relativas à evolução das condições do bem-estar urbano das diferentes áreas que constituem o território metropolitano, podendo

se transformar numa importante ferramenta de gestão e controle social na implementação de políticas metropolitanas.

Referências

HARVEY, D. A justiça social e a cidade. São Paulo: Hucitec, 1980.

IPARDES. Indicadores Intrametropolitanos 2000: diferenças socioespaciais na Região Metropolitana de Curitiba. Curitiba: IparDES: Observatório das Metrôpoles, 2005. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/pdf/publicacoes/intrametropolitanos.pdf>>. Acesso em: abr. 2014.

MOURA, R.; FIRKOWSKI, O.L.C; de F. Dinâmicas intrametropolitanas e produção do espaço na Região Metropolitana de Curitiba. Rio de Janeiro/ Curitiba: Letra Capital/Observatório das Metrôpoles/Observatório de Políticas Públicas Paraná, 2009, 385 p. Disponível em: http://www.observatoriodasmetrosoles.net/images/abook_file/livro_rmc Curitiba.pdf . Acesso em: abr. 2014.

MOURA, R.; RODRIGUES, A.L. Como Andam Curitiba e Maringá? Série Conjuntura Urbana. Volume 7. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009, 404 p. Disponível em http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br/Vol7_como_andam_curitiba_maringa.pdf Acesso em: abr. 2014.

RIBEIRO; L.C.de Q.; RIBEIRO, M.G. (Org.). IBEU: índice de bem-estar urbano. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, 264 p. Disponível em: http://www.observatoriodasmetrosoles.net/images/abook_file/ibeu_livro.pdf . Acesso em: abr. 2014.

SILVA, M. N. da. A dinâmica de produção dos espaços informais de moradia e o processo de metropolização de Curitiba. Tese (Doutorado em Geografia); Universidade Federal do Paraná, 2012, 259 p.

PARTE III

Governança urbana, cidadania e gestão das regiões metropolitanas

Conflitos na construção da escala metropolitana de gestão – a experiência do Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba

Thaís Kornin

Liria Yuri Nagamine

Claudio Jesus de Oliveira Esteves

Julio Cesar Botega do Carmo

Resumo: O presente capítulo parte da análise da atuação do Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana Curitiba para efetuar uma reflexão acerca da limitação do arranjo institucional da RMC no que diz respeito à constituição de possíveis espaços de intervenção pública e participação cidadã para a construção, o planejamento e a gestão da escala metropolitana. A capacidade de articulação de uma governança será considerada tendo em vista as determinantes do ordenamento territorial, ou seja, a condição hegemônica do capital e a ausência de um processo de planejamento metropolitano que articule os diferenciados agentes territoriais e atores sociais.

Palavras-chave: Governança metropolitana; arranjos institucionais de governança metropolitana; Região Metropolitana de Curitiba; Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba.

Abstract: Starting with an analysis of the work of the Council for the Management of Water Sources in Curitiba Metropolitan Region (RMC), this chapter discusses the limitations imposed by the institutional arrangements in the RMC on the configuration of possible spaces for public intervention and participation by citizens in the construction, planning and management of the metropolitan scale. The ability of governance to articulate is considered in light of the factors that influence spatial planning, i.e., the hegemony of capital and the absence of a metropolitan planning process that addresses the concerns of the different territorial agents and social actors.

Keywords: Metropolitan governance; institutional arrangements in metropolitan governance; Curitiba Metropolitan Region; Council for the Management of Water Sources in the Curitiba Metropolitan Region.

Este capítulo propõe a reflexão acerca da limitação do arranjo institucional para a Região Metropolitana de Curitiba (RMC) no que diz respeito à constituição de possíveis espaços de intervenção pública e participação cidadã para a construção, o planejamento e a gestão da escala metropolitana. Para tanto, inicia com uma abordagem acerca dos limites da atuação do órgão metropolitano e seu instrumental de gestão. A capacidade de articulação de uma governança será considerada tendo em vista as determinantes do ordenamento territorial, ou seja, a condição hegemônica do capital e a ausência de um processo de planejamento metropolitano que articule os diferenciados agentes territoriais e atores sociais.

Considerando esse cenário, entende-se que a precarização do órgão metropolitano, oriunda da falta de investimento em sua estruturação política e técnica e a manutenção da mesma estrutura decisória centralizadora, desde a sua criação em 1974, atende prioritariamente aos interesses da produção corporativa do espaço, cuja estratégia para tornar as cidades competitivas, a “guerra de lugares”, se estabeleceu no final dos anos 90 como novo aparato de gestão territorial e principal instrumento de construção simbólica de prática modernizante e transformadora. (SANTOS; SILVEIRA, 2001; BRANDÃO, 2007). Na RMC, essas estratégias, adotadas na década de 1990, privilegiando cidades com maior grau de atratividade, dentro da lógica de um mercado global de cidades, contribuíram para tornar mais desigual o espaço metropolitano aprofundando a exclusão social. Portanto a análise da atuação do Conselho Gestor dos Mananciais parte, necessariamente, da leitura dos efeitos da desarticulação intergovernamental promovida pelo reescalonamento resultante da globalização que privilegia a autonomia da escala local em detrimento das escalas intermediárias, como a regional e a metropolitana, o que dificulta a constituição de fóruns supramunicipais e, em última instância, a construção e consolidação de arranjos de gestão na escala metropolitana. Nesse sentido, destacam-se as seguintes questões: Tendo em vista o Conselho se constituir num importante instrumento de implementação de ferramentas de ordenamento territorial qual visão de planejamento metropolitano orienta (ou não) a sua atuação? Considerando que o Conselho se constitui em fórum de representação de entidades governamentais da esfera estadual e municipal e de setores da sociedade civil organizada, em que condição vem se dando a decisão pública? Quais atores, em última instância,

definem a organização do território? E principalmente quais interesses esses atores representam?

No que concerne à gestão metropolitana, o órgão responsável pela gestão da RMC é a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), autarquia no campo da administração indireta do Poder Executivo estadual, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDU). A COMEC opera como secretaria administrativa responsável pelos aspectos técnicos e operacionais do processo de gestão metropolitana e a legislação estabelece como instância responsável pelo processo decisório dois conselhos: Conselho Deliberativo e Conselho Consultivo. Ao longo de sua história institucional, o órgão metropolitano vem passando por processos de construção e desconstrução de sua capacidade institucional sem lograr, no entanto, a necessária coesão e adensamento institucional para a gestão e a governança territorial. (COMEC, 2006; SANTOS JUNIOR, 2009; KORNIN; BOTEGA, 2013)

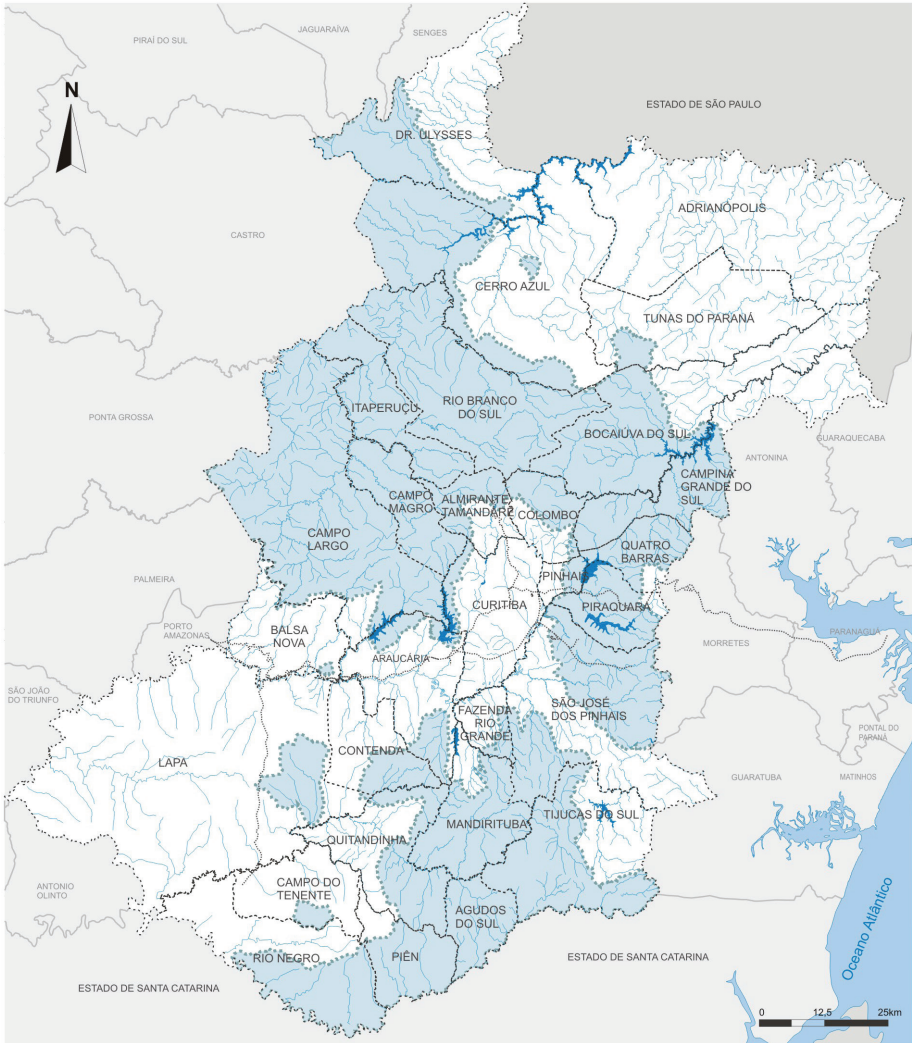
Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, com a adoção do princípio da participação cidadã na definição das políticas públicas emergem no país novos modelos e espaços potenciais de governança e gestão. No interior do arranjo institucional de gestão metropolitana da RMC, destaca-se o Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba (CGM/RMC). Instituído em 1998, a partir da Lei Estadual n.º 12.248, o CGM constitui-se em arena política e técnica, com participação colegiada, concebida como um dos instrumentos do Sistema Integrado de Gestão e Proteção dos Mananciais (SIGPROM), que atua sobre as bacias de abastecimento de água da RMC de acordo com o Decreto Estadual n.º 6.194/12 (Figura 13.1).

Conforme demonstra a Figura 13.1, a área de proteção dos mananciais da RMC abrange quase todos os municípios metropolitanos. Além disso, as áreas de entorno direto ao polo e sobre as quais incide a grande mancha da aglomeração urbana de Curitiba, constituem, historicamente, espaços de conflitos entre a urbanização e a necessidade de manutenção da qualidade hídrica e ambiental dos mananciais de abastecimento. Dada a sua abrangência, considerou-se que representa um recorte territorial adequado à análise que se pretende realizar sobre a gestão metropolitana a partir dos instrumentos concebidos para a organização deste território, o chamado SIGPROM.

Além do CGM, o SIGPROM foi composto por três outros instru-

mentos: as Unidades Territoriais de Planejamento (UTPs), o Plano de Proteção Ambiental e Reordenamento Territorial em Áreas de Proteção aos Mananciais (PPART) e o Fundo de Preservação Ambiental (FPA). Destacam-se, também, como instrumentos para as UTPs definidos pela Lei Estadual 12.248/98, o Plano Diretor de Drenagem Urbana, o Sistema de Informações e o Plano de Monitoramento.

Figura 13.1 - Área de proteção dos mananciais da RMC (D.E. Nº 6.194/12)



LEGENDA

- Área de Proteção de Manancial Decreto Estadual n.º 6.194/12
- Limites Municipais
- Represa Existente

FONTE: COMEC, 2013

Quatorze anos após a aprovação do primeiro zoneamento de UTP, porém, nenhuma das principais ferramentas consideradas essenciais para a gestão foi implementada. O Fundo de Preservação Ambiental – FPA, regulamentado pelo Decreto Estadual n.º 2.377/2000, instrumento de natureza contábil com a finalidade de apoiar as políticas de proteção aos mananciais por meio da sustentação financeira aos programas e projetos relativos ao SIGPROM, não obteve recursos desde a sua criação. Da mesma forma, o Plano de Proteção Ambiental e Reordenamento Territorial em Áreas de Proteção aos Mananciais – PPART, cujo escopo deve incorporar diretrizes básicas estabelecidas pela Lei de Mananciais com o estabelecimento de prazos e metas para as intervenções, foi preliminarmente elaborado em 2003, mas não obteve a devida continuidade para a sua finalização e aprovação junto ao CGM. Até mesmo o Sistema de Informações, Monitoramento e Fiscalização (SIMF), elaborado em 2002, cuja importância foi amplamente reconhecida e discutida em várias instâncias técnicas, não obteve a necessária viabilização política. Somente o Conselho Gestor dos Mananciais permaneceu atuante, mantendo a realização de reuniões periódicas ao longo do período de sua existência.

É dessa forma, no aprofundamento das razões que mantiveram o funcionamento do CGM, que a análise será realizada, uma vez denotada a singularidade de sua continuidade por tanto tempo mesmo diante do cenário de evidente esvaziamento de discussões centrais no que se refere à proteção e gestão dos mananciais, já que, como visto, as principais ferramentas, à exceção das UTPs, não chegaram a ser implementadas. Acredita-se como hipótese básica de que essas mesmas razões poderão ser transpostas para o entendimento também da permanência da própria entidade metropolitana ao longo da década de 2000 até os dias atuais, apesar do seu visível enfraquecimento institucional tanto do ponto de vista técnico quanto o do político.

Duas fontes destacam-se como base de informações para as análises efetivadas. A primeira refere-se às atas das cinquenta e cinco reuniões do Conselho Gestor dos Mananciais, realizadas até o presente momento, bem como de sua lista de presença e da composição temporal do Conselho; a segunda consiste em entrevistas semiestruturadas realizadas junto a representantes dos cinco segmentos identificados na composição do Conselho Gestor dos Mananciais: Governo Estadual (SE), Prefeituras (SM), Instituições de Ensino Superior (SIES), Setor Mercado Imobiliário (SMI) e Organizações Não Governamentais de

Defesa e Proteção do Meio Ambiente (SONG). Foram realizadas sete entrevistas com dois representantes do Estado, dois de entidades ambientalistas e um representante dos demais setores – mercado imobiliário, instituições de ensino superior –, que atuaram ou atuam no CGM. As contribuições dos entrevistados serão apresentadas, nas seções que analisam a participação dos segmentos, identificando somente o segmento a que pertencem. Essa identificação é importante para o escopo desse trabalho, que propõe a análise da percepção dos diferenciados agentes e atores sociais da arena técnica e política do CGM, acerca da atuação do Conselho.

1. O cenário de constituição do Conselho Gestor dos Mananciais

O Conselho Gestor dos Mananciais foi definido e aprovado pelo Decreto Estadual n.º 148/99 e contou, ao longo do tempo, com a seguinte composição, renomeada, em geral, a cada ano, e cujo presidente, segundo determinação da citada lei é o Diretor Presidente da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba em exercício. O CGM é composto por onze representantes, quatro dos quais da instância estadual (Instituto Ambiental do Paraná – IAP, Águas do Paraná, Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, COMEC), quatro de municípios integrantes das áreas de mananciais e três da sociedade civil organizada (setor da construção civil e mercado imobiliário, entidades não governamentais de defesa e proteção do meio ambiente e universidade).

Considera-se que a composição do CGM representou, à época, um avanço em relação aos modelos de representatividade até então vigentes na RMC, uma vez que integrou a sociedade civil organizada como partícipe, com direito a voto em todas as decisões, enquanto o próprio órgão metropolitano, até hoje, mantém um arranjo institucional nos moldes do governo militar e que ainda não se adequou aos pressupostos de gestão democrática e participativa da CF/88. Infere-se, no entanto, que o número de representantes da sociedade civil organizada não é paritário em relação à representação do Poder Público estadual e municipal, sendo este um motivo de divergências desde a sua criação.

Sob a perspectiva histórica, a sua composição revela lacunas de

efetiva discussão com a sociedade. É possível apreender, tendo em vista seus resultados finais, que o Conselho, fruto do domínio de uma articulação política com interesses econômicos específicos, utilizou-se da razão técnica para sobrepujar alinhamentos de prioridades sociais e ambientais. De acordo com Borges (2013), forças e interesses se conjugaram no campo técnico e político nos momentos que antecederam a criação do SIGPROM. Um Fórum Permanente de discussão foi estabelecido, na época, com os mesmos atores que vieram a compor o CGM mais tarde, com exceção do Ministério Público que não participa como instância deliberativa em Conselhos. A COMEC convocou o Fórum em função de sua responsabilidade, junto a uma comissão de técnicos estaduais, pela formulação de um Projeto de Lei para a gestão dos mananciais, aprovada como Lei Estadual n.º 12.248/98. As discussões desta lei pela proteção e preservação das áreas de mananciais estabeleceram-se como instrumento de gestão, cabendo salientar que outras leis já atuavam como base de sustentação para que a lei de 1998 pudesse se consolidar. Este é o caso da Lei Estadual n.º 8.935, instituída em 1989, e que dispõe sobre requisitos mínimos para as águas provenientes de bacias de manancial de abastecimento, definindo o seu enquadramento na Classe 2, além de definir também atividades proibidas nessas áreas.

A referida lei foi definida a partir do discurso da necessidade de prover as áreas de mananciais de abastecimento público com instrumentos e diretrizes que fizessem frente aos problemas vigentes do uso e da ocupação do solo, resultantes das proibições demasiado restritivas impostas e aplicadas pela Lei Federal n.º 6.766/79 (Lei de Parcelamento do Solo). Destaca-se dentre esses problemas o grande número de ocupações irregulares que ocorreram nos municípios do entorno direto de Curitiba, especialmente na sua porção norte e leste, como consequência do processo de periferização da metrópole.

De acordo com Borges (2013, p.170-177), as discussões realizadas pelo Fórum apontavam para quatro alternativas de solução, alinhadas segundo os interesses demonstrados por cada segmento:

- a Alternativa 01 revelava o posicionamento do Ministério Público e da sociedade civil, em defesa de não haver mudança de ordem normativa, uma vez que o Estado já dispunha de uma Lei de Proteção dos Mananciais (Lei Estadual n.º 8.935/89). Estes segmentos entendiam que a nova Lei em proposição não tratava o problema das ocupações irregulares sob a óptica de uma política de ordem socioeconômica,

ao que se refere envolver ações que garantam trabalho e moradia às pessoas, ou seja, uma condição de cidadania. Para eles, enquanto esses direitos não forem garantidos, a informalidade da ocupação continuaria a avançar;

- a Alternativa 02 revelava o posicionamento dos prefeitos contrários à alternativa 01, destacando-se o interesse de promover ocupações urbanas em áreas de mananciais de forma indiscriminada, por impedirem os interesses de mercado e práticas patrimonialistas e ainda a individualidade e a competição entre os municípios por investimentos privados e públicos;

- a Alternativa 03, em defesa de uma nova Lei, construída pela COMEC, Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e a Superintendência de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (SUDERHSA), atual Instituto das Águas do Paraná, vislumbrava a consolidação de uma legislação que viesse a orientar o uso e a ocupação das áreas de mananciais, ao invés de proibir, sustentando a ideia de permitir a ocupação, desde que em baixa densidade;

- a Alternativa 04, trabalhava com a possibilidade de bombear água do Rio Negro ou do Vale do Ribeira, assumindo a finitude dos recursos hídricos decorrente da opção pela liberação do uso e ocupação do solo de área de mananciais da RMC, alinhando-se à ideia dos prefeitos de não haver restrição à ocupação em área de mananciais.

Com forte apoio político do governo do Estado, a COMEC e os demais órgãos estaduais fizeram prevalecer as argumentações técnicas que levaram a alternativa 03 a ser aprovada na Lei Estadual n.º 12.248/98. Preponderou, dessa forma, a confluência, por um lado, de interesses políticos do governo estadual em estruturar um polo automotivo em potencial numa aglomeração urbana com excelentes atrativos ao capital internacional, pois sua localização estratégica, no setor leste e sobre área de mananciais, justificava-se pela (o): proximidade com o Aeroporto Internacional Afonso Pena, caminho para o porto de Paranaguá e consolidação da forte potencialidade logística a ser gerada pela implantação que estava em andamento do Contorno Leste. Cabe ressaltar que tal estruturação inseriu também os municípios de Quatro Barras, Piraquara e São José dos Pinhais no processo de interiorização nesses municípios dos investimentos de indústrias ligadas àquele setor (FIRKOWSKI, 2002).

Por outro lado, contemplou o interesse dos técnicos das instituições estaduais em instrumentalizar as áreas de mananciais, em especial, so-

bre a aglomeração metropolitana. Tal interesse constituía-se em necessidade diante dos problemas gerados pela pressão por ocupação dessas áreas e que se intensificaram pela condição de ilegalidade da população que ali se instalava em ritmo crescente, notadamente a partir da década de 1990, sobre lotes vazios dos loteamentos aprovados nas décadas de 1950, 60 e 70. Constituía-se estes nos mesmos loteamentos que a área técnica, representada pelo poder público estadual e municipal, tanto se esforçou em manter vazios, amparados pela Lei Federal n.º 6.766/79, que proibia a ocupação dos lotes situados em áreas frágeis, alagáveis, de drenagem natural das águas e sem infraestrutura, o que estabeleceu as circunstâncias perfeitas para a ocupação irregular.

Para Borges (2013, p.55-56), os técnicos foram os “atores invisíveis” que, apesar de não terem o poder de influenciar a agenda governamental como os políticos ou os “atores visíveis”, acabaram por influenciar a escolha das alternativas. Dessa forma, a falta de efetividade do planejamento da ação estatal se relaciona com os interesses que passa a representar e, nesse sentido, concorda-se com Ana Clara Torres Ribeiro que, ao analisar o fato metropolitano e seus determinantes, atribui ao Estado e seus instrumentos para o planejamento uma lógica que transcende a ideia de neutralidade e de razão técnica. Ou seja, o Estado transmuta-se em agente econômico e político direto da acumulação e atua como administrador ou harmonizador das condições históricas do desenvolvimento capitalista. E, sendo assim

O planejamento perde sua racionalidade técnica expressando, em sua racionalidade e em sua técnica, os interesses hegemônicos que usufruem da cena urbana como limiar/patamar histórico indispensável ao alcance e à subordinação de novos espaços, novas populações, novas produções e novas riquezas às formas de realização da acumulação capitalista. (RIBEIRO, 2007, p.58)

Portanto, apesar dos avanços propiciados pela nova lei, no que se refere à proteção da área de mananciais, considera-se o desafio que é posto ao planejamento metropolitano a emergência de uma reflexão acerca da real efetividade de ações públicas pautadas em interesses hegemônicos do capital sob o manto do Estado. Cabe a reflexão sobre como fazer prevalecer a razão técnica em favor da sociedade e, desse modo, nas formas em que devem se dar a organização das relações políticas para a realização do interesse público.

2. A atuação do CGM (1999-2012) revelada a partir das atas de reunião

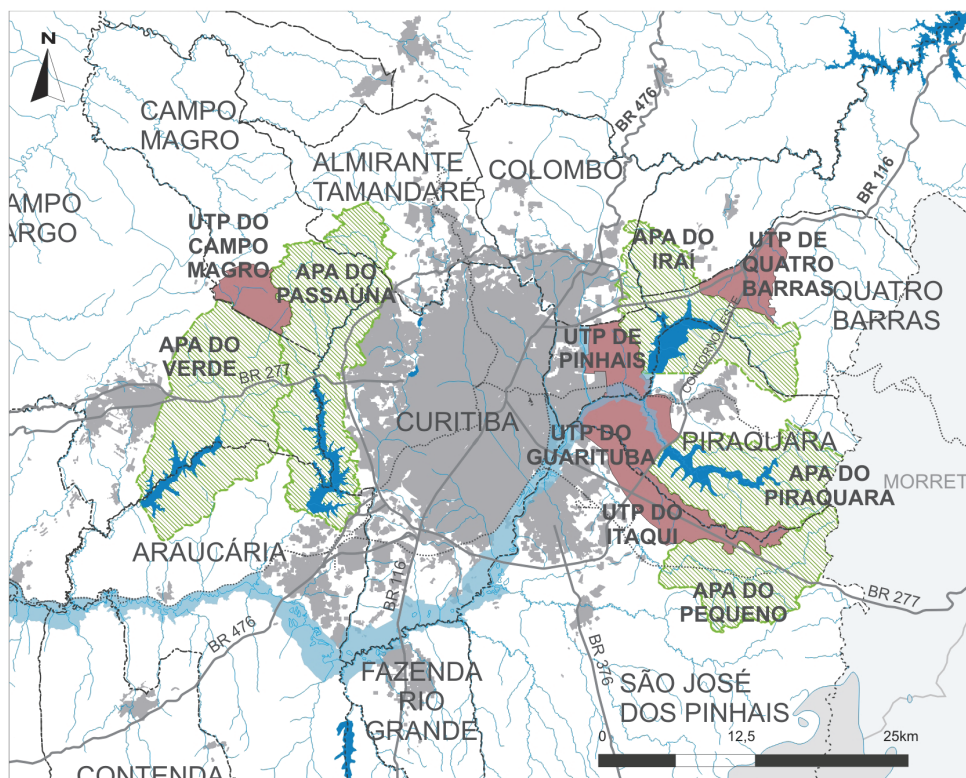
Desde a sua instalação em 26 de fevereiro de 1999, foram realizadas cinquenta e cinco reuniões, sendo que a última ocorreu em 15 de outubro de 2012. Os temas discutidos, deliberados e registrados nas cinquenta e cinco atas permitem avaliações que corroboram factualmente com a crítica existente quanto a formas nem sempre ocultas de atuação do interesse privado a partir de iniciativas públicas.

No início da atuação do CGM, as ações da COMEC se voltaram massivamente para o planejamento e desenvolvimento dos zoneamentos de APAs e UTPs (Figura 13.2), discutidos e aprovados ao longo dos três primeiros anos. Os zoneamentos propostos nas áreas delimitadas como Unidades Territoriais de Planejamento (UTP) permitiriam a consolidação da ocupação existente mediante a manutenção de uma densidade populacional total máxima definida sob a ótica da necessidade de proteção e gestão dos mananciais. Já as Áreas de Proteção Ambiental (APA), que se constituem em figuras de unidades de conservação de uso sustentável, foram criadas com o objetivo de proteger as bacias hidrográficas formadas pelas represas de abastecimento público. Dada a sua importância para a preservação dos mananciais, as APAs são consideradas como instrumentos do SIGPROM, mantendo sob este aspecto, similaridades com as Unidades Territoriais de Planejamento, porém mais restritivas.

Considerando prioridades técnicas e políticas, os zoneamentos foram formulados e aprovados na seguinte ordem: em 1999 a UTP do Guarituba, UTP de Pinhais, UTP do Itaquí, UTP de Campo Magro e UTP de Quatro Barras; em 2000, a APA do Iraí, em 2001, a APA do Passaúna e em 2002, a APA do Piraquara e a APA do Rio Verde em 2010.

Com a finalidade de averiguar a relação das atividades realizadas pelo CGM e a sua efetiva atuação, mediante as atribuições para a gestão e proteção dos mananciais da RMC, e entendendo que o seu pleno funcionamento depende da constituição de um sistema integrado, elaborou-se o Quadro 13.1 com base na contabilização da quantidade de propostas de planejamento e análises de controle de uso do solo que foram avaliadas e discutidas pelo CGM, entre 1999-2012, de acordo com os registros das atas das reuniões.

Figura 13.2 - APAS e UTPS



LEGENDA

- Área de Proteção Ambiental - APA
- Unidade Territorial de Planejamento - UTP
- Mancha de Ocupação Urbana (2004)
- Limites Municipais
- Rodovias Federais

FONTE: COMEC, 2013

Elaboração: Núcleo Curitiba do Observatório das Metrópoles.

O quadro demonstra que de fato, nos primeiros quatro anos, houve um número maior de atividades relativas ao planejamento de uso e ocupação do solo, referentes à continuidade do estabelecimento das ferramentas necessárias à implementação do SIGPROM, reveladas na aprovação de zoneamentos de APAs e UTPs. Nesse período discutiu-se também a proposta do Plano de Proteção Ambiental e Reordenamento Territorial das Áreas de Mananciais, bem como do Plano de Monitoramento e Fiscalização, e foi iniciado o processo de elaboração e discussão do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba.

Quadro 13.1 - Número de temas discutidos em planejamento e controle no CGM - 1999-2012

ANO	PROPOSTAS DE PLANEJAMENTO DO USO DO SOLO	ANÁLISES DE CONTROLE DO USO DO SOLO			
		Empreend. Industriais e de Serviços	Habitação de Interesse Social	Planos Diretores	Revisão de UTPs
1999	5	-	-	-	-
2000	2	2	-	-	-
2001	3	-	-	-	1
2002	6	-	1	-	-
2003	1	1	-	-	-
2004	1	1	-	1	-
2005	2	2	1	1	1
2006	1	2	1	4	2
2007	-	-	-	-	-
2008	-	1	2	-	1
2009	1	1	-	-	-
2010	1	1	2	1	1
2011	1	-	2	1	-
2012	3	1	-	-	-
Total	27	12	9	8	6

FONTE: COMEC, 2013
Elaboração dos autores.

Destaca-se, no entanto, que após uma intensa produção no que concerne ao planejamento e a gestão, a partir do ano de 2003, há uma redução do desenvolvimento e aprovação de propostas que tem como base o planejamento urbano pelo Conselho, passando a maior parte das pautas à discussão de questões como a permissão de uso industrial e de serviços, regularização fundiária e análise de Planos Diretores desenvolvidos pelos municípios localizados em áreas de mananciais.

As informações demonstram que, enquanto entre 1999 e 2002, dezesseis dos vinte temas tratados diziam respeito a propostas para o planejamento do uso do solo das áreas de mananciais de abastecimento, nos demais períodos de quatro anos subsequentes este número cai para cinco de vinte e três temas, entre 2003 e 2006, e dois de doze temas entre 2007 e 2010, sendo que nos dois últimos anos tal relação foi de quatro para oito dos temas tratados.

O decréscimo de discussões de temas relativos a ações de planejamento entre 2003-2012, contudo, não significa que estas tenham

deixado de existir no âmbito das preocupações do CGM, nesse sentido destacam-se: *a)* aprovação da Proposta da Área de Interesse do Karst, em 2005; *b)* discussão sobre atividades agroindustriais e industriais permitidas em área de mananciais, em 2005; *c)* apresentação do DE n.º 3742/08, declarando a criação da Área de Interesse Especial Regional do Iguazu na Região Metropolitana de Curitiba- AIERI/RMC, em 2009; *d)* apresentação da proposta de Macrozoneamento da Área de Interesse do Aquífero Karst e aprovação do Conselho Gestor do Karst, com aprovação da proposta de criação da Câmara Técnica do Karst, em 2010; *e)* aprovação do Zoneamento Ecológico Econômico da APA do Rio Verde, em 2010; *f)* aprovação do Plano para o Uso e Conservação da Água do Entorno do Reservatório do Iraí, em 2011; *g)* aprovação de nova delimitação da área de mananciais de abastecimento, em 2012; *h)* aprovação de definição de parâmetros para parcelamentos e condomínios em área de mananciais, em 2012.

No entanto, os temas tratados consolidam esforços de iniciativa isolada de discussão e construção, de atendimento a demandas específicas existentes ou de implementação de diretrizes e instrumentos preexistentes, suscitando questões referentes à ideia de estagnação do planejamento metropolitano, mesmo que somente sob a óptica da gestão e proteção dos mananciais.

Quanto ao número de análises e discussões em torno do controle de uso do solo, trinta e uma das trinta e cinco foram realizadas a partir de 2002. Dessas, 32,26% (12) tratam de análises de empreendimentos industriais e de serviços, 25,81% (9) sobre temas relativos à habitação de interesse social, 25,8% (8) de análises de planos diretores e 16,13% (6) de revisões dos zoneamentos das Unidades Territoriais de Planejamento.

Em relação às discussões e análises relativas a empreendimentos industriais e de serviços, dos doze analisados, metade refere-se a indústrias e a outra metade, a serviços. As discussões chegaram ao âmbito do CGM, na maioria dos casos, em função das propostas de implementação dos empreendimentos requererem parâmetros urbanísticos diferenciados daqueles definidos pelos zoneamentos das UTPs e APAs. Destaca-se que em sete dos doze casos a localização das análises encontra-se sobre a UTP do Itaquí, com solicitação levada por São José dos Pinhais, não por acaso um município com nível muito alto de integração com a metrópole e com boa estruturação institucional na área urbanística. Nos demais casos, os municípios envolvidos foram Cam

po Magro (1 caso), Quatro Barras (1 caso), Campo Largo (2 casos) e Pinhais (1 caso), todos integrantes da chamada Área de Concentração da População¹ na RMC.

Salienta-se também um dos casos ocorridos com o envolvimento do município de Quatro Barras que se difere dos demais por se constituir em pedido de instalação de unidade de produção e abate de aves em pequena escala, com efetiva importância para a promoção do desenvolvimento rural no município, o que levou à discussão, em algumas reuniões no CGM, sobre uma lista de atividades proibidas em áreas de mananciais pelo IAP. De acordo com informações obtidas junto ao município, o empreendimento foi indeferido, cabendo nesta análise ressaltar a importância da continuidade de determinadas discussões geradas no CGM, dado o seu papel no que se refere ao aprofundamento de questões de relevância para o desenvolvimento econômico e social dos municípios atingidos pela área de mananciais.

Além disso, é importante evidenciar que de acordo com a Lei de Mananciais, a instituição dos zoneamentos das unidades territoriais de planejamento possibilitava, dentre outros, a delimitação de Áreas de Interesse Social – AISO, com o objetivo de regularização fundiária, instrumento este equivalente às Zonas Especiais de Interesse Social, instituído apenas alguns anos mais tarde pelo Estatuto das Cidades em 2001. Foi a partir deste instrumento que o município de São José dos Pinhais pôde levar em frente a regularização fundiária das ocupações irregulares do Jardim Alegria, situado na UTP do Itaqui, já em 2002.

As mudanças instituídas pelo governo federal a partir de 2003, com a criação do Ministério das Cidades trazendo a questão habitacional para o centro das discussões, repercutiram também no âmbito do CGM. Desde 2005, passaram pela análise do Conselho a regularização fundiária do Guarituba, pauta de várias reuniões, a criação de AISO na UTP de Quatro Barras e Itaqui, além de projetos na APA do Passaúna em Campo Magro e Curitiba.

Em relação aos Planos Diretores, conclui-se que, muito embora sejam considerados instrumentos de planejamento e gestão, as análises realizadas pelo Conselho Gestor restringem-se a uma forma de con-

¹ As ACPs foram determinadas pelo IBGE em seu estudo sobre Região de Influência de Cidades (REGIC) de 2007 e definidas como “grandes manchas urbanas de ocupação contínua, caracterizadas pelo tamanho e densidade da população, pelo grau de urbanização e pela coesão interna da área, dada pelos deslocamentos da população para o trabalho ou estudo” .

trole quanto ao cumprimento das diretrizes metropolitanas em área de mananciais, quais sejam, em sua maioria, emanadas pelos zoneamentos instituídos no primeiro período após a criação do SIGPROM. Sob essa perspectiva, foram analisados e(ou) aprovados um total de oito planos diretores: Campo Magro (2004), Campina Grande do Sul (2005), Piraquara (2006), Quatro Barras (2006), Agudos do Sul (2006), Almirante Tamandaré (2006), Tijucas do Sul (2010), Bocaiúva do Sul (2011) e Rio Branco do Sul (2011).

Verifica-se também, ao longo desse período, a discussão e(ou) aprovação de alterações nos zoneamentos estaduais das UTPs do Itaquí, Pinhais, Guarituba e Campo Magro. Mais uma vez, é possível constatar que tais alterações não se conformam como ações de planejamento, mas de controle territorial para aprovação ou não de parâmetros específicos. Em sua maioria, essas alterações provêm de discussões municipais locais como Planos Diretores, e não de uma exploração ou estudo de abrangência metropolitana e interinstitucional. Cabe sobre isso salientar que, numa análise mais aprofundada das diversas revisões e discussões realizadas, poder-se-ia inferir as fundamentações necessárias para o reestabelecimento de um processo de planejamento metropolitano sobre as áreas de mananciais.

Grosso modo, evidenciam-se três momentos distintos de atuação do Conselho Gestor dos Mananciais². Os primeiros quatro anos (1999-2002) configuram-se pela força do impulso técnico que, favorecido pela conjuntura política instalada naquele momento, se esforçou em lançar as bases para um modelo de gestão integrada dos mananciais, procurando colocar em prática o instrumento de zoneamento, há décadas já conhecido do planejamento urbano brasileiro, na figura de APAs e UTPs, sobretudo diante do duro aprendizado adquirido pelo crescimento da ocupação desordenada e sem controle que foi atribuída à aplicação de leis ambientais demasiado restritivas. Conforme já explorado na seção anterior, constituiu-se na implementação de um modelo construído a partir de sólidas fundamentações técnicas, contudo alavancado politicamente na competitividade exigida pela produção capitalista do espaço.

O momento posterior, situado entre 2003 e 2010, caracteriza-se

² A análise dos momentos de atuação do CGM relaciona-se com os seguintes mandatos governamentais:- Governo Jaime Lerner (PFL) 1999-2003; Governo Roberto Requião (PMDB) 2003-2006 e 2007-2010; Governo Orlando Pessuti (PMDB) 2010-2011; Governo Carlos Alberto Richa (PSDB) desde 2011 até a atualidade.

por uma conjuntura política que se estabelece pela crítica ao paradigma adotado, voltando-se a ações de retomada do planejamento regional (KORNIN; MOURA, 2011). Avanços se fizeram notar, dessa forma, no desenho para a construção de escalas intermediárias tendo em vista um planejamento no âmbito estadual, no entanto a realização da base técnica para constituir uma agenda de desenvolvimento regional não se traduziu em políticas de estado. Tampouco, a emergência de um novo arranjo institucional metropolitano, há muito tempo evidente, não alcançou o patamar político decisório para a sua concretização. Como consequência, verificou-se, nesse período, um quadro de descontinuidade das ações de planejamento no CGM, que se refletiu num processo de estagnação, de ônus considerável para a RMC na medida em que instrumentos de extrema importância não chegaram a ser aprovados e implementados, como é o caso do Sistema de Monitoramento e Fiscalização das Áreas de Mananciais.

Sem o apoio para o planejamento, que deve ser politicamente construído com a participação de todos agentes e atores territoriais, as ações dos técnicos no CGM se voltaram para atividades que lhes são atribuídas burocraticamente, quais sejam a de aplicar as leis existentes de controle e fiscalização, valendo-se de um colegiado formado pelas diversas instituições estaduais, utilizando as ferramentas do SIGPROM que tinham sido recentemente criadas, especialmente os parâmetros de uso e ocupação do solo estabelecidos nos zoneamentos das APAs e UTPs. Nesse período, portanto, o CGM esvaziado de uma proposta de planejamento metropolitano tem sua agenda de discussão voltada às demandas municipais no intuito de respaldar seus interesses localizados.

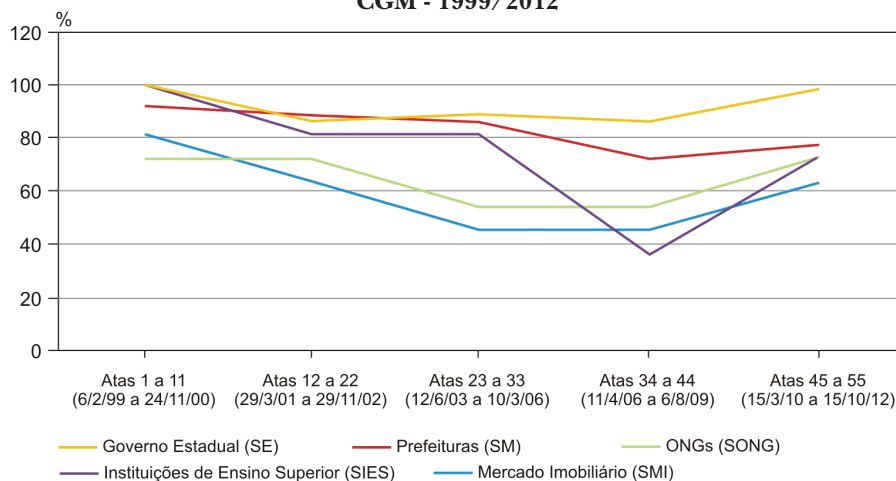
Já no terceiro período, iniciado em 2011, constata-se que, no auge de mais de uma década de existência do CGM, ficam evidenciadas as dificuldades de prosseguimento mediante o cenário de esvaziamento do espaço de planejamento e gestão. Sem o espaço de discussão crítico das práticas ao longo do tempo, sem a implementação dos instrumentos do sistema integrado, ambos insumos à necessária revisão constante de objetivos e metas que acompanhem a dinâmica territorial e legal – dentre eles os próprios zoneamentos das APAs e UTPs, –, o CGM encontra-se em um momento crucial, no qual os próprios interesses particulares dos diversos segmentos parecem se esvaziar.

3. Análise da participação dos segmentos no CGM

A análise da participação dos diferentes segmentos permite identificar a existência de interesses e conflitos nesta arena política. Igualmente revela algumas das dificuldades dos setores da sociedade civil em efetivamente se fazer representar.

Nas cinquenta e cinco reuniões do CGM realizadas, entre o período de 6/2/1999 e 15/10/2012, a presença da representação do governo estadual foi a mais perene. Esse protagonismo pode ser atribuído à função da COMEC de coordenação e de articulação do Conselho, ao papel do IAP e do Instituto das Águas na gestão ambiental e, finalmente, à função da SANEPAR na questão de oferta dos serviços de coleta de esgoto e abastecimento de água na RMC (Gráfico 13.1).

Gráfico 13.1 - Evolução da participação dos segmentos com representação no CGM - 1999/2012



FONTE: Listas de Presença das Atas das reuniões do CGM

NOTA: Os registros foram organizados em blocos de 11 reuniões que determinam um período de tempo não uniforme.

As prefeituras mantiveram uma participação ativa no período compreendido entre 1999 e 2006 com uma diminuição no triênio seguinte. Entende-se que a principal motivação nesse período se deve à análise de temas de interesse das municipalidades, especialmente os relacionados ao ordenamento territorial, a aprovação de planos diretores e a implantação de indústrias, assuntos pouco discutidos entre 2007 e 2008. Após 2009, com a posse de novos prefeitos e a volta à pauta de temas de relevância para os municípios especialmente relacionados ao planejamento e uso do solo e às habitações de interesse

social (Quadro 13.1), observa-se que a participação dos municípios voltou a ser de maior frequência.

É possível constatar um decréscimo na constância de participação dos segmentos representativos da sociedade civil nas reuniões do Conselho, a partir de 2001, e uma posterior retomada após 2009. Os representantes dos segmentos imputam o afastamento das atividades do Conselho a motivos de diversas ordens. Apontam como principal causa a falta de temas para discussão, após um período intenso de debates em torno da constituição das APAs e UTPs. Segundo um dos conselheiros, a definição das pautas geralmente atende às prioridades da COMEC e aos interesses dos municípios, ou seja, “Quem envia as questões para o CGM são os municípios por isso o que as ONGs [pautas] enviam não chega” (SONG1).

No conjunto de entrevistas também foi detectado que houve um desgaste em função da não implementação de instrumentos previstos no SIGPROM, tais como o Fundo de Preservação Ambiental, e do Sistema de Fiscalização, comprometendo o alcance de suas atribuições e, por outro lado, afetando a sua credibilidade. Acredita-se que a falta de efetivação desses instrumentos, imprescindíveis para a gestão das APAs e UTPs, comprometeu a possibilidade de se efetivar uma política de real controle territorial, tendo em vista a proteção das áreas de mananciais.

Além disso, foi ressaltado o caráter “voluntário” da participação dos representantes da sociedade civil como um entrave para manter a regularidade nas reuniões:

Um fato importante é que a atuação no movimento ambiental geralmente é feita por voluntariado. As pessoas tem outras atividades profissionais. Como pode a sociedade civil fazer governança se é voluntária? (SONG 2)

Inclusive o setor empresarial, a princípio mais estruturado, apontou motivo semelhante:

Nós somos da sociedade civil e às vezes nós participamos. Mas não somos funcionários públicos, nem sempre temos tempo para participar desse grupo técnico. Ademais, os técnicos das instituições são bem qualificados. (SMI).

Por outro lado, também foi citada a dificuldade em acompanhar algumas discussões de caráter técnico:

Criam-se os fóruns, os instrumentos, mas os membros não são profissionalizados. Muitas vezes não é dada nem a infraestrutura e o apoio técnico para se envolver nas discussões e debates de forma adequada. (SONG 2)

Para os representantes das ONGs, a organização do Sistema Estadual de Gestão dos Recursos Hídricos³ levou as entidades a concentrarem esforços em outras estruturas de participação pública, notadamente o Comitê Estadual de Recursos Hídricos do Paraná do Estado do Paraná (CERH) e o Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira (COALIAR).

A priorização da atuação nas estruturas dos conselhos de recursos hídricos e comitês de bacias hidrográficas, particularmente o COALIAR, tem sua origem no histórico de atuação política das ONGs envolvidas no Conselho, tradicionalmente envolvidas com o debate sobre a questão da água na RMC. Outra questão fundamental para compreender essa opção é o entendimento da dimensão territorial da bacia hidrográfica como unidade de planejamento. Fruto dessa visão, o representante do segmento ONG desenvolve a seguinte reflexão a respeito da atuação do Conselho:

O CGM se volta para questões mais pontuais porque a sua base de atuação é o município. Não que isso também não seja interessante, mas as atribuições passam para as instâncias de gestão de recursos hídricos em função do papel da bacia hidrográfica enquanto unidade de planejamento territorial. Portanto, deveria haver uma integração do CGM ao Comitê do Alto Iguaçu [COALIAR] e isso tem que ir além do mero assento que o CGM possui no COALIAR. [...] A representação territorial do CGM está ultrapassada porque se firma no recorte municipal e a gestão ambiental é mais ampla envolve outros recortes. Hoje a bacia é considerada um território porque pressupõe a atuação dos agentes sociais que atuam nesse espaço e dos usuários que utilizam a água. Isso não é um conceito, é definido em legislação específica de recursos hídricos. (SONG2).

³ O Comitê Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Paraná (CERH) existe desde 2001 e é regido pela Lei Estadual nº 12726/1999 (PARANÁ, 1999) e foi regulamentado inicialmente pelo Decreto Estadual nº 2314/2000 (PARANÁ, 2000) e atualmente pelo Decreto Estadual nº 9.129/2010 (PARANÁ, 2010). Em 2002 foi instituído o Comitê das Bacias do Alto Iguaçu/Alto Ribeira (PARANÁ, 2002). Em 2006 foi instalado o Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira (COALIAR), instituído pelo Decreto Estadual nº 5878/2005 (PARANÁ, 2005).

O nível de participação dos segmentos representativos da sociedade civil apresentou uma evolução no período posterior ao ano de 2009. Contudo essa assiduidade manteve-se em patamares inferiores aos períodos iniciais de existência do CGM. A insuficiente mobilização dos anos recentes tem entre as suas razões, além dos motivos levantados para a etapa anterior, a descaracterização da COMEC como condutora da gestão metropolitana na RMC e a preponderância absoluta dos argumentos do Governo do Estado nas questões em debate, fato que reflete no CGM. Ao levar em consideração a opinião dos representantes dos segmentos, constatou-se o entendimento que a discussão do Conselho ficou restrita aos interesses particulares dos municípios. Isso ocorreu em detrimento ao desenvolvimento de uma agenda vinculada ao caráter metropolitano do ordenamento territorial e sua relação com o objetivo precípuo do CGM, que é a elaboração de políticas públicas relacionadas à qualidade ambiental das áreas de proteção de mananciais de abastecimento público da RMC e o acompanhamento da sua efetivação.

4. Deliberação pública: protagonismos, conflitos e articulação dos segmentos participantes

Em relação à dinâmica de participação dos segmentos, constata-se que as decisões políticas tomadas no CGM não repercutem adequadamente na base representada pelos conselheiros. Essa dificuldade se inicia no processo de escolha dos representantes para ocupar os assentos, à exceção das prefeituras cuja indicação é feita pela Associação de Municípios da Região Metropolitana de Curitiba (ASSOMECA), entidade representativa dos municípios da RMC. O representante das IES, por exemplo, ao relatar o processo de sua escolha para o conselho declarou que a indicação do seu nome foi uma “escolha técnica” articulada pela COMEC. De modo geral, constata-se que não há uma preocupação em relação à representatividade entre os seus pares, sendo que as deliberações não passam por nenhum fórum ampliado de discussão antes da deliberação propriamente dita no interior do Conselho.

Não obstante os representantes das ONGs ressaltarem a existência em seu segmento de uma cultura de debate em fóruns mais amplos, apresentaram questões relevantes relacionadas ao questionamento da legitimidade da representatividade e do encaminhamento das decisões políticas. Uma reflexão importante diz respeito à própria organização

do movimento ambientalista considerada por um dos representantes como no geral “desorganizado” e pelo outro como “muito fragmentado”. Considerando que a diversidade de interesses e objetivos é um atributo das entidades ambientalistas, um dos conselheiros acredita que “o lugar no Conselho deveria ser destinado a ONGs conhecedoras [da temática dos recursos hídricos]” (SONG1). Outra questão relevante levantada pela representação das entidades ambientalistas diz respeito à assimetria na representatividade entre os segmentos, reforçada por uma visão existente de alguns setores do movimento ambiental que acredita que a participação das ONGs nos conselhos de políticas públicas cumpre um papel de mera legitimação das decisões políticas tomadas pela maioria governamental:

O governo sempre tem a maioria dos membros e geralmente também representa o interesse do capital. Por isso algumas se recusam a participar. Mas o papel não é meramente figurativo, existe o questionamento, a crítica, o debate de ideias. Mesmo perdendo nas votações muitas vezes se ganha nas argumentações e isso fica registrado nas atas. (SONG2)

Representantes de todos os segmentos consideraram que houve avanços nos instrumentos de zoneamento criados a partir das decisões do CGM. Todavia ficou evidenciada a existência de conflitos e a defesa de interesses particulares dos segmentos na atuação dos representantes. Por conseguinte, os setores de representação dos governos municipais e do empresariado são apontados pelos entrevistados como aqueles que atuam por interesses localizados.

Alguns relatos sobre os conflitos existentes expõem os interesses em jogo na arena política do conselho; a identificação dos conflitos e sua relação com as escalas representadas no Conselho revelam o entendimento dos interesses que determinam o encaminhamento das decisões e essa dinâmica é analisada pelos entrevistados sob a óptica de seu segmento.

Os participantes das prefeituras, segundo o representante do segmento municipal, embora tendam a atuar conjuntamente, agem primordialmente na defesa dos propósitos dos seus municípios. Apesar de considerar a relevância da adoção de uma visão de desenvolvimento regional, pelo governo do estado, o representante municipal entrevistado reconhece a dificuldade das municipalidades de constituírem uma visão global e integradora, de caráter metropolitano

O papel [do Conselho] deveria ser de ver a região e não os municípios individualmente. [...] Cada segmento atua conforme o seu interesse, incluindo os municípios. Existe uma certa ‘solidariedade’ entre os municípios mas no geral cada município atua de forma individual visando a defesa do seu interesse. (SM)

Essa percepção é compartilhada por um dos representantes do governo do estado que acredita que as prefeituras

Somente serão sensibilizadas quando os problemas metropolitanos afetarem a municipalidade de tal forma que isso vire um problema municipal. (SE2)

Para os representantes do governo estadual e do movimento ambiental, o segmento municipal é o mais suscetível ao poder econômico, e em especial às pressões do mercado imobiliário. E, por sua vez, a criação e as ações realizadas pelo Conselho contribuíram para coibir as iniciativas dos municípios que “tentavam burlar as proibições principalmente via a criação de legislações municipais a revelia da lei dos mananciais (Lei estadual 8935/1989).” (SE2)

Compreende-se que o antagonismo, que se manifesta na disputa do processo decisório dos assuntos públicos, não se restringe a um segmento, no entanto cabe destacar que a representação do movimento ambientalista é considerada pelos representantes dos segmentos do poder público estadual e municipal como responsável pelo conflito em decorrência da contestação de projetos propostos

[os conflitos] às vezes ocorrem por intransigência de representantes das ONG’s que não abrem mão de certos princípios. (SE1) O maior conflito é entre ONGs e Prefeituras. As ONGs que geralmente questionam os planos e projetos governamentais. Os planos e projetos governamentais já são acertados entre municípios e estado, portanto dificilmente tem conflitos. (SM)

Em relação aos interesses que definem a decisão, ainda que no discurso dos entrevistados se evidencie a ideia da predominância da razão técnica no encaminhamento das decisões, e esta invariavelmente venha acompanhada do descrédito da possibilidade de participação da Sociedade Civil, a condição hegemônica do interesse do mercado se revela no discurso. O mercado é visto como o ator ou o agente que, por sua vez, organiza o território.

[Existiam pressões?] Claro que existiam por conta dos interesses do mercado imobiliário em conjunto com o governo. (SONG1) “Sempre houve uma vitória do setor imobiliário e perdeu o estado, não o governo, mas o Estado e a sociedade civil.[...] o discurso do setor imobiliário foi sempre atendido.” (SONG2) “Sempre tem conflitos não existe interesse harmônico. Nessa situação há o interesse econômico que é mais forte geralmente.” (SM) “[governo estadual x mercado] Os conflitos ocorrem por conta da agilização de processos e entraves causados pela burocracia estatal. (SE1)

Percebe-se também, por parte dos entrevistados que representam a Sociedade Civil, excluindo as ONGs, a ideia de despolitização da atuação dos segmentos representados pelos técnicos e a concepção que naturalmente são mais providos de capacidade para encaminhar a decisão acompanhada do descrédito com relação à possibilidade da participação ampliada da Sociedade Civil.

Sempre o corpo técnico se destaca mais porque forma os quesitos para tomar a decisão [...] Outros conselhos onde a sociedade civil é maior não consegue se desenvolver pela falta de visão técnica. Sou cético, não serve para o meio deliberativo quando a sociedade civil tem participação maior. (SMI)

Sobre o conflito entre discurso técnico e discurso político um dos representantes de ONGs traz uma importante reflexão sobre as possibilidades de construção política no interior dessa arena de deliberação pública

Havia um abismo entre o órgão público e o movimento social. Quem era o movimento social? Aqueles ignorantes. A convivência técnicos do setor público e movimento social acabou sendo de aprendizagem mútua. O choque produziu amadurecimento das partes. Os técnicos começaram a se posicionar e compreender as angústias dos movimentos. Por outro lado como os técnicos pouco saíam daquela redoma do argumento e do discurso técnico, isso obrigou os militantes dos movimentos a buscarem uma melhor formação para embasar a sua atuação. (SONG1)

Conclui-se que os processos de organização do espaço relativo às áreas de mananciais, apesar das intenções conservacionistas, vêm, na grande maioria das pautas, atendendo aos setores que representam

os interesses do capital, particularmente o industrial como força produtiva, que motivou o grande impulso inicial das transformações no território metropolitano, beneficiando-se da adequação das condições de acumulação propiciada pela economia de aglomeração. No caso da atuação do CGM, destaca-se fundamentalmente o capital imobiliário, que tem na gestão do território metropolitano seu próprio objeto de acumulação. Por outro lado, os depoimentos dos entrevistados revelam o papel preponderante do discurso técnico, em determinadas pautas, corroborando a agenda política do estado. Nesse sentido, cabe considerar que é notório o papel dessa modalidade de discurso na constituição do modelo de planejamento urbano de Curitiba. Sobre a relação do saber técnico no planejamento urbano, Souza (1999), em estudo acerca de elementos do internacionalmente divulgado modelo de planejamento urbano de Curitiba, aponta o papel preponderante do discurso técnico no desenvolvimento de estratégias que culminaram na organização seletiva do espaço da cidade e concomitantemente da região metropolitana. A análise realizada das entrevistas com os representantes dos segmentos participantes do Conselho revela que essa premissa também se efetiva no que se refere a essa instância relacionada ao planejamento metropolitano. A ideia de que o encaminhamento da decisão se dá respaldando a melhor alternativa técnica está presente no discurso dos entrevistados. Enquanto os setores representativos do Estado, Município e Organizações não Governamentais consideram as relações de poder envolvidas nas propostas levadas para deliberação, entre os representantes dos segmentos do setor imobiliário e da Universidade prepondera o entendimento da possibilidade de o discurso técnico ser neutro politicamente e imbuído de inquestionável racionalidade.

5. Governança territorial das regiões metropolitanas: o desafio da construção da escala metropolitana de gestão

Azevedo e Rennó dos Mares Guia (2004), ao analisar os dilemas institucionais da gestão metropolitana no Brasil, identificam três fases distintas quanto à implementação da política para as regiões metropolitanas brasileiras. Constata-se que, em todas as fases relacionadas, a disputa entre as escalas de gestão está presente e em nenhum período

é possível afirmar a efetividade de um processo de consolidação da gestão metropolitana envolvendo amplamente os agentes e atores territoriais.

A primeira [fase], compreendida entre os anos 1973 e 1988, caracterizada pela centralização da regulação e financiamento da política na União, em que cabia aos estados federados a maior responsabilidade formal pela implementação das políticas metropolitanas, em detrimento dos municípios. [...] A segunda marcada pelo neolocalismo pós-Constituição de 1988, período de hegemonia de uma retórica municipalista exacerbada, em que a questão metropolitana é identificada, *in limine*, com o desmando de o governo militar e, por isso, considerada uma estrutura institucional autoritária e ineficaz. Institucionalmente tratado nas Constituições estaduais, esse tema tornou-se, na prática, uma não-questão na maioria dos estados, levando a um retrocesso no enfrentamento de problemas comuns. A terceira, iniciada em meados dos anos 1990, em que são celebradas parcerias entre municípios metropolitanos e tem origem um incipiente processo de formação de redes nacionais de grupos e agências de vocação urbana. Envolve associações compulsórias supramunicipais – como no caso de gestão das bacias hidrográficas – e diversas modalidades voluntárias de associativismo no âmbito metropolitano. (AZEVEDO; RENNÓ, 2004, p.106)

Para entender a fragmentação que caracteriza os arranjos institucionais de gestão metropolitana de modo geral, faz-se necessário analisar os limites da própria possibilidade de institucionalização da escala metropolitana como espaço legítimo de gestão. Considera-se que na raiz do problema está a dificuldade de se estabelecer políticas de cooperação entre os três níveis de governo, num sólido processo de governança territorial⁴, o que com o advento do novo pacto federativo somente se agravou.

Sobre o ordenamento espacial de poder propugnado pelo pacto federativo pós-1988, Brandão aponta três processos que ocorreram ao longo da década de 1980 e comprometeram a constituição de um novo

⁴ Entende-se governança territorial como “as iniciativas ou ações que expressam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente para gerir os assuntos públicos a partir do envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais”. (DALLABRIDA, 2011, p.17)

modo de relacionamento entre os poderes central, regional e local: “os processos de liberalização econômica dos países centrais; o processo de redemocratização brasileiro e a profunda crise fiscal, financeira e de legitimidade do Estado” (BRANDÃO, 2011, p.117).

Nesse cenário político-administrativo, o conteúdo da descentralização proposta pela Constituição de 1988 aprofundou a fragmentação existente no contexto da produção de políticas públicas sem contribuir para a melhoria das relações intergovernamentais, ou seja, não instituiu mecanismos legítimos de coordenação e cooperação. Já no ponto de vista político, a descentralização reafirmou o forte ideário municipalista num contexto em que os governos passam a se qualificar pela capacidade de integrar-se aos novos circuitos de realização do capital internacional e a produção do espaço se coloca à mercê dos ditames de um mercado global de cidades. Por sua vez, nessa perspectiva de ganhos no grau de atratividade os pactos geridos na escala global não vislumbram articulações regionais em suas dimensões escalares.

O discurso do fortalecimento dos processos de gestão territorial da escala local, por meio da prática do empresariamento urbano (HARVEY, 1996), vem substituindo a concepção de gestão urbana no interior dos governos locais, e, de acordo com essa racionalidade, a gestão deixa de ser o resultado político de conflitos e interesses da sociedade para se tornar instrumento de um consenso em torno do projeto de cidade competitiva. O eixo estruturante desse modelo de gestão, decorrente do que se estipulou como “pensamento único”, nas temáticas relacionadas ao território e ao desenvolvimento, é a ideia de que, com o advento da globalização, estaria decretado o fim das escalas intermediárias entre o local e o global (SWYNGENDOW, 1997; VAINER, 2001; BRANDÃO, 2007). Assim, tanto a escala dos fluxos econômicos e redes, como as escalas da governança territorial são reescaladas na “*glocalização*” considerando que o atual período de globalização se caracteriza por um processo de reescalamento, no qual as cidades e os estados são reterritorializados para produzir escalas “*glocais*”.

Essa lógica determina a construção política da escala metropolitana tornando-a extremamente vulnerável às disputas com as demais escalas. Ao desenvolver a análise da complexidade de gestão do território metropolitano, com foco na Região Metropolitana de Curitiba, e da ineficácia dos instrumentos de gestão metropolitana, Moura (2009)

atribui ao jogo escalar um importante papel no que se refere à falta de relevância das iniciativas de políticas metropolitanas

No arranjo urbano-regional de Curitiba, entre a multiplicidade de agentes e interesses em disputa, a escala metropolitana ilustra com clareza que a atribuição política de uma determinada escala nem sempre resulta em eficácia nos resultados esperados quanto à formulação e implementação de políticas públicas. No jogo escalar, outras escalas têm mais força que a regional, ou metropolitana, no caso, as escalas local e global. Ou seja, a Região Metropolitana, enquanto escala intermediária, entra em conflito com a oposição escalar binária local e global, de um lado, pelo peso da autonomia municipal, de outro, pelo fato de a escala local ser a possibilidade espacial localizada de materializar a reprodução do capital que circula globalmente. (MOURA, 2009, p.211)

Convém ressaltar que a transferência aos estados das atribuições da esfera governamental federal no que se relaciona à institucionalização de regiões metropolitanas, na configuração do novo pacto federativo preconizado pela Constituição Federal de 1988, trouxe consequências na organização do território metropolitano contribuindo para o distanciamento entre o que se constitui espacialmente o fato metropolitano e as regiões metropolitanas formalizadas. Essa incompatibilidade aprofunda as dificuldades de se constituir instrumentos de gestão territorial e cooperação intermunicipal, dada a constatação de que muitos municípios estão distantes de se integrarem efetivamente à dinâmica metropolitana

Para finalizar, ressalta-se a omissão da União. A falta de regulamentação por parte dessa escala de planejamento inviabiliza a possibilidade do tema metropolitano se estabelecer como questão nacional, ou seja, a gestão metropolitana perde a força de elemento coordenador de práticas territoriais e vem se dando de forma dispersa nas diversas legislações estaduais existentes no país atendendo exclusivamente aos interesses e às motivações dos estados. (BALBIM *et al.*, 2001, p.165) De modo geral, apesar da importância econômica e social do espaço metropolitano, muito pouco vem sendo realizado para solucionar o vazio institucional que o caracteriza no Estado brasileiro, é importante destacar que a construção da governança metropolitana passa, necessariamente, pela criação de “um sistema de política e de arranjo institucional que dê autoridade pública a esse território” (RIBEIRO,

2011), o que envolve pactos territoriais entre as diferenciadas escalas representadas no território metropolitano com o objetivo de promover uma política de desenvolvimento regional que articule ações de base territorial.

6. Considerações finais

A análise da atuação do Conselho, por meio da leitura das atas de reunião e entrevistas com participantes, consubstanciada pelas ações de ordenamento territorial promovidas revela que, ao longo de sua atuação, a falta de implementação da totalidade do instrumental do SIGPROM comprometeu a possibilidade de o CGM vir a se constituir em um verdadeiro instrumento de planejamento metropolitano. Entende-se que a falta de efetividade do SIGPROM e de seus instrumentos de gestão denota o enfraquecimento do arranjo institucional de gestão metropolitana da RMC em sua totalidade, visto que não há na atualidade um projeto de planejamento e gestão que enfrente os problemas metropolitanos nas suas diferenciadas dimensões e escalas.

Por sua vez, essa situação contribuiu para que o Conselho se limite ao atendimento dos interesses particulares dos municípios em detrimento da construção de uma agenda vinculada ao caráter metropolitano do ordenamento territorial, no que diz respeito à sua função legal, que é a elaboração de políticas públicas voltadas à qualidade ambiental das áreas de proteção de mananciais de abastecimento público da RMC e o acompanhamento da sua efetivação.

A atuação do Conselho, ao se limitar a atender às demandas dos municípios, carece de uma visão de totalidade do espaço metropolitano, ou seja, que considere aspectos sociais, econômicos e ambientais, conforme o que foi previsto na legislação que o criou. Nesse sentido, cabe também o questionamento de qual escala de representação territorial se constituiria na escala legítima para a gestão de mananciais considerando que a gestão ambiental, por sua natureza supralocal, prescinde limites arbitrários como o de municípios.

Ao se considerar o encaminhamento da decisão política por parte dos diferenciados segmentos representados no Conselho, constata-se a condição hegemônica da esfera estadual na condução das pautas, em conjunto com os representantes municipais. Essa condição, no interior desse fórum deliberativo, contribui para que esses agentes sejam

os responsáveis pela organização do território. No entanto, as ações contempladas por essa instância decisória vem atendendo prioritariamente aos interesses do capital industrial e imobiliário, aprofundando, dessa forma, a exclusão social no interior do espaço metropolitano. Por conseguinte, a participação assimétrica de segmentos da Sociedade Civil Organizada no Conselho não passa de atendimento a uma “formalidade democrática” sem que este signifique realmente um instrumento de gestão compartilhada.

Tendo em vista a necessidade de validar politicamente uma dimensão metropolitana de gestão, a experiência do CGM aponta que o desafio está, sobretudo, em construí-la a partir de bases democráticas, ou seja, voltada a solucionar os problemas originados pela produção desigual do espaço urbano, reproduzidos nas diversas escalas. Para tanto, é urgente o aprimoramento de um sistema articulado de gestão metropolitana, constituído das instâncias já existentes e, ainda, reforçado pelo real processo de participação democrática dos diversos segmentos. Finalmente, ressalte-se que nenhum processo de governança territorial será consolidado sem a promoção de uma política de desenvolvimento regional para a Região Metropolitana de Curitiba que estabeleça uma estratégia de desenvolvimento que articule os municípios e contribua para enfrentar o quadro existente de concentração econômica, populacional e institucional.

Referências

- BALBIM, R. N. *et al.* Desafios contemporâneos na gestão das regiões metropolitanas. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba. IPARDES n.120, p.149- 176, 2011.
- BORGES, W. A. *Gestão Metropolitana: sua construção a partir de duas experiências de associativismo territorial na Região Metropolitana de Curitiba.* 251 f. Tese (Doutorado). Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2013.
- BRANDÃO, C.A. Descentralização enquanto modo de ordenamento espacial do poder e de reescalonamento territorial do Estado: trajetória e desafios para o Brasil. *In: DALLABRIDA, V.R. (Org.) Governança territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais.* Rio de Janeiro: Garamond, 2011. p.115-136.
- BRANDÃO, C.A. *Território & Desenvolvimento. As múltiplas escalas entre o local e o global.* Campinas: Unicamp, 2007.

COMEC. Atas do Conselho Gestor dos Mananciais 1999-2012. Disponível em < <http://www.comec.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=55>>. Acesso em: junho de 2013.

COMEC. Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba. Curitiba: Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, 2006.

DALLABRIDA, V.R. Governança territorial e desenvolvimento: introdução ao tema. In: DALLABRIDA, V. R. (Org.). Governança territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais. Rio de Janeiro: Garamond, 2011 p.15-39.

FIRKOWSKI, O. A nova lógica de localização industrial no aglomerado metropolitano de Curitiba. In: Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba. IPARDES n.103, p.79-100, julh./dez. 2002.

HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. Espaço&Debates, n.39, Neru, 1996, p.48-64.

KORNIN, T.; CARMO, J.C.B. O arranjo institucional de gestão da Região Metropolitana de Curitiba. In: COSTA, M.A.; TSUKUMO, I.T.L. (Org.). 40 anos de regiões metropolitanas no Brasil. Brasília: Ipea. 2013. p.87- 109.

KORNIN, T.; MOURA, R. Escalas urbana e regional: discursos e praticas de descentralização no Paraná (1995-2010). In: DALLABRIDA, V. R. (Org.). Governança territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. p.431-452.

MOURA, R. Arranjos Urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba. 2009. 242 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná: Curitiba. 2009.

RIBEIRO, A. C. T. O Fato Metropolitano: Enigma e Poder. In: etc... Revista Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais e outras coisas. 01° de Setembro de 2007, n° 2 (5), vol. 1. Disponível em <http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007_2_5.pdf> Acesso em 08 de outubro de 2013.

RIBEIRO, L.C.Q, et al. Novas formas de governança. In: SEMINÁRIO BRASIL METROPOLITANO. Anais... São Paulo: Mackenzie, 2011.

SANTOS JÚNIOR, O. A. (Coord.). Arranjos institucionais de gestão metropolitana. Rio e Janeiro: IPPUR, 2009. (Projeto Observatório das Metrôpoles – Relatório de Pesquisa).

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOUZA, N. R. 1999. Planejamento urbano, saber e poder: o governo do espaço e da população em Curitiba. 1999. 316f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo : São Paulo,2009.

SWYGENDOUW, E. Neither global nor local: 'glocalization' and the politics of scale. In: COX, K. (ed.) Spaces of globalization: Reasserting the power of local. Nova York: Londres: The Guilford Press, 1997.

VAINER, C. As escalas do poder e o poder das escalas. O que pode o poder local? Cadernos IPPUR: Planejamento e Território: ensaios sobre a desigualdade, Rio de Janeiro, v.15, n.2, v.1 6, n.1, p.13-32, ago./dex.2001 - jan./jul. 2002.

Legislação Consultada

BRASIL. Lei n.º 6.766/79, 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 dez 1979. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16766.htm>. Acesso em set. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

PARANÁ. Lei n.º 8935 de 07 de março de 1989. Dispõe sobre requisitos mínimos para as águas provenientes de bacias mananciais destinadas a abastecimento público e adota outras providências. Diário Oficial do Estado do Paraná n.º. 2972 de 8 de Março de 1989. Disponível em <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=6223&codTipoAto=1&tipoVisualizacao=original>> Acesso em fevereiro de 2014.

PARANÁ. Lei n. 12.248, 31 de julho de 1998. Cria o Sistema Integrado de Gestão e Proteção dos Mananciais da RMC. Diário Oficial do Estado do Paraná, Curitiba, 03 de agosto de 1998. Disponível em <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=iniciarProcesso&retiraLista=true&site=1>>. Acesso em: junho. 2013.

PARANÁ. Decreto n.º 148, de 14 de janeiro de 1999. Definida e aprovada a seguinte composição do Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba. Diário Oficial do Estado do Paraná, Curitiba, 14 de jan. 2012.

PARANÁ. Decreto n.º 2.377, de 28 de julho de 2000. Aprova o regulamento do fundo de preservação ambiental da Região Metropolitana de Curitiba - FPA/RMC. Diário Oficial do Estado do Paraná, Curitiba, 31 de jul. 2000.

PARANÁ. Decreto n.º 3742 de 12 de novembro de 2008. Declara a Área de Interesse Especial Regional do Iguaçu na Região Metropolitana de Curitiba

e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Paraná nº. 7848 de 12 de Novembro de 2008. Disponível em < http://www.comec.pr.gov.br/arquivos/File/DE_3742_2008.pdf> Acesso em fevereiro de 2014.

PARANÁ. Decreto n.º 6.194, de 15 de outubro de 2012. Declara as áreas de interesse de mananciais de abastecimento público para a Região Metropolitana de Curitiba e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Paraná, Curitiba, 15 de out. 2012.

A Ilha e a Costeira: a (in)visibilidade dos conflitos fundiários no planejamento territorial da Região Metropolitana de Curitiba¹

*Laura Esmanhoto Bertol
Thiago de Azevedo Pinheiro Hoshino*

Resumo: O contexto atual de acirramento dos conflitos fundiários urbanos não tem sido contrabalançado por um incremento proporcional de atenção, por parte das instâncias oficiais de planejamento territorial, para as estratégias e mecanismos que possibilitem seu adequado equacionamento, no marco dos direitos humanos à moradia digna e à cidade. Em âmbito metropolitano, tal deficiência se torna ainda mais palpável, na medida em que vem se somar a um conjunto de questões historicamente irresolutas em torno do pacto federativo brasileiro, tais como a sobreposição de poderes e competências dos entes que o integram. Entende-se que a natureza desses dilemas pode ser também observada desde a perspectiva dos atores locais que os vivenciam concretamente, buscando, a partir daí, se não as respostas conclusivas, ao menos perguntas melhor colocadas, em face da realidade da Região Metropolitana de Curitiba. Tomando-a como o espaço formal de planejamento dentro do qual emergem os espaços informais de moradia, repetidamente invisibilizados nos mapas estatais, o capítulo analisa as disputas pela produção e apropriação da terra urbana no caso de dois assentamentos precários, a Ilha e a Costeira. Com base nas homologias estruturais identificadas entre eles e demais experiências similares da literatura, pretendeu-se formular provocações sobre a necessidade de: a) aprimorar a coordenação horizontal da política habitacional de interesse social, implementando instrumentos de regulação do mercado imobiliário; b) compreender a natureza processual do

¹ Parte dos dados empíricos aqui sistematizados são resultado do projeto de extensão denominado Cidade e Debate, o qual integra, em sua coordenação, a Universidade Federal do Paraná, Núcleo de Práticas Jurídicas, do Laboratório de Habitação e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, os cursos de Arquitetura e Urbanismo e de Direito da Universidade Positivo e o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Habitação e Urbanismo do Ministério Público do Paraná.

planejamento, no qual o conflito e a tradução comparecem como motores; c) desconstruir as hierarquias, fomentando uma práxis transescalar de ordenamento territorial.

Palavras-chave: Região metropolitana; planejamento territorial; conflitos fundiários; direito à moradia.

Abstract: The current context of worsening land conflicts has not been counterbalanced by a corresponding increase in attention paid by the official spatial planning authorities to strategies and mechanisms that would allow this issue to be resolved within the framework of people's rights to adequate housing and the city. At a metropolitan level, this deficiency becomes even more noticeable as it is compounded by a set of historically unresolved issues related to the Brazilian federal pact, such as the overlapping of the powers and competencies of the bodies included in this pact. The nature of these dilemmas can also be observed from the perspective of the local actors who experience them in practice. This perspective can then be used as a starting point to find, if not conclusive answers, at least better-formulated questions given the reality of the Curitiba Metropolitan Region. Taking this region as the formal planning space within which informal housing spaces repeatedly ignored on state maps emerge, this chapter analyzes the disputes for the production and appropriation of urban land in the case of two jerry-built settlements, Ilha and Costeira. Based on the structural similarities identified between these settlements and on similar experiences in the literature, we sought to initiate a debate on the need to (a) improve the horizontal coordination of social housing policy by implementing instruments for regulating the real-estate market, (b) understand the planning process, in which conflict and translation are driving forces, and (c) deconstruct hierarchies and promote a transcalar praxis for spatial planning.

Keywords: Metropolitan region; spatial planning; land conflicts; right to housing.

O objetivo do presente capítulo é promover uma aproximação crítica ao cenário atual dos conflitos fundiários – sua gênese, dinâmica e tratamento – na Região Metropolitana de Curitiba, particularmente interrogando sua relação com a instituição das fronteiras político-administrativas, as normas de controle e ordenamento territorial, em especial, de uso e ocupação do solo e proteção ambiental, e os vetores do planejamento urbano, ou seja, o modo como esses elementos interagem, reforçando, mitigando ou escamoteando tensões sociais.

Adotou-se como enfoque de trabalho a temática dos espaços de moradia em situação de conflito fundiário, habitados pela população de baixa renda. Nesse ensejo, o mapeamento dos casos identificados,

bem como a organização das informações referentes ao planejamento e à gestão municipais, tomaram como referência três escalas geopolíticas – a regional (Região Metropolitana de Curitiba); a municipal, englobando os quatro municípios que apresentaram maior incidência de situações relevantes compatíveis com o recorte eleito, quais sejam São José dos Pinhais, Almirante Tamandaré, Piraquara e Curitiba; e a local, com o detalhamento da realidade de dois assentamentos selecionados – a Vila Nova Costeira, em São José dos Pinhais, e a “Ilha”, em Almirante Tamandaré. A seleção destes deve-se, sobretudo, à emblematicidade dos fatores estruturantes do conflito experienciado por seus moradores, descortinando um padrão de produção do espaço metropolitano.

Parte-se da cotidianidade dos conflitos já deflagrados entre mercado, Estado e comunidades, para então agregar a eles as escalas municipal e metropolitana, num esforço de interpretação teórica dessa (des)articulação. Pretendemos, ao final, demonstrar como, se, por um lado, a gestão e o planejamento territorial nas esferas municipal e regional, amiúde, ignoram tais espaços populares e suas demandas, por outro, impõem-lhes, às vezes de modo repentino, uma visibilidade que desconsidera por completo os conteúdos e a vivência do local. Para tanto, inicia-se com uma contextualização dos assentamentos estudados, detalhando seu histórico de ocupação e as regras urbanístico-ambientais para eles definidas pelas instâncias oficiais de planejamento. Em seguida, discutem-se os processos por meio dos quais sua visibilidade ou invisibilidade são ativamente construídas, na representação e na prática dos Poderes Públicos, passando, então, a algumas provocações derivadas desse diagnóstico, sobre o objeto, o método e a escala da ação dos planejadores regionais.

1. O espaço formal do planejamento e os espaços informais de moradia

A aglomeração metropolitana real distingue-se do que formalmente se denomina Região Metropolitana. Enquanto esta é fundamentalmente uma conformação institucional e política, lastreada num marco legal-normativo mais ou menos arbitrário em suas definições, aquela pode ser entendida como a aglomeração composta por vários municípios limítrofes e que se destaca pela expressão populacional, pelo desempenho de funções complexas e pelo estabelecimento de

relações econômicas com as demais aglomerações, funcionando como centro de comando e coordenação de uma vasta rede urbana.² Nesse sentido, a metrópole, ou a aglomeração metropolitana, “possui funções superiores de comando e gestão e articuladas à economia global, sendo a porta de entrada dos fluxos globais no território nacional, onde se ancoram interesses internacionais e de onde partem, para o território nacional, vetores de modernidade e complexidade” (FIRKOWSKI, 2012, p.37). Portanto, a questão frequentemente colocada pela literatura diz respeito ao descompasso entre a metrópole como fenômeno sociológico, a qual se acha imbricada em diferentes dimensões de polarização e concentração no território, e a Região Metropolitana institucionalizada, que, muitas vezes, não observa, antes apaga, as dinâmicas de desigualdade e de troca.

Não há dúvida de que, como espacialidade, a metrópole está em constante produção, produção esta que não se dá sem conflitos e disputas *pelo e no* espaço. Para os fins desta abordagem, compreendemos os conflitos fundiários urbanos como a disputa pela apropriação da terra urbana (seja por meio de propriedade, posse, uso ou acesso³), com o fito de garantia do direito humano à moradia adequada (nos termos amplos do Comentário Geral n.º 4 do Conselho de Direitos Humanos da ONU⁴), envolvendo a população de baixa renda e(ou) grupos sociais vulneráveis. Tal espécie de conflito não está vinculada apenas à irregularidade ou não, em termos de titulação e registro imobiliário de uma área, mas se origina do choque de interesses antagônicos dos atores sociais em torno da mercantilização ou desmercantilização da terra urbana e, por conseguinte, de divergências sobre a preponderância dos valores de troca (da terra como elemento para a acumulação capitalista) ou dos valores de uso na apropriação dos espaços da cidade fora dos pressupostos da especulação e da acumulação (essencialmente para a reprodução da vida dos próprios sujeitos nela radicados).

² Ver detalhes no capítulo introdutório deste livro.

³ A definição formulada pelo Conselho Nacional das Cidades, na Resolução Recomendada n. 87/2009 já delinea a categoria dos *conflitos fundiários urbanos*, restringindo-se, contudo, à dicotomia posse/propriedade: “disputa pela posse ou propriedade de imóvel urbano, bem como impacto de empreendimentos públicos e privados, envolvendo famílias de baixa renda ou grupos sociais vulneráveis que necessitem ou demandem a proteção do Estado na garantia do direito humano à moradia e à cidade”.

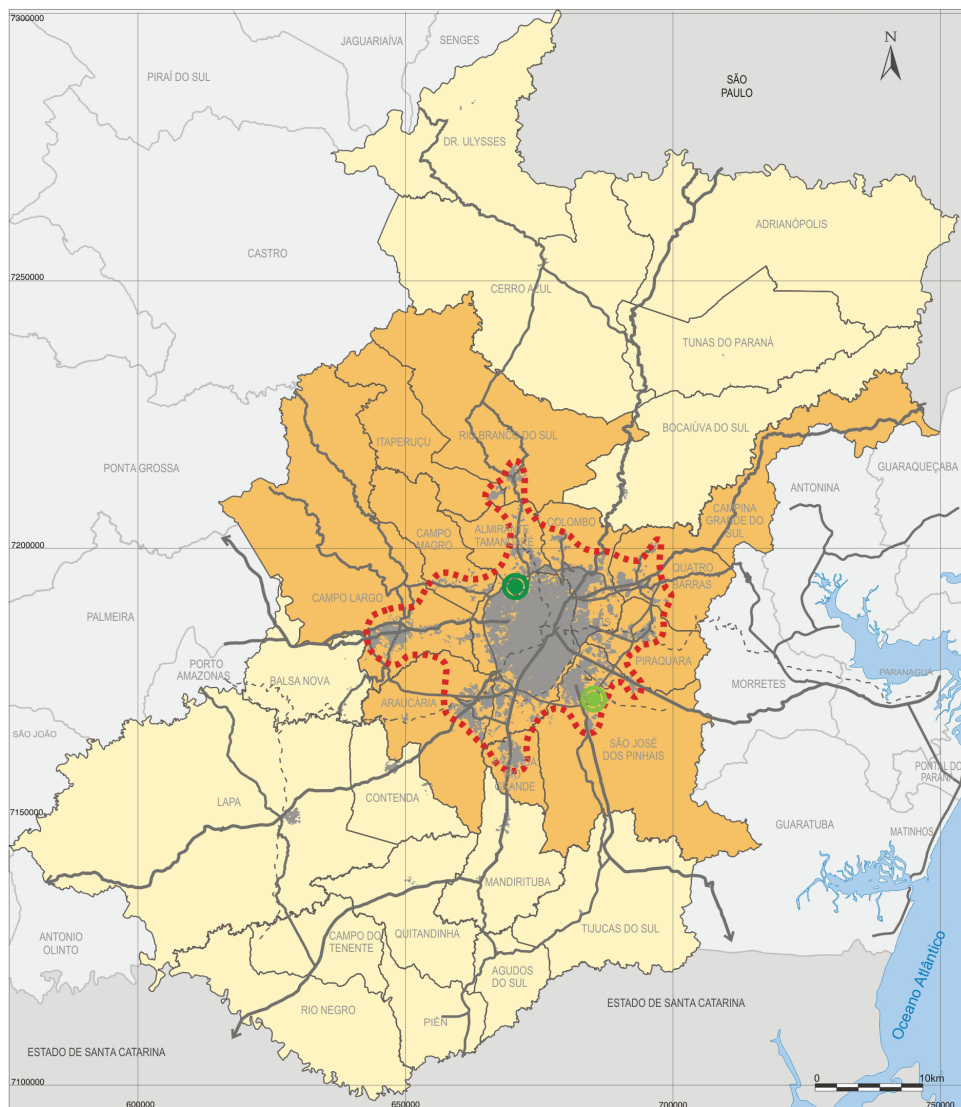
⁴ O documento destrincha sete componentes essenciais do direito à moradia digna: a) segurança jurídica da posse; b) disponibilidade de serviços e infraestrutura; c) custo suportável; d) habitabilidade; e) acessibilidade; f) localização; g) adequação cultural.

Sob esta óptica, a análise dos conflitos fundiários urbanos não se limita à dimensão material de disputa pelo espaço físico e pelas condições materiais de sobrevivência, mas abrange também sua dimensão simbólica e jurídica, “envolvendo as leis, as regras e os conceitos que legitimam ou deslegitimam as práticas sociais dos agentes” (SANTOS JUNIOR, 2011, p.73). O problema da legitimação dos discursos ganha centralidade na dinâmica conflitual, destacadamente os mecanismos de atribuição seletiva de (in)viabilidade às soluções que, no âmbito da mediação de interesses em colisão, exigem o redirecionamento da ação estatal. Quase sempre vislumbrados como monopólio de um corpo de especialistas, o planejamento e a gestão do território são tidos por campos interdito aos “leigos”, tornando suas contribuições, ainda que pertinentes, inaudíveis aos quadros técnicos.

Nesses termos, a Região Metropolitana de Curitiba pode ser compreendida como o espaço formal de planejamento, dentro de cujos limites grassam os “espaços informais de moradia” (SILVA, 2012, p.119), pouco contemplados nas representações oficiais e que quando descritos aparecem como anomalias e não como parte do processo de produção do espaço metropolitano. No âmbito dos conflitos pela produção e reprodução do espaço metropolitano, dois casos despertam a atenção: o da comunidade “Ilha”, na divisa entre os Municípios de Curitiba e Almirante Tamandaré, e a Vila Nova Costeira, em São José dos Pinhais (Figura 14.1).

A narrativa e a documentação expostas pelos moradores dão conta de que a ocupação da localidade conhecida como Nova Costeira remonta aos primórdios da década de 1990 e é fruto de um projeto de realocação levado a cabo pela Secretaria Municipal de Habitação, com intervenção da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC. Em função de enchentes ocorridas, nesse período, no bairro Cidade Jardim, bem como da extensão do respectivo canal extravasor, um grupo de famílias foi removido da área de risco e reassentado, em caráter emergencial, em imóvel pertencente ao Município de São José dos Pinhais. Aos primeiros residentes foram entregues termos provisórios de cessão de uso do solo, com prazo inicial de cinco anos. Não obstante, as medidas jurídicas e urbanísticas para o devido parcelamento da gleba, como aprovação oficial do loteamento e implantação de infraestrutura, nunca foram executadas, resultando numa situação perene de insegurança jurídica da posse para a comunidade, relegada ao espontaneísmo na ocupação e na autoconstrução posteriores.

Figura 14.1 - Localização Ilha e Nova Costeira no Núcleo Urbano Central de Curitiba - RMC



- LEGENDA**
- NUC (Núcleo Urbano Central)
 - Municípios atingidos Pelo NUC
 - Municípios não atingidos pelo NUC
 - Sistema Viário
 - Limites Municipais
 - Mancha Urbanizada 2004*
* Campo Largo 2000

- Ilha
- Nova Costeira

NUC
Núcleo Urbano central

FONTE: COMEC, 2012
NOTA: Modificado pelos autores

Em dezembro de 2011, essa fragilidade foi posta a prova com a promulgação do Decreto Estadual n.º 3.409/2011, que delimitou parte da Vila Nova Costeira⁵ e de outros loteamentos vizinhos como de utilidade pública para fins de desapropriação. O interesse público alegado referia-se à suposta necessidade de terras para a construção de uma terceira pista de pouso e decolagem do Aeroporto Internacional Afonso Pena. Uma série de diplomas legais análogos foi, periodicamente, republicada pelo governo estadual, em conversações com a INFRAERO, com a finalidade de reserva fundiária nas imediações do complexo aeroportuário, ao longo de quase duas décadas. A versão hodierna da obra, conquanto não conste da Matriz de Responsabilidades assumida pelos diversos entes federativos para a Copa do Mundo de 2014, foi apontada em repetidas oportunidades, inclusive por funcionários públicos e agentes políticos, como uma ação de destaque para viabilizar a recepção do megaevento em Curitiba. A despeito dessa tentativa de alavancagem, há indícios de que a terceira pista atenderá, primordialmente, senão unicamente, o transporte de cargas, e não de passageiros. A ampliação deverá ser financiada com recursos do 2º Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2 e foi reprogramada para o ano de 2018.

Atualmente, radicam-se na Nova Costeira em torno de 300 núcleos familiares (BACHTOLD, 2012, p.80) - Figura 14.2, em sua maioria de baixa renda, organizados em uma associação informal de moradores, cujas principais reivindicações são a exclusão do perímetro da vila da poligonal da desapropriação, com manutenção das famílias seguida de regularização fundiária por meio do instrumento da Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia (CUEM) – previsto na Medida Provisória n. 2.220/2001 e em vias de regulamentação no município – ou, alternativamente, a garantia de reassentamento digno, em raio próximo e de modo dialogado. É sintomático que, antes da intervenção do Núcleo de Prática Jurídica da Universidade Federal do Paraná, nenhum órgão público, de qualquer instância, tenha prestado informações aos moradores sobre o projeto da intervenção ou suas consequências, embora técnicos do governo do estado já se tivessem feito presente na área para mediação e registro fotográfico dos lotes.

⁵ Até o momento de redação deste texto, pairava ainda indefinição sobre as exatas coordenadas da área a ser desapropriada. A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística era a responsável pelo redimensionamento da poligonal de intervenção e reedição da minuta do decreto estadual de declaração de interesse público. A adequação deveria abranger as Quadras A e B, conforme referenciadas na Figura 14.1.

Figura 14.2 - Mapa de inserção do assentamento Vila Nova Costeira em São José dos Pinhais



FORNTE: SILVA, METZNER e BRAGA, 2013, p. 18.

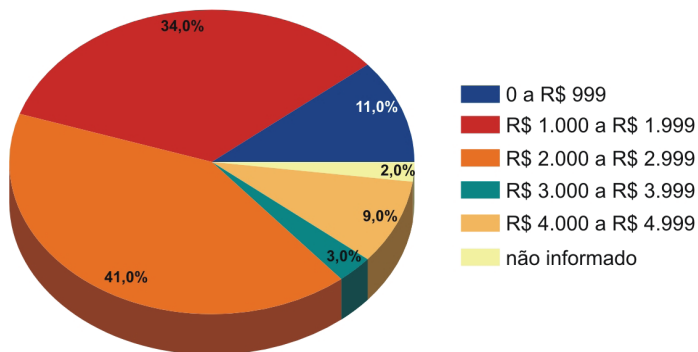
Em outra dimensão do perfil do assentamento, segundo pesquisa amostral realizada pela equipe do projeto Cidade em Debate no ano de 2013 (num universo de 10% dos domicílios), as famílias são compostas, predominantemente, por cinco integrantes e quatro integrantes, média bastante superior à nacional (3,3 habitantes por residência) e regional (3,1 habitantes por domicílio) e em sua maioria possuem renda média familiar até R\$ 2.999⁶ (Gráfico 14.1).

Destaca-se, ainda, a expressiva proporção (aproximadamente 69%) de famílias chefiadas por mulheres na comunidade, bem como o largo tempo de moradia (mais da metade dos entrevistados reside no local há, pelo menos, 15 anos). As características socioeconômicas acima descritas influem significativamente na morfologia do assentamento, que se caracteriza, entre outros fatores, por uma utilização ex-

⁶ SILVA, METZNER e BRAGA, 2013, p.23, ver, ainda, análise que contempla a redução dos componentes dos arranjos domiciliares na RMC, no capítulo 5 deste livro.

tensiva dos lotes (elevadas taxas de ocupação construtiva, com baixa permeabilidade, quase ausência de recuos e diminuto afastamentos das dividas) e alta densidade populacional.

Gráfico 14.1 - Média de renda familiar - Vila Nova Costeira - 2013



FONTE: SILVA, METZNER e BRAGA, 2013, p. 26
Elaboração dos autores.

As especificidades da ocupação urbana dessa porção do território metropolitano foram reconhecidas no plano institucional pelo Decreto Municipal n.º 2.347/2008, que demarcou o assentamento como Zona Especial de Interesse Social. Originalmente, a Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São José dos Pinhais (Lei Complementar n.º 16/2005) estipulara a área como Zona Residencial 4, destinada ao uso habitacional de alta densidade e atividade comercial. Os parâmetros correspondentes a esse enquadramento espacial dificilmente possibilitariam a regularização urbanística dos lotes e edificações existentes no local⁷. Porém, no ano de 2008, ao gravar a ZEIS Costeirinha, o Município a orientou “ao desenvolvimento de assentamentos urbanos vinculados a programas habitacionais de interesse social ou programas de regularização fundiária [...], que em função de suas características requeiram tratamento urbanístico específico”.

Ademais, o supracitado decreto incluiu o cadastro de todos os parâmetros urbanísticos existentes à época, determinando, todavia, que novas subdivisões de lotes ou construções dentro dos limites da Vila Nova Costeira deveriam se adequar aos índices do zoneamento muni-

⁷ Os parâmetros urbanísticos para as Zonas Residenciais 04 são: lote mínimo - 360 m², frente - 12 metros, taxa de ocupação máxima - 60%, coeficiente de aproveitamento 2, taxa de permeabilidade - 20% e altura máxima de 4 pavimentos.

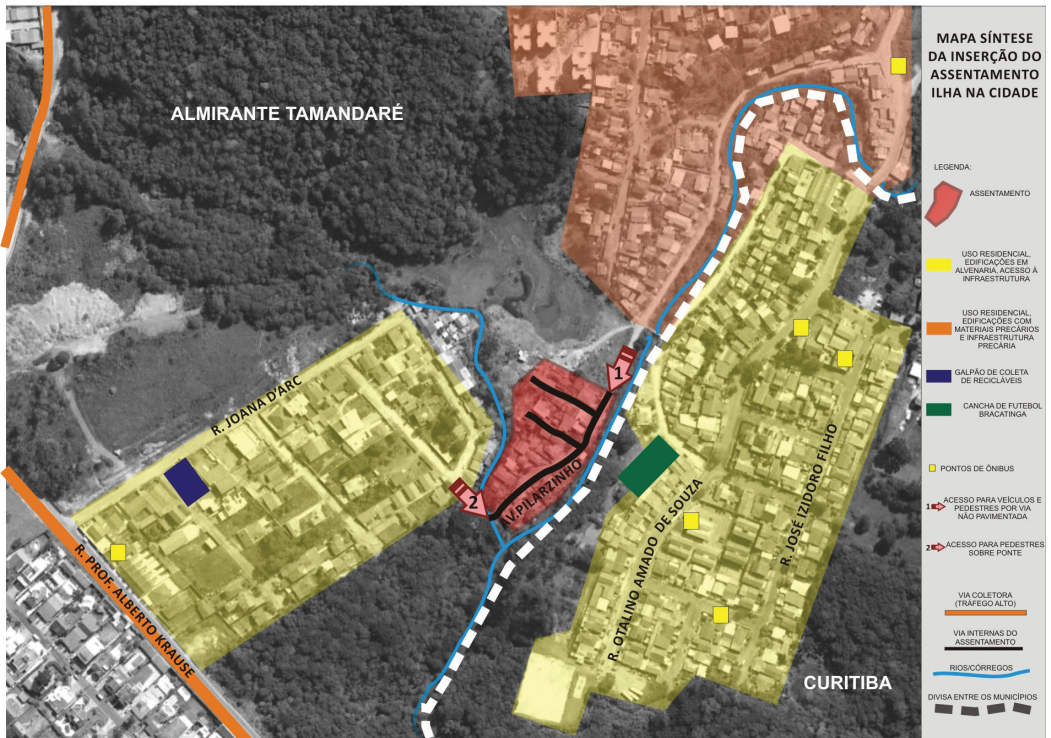
principal precedente (ZR-4) e não aos da ZEIS. Este dispositivo merece comentário à parte, uma vez que sugere uma tentativa de minar a lógica da reprodução do espaço conforme este vem sendo ocupado e consolidado, encerrando-o nos moldes da cidade dita formal. Desnecessário lembrar que tais padrões já foram fartamente criticados devido ao seu elitismo, na medida em que o zoneamento instaura ou realça fronteiras de poder. A diferenciação entre lote antigo e lotes novos, a partir de uma linha de corte imaginária, ignora o conceito de território em sua indissociabilidade, o qual comparece na figura das zonas especiais, cujo fito é o reconhecimento justamente de um espaço vivido e produzido de forma distinta e particular. Trata-se, em suma, de um embate que extrapola o plano morfológico, revelando o conflito de fundo entre a cidade do usuário, apropriada e construída coletivamente para o uso, segundo a lógica da necessidade e as estratégias de sobrevivência que ela mobiliza, e a cidade mercantilizada, transformada em parcelas e propriedades individuais esquadrihadas, para serem lançadas no mercado, formal ou informal.

Diferentemente do que ocorre na Vila Nova Costeira, onde a ação do poder público municipal, com vistas a solucionar uma situação de precariedade habitacional, deu origem a um novo assentamento precário, reproduzindo a insegurança jurídica da posse, o assentamento autointitulado “Ilha” tem sua história marcada pela ausência do Estado. A comunidade teria surgido há aproximadamente 40 anos, quando uma família que trabalhava na guarda e manutenção de uma chácara próxima, ali se estabeleceu, recebendo, anos depois, uma parcela do terreno como pagamento por parte dos serviços prestados, no bojo de ação trabalhista contra os proprietários do imóvel. Essa fração de terra, ao que tudo indica, nunca chegou a ser escriturada ou registrada. Segundo relatam os moradores, a localidade passou a ser denominada “Ilha” por eles mesmos, em função de progressivo aterramento que desviou o curso do Rio Barigui, inaugurando um ciclo de inundações sazonais a que permanecem expostos e ao qual as próprias construções tiveram de adaptar-se, apresentando, em alguns casos, uma espécie de sótão de refúgio.

Mas não são apenas as condições físico-ambientais que motivam a metáfora da “Ilha”. De fato, o termo assumiu nova conotação com o desenrolar do tempo. O Rio Barigui funcionava, também, como limite natural indicativo da divisa oficial entre os municípios de Almirante Tamandaré e Curitiba. A partir da alteração do seu trajeto, formou-se um pequeno espaço sem pertencimento político-administrativo nítido,

verdadeiro espaço metropolitano residual. Mesmo com o posterior reconhecimento de que a área integra o território do município de Almirante Tamandaré, sua contiguidade a Curitiba leva os moradores a se dividirem entre os serviços e equipamentos públicos dos dois lados da fronteira, de acordo com suas possibilidades de deslocamento e a qualidade dos serviços (Figura 14.3). Nada obstante, o limbo institucional permanece. Um exemplo do contraste entre a irrelevância dessas fronteiras no cotidiano do assentamento e a recalitrância dos poderes públicos em aceitar tal integração é questão da educação infantil. O Centro Municipal de Educação Infantil mais próximo à área analisada pertence a Curitiba e, não raro, recusa a matrícula das crianças residentes na localidade. Por sua vez o CMEI indicado pelo município de Almirante Tamandaré para o atendimento das famílias dista dois quilômetros do local e, em geral, não dispõe de vagas suficientes ou de fácil acesso pelos meios de transporte público adequados.

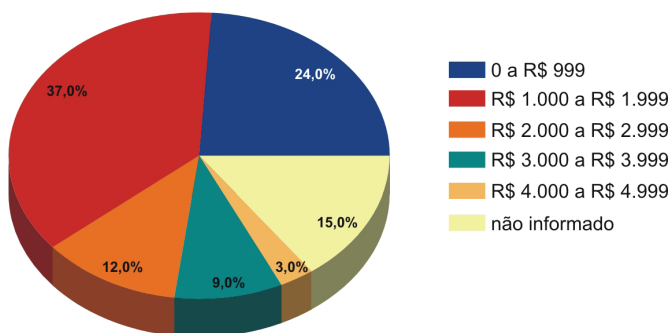
Figura 14.3 - Mapa de inserção do assentamento Ilha em Almirante Tamandaré



FONTE: SILVA, METZNER e BRAGA, 2013, p. 61

Nos termos do levantamento de campo realizado pela equipe do projeto Cidade e Debate em 2013, o assentamento conta com 122 pessoas, distribuídas em 32 domicílios, cuja maior parte pertence a famílias afrodescendentes e significativa parcela destes trabalha com a coleta e separação de material reciclável. A atividade é desempenhada tanto por homens como por mulheres e, em alguns casos, representa a principal fonte de renda do núcleo; atualmente cinco chefes de família possuem como principal fonte de renda a coleta e separação de materiais recicláveis, subindo o número para sete entre os que não desempenham esse papel, mas são maiores de 18 anos. A renda familiar predominante é de até dois mil reais (61% das famílias), conforme o Gráfico 14.2.

Gráfico 14.2 - Renda familiar - Ilha - 2013



FONTES: SILVA, METZNER e BRAGA, 2013, p. 54
Elaboração dos autores.

Vale ressaltar que a grande vulnerabilidade social (em função da baixa renda das famílias e dos vínculos informais de trabalho que mantêm), associada à fragilidade ambiental do assentamento, reflete-se na precariedade das unidades habitacionais, sendo a grande maioria das construções edificadas de forma mista (madeira e alvenaria) ou apenas madeira. Habitações precárias em ocupações já consolidadas, como a comunidade Ilha (mais da metade das famílias reside ali há mais de dez anos), não é um fato comum, normalmente com o tempo as famílias conseguem empreender melhorias em suas residências, ampliando-as e reformando-as, substituindo as tábuas de madeira pela alvenaria (Figura 14.4). A persistência da madeira como material de construção predominante demonstra que as condições de vida no assentamento (em termos de acessibilidade, serviços e equipamentos públicos), bem

como a constante ameaça de inundações, impossibilitaram a essas famílias a melhoria de suas moradias ao longo do tempo.

Figura 14.4 - Habitações localizadas na Ilha em Almirante Tamandaré



FONTE: Os autores, 2013

Em 2011, a comunidade ocupou um barracão abandonado próximo ao assentamento, passando a utilizá-lo para depósito e separação de materiais recicláveis. Formalizou, ainda, uma cooperativa de catadores denominada “Associação Ilha”, logrando negociação junto ao Município de Almirante Tamandaré que deu origem a um processo de desapropriação do imóvel em curso, para futura cessão ao grupo, mediante convênio. Antes disso, as alternativas de armazenamento do material eram limitadas e precárias, com frequente perda da coleta devido às enchentes, gerando sérios prejuízos. A dinâmica impulsionada pela disponibilização do barracão impactou na lógica de territorialização da comunidade, obrigando a um remanejamento de tarefas responsabilidades, mas, concomitantemente, abrindo um leque de possibilidades de atividades, inclusive recreativas e organizacionais, que as limitações espaciais do espaço de moradia inviabilizavam. A aquisição do espaço também fortaleceu a economia de reciprocidades (ABRAMO, 2009) já bastante intensa, aliás, à semelhança da Vila Nova Costeira, onde as redes sociais permitem o provimento de bens e serviços em relações não monetizadas.

Por fim, no tocante à legislação municipal de uso e ocupação do solo (Lei Complementar n.º 2/2006), a área encontra-se delimitada como Zona Residencial 2, destinada ao uso residencial unifamiliar e coletivo, de comércio e serviços vicinais, de bairro e setoriais, com densidades médias e altas e com tolerância para a instalação de atividades de grande porte, desde que compatíveis com o uso habita-

cional. Restrições à ocupação igualmente incidem no território em função de áreas de preservação permanente e de áreas de inundação. Observe-se que essa delimitação implica a obrigatoriedade de estudos específicos para a aprovação de projetos de parcelamento, edificação e regularização nesses locais; regularização esta que faz parte do conjunto de reivindicações da comunidade, ao lado da infraestrutura básica, especialmente para mitigação dos riscos ambientais. Cabe destacar, contudo, que os parâmetros urbanísticos⁸ aplicáveis para a área não possibilitariam a regularização fundiária na atual configuração. O Plano Diretor Municipal (Lei Complementar n.º 1/2006) prevê a utilização do instrumento de Zonas Especiais de Interesse Social, porém ele não foi instituído no caso em tela. Essa ausência de reconhecimento institucional ou de compromisso político acerca da realidade da comunidade da Ilha incute em seus moradores uma profunda sensação de instabilidade, insegurança e abandono.

2. A metrópole des-coberta: entre a visibilidade e a invisibilidade do lugar

Do oceano de conurbação da metrópole, quem avista a Ilha e a Costeira? Isolada a primeira num espaço metropolitano residual e condenada a segunda por um projeto metropolitano estratégico, resta interrogar de que maneira aparecem ambas, se é que aparecem, no planejamento regional. Trata-se de uma inquietação sobre o estatuto do lugar, notadamente dos lugares da informalidade, nessa instância da ação estatal, cuja representação depende estreitamente do filtro da escala.

Nas palavras de Castro:

O significado mais usual, e mais simples, de escala é o de medida de redução ou ampliação de área para representação. Esta simplificação matemática esconde a enorme complexidade do termo quando se trata de recortar a realidade espacial. Este recorte supõe, consciente ou inconscientemente, a escolha do nível de fragmentação do espaço total e do “fragmento” escolhido. Em outras palavras, “a utilização de uma escala exprime uma intenção deliberada do

⁸ Os parâmetros urbanísticos que se aplicam na área são: lote mínimo - 360m², testada - 12 m, taxa de ocupação - 60%, coeficiente de aproveitamento - 2, taxa de permeabilidade - 20% e altura máxima - 4 pavimentos.

sujeito de observar seu objeto”. É possível falar de uma dimensão fenomenológica da escala do ponto de vista da percepção. As diversas escalas supõem campos de representação a partir dos quais é estabelecida a pertinência do objeto, mas cada escala apenas indica o espaço de referência no qual se pensa a pertinência, mais geralmente a pertinência do sentido atribuído ao objeto definido pelo campo de representação, ou “tableau visuel”. [...] Neste ponto passamos ao problema concreto do recorte espacial da concepção. Cada recorte implicando, de fato, na constituição de “unidades concepção”, colocam em evidência relações, fenômenos e fatos que em outro recorte não teriam a mesma visibilidade. (CASTRO, 1992, p.23)

Os horizontes do olhar, portanto, conformam-se segundo as escalas, as quais estampam também os interesses, as experiências e as possibilidades do observador. Visibilidade e invisibilidade, nessa perspectiva, caracterizam antes processos, do que fatos consumados, e, é forçoso reconhecer, suas representações não podem jamais ser isentas, nem inocentes. Ao contrário, a tradução do espaço em projeção é fruto de tensões e conflitos, de um jogo de claro e escuro que faz surgir e desaparecer. Algo emerge e algo submerge na superfície, a princípio límpida, dos mapas. O sentido desse obscurecimento, da eclipsagem de determinados lugares, dos sujeitos que os produzem e que neles se radicam é apreensível por meio de um desvelamento da ordem da “cartografia simbólica”, qual proposto por Boaventura de Sousa Santos, a tomar por premissa a ideia de que “a principal característica estrutural dos mapas reside em que, para desempenharem adequadamente suas funções, têm inevitavelmente de distorcer a realidade” (SANTOS, 2005, p.200). Mais do que isso, a distorção nunca é aleatória, ainda que não intencional, mas participa de um esquema mais amplo de escolhas políticas.

Daí ser a ausência dos espaços informais (de moradia, de trabalho, de organização social, de cultura etc.) nos mapeamentos de autoria do Estado o resultado do histórico acúmulo do “monopólio dos direitos cartográficos” (BAUMAN, 199, p.48). Nesse sentido, Zygmund Bauman resgata a genealogia das batalhas em torno dos mapas, batalhas pela legibilidade do território e de seus agentes. As medidas do espaço, que amiúde se querem denotar como duramente objetivas, não passaram, durante séculos, de referências antropomórficas, tendo como parâmetro o homem, seu corpo (pés, punhados, palmos, polega-

das) e sua temporalidade (“Morgen”, manhãs ou acres em alemão). Antes da medição/ mediação do Leviatã, a distinção dos espaços-tempos era carregada de uma pessoalidade contundente: tanto coisas quanto indivíduos mostravam-se “próximos” ou “longínquos”. O panorama se inverte nos albores da modernidade ocidental, com uma pressão por remodelagem social que implicava, simultaneamente, reordenação espacial e a deslegitimação de determinados estilos de territorializar e representar:

Para obter controle legislativo e regulador sobre os padrões de interação e lealdade sociais, o Estado tinha que controlar a transparência do cenário no qual vários agentes envolvidos na interação são obrigados a atuar. A modernização dos arranjos sociais promovidos pelas práticas dos poderes modernos visava ao estabelecimento e perpetuação do controle assim entendido. Um aspecto decisivo do processo modernizador foi portanto a prolongada guerra travada em nome da reorganização do espaço. O que estava em jogo na principal batalha dessa guerra era o direito de controlar o ofício de cartógrafo. (BAUMAN, 1999, p.37)

Estava-se diante, sobretudo, da desqualificação de qualquer leitura territorial divergente da oficial, em especial de “todas as iniciativas de interpretação de “base popular” que podiam ainda saturar fragmentos do espaço com significados desconhecidos e ilegíveis para os poderes constituídos” (BAUMAN, 1999, p.38). Domesticar os territórios, portanto, e torná-los absolutamente óbvios foi uma das tarefas primordiais das incipientes burocracias, forjando, a partir de seu olhar centralizador e cartesiano, as (in)visibilidades cartográficas. Ao fim e ao cabo, esta se constituiu como uma formatação peculiar da relação de dominação, em cuja ambiguidade desaparecer significa ser dispensado como refugio num mundo onde certos espaços (e, por conseguinte, certos sujeitos) são considerados residuais, permanecendo à margem da atenção estatal, enquanto aparecer pode significar nada mais promissor do que ser demarcado como um alvo (a princípio, alvos militares e tributários e, posteriormente, públicos-alvo dos empreendimentos do mercado e dos grandes projetos públicos). Precisamente na transparência a que almejam os mapas é que está inscrita sua extrema opacidade, pois só se pode tornar algo tão presente pela subtração de outras presenças, é dizer, pela produção de ausências. Há que se encarar essas faltas desde uma sensibilidade sociológica, como *cons-*

tractos sociais e não como realidades ontológicas. É a tarefa que Santos atribui à “sociologia das ausências”, a qual pretende desmitificar os apagamentos:

Nos termos desta lógica, a escala adoptada como primordial determina a irrelevância de todas as outras possíveis escalas. Na modernidade ocidental, a escala dominante aparece sob duas formas principais: o universal e o global. [...] A globalização é a escala que nos últimos vinte anos adquiriu uma importância sem precedentes nos diversos campos sociais. [...] No âmbito desta lógica, a não-existência é produzida sob a forma do particular e do local. As entidades ou realidades definidas como particulares ou locais estão aprisionadas em escalas que as incapacitam de serem alternativas credíveis ao que existe de modo universal ou global. [...] A sociologia das ausências exige neste domínio o exercício da imaginação cartográfica, quer para ver em cada escala de representação não só o que ela mostra, mas também o que ela oculta, quer para lidar com mapas cognitivos que operam simultaneamente com diferentes escalas, nomeadamente para detectar as articulações locais/globais. (SANTOS, 2002, p.248-252)

E é determinado pelo olhar enviesado, que privilegia os vetores globais sobre os vetores locais, as verticalidades sobre as horizontalidades, que se instauram o que Milton Santos denomina os espaços luminosos, em antagonismo aos espaços opacos. Estes são rarefeitos, o *habitat* do homem lento como lugar de vida, enquanto aqueles são dominados pelas virtualidades operacionais, tecnológicas, informacionais⁹. Não é por acaso que, à luz do planeamento oficial, especialmente em sua vertente hoje disseminada de *market lead planning*, a invisibilidade é consequência da banalidade imputada aos espaços fora do circuito de interesse “estratégico” de reprodução do capital, numa espécie despidorada de democracia direta da cidade-empresa (VAINER, 2000, p.86-87). É palpante que os mais afligidos pela omissão do Estado em dar uma resposta em termos de políticas públicas e de efetivação de direitos fundamentais é que são banalizados junto com o espaço que

⁹ Na esteira da reflexão de Milton Santos e Maria Silveira: “Chamaremos de espaços luminosos aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam os espaços opacos” (SANTOS; SILVEIRA, 2002, p.264).

habitam¹⁰. São os “lugares fora das ideias” (MARICATO, 2000), de hábito, negligenciados na cartografia da cidade. A esquizofrenia do território, nessa conjuntura, se expressa no fato de que, embora o cidadão se constitua, na prática, como cidadão de um lugar, e embora, para os que estão ali alojados, o lugar desprezado pelos demais seja um espaço de vida, o território, quando deixa a invisibilidade no planejamento, quando ganha luminosidade nos mapas do Estado, passa a ser convocado como suporte para interesses e vetores externos ao lugar vivido:

O território tanto quanto o lugar são esquizofrênicos, porque de um lado acolhem os vetores da globalização, que neles se instalam para impor sua nova ordem, e, de outro lado, neles se produz uma contraordem, porque há uma produção acelerada de pobres, excluídos e marginalizados. [...] Nisso, o papel do lugar é determinante. Ele não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido, ao mesmo tempo, isto é, de experiência sempre renovada, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro. (SANTOS, 2001, p.114)

A despeito disso, afirmar que essas populações ocupam um espaço residual, porque indesejado pelas formas instituídas de produção imobiliária do mercado formal, por ser invisibilizada pelos mecanismos públicos de planejamento e de gestão territoriais, ou porque, em algumas situações, como no da comunidade “Ilha”, muitos trabalhadores estão submetidos a relações de trabalho precarizadas, não significa defender que elas estejam excluídas, de maneira absoluta, do processo de acumulação do capital ou mesmo da produção do espaço. Ao contrário, sua inserção existe, mas é marginal, subalterna e espoliativa. Kowarick (2000, p.22) define a espoliação urbana como a série de extorsões operadas pela “inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e à moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, da falta desta”.

É importante conceituar que a espoliação urbana não é mero resultado da exploração do trabalho, mas sim parte importante do pro-

¹⁰ “Nesse espaço banal, a ação atual do Estado, além de suas funções igualmente banais, é limitada. Na verdade, mudadas as condições políticas, é nesse espaço banal que o poder público encontraria as melhores condições para sua intervenção” (SANTOS, 2001, p.109).

cesso de reprodução do capital na medida em que permite reduzir o custo de reprodução da força de trabalho destinando-a a soluções precárias como a autoconstrução e a urbanização sem o urbano, em loteamentos distantes destinados a população de mais baixa renda. Diante desse violento processo de exploração associado à espoliação, o desenvolvimento urbano brasileiro foi marcado pela segregação e por uma forte hierarquização espacial. Esse padrão de ocupação longamente forjado pelo padrão centro-periferia hoje se modifica, porém não abranda as polarizações e desigualdades vigentes, antes as acirra com a criação de verdadeiros enclaves urbanos.

Essa é a situação da comunidade Ilha em Almirante Tamandaré, que se configura atualmente como um enclave cercado por enclaves fortificados. A exemplo do que explicita Caldeira (2000, p.211), se durante o período compreendido entre as décadas de 1940 e 1980 predominou um modelo de ocupação urbana em que centro e periferia achavam-se bem delimitados e afastados, o contexto contemporâneo das cidades brasileiras não autoriza a mesma leitura. Essas distâncias não são mais determinantes e escasseia a conformação de áreas homogêneas de habitação dos mais pobres em longínquas periferias. A autora demonstra que, hoje, tais fronteiras se estabelecem por meio de obstáculos como muros, portarias suntuosas e sistemas de segurança com cercas eletrificadas e alarmes, verdadeiros enclaves fortificados que se assomam como espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho de uma comunidade seletiva. Segundo Marcuse (2004, p.25), esses espaços caracterizam-se, do ponto de vista do seu processo de produção, como enclaves excludentes, pois são concentrações espaciais nas quais “os membros de determinado grupo populacional, definido por sua posição de superioridade em termos de poder, riqueza ou status em relação aos seus vizinhos e aglomeram-se de modo a proteger essa posição”. Essa tipologia de ocupação manifesta-se, amiúde, na forma de condomínios horizontais fechados e tem conquistado cada vez mais espaço – literal como metaforicamente – na produção imobiliária da metrópole de Curitiba, avançado sobre os municípios limítrofes à capital. Desdobrando semioticamente uma vez mais a nomenclatura tão sugestiva, o assentamento Ilha se vê incrustado justamente no seio de uma “ilha de segurança” que reflete o seu próprio avesso urbanístico, sendo esse um quadro em expansão, com previsão de novos condomínios em sua vizinhança.

Paradoxalmente, o cercamento, já não voluntário, mas imposto por enclaves fortificados em seu entorno robustece o caráter espacial de enclave da própria Ilha. Escapa às balizas deste trabalho debater se os predicados desta comunidade são suficientes para identificá-la como um *gueto*, na concepção de “armadilha espacial” (estigmatizante, coercitiva, confinatória e institucionalmente paralela) esboçada por autores como Wacquant (2008, p.79). É dizer, esta se configura como um enclave não apenas pelas suas características físicas – uma porção de terra cercada por água em todos os lados –, ou pelo isolamento decorrente dos esgarçados limites político-administrativos dos Municípios de Almirante Tamandaré e Curitiba, mas por ser, cada dia mais, uma porção diferente (espaço informal de moradia) em meio à crescente expansão de iguais (condomínios fechados horizontais). Destarte, a Ilha se consolida como uma “área de concentração espacial na qual os membros de um determinado grupo populacional, autodefinido por etnicidade, religião ou de outra forma, congregam-se de modo a proteger e intensificar o seu desenvolvimento econômico, social, político e/ou cultural” (MARCUSE, 2004, 25). Acima de tudo, essa pressão tende a obstaculizar os anseios da comunidade por uma cidadania metropolitana prometida mas jamais efetivada, retraindo-se ao passo em que se amplia um modelo de urbano que rejeita o Estado (condomínios fechados autossuficientes) e um modelo de Estado que ignora o urbano, ou, ao menos, esta tipologia urbana. Sua invisibilidade, ao que nos consta, vai dos mapas e cadastros fundiários do município até as estatísticas nacionais, haja vista que o número de domicílios (32) existente na Ilha fica abaixo da linha corte (50) com que trabalha o Censo do IBGE, na categoria “aglomerado subnormal”.

A exemplo do que se dá na comunidade Ilha, o assentamento da Vila Nova Costeira tem natureza de enclave urbano. Aqui, não como resultado de seus atributos naturais, mas por se apresentar como o único espaço de uso residencial em uma área cercada por usos não residenciais, em sua maioria equipamentos públicos municipais, estaduais e federais simultaneamente, como o Décimo Sétimo Batalhão da Polícia Militar, o Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – CAIC, a unidade de saúde e, sobretudo, pelos terrenos de propriedade da INFRAERO, esta vizinha vista como incômoda e com a qual confrontam duas das quatro faces do assentamento. Reforça o sentido de isolamento a existência de apenas duas vias públicas de

acesso¹¹, sendo as demais muradas em beco, como que a explicitar espacialmente a mensagem subliminar que angustia a comunidade: “*sem saída*”.

A ameaça de remoção por conta de um Grande Projeto Urbano, de funcionalidade e interesse inegavelmente metropolitanos, aviventa a memória traumática do contato anterior das famílias com a política habitacional, num projeto de reassentamento que, além dos distúrbios sociais já mobilizados em qualquer processo de deslocamento involuntário, reproduziu a lógica da precariedade e da insegurança da posse no novo território. Ser, após vinte anos de omissão e invisibilidade do Estado, objeto dos súbitos holofotes da imprensa, dos políticos e dos planejadores em prol de uma intervenção que requer o espaço de radicação da comunidade para propósitos totalmente alheios às suas demandas, é recordar o passado ao mesmo tempo em que se apaga o acervo de lutas, esforços, privações e investimentos pessoais na auto-construção das casas e do bairro que hoje sentem como seus. A indignação dos moradores foi ainda mais instigada com a proposta realizada pelo Município (ente na ponta final desse grande projeto urbano, ele mesmo desconsiderado em várias de suas etapas) de cadastramento no Programa Minha Casa, Minha Vida como a única alternativa de moradia para áreas como a Vila Nova Costeira, cujos habitantes não detêm título de propriedade, insistindo num modelo de política habitacional já tido por insuficiente.

Afora isso, a retirada de parte dessas famílias ocasionaria um desenraizamento social de monta, com perdas para a sociabilidade e mesmo para os meios de reprodução e sustento individuais e coletivos:

Desenraizamento social e econômico significa, de um lado, enfraquecimento de laços da sociabilidade primária – família, parentela, bairro, vida associativa e o próprio mundo do trabalho; de outro, desemprego de larga duração ou trabalho irregular, informal, intermitente ou ocasional, que advém de várias modalidades de desinserção no sistema produtivo. [...] O desenraizamento no âmbito da sociabilidade primária já é mais difícil de ser configurada. De fato, estudos apontam para mudanças na sociabilidade familiar e comunitária, mas também realçam sua importância para, num contexto de fraca presença da ação estatal, enfren-

¹¹ O acesso ao Nova Costeira só é possível pela Rua Silvio Pinto Ribeiro e existe um acesso apenas para pedestres pela Rua C do loteamento.

tar os desafios decorrentes da fragilidade dos direitos sociais. (KOWARICK, 2009, p.86)

Diante dessas primeiras aproximações, não é arriscado consignar que, tanto no caso da Vila Nova Costeira, como no da Ilha, verifica-se um aprofundamento dos conflitos fundiários pela ação ou pela omissão estatais. No primeiro dos conflitos, questiona-se o *modus operandi* dos atores de governo responsáveis pelo planejamento e execução de um projeto de grande envergadura que desconsidera ou deliberadamente “atropela” os esquemas locais de produção social do espaço de habitação e vivência da urbe, em nome de um invocado interesse metropolitano. Ou, ao menos, da cidade-polo da metrópole, como não deixa olvidar o slogan para a Copa do Mundo de 2014 – “Curitiba é do Mundo”. No assentamento Ilha, a seu turno, é de se problematizar a omissão do Poder Público no sentido de reconhecer a existência dessa comunidade, com suas particularidades, ao mesmo tempo em que nem o Município de Curitiba, nem o de Almirante Tamandaré dão mostras de vontade para regular a expansão avassaladora do mercado imobiliário que partem da capital. Se, por um lado, a precariedade em que vive a comunidade em apreço demonstra cabalmente a centralidade do acesso à terra e da segurança jurídica da posse como meio para participar decentemente da vida urbana, por outro, robustece a tese de que marginalidade territorial de um espaço limítrofe como este depende do apagamento ou, no mínimo, de uma resignificação das fronteiras político-administrativas tão enrijecidas quanto se trata da prestação de políticas sociais.

Nesse cenário, o planejamento e a gestão metropolitanos se manifestam ora como ausência, ora como ameaça. Ausência em situações como a da comunidade Ilha, que, embora almeje a real integração supra ou transmunicipal das políticas territoriais (integração esta que as famílias, sem respaldo, vivenciam no dia a dia), segue relegada à invisibilidade, isto é, ao vazio institucional e ao limbo dos direitos não concretizados. Os poucos passos que cruzam uma linha imaginária de fronteira tornam-se um abismo administrativo. Noutra giro, a ameaça surge em situações como a da Nova Costeira, onde projetos definidos como estratégicos – para quem? –, regional ou mesmo nacionalmente, são implementados ao largo de suas históricas necessidades e aspirações. Dessa indesejada visibilidade recai-se já não no dilema do vazio institucional, mas do preenchimento institucional do território com

um conteúdo que lhe é estranho, desde a escala do lugar. O limbo a que se submetem os direitos, contudo, continua o mesmo.

3. Em busca de um planejamento para a cidadania metropolitana

À luz dos estudos de caso registrados e do acúmulo teórico do próprio campo crítico do planejamento regional, sistematizamos três grandes eixos de provocações, no intuito de fomentar a reflexão e o debate quanto às prioridades, ao método e à escala do ordenamento territorial. Defende-se, em síntese, que uma maior compreensão dos fenômenos abaixo elencados e uma incorporação progressiva das respectivas propostas de reação a eles podem contribuir para a construção de uma tão controversa cidadania metropolitana e para a justa distribuição dos ônus e benefícios do processo de urbanização, princípio que norteia a política urbana, na dicção do Estatuto da Cidade (art. 2º, IX).

3.1. Coordenação e integração da política fundiário-habitacional

Acredita-se ter alcançado ilustrar algumas deficiências do planejamento e da gestão territoriais da Região Metropolitana de Curitiba no que tange à garantia da segurança jurídica da posse e da qualidade da moradia da população de baixa renda residente em assentamentos precários. Em ambas as situações analisadas, tornou-se patente o incipiente grau de coordenação horizontal (entre municípios vizinhos) e vertical (entre entes federativos de níveis distintos) no âmbito das políticas de habitação de interesse social. À estruturação, na década de 1990, de um mercado imobiliário – formal como informal – de abrangência metropolitana, corresponde o acirramento da fragmentação e da segregação socioespaciais às quais o Poder Público tem feito vistas grossas, ou então, buscado intervir com medidas paliativas e mesmo hostis. Estudos precedentes já tornaram palpáveis as estratégias de *apartheid* metropolitano:

No caso da moradia, o impacto negativo da submissão das práticas de oferta de habitação às lógicas de mercado, excludentes da população de baixa renda ou sem rendimento, fez com que aumentasse o número de assentamentos informais e favelas, a periferação

em áreas mais distantes, assim como a ocupação de áreas impróprias, ambientalmente vulneráveis, aflorando o conflito ambiente/sociedade. Como ação extremada, passou a ocorrer uma espécie de “negociação” intermunicipal em processos de relocação de comunidades assentadas em áreas públicas ou privadas, com base em acordos que desconsideram os moradores, configurando-se em verdadeiras “vendas de famílias” entre municípios. Evidenciou-se um *apartheid* socioespacial, no qual os crescentes segmentos sem acesso aos benefícios da internacionalização ficaram confinados nas periferias da RMC. A inclusão dos moradores dessas áreas só se deu (quando se deu) por meio de sua força de trabalho, em momentos em que ela foi necessária ao mercado, sem vínculos, e efemeramente. (MOURA; KORNIN, 2009, p.28)

Na perspectiva da (des)coordenação horizontal, é sintomático que justamente dois dentre os poucos municípios da RMC que incorporaram a questão metropolitana em sua legislação urbanística sejam os pivôs do grande vácuo político-institucional que paira sobre a comunidade Ilha, esmagada entre múltiplas fronteiras. Curiosamente, tanto o Plano Diretor de Curitiba (Lei n.º 11.266/2004¹²) como o de Almirante Tamandaré (Lei Complementar n.º 01/2006¹³) mencionam a articulação e a integração em nível supralocal como uma das linhas mestras da política habitacional. Em adendo, é notório que a Companhia de Habitação Popular de Curitiba tem promovido reassentamentos fora do território municipal, confirmando a avaliação de Moura e Kornin sobre o processo de periferização da pobreza. Esse diagnóstico sugere a não implementação dos Planos Diretores, ou a não observância de suas diretrizes – assim como das diretrizes e projeções metropolitanas – na prática da gestão municipal. A problemática encontra-se contemplada no próprio Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba, que enfatiza a necessidade de planejamento sistêmico, nesta política setorial:

¹² “Art. 26. São diretrizes gerais da política municipal de habitação:

[...]

II - atuar de forma integrada com as demais políticas habitacionais dos municípios da Região Metropolitana de Curitiba, com prioridade para os limítrofes, visando a distribuição equilibrada da população no território metropolitano;”

¹³ “Art. 43 Com base nos objetivos e diretrizes enunciados nesta Lei Complementar, o Poder Executivo Municipal elaborará o Plano Diretor de Habitação, contendo no mínimo

V - articulação com planos e programas da região metropolitana de Curitiba”

As diretrizes gerais de configuração do PDI já consideram, como pressupostos, a necessidade de regularização fundiária, adensamento de vazios urbanos e criação de novos eixos urbanos, cujas questões exigem uma conformação institucional própria para o seu equacionamento em nível metropolitano. Há de estabelecer-se, por exemplo, uma política habitacional condizente com a realidade metropolitana, cuja construção, no entanto, é uma tarefa multissetorial e de amplo envolvimento social [...] Conforme já observado na definição da Missão Institucional do Órgão Metropolitano, atualmente a questão não conta com um planejamento sistêmico de caráter metropolitano, ficando a cargo da COHAB/CT apenas a execução dos serviços relacionados à construção de moradias e recuperação de custos, sem vinculação com objetivos ou metas de desenvolvimento econômico e social ou sustentabilidade ambiental. (COMEC, 2006, p.269)

Outro fenômeno que merece ser salientado, neste tópico, é a justaposição de velhas e novas estratégias de bloqueio institucional e de recrudescimento político. Parte significativa dos municípios inquiridos pela pesquisa estipularam a comprovação de tempo mínimo de domicílio em de seu território como critério para atendimento habitacional. Atendo-nos a São José dos Pinhais e Almirante Tamandaré, é digno de nota que o primeiro exige permanência mínima de um ano¹⁴, enquanto no segundo, o prazo sobe para dois anos¹⁵. Esses dispositivos têm consequências obviamente desagregadoras, em escala regional, visto que pretendem limitar os fluxos populacionais dos segmentos de baixa renda, intentando um autofechamento da política de habitação que prioriza a “fila do município”, ou seja, o *deficit* interno existente. Não é difícil antever que quanto mais longos os prazos e mais rigorosos os critérios de enquadramento para potenciais beneficiários, mais excludentes tornam-se as fronteiras administrativas e menos promissor se mostra qualquer projeto de cidadania metropo-

¹⁴ A Lei Municipal n. 1.417/2009, que cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS e institui o seu Conselho Gestor, prevê: “Art. 7º - Os interessados na aquisição de lotes deverão preencher, no mínimo, os seguintes requisitos: I - estar domiciliado no Município há mais de um ano”.

¹⁵ O Decreto Municipal n. 713/2012, estatui, entre outros itens: “Art. 1º - Ficam aprovados os critérios municipais para seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana-PNHU, no Município de Almirante Tamandaré, a saber: a) ser morador no Município há, no mínimo, 2 (dois) anos”.

litana. Por parte dos gestores públicos, parece vicejar o receio de que o bom desempenho da produção habitacional tenha o efeito inverso de tornar-se fator de atração de mais demanda por moradia popular, advinda dos municípios limítrofes. O corte representa um retrocesso em termos de integração setorial, tendo a consequência perversa de, ao fim e ao cabo, intensificar as desigualdades regionais. As muralhas interpostas à capacidade das pessoas de “votar com os pés”, na expressão recuperada por Harvey para a capacidade de deslocamento voluntário em busca de melhores condições de vida, orquestram uma espécie de feudalização da política local, tornam os segmentos mais empobrecidos de certo modo reféns de seus municípios, sem assegurar-lhes a totalidade dos direitos sociais, ou, em outras palavras, provoca um “relativo encarceramento de populações cativas no interior de territórios particulares” (HARVEY, 2004, p.329)

A estratégia do cativo territorial conjuga-se às sedimentadas práticas clientelistas postas em marcha pelo Estado brasileiro. Com respeito, especificamente, à gestão dos conflitos fundiários urbanos, a principal postura do Poder Público segue sendo, majoritariamente, o silêncio. A irrecusável inércia na implementação dos instrumentos de regularização fundiária e de intervenção no mercado imobiliário são parte de um esquema de captura institucional, por um lado, e de centralização da decisão, por outro.

No entanto, é precisamente para este ponto – o do jogo de forças pelo destino dos territórios e pelos instrumentos que o condicionam, jogo este que nitidamente extrapola o discurso técnico – que confluem as ações dos órgãos de planejamento, do mercado imobiliário e das comunidades populares, confrontando-se perspectivas contrastantes sobre as funções a serem cumpridas pela terra e pelo espaço urbanos. O que, inexoravelmente, desdobra-se num embate de interpretações sobre os enunciados normativos, os direitos positivados e o papel que deve o Estado assumir, seja na sua implementação por meio de prestações de cunho social, seja na viabilização de projetos de alegado interesse público, seja na garantia de retorno financeiro aos empreendimentos privados. Isso porque, no Brasil, conforme aponta Holston, as regras oficiais confundem-se, não raro, com as regras oficiosas, em matéria de política fundiária, constituindo-se antes em mais um dos objetos de análise do que num dado ontológico estanque:

Nesse contexto repleto de paradoxos, a lei é um instrumento de

manipulação, complicação, estratagema e violência, através do qual todas as partes envolvidas - dominadoras ou subalternas, o público e o privado - fazem valer seus interesses. A lei define, portanto, uma arena de conflito na qual as distinções entre o legal e o ilegal são temporárias e sua relação é instável. (HOLSTON, 1993, p.1)

Segundo Santos, ainda, essa indefinição que constantemente impera sobre o estatuto jurídico da terra é não apenas arraigada na estrutura sociopolítica nacional, como é funcional, em reiteradas situações, para o próprio Estado, uma vez que, quanto mais nebulosas as regras do jogo, maior a margem de arbítrio deixadas aos representantes do governo, legitimados ou não por subsídios técnicos:

Assim, o Estado pode decidir a titularidade politicamente, ainda que com recurso a uma mediação jurídica, contra ou a favor de qualquer dos grupos em litígio, consoante o que for mais funcional, no momento, para a redução da “tensão social” surgida. E a não-decisão da titularidade é também uma decisão política, mediada juridicamente pela ambigüidade, particularmente funcional se o objetivo for a redução da tensão social pela tolerância de ambos os grupos, mantendo-os suspensos da decisão e, deste modo, dependentes politicamente do Estado por via de uma relação clientelista. (SANTOS, 2008 p.83-84)

Combater a ambiguidade e a instabilidade que caracterizam a política fundiária e habitacional, dando-lhes visibilidade e alçando-as a prioridade na escala do planejamento regional, e parte constituinte, e não apenas residual, de Grandes Projetos Urbanos, implementando estratégias conjuntas e claras de regulação do mercado imobiliário, de produção de moradia social, de regularização de assentamentos precários e de resolução pacífica dos conflitos pela terra, na gestão territorial, são tarefas irrecusáveis para reverter as tendências hodiernas de segregação espacial metropolitana.

3.2. Conflito e tradução como paradigmas de planejamento

O conflito, contudo, para além de ser tematizado pelos planejadores, oferece, em si mesmo, conteúdos de grande valia para o adensamento da metodologia e do processo de planejamento territorial. Com efeito, a percepção da dimensão de positividade dos conflitos sociais

acha-se presente em muitas tradições sociológicas, as quais negam sua natureza anômica ou desviante, conferindo-lhes um valor intrínseco ligado à produção das identidades coletivas e à possibilidade de inovação e às dinâmicas de sociação (SIMMEL, 1983, p.123). Não pode cair em olvido os constrangimentos que cerceiam a ação – do planejador público – se bem que apoiada em instrumentos técnicos inextricavelmente política, ainda quando não admitida – transmutando o Estado num singular *locus* de lutas sociais -, que, embora se pretenda holístico, sistêmico e inclinado, quase sempre, à estabilização, jamais poderá reduzir, na prática, a complexidade do real, nem normalizar a conflitualidade que emana, sem cessar, do território:

A conflitualidade está na natureza do território. O território é um espaço político por excelência. A criação do território está associada às relações de poder, de domínio e de controle político. Os territórios não são apenas espaços físicos, são também espaços sociais, espaços culturais, onde se manifestam as relações e as idéias [...] Um conflito pode ser ‘esmagado’ ou resolvido; entretanto, a conflitualidade não. Nenhuma força ou poder pode esmagá-la, chaciná-la, massacrá-la. Ela permanece fixada na estrutura da sociedade, em diferentes espaços, aguardando o tempo de volta das condições políticas de manifestação dos direitos – direito a ter direitos [...] (FERNANDES, 2008, p.199)

Muito embora o ato de ordenar o território da cidade-metrópole seja, de modo deliberado ou inconsciente, fundamentalmente fazer política, não é necessário que uma práxis de planejamento se reivindique subversiva (RANDOLPH, 2007) para que seja, ao menos, dialética, isto é, para que passe a incorporar o conflito urbano como um de seus eixos de gravitação, ao invés de suprimi-lo do discurso que oscila perigosamente entre a técnica, o tecnicismo e a tecnocracia. Um giro de perspectiva que não se dá sem abalos, riscos e rupturas. Mas qual seria, neste caso, o papel do planejador, afastado do lugar de autoridade incontestável, que já não pode ser o autor solipsista de uma grande metanarrativa espacial? A proposta de Z. Bauman para os intelectuais na pós-modernidade pode aqui nos ser útil. Trata-se, em suma, de desempenhar mais a função de tradutores do que de legisladores para o mundo contemporâneo:

Portanto, o problema clama, com urgência, por especialistas em

tradução entre tradições culturais. E coloca-os em lugar dos mais centrais entre os peritos que a vida contemporânea possa exigir. Trocando em miúdos, a especialização proposta se resume à arte da conversação civilizada. este é, naturalmente, um tipo de reação ao conflito permanente de valores para o qual os intelectuais, graças às suas habilidades discursivas, estão mais bem-preparados. Falar com as pessoas em vez de brigar com elas; entendê-las em vez de repudiá-las ou aniquilá-las como mutantes; incrementar sua própria tradição bebendo com liberdade na experiência de outros grupos, em vez de excluí-los do comércio de ideias. [...] A arte da conversação civilizada é algo de que o mundo pluralista necessita com premência. Ele só pode negligenciar essa arte às suas expensas. Conversar ou sucumbir. (BAUMAN, 2010, p.197)

Transpondo o debate especificamente para o campo da sociologia das ausências que alinhavamos, na contramão dos processos de invisibilização do conflito no planejamento territorial, o trabalho de tradução ganha um cunho fortemente emancipatório, um esforço de imaginação e exercício democráticos:

O trabalho de tradução feito com base na sociologia das ausências e na sociologia das emergências é um trabalho de imaginação epistemológica e de imaginação democrática [...] cria as condições para emancipações sociais concretas de grupos sociais concretos num presente cuja injustiça é legitimada com base num maciço desperdício de experiência. O trabalho de tradução [...] apenas permite revelar ou denunciar a dimensão desse desperdício. O tipo de transformação social que a partir dele pode construir-se exige que as constelações de sentido criadas pelo trabalho de tradução se transformem em práticas transformadoras [...] (SANTOS, 2002, p.273-274)

O desperdício da experiência a que alude Santos é decorrência da monocultura do saber científico, em detrimento de outras formas de conhecimento, como a da vivência cotidiana, distinta da empiria pré-esquemática dos profissionais. Estes, porém, deverão estar preparados para traduzir no discurso formal os conteúdos, amiúde contraditórios, da experiência do mundo da vida. Iniciativas de mediação de conflitos fundiários, por exemplo, desde que estruturadas em políticas públicas que as afastem do diletantismo ou da manipulação de bases eleitorais, são expedientes de gestão territorial que podem, por seu caráter revelador, retroalimentar continuamente a ação mais abstrata

e de longo prazo dos planejadores. Abrir espaço para o conflito no processo de planejamento territorial pode ser um meio de tornar mais porosa a técnica dura dos especialistas aos olhares e às relações que os sujeitos lançam e mantêm com o espaço como um todo. A apreensão da totalidade do território não se pode furtar à compreensão desse emaranhado de visões e projetos, sempre conflitantes, que se estabelecem sobre ele.

Não obstante, num marco de planejamento cada vez mais colonizado pelo empresariamento urbano, as chances para informar-se, para participar, contestar ou influenciar as decisões públicas concentram-se em poucas mãos. Ao sujeito construído como subalterno, em geral, não é dado o direito de manifestar-se, tolhido pela assimetria de capital simbólico e mesmo de condições de fala e de representação. A violência epistemológica que chancela mais esta modalidade de segregação – a exclusão do ambiente ou do espaço da ação comunicativa – é asseverada por Spivak, recuperando as palavras de Michel Foucault: “a *episteme* é o ‘mecanismo’ que possibilita separar não o verdadeiro do falso, mas do que não pode ser caracterizado como científico” (FOUCAULT *apud* SPIVAK, 2010, p.96). E separa, por conseguinte, o cidadão do cidadão, o mero espectador daquele que é sujeito da produção do espaço.

Assim, o êxito dos tão incertos quanto indispensáveis trabalhos de tradução, que tomam o conflito como paradigma e não como avesso do planejamento, depende do desapego dos planejadores em relação às velhas práticas autoritárias e da sua capacidade para mitigar as assimetrias polimorfos vigentes entre os diversos atores em conflito no e pelo espaço. A proliferação de contranarrativas espaciais pode enriquecer a metanarrativa do pensamento único. Combater o monopólio do tecnicismo é uma segunda tarefa de relevo para democratizar o processo de planejamento territorial, substituindo o argumento de autoridade pelo argumento de alteridade, em que aos Outros do saber formal possam ser franqueadas a mesma legitimidade e as mesmas oportunidades que o mercado para disputar os rumos da metrópole.

3.3. Transescalaridade e desierarquização da ação política

A missão dos planejadores-tradutores na metropolização da política fundiária, para a concretização da justiça espacial e do direito à cidade, depara-se com ainda uma condicionante espinhosa: o desajuste entre as variadas escalas de planejamento territorial. Não é de

hoje que pesquisadores de diferentes filiações denunciam as reticências que marcam o pacto federativo, nos moldes como arquitetado no Brasil, ora com relação à desequilibrada distribuição das receitas e gastos, ora no que toca à sobreposição mambembe de poderes e competências engessados ou desencontrados. O estilo de municipalismo brasileiro pecaria pelo excessivo “autarquismo” e por influxos de descentralização que não revertem em iniciativas confluentes (GOUVÊA, 2005, p.178). Não surpreendem, portanto, os desajustes desse esquema de instáveis relações intergovernamentais no planejamento regional (ARAÚJO, 1995).

A mesma descoordenação que se depreende horizontalmente entre os municípios metropolitanos reproduz-se verticalmente entre poderes local, regional, estadual e nacional, com o agravante, neste caso, de uma relação robustamente hierarquizada entre as escalas de planejamento, bastante nítida no relato da Vila Nova Costeira, com o projeto de ampliação aeroportuária de (des)interesse da União. Não só as comunidades populares, mas os próprios municípios vêm-se frequentemente alijados dos processos de definição estratégica e de tomada de decisão dos governos estadual e federal, arcando, em última instância, com os passivos urbanísticos e sociais de suas intervenções. A ausência de arranjos sólidos de governança metropolitana – os quais já não são de condução exclusiva dos estados, tendo o Supremo Tribunal Federal reconhecido, recentemente, a obrigatoriedade de gestão compartilhada entre o estado e os municípios para a prestação dos serviços de interesse comum metropolitano¹⁶ – torna a questão ainda mais sensível,

¹⁶ Tese assim ventilada no acórdão da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 1.842-RJ: “O interesse comum e a compulsoriedade da integração metropolitana não são incompatíveis com a autonomia municipal. O mencionado interesse comum não é comum apenas aos municípios envolvidos, mas ao Estado e aos municípios do agrupamento urbano. [...] O interesse comum inclui funções públicas e serviços que atendam a mais de um município, assim como os que, restritos ao território de um deles, sejam de algum modo dependentes, concorrentes, confluentes ou integrados de funções públicas, bem como serviços supramunicipais. [...] O estabelecimento de região metropolitana não significa simples transferência de competências para o estado. O interesse comum é muito mais que a soma de cada interesse local envolvido, pois a má condução da função de saneamento básico por apenas um município pode colocar em risco todo o esforço do conjunto, além das consequências para a saúde pública de toda a região. O parâmetro para aferição da constitucionalidade reside no respeito à divisão de responsabilidades entre municípios e estado. É necessário evitar que o poder decisório e o poder concedente se concentrem nas mãos de um único ente para preservação do autogoverno e da autoadministração dos municípios. Reconhecimento do poder concedente e da titularidade do serviço ao colegiado

deixando exposto mais um vazio institucional, que se repete no Paraná e alhures¹⁷. Paralelamente, um certo sentido de imanência ontológica da escala regional-metropolitana manteve-se durante muito tempo incontestado, comprometendo a desmistificação do problema:

Além disso, o debate sobre a governança metropolitana caiu em uma armadilha epistemológica ao assumir, a priori, a escala regional-metropolitana como algo inerente para nortear o planejamento e a gestão dos serviços de interesse comum na metrópole. De acordo com este ponto de partida, a evidente fragilidade do arranjo escalar regional-metropolitano nas principais metrópoles brasileiras gera um impasse, e torna necessário justificar, na maioria das vezes por meio de estudos empíricos detalhados, os motivos subjacentes ao descompasso entre o arranjo escalar projetado e a trajetória metropolitana efetivamente herdada e construída em um processo político, socioeconômico e ideológico. (KLINK, 2013, p.85)

O trabalho de tradução pelo qual se advoga pois tem de romper essa armadilha, de manejar leituras e ferramentas que atravessem as múltiplas instâncias de planejamento, ultrapassando as fronteiras políticas horizontais como verticais, mas não descurando dos conflitos protagonizados pelos agentes públicos e(ou) privados movendo-se em cada uma dessas escalas, visto que sua ação em qualquer delas desencadeia impactos territoriais em todas as demais. Contraditoriamente, ao tempo em que elas se tornam mais flexíveis e transponíveis a alguns, endurecem-se e volvem-se maciças para outros. Consciente

formado pelos municípios e pelo estado federado. A participação dos entes nesse colegiado não necessita de ser paritária, desde que apta a prevenir a concentração do poder decisório no âmbito de um único ente. A participação de cada Município e do Estado deve ser estipulada em cada região metropolitana de acordo com suas particularidades, sem que se permita que um ente tenha predomínio absoluto.”

¹⁷ “Alguns casos, como os do Paraná, da Bahia e de Pernambuco, merecem destaque na medida em que órgãos estaduais de planejamento e desenvolvimento urbano buscaram imprimir uma política de atuação mais incisiva na elaboração dos PD [Planos Diretores] em seus territórios. Contudo, mesmo nesses casos – restritos a atores governamentais e, muitas vezes, sob críticas de atravessamento de interesses privados de escritórios e consultorias negociados com o estado no processo – não se percebeu uma política e diretriz de inserção da questão metropolitana nos PD que tivesse a esfera estadual como protagonista. Portanto, segue como um desafio atual a superação da ausência inquietante da esfera estadual de governo na questão metropolitana.” (SCHASBERG; LOPES, 2011, p.250-251)

dessa permeabilidade seletiva, o planejamento conflitual¹⁸ é, forçosamente, planejamento transescalar, respeitando as constelações de ação política:

A historicidade dos processos *escalares* está posta como uma permanente advertência para que evitemos o congelamento confortável das *escalas*, que, por exemplo, faz de termos como “lugar” ou “local” noções absolutamente ideológicas, destituídas de qualquer consistência conceitual. [...] Sem uma visão minimamente consistente sobre essas questões, sem ao menos instaurar o debate sistemático a respeito, estaremos num jogo de cabra-cega onde apenas têm olhos descobertos as grandes corporações globais, que articulam e intervêm em todas as *escalas* à luz de estratégias e táticas *transescalares*. Os pesquisadores e intelectuais não podem resolver todos os problemas, mas têm a obrigação de, pelo menos, contribuir para que eles sejam postos na mesa diante dos múltiplos agentes sociais que têm muito a perder ou a ganhar conforme as *escalas* que se imponham e as correlações de forças resultantes. [...] Afinal de contas, o poder, mais do que nunca, não está nem no local, nem no regional, nem no nacional, nem no global, mas na capacidade de articular *escalas*, de analisar e intervir de modo *transescalar*. (VAINER, 2006, p.27-28)

Para planejar traduzindo, é igualmente fulcral que se coloque em questão a escala mesma em que se planeja, sua arbitrariedade e ficcionalidade, compreendendo que os processos sociais de organização e de confronto não apenas adotam, mas produzem novas escalas, ou reinventam as já existentes. É o fenômeno que autores como Herod e Wright denominam “reescalonamento da práxis social”¹⁹:

¹⁸ “[...] o planejamento conflitual aposta na capacidade dos processos conflituosos de constituírem sujeitos coletivos aptos a ocuparem, de forma autônoma, a cena pública. O direito à cidade, nessa perspectiva, se afirma como direito a pensar e lutar por uma cidade diferente, cujos destinos sejam definidos por outros que não aqueles que fazem da cidade um grande negócio.” (VAINER *et al.*, 2013, p.17).

¹⁹ Sobre o conceito de “política escalar” ou “política de escala”, valemo-nos dos escritos de Kevin Cox (1998, p.1): “A escala é central para o discurso político, tanto leigo como acadêmico. Uma forma dominante pela qual as várias ciências da sociologia política, da economia política, da geografia política e da ciência política propriamente dita dividem o objeto ‘política’ é em termos de qualificadores espaciais diversos: há referência, entre outros, ao planejamento regional ou aos conflitos de vizinhança. Existe, em outras palavras, uma divisão escalar da política.” (livre tradução dos autores).

Então, o que exatamente significa falar em “reescalonamento” da praxis social? O que exatamente são as práticas sociais, culturais, econômicas e políticas nas quais corporações, sindicatos, ambientalistas e outros se engajam para “produzir escala”? Para alguns, as questões da política da produção de escalas têm significado pensar sobre como os atores sociais se reorganizam de um registro espacial para outro [...] outros sugerem que, paradoxalmente, tais representações de reescalonamento de nosso mundo contemporâneo têm acriticamente incorporado uma visão de escala que prioriza as escalas em si mesmas mais do que os processos que as constituem [...] É claro que, a despeito de como é pensada a política de produção de escala, esta política precisa reconhecer os recursos desiguais de poder, dinheiro, informação e tempo com os quais diferentes atores sociais podem contar no intuito de produzir escalas. (HEROD; WRIGHT, 2002, p.11, tradução dos autores)

Nessa linha, é perceptível um progressivo reescalonamento da ação política das comunidades de assentamentos informais e dos movimentos sociais a elas aliadas, à medida em que a gênese dos conflitos em que se acham engajados começa a despontar como fundamentalmente metropolitana. O lugar tenta, assim, vencer ainda uma terceira forma de segregação, a segregação (ou subordinação) escalar.

Nem por outra razão é que Nancy Fraser traça um projeto de justiça que passa incontornavelmente pela urgência de se colocar em cheque as molduras tradicionais das comunidades políticas (*reframing*) e de se superar as “injustiças de escala” (*misframing*), uma vez que a definição dos sujeitos pertencentes à comunidade política e dos *outsiders*, ou seja, de quem é titular de direitos e, logo, pode participar em condições de paridade dos debates públicos e das vias de contestação, precede aos demais níveis de justiça (FRASER, 2010). Quem é a comunidade metropolitana? Os plúrimos espaços-tempos em que se deslocam os partícipes dos conflitos fundiários somente podem ser abarcados, ainda algo sempre escape, por um método de planejamento territorial que privilegie a dialeticidade e se digne a mapear também as posições simbólicas, os contrapontos táticos ocupados por cada agente que pretende apropriar-se do território:

A dialética permite que conhecimentos e práticas adquiram coerência interescalarmente sem o recurso a algum tipo de reducionismo causal estreito. Esse modo dialético de pensar traz ecos da

teoria dos desenvolvimentos geográficos desiguais [...] no que se refere à definição de como o nosso mundo está funcionando e da maneira pela qual poderia funcionar melhor, a produção da escala espaçotemporal tem tanta importância quanto a produção de diferenças no interior de uma escala. (HARVEY, 2004, p.306)

Combater a unidimensionalidade do planejamento, revisar as cláusulas pétreas do pacto federativo brasileiro e desfrAGMENTAR as escalas, reconciliando-as dialética e não hierarquicamente num *continuum* de territorialidade para orientá-las às demandas concretas da vida cotidiana, que emergem do lugar popular antes invisibilizado na representação oficial, são a terceira tarefa que, despretensiosamente, sugerimos para quem queira ajudar a cumprir a promessa protelada de uma cidadania metropolitana factível. O horizonte utópico aqui comparece, é verdade, mas um projeto mais pragmático de tal cidadania deverá, ao menos, enxergar, situar e enfrentar o desenvolvimento geográfico desigual e as injustiças socioespaciais em torno do acesso à terra urbana, mas não camuflá-las, endossá-las ou amordaçá-las.

Eis um programa para o planejamento territorial metropolitano? Não chegaríamos a tanto. Antes uma miríade de inquietações dispersas, insuficientes para confeccionar itinerário seguro. Em meio às dúvidas, uma única certeza: um roteiro assim jamais poderá ser ousado sem uma boa dose de conflito.

Referências

ABRAMO, Pedro. A cidade com-fusa: mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes cidades latino-americanas. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Florianópolis: ANPUR, 2009.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Planejamento regional e relações intergovernamentais. In: AFFONSO, Rui de Britto Álvares; SILVA, Pedro Luiz (Orgs.). A federação em perspectiva: ensaios selecionados. São Paulo: FUNDAP, 1995, p.473-493.

BACHTOLD, M.V. Produção de habitação de interesse social e direito à moradia: o caso da Vila Nova Costeira em São José dos Pinhais. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Tecnologia, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Curitiba, 2012.

BAUMAN, Zygmund. Globalização: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. Legisladores e intérpretes: sobre modernidade, pós-modernidade e intelectuais. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

CALDEIRA, Teresa, P. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34, 2000.

CASTRO, Iná Elias de. Análise geográfica e o problema epistemológico da escala. Anuário do IGEO. Rio de Janeiro, v.15, p.21-25, 1992, p.23)

COMEC (Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba). Plano de desenvolvimento integrado da Região Metropolitana de Curitiba: propostas de ordenamento territorial e novo arranjo institucional. Curitiba: COMEC, 2006.

COX, Kevin R. Spaces of dependence, spaces of engagement and the politics of scale, or: looking for local politics. In: Political Geography, vol. 17, n.1, 1998, p.1-23.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio. Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008, p.173-230.

FIRKOWSKI, Olga L. Porque as regiões metropolitanas no Brasil são regiões mas não são metropolitanas. In.: IPARDES, Revista Paranaense de Desenvolvimento, n.122, jan/jun 2012.

FRASER, Nancy. Scales of Justice: Reimagining Political Space in a Globalizing World. New York: Columbia University Press, 2010.

GOUVÊA, Ronaldo Guimarães. A Questão Metropolitana no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

HARVEY, David. Social Justice and the City. Ed. revisada. Athens, Georgia: The University of Georgia Press, 2009.

_____. Espaços de esperança. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HEROD, Andrew e WRIGHT, Melissa W. Placing Scale: An Introduction. In: HEROD, A. e WRIGHT, M. W. (Editores). Geographies of Power: Placing Scale. Oxford, UK: Blackwell Publishing, 2002, p.1-26.

HOLSTON, James. Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, ano 8, n.21, p.68-89, 1993.

KLINK, Jeroen. Por que as regiões metropolitanas continuam tão ingovernáveis? Problematizando a reestruturação e o reescalonamento do Estado social-desenvolvimentista em espaços metropolitanos. In: FURTADO, Bernardo Alves; KRAUSE, Cleandro Krause e FRANÇA, Karla Christina Batista de (Eds.). Território metropolitano, políticas municipais: por soluções conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano. Brasília : Ipea, 2013, p.83-113.

- KOWARICK, Lúcio. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- _____. *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- MARCUSE, Peter. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o estado. In: *Espaço e Debates*. São Paulo: NERU. v.24, n.45, p.24-33, jan./jul. 2004.
- MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Oflia; VAINER, Carlos e MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p.121-192.
- MOURA, Rosa e KORNIN, Thaís. A internacionalização da metrópole e os direitos humanos. In: MOURA, Rosa e FIRKOWSKI, Olga L. C. F. (Orgs.). *Dinâmicas Intrametropolitanas e Produção do Espaço na Região Metropolitana de Curitiba*. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles: Letra Capital Editora; Curitiba: Observatório de Políticas Públicas Paraná, 2009.
- RANDOLPH, Rainer. Do planejamento colaborativo ao planejamento “subversivo”: reflexões sobre limitações e potencialidades de planos diretores no Brasil. In: IX Coloquio Internacional de Geocrítica – Los problemas del mundo actual: soluciones y alternativas desde la geografía y las ciencias sociales. Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/9porto/rainer.htm>. Acesso em dezembro de 2013.
- SANTOS JUNIOR, Orlando A. dos. A Produção Capitalista do Espaço, os Conflitos Urbanos e o Direito à Cidade. In.: SANTOS JUNIOR, Orlando A. dos, Christovão, Ana Carolina, NOVAES, Patrícia (orgs.). *Políticas públicas e direito à cidade: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais e conselheiros municipais*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles: IPPUR/UFRJ, 2011. 2011. p.73.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.63, 2002, p.237-280.
- _____. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2005. p.200.
- _____. O Estado, o direito e a questão urbana. In: FALCÃO, Joaquim de Arruda (Org.). *Invasões urbanas: conflito de direito de propriedade*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p.17-94.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência global*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2002, p.264.)
- SIMMEL, Gerog. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, Evaristo (Org.). *Simmel*. São Paulo: Ática, 1983, p.122-134.

SCHASBERG, Benny e LOPES, Alberto. O tema metropolitano nos Planos Diretores. In: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves e MONTANDON, Daniel Todtmann (Orgs.) Os Planos Diretores Municipais Pós-Estatuto da Cidade: balanço crítico e perspectivas. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011, p.219-254.

SILVA, Madianita Nunes. A dinâmica de produção dos espaços informais de moradia e o processo de metropolização em Curitiba. Tese de doutoramento. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2012.

SILVA, M. N. da; METZNER, C.; BRAGA, A. Análise do conflito fundiário na escala dos assentamentos: Vila Nova Costeira - São José dos Pinhais e Ilha - Almirante Tamandaré. Curitiba: Laboratório de Habitação e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná, Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Habitação e Urbanismo do Ministério Público do Paraná, 2013, 75 p. Relatório do Projeto de Extensão Cidade em Debate Questões Metropolitanas.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o Subalterno Falar? Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

VAINER, C.; BIENENSTEIN, Regina; TANAKA, Giselle Megumi et alii. O Plano Popular da Vila Autódromo, uma experiência de planejamento conflitual. In: Anais dos Encontros Nacionais da ANPUR, v.15, 2013. Disponível em: file:///D:/Users/THIAGO/Downloads/planejamento%20conflitual.pdf

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria - Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos e MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p.75-103.

_____. Lugar, região, nação, mundo explorações históricas do debate acerca das escalas da ação política. Revista Brasileiro de Estudos Urbanos e Regionais. Vol. 8 , n . 2 /novembro de 2006, p.09-29.

WACQUANT, Loïc J. D. As duas faces do gueto. São Paulo: Boitempo, 2008.

AUTORES

Ana Lorena Bruel – Pedagoga pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre e doutoranda em Educação. Professora do Setor de Educação da UFPR. Integrante do Núcleo de Políticas Educacionais. E-mail: analorena@ufpr.br, (041) 3360 5141, Rua General Carneiro, 460, 2º andar, Edifício D. Pedro I, CEP:80.060-150, Curitiba, Paraná, Brasil.

Anael Pinheiro de Ulhôa Cintra - Engenheiro Agrônomo e Doutor em Sociologia pela UFPR. Pesquisador do IPARDES. E-mail: anaecintra@ipardes.pr.gov.br, (041) 3351 6300, Rua Máximo João Kopp, 274, Bloco 1, Bairro Santa Cândida, CEP 82.630-900, Curitiba, Paraná, Brasil.

Claudio Jesus de Oliveira Esteves – Geógrafo e Doutor em Geografia pela UFPR. Pesquisador do IPARDES. E-mail: cesteves@ipardes.pr.gov.br, (041) 3351 6300, Rua Máximo João Kopp, 274, Bloco 1, Bairro Santa Cândida, CEP 82.630-900, Curitiba, Paraná, Brasil.

Dalva Natália Gomes Paese - Geógrafa pela UFPR, mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPR, bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: dalva.paese@gmail.com, (041) 3361-3454, Av. Francisco H. dos Santos s/n, Centro Politécnico, Edifício João José Bigarella, sala 310, 3º andar, CEP: 81531-990, Curitiba, Paraná, Brasil.

Fernanda Fernandes: Geógrafa e Mestre em Geografia pela UFPR. E-mail: fafernandes84@gmail.com, (041) 3361-3454, Av. Francisco H. dos Santos s/n, Centro Politécnico, Edifício João José Bigarella, sala 310, 3º andar, CEP: 81531-990, Curitiba, Paraná, Brasil.

Gislene Pereira - Arquiteta e Urbanista pela UFPR, mestre em Planejamento Urbano e Regional pela UFRJ e doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela UFPR. Professora associada do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPR, E-mail: gislenepereira42@gmail.com, (041) 3361-3048, Av. Francisco H. dos Santos n. 100, Centro Politécnico, CEP: 81531-990, Curitiba, Paraná, Brasil.

Heracto Kuzycz Assunção – Geógrafo e Mestre em Geografia pela UFPR. Professor de Geografia da Secretaria de Estado da Educação do Paraná. E-mail: heracto@gmail.com, (041) 3360 5141, Rua General Carneiro, 460, 2º andar, Edifício D. Pedro I, CEP:80.060-150, Curitiba, Paraná, Brasil.

Julio Cesar Botega do Carmo – Geógrafo pela UFPR, doutorando em Arquitetura e Urbanismo no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP), São Carlos, SP. E-mail: juliobotega@yahoo.com.br, (041) 3351 6300, Rua Máximo João Kopp, 274, Bloco 1, Bairro Santa Cândida, CEP 82.630-900, Curitiba, Paraná, Brasil.

Jussara Maria Silva - Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestre em Geografia pela UFPR e doutora em Engenharia Civil pela UFSC. Professora adjunta da Universidade Positivo, Curso de Arquitetura e Urbanismo. E-mail: jumaria25@gmail.com, (041) 3317-3029, Rua Prof. Pedro Viriato Parigot de Souza, n. 5.300, Campo Comprido, CEP 81280-330, Curitiba, Paraná Brasil.

Laura Esmanhoto Bertol - Arquiteta e Urbanista pela UFPR, Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP), professora da pós-graduação em Direito à Cidade e Gestão Urbano do Instituto Ambiens e Universidade Positivo. Pesquisadora do Instituto Ambiens e do INCT Observatório das Metrópoles (Núcleo Curitiba); integrante do projeto de extensão Cidade em Debate (UFPR/MPPR). E-mail: lauraebertol@gmail.com, Av. Marechal Deodoro n. 1028, 6º andar, Centro, CEP 80060-010, Curitiba, Paraná Brasil.

Leonildo Pereira de Souza - Sociólogo pela Universidade Federal de Pelotas e Mestre em Sociologia pela UFPR. Pesquisador do IPARDES. E-mail: leosouza@ipardes.pr.gov.br, (041) 3351 6300, Rua Máximo João Kopp, 274, Bloco 1, Bairro Santa Cândida, CEP 82.630-900, Curitiba, Paraná, Brasil.

Liana Carleial - Economista, Doutora em Economia pela USP, com Pós-Doutorado em Economia Industrial pela Université Paris XIII, no Centre de Recherche en Économie Industrielle – CREI. Professora titular da UFPR e pesquisadora do CNPq. Atualmente é Presidente do Instituto Municipal de Administração Pública – IMAP. E-mail: liana.carleial@gmail.com, (041) 3360 4344, Av. Prefeito Lothário Meissner, 3400, Bairro Jardim Botânico, CEP: 80210-170, Curitiba, Paraná, Brasil.

Liria Yuri Nagamine - Arquiteta e Urbanista pela UFPR, Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Positivo, Assistente de Pesquisa do Núcleo Curitiba do Observatório das Metrópoles. E-mail: liria_ok@yahoo.com.br, (041) 3361-3454, Av. Francisco H. dos Santos s/n, Centro Politécnico, Edifício João José Bigarella, sala 310, 3º andar, CEP: 81531-990, Curitiba, Paraná, Brasil.

Madianita Nunes da Silva - Arquiteta Urbanista e Doutora em Geografia pela UFPR. Docente do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPR. E-mail: madianita@gmail.com, (041) 3361-3048, Av. Francisco H. dos Santos n. 100, Centro Politécnico, CEP: 81531-990, Curitiba, Paraná, Brasil.

Marisa Valle Magalhães - Economista pela Universidade Católica de Minas Gerais, Doutora em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisadora do IPARDES. E-mail: marimaga@ipardes.pr.gov.br, (041) 3351 6300, Rua Máximo João Kopp, 274, Bloco 1, Bairro Santa Cândida, CEP 82.630-900, Curitiba, Paraná, Brasil.

Marley Vanice Deschamps - Economista pela UFPR, Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente, pela UFPR. Docente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado, Canoinhas-SC. Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles e bolsista do CNPQ- Pós-doutorado Sênior – PDS (UFPR). E-mail: mvdeschamps@hotmail.com, (041) 3361-3454, Av. Francisco H. dos Santos s/n, Centro Politécnico, Edifício João José Bigarella, sala 310, 3º andar, CEP: 81531-990, Curitiba, Paraná, Brasil.

Olga Lúcia C. de Freitas Firkowski – Graduada e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Doutora em Geografia Humana pela USP, Pós-doutora pela Universidade de Paris I – Panthéon-Sorbonne. Professora Associada do Departamento de Geografia da UFPR. Pesquisadora do CNPQ e Coordenadora do Núcleo Curitiba do INCT/Observatório das Metrôpoles. E-mail: olga.firkowski@pq.cnpq.br, (041) 3361-3454, Av. Francisco H. dos Santos s/n, Centro Politécnico, Edifício João José Bigarella, sala 310, 3º andar, CEP: 81531-990, Curitiba, Paraná, Brasil.

Patrícia Baliski – Graduada e Mestre em Geografia pela UFPR. Integrante do núcleo Curitiba do Observatório das Metrôpoles. E-mail: pbaliski@gmail.com, (041) 3361-3454, Av. Francisco H. dos Santos s/n, Centro Politécnico, Edifício João José Bigarella, sala 310, 3º andar, CEP: 81531-990, Curitiba, Paraná, Brasil.

Paulo Roberto Delgado - Sociólogo, Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente, pela UFPR. Pesquisador do IPARDES. E-mail: pr.delgado63@gmail.com, (041) 3351 6300, Rua Máximo João Kopp, 274, Bloco 1, Bairro Santa Cândida, CEP 82.630-900, Curitiba, Paraná, Brasil.

Rosa Moura - Geógrafa pela USP, Doutora em Geografia pela UFPR. Pesquisadora do Observatório das Metrópoles (Núcleo Curitiba) e bolsista do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA/PNPD). E-mail: rmoura.pr@gmail.com, (041) 3361-3454, Av. Francisco H. dos Santos s/n, Centro Politécnico, Edifício João José Bigarella, sala 310, 3º andar, CEP: 81531-990, Curitiba, Paraná, Brasil.

Tais Moura Tavares – Pedagoga pela UFPR, Mestre e Doutora em Educação. Professora do Setor de Educação da UFPR. Integrante do Núcleo de Políticas Educacionais. E-mail: tavarestais@gmail.com, (041) 3360 5141, Rua General Carneiro, 460, 2º andar, Edifício D. Pedro I, CEP:80.060-150, Curitiba, Paraná, Brasil.

Thaís Kornin - Psicóloga pela UFPR. Pesquisadora do IPARDES. E-mail: thaisk@ipardes.pr.gov.br, (041) 3351 6300, Rua Máximo João Kopp, 274, Bloco 1, Bairro Santa Cândida, CEP 82.630-900, Curitiba, Paraná, Brasil.

Thiago de Azevedo Pinheiro Hoshino – Advogado, Mestre em Direito do Estado pela UFPR. Pesquisador do Núcleo de Estudos de Direito Administrativo, Urbanístico e do Desenvolvimento (PPGD/UFPR) e do INCT Observatório das Metrópoles (Núcleo Curitiba). Membro-associado do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico. Integrante do projeto de extensão Cidade em Debate (UFPR/UP/MPPR) e professor da Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Paraná. E-mail: hoshino.thiago@gmail.com, Av. Marechal Deodoro n. 1028, 6º andar, Centro, CEP 80060-010, Curitiba, Paraná Brasil.

Esta obra foi impressa em processo digital/sob demanda,
na Singular Digital para a Letra Capital Editora.
Utilizou-se o papel Pólen Soft 80g/m²
e a fonte ITC-NewBaskerville corpo 11 com entrelinha 14.
Rio de Janeiro, novembro de 2014.